O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 60.º

1913

COÍMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1913

O INSTITUTO

VOLUME 60.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

VOLUME 60.º

1913

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

ÍNDICE

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NO VOLUME 6o.º

Pág.

Boletim do Instituto 113

A. Aurelio da Costa Ferreira (B.el):

O tanque e o jardim do Claustro dos Jerónimos 132

A. J. Ferreira da Silta (B.el):

A significação da festa da árvore..... 561

Carlos de Mesquita (B.el):

O Romantismo Inglês 8, 79, 138

F. Adolfo Coelho:

Programas e planos de ensino 401

Fortunato de Almeida (B.el):

Bibliografia 670

Francisco Manuel Alves (P.e):

Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. 45, 101, 170, 220, 263, 321, 383, 452, 496, 539, 585, 629.

Gustavo Ramos:

O Fausto de Goethe..... 177, 267, 289, 337, 412, 465, 552, 577, 650

J. D. Souto Rodrigues (Dr.):

Pág

Determinantes 33

José Maria Rodrigues (Dr.):

Fontes dos Lusíadas..... 1, 65 116

Julio de Castilho:

Memórias de Castilho. 25, 89, 150, 206, 225, 305, 365, 432, 476, 513, 595, 614.

L. C. Almeida (Dr.):

Breve confronto das principais disposições da nova reforma universitária com as correlativas dum projecto publicado em 1835 189

Sousa Viterbo:

Artes industriais e indústrias portuguesas. — I. Ourivesaria. 56, 73, 124, 200, 255, 301, 358, 428, 506, 529, 572, 609.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ENCARREGADA DE SUPERINTENDER NA PUBLICAÇÃO DÊSTE VOLUME

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 1

1913
Janeiro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Fontes dos Lusiadas, pelo dr. José Maria Rodrigues... 1
O romantismo inglês, por Carlos de Mesquita..... 8
Memórias de Castilho, por Julio de Castilho..... 25
Determinantes, por J. D. Souto Rodrigues 33
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 45
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria*, por Sousa Viterbo..... 56

FONTES DOS LUSÍADAS

(Cont. do vol. 59.º, pag. 666)

13. Em 1, 87, 5, referindo-se aos mouros de Moçambique, que da praia incitavam os portugueses, diz o poeta que estes não sofrem por muito tempo

Andar-lhe os cães (1) os dentes amostrando.

É uma maneira de dizer que corresponde a esta de Barros: «E pela estrada vinhão ladrando hũs poucos de Naires, que mostravão bem sua soltura na esgrima por os nossos virem tão cansados» etc. (Dec. II, liv. 4, cap. 1). «Os imigos... vieram ladrando tras elle tê o meterem na cidade.» (*Ibid.*, liv. 5, cap. 5). Cf. Castanheda, liv. 1, cap. 25.

14. Em II, 27, 5, pode o poeta ter empregado o particípio *saltando* como eqùivalente a *saltam* (2). Seria assim uma oração principal de particípio imperfeito, como tantas que aparecem ainda em alguns dos melhores escritores de seculo XVI.

Aos exemplos que já ficam citados a proposito de IX, 16, 7 *(cometendo = cometem)*, acrescentarei mais estes de Castanheda: «Ho Mãgate & seu irmão... se forão parele (el rey de Cochim),... com que Duarte Pacheco não folgou nada, porque se não fiava delles... Ao outro dia que el rey o foi ver leuando os *(= levou-os)* cõsigo & todos o abraçarão despois, & oulhavã-no como espantados do que tinha feito» etc. (Liv. 1, cap. 74). «A gente de Cochim... foy toda muy toruada de medo: & cõ o que lhe os mouros fazião, dãdolhe

(1) Nome injurioso com que, nas respectivas línguas, se mimoseavam reciprocamente, e ainda em partes se mimoseiam, cristãos, muçulmanos e judeus.

(2) Neste caso, *o charco soa* deve considerar-se como incluído entre parêntesis.

por certo ho desbarato dos nossos, & que auião os immigos de tomar Cochim aluoroçandose *(= alvoraçavam-se)* pera se irem. Do que el rey de Cochim foy assaz triste» etc. (*Ibid.*, cap. 82).

Outro caso da mesma construção me parece que o temos em v, 10, 1: *Por aqui rodeando,* isto é, *Por aqui rodeámos.* Para não falar no ponto final por que nas primeiras edições termina esta oitava, a ordem da narrativa mostra que o particípio do presente *rodeando* não deve estar subordinado ao começo da estancia 11. Não foi *rodeando,* mas depois de ter rodeado, a *provincia Jalofo* e a *Mandinga* que Vasco da Gama passou as Dórcadas, as quais ficavam mais para o sul.

Tambem assim se póde explicar o *vendo (= veem)* de 1, 27, 5 (cf. supra, n.º 6).

É a mesma construção que se encontra, por exemplo, nestas passagens das *Décadas:* «Não *auendo* muitos dias que estes capitães erão chegados a Goa, quando chegou João Serrão & Payo de Sâ» (11, 6, 10). «Quando vião neste Reyno pimenta, crauo, canela, aljofre & pedraria, que os nossos trouxerão como mostra das riquezas daquella Oriental parte que descobrirão: *lembrando-lhe* quão espantados os fazia alguma cousa destas, que as galês de Veneza trazião a este Reyno. As quaes praticas todas se convertião em louuores delRey» (1, 5, 1).

15. Em 11, 29, 5–7,

> E vendo, sem contraste & sem braueza
> Dos ventos ou das agoas sem corrente
> Que a nao passar auante não podia,

indica-se a ausencia das duas causas que poderiam explicar naturalmente o facto de a nau de Vasco da Gama não querer entrar no porto de Mombaça.

Nem havia vento contrario (1), nem corrente dagua que tal impedissem, diz o poeta.

---

(1) Cf. est. 18, 3, 22, 4, e 21, 5. O primeiro destes versos,

> Da proa as velas sos ao vento dando,

só se compreende bem pelo *Roteiro da viagem de Vasco da Gama,* em que se lê: «A terça feira, em alevantando as amquoras pera ir pera dentro, o navio do capitam moor nom quís virar e hiia em quu que

São duas causas muito diversas, que podiam actuar uma sem a outra. Daí a disjuntiva *ou*.

Não existe, portanto, razão para se afirmar que ha anacolutia nesta partícula, tendo o poeta usado dela como se houvesse de dizer simplesmente «ou corrente das aguas», mas repetindo depois a preposição «sem» e não substituindo «ou» por «e».

Sem corrente contrapõe-se a *sem contraste e sem braveza,* e a regularidade da construção nada sofre nem com a repetição do *sem* antes de *corrente,* nem com a disjuntiva *ou*. A copulativa *e* é que não exprimiria com rigor o pensamento do poeta.

16. A origem do *que pois* de 11, 41, 2, onde o *que* perdeu, por assim dizer, a sua significação propria, deve, me parece, procurar-se no uso conjuncional do *que,* seguido de *pois,* pertençente a outra oração.

É assim que, na obra de F. de Morais, alêm da passagem citada a pag. 503, se encontram outras como estas: «Peço vos que... peçays a este caualleiro que me nã mate, que pois por vossa causa o fez, tambem pode ser que por amor de vos canse de ir comigo ao cabo» (cap. 128). «Pedindolhe que pois... a livrara de seus contrairos, a ajudasse a cobrar sua filha» (cap. 105).

Em Castanheda é freqùente o *que pois,* com a repetição do *que*. «Lhe requeria... que pois sem elles ambos se podia

---

estava por popa. E emtam tornamos a lançar as ancoras» (pag. 39). O navio ia de recúo, de pôpa para a frente, sem querer virar, embora se fizesse a manobra indicada em 18, 3. Cf. Almeida d'Eça, *L. de Camões marinheiro,* pag. 32.

Barros e Castanheda acrescentam a circunstância do baixo *(o maritimo penedo, o penedo imoto* do poeta, est. 24, 7, e 28, 5). «Não querendo o nauio de Vasco da Gama fazer cabeça, por a vela tomar vento, começou de ir descaindo sobre um baixo, e vendo elle o perigo, a grandes brados mandou soltar huma ancora» (*Decada* 1, liv. 4, cap. 5). «E não querendo nosso senhor q̃ os nossos ali acabassem como os mouros tinhã ordenado, desuiou ho per esta maneyra, que, leuada a capitaina, nũca quis fazer cabeça pera entrar dẽtro & ya sobre um baixo que tinha por popa. O que visto por Vasco da Gama... mandou surgir muy depressa» (*Historia,* etc., liv. 1, cap. 9).

A diferença entre a realidade e a graciosa ficção do poeta motivou a incoerência entre os versos 1 e 5–8 da est. 24 (cf. 28, 5–8).

Com efeito, se a nau retrocedia pelo impulso de Venus e das ninfas, ia-se afastando do baixo que estava *diante* e o mestre não podia julgar vãos os seus brados.

*

em Cochim dar a sentença,... que ficassem na costa com a armada» (Liv. III, cap. 47).

17. A melhor maneira de resolver as dificuldades que, tanto em relação ao sentido como á metrica, oferece nas primeiras edições o texto de II, 41, 5–6,

> Calada hum pouco, como se entre os dentes
> Lhe impedira a falla piadosa,

é supôr, com muitos editores, que no 2.º verso se deve ler: *Se lhe,* etc.

Venus cala-se um pouco, *como se* a fala se lhe impedira entre os dentes, e não *porque* a fala neles se lhe impedira. Trata-se de uma comparação condicional e não de um facto, que se não deu. A fala não ficou impedida entre os dentes, mas o efeito foi como se o ficasse.

Tambem não é aceitavel a opinião que considera o *Lhe* como complemento directo de *impedira* e faz dizer ao poeta que Venus ficou calada, como se a fala, atravessando-se-lhe entre os dentes, a não deixasse continuar a falar. O conceito seria, pelo menos, estranho.

18. Ha quem diga que em II, 44, 1 (cf. 55, 1), Júpiter, chamando *filha minha* a Venus, emprega apenas uma expressão de carinho, pois, embora em Homero Venus (Afrodite) seja filha de Jupiter (Zeus), para Camões ela nasceu da espuma do mar, como se vê em II, 19, 3.

Não é preciso, porêm, recorrer a esta explicação, pois o poeta, como se sabe, não hesita em, sobre o mesmo assunto, seguir mais de uma opinião. É o que acontece, por exemplo, com respeito aos doze ou treze de Inglaterra (I, 12, 6, e VI, 12 e segg.), ás relações entre Baco e Luso (I, 39; III, 21; VI, 30; VIII, 3–4), á guerra de Troia e suas causas (III, 7, 7–8; III, 140; VI, 19; VIII, 5).

19. Para explicar como Camões, por lapso de memoria, podia dar como facto passado o descobrimento do estreito de Magalhães, tanto em II, 55, como em X, 141, atribue-se a Tito Livio um lapso semelhante, porquanto, depois de dizer, com respeito ao ano de Roma 544, que a tomada de Agrigento pelo consul Levino se deu *jam magna parte anni circumacta* (XXVI, 40), ao historiar os acontecimentos militares de Hespanha no mesmo ano, representa Publio Scipião refe-

rindo-se, em uma alocução proferida no princípio da primavera *(principio veris),* á tomada daquela cidade da Sicilia como a facto já realizado: *in Sicilia Syracusae, Agrigentum captum* (XXVI, 41).

Mas o exemplo não serve, pela peremptória razão de que Tito Livio não incorreu no anacronismo que, sem nenhum fundamento, lhe é atribuido. Basta reparar nas palavras *principio veris,* que se encontram logo no começo do capitulo 41, para se ver que os factos nele narrados se deram no ano seguinte ao da tomada de Agrigento e que portanto Publio Scipião se devia referir a este facto como já passado (1).

É claro que, nesta conformidade, nenhum historiador coloca no mesmo ano de Roma (544/210), mas sim em anos consecutivos, a tomada de Agrigento e os acontecimentos militares de Hespanha que Tito Livio narra no capitulo 41 e seguintes (tomada de Cartagena). Foi em 545/209 que esta ultima cidade caíu em poder de Publio Scipião (2).

20. Em II, 94, 7–8, diz o poeta que o rei de Melinde, quando veio visitar o Gama, trazia

> Na cabeça hũa fota guarnecida
> De ouro & de seda & de algodam tecida.

A fota era guarnecida de ouro e de seda, ou tecida de seda e de algodão?

Das duas maneiras se tem interpretado este passo. Todavia o contexto, especialmente os versos 5–6 da mesma estancia, e a fonte do poeta — Castanheda — não deixam dúvida que deve ser preferida a segunda interpretação.

Eis o que diz este autor: «Elrey de Melinde... leuaua

---

(1) O cap. 40 termina pelas palavras *Et, quod ad Siciliam attinet, eo anno debellatum est.* O cap. 41 prosegue: *In Hispania principio veris P. Scipio,* etc. Dada a feição analistica da narrativa, é óbvio que se trata do ano seguinte.

(2) Consulte-se qualquer historiador. Basta citar Th. Mommsen, *Römische Geschichte,* I, 623 e 633, 10.ª edição. Berlim, 1907. Sôbre a importância da tomada de Cartagena, veja-se, por exemplo, Pauly-Wissowa, *Real Encyclopädie,* vol. VI, col. 1621: «Von dem tollkühnen aber glücklich gelungenen Handstreich, durch den der junge P. Scipio den Untergang seines Vaters und Oheims rächend in J. 545 = 209 v. Ch. die Stadt eroberte, datirte der Umschwung im Erfolg der römischen Waffen gegen Karthago (Polyb. X, 6, 8 ff. Liv. XXVI, 42, 7 ff; vgl. XXVII, 7, 5. Flor. I, 22, 39, 33, 7. Sil. XV, 220 ff. Zonar. IX, 8»...).

vestida hũa cabaya de damasco carmesim, forrada de cetim verde, e na cabeça hũa touca muyto rica» (Liv. 1, cap. 12). E no cap. 10, falando dos Melindanos, diz que eles trazem «nas cabeças fotas de panos de seda e ouro».

Em vista disto, é lícito supôr que o algodão entrou em II, 94, 8, apenas para encher o verso.

21. A propósito de *se soa os grandes feitos* de II, 103, 1–2, ha quem julgue que rigorosamente se trata de uma incorreção gramatical, mas que Camões poderia dizer assim, como se, em vez de «os grandes feitos que fizeram», estivesse «o terem feito grandes feitos». E cita-se esta frase antiga: «Nom te abastava trinta mil mouros que me... tiraste», acrescentando-se que está «abastava» como se depois viesse «teres-me tirado trinta mil mouros».

Mas os dous casos, como é óbvio, não são idénticos. E o poeta não fez mais que imitar, por exemplo, estas construções de João de Barros: «Os sinaes do qual (Oceano) se ve ao pé do Gáte» (Dec. II, 1, 1). «Por em tão grande reuolta se não poder notar os passos de cada hum» etc. (Dec. II, 3, 1). E num mesmo capitulo da Dec. III, a par de «se guardão estas duas cousas» (cap. 7): «As outras cousas da grandeza desta terra... se guarda pera os livros de geographia». Cf. o que fica dito a pag. 589.

22. Na mesma estancia 104 se diz que o rei de Melinde apregôa

> O menos que os de Luso mereceram
> E o mais que pela fama o rei sabia.

Já supús que o poeta teria escrito *muito,* onde está *menos.* Posteriormente, porêm, a leitura destes versos da sextina 1,

> Testemunhas serão a tinta e pena,
> Que escreverão de tão molesta vida
> O menos que passei e o mais que falo,

levou-me á conclusão de que o *menos* e *mais* dos *Lusiadas* eram ambos autênticos e precisavam de uma explicação.

E essa sugeriu-ma o comentario de Ewald Bruhn ao verso 40 da *Antígona* de Sófocles. É um caso da chamada *expressão polar* (1). *O menos e o mais* equivale a *tudo.*

---

(1) Berlim, Weidmann, 1904. É a 10.ª edição do texto, comentado tambem anteriormente por Schneidewin e Nauck. Na 5.ª edição (1864),

23. Em II, 108, 2–4, *perguntando agora, agora lhe pergunta,* temos um caso típico de assimetria.

Exemplo semelhante é do *ciclo do Cid,* citado por Leo Spitzer: «Asiento les diera el Cid á la su mano derecha, El tiemblando de atrevido Y ellos tiemblan de flaqueza» (1).

Mas sem remontar tão longe e nos escritores portugueses seus contemporaneos, encontrou Camões muitos casos de assimetria. Basta citar estes exemplos do *Palmeirim:* «Como Albayazar o visse ja muy fraco e àquellas ser as derradeiras mostras do que podia fazer» (cap. 84) (2). «Isto nace do erro, que a fraqueza humana tẽ, que he os mais homens murmurarem mais vezes do bẽ do que contradizẽ o mal» (cap. 98) (3).

(Continúa). DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

---

que traz o nome destes dous, ainda se não emprega a frase *expressão polar.*

Para acentuar bem que nada póde fazer na conjuntura que lhe acaba de ser exposta, Isménia usa dos particípios *desligando ou ligando,* maneira de dizer que nós tambem empregamos na frase proverbial *não ata nem desata,* isto é, *não faz nada.* Cf. *sem mais nem menos.*

Comentando o passo do grande tragico grego, diz Bruhn: «Durch diese wohl sprichwörtliche Verbindung drückt Ismene ihre gänzliche Hilflosigkeit aus... Die Griechen bezeichnen oft durch die sog. polare Ausdrucksweise einem Begriff, indem sie ihn in zwei in ihm enthaltene Gegensätze zerligen» (pag. 51).

(1) *Stilistich-syntaktisches aus den spanisch-portugiesischen Romanzen,* na *Zeitschrift* de Gröber, 1911, n.º 3, pag. 268.

(2) Pronome e oração do infinito, complementos directos do mesmo verbo.

(3) Oração infinitiva e oração com o verbo no indicativo.

O ROMANTISMO INGLÊS

(Cont. do vol. 59.º, pag. 659)

Uma outra obra cuja entusiastica recepção pelo publico mostra bem os progressos do «espirito antiquario» em literatura e que por sua vez deu um novo e poderoso impulso ao movimento romantico, foi a colecção de romances populares, em inglês *ballads*, publicada em 1765 pelo Rev. Thomas Percy, mais tarde bispo de Dromore, na Irlanda. No estrangeiro, em obras de vulgarisação e manuaes escolares, considera-se geralmente a colecção de Percy como a primeira no genero. Mesmo em países de lingua inglêsa isso sucede por vezes em historias literarias elementares. E o que se dá com uma de data bem recente e por muitos motivos digna de apreço, a de William J. Long, Phil. Dr. pela universidade de Heidelberg (1). Nada é todavia mais inexacto. A colecção de Percy foi apenas *uma* em uma longa série, que começa quasi com o seculo. E algumas das colecções anteriores, duas pelo menos, avantajam-se muito ás celeberrimas *Reliques of Ancient English Poetry*, em escrupulos editoriaes e audacia de principios criticos afirmados no prologo.

A quem conhece a indigencia das nossas bibliotecas, mesmo em obras que no seu tempo foram de celebridade europêa (2) escusado é ponderar a impossibilidade de estudar directamente em Portugal essas numerosas compilações de poesia popular. No seculo da influencia francêsa só um conjunto de acasos tão extraordinario que teriamos de o considerar providencial poderia ter trazido ás bibliotecas portuguêsas reünidas por theologos e jurisconsultos os materiaes necessarios a um capitulo tão especial da historia da literatura inglêsa. E depois que esse assumpto é objecto de conscenciosas

(1) 1909, Boston, Ginn & C.º

(2) A Historia da Dinamarca de P. H. Mallet, a que já me referi de passagem, por exemplo, não me consta que exista em nenhuma das nossas grandes bibliotecas.

investigações na Inglaterra e na America, esses estudos não tem tido em Portugal reflexo de natureza a determinar a aquisição methodica de bibliotecas documentaes dos periodos obscuros daquella literatura, aquisição que além de dispendiosa, exige tempo e paciencia. Só daqui a bastantes annos e continuando as universidades com receitas proprias poderão os estudiosos de literaturas estrangeiras ter reduzido um pouco essa e outras immensas lacunas.

Limitar-me-hei a respigar em trabalho alheio uma breve noticia das principaes colecções anteriores á de Percy. A quantidade e obscuridade dellas contribuirá muito para pôr em relevo as condições da celebridade desta (1).

A mais antiga foi publicada em Edimburgo. Apareceu a primeira parte em 1706, a segunda em 1709 e a terceira em 1711. Entitulava-se *A Choise Collection of Comic and Serious Scots Poems, both Ancient and Modern* e é desconhecido o nome do compilador. Esta colecção influiu nas de Allan Ramsay, o fundador dum gabinete de leitura donde Walter Scott se fornecia na sua adolescencia. Uma dellas, *Tea-Table Miscelany,* foi popularissima. Não teve egual sorte a outra, *Evergreen,* cuja dedicatoria exibia um espirito de ousadia extraordinario para o tempo: «Tenho observado que leitores do melhor e mais fino Descernimento se queixam com frequencia de serem os nossos modernos Escritos cheios de Delicadezas afectadas, de estudados Requintes, que de boa vontade trocariam por aquella natural Força de Pensamento e Simplicidade de Estylo que usavam os nossos Maiores: A esses espero que não será desagradavel a seguinte Colecção

---

(1) Ver essa historia por extenso em Phelps, *obr. cit.,* cap VII. Eis aqui uma lista das colecções extraída desse capitulo: *A Choise Collection of Comic and Serious Scots Poems, both Ancient and Modern. By Several Hands. Printed by James Watson.* Edimburgo, 1706, 1709, 1711; *Scot Songs,* publicação de Allan Ramsay. Edimburgo, 1719; *Wit and Mirth, or Pills to Purge Melancholy,* col. de Thomas d'Urfey. Londres, 1719–1720; *A Collection of Old Ballads, corrected from the best and most ancient Copies Extant. With introductions Historical, Critical or Humorus. Ilustrated with Copper Plates.* Londres, 1723–1725; *Tea-Table Miscelany* e *Evergreen,* colecções de Allan Ramsay, 1724; *The Hive. A Collection of the Most Celebrated Songs,* 1724; *Orpheus Caledonius, or a Collection of the Best Scotch Songs set to Musick by W. Thomson,* 1725; *Warbling Muses,* 1749; *Proclusions, or select Pieces of antient Poetry, — compiled with great care from their several Originals, and offer'd to the Publick as Specimens of the Integrity that should be found in the Editions of worthy Authors,* 1760. Esta colecção é considerada um modelo de escrupulo editorial.

de Poemas.» Já não é pequeno atrevimento fallar assim em 1724. Mas vamos a outra passagem francamente revolucionaria em que se pasma de encontrar, no primeiro quartel do seculo XVIII, a affirmação de que a poesia é a expressão espontanea do sentimento nacional, um producto natural da raça e do país: «No tempo em que estes bons *Bardos* antigos escreviam, ainda nós não faziamos Uso de Enfeites importados na nossa Roupa, nem de Bordados estrangeiros nos nossos Escritos. A sua Poesia é o producto do seu País, não é surripiada lá fora e estragada pela Viagem: As suas Imagens são nativas e as suas Paísagens domesticas; copiadas daquelles Campos e Prados que nós todos os dias vemos (1)».

Diga-se de passagem os «bons Bardos antigos» de Ramsay não eram todos autenticos. Apesar do sub-titulo afirmar que se tratava duma colecção de poemas escocêses feita *by the Ingenious,* antes de 1600, alguns delles eram falsificados com *Ingenious* posteriores a 1600 e mesmo a 1700, entrando nesse numero o proprio compilador.

Merece tambem especial menção o prefacio duma vasta colecção acabada de publicar em 1725, *A Collection of Old Ballads Corrected from the best and most ancient Copies Extant.* Ahi se apresenta «o velho Homero» como «um cego cantor de romances» e Pindaro, Anacreonte e Horacio figuram na companhia dos seiscentistas inglêses, Cowley (2) e Suckling (3), como autores de romances. Além disso o desconhecido editor antepoz a muitos dos romances da sua colecção introducções historicas e criticas, com apreciaveis noticias sobre a literatura inglêsa antiga. Era, como Allan Ramsay, um precursor do gosto pelo primitivo e tradicional em poesia e do criterio historico que veio a dominar nas ultimas decadas do seculo. Se tivessem vindo quarenta annos mais tarde seriam celebridades europêas como Percy; em 1725 não passaram de vozes isoladas, que morreram quasi sem echo.

Não quer isto dizer que essas compilações de velhos romances não gozassem duma certa popularidade; o proprio editor desta ultima, no prefacio do segundo volume

---

(1) Segundo Phelps, *loc. cit.*

(2) Abraham Cowley, 1618–1667. É provavelmente pelas suas *Pindaric Odes* que figura aqui.

(3) Sir John Suckling, 1609-1642. Entre as suas obras figuram canções e baladas e são ellas sem duvida que lhe valeram a citação do editor anonymo.

exprime o seu contentamento pela bôa recepção que tinham tido as duas edições do primeiro. O gosto pelos romances heroicos medievaes e da Renascença era commum a todas as classes e não era uma moda ephemera. E depois da publicação em *The Spectator* de tres artigos sobre o assumpto, por Addison, o ditador do gosto, o prazer que dava a leitura da velha poesia anonyma ousava mostrar-se sem vergonha á luz do dia. A prova da influencia desses artigos está no facto de serem citados como justificação do empreendimento, em todas ou quasi todas as edições de baladas posteriores a 1711, anno em que foram publicados. Mas as baladas eram tidas como curiosidades agradaveis, incapazes de produzir revoluções literarias e não inspiravam aos leitores o alvoroço duma descoberta que faria epoca na sua vida, como sucedeu a Walter Scott quando leu pela primeira vez aos treze annos os celebres *Reliques of Ancient English Poetry* (1).

Os artigos de Addison merecem um exame atento, pois da comparação delles com o aparato editorial da compilação de Percy resalta com extraordinaria nitidez a revolução operada na philosophia literaria durante o meio seculo que de-

---

(1) «... travei então [1784] relações pela primeira vez com as Reliquias de Poesia Antiga do bispo Percy. Tendo eu sido desde pequeno apaixonado por esse genero de tesouros tradicionaes e a muito custo desviado a atenção dos escassos e rudes materiaes que possuía, pode imaginar-se, mas não descrever-se com que delicia eu vi composições da natureza das que tinham encantado a minha meninice e continuavam em segredo a ser as Dalilas da minha imaginação, consideradas como assumpto de graves investigações, serios comentarios e explicações convenientes por um editor que mostrava que o seu genio poetico era capaz de rivalisar com as melhores qualidades daquillo que o seu amoroso trabalho conservava. Lembro-me perfeitamente do sitio em que li esses volumes pela primeira vez. Foi debaixo dum enorme platano nas ruinas do que fôra destinado a um retiro ao gosto antigo, no jardim que já mencionei. Com tanta rapidez passou o dia de verão que apesar do forte apetite dos treze annos esqueci a hora do jantar e quando vieram procurar-me cheios de inquietação acharam-me ainda entregue aos transportes do meu banquete intelectual. Ler e decorar foram neste caso uma e a mesma cousa e dahi em deante os meus condiscipulos e todos os que me queriam dar atenção ouviam sem cessar recitações tragicas das baladas do bispo Percy. A primeira vez que pude juntar uns shillings, o que não era cousa que me sucedesse muito frequentemente, comprei para meu uso particular um exemplar desses amados volumes; e não creio que haja livro que eu tivesse lido nem metade das vezes que li esse, ou com entusiasmo que se aproximasse ao que elle me causou.» Autobiographia, incluida em *Life of Sir Walter Scott*, por J. C. Lockart, seu genro.

correra entre as duas publicações. Além de servirem, como disse, de escudo a todos os editores de romances tradicionaes, esses numeros de *Sepetator* foram ainda citados pela nova escola de compiladores. Assim fez Percy; e Herder traduziu um periodo do primeiro delles e incluiu-o entre as epigraphes que precedem a sua vasta colecção universal, *Volkslieder*. Mas nem estes nem mesmo os modernos historiadores das origens do Romantismo, Beers e Phelps, que delles fizeram extensos extratos, puzeram em relevo a verdadeira significação desses escritos criticos. Insistem muito na timidez perante o gosto classico que revelam as reiteradas citações de poetas antigos e a longa lista de ilustres apreciadores de baladas, mas não dão em cheio na sua feição fundamental. Antes porém de tentar uma interpretação, aliás bem simples, do seu espirito é preciso dar delles uma idêa precisa.

«Quando viajava — começa *The Spectator*, no seu n.º 70 de 21 de maio de 1711 (1) — deliciava-me particularmente em ouvir as Cantigas e Fabulas que teem sido transmitidas de Paè a Filho e que maior voga teem entre o povo meúdo das terras por onde passava; pois é impossivel que uma cousa seja universalmente apreciada e aprovada por uma Multidão embora ella seja apenas a Populaça duma Nação sem ter qualquer Capacidade particular para agradar e encantar o Espirito do Homem. A Natureza Humana é egual em todas as Creaturas rasoaveis e tudo o que com ella se conforma encontra Admiradores entre os Leitores de todas as Qualidades e Condições.» Refere-se em seguida á bem conhecida anedota de Molière que lia as suas peças á sua velha governante e tinha a certeza de que tudo o que a fazia rir era bom e triumpharia no palco. O que é simples nos pensamentos agrada universalmente, ao contrario do «estylo gothico» em literatura que só pode agradar aos que conseguiram contorcer artificialmente o gosto natural na leitura de imaginosos autores de engenhosas bagatelas poeticas.

Numerosas passagens de *Spectator* ilustram o significado Addisoniano de *Gothico*. Gothico em poesia era o artificial e rebuscado, a extravagancia seiscentista e as frivolas bugigangas poeticas — acrosticos, anagramas, etc. — que eram

---

(1) Ha uma optima reimpressão moderna do jornal de Addison e dum preço extremamente acessivel, a da colecção *Everyman's Library*, vols. 164-167, reproducção melhorada da edição de 1897-1898, do prof. Gregory Smith. Londres, Dent & C.º

aos olhos de Addison os equivalentes literarios da architectura por aquele nome designado (1).

---

(1) «Como o verdadeiro engenho consiste nesta semelhança e congruencia das idêas, o falso engenho consiste principalmente na semelhança e congruencia ás vezes de simples letras, como nos anagramas, chronogramas, lipogramas e acrosticos; algumas vezes de sylabas, como nos echos e versos de pé quebrado; algumas vezes de vocabulos, como nos trocadilhos e equivocos e algumas vezes de periodos ou poemas inteiros dispostos de modo a desenhar figuras de ovos, de machados ou de altares; e outros ainda alargam tão extraordinariamente a noção de engenho que incluem nella o arremedo exterior e consideram um homem engenhoso aquelle que consegue imitar a voz, atitude ou semblante doutrem.» Depois de extensas considerações sobre um genero de engenho a que chama mixto e de exemplificações delle em numerosos poetas nacionaes e estrangeiros volta á oposição entre o verdadeiro e o falso engenho: «Bouhours, que eu considero o mais penetrante de todos os criticos francêses esforçou-se por demonstrar que é impossivel ser bello um pensamento que não é justo e não teve fundamento na natureza das cousas; que a base de todo o engenho é a verdade e que nenhum pensamento pode ser de valia sem que o bom senso lhe sirva de alicerce... É este o modo natural de escrever, a bella simplicidade que tanto admiramos nas composições dos antigos e de que ninguem se aparta senão aquelles em quem escassêa a força de genio para fazer brilhar um pensamento só por meio das suas bellezas naturaes. Os poetas que carecem dessa força de genio para dar á natureza aquella magestosa simplicidade que tanto admiramos nas obras dos antigos são forçados a rebuscar ornatos extranhos e não deixam de aproveitar todas as invenções do engenho, seja este de que natureza fôr. *Considero estes escritores como godos em poesia, que, como os da architectura, sendo incapazes de atingir a bella simplicidade dos velhos gregos e romanos, procuraram substitui-la por todas as extravagancias duma fantasia irregular*... Se me não servisse de amparo uma tão grande autoridade como a de Mr. Dryden não me arriscaria a afirmar que *o gosto da maior parte dos nossos poetas inglêses, bem como o dos nossos leitores é extremamente gothico.*»

No numero seguinte filiava nesta dissertação sobre os diversos generos de engenho um sonho que tivera nessa noute, «pois os pensamentos surgem as vezes por si, sem que os chamemos, como as investidas e flutuações do mar continuam por algumas horas depois de ter cessado o vento». Sonhara que se tinha encontrado no país do Falso Engenho, onde tudo era artificial e extranho, onde as arvores tinham uma folhagem de ouro em folha e flôres de pedras preciosas e renda de bilros, onde as fontes marulhavam trechos d'opera, onde as flôres espalhavam aromas de toilette e os ventos eram formados por suspiros e recadinhos de amantes ausentes. «... com grande surpreza minha notei que havia por toda a parte echos artificiaes que pela repetição de certas palavras que eu proferia concordavam comigo ou contraditavam tudo quanto eu dizia. No meio da minha conversação com estes companheiros invisiveis, descobri no meio dum bosque mui sombrio *uma monstruosa fabrica construida á maneira gothica e coberta de inumeras invenções naquelle barbaro genero de escultura.* Dirigi-me immediatamente para

Cita em seguida a opinião de Ben Jonson que preferia ser autor da velha balada de *Chevy-Chase* a ter feito toda a sua obra e de Sir Philip Sidney que dizia: «Nunca ouvi a velha canção de Percy e Douglas sem que o meu coração se sentisse mais alvoroçado do que por uma trombeta; e ella é todavia cantada por qualquer cego da rua numa voz e dum modo que rivalisam em rudeza; e sendo assim, mal ataviada, com a poeira e teias de aranha daquelles grosseiros tempos, o que não operaria ella se fosse revestida da pomposa eloquencia de Pindaro?» Diz depois que não buscará mais justificações para o seu gosto e passará a apresentar uma critica do velho romance heroico. Vamos agora ver como esse gosto espontaneo que Addison partilhava com «os mais requintados escritores» do seu tempo é theoricamente justificado.

«Os maiores criticos modernos — começa — tem assentado como regra que um poema heroico deve ser fundado em um importante preceito moral adaptado á constituição do país em que o poeta escreve. Homero e Virgilio formaram os seus planos tendo em vista este principio. Como a Grecia era um conjunto de muitos governos que todos sofriam muito e davam grande vantagem ao Imperador da Persia, seu comum inimigo, por suas mutuas rivalidades e animosidades, Homero para estabelecer entre elles uma união tão necessaria á salvação de todos funda o seu poema nas discordias de vários principes gregos aliados contra um principe asiatico e nas diversas vantagens que dessas discordias advieram ao inimigo. No tempo em que o poema de que agora nos ocupamos foi escrito, as dissenções dos Barões que eram outros tantos pequenos principes eram vivissimas, quer entre elles, quer com os seus visinhos [escocêses] e isto causava ao país incalculaveis calamidades: o poeta, para que cessassem essas lutas descaroaveis, descreve uma sangrenta batalha e terriveis scenas de morte, causadas por mutuas inimizades que reina-

---

ella e descobri que era uma especie de templo pagão consagrado ao deus do Mau Gosto. Logo que entrei vi a divindade do logar, vestida de frade, tendo um livro numa mão e um chocalho na outra. Á sua direita estava a Diligencia com um candieiro aceso na frente, e á esquerda o Capricho com um bugio assentado no hombro. Deante dos seus pés havia um altar de mui extranho feitio, que, como ao depois reconheci, fôra assim feito para se harmonisar com a inscrição que o rodeava. Viam-se sobre o altar várias oferendas de machados, azas e ovos, de papel recortado e cobertos de versos, etc.» *Spectator,* n.os 62 e 63, de 11 e 12 de maio de 1711.

vam entre as familias de nobres inglêses e escocêses. Que este era o designio instrutivo do poema, mostram-no'-lo os ultimos quatro versos nos quaes, como praticam os modernos tragicos, deriva delle um preceito para beneficio dos seus leitores:

> Deus guarde o Rei e mande á nossa terra
> Fartura, alegria e paz;
> E permitta que a crua guerra
> Entre os nobres acabe.»

Continúa expondo os outros caracteres essenciaes do poema epico, segundo a doutrina dos criticos e prática dos antigos poetas, e todos encontra rigorosamente observados na balada de *Chevy-Chase* entre a qual e a *Eneida* estabelece um minucioso paralelo. O numero 70 do jornal não lhe proporciona espaço senão para o exame de mais outro principio: a obrigação de ser o heroe nacional e por meio de bellos incidentes pintar o seu caracter de modo a mantê-lo sempre nas alturas heroicas. Promete no fim voltar ao assumpto e assim faz de facto alguns dias depois, no numero 74. Ahi, depois de mais uma vez estabelecer a oposição entre a máscula simplicidade do poema popular e o conceitismo «gothico», volta á comparação do processo do poeta anonimo com o de Homero e Virgilio, achando que a identidade vae até ao ponto de «no catalogo das victimas» o autor seguir «o exemplo dos maiores poetas antigos, não só dando uma longa lista de mortos, mas introduzindo-lhe variedade por meio de breves caracteristicas de cada pessôa:

> E com o conde Douglas foi morto
> Sir Hugh Montgomery;
> Sir Charles Carrel, que do campo
> Nem um pé se arredou;
> E tambem Sir Charles de Ratcliff,
> Que era filho de sua irmã,
> Sir David Lamb, tão querido,
> Mas que ninguem pôde salvar.»

E termina pedindo desculpa de tantas citações latinas «que não teria usado se não receasse que o meu juizo pessoal parecesse muito singular num assumpto destes, se eu não fosse amparado pela prática e autoridade de Virgilio». Não que Addison julgasse que o autor obscuro de *Chevy-Chase* tivesse imitado propositadamente Virgilio: o poeta desconhecido fôra levado, diz elle, á descoberta das bellezas reveladas pelo epico

latino pelo mesmo genio e pela mesma obediencia á natureza, que era quem ditava as leis da poetica classica.

A significação dos artigos de Addison na historia dos estudos sobre poesia popular é a meu ver bem clara. Os grandes efeitos obtidos por meios simplicissimos serviam-lhe de arma para acabar de destroçar o arrebicado gosto «gothico». E o processo porque avaliava se o seu prazer na leitura das baladas tradicionaes era ou não legitimo consistia em aferir as baladas pelos preceitos da poetica classica, concluindo que a todos se subordinam rigorosamente, embora conceda que o som familiar dos nomes nacionaes não pode competir em magestade heroica com as listas de nomes veneraveis seguidos de «epiteto Homerico», na epopêa grega. Phelps referiu-se tambem a esses artigos de *Spectator,* mas considerando-os como documento das precauções oratorias necessarias no começo do seculo XVIII para poder citar despreziveis baladas anonimas; mas quanto a mim o que elles documentam, e dum modo nitido, é o caracter absoluto da critica classica, submetendo tudo aos seus principios inflexiveis e eternos, por serem fundados na natureza (1).

---

(1) Nunca é demais insistir em que as considerações criticas de Addison não passam duma *justificação philosophica* das *inclinações naturaes* do seu espirito. Quem tivesse alguma duvida sobre a espontaneidade do seu gosto pela poesia de folklore dissipa-la-hia facilmente lendo o artigo sobre o maravilhoso popular no n.º 419 de *Spectator*, de 1 de julho de 1712. Aqui ficam algumas passagens delle: «Estas descrições produzem um grato genero de horror no espirito dos leitores, divertem a sua imaginação com a extranheza e novidade das pessoas que nellas são representadas. Trazem-nos á memoria as historias que ouvimos na infancia e favorecem os secretos terrores e apreensões a que o espirito do homem é naturalmente sujeito. Deleitando-nos nós em observar os habitos e maneiras de ser das nações estrangeiras, quanto mais nos não deleitará e surpreenderá sermos por assim dizer transportados para outra creação e ver pessôas e costumes doutra especie? Homens de imaginação fria e disposições philosophicas alegam contra este genero de poesia que não ha nella bastante probalidade para impressionar o espirito. Mas pode a isto responder-se que nós em geral estamos convencidos de que existem no mundo, além de nós, seres intelectuaes e várias especies de espiritos que estão sujeitos a leis e economias diversas das do genero humano; quando vemos portanto alguns desses representados naturalmente não podemos considerar a representação como uma cousa impossivel... Não abundava entre os antigos este genero de poesia, pois na verdade quasi toda a substancia della deve o seu original ás trevas e superstição de tempos posteriores em que se fazia uso de pias fraudes para divertir os homens e pelo temor conservar-lhes o sentimento do dever. Os nossos antepassados consideravam a natureza com mais reve-

A autoridade de Addison não conseguiu porém proteger completamente contra o desdem de alguns dos seus contemporaneos a poesia popular. E as feições Homericas e Virgilianas que elle descobria no rude poema de *Chevy-Chase* serviram mesmo, segundo Johnson, a um delles, Wagstaff, para o meter ridiculo (1). Este, parodiando os artigos criticos de *Spectator* que acabamos de examinar, revestiu de dignidade classica o lendario anão Tom Thumb, heroe duma balada impressa na primeira metade do seculo XVII.

A fonte principal das *Reliquias* de Percy foi um manuscrito que lhe oferecera um seu amigo de Shropshire e cuja realidade foi por algum tempo posta em duvida, como a dos originaes gaélicos de Macpherson, mas do qual existe hoje uma edição diplomatica. Esse codice sofrera várias especies de mutilações. Em grande parte delle a faca do encadernador amputara o primeiro ou o ultimo verso, e ás vezes os dois; algumas folhas tinham sido arrancadas e de muitas tinham rasgado tiras para acender o lume. Percy não só *restaurou* com remendos da sua lavra essas lacunas, e fez entre os velhos romances uma selecção dos que mais capazes lhe pareceram de interessar o publico, mas recompoz mesmo quasi completamente alguns que julgou demasiado barbaros para o gosto polido da epoca. Ao nucleo fornecido por esse codice

---

rencia e horror antes de ser o mundo alumeado pelo saber e pela philosophia... Não havia uma aldêa na Inglaterra que não tivesse um espectro, os cemiterios eram todos frequentados por aparições, em todos os grandes baldios havia uma população propria de fadas e dificilmente se encontrava um pastor que não tivesse visto um espirito. Entre todos os poetas deste genero são os nossos inglêses os melhores, pelo que tenho visto, ou porque abundem mais no nosso país historias dessas ou porque o genio delle seja mais adquado a essa especie de poesia. Pois os inglêses são naturalmente fantasiosos e, pela disposição melancolica e sombria tão frequente na nossa nação, dispostos a muitas idêas extravagantes e visões, a que outros povos não são tão sujeitos.»

A poesia fantastica parecia-lhe mais dificil que qualquer outra pela falta de modelos antigos; e as qualidades que julgava necessarias para ella eram «uma imaginação naturalmente fertil e supersticiosa» e tambem «ser versado em lendas, fabulas, romances antiquados e tradições de amas e velhas para que possa dar em cheio nos nossos preconceitos naturaes e harmonisar-se com as noções de que nos imbuimos na infancia». Não possuindo estes dons naturaes os seres sobrenaturaes «fallarão como gente da especie delle poeta e não como uma familia de seres que convivem com objectos diversos e pensam de diferentemente do senero humano».

(1) *Life of Addison*, em *Lives of the Poets*.

juntou o editor extractos doutras colecções guardadas em diversas bibliotecas e archivos; e vários colecionadores de romances, em grande parte escocêses, puzeram á sua disposição delle as suas colecções.

Na nota que precede *Chevy-Chase,* o primeiro poema do livro, ainda Percy cita «a excelente critica» de Addison. Mas nem no prefacio, nem nas notas, nem no extenso *Essay on the Ancient Minstrels in England* se encontra a minima tentativa para colocar as *Reliquias* sob a protecção das leis da poetica classica. Pelo contrario mais duma vez reconhece o escasso merito poetico da composição, compensado pelo interesse historico. Assim sucede por exemplo na nota prefatoria de *An Elegy on Henry, 4.th Earl of Northumberland:* «Se o leitor não encontrar grande merito poetico nesta velha poesia, que é todavia a melhor de Skelton (1), verá pelo menos nella uma viva pintura da pompa e magnificencia com que vivia a nossa nobreza durante os tempos feudaes. Este grande conde é aqui apresentado como tendo entre os seus servos, cavaleiros, escudeiros e mesmo barões.» (2) Percy era um antiquario e os seus romances são destroços exhumados que testemunham estados sociaes extintos e não *elegant extracts* respigados com o fim de fornecer modelos selectos de poesia para a formação do gosto, embora fosse demasiado classico para se atrever a dar ao publico as velhas reliquias poeticas em toda a sua aspereza.

A personalidade do editor das *Reliquias* merece uma certa atenção. A sua historia é como um grosseiro esboço da de Walter Scott. Percy era filho dum merceeiro de Shropshire, cujo nome era primitivamente Pierce. Com razão ou sem ella, o futuro bispo de Dromore identificou este nome com aquelle por que é conhecido e que é o apelido dos condes,

---

(1) John Skelton (1460? — 1529).

(2) ... had both day and night
Knyghtis and squyers, at every season when
He calde upon them, as menyall houshold men...
.....
Barons, knits, squyers, one and alle,
Togeder with servaunts of his famuly...
.....
More specially barons, and those knygtes bold
And all other gentilmen with hym enterteynd
In fee, as menyall men of his housold,
Whom he as lord worsheply manteynd...

depois duques, de Northumberland. Não sei se os seus estudos archeologicos sobre o Norte da Inglaterra seriam uma consequencia das laboriosas investigações genealogicas á que se entregou para estabelecer a sua qualidade de chefe de linhagem dos Percys, visto a casa no seu tempo ter caido em femea. Mas tudo leva a crer que tanto esses trabalhos de antiquario como o seu interesse pelos romances epicos do *Border* inglês em que o nome de Percy sôa a cada instante foram apenas ampliações dum sentimento para que não encontro senão o nome de *emoção genealogica*. Faz sorrir a sua ingenua dignidade de *heir male* honorario dos Percys de Northumberland. Boswell, pintando uma disputa azeda entre elle e Johnson por este louvar um livro de viagem de Pennant, diz: «O Dr. Percy sabendo que tinha a varonia dos antigos Percys e sendo extremamente dedicado á nobre casa de Northumberland, não pôde ouvir a sangue frio louvar um homem que fallara com menos respeito do castelo de Alnwick e dos terrenos de recreio do Duque...». E com um desvanecimento innocente por poder sentenciar em ultima instancia sobre uma questão tão delicada como era a de ascendencia feudal dum merceeiro de provincia acrescenta em nota: «Ver isto cuidadosamente tratado e a descendencia da sua familia claramente deduzida dos Condes de Northumberland na excelente *Historia de Worcestershire* do Dr. Nash, vol. II, pag. 318. O Doutor adicionou uma nota em que diz: 'O editor viu e examinou cuidadosamente as provas de todos os factos supra-mencionados, hoje na posse do Dr. Thomas Percy. Eu proprio examinei as ditas provas escrupulosamente e vi algumas mais que apareceram depois da publicação do livro do Doutor; e tanto na qualidade de jurisconsulto habituado ao exame das provas, como na de linhagista versado no estudo das arvores genealogicas, fiquei plenamente satisfeito. Não posso deixar de notar como circumstancia de não pequeno peso que a reconstrução da genealogia do Bispo de Dromore recebeu importante auxilio da falecida Isabel Duquêsa de Northumberland, herdeira daquella ilustre casa, senhora não só da alta dignidade de espirito propria do seu nobre sangue, mas dotada de excelente entendimento e brilhantes talentos...».

A emoção genealogica que pode ser e é de facto muitas vezes acompanhada de espalhafatosa vaidade, não se confunde porém na sua essencia com este sentimento. Trata-se duma emoção de caracter poetico, daquella curiosidade palpitante e suspensa que uma simples semelhança de nomes causa ás vezes ao leitor duma velha cronica ou dum manus-

crito amarelado, fazendo-lhe entrever de subito um remoto ascendente desconhecido. Quando a mera possibilidade gera esse sentimento inconfundivel, natural é que elle acompanhe num espirito dotado de sensibilidade poetica a pesquiza genealogica atravez dos velhos documentos, ou o estudo duma genealogia já completa. E a commoção deve ser tanto mais intensa quanto mais obscura fôr a situação actual do descendente duma ilustre linhagem.

Percy era decerto antiquario por natureza e por influencia da epoca. Mas, sem querer dar á hipothese maior valor do que o duma hipothese, pois escassêam-me os dados biographicos positivos, tenho para mim que foi, como ia dizendo, a caça aos documentos onde pudesse assentar solidamente a transformação ortographica do *Pierce* que herdara no *Percy* que ambicionava, que fez recair as baladas heroicas do *Border* inglês sob a sua atenção cheia de simpathia por tudo quando se relacionasse com a sua idêa fixa. E estavam bem nesse caso poemas como *Chevy-Chase, The Battle of Otterbourne, Northumberland betrayed by Douglas,* que têem por heroe aquelle pittoresco *Hotspur,* de *Henry IV,* uma das figuras de mais relevo que Shakespeare modelou, e outros membros mais modernos da familia Percy. O facto de resto nada tem de extraordinario; elle é confessadamente o que se dava com Walter Scott, e nós já vimos que influencia as baladas de Percy e todo o seu aparato editorial exerceram no espirito delle. «O meu nascimento — diz elle — não foi nem distinto nem sordido. Segundo os preconceitos do meu país foi considerado *gentle,* visto eu ser parente, embora afastado, tanto pelo lado de meu pae, como pelo lado de minha mãe, de familias antigas. O avô de meu pae era Walter Scott, bem conhecido em Teviodale pelo cognome de *Barbudo.* Era filho segundo de Walter Scott, primeiro *laird* de Raeburn, que era o terceiro filho de Sir William Scott, e neto de Walter Scott, chamado comummente na tradição *Auld Watt,* de Horden. *Descendo portanto em linha reta daquelle antigo chefe cujo nome fiz soar em muitos trechos poeticos, e de sua formosa dama, a Flôr de Yarrow, — uma genealogia nada má para um Menestrel do Border.*» (1) Até o seu nome de ba-

---

(1) Em Lockart, *ob. cit.* Veja-se, por exemplo, o poema *The Lay of the Last Minstrel* e as extensas notas do autor. Sendo a obra de W. Scott, como poeta, apenas um desenvolvimento de sua actividade como compilador de *Minstrelsy* das Marcas escocêsas, é perfeita a identidade do seu caso com o que suponho ser o de Thomas Percy.

ptismo, que tantas vezes reaparece na sua ascendencia por uma tradição obscura que remontava ao velho *chieftain,* devia inspirar-lhe uma veneração quasi religiosa. O sentimento de Percy ao estudar e preparar para a publicação as suas velhas baladas era sem duvida muito mais indistinto do que esta nitida consciencia de ser o *ultimo Menestrel* do seu clan, mas era identico em natureza.

A mesma energia inicial de caracter emotivo e poetico, a mesma tendencia para reconstituir com ruinas e apagados vestigios, atravez de longas e complicadas vicissitudes o estado perfeito dum edificio ou duma instituição social quasi extinta, as feições duma civilisação desaparecida ou o esplendor duma antiga familia decaida, que levava o editor das *Reliquias* a filiar na historica e lendaria casa de Northumberland a origem do modesto merceeiro de Shropshire, a quem devia o ser, estimulava-o a traçar a nobre ascendencia dos poemas populares conservados na tradição oral e desprezados pelos cultores da *polite literature.* «Vou apresentar aqui ao leitor, — diz elle, começando o prefacio da primeira edição — reliquias escolhidas dos antigos Bardos e Menestreis inglêses, uma classe de homens que foi outr'ora altamente respeitada pelos nossos antepassados e contribuiu para mitigar a rudeza dum povo marcial e iletrado com a sua poesia e a sua musica.» E no *Essay on the Ancient Minstrels in England,* que precede a colecção: «Os Menestreis eram na Edade-Média, uma classe d'homens que viviam das artes da poesia e da musica e cantavam á harpa versos compostos por elles proprios e por outros... Estas artes tornavam-n'os extremamente populares e estimados neste e em todos os paises visinhos, onde não se julgava completa uma festa que não fosse realçada pela exibição dos seus talentos e onde, emquanto subsistiu o espirito cavalheiresco, elles foram protegidos e amimados porque os seus cantos tinham em vista honrar a paixão dominante daquelles tempos e animar o espirito guerreiro.

«Parece que os Menestreis foram os sucessores genuinos dos Bardos, que com diferentes nomes eram admirados e venerados desde os tempos mais remotos entre os povos da Galia, da Britania, da Irlanda e do Norte; e por quasi todos os primitivos habitantes da Europa, quer de raça celtica, quer de raça goda, mas por povo algum foram mais estimados do que pelos nossos antepassados teutões, especialmente pelas tribus dinamarquêsas. Entre estas eram conhecidos pelo nome de Scaldos, palavra que significa «amacia-

dores e polidores de lingua». A origem da sua arte era atribuida a Odin ou Woden, pae dos seus deuses, e aquelles que professavam essa arte gozavam da mais alta estima. O seu dom era considerado um atributo de natureza divina; as suas pessôas eram reputadas sagradas; os seus oficios solicitados pelos reis: e por toda a parte eram objecto de honrarias e recompensas... Como estas honras eram prestadas á poésia e ao canto desde as mais remotas eras, nos países que os nossos antepassados anglo-saxões habitavam antes da sua emigração para a Britania, podemos razoavelmente concluir que estes não perderiam o respeito pelos homens desta classe, apenas saídos das suas florestas da Germania.»

A influencia deste longo ensaio não foi de certo menor que a dos romances populares que elle se destinava a elucidar. Esta maneira nova de encarar a poesia de folklore contribuiu poderosamente para dotar o espirito como que duma segunda vista, dum sentido historico que lhe permite ver a realidade palpavel e aparentemente prosaica nobilitada e completada pelo espetro do seu passado, fazendo lembrar aquellas photographias *espiritas,* em que se veem os vivos acompanhados da sombra dos seus mortos. Foi em Walter Scott, o grande entusiasta das *Reliquias* de Percy desde os treze annos, como vimos, que este espirito historico emadureceu. Nada mais instrutivo sobre o seu papel real no movimento literario do seculo seguinte do que a passagem da sua autobiographia em que elle nos conta os seus estudos de direito escocês na Universidade de Edimburgo: «... não posso admirar suficientemente a penetração, a clareza de concepção necessarias ao arranjo do edificio juridico, erguido originariamente sob a rigorosa influencia dos principios feudaes e que foi sofrendo inovações, alterações, revoluções, por efeito da mudança dos tempos, usos e costumes, até ficar como um castelo antigo em parte arruinado, derrocado, remendado e alterado durante a longa sucessão dos seculos, por mil acrescentos e combinações, mas apresentando, com os signaes da sua antiguidade, simptomas da pericia e tino dos seus fundadores e podendo ser analisado e reduzido a um plano metodico por um architecto capaz de compreender os estilos diversos das diferentes epocas em que elle sofreu modificações.»

Este espirito novo transformou o romance. A conquista perduravel de W. Scott, o seu mais ilustre representante não foi a do passado como assumpto da narrativa ficticia. O romance historico existia antes delle: durante os trinta annos

immediatamente anteriores á publicação de *Waverley* publicaram-se uns cincoenta (1). A sua grande revelação consistiu em ensinar a ver o presente historicamente. Recorramos para maior clareza a um dos seus prefacios, ao de *The Pirate,* onde elle nos descreve a sua rapida viagem pelos archipelagos escocêses e nomeadamente pelo de Shetland, em cuja ilha principal se desenvolve a acção do romance.

As observações de caracter positivo sobre o viver de Shetland reduzem-se a isto: a propriedade estava muito mais egualmente distribuida do que na Escocia; a *gentry* era por isso obrigada a habitos modestos; e a resultante barateza da vida fazia com que oficiaes inglêses ali destacados lastimassem «a sua proxima partida das melancolicas ilhas da Ultima Thule». Outra cousa não apresentariam ellas á consideração desses oficiaes ou a qualquer visitante desprovido de cultura historica e imaginação poetica. Aos olhos de W. Scott «leves indicios» permitiam resuscitar o que fôra um seculo antes «o tom da sociedade naquellas solitarias, mas interessantes ilhas». E precisando esses indicios compõe a narrativa.

Quando passou a efervescencia de imitações do romance historico escocês, viu-se que uma cousa ficara: os romancistas tinham invertido o processo de W. Scott. Em vez de estudar o presente, como base de quadros do passado, traçavam a pintura do presente, mas fazendo-o como fluctuar, esbatido, sobre uma neblina historica (2). Compare-se qualquer dos numerosos herdeiros do espolio de Scott a um dos

---

(1) Ver uma lista completa desses romances em Wilbur L. Cross, *The Development of the English Novel,* pag. 307–308.

(2) A influencia de W. Scott, como resurgidor do passado, exerceu-se dum modo perduravel e salutar, não sobre o romance, mas sobre a Historia, como muito bem viu Carlile: «... podemos dizer que os romances historicos ensinaram a todos os homens esta verdade que parece evidente, mas que praticamente era como inteiramente ignorada para os escritores de Historia e outros, antes de lh'a revelarem: que os tempos passados estavam realmente cheios de gente viva e não de protocolos, papeis de estado, controversias e abstracções de homens. Não, elles não eram abstracções, nem diagramas, nem theoremas; mas homens com casacos e calções de camurça ou doutra qualquer qualidade, com côr nas faces, dores de estomago e com os seus idiotismos de linguagem, as feições e a vitalidade de verdadeiros homens. É esta uma palavra de pouca monta, mas de profunda significação.» *Essay on Sir W. Scott.*

Este assumpto só póde ser tratado devidamente num capitulo especial sobre Scott, na segunda parte deste estudo. Aqui figura apenas, porque sem o exame, embora rapido, da planta adulta, não se veria bem tudo o que estava potencialmente contido no germe.

grandes mestres do romance inglês do seculo XVIII, Fielding, por exemplo. O contraste é flagrante. Emquanto os admiraveis caracteres de Fielding fazem lembrar em relação ao passado as figuras de certas estampas chinêsas, cujos contornos se recortam nitidos sobre o fundo vasio do papel em branco, as narrativas de Thackeray, de Balzac, de Camillo Castello Branco, abrem uma vasta perspectiva historica que se perde ao longe e que dá ás personagens da actualidade uma phisionomia que não teriam perante olhos desprovidos da segunda vista a que me referia ha pouco.

(Continúa).

CARLOS DE MESQUITA.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO X

1866–1871

(Cont. do vol. 59.º, pag. 629)

XV

Estadas de Castilho em casa de seu irmão José. — Transporta-se o leitor ás reuniões bohémias e artisticas na officina do pintor Marciano Henriques da Silva na calçada da Tapada. — Relações de Castilho com o Ministro de Hespanha, D. Angel Fernandez de los Rios. — É despachado Eugenio de Castilho Administrador do Concelho de Lagos. — Junho de 1870. — Mais tarefas literarias. — Fallecimento do Almirante Celestino Soares. — Adoece e morre a irman de Castilho. — A Commissão das Bibliothecas populares fundadas por D. Antonio da Costa, Ministro de Instrucção publica, inaugura-se sob a presidencia de Castilho.

N'este verão de 1870, passava Castilho de quando em quando alguns dias, ora no Painel do Anjo, ora n'uma casa em Lisboa, defronte de S. Luiz Rei de França, com seu irmão. Ahi trabalhavam no *Fausto,* ou n'outras obras literarias, muitas horas a fio; ahi, principalmente em S. Luiz, tinham os amigos a certeza de encontrar optimo cavaco, bons charutos, e bellissimo caffé, ou chá (á vontade).

Em 24 de Junho ia já no fim o Acto II do *Avarento.*

*

Creio que ainda não mencionei umas reuniões de outro genero, muito artisticas e um pouco bohemias, que se davam

semanalmente na officina do talentoso pintor Marciano Henriques da Silva, já conhecido do leitor desde as minhas descripções da Ilha de S. Miguel. Castilho que foi sempre adorado pelo expansivo Marciano, frequentou algumas vezes esses jantares de *novos;* eu acompanhei-o lá uma tarde.

Era na calçada da Tapada, lá quasi no alto, uma casa irregular e vasta, muito artistica, muito cheia de quadros e esbóços, e singularmente hospitaleira.

Marciano, que era a bondade em pessoa, teria então quasi quarenta annos; da sua figura, que tinha sido bella, da sua cabeça raphaelesca, já nada ou pouquissimo conservava. Era um homem gôrdo, quasi obeso, physionomia bondosa, bigode loiro e pera, cabello ainda aloirado penteado para traz. Muito loquaz, muito expansivo; o seu maior gôsto foi sempre receber amigos á sua farta meza; a sua vocação predilecta foi sempre a gastronomia. Eximio na execução de pratos da cosinha italiana, exhibia-os com o verdadeiro desvanecimento de um Brillat-Savarin. Tortoni feito pintor.

El-Rei D. Luiz, que sympathisava muito com o engraçado artista, nomeára-o Director da sua Galeria, mandára-lhe edificar junto á casa uma officina, e dava-lhe bom ordenado. Dava-lhe mais do que isso: a intimidade; algumas vezes foi el-Rei cear com Marciano, e creio que até collaborar na feitura de algum *rizzotto,* ou de alguns *capelletti* á italiana. Essas idas d'el-Rei á officina eram sempre incógnitas, nocturnas, mas sabiam-se cá fóra.

Iam ali muito o escultor francez Anatole Calmels, Raymundo de Bulhão Pato, D. Diogo de Sousa Botelho de Vasconcellos, Zacharias de Aça, Cabral de Medeiros, Diogo Francem Wesser, Monteiro, Benalcanfor, Pinheiro Chagas, Miguel Lupi, e, além de outros que já não me occorrem, alguns Michaelenses antigos amigos do talentoso artista, como Herculano Gomes Machado, e não sei quem mais.

Castilho divertia-se immenso n'esses dias. Punham-n-o bem, inteiramente á vontade, sem o mais leve constrangimento, e elle remoçava com os chistes de Marciano.

Nos dias de reunião todos os convivas usavam por obrigação uns barretes feitos com papel de jornaes; era uniforme. ¡E o que elles riam! ¡e o que ali se ouviu de historietas chistosas! ¡e que grandes invenções culinárias não glorificaram ali o talento do Vatel açoriano!

Do seu amigo Castilho, seu antigo protector e incitador em 1847, segundo mostrei, pintou Marciano Henriques dois retratos a oleo; um, offereceu-o o senhor D. Luiz ao Impe-

rador do Brazil; o outro, mandou-o collocar na sua galeria da Ajuda (1).

Lê-se n'uma carta de Castilho a um de seus filhos, em 4 de Novembro de 1872:

«O meu retrato vai quasi concluido, e dizem que vai muito bom».

Marciano começou outro, que ficou em esbôço a claro-escuro. Veio a apparecer, depois do fallecimento do pintor, n'um basar ás Janellas Verdes; e comprado ahi por meu irmão Augusto, foi-me offerecido.

*

Outro assumpto.

Começariam por Maio ou Abril de 1870 as relações de Castilho com o Ministro Plenipotenciario de Hespanha em Lisboa, D. Angel Fernandez de los Rios. Sahido da phalange politico-jornalistica de Madrid, desejava este diplomata manter com Portugal relações literarias, que sempre teem grande influencia em tudo mais; procurou Castilho, e manifestou lhe a mais alta consideração, como em breve mostrarei.

Era Fernandez de los Rios um homem alto, magro, moreno, pequeno bigode grizalho, maneiras rapidas e á vontade, muito conversador, sim, mas com umas amabilidades forçadas de quem fez tenção de ser cortez e insinuante... á fôrça.

*

Em 22 de Junho de 1870, ás 6 horas da manhan, sahiu de Lisboa Eugenio de Castilho, com direcção a Lagos, onde ia ser Administrador do Concelho, despachado pelo Governo do Duque de Saldanha.

*

Dois dias depois, a 24, escrevia Castilho a um filho:

...«Cheguei hontem á noite do Campo Grande (2), para onde tórno domingo de tarde. Adiantei a valer o *Avarento*. Estou no fim do 4.º Acto, e vai bem bom».

---

(1) O que pertenceu a S. M. O Imperador, não sei onde pára; certamente existe no Rio de Janeiro. O da Ajuda foi-me offerecido em Janeiro de 1900 por el-Rei o senhor D. Carlos, quando se celebrou o centenario. Tudo isso tem história n'outra parte.

(2) Painel do Anjo.

Meado Julho, concluia-se a empreitada, segundo deprehendo de uma carta d'elle a D. Antonio da Costa em 15.

*

Minha Mãe achava-se habitualmente pouco bem com a sua asthma chrónica; mas a insistencia do mal ia demonstrando desde alguns mezes symptomas cardíacos muito pronunciados. Obrigou-a o D.or Valente a sahir para o campo; foi indispensavel tomar casa; alugou-se na Ameixoeira, estrada da Charneca, mesmo defronte da azinhaga chamada *da Cidade,* que leva á alameda do Lumiar, uma pequena casa de poucas sacadas de frente, com jardim, pomposamente denominada ainda hoje *quinta do Noronha.*

Castilho ora estava no Painel do Anjo, ou em Lisboa, a S. Luiz, com seu irmão, ora com um filho na travessa de Santa Gertrudes, ora na Ameixoeira, para onde sua santa mulher partiu com Ida em 8 de Julho.

N'um d'esses poisos principiou *As velhacadas de Chrispim (Les fourberies de Scapin),* mas não passou do comêço.

*

Tivemos todos em 7 de Agosto d'este mesmo agitado anno de 1870 um desgôsto muito grande, com o fallecimento do nosso querido Almirante Joaquim Pedro Celestino Soares, que rendeu a sua bella alma a Deus Nosso Senhor ás 2 horas e 40 minutos da tarde, depois de tormentoso e prolongado padecer, na sua casa da travessa do Pé-de-ferro.

Ás 6 da tarde do dia 8 fomos leval-o, recoberto com a Bandeira nacional, á sua última jazida nos Prazeres.

*

Este mez havia de ficar assignalado por outro gravissimo desgôsto no coração de Castilho. Sua irman adoecêra com uma cardialgia, e dava-nos sérios cuidados. Iamos todos os dias vel-a a sua casa, que era o andar nobre do palacete da rua da Rosa n.º 230, esquina da travessa da Estrella, para onde se mudára de S. Boaventura n.º 48 em Julho de 1869, tendo habitado em S. Boaventura desde Junho de 1862 já pela segunda vez.

Estava muito doente, como digo, iamos vel-a todos os dias, comtudo ainda ninguem suspeitava a imminencia do perigo.

O Ministerio da Instrucção publica tinha sido criado por decreto de 23 de Junho d'este mesmo anno; e o titular d'essa pasta, D. Antonio da Costa, no intuito de incutir efficaz impulso ás Bibliothecas populares, por elle fundadas, nomeára Castilho para Presidente da Commissão organisadora de tão alto melhoramento.

Em 27 de Agosto, n'uma sala da Bibliotheca Nacional, em S. Francisco, installou Castilho a dita Commissão, e seguiu comigo para a rua da Rosa. Pouco depois de chegarmos, ás 2 horas e 3 quartos, perdia elle sua boa irman; expirou quasi de repente, entre seus dois últimos irmãos, Antonio e José, suas cunhadas, e seus sobrinhos.

Grande alma, de quem certamente a Divina Misericordia se ha-de ter compadecido.

XVI

Acha-se pronto para a impressão o manuscrito da traducção do *Fausto*. — Descripção de uma pequenina casa a Campo de Ourique. — Ahi vai Castilho frequentes vezes. — Dois engraçados ditos seus. — Sai para o Funchal, já muito doente, o moço Alexandre de Castilho. — De Lagos regressa Eugenio.

Na traducção espantosa e monumental do *Fausto,* e nos outros trabalhos que tenho citado, consumiu Castilho o anno de 1870. Em Dezembro ficava o manuscrito do *Fausto,* todo na minha letra clara e nítida, pronto para a impressão. Logo veremos isso.

*

Em 10 de Setembro começava o autor d'estas minuciosas Memorias (para alguns minuciosas de mais) a habitar uma linda mas um tanto mesquinha casa, acabada de renovar, na travessa de Santo Aleixo, a Campo de Ourique. Modesta, sim, mas independente, e extremamente alegre; os Portuguezes gostam de independencia; que o diga 1640.

Bom ar, socêgo, largas vistas, um quintal, e, mesmo pegado com este, o palacete do largo da Páschoa, onde moravam os melhores visinhos que podia haver: a familia do bom e excellente Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas, Engenheiro, Vedor da Casa Real, e uma vez Ministro das Obras públicas. Eram nossos íntimos, e conviviamos o mais possivel. Tudo isso desappareceu: a nossa casa, repartida e banalisada, é outra; o quintalão dividiu-se; a familia Canto é morta.

Neste predio teve Castilho um quarto seu, pequenino, forrado de papeis claros, que algumas temporadas habitou.

Campo de Ourique, com as suas immediações ruraes, era então, n'aquellas eras pre-historicas de 1870, um prologo do campo; chegavam até ali as cheirosas aragens da serra do Monsanto em primeira mão, e as de S. João dos Bemcasados, Cruz das Almas, e Campolide. Hoje... tudo isso é cidade, e semsabor. Ia gente passar o verão para aquelles arredores; e ás tardes viam-se ranchos a passeio, em cabello, nas larguissimas searas de Campo de Ourique, e nas ribanceiras dos Terremotos.

Possuia o sitio os seus habitantes, as suas lojas, as suas Missas, e nada d'isso se confundia com as Missas, as lojas, os moradores, dos outros bairros. ¿Quem acredita agora n'essas separações, com as communicações faceis, a nova demarcação urbana, e os pregoeiros de jornaes?

Da nossa casa, apartada do bulicio da rua de S. Luiz na travessa muito aldean de Santo Aleixo, deitava-se o ôlho á longinqua Adabeja; ella propria, a casa, dividida hoje para varios inquelinos, cerceada no quintal, que então vicejava com árvores e parreiras, nem já suspeita o que foi.

Pois ahi passámos dias bem serenos, n'um quasi isolamento, e influenciados pelo oxigenio de serras escalvadas e lavadas do *aguião*.

A visinhança era pouca, e humilde; uns passos a diante abriam-se as janellas gradeadas do quartel de Infantaria 16, e ouviam-se gemer as guitarras beirôas ou alemtejanas dos pobres soldados, cheias de nostalgia...

De uma banda lobrigava-se um pouco de Tejo e o campo; do outro a grande Lisboa, representada por algumas casas da freguezia de Santa Isabel.

E eu tirava apontamentos e esboços n'um diario intimo que muito me serviu, e que já destruí.

Lembro-me, por exemplo, da tarde do 1.º de Setembro de 1872. O tempo, ainda estivo (dizia o meu diario) carregava-se já da electricidade do Outono; accumulavam-se sôbre o poente grossas nuvens doiradas do sol que ia a sumir-se; na atmosphera de trovoada nem se sentia um sôpro, nem um trilo de passaro; o sorriso da despedida do sol era solemne; o silencio geral, só o quebrava de longe a musica de não sei que procissão que atravessava o bairro; e repicavam, esfumados pela distancia, os sinos argentinos de Santa Isabel.

.....

*

Castilho saboreava todas estas delicias meio bucolicas, e a casa de Santo Aleixo contou para elle alguns dias bem tranquillos.

Elle, ainda assim, não gostava de casas acanhadas; e concebe-se o porquê: tolhiam-lhe os passos, impediam-lhe os movimentos. A uma pessoa falta de vista é penoso esbarrar em moveis, e divagar n'um estreito archipélago de mezas e poltronas. A casa pertencia a um honrado alfaiate da rua Augusta. Quando Castilho lá entrou pela primeira vez, domingo 25 de Setembro de 1870, quando lhe andei mostrando aquellas salas em miniatura, aquelles gabinetes de bonecas, observou elle com a sua graça habitual:

— Sim, sim, bem se vê que pertence a um alfaiate, acostumado a fazer *casas* para botões.

Por fim já gostava da habitação. Uma vez, queixando-me da sumiticaria do edificio, disse:

— Não te queixes, homem. Apesar de ser pequena a tua morada, lembra-te do Sócrates da fabula de Phedro:

Utinam... veris hanc amicis impleam!

O Poeta ali habitou comigo algumas temporadas, como já contei; outras, foi fazer companhia a minha Mãe na Ameixoeira, onde ella ainda se conservou até 29 de Outubro, dia em que regressou para S. Francisco de Paula.

*

Estava para haver na familia algumas mudanças súbitas.

A 15 de Dezembro de 1870 partiu no paquete para o Funchal o nosso muito querido primo com irmão Alexandre Magno de Castilho, nas últimas de uma teimosa tysica pulmonar que o minava desde muito, e poucas semanas andadas o matou.

O *Diario de Noticias* de 27 de Janeiro de 1871 dizia:

Alexandre de Castilho. — Apagou-se um talento esplendido. Morreu Alexandre Magno de Castilho, filho do sr. José Feliciano de Castilho, e sobrinho do grande mestre da poetica, visconde de Castilho. Desappareceu mais um vulto da gloriosa dymnastia litteraria dos Castilhos. Alexandre Magno

Castilho tinha trinta e tantos annos, e n'esta edade, que de titulos á veneração e á estima publica! Era professor da Escola Naval, distincto engenheiro geodesico, tenente da armada e membro da Academia das Sciencias de Lisboa. Espirito reflexivo, e profundamente investigador, em diversos ramos de conhecimentos dera provas de grande saber e talento. O seu «Roteiro da Costa Occidental de Africa» é trabalho que ha de perpetuar o seu nome entre os escriptores navaes. Os seus ultimos escriptos publicados em francez, alcançaram-lhe a fama e louvor entre os sabios estrangeiros. Aquelle formoso analecto de curiosidades, lição permanente de conhecimentos uteis e grato intertenimento do espirito, denominado «Almanach de Lembranças», que outro Castilho fundou, e que o nosso popular poeta Xavier Cordeiro tão habilmente redige, tem vinculado o nome do distincto escriptor. Reunia a estes meritos o ser um caracter leal, franco e brioso. Alexandre Magno falleceu na formosa ilha da Madeira, minado por uma tysica pulmonar. Morreu a pensar e a trabalhar, com os olhos da alma postos na patria e na familia e os do corpo mirando o mar que adorava, e que engrandecia e exaltava o seu espirito.

*

Seu Pae, meu tio o snr. José Feliciano abalou a 19 do mesmo Dezembro para o Rio de Janeiro, d'onde nunca mais voltou.

Em 23 chegou no vapor do Algarve o ex-Administrador de Lagos, meu irmão Eugenio.

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

DETERMINANTES

I. Desenvolvimento de Laplace.

1. Designemos por M um menor de ordem h do determinante de ordem n

$$\Delta = \begin{vmatrix} a_1^1 & \dots & a_1^n \\ . & . & . \\ a_n^1 & \dots & a_n^n \end{vmatrix}$$

e por M′ o seu *complemento,* isto é, o menor de ordem $n-h$ que se obteria suprimindo na matriz de Δ as h linhas e h colunas em que M está contido. Segundo a prática usual, suponhamos que naquela matriz os índices de ambos os sistemas procedam ordenadamente desde o vértice superior da esquerda.

Um termo de M será da forma

$$t = (-1)^u \cdot a_{\alpha_1}^{\beta_1} \; a_{\alpha_2}^{\beta_2} \; \dots \; a_{\alpha_h}^{\beta_h},$$

com os índices inferiores na ordem natural e sendo u o número de inversões da permutação $\beta_1 \; \beta_2 \dots \beta_h$. Do mesmo modo qualquer termo de M′ será expresso por

$$t' = (-1)^{u'} \cdot a_{\alpha_{h+1}}^{\beta_{h+1}} \; a_{\alpha_{h+2}}^{\beta_{h+2}} \; \dots \; a_{\alpha_n}^{\beta_n},$$

com os índices inferiores na ordem natural e sendo u' o número de inversões da permutação $\beta_{h+1} \; \beta_{h+2} \dots \beta_n$.

Por outra parte ás mesmas permutações corresponde em Δ o termo

$$\mathrm{T} = (-1)^{v+v'} \cdot a_{\alpha_1}^{\beta_1} \; a_{\alpha_2}^{\beta_2} \; \dots \; a_{\alpha_h}^{\beta_h} \times a_{\alpha_{h+1}}^{\beta_{h+1}} \; a_{\alpha_{h+2}}^{\beta_{h+2}} \; \dots \; a_{\alpha_n}^{\beta_n},$$

sendo v e v' respectivamente os números de inversões das permutações $\alpha_1 \ldots \alpha_n, \beta_1 \ldots \beta_n$. Ora, pondo $\alpha_1+\alpha_2+\ldots+\alpha_h=s_1$, $\beta_1+\beta_2+\ldots+\beta_h=s_2$ e $s_1+s_2=s$, é sabido que

$$v=s_1-\frac{h(h+1)}{2},$$

$$v'=u+u'+s_2-\frac{h(h+1)}{2},$$

ou $v+v'=u+u'+s-h(h+1)$ e portanto, por ser par o número $h(h+1)$,

$$(-1)^{v+v'}=(-1)^{u+u'}\times(-1)^s$$

Logo será $T=(-1)^s \,.\, t \,.\, t'$; e pois que t e t' são dois termos quaisquer de M e M′ e s é o mesmo para todos êles, conclue-se que os $\underline{|h} \,.\, \underline{|n-h}$ termos do produto $(-1)^s \,.\, M \,.\, M'$ pertencem ao desenvolvimento de Δ. O factor $(-1)^s \,.\, M'$ chama-se *complemento algébrico* de M, e assim teremos por definição

$$\text{compl. alg. } M=(-1)^s \,.\, [\text{compl. } M].$$

Para a determinação do signal do complemento algébrico é indiferente usar da potência s ou s' de -1, sendo s' a sôma dos índices que definem a posição das linhas e das colunas de Δ em que M′ está contido. Com efeito a sôma dos índices de todas as linhas de Δ, ou de todas as suas colunas, é

$$1+2+\ldots+n=\frac{n(n+1)}{2},$$

e portanto será $s'=n(n+1)-s$ e

$$(-1)^{s'}=(-1)^s,$$

visto ser par o número $n(n+1)$ e $(-1)^s=(-1)^{-s}$. Por êste motivo os menores M e M′ também se dizem *recíprocos*.

O menor M de ordem h toma o nome de *principal* quando está contido nas primeiras h linhas e nas primeiras h colunas do determinante Δ. Neste caso será

$$\text{compl. alg. } M = \text{compl. } M,$$

por que então o número s é par.

2. Um elemento a_i^j pode ser considerado como um menor de classe $n-1$ do determinante Δ. O complemento de a_i^j é o menor de primeira classe que proviria da supressão da linha i e da coluna j de Δ; e designando por A_i^j o complemento algébrico do mesmo elemento, será

$$A_i^j = (-1)^{i+j} \cdot [\text{compl. } a_i^j].$$

Os $\underline{|n-1}$ termos do produto $A_i^j \cdot a_i^j$ pertencem ao desenvolvimento de Δ.

O elemento a_i^j diz-se *par* quando os índices i e j são da *mesma paridade,* isto é, ambos pares ou ambos ímpares. O complemento algébrico de um elemento par é o seu menor complementar; o de um elemento ímpar é o seu complemento precedido do sinal —.

O sinal também se pode determinar pela *regra do percurso ortogonal,* que consiste no seguinte. Percorre-se o determinante desde o seu primeiro elemento, seguindo a primeira linha e depois a coluna do elemento considerado até encontrar este elemento. Enuncia-se o sinal + no ponto de partida, e depois muda-se de sinal sucessivamente na passagem por cada elemento percorrido; o sinal que convêm à questão é o último enunciado. Esta regra é principalmente usada quando os elementos não estão expressos na notação de Leibnitz; e a sua justificação é obvia, porquanto o primeiro elemento é par e em cada fila um dos índices conserva-se constante e o outro procede na ordem natural.

3. Em determinadas h colunas do determinante Δ estão contidos tantos menores de ordem h quantas são as combinações h a h das n linhas que cruzam aquelas colunas na matriz de Δ. O mesmo diríamos de h linhas relativamente ás n colunas de Δ.

*

Designando abreviadamente por c o número $\binom{n}{h}$, por M_1, M_2, ..., M_c aqueles menores e por M'_1, M'_2, ..., M'_c os respetivos complementos algébricos, será

$$\Delta = M_1 \times M'_1 + M_2 \times M'_2 + \ldots + M_c \times M'_c .$$

Com efeito os termos em que se resolve o segundo membro desta expressão, conhecida pelo nome de *desenvolvimento de Laplace,* pertencem ao desenvolvimento de Δ, como já se mostrou, e são todos distintos; além disto, o número deles é

$$\binom{n}{h} \cdot \underline{\lfloor h} \cdot \underline{\lfloor n-h} = \underline{\lfloor n},$$

isto é, precisamente o número de termos de Δ.

4. Continuando a designar por A_i^j o complemento algébrico do elemento a_i^j, a aplicação do método de Laplace ao desenvolvimento do determinante Δ pelos elementos de uma fila conduz ás expressões

$$(1) \qquad \begin{aligned} \Delta &= A_i^1 \, a_i^1 + A_i^2 \, a_i^2 + \ldots + A_i^n \, a_i^n, \\ \Delta &= A_1^j \, a_1^j + A_2^j \, a_2^j + \ldots + A_n^j \, a_n^j, \end{aligned}$$

conforme se pede o desenvolvimento pelos elementos da linha i ou da coluna j.

O complemento algébrico A_i^j é, com reserva do sinal, um determinante de ordem $n-1$, e as expressões precedentes mostram como o desenvolvimento de Δ se pode fazer depender do desenvolvimento de determinantes cuja ordem vai diminuindo sucessivamente de uma unidade, até chegar aos de 2.ª ordem que imediatamente se resolvem pela diferença dos produtos cruzados dos seus elementos.

Se os elementos duma fila forem todos zero com excepção de um, as mesmas expressões mostram que o determinante de ordem n se reduz neste caso a outro de ordem $n-1$.

5. Se no determinante

$$\Delta = \begin{vmatrix} a_1^1 & a_1^2 & \dots & a_1^n \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ a_i^1 & a_i^2 & \dots & a_i^n \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ a_k^1 & a_k^2 & \dots & a_k^n \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ a_n^1 & a_n^2 & \dots & a_n^n \end{vmatrix} = \mathrm{A}_k^1\, a_k^1 + \mathrm{A}_k^2\, a_k^2 + \dots + \mathrm{A}_k^n\, a_k^n$$

fôr $a_k^j = a_i^j$ $(j = 1, 2, \dots n)$, será $\Delta = 0$ e por conseguinte $\mathrm{A}_k^1\, a_i^1 + \mathrm{A}_k^2\, a_i^2 + \dots + \mathrm{A}_k^n\, a_i^n = 0$ para $i \neq k$. Teriamos uma relação semelhante mudando as linhas em colunas, e as duas seriam

$$\begin{aligned} &\mathrm{A}_k^1\, a_i^1 + \mathrm{A}_k^2\, a_i^2 + \dots + \mathrm{A}_k^n\, a_i^n = 0, \\ &\mathrm{A}_1^j\, a_1^l + \mathrm{A}_2^j\, a_2^l + \dots + \mathrm{A}_n^j\, a_n^l = 0, \end{aligned} \tag{2}$$

para $i \neq k$ ou $j \neq l$. As formulas (1) e (2) traduzem respetivamente as duas propriedades fundamentaes dos menores de 1.ª classe.

A aplicação das formulas (1) a um determinante de 3.ª classe conduz a *seis* formas do desenvolvimento dêste determinante, e da propriedade (2) resultariam *doze* relações entre os seus elementos.

II. Produto de determinantes.

6. O produto de dois determinantes

$$\Delta_1 = \begin{vmatrix} a_1^1 & \dots & a_1^n \\ \cdot & \cdot & \cdot \\ a_n^1 & \dots & a_n^n \end{vmatrix}, \quad \Delta_2 = \begin{vmatrix} \alpha_1^1 & \dots & \alpha_1^p \\ \cdot & \cdot & \cdot \\ \alpha_p^1 & \dots & \alpha_p^p \end{vmatrix},$$

de ordens n e p respetivamente, é expresso pelo determi-

nante de ordem $n+p$

$$P=\begin{vmatrix} a_1^1 & \dots & a_1^n & \beta_1^1 & \dots & \beta_1^p \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ a_n^1 & \dots & a_n^n & \beta_n^1 & \dots & \beta_n^p \\ 0 & \dots & 0 & \alpha_1^1 & \dots & \alpha_1^p \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ 0 & \dots & 0 & \alpha_p^1 & \dots & \alpha_p^p \end{vmatrix},$$

cujo termo principal é formado com os principais de Δ_1 e Δ_2 dispostos em continuação um do outro, sendo a respectiva matriz completada com elementos arbitrários β nas linhas e com elementos zero nas colunas, ou vice-versa.

Com efeito, desenvolvendo P, pelo método de Laplace, segundo os menores de ordem n contidos nas primeiras n colunas, o determinante Δ_1 é um dêstes menores e é principal; mas Δ_2 é o seu menor complementar, donde se segue que o produto $\Delta_1 \times \Delta_2$ é um dos termos do desenvolvimento de P. Os outros termos dêste desenvolvimento são todos nulos, porque cada um deles é o produto de dois determinantes no qual um dos fatores terá pelo menos uma linha de zeros.

Recíprocamente, se num determinante Δ de ordem n forem zero os elementos comuns ás h primeiras colunas e ás $n-h$ últimas linhas, ou ás h primeiras linhas e ás $n-h$ últimas colunas, Δ reduz-se ao produto dos determinantes das duas matrizes quadradas que ficam adjacentes à matriz de elementos zero. Se nas h primeiras linhas e nas $n-h+1$ últimas colunas, ou vice-versa, todos os elementos forem zero, será também $\Delta=0$; pois que no produto $\Delta_1 \times \Delta_2$ do caso precedente um dos factores terá aínda uma fila de zeros.

Dos mesmos princípios resulta também que um determinante Δ de ordem n pode ser elevado à ordem $n+p$, sem se alterar o seu valor. Bastará adicionar à matriz de Δ um sistema de p linhas e p colunas de $n+p$ elementos cada uma, de modo que o determinante de ordem p contido nos cruzamentos destas filas seja igual à unidade, e que os restantes elementos de cada uma sejam zero nas colunas e arbitrários nas linhas, ou vice-versa.

Por diversos modos se pode construir um determinante igual à unidade; o mais simples consiste em pôr a unidade no logar de cada um dos elementos principais e zero em todos os outros.

7. Se os determinantes Δ_1 e Δ_2 fossem da mesma ordem ou $n = p$, a matriz do seu produto P *(n.º 6)* repartia-se em quatro matrizes quadradas de ordem n, sendo uma delas composta de elementos arbitrários. Substituindo nesta última os elementos da primeira diagonal por -1 e os restantes por zeros, o determinante respectivo será

$$S = \begin{vmatrix} -1 & 0 & \dots & 0 \\ 0 & -1 & \dots & 0 \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ 0 & 0 & \dots & -1 \end{vmatrix} = (-1)^n$$

e o produto $\Delta_1 \times \Delta_2$ tomará a fórma

$$P = \begin{vmatrix} a_1^1 & a_1^2 & \dots & a_1^n & -1 & 0 & \dots & 0 \\ a_2^1 & a_2^2 & \dots & a_2^n & 0 & -1 & \dots & 0 \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ a_n^1 & a_n^2 & \dots & a_n^n & 0 & 0 & \dots & -1 \\ 0 & 0 & \dots & 0 & \alpha_1^1 & \alpha_1^2 & \dots & \alpha_1^n \\ 0 & 0 & \dots & 0 & \alpha_2^1 & \alpha_2^2 & \dots & \alpha_2^n \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ 0 & 0 & \dots & 0 & \alpha_n^1 & \alpha_n^2 & \dots & \alpha_n^n \end{vmatrix}.$$

Junte-se a cada uma das n primeiras colunas de P as n últimas respectivamente multiplicadas por $a_1^1, a_1^2, \dots, a_1^n$ para a coluna 1, e, em geral, por $a_j^1, a_j^2, \dots, a_j^n$ para a coluna j ($j = 1, 2, \dots, n$); virá

$$P = \begin{vmatrix} 0 & 0 & \dots & 0 & -1 & 0 & \dots & 0 \\ 0 & 0 & \dots & 0 & 0 & -1 & \dots & 0 \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ 0 & 0 & \dots & 0 & 0 & 0 & \dots & -1 \\ m_1^1 & m_1^2 & \dots & m_1^n & \alpha_1^1 & \alpha_1^2 & \dots & \alpha_1^n \\ m_2^1 & m_2^2 & \dots & m_2^n & \alpha_2^1 & \alpha_2^2 & \dots & \alpha_2^n \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ m_n^1 & m_n^2 & \dots & m_n^n & \alpha_n^1 & \alpha_n^2 & \dots & \alpha_n^n \end{vmatrix},$$

pondo por brevidade

$$m_i^j = a_j^1\ \alpha_i^1 + a_j^2\ \alpha_i^2 + \ldots + a_j^n\ \alpha_i^n \qquad (i = 1, 2, \ldots, n).$$

Permutem-se depois as colunas 1 e $n+1$, 2 e $n+2$, em geral, j e $n+j$ $(j = 1, 2, \ldots, n)$; o determinante virá multiplicado por $(-1)^n$ e teremos

$$(-1)^n . P = \begin{vmatrix} -1 & 0 & \ldots & 0 & 0 & 0 & \ldots & 0 \\ 0 & -1 & \ldots & 0 & 0 & 0 & \ldots & 0 \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ 0 & 0 & \ldots & -1 & 0 & 0 & \ldots & 0 \\ \alpha_1^1 & \alpha_1^2 & \ldots & \alpha_1^n & m_1^1 & m_1^2 & \ldots & m_1^n \\ \alpha_2^1 & \alpha_2^2 & \ldots & \alpha_2^n & m_2^1 & m_2^2 & \ldots & m_2^n \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ \alpha_n^1 & \alpha_n^2 & \ldots & \alpha_n^n & m_n^1 & m_n^2 & \ldots & m_n^n \end{vmatrix}.$$

Daqui resulta pelo teorema do n.º anterior que será

$$(-1)^n . P = \begin{vmatrix} -1 & 0 & \ldots & 0 \\ 0 & -1 & \ldots & 0 \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ 0 & 0 & \ldots & -1 \end{vmatrix} \times \begin{vmatrix} m_1^1 & m_1^2 & \ldots & m_1^n \\ m_2^1 & m_2^2 & \ldots & m_2^n \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ m_n^1 & m_n^2 & \ldots & m_n^n \end{vmatrix},$$

ou, suprimindo o factor comum $(-1)^n$,

$$\begin{vmatrix} a_1^1 & \ldots & a_1^n \\ \cdot & \cdot & \cdot \\ a_n^1 & \ldots & a_n^n \end{vmatrix} \times \begin{vmatrix} \alpha_1^1 & \ldots & \alpha_1^n \\ \cdot & \cdot & \cdot \\ \alpha_n^1 & \ldots & \alpha_n^n \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} m_1^1 & \ldots & m_1^n \\ \cdot & \cdot & \cdot \\ m_n^1 & \ldots & m_n^n \end{vmatrix}.$$

Assim o produto de dôis determinantes, de ordem n cada um, é um determinante da mesma ordem cujos elementos são as sômas dos produtos da multiplicação dos elementos de cada linha de um dos factores pelos elementos homólogos de todas as linhas do outro factor.

Mudando em cada factor as linhas em colunas e vice-versa, podemos dar ao produto quatro formas, em geral diferentes.

8. O quadrado dum determinante é um determinante simétrico; assim

$$\begin{vmatrix} a_1 & b_1 & c_1 \\ a_2 & b_2 & c_2 \\ a_3 & b_3 & c_3 \end{vmatrix}^2 = \begin{vmatrix} a_1^2+b_1^2+c_1^2 & a_1a_2+b_1b_2+c_1c_2 & a_1a_3+b_1b_3+c_1c_3 \\ a_1a_2+b_1b_2+c_1c_2 & a_2^2+b_2^2+c_2^2 & a_2a_3+b_2b_3+c_2c_3 \\ a_1a_3+b_1b_3+c_1c_3 & a_2a_3+b_2b_3+c_2c_3 & a_3^2+b_3^2+c_3^2 \end{vmatrix}.$$

É evidente a generalização dêste princípio.

III. Determinante adjunto.

9. Designando, como até aqui, por A_i^j o complemento algébrico do elemento a_i^j do determinante

$$\Delta = \begin{vmatrix} a_1^1 & \dots & a_1^n \\ \cdot & \cdot & \cdot \\ a_n^1 & \dots & a_n^n \end{vmatrix},$$

o determinante

$$\Delta' = \begin{vmatrix} A_1^1 & \dots & A_1^n \\ \cdot & \cdot & \cdot \\ A_n^1 & \dots & A_n^n \end{vmatrix}$$

chama-se *adjunto* de Δ.

Efectuando o produto $\Delta \times \Delta'$ *(n.º 7)*, teremos, segundo as propriedades (1) e (2) dos menores de primeira classe,

$$\Delta \times \Delta' = \begin{vmatrix} \Delta & 0 & \dots & 0 \\ 0 & \Delta & \dots & 0 \\ \cdot & \cdot & \cdot & \cdot \\ 0 & 0 & \dots & \Delta \end{vmatrix} = \Delta^n.$$

Suprimindo o factor comum Δ, visto não ser $\Delta \equiv 0$, virá

$$\Delta' = \Delta^{n-1}. \tag{3}$$

Em dois determinantes da mesma ordem dizem-se *correspondentes* dois elementos que teem a mesma posição nas respectivas matrizes, ou dois menores contidos nas mesmas linhas e colunas.

10. Seja M um menor de ordem h do determinante Δ de ordem n e M′ o menor correspondente do determinante adjunto Δ':

O complemento algébrico de M′ *é igual ao produto de* M *pela potência de grau* $n-h-1$ *de* Δ.

Suponhamos em primeiro lugar que M, e portanto tambem M′, são menores principais de Δ e Δ', ou

$$M=\begin{vmatrix} a_1^1 & \dots & a_1^h \\ \dots & \dots & \dots \\ a_h^1 & \dots & a_h^h \end{vmatrix}, \quad M'=\begin{vmatrix} A_1^1 & \dots & A_1^h \\ \dots & \dots & \dots \\ A_h^1 & \dots & A_h^h \end{vmatrix}.$$

Nêste caso o complemento algébrico μ de M′ é o correspondente menor complementar de ordem $n-h$, que podemos elevar à ordem n, como se disse no n.º 6, pondo

$$\mu=\begin{vmatrix} 1 & 0 & \dots & 0 & 0 & 0 & \dots & 0 \\ 0 & 1 & \dots & 0 & 0 & 0 & \dots & 0 \\ 0 & 0 & \dots & 1 & 0 & 0 & \dots & 0 \\ A_{h+1}^1 & A_{h+1}^2 & \dots & A_{h+1}^h & A_{h+1}^{h+1} & A_{h+1}^{h+2} & \dots & A_{h+1}^n \\ A_{h+2}^1 & A_{h+2}^2 & \dots & A_{h+2}^h & A_{h+2}^{h+1} & A_{h+2}^{h+2} & \dots & A_{h+2}^n \\ \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots \\ A_n^1 & A_n^2 & \dots & A_n^h & A_n^{h+1} & A_n^{h+2} & \dots & A_n^n \end{vmatrix};$$

e o produto de μ por Δ será, atendendo a (1) e (2),

$$\mu\times\Delta=\begin{vmatrix} a_1^1 & a_2^1 & \dots & a_h^1 & a_{h+1}^1 & a_{h+2}^1 & \dots & a_n^1 \\ \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots \\ a_1^h & a_2^h & \dots & a_h^h & a_{h+1}^h & a_{h+2}^h & \dots & a_n^h \\ 0 & 0 & \dots & 0 & \Delta & 0 & \dots & 0 \\ \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots & \dots \\ 0 & 0 & \dots & 0 & 0 & 0 & \dots & \Delta \end{vmatrix},$$

ou $\mu.\Delta = M.\Delta^{n-h}$, pois que o menor contido nas primeiras h linhas e h colunas do último determinante é o menor **M** com a mudança de linhas em colunas e vice-versa.

Suprimindo o factor comum Δ na última igualdade, como se fez no n.º 9, teremos finalmente

$$\mu = M.\Delta^{n-h-1}$$

e o teorema fica demonstrado na hipótese de que se trata.

Consideremos agora o caso geral e designemos por s a sôma dos números que definem a posição das linhas e das colunas de Δ em que está contido o menor **M**, ou das linhas e das colunas de Δ' em que se encontra o menor M'.

Trocando cada uma das primeiras linhas de Δ com cada uma das linhas de **M** respetivamente, e operando do mesmo modo com as colunas, leva-se o menor **M** á posição principal e, designando por Δ_1 o determinante que corresponde ao novo arranjo das filas de Δ, será

$$\Delta_1 = (-1)^s.\Delta. \tag{4}$$

O complemento algébrico A_i^j do elemento a_i^j de Δ torna-se para o mesmo elemento de Δ_1 em $(-1)^s.A_i^j$, visto que a troca de duas linhas ou de duas colunas contíguas produz mudança de sinal nos complementos algébricos de todos os elementos do determinante. Por conseguinte podemos obter o adjunto de Δ_1, que designaremos por Δ_1', dispondo as linhas e colunas de Δ' do mesmo modo usado em Δ para ter Δ_1 e multiplicando depois cada elemento pelo factor $(-1)^s$. Designando por M_1 e M_1' os menores principais de ordem h dos determinantes Δ_1 e Δ_1' o complemento de M_1' é um determinante de ordem $n-h$, cujos elementos são os mesmos do complemento de M' e dispostos na mesma ordem, mas todos multiplicados por $(-1)^s$; donde se segue que será

$$\text{compl. } M_1' = (-1)^{(n-h)s}.[\text{compl. } M'],$$

emquanto que evidentemente é $M_1 = M$.

Ora o complemento algébrico de M_1' é simplesmente o respectivo menor complementar e daqui se conclue, pela relação precedente, que é

$$\text{compl. alg. } M_1' = (-1)^{(n-h)s}.[\text{compl. } M'];$$

alem disto temos, por definição,

$$\text{compl. alg. } \mathbf{M}' = (-1)^s . [\text{compl. } \mathbf{M}'],$$

e das duas últimas igualdades resulta

$$\text{(5)} \qquad \text{compl. alg. } \mathbf{M}'_1 = (-1)^{(n-h-1)s} . [\text{compl. alg. } \mathbf{M}'].$$

Mas pelo caso precedente é

$$\text{compl. alg. } \mathbf{M}'_1 = \mathbf{M}_1 . \Delta_1^{n-h-1}$$

ou, atendendo a (4),

$$\text{compl. alg. } \mathbf{M}'_1 = (-1)^{(n-h-1)s} . \mathbf{M} . \Delta^{n-h-1};$$

e, finalmente, desta igualdade e de (5) resulta

$$\text{(6)} \qquad \text{compl. alg. } \mathbf{M}' = \mathbf{M} . \Delta^{n-h-1},$$

como queriamos demonstrar.

A expressão (3) resultaria da precedente pondo $h = 0$. Para o complemento algébrico α_i^j do elemento $\mathbf{A}_i^j$ do determinante adjunto é $\mathbf{M} = a_i^j$, $h = 1$ e

$$\alpha_i^j = a_i^j . \Delta^{n-2},$$

como se poderia obter directamente sem dificuldade.

Aplicando aínda o teorema ao menor de 2.ª ordem contido nas linhas i e k e nas colunas j e l do determinante adjunto, achariamos

$$\text{compl. alg.} \begin{vmatrix} \mathbf{A}_i^j & \mathbf{A}_i^l \\ \mathbf{A}_k^j & \mathbf{A}_k^l \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} a_i^j & a_i^l \\ a_k^j & a_k^l \end{vmatrix} . \Delta^{n-3},$$

pondo $h = 2$ em (6).

J. D. Souto Rodrigues.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 11, pag. 608)

DOCUMENTO N.º 57

Confirmação dos privilegios de Anciaes

11 de outubro de 1386

Carta perque o dito senhor confirma e outorga ao concelho e homeens boons dAnciaães todos os priujllegios foros e liberdades e boons custumes que sempre ouuerom e etc. na Ponte da Barca era ut supra [xj dias doutubro de mjl iiij.c xxiiij años] (1).

DOCUMENTO N.º 58

Concelho d'Amciaães privilegio aos moradores da dita villa e seu termo que não paguem portajem nem custumajeens

11 de outubro de 1386

Dom Manuell etc. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte do concelho d'Amciaães nos foy

---

(1) *D. João I*, liv. 1, fl. 184.

No *Livro 1.º de D. Fernando* fl. 38 ha uma outra deste rei dada em Santarem a xx dias dabril de mjl iiij e v. años [20 de abril do anno de Christo de 1367] confirmando ao concelho e homens bons de Anciaes todos os privilegios, liberdades, foros e bons costumes que sempre houveram.

No *Livro 1.º de D. Duarte* fl. 55 encontra-se a carta deste rei dada em Santarem a 25 de dezembro de 1433 confirmando aos de Anciaes as graças, privilegios, foros, liberdades e bons costumes de que sempre usaram e costumaram.

Igual confirmação por D. Affonso 5.º feita em Santarem aos xxbj de março de mill e iiij Rix [26 de março de 1449] se encontra em *Além Douro*, liv. 4.º, fl. 185 v.

E já outra pelo mesmo rei no mesmo *Livro* fl. 230 por carta dada em Lisboa *postumeyro dia de dezembro de mil e iiijc R.*

apresemtada hũa carta del Rej dom Joham que tal he—Dom Joham pella graça de Deus Rej de Purtugall e do Algarue a quamtos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee ao concelho e homẽs boõs d'Amciaães por muyto seruiço que delles Recebemos e entendemos de Receber Temos por bem e privelegiamollos todollos moradores da dita vila e do seu termo e mandamos que daquy em diante nom paguem portageẽs nem custumajens em todo noso Senhorio porem mandamos a todollos Juizes e justiças e almoxarifes e escprivães e portageiros e a outros quaes quer que esto ouuerem de uer e Recadar a que esta carta for mostrada ou o trellado della em pubrica forma em synall de tabaliam que nom costramgam nem mandem costramguer os moradores da dita villa d'Amciaães e de seu termo que paguem portageẽs nem custumageens em nenhuũs lugares do noso Senhorio por quamto nosa merçee he que ajam a dita framqueza omde all nom façades E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nosa carta damte na Pomte da Barqua xj dias doutubro El Rej o mandou Gomçalo Lourenço a fez era de mjl iiij^{c} xxiiij annos—Pedyndonos o dito Concelho d'Amciaães que lhe comfirmasemos a dita Carta e nos visto seu requerimento e querendolhe fazer graça e mercee Temos por bem e lha comfirmamos asy e pella guisa e maneira que se em ella comtem E asj mandamos que se cumpra jmteiramente. Dada em a nosa çidade dEvora a ij dias de setembro Viçemte Pirez a fez anno do nacimento de Noso Senhor Jhũu Christo de mjll iiij^{c} noventa e bij annos (1).

DOCUMENTO N.º 59

Reconstrucção da igreja de S. Salvador em Anciaes

6 de fevereiro de 1442

Dom Afomsso etc. A quantos esta minha carta vjrem fazemos saber que os juizes e vereadores e procurador e homens boons dAnciaães nos emujarom dizer que em a dita vjla estaa hũua Igreja a que chamam Sancto Salvador a qual ha bem xbj anos que jaz em terra E por quanto per aazo das pestilemcias e dos anos serem cassos *(sic)*. E as gemtes

---

(1) *Chancellaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 133.

em a dita vjla serem poucas nom poderam correger a dita Igreja E nos pedjam por merçe que lhe fezesemos pera ello alguũa ajuda.

E visto per nos seu requerimento e queremdo fazer graça e merçe por esmolla aa dita Igreja pera corregimento dela. Teemos por bem e fazemoslhe merçee de todollos rezidos da dita vjla dAmciams E seu termo de xx anos pasados atee a feitura desta carta por a qual damos poder aos Juizes da dita ujla que os façam tjrar e recadar e auer e despender em a dita obra da dita Igreja que asy he nossa merçee sem outro embargo em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta dada em a cidade dEvora bj dias de feuereiro per autorjdade do Senhor Ifante dom Pero titor e curador do dito Senhor Rrej rregedor e com ajuda de Deus defemsor por el de seus Rejnos e Senhorio Rodrigue Añes a fez año do Senhor Jhũ X.º de mjll iiijᶜ Rij años. E eu Lopo Affonso Sacratarjo do dito Senhor que esta carta sob escrepuj e fiz escrepuer (1).

DOCUMENTO N.º 60

Beesteiros do conto dAnciaães. Seus privilegios e isenções

6 de fevereiro de 1443

Carta de D. Affonso 5.º dada em Evora 6 de fevereiro de 1443. Documento muito extenso concedendo certos e determinados privilegios e isenções aos besteiros do Conto de Anciaães, taes como:

Privilegios de cavalleiros, nas custas destas guerras, a saber; sendo besteiro com besteiro, o vencedor leve 4 soldos e meio da moeda antiga.

A serem chamados para o serviço real, não levar presos, dinheiros, etc.

Isentos de pagar peitas, fintas, talhas lançadas pelos concelhos entre si, ficando contudo obrigados a pagar colheitas na mesma maneira da dos seus visinhos.

Direito a serem pagos por seus serviços em guerra não obstante os privilegios que teem de D. Pedro 1.º.

Que possam matar veados coutados e mais caça, e que os corregedores lhes não possam pôr almotaçarias, podendo vender á sua vontade sem almotaçaria.

---

(1) *D. Affonso V*, liv. 27, fl. 26 v.

Que não sejam penhorados por nenhuma divida seus bens, bestas, suas camas, vestuarios seus e de suas mulheres, nem suas alfaias agricolas ou ferramentas profissionaes.

Quando mandados pelos Corregedores a levar presos que lhes paguem a cada um por dia 12 reaes brancos.

Que não sejam obrigados seus filhos e filhas a morar com outrem contra sua vontade.

Que tambem não possam ser obrigados a ter officios dos Corregedores, nem a serem tutores, curadores contra suas vontades.

Isentos de pagar jugadas ordenadas pelos Foraes das terras em que viverem.

Dispensados de aboletar em suas casas qualquer pessoa ou pessoas, seja de qualquer condição ou estado.

Que possam trazer suas armas por todo o Reino e Senhorios e que ninguem lh'as tome, salvo, achando-os de noite fora d'horas usando-as mal e em desproveito do Reino.

Que lhes não tomem seus animaes para carregos ou para transporte de pescado, embora sejam almocreves, podendo-o fazer quando seja de suas proprias vontades (1).

29 de julho de 1450

Dom Affonso, etc. Carta dos nossos besteiros do conto da nossa villa dAnciaẽs e seu termo etc. Carta em forma dada em o Lauradio xxix dias de julho. Joham Manuell escripuam a fez escrepuer anno de Nosso Senhor Jhũ X.º de mjll iiij l (2).

DOCUMENTO N.º 61

Foral de Anciães

1 de junho de 1510

Dom Manuel per graça de deos rey de portugual e dos Alguarves daquem e dalem mar em africa Senhor de Guinee e da conquista e naveguaçam e comercio de ethyopia, Arabia, persya e da Indya.

A quantos esta nossa carta de foral, dado aa villa de anciaães virem fazemos saber que per bem das deligencias,

---

(1) *D. Affonso V*, liv. 27, fl. 26 v.
(2) *D. Affonso V*, liv. 34, fl. 117 v.

isames e inquiriçoões que em nossos regnos e senhorios mandamos jeeralmente fazer pera justificaçam e decraraçam dos foraaes delles, e per alguumas sentenças e determinaçoões que com os do nosso conselho e leterados fezemos, acordamos, visto ho foral da dita villa dado per el rey dom afonsso anrriques primeiro Rey sendo infante, que nossas rendas e dyreitos se devem hy da recadar na forma seguinte.

Pello dito foral foram impostos estes direitos –S– que homem que tevesse no dito luguar mulher casa e herdade paguasse cada anno por dereito real dous paaes, hum de triguo, e outro de centeo, e hum almude de vynho, e outro de cevada, pollas quaaes cousas foy, intrepetado e assy se compriraa daquy por diante –S– que cada huma das ditas pessoas que tiver molher e fazenda posto que nam tenha casa, pagaraa huum alqueire de centeyo e outro alqueire de vinho desta medida daguora corrente. E os paaẽs contheudos no foral paguaraão de tal cantidade que quinze delles possa *(sic)* fazer huum alqueire do dito pam. As quaaes paguas faraão por dia de sam martinho em cada hum anno E dy por diante por cada dia que ho nom paguarem lhe paguaraa ho dito concelho vinte reaes ao senhorio dos ditos direitos.

E o dito foro paguaraão tambem as pessoas que se forem fora da dita terra em quanto nella tiverem beeñs de que se deva de paguar o dito direito. O qual concelho he obriguado de dar moordomo e sacador que tire este nosso dyreito pollas ditas pessoas.

E paguam mays ao senhorio, de huma terra que chamam lintiscal e doutras que dizem val do castedo e pousada de barroso, outras paradas e direitos em especial, alem dos sobredireitos jeeraaes do dito foral, os quaaes direitos paguaraão como atee quy fezeram. E porque alguumas vezes se nam acham os herdeiros das ditas propriedades, e os moordomos e sacadores dos ditos direitos perdem suas fazendas em paguarem por elles mandamos que daquy por diante quando tal caso acontecer que ho dito mordomo ou sacador nom seja obriguado a paguar ho dito foro. E o concelho repartiraa per sy a dita fazenda pellas paradas que nelas abya, e daraão ao senhorio todavya ho direito da dita parada a que se assy nom achar dono, sem ho dyto sacador seer a ella obriguado.

Gaado do vento. — O guaado do vento he do senhorio levarsea pella hordenaçam com decraraçam que a pessoa a cuja maão for ter ho dito guaado ho vaa escrever aos dez

dias primeiros seguintes, so pena de lhe ser demandado de furto.

Montado. — O montado he do concelho e levara o montado dos guaados que vierem pastar ao seu termo sem sua licença, de cabeça de guaado mayor quatro reaes, e de pequena meyo real.

Maninhos. — Os maninhos sam isso mesmo do dyto concelho, e usaraão delles como atee quy fezeram sem outra ennovaçam.

Pensam dos tabaliaães. — A pensam dos tabalyaaẽs he isso mesmo direito real, sam seis, e paga cada huum dos seis tabaliaaes, duzentos reaes, sem mays paguarem acrecentamento das livras.

Item se recada mais por dereito real ho quarto dos saveẽs que morrerem na pesqueira do vaao de linhares, que he do dito concelho segundo se atee qui sempre fez. E quanto aos solhos, porquanto em Sam Joham da pesqueira que he tal foral como ho do dito luguar, he detreminado per sentença que se nam levem os ditos solhos mas que se leve delles como do pescado das outras pescarias e mandamos que assy se cumpra no dito luguar, e pesqueiras.

Pena darma. — A pena darma seraa do concelho vista a longua posse que de muito tempo nella estam, pollo qual direito se mostra, ho dito concelho leixar e dar ao senhorio, cem alqueires de pam meado triguo e centeyo em cada huum anno de renda polla quintaa e foros do funchal que forom do dito concelho. E da dita pena darma, nem de sangue non se levaraa mays que duzentos reaes e a arma perdida, segundo nossa hordenaçam com estas decraraçoões -S- o que apunhar espada ou qualquer outra arma sem a tirar ou tomar paão ou pedra sem fazer mal com ella nam pagara pena e sse é reixa nova e sem preposito com paão ou pedra fezer mal nam pagara pena nem a pagara moço de quinze annos para baixo nem molher de qualquer hydade que seia, nem pagarão a dita pena aquellas pessoas que castigando sua molher e filhos e escravos e criados tirarem sangue, nem pagara a dita pena de sangue quem jugando punhadas sem armas tirar sangue com bofetada ou punhada. E as ditas penas e cada huma dellas nam pagarão isso mesmo quaes quer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por

apartar e estremar outras pessoas em aruydo tirarem armas posto que com ellas tirem sangue.

Determinaçoões jeraaes pera a portagem. — Primeiramente decraramos e poemos por ley jeral em todollos foraaes de nossos regnos que aquellas pessoas hão somente de pagar portagem em alguma villa ou lugar que nom forem moradores e vizinhos delle, e de fora do tal lugar e termo delle ajam de trazer cousas para hy vender de que a dita portagem ouverem de pagar, ou se os ditos homeens de fora comprarem cousas nos lugares homde assy nam sam vezinhos e moradores e as levarem pera fora do dito termo.

E porque as ditas condiçoões se non ponham tantas vezes em cada huum capitollo do dito foral mandamos que todollos capitollos e cousas seguyntes da portagem deste foral se entendam e cumpram como as ditas condiçoões e decraraçoões –S– que a pessoa que ouver de pagar a dita portagem seia de fora da dita villa e do termo e traga hy de fora do dito termo cousas pera vender ou as comprare no tal lugar donde assy non for vezinho e morador e as tire pera fora do dito termo.

E assy decraramos que todallas cargas que adiante vão postas e nomeadas em carga mayor se entendam que sam de besta muar ou cavallar, e por carga menor se entenda carga dasno, e por costal a metade da dita carga menor que he o quarto da carga de besta mayor.

E assy acordamos por escusar prolixidade que todallas cargas e cousas neste foral postas e decraradas se entendam e decrarem e julguem na repartiçam e conta dellas assy como nos titullos seguyntes do paã e dos panos he limytado sem mais se fazer nos outros capitollos a dita repartiçam de carga mayor nem menor nem costal nem arovas somente pello titullo da carga mayor de cada cousa se entenderaa o que per esse respecto e preço se deve de pagar das outras cargas e peso –S– pollo preço da carga mayor se entenda loguo sem mais decrarar que a carga menor seria da ametade do preço della, e o costal sera ametade da menor e assy dos outros pesos e cantidade segundo nos ditos capitollos seguyntes he decrarado.

E assy queremos que das cousas que adiante no fim de cada huum capitollo mandamos que se nam pague portagem decraramos que das taaes cousas se nam aja mais de fazer saber na portagem posto que particularmente nos ditos capitollos nam seia mais decrarado.

*

E assy decraramos e mandamos que quando algumas mercadorias ou cousas se perderem por descaminhadas segundo as leys e condiçoões deste foral que aquellas somente seiam perdidas pera a portagem que forem escondidas e sonegado ho direito dellas e nam as bestas nem outras cousas em que as taaes se levarem ou esconderem.

E de todo trigo cevada centeo milho painço avea e de farinha de cada huum delles ou de linhaça e de vinho e vinagre ou de sal e de cal que aa dita villa e termo trouxerem homeeñs de fora pera vender ou os ditos homeeñs de fora as comprarem e tirarem pera fora do termo pagaraão por carga de besta mayor –S– cavallar ou muar huum real e por carga dasno que sse chama menor meo real e por costal que he a metade de besta menor dous ceitis e dy pera baixo em qualquer cantidade quando vier pera vender huum ceitil. E quem tirar pera fora de quatro alqueires pera baixo nam pagara nada nem o farão saber a portagem. E sse as ditas cousas ou outras quaaes quer vierem ou forem em carros ou carretas contarssea cada huuma por duas cargas mayores se taaes cousas se ouver de pagar portagem.

Cousas de que se non paga portagem. — A qual portagem se nam pagara de todo paão cozido queijadas biscouto farellos ou de leite nem de cousas delle que seia sem sal nem de prata lavrada nem de paão que trouxerem ou levarem ao moynho nem de canas vides quarqueija palha vassoyras nem de pedra nem barro nem de lenha nem erva nem de carne vendida ha peso ou a olho nem se fara saber de nenhuma das ditas cousas que se comprarem e tirarem da dita villa pera ho termo nem do dito termo pera ha villa posto que seia pera vender assy vizinhos como não vizinhos nem se pagara das cousas nossas nem das que quaaesquer pessoas trouxerem pera alguma armada nossa ou feita per nosso mandado ou autoridade nem de pano e fiado que se mandar fora a tecer curar ou tenger nem dos mantimentos que os caminhantes na dita villa e termo comprarem e levarem pera seus mantimentos e de suas bestas nem dos gaados que bierem pastar a alguuns lugares passando nem estando salvo daquelles que hy somente benderem.

Casa movida. — E da casa movida se non ha de levar nem pagar nenhum direito de portagem de nenhuma condiçam e nome que seia assy per agoa como per terra assy hyndo como vindo salvo se com a casa movida trouxerem ou leva-

rem cousas pera vender de que sse deva e aja de pagar portagem porque das taaes se pagara homde somente as vendederem e doutra maneira nam. A qual pagarão segundo a callidade de que forem como em seus capitollos adiante se contem.

Passagem. — De quaaesquer mercadorias que aa dita villa ou termo vierem de qual quer parte que forem de passagem pera fora do termo da dita villa pera quaaesquer partes nam se pagara direito nenhum de portagem nem seram obrigados de o fazerem saber posto que hy descarreguem e pousem a qual quer tempo e ora e logar. E sse hy mays ouverem destar que todo ho outro dia por alguma causa entam o farão saber. E esta liberdade de passagem se nam entendera quando forem ou vierem pera fora do regno porque entam farão saber de todas posto que de todas non ajam de pagar direito e isto no lugar derradeiro per homde passarem.

Novidades dos beens pera fora. — Nem pagarão portagem os que na dita villa e termo herdarem alguuns beens moves ou novidades doutros de raiz que hy herdassem ou os que hy tiverem beens de raiz proprios ou arendados e levarem as novidades e fructos delles pera fora nem pagarão portagem quaaesquer pessoas que ouverem pagamentos de seus casamentos tenças mercees ou mantimentos em quaaesquer cousas e mercadorias posto que as levem pera fora e seiam pera vender.

Panos finos. — De todollos panos de seda ou de laã ou algodão ou de linho se pagaraa por carga mayor nove reaes e por menor quatro reaes e meo e por costal dous reaes e dous ceitis e por arova huum real e dy pera baixo soldo a livra quando vierem pera bender porque quem levar dos ditos panos ou de cada hum delles retalhos e pedaços pera seu uso nam pagaram portagem nem ho faram saber nem das roupas que comprarem feitas dos ditos panos porem os que as venderem pagarão como dos ditos panos na maneira que acima neste capitollo he decrarado.

Cargas e arovas. — A carga mayor se entende de dez harovas e a menor de cinquo arovas e o costal de duas arovas e mea e bem assy per esta e respecto cada arova em cimquo ceitis e huum preto pellos quaaes se pagara huum real e pella dita conta e repartição se pagarão as cousas

deste foral quando forem menos de costal que fica já posto em certo preço, e assy como se aqui faz esta decraraçam e repartiçam pera exempro nas cargas de nove reaes se fara nas outras soldo a livra segundo ho preço de que forem.

Linho laã. — E do linho em cabello fiado ou por fiar que nam seiã tecido e assy de laã e de feltros burel mantas da terra e dos outros semelhantes panos baixos e grossos por carga mayor quatro reaes e por menor dous reaes e por costal huum real e dy pera baixo atee huum ceitil quando vier pera vender porque quando as ditas cousas e de cada huma dellas levar pera seu uso de costal pera baixo que he huum real nam pagara portagem nem o fara saber nem das roupas feitas que dos ditos panos baixos e cousas pera seu uso comprar e os que as venderem pagarão como dos mesmos panos baixos segundo a cantidade que venderem como acima he decrarado.

Gados. — De todo boy ou vaca que se vender ou comprar per homeens de fora por cabeça huum real e de carneiro cabra bode ovelha cervo corço ou gamo por cabeça dous ceitis. E de cordeiros borregos cabritos ou leitoões nam pagarão portagem salvo se cada huma das ditas cousas se comprarem ou venderem juntamente de quatro cabeças pera cima das quaaes pagaram por cada huma huum ceitil e por cada porquo ou porca dous ceitis por cabeça. E da carne que se comprar de talho ou emxerqua nam se pagará nenhum direito. E do toucinho ou marraã inteiros por cada hum hum ceitil e dos encetados se nam pagara nada.

Caça. — E de coelhos lebres perdizes patos adeens pombos galinhas e de todallas outras aves e quaça nam se pagara nenhuma portagem pollo comprador nem vendedor nem ho faraão saber.

Coyrama. — De todo coiro de boy ou vaca ou de cada pelle de cervo corço gamo bode cabras carneiros ou ovelhas cortidas ou por cortir dous ceitis. E sse vierem em bestas pagaraão por carga mayor nove reaes e das outras per esse respeito.

Calçadura. — E na dita maneira de nove reaes por carga mayor se pagara de çapatos broziguis e de toda outra calçadura de coyro da qual non pagara o que a comprar pera seu

uso e dos seus nem dos pedaços de pelles ou coiros que pera seu uso comprarem nam sendo pelle inteira nem illiargada nem lombeiro dos quaaes pagarão como no capitollo de cima dos coyros se contem.

Pellitaria. — De cordeiros raposos martas e de toda pellitaria ou forros por carga mayor nove reaes e de pellicas e roupas feitas de pelles por peça meo real. E quem comprar pera seu uso cada humas e casca pera curtir e quem levar das ditas cousas mea arova pera seu uso nan pagara.

Fruyta verde. — E de carga mayor de laranjas cidras peras cereijas uvas verdes e figos e por toda outra fruyta verde meo real por carga mayor e outro tanto dos alhos sequos e cebollas e melloões e ortaliça. E quando das ditas cousas se vender ou levar menos de mea arova nam se pagara portagem pollo vendedor nem comprador.

Bestas. — E do cavallo rocim ou egoa e de mu ou mulla huum real e cinquo ceitis e do asno ou asna huum real. E se as egoas ou asnas se venderem com crianças nam pagarão portagem senam pollas maães. Nem se pagaraa direito se trocarem huumas por outras porem quando se tornar dinheiro paguarseha como bendidas. E do dia que sse vender ou comprar o farão saber as pessoas a isso obrigadas atee dous dias seguyntes. E este direito nam pagarão os vassallos e escudeiros nossos e da raynha e de nossos filhos.

Escravos. — De escravo ou escrava que se vender huum real e cinquo ceitis. E sse sse forrar per qualquer concerto que fizer com o seu senhor pagara a dizema de todo o que por sy der pera a dita portagem. E se se venderem com filhos de mama nam pagarão senam pellas maaes. E se troquarem huuns escravos por outros sem se tornar dinheiro nam pagarão. E se se tornar dinheiro por cada huma das partes pagarão a dita portagem e a dous dias depois da venda feita hiraão arecadar na portagem as pessoas a isso obrigadas.

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

OURIVESARIA, QUINQUILHARIA E BIJUTARIA

I

OURIVESARIA

I

AFONSO (DIOGO)

A ourivesaria no reinado de D. Afonso V atingira de certo grande prosperidade, pois só num documento de 1473 se faz referência a dezenove ourives existentes em Lisbôa, e por certo nem todos se acham nêle incluídos. Esse documento é uma carta daquele monarca, passada em Santarêm a 2 de maio do sôbredito ano, pela qual concedeu ao dr. Nuno Gonçálves, cavaleiro da sua casa, do desembargo del-Rei e juís dos feitos, metade dos bens moveis e de raiz, pertencentes a dezenove ourives, que tinham infringido a ordenança relativa à compra e venda de prata. Esses ourives, pela ordem alfabética dos seus apelidos, são os seguintes: Diogo *Afonso,* João *Afonso,* Martim *Afonso,* Diogo *Alvares,* João *Alvares,* o velho, João *Alvares,* o meão, Pero *Alvares,* Braz *Eanes,* Diogo *Anes,* Diogo *Fernandes,* Vasco *Fernandes,* Estevão *Garcia,* João de *Lisbóa,* Fernão *Lopes,* Pero *Lourenço,* Afonso *Martins,* Garcia *Paes,* João do *Pôrto,* e João *Vaz*.

Esta carta está registada no Livro 28 da Chancelaria de D. Afonso V, parte na fl. 24 e o restante na fl. 35. No mesmo livro, a fl. 44, lê-se o registo de outra carta, revogando a defêsa que fôra posta aos ourives «de nam comprarem nem venderem prata nem reaverem em paga de mercadorya».

«Dom Afonso etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que a nos diserom que P.º Lourenço, e Garcia Paaez e Vâsco Fernandez e Jm.º Aluarez o velho e Im.º Aluarez o meaam, e Pedralluarez

e D.º Fernandez e D.º Aluarez e Fernã Lopez e D.º Anes jenro do barbeiro e Martim A.º e Bras Eanes e Im.º do Porto, e A.º Mīz e Esteuã Garcia e D.º A.º e Im.º A.º e Im.º de Lixboa e Im.º Vaaz, todos ouriuezes, moradores em a nosa cidade de Lixboa des a nosa defessa e hordenação e pruuicação della atee ora comprarom e venderom muitas desvayradas p.ªs (peças) de prata contra a dita nosa defessa, a quall prata que asy comprarom e venderam era algũa sãa e noua e outra quebrada e velha de muytas desvairadas maneiras, e por que se asy he como nos disserom os ditos ouriuezes todos e cada huũ delles por bem da dita nossa hordenação e defesa [perdem] todos seus beẽs moues e de raiz a meatade pera nos e a outra meatade pera quem os acusar e mais deuem seer pressos ataa nosa mercee, e ora querendo fazer graça e merce da dita meatade de seus beẽs que a nos por ello pertencem ao doutor Nuno Gllz, caualleiro da nosa cassa e do noso desenbargo e juiz dos nosos feitos teemos por bem e fazemoslhe mercee da dita meatade dos beẽs suso ditos ou cada huũ delles. E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças, oficiaees e pesoas, a que o conhecimento desto pertencer que seendo os sobreditos ouriuezes todos ou cada huũ delles citados e ouuidos judiciallmente como he ordenado pello feito en diente, e saibam dello o certo tirando sobre ello inquirição judiciall como he hordenado etc. Carta se asy he em forma. Dada em a villa de Santarem a dous dias do mes de mayo — ElRey o mãdou per Gonçalo Vaaz de Castello Branco do seu conselho e veador da sua fazenda e seu almotacell moor. G.lo Roīz a fez ano do nacimento de nosso Senhor Ihuũ X.º de mill iiij^{c}lxxiij» (1).

II

AFONSO (JOÃO)

Ourives existente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

III

AFONSO (MARTIM)

Ourives existente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

IV

AFONSO (RODRIGO)

Era ourives da rainha D. Izabel, mulher de D. Afonso V, o qual, em carta de 15 de julho de 1452, o nomeou escrivão

---

(1) Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, *Doações*, liv. 28, fl. 24 e 35.

das capelas del-rei D. Afonso o quarto e da rainha D. Beatriz, lugar que renunciára um Ruy Vaz, criado da rainha D. Izabel. O mesmo monarca concedeu-lhe licença para que as escrituras relativas àquele ofício, feitas e assinadas por êle, valessem como se fossem lavradas por tabelião. Outrosim o mesmo monarca lhe deu carta de privilégio a 22 de dezembro de 1457, a qual foi confirmada por D. João II a 7 de fevereiro de 1491.

«Carta de R.º Affonso ouriuez da rainha em que o damos por espriuam das capellas delRei dom Affonso o quarto e da Rainha dona Briatiz assy e pella guissa que o era Ruy Vaaz criado da dita senhora Rainha que o dito oficio thinha per nossa carta e o renũciou em nossas maaõs segundo dello fomos certo per huũ pubrico estormento que parecia ser feito e asignado por P.º Vaaz tabaliam por nos em a dita cidade aos doze dias do mes de junho desta presente era e por carta em forma dada em a dicta cidade xb dias do mes de julho elRey ho mandou per o doutor Pero Lobato seu vassallo e do seu desenbargo e seu vice chanceler. Diogo Afonso a fez por Gomez Borges, ano do nacimento de mil iiii^{c}lij» (1).

«Dom Afomso etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a R.º A.º, ouriuez, morador em esta cidade de lixboa, e escpriuã das capellas delRey dom Afonso o quarto e a rainha dona Briatiz, nossos bisauoos, a que D.ª perdoee, teemos por bem e damoslhe licença e luguar que nas scpreturas que fizer que a dito seu oficio perteeçã, possa fazer sinal pubrico e feetas por elle valham e façã fe como se fossem feitas per maõ de qualquer pubrico tabaliam de nossos regnos etc. em forma. Dada em a cidade de Lixboa xxb dias de julho elRei ho mãdou per o doutor P.º Lobato seu vasallo e do seu desenbargo vice chanceler — D.º Afonso por Gomes Borges a fez — ano do nascimento de iiij^{c}lj» (2).

«Dom Joham etc. a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que per R.º Afonso oryuez, morador em a nosa cydade de Lisboa nos foy mostrada hũa carta delRey meu senhor e padre que D.ª tem, sinada per elle e asellada do seu sello pendente, da quall ho theor tall he. Dom Afonso per graça de D.ª Rey de Portugall e do Algarue senhor de Cepta, a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça a R.º Afonso, morador em a nosa cydade de Lixboa, ouriuez que foi da raynha minha molher, que D.ª aja, temos por bem e preuilegiamollo. . Dada em a nosa cydade de Lixboa a xxij dias de dezembro — Lopo Fernandez a fez — ano de noso senhor Ihũ X_{po} de mill iiij^{c}lbij anos. Pedindo-nos etc. Segue-se a confirmação. Dada em Euora a bij dias de feuereiro — Joham Andre a fez — ano do nacymento de nosso Snõr Ihũ X_{po} de mill iiij^{c} e nouẽta e hum» (3).

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 84 v.
(2) Ibidem, liv. 11, fl. 102 v.
(3) Chancelaria de D. João II, liv. 9, fl. 10 v.

V

AFONSO (SEBASTIÃO)

Era ourives de D. João III, que lhe fez mercê duma vinha em Boução, termo de Trovões, a qual pertencia a Vicente das Vistas, que a tinha aforado a João Afonso do Sobrado, no valor de seis mil reaes, quando valia dez mil, motivo pelo qual a perdia, ficando pertencente à fazenda real. A carta de D. João III é de 29 de maio de 1528.

«Dom Ioham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que a mim memviou dizer Bastiam A.º, meu ouriuez, que huũ J.º A.º do Sobrado, morador em Torvooẽs, temdo necesydade de dinheiro ho anno de bᶜxxiiij se fora a huũ Vicemte das Vistas, morador no dito lugar, pedimdolhe que lhe emprestase seys mill rs e que lhe darya a penhora hũa vinha que tinha no Bouçam, termo do dito lugar, e por ser homem sages se temeo de lha tomar a penhora [e] lhe requereo que lhe fizese carta de vemda da dita vinha e que lhe queria daar de foro cadano por coremta almudes de vinho em quamto lhe nã tornase seu dinheiro ficamdolhe perante testemunhas ele e sua molher de lhe tornarem a dita vinha cada vez que lhe dê los *(sic)* ditos seys mil rs, e pórquanto a dita vinha valia bem dez mill rs e ele lhe fizera carta de vemda, pella qual razam ele per bem de minhas ordenaçoẽs perdia a dita vinha, me pedia que lhe fizesse dela merce, da qual cousa me praz se hasy he que se perde pera mim per bem das minhas ordenaçoẽs e lha com direito dar poso. Porem mamdo ao meu comtador em a dita comarqua que semdo peramte elle cytadas as partes as ouça judicialmente imdo pelo feito em diamte como he ordenado e achamdose asy que me pertemce lha julgue asy pola sua sentença defenetyua, damdo apelaçã e agrauo as partes nos casos que o direito outroga, e queremdo eles estar por a dita sentença fasa meter em pose da dita vinha ao dito Bastiam A.º, a que dela faço merce na maneira que dito he te valia dos ditos dez mill rs, de que pagou de setymo mill iiijᶜxxx rs, por que valemdo mays a demasya se arecadara pera mim e se caregara em receita sobre meus oficiaes pera darem dele comta. Dada em Lixboa a xii dias de março anno de jbᶜxxbij. Oficiaes da minha chamcelaria mamdouos que pases esta carta, posto que ho tempo dos quatro meses em que ouvera de pasar seya pasado. Amtonio Marquez o fez em Lixboa a xxix de maio de bᶜxxbiij» (1).

VI

ALVARES (ADRIÃO)

Natural do lugar de Algeirão, termo de Cintra, filho de

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 14, fl. 109.

Adrião Alvares, sendo tomado por oficial de traçador de ouro e prata da casa real. Alvará de 1 de fevereiro de 1665 (1).

VII

ALVARES (ANTONIO)

Era ourives na cidade do Pôrto. Tendo tido uma desordem com mestre João Valente e sua mulher Lianor Ribeira, ficaram estes feridos, pelo que teve de responder perante as justiças. Os queixosos, porêm, perdoaram-lhe, e el-rei, em vista desta desistencia, perdoou-lhe tambêm em carta de 18 de maio de 1492.

«Dom Joham etc. saude, sabede que Antonio Aluarez, oriuez, morador em a nosa cidade do Porto, nos emuiou dizer que huũ mestre Joham Valente e Lianor Ribeira, sua molher, em a dita cidade moradores, querellarom delle aas nosas justiças, dizendo que sobre pallauras ja amtre eles pasadas, elle sopricamte com outros que comsiguo leuara salltara de proposito com elles e a elle dito mestre Joham dera huũa ferida em dous dedos da meetade da maão direita de que lloguo fora sam e sem cajam nem aleijam e a ella Lianor Ribeira querellosa dera huũa ferida pequena em ho dedo memynho da parte de fora de huũa maão, de que tambem logo fora são e sem cajam nem aleijaam, segundo que na dita querella mais compridamente se contynha, pella quall razam diz que elle ouuera nosa carta de segurança e sendo ja sobre este caso feito hordenado, os ditos querellosos cederã da acusaçam e lhe perdoaram segundo mais compridamente veer poderiamos per huũ pubrico estormento, o quall perante nos enuiou apresentar que parecia seer sobesprito e asinado por Joham Barbosa, tabeliam em a dita cidade aos xix dias do mes dabrill do anno desta carta, em a quall amtre as outras cousas se comtinha que per os ditos mestre Joham e Lianor Ribeira sua molher, querellosos, fora dito que elles perdoauam ao dito sopricante todo mall e sem razam, bofetada, pamcadas, trochadas, e feridas que lhe asy dera e fezera e o nam quizera nem queria por ello acusar nem demandar, segundo que no dito estormento de perdam todo esto e outras muitas cousas mais compridamente se continha, emuiandonos elle sopricamte pedir... Dada em Lixboa xbiij dias do mes de mayo. EllRey o mandou pellos doutores Fernam Rodriguez dayam de Coymbra e Ruy Basto, ambos do seu comselho e seus desembargadores do paaço. Joham Diaz per Ioham A.º a fez anno de mill iiij^{c}lRij annos» (2).

---

(1) *Matriculas,* liv. 5, fl. 855 v.
(2) Chancelaria de D. João II, liv. 5. fl. 65 v.

VIII

ALVARES (BRAZ)

Braz Alvares era ourives, morador em Lisboa, e D. João II o tomou por seu espingardeiro, em carta assinada em Santarêm a 6 de maio de 1484 (1).

IX

ALVARES (DIOGO)

Ourives existente em Lisboa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

X

ALVARES (FERNÃO D')

Ourives do ouro. Era casado, servindo sua mulher de testemunha num processo da Inquisição em 1552.

XI

ALVARES (FRANCISCO)

Era ourives e morador em Coímbra. D. João III lhe deu privilégio de cidadão da sua terra natal em carta passada na mesma cidade a 29 de novembro de 1527 (2).

XII

ALVARES (JOÃO)

Ourives existente em Lisboa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

---

(1) Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 4.
(2) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 20, fl. 119.

Muito provàvelmente êste João Alvares é o mesmo a quem D. Afonso V isentou de besteiro, a pedido do Duque de Bragança, seu muito amado e presado tio. A respetiva carta, de 24 de maio de 1456, acha-se registada a fl. 121 v. do liv. 13 da Chancelaria do mesmo monarca.

Havia dois artifices do mesmo nome, um dos quais designado *o velho,* e outro *o meão.*

«Dom Afomso etc. A quamtos esta carta virem fazemos saber que por quanto o triunfo e perfeiçam de todo o boõ principado se demostra groliosamente em no huso e auto da uertude da framqueza e liberdade aos seus sobditos imferiores e tamto mayor he a gloria e louuor quanto os que o dom e mercee del recebem o auiam mais mester e por nos consirarmos a boa e sancta petyçom do prior e relligiosos do mosteiro de sam Dominguos da nosa cidade de Coimbra e a deuaçam que em aquella hordem temos e que sam pessoas mediamtes e por contemplaçom do nosso familiar frey Aluaro da Mota, mestre em tollesia, que nollo asy supricou, temos per bem e queremos que J.º Aluarez, ouriuez, morador em esa mesma cidade, por ser seruidor dos sobreditos, nom pague em nenhuũs pedidos, peitas, fimtas... Dada em Euora primeiro dia dagosto — Aluaro Vieira a fez — ano de noso Senhor Ihũ X.º de mil iiij^{c}liij» (1).

XIII

ALVARES (JOÃO)

Era ourives, morador em Lisboa, a quem D. João III, em carta de 1525, çonfirmou a mercê que lhe havia sido feita por D. Manuel de enqueredor dos feitos que se tratassem diante do alcaide da moeda de Lisbôa.

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu da bomdade e descriçam de Joham Alluẽz, ouriuez, morador em a minha cidade de Lisboa, que nesto me seruira bem e como compre a seruiço de D.ª e meu e a bem das partes pertemce, e querem-dolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o dou ora daquy em diamte por emqueredor dos feitos que se tratarem amte ho allcaide da moeda da minha cydade de Lixboa, asy e pola guisa e maneira que o ele deue ser e ho ate quy foy e seruio por carta delRey meu senhor e padre que samta gloria aja. E porem mamdo... P.º Gomez o moço a fez ano do nacimento de noso Senhor Ihuũ X$_{po}$ de mill b^{c}xxb» (2).

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 4, fl. 58 v.
(2) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 8, fl. 43.

XIV

ALVARES (MANUEL)

Natural de Lisboa, filho de Adrião Alvares, oficial de tirador de ouro e prata da casa real, por falecimento de seu pae (1).

XV

ALVARES (PERO)

Ourives existente em Lisboa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

XVI

ALPOIM (VALENTIM D')

Natural de Lisboa, filho de Rodrigo de Alpoim. El-rei o tomou por seu ourives do ouro por falecimento de Tomé da Costa, seu sôgro. Carta de 23 de abril de 1644 (2).

Valentim d'Alpoim era pae de Antonio da Costa, que lhe sucedeu.

XVII

AMADO (SALOMÃO)

Ourives judeu, em Santarêm. D. Afonso V, em carta de 21 de janeiro de 1446, o nomeou tabelião das comunas daquela vila, em lugar de mestre Joseph Branco, cirurgião, que o dito lugar renunciára.

O mesmo monarca lhe deu carta de privilégio, passada em Cintra a 22 de setembro de 1450 (3). Uma e outra mercê foram concedidas a pedido do arcebispo de Braga, D. Fernando, primo del-rei, o que talvez seja indício de que Salomão Amado trabalhava para êle.

---

(1) *Matriculas*, liv. 3, fl. 413 v.
(2) Ibidem, liv. 6, fl. 155 v.
(3) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 155 v.

«Dom Afomso etc. A uos Rabys e oficiaaes das comunas dos judeus das cidades e villas e lugares dos ditos nossos regnos, saude, sabede que nos querendo fazer graça e mercee a Salamã Amado, ouriuez, morador em a nossa villa de Santarem, a requerimento de dom Fernamdo, arcebispo de Bragaa, nosso muito amado primo, que nollo por ell pidio, teemos por bem e damollo por tabaliam geeral em essas comunas asy e polla guissa que o era meestre Jossepe çerorgiam que o dito oficio tynha per nossa carta e o renũciou em nossas maãos que o dessemos a quem nossa mercee fosse, segundo mais compridamente se contem em huũ aluara asinado pello Ifante dom P.º Regente em que faz mençom de huũ estormento pubrico feito e asynado por ell ditó meestre Jossepe, sem pagar pello dito oficio penssom em todos nossos Regnos. E porem vos mandamos que daqui en diante ho ajaaes em essas comunas por nosso tabaliam geerall e o leixes do dito oficio hussar e lhe façaaes auer e dar destrebuiçom em quanto hi esteuer asy e pella guissa que o auia e delle husaua o dito meestre Jossepe Branco em guissa que seja iguoallado na destribuiçom com os outros tabelliaaẽs dessas comunas sem outro alguũ enbargo que lhe sobrello seja posto, o quall Salamã Amado jurou em sua ley em a nossa chancelaria que bem e direitamente e como deue obre e husse do dito oficio e guarde os artigos e tauxaçom que da dita chancelaria leua sob as penas em elles contheudas, os quaaes lhe fazee leer e pubricar em c.ºº na primeira domaa de cada huũ mes unde al no façades. Dante em Lixboa xxj dias de janeiro elRej o mandou pello doctor Ruy Gomez dAluarenga seu vassallo e do seu desenbargo e petiçoões *vice chanceler* — D.º *Afonso por Gomes Borges* ano de nosso Senhor Ihũ X_{po} de mill iiij^{c}Rbj» (1).

XVIII

ANES (AFONSO)

Era ourives residente em Lisbôa, e D. João II, em 5 de junho de 1484, lhe deu carta de privilégio, por ser seu espingardeiro e estar sempre pronto a servi-lo com a sua espingarda quando o mandasse (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 2 v.
(2) Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 2 v.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Uontribution aux dosages de l'usée, de l'extrait sec, des matières organiques, des matières minerales et la recherche de l'albumine dans les urines, por M. A. Fages. Toulouse, Imp. de Eduard Privat, 1911.

Sitzungsberichte der mathmatisch-physicalischen Klasse der K. B. Akademie der Wissenschaften ker München — 1911, Heft I, II, II — 1912, Heft I. Munchen, 1912.

Sitzungsberichte der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften philosophisch-philologische und historische Klasse — Jahrgang 1911, Schlupheft Inhaltzübersicht Berichte über die Sitzungen mit Inhaltzangaben der Vorträge-Ierzeichnis der eingelanfenen Druckschriften. Munchen, 1912.

Zur Keuntnis der Katalase, por Antonio Madinaveitia. Zurich, Druck von J. Lemann, 1912.

Urkunden Friedrich Rotbarts in Italien, por Henry Smidusfeld. Munchen, 1911.

Die Umdenting eines kömenteins, por F. Wollmer. Munchen, 1911.

Vorbemerkungen sur venen Anogalee der Tiergeschichte des Albertus Magnus, por Hermann Stadler. Munchen, 1912.

Die faloch Jungfran von Orléans, 1436-57, por Hans Prutz. Munchen, 1911.

Völkerkundliche Notizen ans Oberkeiwa 1 — Die maring, por L. Scherman. Munchen, 1911.

Versuch einer nenen Erklärung des Kai der alten Aegypter, por Fr. W. v. Bissing. Munchen, 1911.

Prähistorische Töpfe ans Indien und ans Aegypten, por Fr. W. v. Bissing. Munchen, 1911.

Platens Verhältnis zur Romantik in seiner italienischen Zeit, por Erich Petzet. Munchen, 1911.

Vorbericht über die Münchener bizantinischen Papyri, por Leopold Wenger. Munchen, 1911.

Über die Einfühnings — Oeit der geschlossenen Phalaux, por Wolfgang. Munchen, 1911.

Zu Heraklits Homerischen Allegorien, por Karl Meiser. Munchen, 1911.

Zur Keuntnis der Cyclobutanderivate, por Roman Malachowski. Zurich, Selnau, 1911.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quaes existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, DR. JOSÉ ALBERTO DOS REIS; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 2

1913
Fevereiro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Fontes dos Lusíadas, pelo dr. José Maria Rodrigues... 65
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo..... 73
O romantismo inglês, por Carlos de Mesquita..... 79
Memórias de Castilho, por Julio de Castilho..... 89
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 101

FONTES DOS LUSÍADAS

(Cont. do n.º 1, pag. 7)

24. Qual é a *Caspia serra* de III, 23, 6?

Ha quem suponha que por esta expressão se querem designar de um modo vago os montes vizinhos do mar Caspio.

Mas o emprêgo do singular leva-me a crer que se trata de uma determinada parte desses montes.

Em Boccaccio leu o poeta: «Caspius mons sub boreali plaga constitutus est et ab eo Caspium mare cui conterminus est denominatum» (1). E segundo o *Atlas antiquus* de Spruner-Menke (tab. XXVIII), o *Caspius mons* corresponde ao Elburs da geografia moderna (2).

25. Em III, 29, 2,

> Que em tanta antiguidade não ha certeza,

contaria o poeta o *não ha* como uma silaba metrica, ou teria escrito *antiguidad,* como escreueu *aspid* na egloga *A quem darei* (3)?

O que é certo é que no *Palmeirim* mais de uma vez encontrou Camões elidido o *e* final em palavras como estas.

26. O verbo *comer* na acepção que tem neste passo de III, 30,

> Vendo-se em suas terras nam ter parte,
> Que a mãy cõ seu marido as mãda & come,

---

(1) *De montibus, syluis,* etc., verbo *Caspius mons.*

(2) Para Estrabão era ou uma parte do Caucaso ou mesmo toda a cordilheira a que damos este nome. Para Ptolemeu eram as serras que iam da Arménia até a Pártia, circundando o sul do mar Caspio. Veja-se Pauly, *Real Encyclopädie, v. Caspii montes,* e Forbiger, *Lehrbuch der alten Geographie,* II, 47.

(3) Responde o monte concavo a meus ais
E tu, como aspid, cerras-lhe o ouvido.

é muito freqùente nas *Décadas* de Barros. «A igreja do Sardoal que tinha em cõmenda mandou renunciar em o Prior della: dizendo que a comia não com boa consciencia» (II, 3, 10). «O qual a pouco custo, somente vindo a comer o rendimento das terras firmes de Goa, a teria continuamente cercada» (II, 5, 11). «Estas (terras) comia o Sabayo com a lança na mão» (II, 5, 2).

27. Em III, 38, 4, o verbo *move* póde referir-se só a Egas Moniz, não sendo, porisso, indispensavel supô-lo como eqùivalendo a *movem*. Para isso basta relacionar a locução *de tal arte,* não apenas com as palavras que no mesmo verso a precedem, mas principalmente com o *se parte* do 1.º verso.

28. A frase *beber a morte,* que o poeta emprega em III, 40, 2, pode comentar-se com esta passagem das *Décadas:* «Como não podia sair daquelle porto, não auia maes que (como dizem) beber estes trabalhos ou verter a vida» (III, 2, 3).

29. No capitulo V, *c,* nota 1, supús que o sujeito de *pede* de III, 91, 5, é *outro,* isto é, o conde de Bolonha. Mas a fonte do poeta, aí mesmo citada, justifica a interpretação de que é o *reino* que *pede outro* rei. É mais honroso para a memoria do conde de Bolonha, que o poeta não queria depreciar, e sobretudo mais honroso para o reino, que,

> ..... de altivo & costumado
> A senhores em tudo soberanos,
> A Rei nam obedece, nem consente
> Que nam for mais que tudo (1) excellente.
> (III, 93, 5–8).

30. A etimologia da palavra *sarraceno,* a que se alude em III, 110, 6, explica-se pela forma Sarra, que o poeta leu em Petrarca (2) e adoptou em III, 190, 8.

Não tem portanto razão de ser a conjectura, que já per-

---

(1) *Todos* se lê em *Ee,* o que me parece preferivel.

(2)
> Vedi 'l padre di questo, e vedi l'avo
> Come di sua magion sol con Sarra esce.
> (*Trionfo d'amore,* c. III, v. 38–39).

filhei, de que devia escrever-se a palavra só com um *r*, tanto neste, como nos outros passos dos *Lusíadas* (Cf. pag. 266).

31. Em III, 118, 6, li, com varios editores, *de memoria* (pag. 166 e 438).

Mas não ha motivo para alterar o texto das primeiras edições: *da memoria*. Esta é a fama, caracterizada no verso seguinte.

32. Creio hoje que não ha modificação nenhuma a fazer em III, 121, 1 (cf. pag. 178), e que o verbo *responder* tem aqui a mesma significação que em VII, 60, onde Vasco da Gama diz ao Samorim que um grande rei das partes do ocidente,

> Ouvindo do rumor que la responde
> O eco, como

nele está o principado de toda a India, lhe manda aquela embaixada. *Que lá responde,* isto é, *que lá chega*. D. Manuel conhece pela fama *(ouve do rumor),* que se estende até o ocidente, o *eco,* o boato, de que, etc.

Em III, 121, as lembranças de D. Pedro chegavam até D. Inês, buscavam-na,

> De noite, em doces sonhos que mentiam,
> De dia, em pensamentos que voavam (1).

Na seguinte passagem das *Décadas* emprega Barros paralelamente os dois verbos *vir* e *responder:* «(Nas ilhas chamadas Maluco) cada cousa vem com sua nouidade a hum certo tempo cada anno. Sômente as aruores que dão o crauo, respondem com nouidade de dous em dous annos: porque no apanhar quebrãolhe o nouo» etc. (III, 5, 7).

33. Em IV, 6, 5–8,

> Porisso Lianor.....
> .....
> Faz contra Lusitania vir Castella,
> Dizendo ser sua filha herdeira della,

---

(1) Se o poeta quisesse dizer que as lembranças de D. Pedro *correspondiam* ás de D. Inês, não teria empregado o adverbio *ali,* isto é, onde ela estava. O que ha é o movimento de uma alma para outra, através da distancia que as separa, de noite em sonhos, de dia pelo pensamento.

*

não pode haver dúvida que *herdeira della* é herdeira da *Lusitania* e não herdeira de *Lianor*. É terminante a fonte poeta, Fernão Lopes, e é bem explicito o proprio poeta, logo na estancia imediata.

No contrato do casamento de D. Beatriz com D. João de Castela ficou assente que, «morremdo elRei Dom Fernamdo sem leixamdo filho,... ou se o leixasse, falleçesse sem lidemos filhos ou netos descendemtes,... que estomçe o Regno ficasse desembargado aa Iffamte Dona Beatriz, e que os naturaes do Regno fezessem todos menagem, que em tal caso houvessem ella por sua Rainha e senhora» (*Chronica d'elRei D. Fernando,* cap. 158).

E porisso que *Castela se levantou,*

Dizendo que esta filha ao pay succede.

34. Comentando IV, 25, 6,

Das quinas & castellos o pendão,

ha quem suponha que já na época a que refere o poeta (reinado de D. João I) eram sete os castelos das armas portuguesas.

Mas nos quatro sêlos dêste monarca, que vem reproduzidos na *Historia genealogica da casa real portuguesa,* tom. 4.º, sob os n.ºs 40 a 43 (cf. pag. 31–32), o número dos castelos é respectivamente de 10, 8, 8 e 14.

É sabido que, antes de se fixar em 7, este número foi muito variavel. Dos dois sêlos de D. Afonso III, que na mesma obra se encontram (n.ºs 19 e 20), um traz 9 e outro 8. Os dois de D. Dinis (n.ºs 22 e 23) teem 12. Dos tres de D. Afonso IV um apresenta 12, e nos outros, embora deteriorados, havia com certeza mais de sete. Doze aparecem tambem nos de D. Pedro I e D. Fernando. De D. Duarte ha um com seis (n.º 59) e outro com 10. É escusado passar a outros posteriores, que se podem ver tambem na referida obra.

Não ha, portanto, razão para supôr que eram em número de sete os castelos do pendão real arvorado em Aljubarrota.

35. O epíteto *nobre* de IV, 33, 1,

Ó tu Sertorio, ó nobre Coriolano,

quererá dizer *que tem nomeada, famoso,* ou deverá tomar-se como sinónimo de aristocrata?

Parece-me preferivel a segunda acepção.

Famosos como Coriolano, ou antes mais, foram Sertorio e Catilina, nomeado logo no verso seguinte. Mas Coriolano distingue-se pelo papel que, como nobre, desempenhou na luta contra a plebe.

Basta citar sôbre o assunto esta passagem de Tito Livio: «Multi venisse tempus premendae plebis putabant recuperandique jura, quae extorta secessione ac vi patribus essent, in primis Marcius Coriolanus, hostis tribuniciae potestatis» (II, 34).

36. Para Camões, *Massylia* fica a noroeste da Africa e estende-se desde os montes *Sete Irmãos,* isto é, desde as imediações de Ceuta, até a região habitada pelos azenegues, ao norte do *negro Sanagá* (IV, 36–37; V, 6–7).

Por outro lado. sabemos positivamente que os massílios habitavam ao norte da Africa, é certo, mas muito afastados tanto de Ceuta, como da costa do Atlantico, pois ficavam na Numídia, na parte oriental da moderna Argélia. (Cf. Pauly, *Real-Encyclopädie,* V, 731–739).

Supús, porisso, que o poeta tivesse escrito *Maurusia,* tanto em IV, 36, 8, como em V, 6, 1.

Mais tarde, porêm, verifiquei que, graças a um logar da *Eneida* (1), que, diga-se de passagem, talvez tenha sido mal interpretado (2), se transferiram por vezes os massílios da Numídia para as imediações do estreito de Hercules, a que o Atlas ficava sobranceiro.

Foi o que fez o imitador de Vergilio, Silio Italico, dizendo, por exemplo:

> Quin et Massyli fulgentia signa tulere,
> Hesperidum veniens lucis domus ultima terrae (3).

---

(1) Eis o que Dido, prestes a suicidar-se, diz á irmã (IV, 480–485):

> Oceani finem iuxta solemque cadentem
> Ultimus Aethiopum locus est, ubi maximus Atlas
> Axem umero torquet stellis ardentibus aptum:
> Hinc mihi Massylae gentis monstrata sacerdos,
> Hesperidum templi custos, epulasque draconi
> Quae dabat et sacros servabat in arbore ramos.

Vejam-se aínda referências aos masílios (ou masilos) em IV, 132 e VI, 60.

(2) Tenciono ocupar-me do assunto em outro logar.

(3) *Punica,* III, 282–3. Cf. I, 101; II, 108; XVI, 171, 184, 233, etc.

O conceito contido neste último verso passou para os *Lusíadas,* e, o que é mais de admirar, ainda se lê em uma nota da edição de Tito Livio da colecção Nisard (Paris, Didot, 1864), I, 913: «Les Massyliens habitaient la Mauritanie Tingitane, ou Gaditane, ou Mauritanie proprement dite, depuis le fleuve Ampsaga jusqu'à la Zeugitana (1), ou depuis les frontières du royaume de Maroc jusqu'au détroit de Cadix».

A explicação que se tem dado, tanto para os passos da *Eneida,* como para os dos *Lusíadas,* de que o termo *massílo* é tomado pelos poetas latinos no sentido lato, como eqùivalente de *africano,* não a crêio aceitavel (2).

Para mim, Vergilio talvez não quisesse deslocar aquele povo e Camões perfilhou os dizeres de Silio Italico.

37. A passagem relativa ao sonho de D. Manuel (IV, 77, 6–8), que foi

> .... no tempo que a luz clara
> Foge, & as estrellas nitidas que saem
> A repouso convidão quando caem,

---

(1) Para se ver que trapalhada geográfica está aqui contida, basta notar que o *Ampsaga,* com outro nome, é natural, banha a actual cidade de Constantina e que a Zeugitana corresponde a uma parte da Tunísia.

(2) Indevidamente se cita tambem este passo do *De partu Virginis* de Sannazzaro (III, 187–191), como estando nele o termo *Massyla* empregado em sentido geral:

> Aegon, Getulis centum cui pascua campis,
> Centeni per rura greges Massyla vagantur:
> Ipse caput late, qua Bagrada, qua vagus errat
> Triton, Cinyphiae qua devolvuntur arenae,
> Ingens agricolis, ingens pastoribus Aegon.

Trata-se, como se vê, de um opulento pastor, que tem rebanhos em varias regiões da Africa, entre elas, nos *Massyla rura.*

No canto II, 209, aparecem tambem os massílos contrapostos a outros povos da Africa e, o que convém notar, distintos dos que habitam os bosques das Hespéridas. São, com efeito, recenseados por ordem de Augusto,

> Massylum quicumque domos, quicumque repostos
> Hesperidum lucos, munitaque montibus arva
> Incolit, & ramis nativum decutit aurum:
> Et qui vertentes immania saxa juvencos
> Flectit arans, qua devictae Carthaginis arces
> Procubuere..... ...

creio hoje que é susceptivel de ser interpretada sem supôr alteração no texto.

Camões emprega o verbo *saír* na significação de *subir,* e quer dizer apenas que D. Manuel teve o sonho durante a noite, sem precisar se foi no princípio, no meio, ou no fim desta. Foi quando a *luz foge,* isto é, está ausente, e quando as estrelas sobem para o meridiano e descem para o ocaso, convidando então ao repouso.

Mas esta circunstancia acessoria, que é ao mesmo tempo uma reminiscencia classica (1), tomou na redacção da frase o logar principal, que logicamente lhe não pertencia.

Note-se que o poeta não diz simplesmente que o sonho veio quando as estrelas convidavam a repouso, pois a oração relativa *que saem* reporta-nos á primeira parte da noite. E não se pode abstraír desta consideração, até para se não atribuir ao poeta o conceito de que o sonho se deu *no tempo* em que as estrelas convidam a repouso *quando caem.*

Dante, empregando os dois verbos, correspondentes aos dos *Lusíadas,* exprimiu-se mais concisamente:

> Già ogni stella cade, che saliva
> Quando mi mosi (2).

38. Em IV, 74, 3,

> Estoutro he o Indo Rey que nesta serra (3)

ha quem suponha que *Rey* se refere ao Indo, por ser o rio da India de mais longo curso.

Creio, porêm, que não pode haver dúvida a respeito da interpretação dos que fazem daquela palavra um vocativo.

---

(1) É conhecida a passagem da *Eneida,* II, 8-9:

> ..... iam nox umida caelo
> Praecipitat suadentque cadentia sidera somnos.

(2) *Inferno,* VII, 97-98. *Salire,* na mesma significação, encontra-se tambem em Petrarca. *Al ciel salita,* diz ele de Laura no soneto *La bella dona.* E Vieira em um dos sermões: «Não hei de prégar hoje ao povo; ... mais alto hão de saír as minhas palavras» (edição de 1854, tom. 2, pag. 8).

(3) Sem qualquer pontuação nas edições *E* e *Ee.*

Assim o exige o contexto, que diz do Ganges (IV, 73):

> Este, que era o mais graue na pessoa,
> Destarte pera o Rey de longe brada.

Por ser o mais grave na pessoa e por ter o berço no paraiso, por ser o rio *ilustre e santo* (IV, 74–75), é que ele toma a palavra e faz ao rei D. Manuel a apresentação do Indo.

Emquanto á omissão do *ó,* compare-se V, 69, 5:

> Ora vè Rey quamanha terra andamos.

(Continúa).

DR. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 1, pag. 64)

XIX

ANES (DIOGO)

Ourives existente em Lisboa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

XX

ANES OU EANES (GOMES)

Era ourives residente em Lisbôa, e D. João III, em carta de 28 de outubro de 1537, lhe confirmou o aforamento de umas casas, situadas na rua que vae do *Chão de Alcamym para S. Christovão* (1).

XXI

ANES (PERO)

Era ourives e creado do arcebispo de Braga, D. Fernando. D. Afonso V, em carta de 26 de fevereiro de 1442, o aposentou na qualidade de seu besteiro (2).

Pela mesma epoca, aproximadamente, aparecem mais dois ourives, de igual nome e tambêm de Braga, os quais porventura não passarão de uma única individualidade.

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 24, fl. 220.
(2) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 96 v.

Em 14 de fevereiro de 1456, D. Afonso V assinou no Pôrto uma carta de privilégio a favor dos amos, mordomos, paniguados e lavradores, caseiros de Pero Anes, ourives, morador em Braga, *porquanto é vassalo* (1).

Pero Anes, ourives de Braga, querelara dum Pero Gil, lavrador, morador no termo da mesma cidade, por cutiladas que lhe dera nas pernas, braços e mãos. O agressor fugiu e o quereloso perdoou-lhe. D. João II, em carta passada em Evora a 20 de julho de 1482, confirmou o perdão, pagando o criminoso dois mil reais para a arca da Piedade (2).

XXII

ANES (VASCO)

Era ourives e morador na cidade de Braga. A 15 de julho de 1462, D. Afonso V assinou em Guimarães uma carta em que o privilegiava, a requerimento de João Gomes, frieiro do arcebispo de Braga, *que nollo por elle pedyo e nos disse que era cassado* (casado) *com hũa sua criada* (3).

XXIII

ANES (VASCO)

Ourives, morador em Lisboa. D. Manuel, em carta de 23 de março de 1498, o nomeou um dos dois mestres da balança da Casa da Moeda de Lisbôa (4).

XXIV

ANES (VASCO)

Ourives, residente em Lamego. D. Manuel lhe deu carta de escudeiro a 16 de junho de 1517 (5).

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, fl. 47.
(2) Chancelaria de D. João II, *Doações*, liv. 2, fl. 50.
(3) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 44.
(4) Chancelaria de D. Manuel, liv. 37, fl. 15. O registo da mesma carta encontra-se repetido no verso da mesma folha.
(5) Chancelaria de D. Manuel, liv. 9, fl. 27 v.

XXV

ANTONIO

Ourives francês, interprete de J. de Paris. Compareceu no Tribunal da Inquisição a 4 de. março de 1551 a confirmar um depoimento (1).

XXVI

ARAME (JOSEFE)

Era judeu e ourives do infante D. Henrique. Em atenção aos serviços que lhe prestára e poderia aínda prestar, D. Duarte lhe deu carta de privilégio, assinada em Extremoz em que o isentava do pagamento a que eram obrigados os judeus no serviço real. Esta carta, datada de 12 de fevereiro de 1436, foi confirmada por D. Afonso V, sendo regente o infante D. Pedro, em Camarate a 12 de setembro de 1439 (2).

XXVII

BANHOS (PERO DOS)

Era ourives na cidade do Pôrto, e a pedido de D. Alvaro Coutinho, fidalgo da Casa Real, D. Afonso V lhe concedeu carta de privilégio, assinada na mesma cidade a 15 de janeiro de 1456 (3).

XXVIII

BARRETO (ALVARO)

Era ourives do ouro, e tendo ficado responsavel por uma fiança que não foi satisfeita, o Hospital de Todos os Santos exigiu o pagamento da divida a Fernão Gomes e Margarida Anes, moradores na villa do Barreiro, que estavam na posse

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 472.
(2) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 20, fl. 139 v.
(3) Ibidem, liv. 14, fl. 8 v.

dos bens que pertenceram ao mesmo ourives. D. Filipe II lhes deu carta de perdão a 12 de julho de 1603, com a clausula de pagarem ao mesmo hospital tres mil reais, de que Margarida Anes já tinha satisfeito 1$500.

«Dom Philipe etc. faço saber que Fernão Gomez e Margarida Anes, moradores na villa do Barreiro, me enviarão dizer por sua petição que elles erão executados por parte do hospital de Todos os Santos como pesuidores da fazenda que fora de Aluaro Barreto, ouriues do ouro, fiador que fora de Francisco, criado dos frades de Nossa Senhora do Monte do Carmo em cem cruzados a se auer de liurar solto de um crime, e sendo o dito Aluaro Barreto citado pello perdimento da dita fiança, por não parecer, correra o feito a reueria, e por sentença fora condenado no perdimento da dita fiança e nas custas, pedindome lhe perdoasse o perdimento della e receberia merce, e visto seu requerimento e hum parece com hum passe, ey por bem e me praz, se asi he como os sup.es dizem e mais não ha, de lhes perdoar o perdimento da fiança, de que fazem menção pello modo que declarão, visto o que allegã, e pagarão tres mil rs para o Hospital de Todos os Santos desta cidade de Lixboa, e porquanto a dita Margarida Anes ja pagou mil e quinhentos rs ao thesoureiro do dito hospital etc. na forma. ElRey noso senhor ho mandou pelos doutores Jorge de Cabedo e Diogo dAfonseca etc. Manuel da Silua a fez em Lixboa a xii de julho de jbjc e tres. Manuel Godinho a fez escreuer» (1).

XXIX

BARROS (GREGORIO DE)

Era ourives de prata de D. Sebastião, o qual, em 2 de novembro de 1576, lhe deu carta de privilégio para que ninguem mais pudesse fazer as obras, tanto ordinárias como extraordinárias, necessárias ao serviço real.

«Eu elRei faço saber aos que este alluara virem que avendo respeito ao que na petição escrita na outra mea folha atras diz Gregorio de Barros, meu ouriuez de prata, ey por bem que elle faça daqui em diante todas as obras e cousas de prata, assi ordinarias como extraordinarias tocantes a seu officio que se ouuerem de pagar a custa de minha fazenda per qual quer via que seja, e as não faça mais outro algum official senão elle Gregorio de Barros, o qual donde quer que estiuer poderá mandar fazer as tais obras pellos officiais que elle para isso ordenar. Noteficoo asy... Simão Borralho o fez em Lixboa aos dous dias de nouembro anno de jbclxxbj, e eu Duarte Diaz o fiz escreuer» (2).

---

(1) Chancelaria de D. Filipe II, *Legitimações*, fl. 81.
(2) Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 40, fl. 125.

XXX

BENJAMIM

Era ourives judeu, e residia no Pôrto. D. Afonso V lhe deu carta de privilégio, que está sumáriamente registada, dizendo-se que era igual a outra que na mesma data (28 de novembro de 1439?) fôra passada a favor de Abraão Baru, outrosim judeu, residente em Viana do Lima, a fim de poder contratar com os cristãos (1).

XXXI

BERNAL (DIOGO)

Havia um ourives em Lisbôa em 1537, chamado Diogo Bernal. Vide o nosso livro *Artes e artistas em Portugal*.

XXXII

BLÃO (JOÃO)

Ourives de ouro, francês. Em 1 de outubro de 1548 denunciou á Inquisição várias pessoas, entre as quais um lapidário, de nome Estevão (2).

XXXIII

BOMDIA (GONÇALO)

Gonçalo de Bomdia, ourives, morador em Lisbôa, pediu licença para trazer armas a fim de se defender de Manuel Dias e Fernão Soares, ambos ourives, solteiros, seus capitais inimigos, que já tinham saltado com elle para o matar e lhe deram uma grande cutilada na cabeça, de que estivera à morte. E por querelar deles o ameaçaram de morte.

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 14 v.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 183.

D. João III satisfez o requerimento, passando a respetiva carta a 20 de junho de 1541 (1).

XXXIV

BORCELAS (JOÃO DE)

Na quitação a Gonçalo Eanes, comprador que foi das infantas D. Catarina e D. Joana, lê-se a seguinte verba:

«E deu sete mill iij^{c}xb rs per compra de trinta e noue dobras e seis oytauas douro de que fezerom huũ collar e certas contas pera huũa escranbrom pera a Ifante Dona C.^{a}, que foy entregue a sua ama pera carreto de certa frasca quando partirom de Lixboa pera Santo Antonio. It deu tres mil e cbj rs ao dIto Joham de Borcellas ouriuez por feitio do dito colar e contas e por huũs guarnimentos de tecido que pos em outro» (2).

XXXV

BOULGERE (PEDRO LE)

Ourives de ouro, francês, morador na freguesia de S. Nicolau. Em 8 de outubro de 1545 compareceu no Tribunal do Santo Ofício para se confessar de diversas coisas que tinha dito (3).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 34, fl. 47 v.
(2) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, fl. 62 v.
(3) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 442.

O ROMANTISMO INGLÊS

(Cont. do n.º 1, pag. 24)

VII

«The Marvellous Boy»

CONCLUSÃO

Reservei para o ultimo capitulo Thomas Chatterton, «The marvellous boy», cuja curta vida de dezoito anos e cuja obra poetica fornecem á historia da revolução no gosto a que temos assistido uma conclusão tão perfeitamente ajustada e confirmam tão plenamente as generalisações a que essa historia conduz, que parecem uma *ilustração* inventada para uma these preconcebida.

Thomas Chatterton nasceu em Bristol a 20 de novembro de 1752. Os seus ascendentes na linha varonil formavam uma longa dinastia de sachristães da egreja gothica de Santa Maria, no arrebalde de Redcliff. A hereditariedade do cargo na familia durara mais de cento e vinte annos. Mas o pae do poeta, que fallecera meses antes do nascimento deste, não seguira a profissão tradicional dos seus; era mestre de escrita numa escola e sub-chantre na cathedral de Bristol. A sachristania passara para um seu cunhado. Á morte do sub-chantre a sua joven viuva foi viver para o arrebalde de Redcliff, para junto da velha egreja de Santa Maria, com sua sogra, uma filha de dois annos e uma amiga que a ajudava nos trabalhos de costura e de mestra de meninas, de que vivia. A essa companheira, Mrs. Edkins, se devem muitas noticias sobre a vida de Chatterton. A visinhança da egreja e a circumstancia de ser seu tio sachristão proporcionavam ao pequeno bastas oportunidades de andar pelas veneraveis naves gothicas fazendo das estatuas tumulares, dos anjos de pedra e dos brasões d'armas os brinquedos da sua imaginação. Vendo-o com esse genio sismatico e arredio das outras creanças e dos seus ruidosos jogos, a familia começou a julga-lo meio apatetado. Para esta opinião contribuia muito a sua incapacidade para aprender a ler, de que tanto fallam todos os biographos, fundando-se no testemunho da irmã do poeta

e no de Mrs. Edkins. Mas quando se vê que essa resistencia ao ensino se dava aos quatro annos, ella faz sorrir e perde todo o caracter, que hoje pretendem dar-lhe, de symptoma de espirito concentrado e imaginativo, não querendo ser distraído da sua actividade original. Mas o que tem já significação e mostra que a atmosfera eclesiastica em que o rapazinho crescia, e quem sabe se tambem a hereditariedade, começavam a actuar, é o modo por que elle aprendeu o alfabeto. Vendo em casa um velho folio de musica com iniciaes iluminadas, que fôra de seu pae, declarou que queria aprender aquellas letras. E de facto foi por ali que lhe ensinaram o alfabeto aos seis annos e meio. Pela mesma causa e tambem por um orgulho ingenito de que muito cedo deu provas, escolheu para primeiro livro de leitura uma grande Biblia de typo gothico, recusando-se, diz sua irmã, a estudar por um livro pequeno.

Vencida a dificuldade da aprendizagem, ateou-se nelle de subito a paixão da leitura. Lia de manhã até á noute tudo quando podia encontrar. E para fugir ao ruido da escola de sua mãe arranjou numa agua-furtada um refugio onde se fechava dias inteiros a ler e a escrever. Perto dos oito annos sua mãe obteve-lhe a entrada para um asilo fundado no principio do seculo por um rico proprietario e comerciante de Bristol. A severidade do regulamento não agradou ao novo educando, habituado á mais completa liberdade nos seus actos e nas suas leituras. A enorme diferença de gostos que o separava dos seus novos companheiros nunca lhe permitiu alcançar muitos amigos entre elles, e o seu genio tornou-se mais reservado. O pouco dinheiro de algibeira que sua mãe lhe podia dar aplicava-o a alugar livros num gabinete de leitura. Só era permitido sair da escola nas tardes dos sabados e dos dias de certos santos. Nesses dias ia para casa de sua mãe onde se fechava na sua velha agua-furtada e desenhava com paixão. Muitos destes grosseiros desenhos existem no Museu Britanico entre os manuscritos de Chatterton. Os assumptos delles são egrejas, tumulos, castelos, guerreiros medievaes revestidos de armadura e brasões. «A heraldica especialmente, diz um dos seus biographos, parece ter exercido sobre elle uma fascinação» (1).

Havia no asilo um prefeito chamado Phillips que fazia nas horas vagas versos de que inundava as gazetas locaes. Os

---

(1) Edward Bell, *Memoir* junta ao vol. I da edição Skeat, pag. XXIV *(Aldine Poets)*.

colegiaes mais velhos e com alguma inclinação literaria consideravam-n'o um mestre e pediam-lhe conselhos e correcções para as suas primeiras tentativas poeticas, que elle não só animava paternalmente, mas enviava com as suas para os jornaes. Em 1763, aos onze annos, Chatterton começou a fazer parte desse pequeno circulo literario. E quando lhe tocavam por turno as funcções de porteiro empregava em versejar os longos vagares que ellas lhe proporcionavam. A sua mais antiga composição conhecida é daquella data. O assumpto, apesar de religioso, — o juizo final — nada tem que ver com as predilecções que o pequeno autor revelava. Já se relaciona porém, embora indirectamente, com a atmosfera medieval em que se creara, uma outra publicada pouco depois num jornal de Bristol. Um tijoleiro de Redcliff com funcções na administração parochial, um *churchwarden* mandara tirar do adro uma bella cruz de pedra que ali estava havia seculos, com o pretexto de que dificultava o transito e mandara tambem nivelar as protuberancias das sepulturas, aproveitando na sua industria o barro excedente que deste nivelamento resultara. Chatterton que amava apaixonadamente tudo quanto contribuia para a phisionomia da egreja e anexos e que, como conta um seu amigo, em muitas tardes de feriado ia estender-se num sitio donde se gozava uma boa vista do edificio e ali ficava a sonhar alto com scenas medievaes que se relacionavam com elle, lavrou o seu protesto numa satyra intitulada *The Churchwarden and the Apparition, a Fable*. Essa pequena composição octosilabica no estilo das de Churchhill é uma infantilidade mas revela, se não talento, pelo menos uma certa habilidade literaria muito notavel para a edade em que foi escrita.

Mas ao mesmo tempo que se occupava em compôr estes e outros pastiches *classicos,* o seu espirito ia já tecendo em silencio o romance quatrocentista em verso e prosa, principalmente em verso, que lhe havia de dar uma celebridade posthuma.

Conta o seu amigo e companheiro de colegio Thistlethwaite que numa tarde do verão de 1764, isto é tendo Chatterton doze annos, este lhe comunicara que possuia uns velhos Mss. encontrados numa caixa em Santa Maria de Redcliff e que emprestara um delles a Phillips, a vêr se este o decifrava. No dia seguinte o prefeito-poeta mostrou-lhe com efeito um pergaminho coberto duma escrita amarelada de deficilima leitura. Uma ou outra aberta na obscuridade mostrava tratar-se duma composição poetica cujos versos se seguiam como prosa e sem pontuação. Thistlethwaite em breve se

fatigou desse trabalho paleografico deixando a Phillips o cuidado de o adeantar em outras avançadas. Mas pelo pouco que conseguiu ler identificava o conteúdo do velho pergaminho com uma composição pseudo-medieval que com o titulo de *Elinoure and Juga* que Chatterton alguns annos depois, em 1769, publicou em um magazine.

Havia em Santa Maria de Redcliff seis ou sete caixas cheias de documentos. Uma dellas, chamada o cofre de Master Canynge (1), tinha seis fechaduras cujas chaves haviam ha muito desaparecido. Uns dezasete annos antes do nascimento de Chatterton, tendo a junta de parochia resolvido um exame dos documentos, mandou arrombar «o cofre de Master Canynge», arrecadando aquelles que tinham ou a que se atribuiu alguma importancia e deixando ficar outros na caixa arrombada á mercê de quem quizesse apoderar-se delles. O pae do poeta levara para casa uma enorme quantidade destes pergaminhos que utilisava para capas de cadernos de escrita e de musica e outros usos semelhantes. Era tal a abundancia de pergaminho em casa que a viuva e a sua amiga e companheira Mrs. Edkins não se serviam doutro material para caroços de novêlos e para moldes. Um dia, ignora-se em que edade precisa, o pequeno Thomas Chatterton lembrou-se de indagar da proveniencia de tanto pergaminho. Ao saber que viera da egreja de Santa Maria indignou-se contra o vandalismo e arrecadou cuidadosamente na sua agua-furtada todas as folhas que restavam.

O Master Canynge que dera o nome ao cofre era um benemerito do seculo xv, a quem se devia em grande parte, parece, a reedificação da egreja. Fôra por cinco vezes *mayor* de Bristol, seu representante no parlamento, e, segundo a tradição acabara padre. Havia em Santa Maria dois retratos deste magnate municipal; um mostrava-o em traje de *mayor,* o outro em habitos eclesiasticos. Esses retratos eram, está claro, familiarissimos ao pequeno antiquario, que muitas vezes se devia ter esquecido a sismar deante delles, como deante das estatuas tumulares de bispos e cavaleiros e das pedras d'armas que reproduzia nos seus desenhos.

Está-se a vêr como a posse dos pergaminhos e a idêa de provirem do cofre de Master Canynge vieram insuflar vida ás imagens que a intimidade com o templo gothico fôra depositando no espirito do rapazinho e que as leituras des-

---

(1) Daqui a pouco veremos o papel deste ilustre paroquiano do seculo xv na obra poetica de Chatterton.

conexas ajudavam a precisar, e como nasceu depois a tendencia para projectar sobre as folhas amareladas pelos seculos essa ingenua visão da Edade-Media deformada pelo meio refrangente do seculo XVIII. Muito verosimilmente o processo mental teria começado pela imaginação do prazer que causaria encontrar naquelles pergaminhos tirados dum cofre conhecido pelo nome veneravel de Master Canynge, testemunhos da vida do *worthy* quatrocentista e das suas relações com os sucessos historicos contemporaneos. Os documentos imaginarios palpitavam febrilmente no espirito do pequeno poeta e, a pouco e pouco foram-se transferindo para os pergaminhos. Mas a transferencia não se deu sem que o sonho tivesse que se aplicar primeiro, provavelmente, ao fabrico duma tinta de aspecto antigo e com a toda a certeza como depois se verá, sem primeiro ter atravessado a laboriosa creação dum dialecto pseudo-antigo, tão engenhoso como infantil. No fundo trata-se apenas da tendencia para a invenção romanesca comum a todas as creanças imaginosas e precocemente dadas a leituras. Bastará lembrar o caso de Walter Scott que elle proprio nos conta na sua auto-biographia. Aos treze ou quatorze annos elle o seu amigo Jehu Irving procuravam para os seus passeios os sitios mais solitarios e contavam um ao outro um longo romance de episodios maravilhosos inventados de improviso. Durou isso cerca de tres annos. Chatterton, esse, ou fosse pela acção do habito precoce da solidão, ou por ser naturalmente muito mais reservado, em vez de associar os seus amigos ao seu romance, fazia delles pedra de toque da verosimilhança.

E emquanto o romance ia amadurecendo e medrando, outras pequenas invenções acessorias iam saindo do seu trabalho secreto. Vejamos duas dellas antes de traçarmos os contornos do romance medieval.

A primeira foi executada com o melhor resultado aos quinze annos, poucos mezes antes do poeta deixar a instituição de caridade que o educara e ser por ella entregue como aprendiz a um procurador chamado Lambert. Vivia então em Bristol um certo Burgum, homem de origem muito humilde que enriquecera como picheleiro, especie de *bourgeois gentilhome,* com pretensões a Mecenas. Tomara mestres de grego, latim e musica e não sei tambem se de esgrima e dansa, como M. Jourdain; mas era incapaz de falar correctamente a sua propria lingua e a cada instante traía por grossarias de trato e linguagem a sua origem infima.

Em uma das suas tardes de libertação do colegio, Chatter-

ton apresentou-se ao «fidalgo aprendiz» participando-lhe que descobrira um antigo documento que muito o interessava. Tratava-se nem mais nem menos que dum pergaminho onde se via o brasão da familia *de Bergham,* a qual era, está claro, como o mostra a particula, de origem normanda. Imagina-se o transporte do fofo picheleiro afidalgado a esta comunicação. De facto alguns dias depois recebeu do engenhoso Thomas a folha de pergaminho com as suas vistosas armas *divisadas e iluminadas com todas as suas côres e metaes,* e um caderno contendo a sua genealogia desde o fundador da casa, um companheiro de Guilherme de Normandia, com escrupulosa citação marginal das numerosissimas e veneraveis fontes donde fôra coligida. No mesmo caderno havia tambem uma copia de dois antigos poemas que pelo assumpto se relacionavam estreitamente com a nobre linhagem em questão. Passados mais alguns dias apresentou uma continuação da genealogia até ao reinado de Jaime II, juntando-lhe alguns versos dum poema intitulado *The Romaunte of the Cnyghte* e atribuido por elle a John de Bergham, que, dizia o trabalho genealogico, fôra «um dos grandes ornamentos do seu tempo. Escreveu vários livros e traduziu uma parte da *Iliada* com o titulo de Romance of Troy, etc.» O agraciado, porém, medindo talvez a sua generosidade menos pela importancia da descoberta que o fazia inesperadamente descender dum conde, do que pela miseria e humilde condição do descobridor, gratificou o imaginoso *charity boy* apenas com 5 shillings (1). E muito arrependido ficaria ainda da pequena dadiva quando tempo depois apresentando a registo oficial no *College of Heralds* o seu fantastico brasão, soube que nunca tal familia nem taes mercês heraldicas tinham existido.

Pouco depois de sair do asilo Chatterton encontrou outra victima mais ilustre que o picheleiro na pessôa dum cirurgião antiquario a quem passou a fornecer prodigamente, parece que sem remuneração alguma, a não ser o emprestimo de livros da rica bibliotheca que elle possuia, pergaminhos que o pobre diabo archivava religiosamente e com a mais per-

---

(1) No apendice ao vol. II da edição Skeat, de que me sirvo, vem um longo extracto desta engraçada falsificação. Cada membro da familia vem acompanhado, em nota, pela descrição das armas do ramo que fundou; e por essas descrições vê-se com que facilidade Chatterton se servia da linguagem heraldica e inventava brasões. Em vista desse documento e do que contem a genealogia e armas com que a si proprio se agraciou não pode haver duvida de que a heraldica era para Chatterton um instrumento de poesia.

feita bôa-fé transcrevia na historia das antiguidades de Bristol, em que trabalhava.

É fóra de duvida que a genealogia e brasões annexos de Mr. Burgum devia causar ao juvenil falsario o malicioso prazer proprio da composição dum poema heroi-comico. Já não é porém de tão facil determinação o motivo que o impelia a inventar os documentos para o antiquario local e o sentimento que acompanhava essa falsificação. Quanto á sympatia e o exame comparado dos factos nos permitem penetrar nesse obscuro e complexo mundo moral, parece poder-se afirmar que se não se tratava tanto duma fraude premeditada como da obediencia a um impulso irresistivel e instinctivo, animado no seu exercicio pela inexperiencia e pela ignorancia que lhe não permitiam avaliar a inconsistencia das suas creações. Não passava talvez no fundo dum caso requintado e transcendente de mentira infantil. Dava-se o prazer de se ver a si proprio representando de antiquario e gozando a consideração dum antiquario profissional, como os outros rapazes da mesma edade, não tendo aventuras reaes com que se impônham á admiração de quem os ouve, inventam-n'as, deliciando-se em supôr-se acreditados, o que os transforma aos seus proprios olhos e os transporta por um momento ao mundo feliz do desejado. E quando não dispõem de auditorio entreteem do mesmo a imaginação com romances, de natureza variavel segundo os temperamentos, de que são ao mesmo tempo autores e heroes. Um colegial de Dickens, em *Dombey and Son,* em quem a febre inventiva da puberdade tomara a forma da respeitabilidade burguêsa, passava o tempo na sala de estudo a dirigir a si proprio cartas de negocio nos termos mais respeitosos, assignadas por quantos nomes de pessôas desconhecidas chegavam aos seus ouvidos. É uma excelente caricatura do caso. Como inventava documentos para o antiquario, Chatterton inventou tambem para si uma genealogia ornada de nove brasões d'armas, — e não era de certo com o proposito de se escarnecer, na silenciosa solidão da sua agua-furtada. Era para se deliciar tambem em imaginar-se por um momento preso pelos laços de sangue a esse passado feudal e cavalheiresco cujas belas reliquias — armaduras, tumulos, nomenclatura e figuras heraldicas — tanto o seduziam e tinham ateado no seu espirito uma verdadeira paixão absorvente e gravado nelle indelevelmente as suas linhas nobres e saudosamente evocadoras.

A composição dos poemas pseudo-medievaes começou cedo: já vimos que um delles data de 1764, dos doze annos

do poeta. A genealogia do «fidalgo aprendiz» tambem nos mostrou que *Romaunte of the Cnyghte* e mais dois são de 1767. Segundo Skeat, *Bristowe Tragedy* deve ser egualmente das primeiras tentativas no genero. Mas a composição da maior parte e a combinação delles como quadro da vida local no seculo xv é posterior á saida Chatterton do asilo. O editor acima citado é levado pela ausencia completa de poesias reconhecidas como proprias nos meses que vão de fevereiro a julho de 1769 a atribuir a esse periodo a composição de muitos dos poemas dados como quatrocentistas. A chronologia literaria explica-nos o facto. Como o notou Gosse, (1) Chatterton recebeu a influencia da revolução por que no seu tempo estava passando o gosto. A composição que apresentou em 1764 a Phillips como encontrada na caixa dos documentos em Santa Maria de Redcliff é escrita numa variante de sete versos da estancia de Spenser; e nós já vimos como abundam na fase inicial do Romantismo os poemas em que essa forma estrofica é resurgida. Anteriormente áquella data tinham-se publicado quarenta e tantas dessas composições poeticas. Mas em *Elinoure and Juga* reconhece-se tambem sem dificuldade a influencia de Ossian. Em 1763 aparecera o ultimo dos poemas Ossianicos que vinham sendo publicados desde 1760. *Elinoura* e *Juga* são duas lacrimosas donzelas Ossianicas que adoptam a estancia de Spenser em vez da prosa rithmica de Macpherson para chorar a ausencia dos seus noivos que combatem, não contra o romano ou contra o escandinavo, como os herois celticos, mas na guerra das Rosas. As donzelas comparam-se a interiores de palacios arruinados, com gritos de corvos e môchos e onde se acoita o cortejo do pavor,

> ... like forsaken halls of merriment
> Whose ghastly mitches (2) hold the train of fright,
> Where lethal ravens bark, and owlets wake the night,

o que mostra que ás mãos do *charity boy* chegara a poesia das ruinas. *Bristowe Tragedy* é uma imitação evidente de romances heroicos das *Reliques* de Percy.

É o proprio Chatterton que numa das suas composições confessadas nos indica a origem, de resto pouco misteriosa, da sua idêa de arranjar com poesias fingidamente archaicas uma especie de «romance gothico» em verso.

---

(1) *Eighteenth Century Literature.*
(2) Ruinas.

Quando a vida em casa do procurador Lambert, onde o faziam comer na cozinha e dormir com o moço de reçados, se tornou de todo insuportavel ao seu grande orgulho e á sua delicadeza de instinctos, Chatterton resolveu conquistar um protector poderoso e rico que o arrancasse á condição ignominiosa em que se encontrava e o auxiliasse na conquista da alta cultura e da celebridade a que se julgava com direito. Escreveu por isso a Horacio Walpole enviando-lhe copia dalguns fragmentos de poesia antiga e uma noticia forjada sobre a origem da pintura a oleo na Inglaterra. Walpole, não suspeitando da falsificação, respondeu a agradecer e a pedir esclarecimentos e mais poesias para as imprimir na imprensa que tinha no seu castelo pseudo-gothico de Strawberry Hill. Chatterton animado com o resultado confessou-lhe a sua miseravel situação, pedindo-lhe o seu valimento para sair della e entregar-se a «mais elegantes estudos». Horacio Walpole desconfiando da fraude consultou Gray e Mason que lhe tiraram immediatamente toda a duvida. Escreveu pois ao seu desconhecido correspondente aconselhando-lhe com a fria polidez de quem quer vêr-se livre dum importuno que se aplicasse á sua profissão e depois de ter por meio della conquistado a independencia, poderia então dedicar-se aos seus trabalhos prediletos. Chatterton ainda escreveu uma outra carta a pedir azêdamente a restituição das copias de *documentos* que mandara e que tinham ficado mezes esquecidos em Strawberry Hill durante uma viagem do elegante homem de letras amador a Paris. Mas se o seu orgulho o impediu de comunicar o desastre a alguem e o obrigou a digerir em silencio a sua humilhação, uma das suas numerosas satiras dirigida contra Horacio Walpole mostra quanto o resentimento fôra profundo. Acusa-o de ser altivo para com os humildes e de lisongear os poderosos que antes quer ter por amigos que por inimigos e diz-lhe que não tem direito a chamar-lhe embusteiro o autor do *Castelo de Otranto:*

Walpole, I thought not I should ever see
So mean a heart as thine has proved to be.
Thou who, in luxury nurst, behold'st with scorn
The boy, who friendless, fatherless, forlorn,
Asks thy high favour — *thou mayst call me cheat.*
Say, didst thou never practise such deceit?
Who wrote Otranto? (1)

---

(1) Edição Skeat, vol. I, pag. 32.

Fôra pois, como elle proprio indica, o exemplo do romance apresentado como tradução dum incunabulo italiano que o levara a tentar uma obra semelhante. Que inabalavel confiança tinha no futuro dessa obra mostra-o o fim da satira:

> ... But I shall live and stand
> By Rowley's side, when thou art dead and damned.

Mas é já tempo de vermos quem é o Rowley ao lado de quem Chatterton esperava a immortalidade. Thomas Rowley era um poeta imaginario a quem elle atribue a maior parte das suas composições medievaes, que são por isso designadas em globo pelo nome de *Rowley Poems*. Este Rowley era eclesiastico e intimo amigo e confessor do opulento William Canynge que, como um *patron* londrino do seculo XVIII, reunia em volta de si mais alguns poetas e elle proprio uma vez ou outra por desfastio se entretinha em rimar. Rowley e Canynge tinham sido condiscipulos num convento de carmelitas e aí tivera origem uma amizade que durou toda a vida. O ultimo, depois de viuvo fizera-se bibliophilo e era o seu amigo Rowley quem o ajudava nas suas pesquizas de manuscritos. Canynge e os seus letrados convivas eram amadores dramaticos e era o reverendo Rowley quem fornecia as peças para as festas que em sua casa dava o rico mercador.

(Continúa). CARLOS DE MESQUITA.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO X

1866–1871

(Cont. do n.º 1, pag. 32)

XVII

Despedida de 1870. — 26 de Janeiro de 1871. — Versos latinos de Viale a Castilho. — Leituras em Balzac. — *O mysterio da estrada de Cintra*. — Quesitos mandados ao Poeta por uma senhora estrangeira.

O último dia de cada anno era sempre solemne para nós. ¿Que outra coisa é a derradeira noite de cada anno, senão uma despedida, e uma saudação? Ha n'aquelles momentos confusos um *Vale* e um *Salve*.

Castilho sentia isso bem, quando n'uma das suas melhores producções literarias deixou esculpidas estas palavras:

«¿Onde ha hi homem, que, ao amanhecer do anno novo, se não assente uma hora junto a esse outro marco de légua na estrada da vida, a ajustar contas com o passado, e a considerar por onde cortará ao longe o caminho que o aguarda, se pelas serras bravas e inhóspitas, que diviza, se por valles de abundancia e verdura, que se lhe escondem? Esta hora de pausa, que bem houvera de ser para descanço, toda é repassada de tristeza» (1).

A noite de 31 de Dezembro de 1870, passámol-a juntos em S. Francisco de Paula até ás 2 horas da madrugada, lendo um triste processo, que então era em Lisboa assumpto exclusivo de todas as conversações. Isso tudo impressionou

(1) *Quadros historicos de Portugal* — Prologo.

e compungiu profundamente o Poeta, que admirára, conhecêra de perto, e algumas vezes recebêra em casa, o talentoso, o infelicissimo protagonista da tragedia.

Poderia acrescentar aqui mais alguns pormenores, mas veda-me o melindre. Basta. Paz aos mortos.

*

O nosso querido 26 de Janeiro de 1871 foi celebrado muito á capucha, e sem a mais leve demonstração de alegria, concentrados todos n'um pequenino gabinete, onde tinha sido o meu quarto de rapaz.

Estiveram apenas, além de nossos Paes e nós, a senhora D. Maria do Carmo de Vasconcellos, viuva de Adriano de Castilho, sua filha Maria Leonor, Pedro de Medeiros e Albuquerque, Augusto Cesar de Gouvêa da Silva Homem, Zacharias de Aça, Eduardo de Castilho, Antonio da Silva Tullio, e D. Antonio da Costa. Varios outros amigos e parentes vieram de dia, ou mandaram bilhetes.

Castilho, que via chegado o seu septuagesimo primeiro anniversario, achava-se em soffrivel disposição physica, mas muito triste (como todos nós) pela recente perda do bom, intelligente, e laboriosissimo Alexandre, fallecido no Funchal a 19.

Appareceu uma affectuosa saudação em hexâmetros e pentâmetros pelo mestre Antonio José Viale; era esta:

Castilli, salve! Felices Nestoris annos
Vive, decus patriæ, corpore, mente vigens!
Hæc mea vota: meis sua jungunt consona vota
Lysiades juvenes, Lysiadesque senes,
Quorum tu mulces mira dulcedine corda,
Dum canis, aut dictas verba soluta modis;
Aut quos, quantumvis doctos, doctissimus ipse
Multa tuis libris colloquiisque doces.

Traduzi assim:

Castilho, honra da Patria, ¡oxalá vivas,
são de alma e corpo, de Nestor os annos!
Aos votos de um amigo unem seus votos
de Lysia os moços, os anciãos de Lysia.
Em verso, em prosa, enlévas de doçura
os nossos corações; e os sabios mesmos,
com os livros teus, e o encanto da loquella,
doutissimo varão, instrues e assombras.

*

No dia 27 foi Castilho a Santo Aleixo passar a noite comigo. Para o distrahir, li-lhe o romance de Balzac *Une fille d'Ève*.

Na noite de 28 estive em S. Francisco de Paula, onde lhe li o romance dos snrs. Queiroz e Ortigão *Um mysterio da estrada de Cintra,* ao qual elle achou a maior graça.

*

Cabe-me aqui aproximar as interessantes respostas, que o Poeta deu a vinte e quatro quesitos, que lhe mandou uma senhora estrangeira, parece-me que brazileira, residente em París. Tenho pena de não lhe saber o nome, nem a data muito certa. Essas respostas devem estar algures, n'algum album; ¿mas onde?

Usava-se então essa moda de dar as mesmas perguntas a pessoas várias, para notar as differenças de pensar e sentir de cada um. Vamos ao caso.

QUESITOS MANDADOS POR UMA SENHORA ESTRANGEIRA A CASTILHO, E POR ELLE RESPONDIDOS

1.º — *Quelle est la disposition dominante dans l'état habituel de votre esprit?*
La compassion.

2.º — *Quel est le premier devoir de l'homme envers ses semblables?*
La loyauté.

3.º — *Quel est le plus grand attraît de la femme chrétienne?*
La patience.

4.º — *Quelle est la disposition habituelle de votre âme?*
La rêverie.

5.º — *Avez-vous une anthipathie dominante? Laquelle?*
Je hais tout ce qui est faux.

6.º — *Quelle est à vos yeux la plus belle vie?*
La vie sans remords, quelle qu'elle soit du reste.

7.º — *Quel est pour vous le malheur suprème?*
Celui de ceux qu'on aime.

8.° — *Quelle couleur, et quelle fleur préférez-vous?*
Le pourpre. La rose.

9.° — *Qui voudriez-vous être?*
Pierre II du Brésil.

10.° — *Où désireriez-vous vivre?*
À la campagne, près de la ville, dans une maisonette bâtie par moi.

11.° — *Quels sont vos prosateurs favoris?*
Alexandre Dumas parmi les modernes; parmi les anciens Pline le Jeune.

12.° — *Quels sont vos poètes favoris?*
Parmi les anciens, Virgile; parmi les modernes, Hugo.

13.° — *Quel peintre et quel musicien choisiriez-vous?*
Peintre, Virgile; compositeur, Rossini.

14.° — *Quel est le héros que vous aimez le mieux?*
Scipion.

15.° — *Quelle Sainte préférez-vous entre toutes?*
Sainte Elisabeth de Portugal.

16.° — *Quel est le personnage masculin de roman que vous préférez?*
Dans les romans, D'Artagnan, le mousquetaire; dans la fable, Orphée.

17.° — *Quel est le personnage féminin de roman, qui vous charme le plus?*
Dans les romans, Clarisse Harlowe; dans la fable, Andromaque.

18.° — *Quelle nourriture préférez-vous?*
Les végétaux, et l'eau.

19.° — *Quels noms d'homme et de femme aimez-vous le mieux?*
Nom d'homme, aucun; nom de femme, Marie.

20.° — *Que détestez-vous davantage en ce monde?*
Le serpent, ou bien le calomniateur.

21.° — *Quelle est la plus exécrable figure de l'Histoire?*
Hudson Lowe.

22.° — *L'état actuel de votre âme?*
Apathie, et mécontentement.

23.° — *Quelles sont les fautes pour lesquelles vous vous sentez le plus d'indulgence?*
Celles qui tiennent à la faiblesse du cœur.

24.° — *Votre devise?*
Rien n'est beau que le vrai.

XVIII

Distracções que a familia affectuosamente impõe ao cançado espirito de Castilho. — Uma leitura do *Fausto* em casa da senhora D. Theresa Xavier Botelho. — Grande leitura do mesmo poema na Legação de Hespanha. — Revisão de provas do *Avarento*. — Outra leitura do *Fausto* na officina do pintor Marciano Henriques. — O oculista Mascaró intenta o tratamento dos olhos do Poeta. — Começa-se a planear a traducção do *Sonho de uma noite de S. João*, de Shakespeare. — O livro *Miniaturas* de Antonio Candido Gonçalves Crespo. — Mau estado da saude do velho Castilho.

Faziamos todos constantemente o possivel, e o impossivel, para trazer entretido aquelle poderoso espirito. Já incapaz, segundo creio, de trabalho original, saciava a sua actividade portentosa n'esse labutar, de que alguns mesquinhissimos corações vieram a fazer-lhe crime: traduzia obras-primas; isto é: tornava-se, quanto lhe era dado, util aos seus conterrâneos, dando-lhes a ler, conscienciosamente interpretadas, producções de consagrados engenhos. Já que mais não podia, dava o que tinha; e quando as suas offertas não fossem aceitas, outro grande favor lhes prestava: o exemplo da perseverança.

No meu diario íntimo lia-se em 7 de Junho de 1871:

«O Papá está menos mal; mas quando o espirito lhe não anda entretido, cae em melancolia e aprehensões.»

Fevereiro e Março de 71 foram pois muito cheios de intencional faina: umas vezes em S. Francisco de Paula, outras em Santo Aleixo. Domingo 5 de Fevereiro jantou comigo, revendo o *Fausto,* assim como passou tambem as noites de 8 e 9; a de 10 em sua casa; a de 11 na minha; e na sua as de 15, 16, 22, e 24. A revisão terminou em 6 de Março.

*

Em 28 d'esse Fevereiro, em Santo Aleixo, perante um resumido mas escolhido auditorio, fiz leitura de alguns quadros do *Fausto,* seguindo-se uma bonita ceia volante.

Em 21 de Março li-os em casa da talentosa senhora D. Theresa Botelho, mãe do 2.º Conde do Carvalhal; a companhia era de optimas apreciadoras; até que chegou o dia 31, e com elle uma bella festa literaria. Eu explico.

*

O Ministro de Hespanha frequentava muito, segundo já indiquei, a casa de Castilho. Ávido sempre de occasiões para honrar as Letras portuguezas, pediu ao Poeta lhe concedesse uma leitura do célebre poema na Legação, e começou com grande antecedencia a distribuir os convites, e a preparar tudo.

No mundo literario não se falava n'outro assumpto; conservo um dos bilhetes, e aqui o deixo copiado para lembrança.

«*El 31 del corriente à las 6 ½ de la tarde honrará el Señor Vizconde del Castilho mi casa con una lectura de la traduccion de Fausto que acaba de terminar. Autorizado por el poeta pide a V. se sirva favorecer con su presencia esa noche la morada del escritor que con este motivo se ofrece de V. atento colega y S. S. q. s. m. b. — A. Fernandez de los Rios.*»

*

Á esquina da rua das Chagas para o Calhariz, levanta-se da banda do poente um palacio de um só andar e sobrelojas, de antigo aspecto e grande ar. Incompleto como está, tem o cunho das edificações nobres seiscentistas, e mostra o que havia de ser arrogante e harmónica a traça geral primitiva. Para ahi veio alojar-se Fernandez de los Rios, antigo jornalista madrileno, politico de certa aura e fino, delegado especialmente, segundo era fama, para estreitar as boas relações entre os dois Reinos peninsulares, apertando a convivencia entre os homens de Letras de lá e de cá.

Diz-se, e é assim, que entre as Letras portuguezas e as castelhanas, outr'ora tão conjuntas, se ergue hoje a muralha da China; são mais conhecidos em Lisboa muitos poetastros francezes, do que os mais valiosos escritores de Castella. Grande lástima sem dúvida. Principiou o Ministro a querer ser apresentado a alguns literatos nossos, e a frequentar com cortezia as casas d'elles. Quando se determinou em celebrar um saráu em honra do *Fausto* castiliano, já achou o caminho aplanado; e a maior parte dos seus convidados era já, mais ou menos, conhecida na Legação.

Ao entardecer de 31 de Março de 1871, paravam em fila as carroagens ao portão do palacio, e ás 6 horas e meia

achava-se reunida companhia numerosa; eis os nomes da maior parte dos assistentes:

D. Angel Fernandez de los Rios, nosso amavel amphitrião, Ministro Plenipotenciario;

D. Antonio Calvo Asensio, Addido á Legação de Hespanha, moço de talento e poeta;

O Marquez de Salamanca, arrojado financeiro hespanhol;

D. Luiz Breton y Vedra, castelhano domiciliado entre nós desde muitos annos, e amicissimo de Portugal;

Agostinho de Ornellas e Vasconcellos Esmeraldo Rolim de Moura, diplomata nosso, traductor do *Fausto* de Goethe em verso;

Luiz Augusto Palmeirim, poeta, e Chefe de Repartição no Ministerio das Obras publicas;

Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, eminente jornalista;

Thomaz de Carvalho, Medico, Lente da Escola medico-cirurgica, Deputado, e depois Par do Reino, sempre bem cabido em reuniões literarias;

O Conselheiro Duarte Lessa, Director geral dos Correios e Postas;

O Doutor Bernardino Antonio Gomes, sábio Lente e Medico de reputação;

Manuel Maria Bordallo Pinheiro, artista de mérito, amigo antigo de Castilho;

Coppola, maestro de S. Carlos;

Julio Cesar Machado, folhetinista e romancista apreciado;

D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo (Mesquitella), Chefe de Repartição no Ministerio do Reino, e abalisado escritor, depois Ministro;

O Marquez de Sousa-Holstein (Palmella), Vice-Inspector da Academia Real das bellas-Artes, moço cheio de talento;

O Conde de Rio Maior, Antonio de Saldanha de Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, Provedor da Santa Casa da Misericordia;

José de Saldanha de Oliveira e Sousa (Rio Maior), zeloso Director da Casa da Moeda;

O Marquez de Niza, D. Domingos Telles da Gama de Castro de Noronha Ataíde e Sousa, Par do Reino;

Claudio José Nunes, Deputado e poeta;

João Baptista Ferreira, Tabellião no Chiado, homem de Letras, dramaturgo, antigo companheiro de Almeida Garrett;

Antonio da Silva Tullio, douto escritor, Conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, Academico;

José da Silva Mendes Leal, grande poeta, Academico, Ministro de Estado honorario, e Bibliothecario mór;

Augusto Pereira Gallego Soromenho, Academico, Lente do Curso Superior de Letras;

Joaquim Thomaz Lobo d'Avila, politico, e depois Conde de Valbom;

Francisco Rangel de Lima, jornalista e critico de Arte;

Augusto Cesar Ferreira de Mesquita, Deputado, e depois Conde de Mesquita;

O Ministro da Russia;

José Carlos Rodrigues Sete, Chefe de Repartição no Ministerio do Reino;

O Secretario da Legação de Inglaterra;

Antonio Victor de Figueiredo Bastos, Lente da Academia Real das bellas-Artes, e festejado autor do monumento a Camões;

José Maria de Abreu, Director geral da Instrucção publica;

Adriano de Abreu Cardoso Machado, Lente da Universidade e Deputado;

Claudio de Chaby, General, consciencioso chronista de assumptos militares;

O Visconde de Benalcanfor, Ricardo Guimarães, Deputado e escritor chistoso e brilhante;

João Anastacio Rosa, o grande actor do theatro normal;

O Visconde de Faro, Frederico Leão Cabreira, General, Deputado, patriota enthusiasta;

Marciano Henriques da Silva, pintor insigne, Director da galeria particular d'el-Rei;

Antonio Gil, célebre Advogado, antigo amigo e condiscipulo de Castilho;

José Carlos de Freitas Jacome, Escrivão no Tribunal da Boa-Hora, homem elegante, meio literato, conhecido pela alcunha do «José Carlos poeta»;

Ignacio Francisco Silveira da Motta, Academico, e Director geral no Ministerio da Justiça;

Eduardo Coelho, fundador e redactor do Diario de Noticias;

Santos Nazareth, jornalista;

Alfredo Ribeiro, jornalista;

Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, poeta, Deputado, e muito nosso;

Carlos Morato Roma, intelligente e mallogrado moço;
Acacio Caldeira, Medico;
José Simões Dias, poeta;
Castilho, o heroe da festa, acompanhado de um filho; e certamente muitas mais pessoas, de que me não lembro, e que não vejo mencionadas nos jornaes.

Ás 6 horas e 3 quartos, em ponto, começou a leitura, já de antemão calculada para seguir até ás 8. Então serviu-se chá. Recomeçou ás 8 e meia até ás 9 e meia. Serviram-se então gelados. Recomeçou das 10 ás 11 e meia. Passaram todos então á sala da meza, para cear.

A leitura foi attentissimamente escutada, e muitas vezes cortada de applausos; o salão, bastante acustico, realçava a sonora voz do leitor. Á ceia falaram várias pessoas, encarecendo os méritos da obra, a amabilidade do Ministro, e brindando á fraternidade literária e politica dos dois Reinos peninsulares, sempre amigos, mas sempre independentes.

Eis ahi, em dois rasgos de penna, o que foi a leitura do *Fausto* na Legação de Hespanha.

No seu livro *Mi mision en Portugal* trata o proprio Fernandez de los Rios este interessante assumpto; mas como não possuo essa obra, nem sei onde encontral-a, deixo de transcrever as palavras textuaes.

*

Quando Castilho se dispunha a retirar-se, deu-lhe o braço Fernandez de los Rios, e conduzindo-o até á carroagem com todo o grupo dos convidados, disse-lhe:

— Permitta-me V. que eu lhe peça outro favor: desejo que a sua passagem inaugure a escada do palacio, aberta estes dias em vez da antiga, que era mesquinha, pelo n.º 27.

Com effeito, a nova escada, alcatifada, illuminada, cheia de flores, foi estreada pela passagem do Poeta; é o portão que hoje se abre para a rua das Chagas.

Este saráu foi para o ânimo impressionavel de Castilho um grande gôsto; ali recebeu em primeira mão applausos de bons entendedores; correctivo aos dislates vegonhosos que um sujeito havia de vir em breve a atirar contra o tentâme do laborioso e septuagenario cantor. Se ainda vive esse crítico infeliz, glorie-se do seu feito.

*

E não amainavam as tarefas de Castilho; para elle as occupações cerebraes eram a vida. Ainda n'esse Abril revia provas do *Avarento.*

*

Marciano Henriques, o enthusiastico Açoriano, ficára encantado com o *Fausto,* e sollicitára do Poeta uma nova leitura, lá na sua casa da calçada da Tapada. Ajustou-se para 13 de Abril.

Ás 7 e meia, na grande e artistica officina, comecei a leitura, que proseguiu com alguns intervallos até á meia noite. O serviço foi chá, ceia volante muito agradavel, e variados vinhos. Reinou a maior intimidade, e um calor intellectual delicioso. Assistiram, além de algumas senhoras da intimidade da dona da casa, Raymundo de Bulhão Pato, Pedro de Medeiros e Albuquerque, Miguel Angelo Lupi, João de Sousa Lobo, depois nosso Ministro em Montevideo, João Christino da Silva, Pedro Vidoeira, D. Diogo de Vasconcellos, Zacharias de Aça, mais cinco ou seis pessoas, Castilho, e o autor d'estas *Memorias.* Castilho foi alvo das maiores attenções; Marciano, sua mulher a snr.ª D. Celina, os filhos, foram inexcediveis de amabilidade.

*

Em 18 do mesmo Abril deu o Ministro de Hespanha a Castilho uma alta demonstração de carinhoso apreço e affecto. Levou-lhe a S. Francisco de Paula, sem prevenir, e á traição, o insigne oculista castelhano Mascaró, com o pretexto de querer apresental-o. Introduzidos á presença de Castilho, e depois de meia hora de conversação habilmente entabolada, pediu-lhe Fernandez de los Rios o favor de se deixar examinar cirurgicamente por aquelle habilissimo operador. Colhido assim, de repente, não soube Castilho resistir.

Mascaró procedeu a minucioso exame, e declarou ser completamente excusado tentar qualquer operação. A enfermidade, depois de tantos annos, tornára-se já segunda natureza. Sentença lugubre. Viremos folha.

*

Começava já no irrequieto espirito do traductor de Goethe a gizar-se uma nova tela. Em 22 d'este Abril de 1871, liamos juntos, na sua livraria, a introducção de Francisco Hugo ao drama de Shakespeare *Midsummer's night dream*.

*

A noite do mesmo dia passámol-a com o recem-chegado livro de versos do estudante de Direito na Universidade Antonio Candido Gonçalves Crespo, as célebres *Miniaturas*. Castilho ficou enthusiasmado; é o adjectivo de que me servi no meu diario íntimo.

Poucas vezes vi o nosso Poeta dominado de tanta admiração, como d'esta vez. Aquelle juvenil desconhecido, que lá de longe acordava os eccos de *Tibur*, impunha-se pela acabada mestria da fórma, e pela perfeição e graça do colorido.

Das *Miniaturas* está quasi tudo dito; leram-se em toda a parte com admiração sincera; as várias edições do livro, tão pequenino e tão grande, mostram a sua conquista rápida no enjoado e caprichoso Público portuguez.

De Castilho posso affirmar ter sido um dos admiradores mais intelligentes e calorosos dos quadros tão magistralmente pintados pelo talentoso e precoce mancebo. *A mucamba, Minha Mãe,* e outros trechos da obra, tantas vezes foram relidos em presença do Mestre, que os decorou e os recitava. Gonçalves Crespo soube-o, e teve n'isso o mais justo desvanecimento.

*

Entre essas tarefas e distracções, avisinhava-se no emtanto sôbre os nossos corações uma grande desgraça. No capitulo seguinte a contarei. Como precursor veio um caso triste, que muito nos assustou.

No serão de 29 de Abril, achava-se Castilho na sua livraria, conversando com seu bom filho Eugenio e o amigo d'este, o joven João Morato Roma. Ouvia ler não sei quê; a noite amenissima convidava a gosar da frescura balsâmica do jardim; achava-se aberta uma janella; e o Poeta, deitado na

*

sua marqueza estofada de chita de côres, sentiu de repente por todo o lado esquerdo uma especie de adormecimento, e formigueiros vagos no braço e na perna. Notando-lhe qualquer decomposição no aspecto, tratou logo Eugenio de lhe perguntar se por acaso sentia algum incómmodo; respondeu serenamente o que era, mas acrescentou:

— Não é nada; percebo que não é nada; não passa de um simples resfriamento. Não digas nada a ninguem, e muito menos á Maman.

No dia seguinte, indo na rua a passeio com sua filha Ida, perdeu inconscientemente um livro que levava debaixo do braço esquerdo, deixou cahir umas poucas de vezes da mão esquerda a caixa do tabaco, e mostrava difficuldade no caminhar; comtudo, reagia.

Chamado o médico, receitou tratamento rigoroso. Redobraram os cuidados; passados alguns dias dos maiores carinhos da familia toda, parecia ter-se dissipado aquelle mal-estar.

¡Mas o que o esperava, Santo Deus!...

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 1, pag. 55)

Barro louça malga. — E de carga mayor de telha ou tigollo ou qualquer louça de barro que nam seia vidrada dous reaaes e de menos de duas arovas e mea nam se pagaraa portagem pello comprador. E da malegua e de qualquer louça ou obra de barro vidrada do regno ou de fora delle por carga mayor quatro reaes. E de meo real de portagem pera baixo nam pagarão os que as comprarem pera seu uso.

Moos. — E de moos de barbeiro dous reaaes e das de moynho ou atafona um real. E de casca ou azeite seis reaes. E por moos de maão pera paã ou mostarda huum real. E quem trouxer ou levar as ditas pera seu uso nam pagara nenhuma cousa de portagem. Nem sse pagaraa isso mesmo de pedra nem barro que se leve nem traga de compra nem venda per nenhuma maneira.

Cousas de paao. — E de tonelle arquas gamellas e por toda outra obra e louça de paao por carga mayor cinquo reaes. E do tavoado sarrado ou por sarrar e por traves tirantes e por toda outra madeira semelhante grossa lavrada ou por lavrar dous reaes por carga mayor. E quem das ditas cousas levar de costal pera baixo que sam duas arovas e mea nam pagara nada.

Palma esparto e semelhantes. — De palma esparto junça ou junquo sequo pera fazer empreita delle por carga mayor dous reaes. E quem levar pera seu uso de mea arova pera baixo nam pagara nada. E por todallas alcoffaas esteiras seiroões açafates cordas e das obras e cousas que se fazem da dita palma e esparto por carga mayor seis reaes. E de mea arova pera baixo quem as tirar nam pagara nada.

E de outras cousas contheudas no dito foral antiguo as avemos aquy por escusadas por se nam usarem per tanto

tempo que non ha dellas memoria e algumas dellas tem já sua provisam per leis geraaes e ordenaçoões destes regnos.

Como se arecada a portagem. — As mercadorias que vierem de fora pera bender nan as descarregarão nem meteraão em casa sem primeiro o notificarem aos rendeiros ou oficiaaes da portagem e nam os achando em casa tomarão hum seu vezinho ou huma testimunha conhecida a cada huum dos quaaes diraão as bestas e mercadorias que trazem e honde hande pousar e entam poderaão descarregar e pousar onde quiserem de nocte e de dia sem nynhuuma pena e assy poderaão descarregar na praça ou açougues do lugar sem a dita manifestaçam dos quaaes lugares nam tiraram as mercadorias sem primeiro ho notificarem aos rendeiros ou oficiaaes da portagem so pena de as perderem aquellas que somente tirarem e sonegarem e nan as bestas nem as outras cousas. E sse no termo do lugar quiserem vender farão outro tanto se hy ouver rendeiro ou oficiaaes de portagem. E se os non ouver notifiquemno ao juiz ou vintaneiro ou quadrilheiro do lugar honde quiser vender se os hy achar ou a dous homeẽns boons do dito lugar ou a huum se mais non achar com os quaaes arecadara ou pagara sem ser mais obrigado a buscar os oficiaaes nem rendeiros nem emcorrera por isso em alguuma pena.

Sayda per terra. — E os que ouverem de tirar mercadorias pera fora podellas haão comprar livremente sem nynhuma obrigação nem cautella e serão somente obrigados as amostrar aos oficiaaes ou rendeiros quando as quiserem tirar e nam em outro tempo. Das quaaes manifestações de fazer saber a portagem nem seraão escusados os privilligiados posto que a non ajam de pagar segundo adiante no capitollo dos privilligiados vay decrarado.

Privilligiados. — As pessoas ecclesiasticas de todallas igreias e moesteyros assy domẽs como de molheres e as provincias e moesteyros em que ha frades e freyras irmitaaẽs que fazem voto de profissão e os clerigos dordeens sacras e os beneficiados e hordeens menores que posto que nam seiam dordens sacras vivem como clerigos e por taaes sam avidos todos os sobreditos sam isentos e privilligiagados de todo dito de portagem nem usagem nem custumagem per qualquer nome que a possam chamar assy das cousas que venderem de seus beens e beneficios como dos que compra-

rem trouxerem ou levarem para seus usos ou de seus beneficios e casas e familliares.

Assy sam liberdados da dita portagem per privillegio que tem as cidades villas e lugares de nossos regnos que se seguem –S– a dita villa de Anciaaẽs e a cidade de Lixboa e a gaya do porto Povoa de varzim Guymaraaẽs Braga, Barcelos Prado Ponte de Lima Viana de Lima, Camynha Villa nova de cerveira Valença Monção Crasto leboreiro Miranda Bragança Freixio o azinhoso Mogadoyro Chaves Monforte de Rio livre Montalegre Crasto vicente a cidade da guarda jormello Pinhel Castel Rodrigo Almeida Castel Mendo Villar mayor Alfayates Sabugal Sortelha Covilhaã Monsanto Portallegre Marvão Aronches Campo mayor Fronteira Villa viçosa Elvas Olivença a cidade devora Monte moor ho novo Lavar pera os vendeiros somente Monsarraz beia Moura Mondar Almodouvar odemyra os moradores no castello de cezymbra.

E assy serão liberdados da dita portagem quaaesquer pessoas ou lugares que nossos privylegios teverem e mostrarem ou o trellado em pubrica forma aalem do acima contheudo.

Vezinhança. — E para se poder saber quaaes seraão as pessoas que são avydas por vizinhos dalguum lugar pera gouvirem da liberdade delle decraramos que vizinho se emtenda dalguum logar o que for delle natural ou nelle tiver alguma dignidade ou oficio nosso ou senhorio da terra perque rezoadamente viva e more no tal lugar ou se no tal alguum for feito livre da servydaão em que era posto ou seja hy perfilhado per alguum hy morador e o perfilhamento per nos confirmado. Ou se tiver hy seu domicyllio ou ha mayor parte de seus beens com proposito de alli morar.

E o dito domicyllio se emtenderaa honde cada hum casar emquanto hy morar e mudandosse a outra parte com sua mulher e fazenda com tençam desse pera la murar tornandosse hy depois nan sera avido por vezinho salvo morando hy quatro annos continuadamente com sua mulher e fazenda. E entam seraa avydo por vezinho. E assy o seraa quem vier com sua mulher e fazenda viver ha alguum outro lugar estando nelle os ditos quatro annos. E alem dos ditos casos nam sera nymguem avydo por vizinho dalguum lugar pera gouvir da liberdade delle pera a dita portagem.

E as pessoas dos ditos lugares prevylligiados nam tiraram mais o trellado de seu privyllegio nem no trazeraão somente traraao certidaão feita pello escrivaão da camara e com o

sello do concelho como sam vezinhos daquelle lugar. E posto que aja duvyda nas ditas certidoões se sam verdadeiras ou daquelles que as apresentam poderlhes haão sobre isso dar juramento sem os mais deterem posto que se digua que nam sam verdadeiras. E sse sse depois provar que eram falssas perderaa o escrivaão que a fez ho oficio e degradado dous annos pera ceita e a parte perderaa em dobro as cousas de que assy enganou e sonegou ha portagem a metade pera a nossa camara e a outra pera a dita portagem dos quaaes privyllegios usaraão as pessoas nelles contheudas pollas ditas certidoões posto que nan vaão com suas mercadorias nem mandem suas procurações contanto que aquellas pessoas que as levarem jurem que a dita certidaão he verdadeira e que as taaes mercadorias sam daquelles cuja he a certidaão que apresentam.

Pena do foral. — E qualquer pessoa que for contra este nosso foral levando mais direitos dos aqui nomeados ou levando destes mayores contias das aqui decraradas ho avemos por degradado por huum anno fora da villa e termo e mais page (sic) da cadea trinta reaes por huum de todo o que assy mais levar pera a parte a que os levou e se a non quizer levar seia a metade pera quem ho acusar e a outra metade pera os cativos. E damos poder a qualquer justiça honde acontecer assy juizes como vintaneiros ou quadrilheiros que sem mais processo nem hordem de juizo sumariamente sabida a verdade condene os culpados no dito caso de degredo e assy do dinheiro atee contia de dous myl reaes sem apellaçaão nem agravo e ssem disso poder conhecer almoxerife nem contador nem outro hoficial nosso nem de nossa fazenda em casso que o ha hy aja. E sse o senhorio dos ditos direitos o dito foral quebrantar per sy ou per outrem seja loguo sospensso delles e da jurdiçaão do dito lugar se a tiver emquanto nossa mercee for. E mais as pessoas que an seu nome ou por elle ho fizerem emcorreraão nas ditas penas. E os almoxerifes escrivaaes e oficiaaes dos ditos direitos que o assy nam cumprirem perderaão loguo hos ditos officios e nam averaão mais outros.

E por tanto mandamos que todallas cousas contheudas neste foral que nos poeemos se cumpram pera sempre de teor do qual mandamos fazer tres huum delles pera a camara da dita vila e outro pera ho senhorio dos ditos direitos e outro pera a nossa torre do tombo pera em todo tempo se poder tirar qualquer duvyda que sobrisso possa sobrevir.

Dada em a nossa muy nobre e sempre leal villa de Santarem ao primeiro dia de junho anno do nacimento de nosso senhor Jesus Christo de myl e quynhentos e dez e eu fernam de pyna o fiz escrepver e vay escripto em onze folhas e sete regras.

[Depois segue esta declaração]. «Ao lugar nam hade escusar portagem na torre de mencorvo e nos outros lugares de fernam vaaz de sampayo que forom dados a seus antecessores por elrey Dom Joam o primeyro o privillegio deste lugar foy depois dado por elrey Dom Duarte seu filho porque asy he determinado por elrey nosso senhor por o achar asy per direito. Fernam de pyna» (1).

DOCUMENTO N.º 62

Ao concelho d'Anciães previlegio pera se nom dar o castello da dita villa, etc.

8 de abril de 1517

Dom Manuel etc. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que ho concelho da nossa villa dAnciães foy ora demandado demãdado — per Ruy Diaz de Sampayo sobre ho castello da dita villa dizendo que lhe pertencia e ho deuia dauer per doações e merçes que tinha dos Reis pasados nossos antecessores e nossas sobre a qual cousa foy ora dado sentença em nossa Rollaçam e julguado que o dito castello pertencia ao dito concelho e nam ao dito Ruy Diaz de Sampayo. E diso ouveram e tiraram sua sentença pasada per nossa chancellaria e ora allem disso por mais descanço e aseseguo do dito comcelho e por lhe niso fazermos graça e merce nos praz e lhe ficamos e prometemos por nos e todos nossos sobcessores que depois de nos vierem por esta presente nossa carta de ho dito castello em tempo alguum nom darmos nem doarmos nem fazermos delle merce a ninhuma pesoa que seja. E soomente queremos que o tenham e ajam e possuam os moradores da dita villa ho que assi fazemos de nosso propio moto e de nossa certa ciencia nom obstantes

---

(1) Copiado do codice original existente no archivo da Camara Municipal de Carrazeda de Anciaes que por ser igual ao de Miranda do Douro dado pelo mesmo rei e já aqui descripto, nos abstemos de especificar bibliographicamente.

leis jmpiriaes ou do Reino costumes foraes e etc. que em comtrario sejam ou posam ser que todos avemos por deroguados e elles seram obriguados a nos dar sempre conta e Recado do dito castello e nos fazerem delle o preito e menajem que se costuma fazer nos outros castellos de nossos Reinos. E por firmeza diso lhe mandomos dar esta nossa carta per nos asinada e aseellada do nosso sello pendente. Dada em a nossa cidade de Lixboa aos oyto dias de abril. Manuel dAfonsequa a fez de mil e quinhentos e dezasete annos (1).

DOCUMENTO N.º 63

Aos moradores do conselho dAmsiães, privilegio que não seião costrangidos a ter mais medidas, que alqueire, meo alqueire, etc.

13 de agosto de 1519

Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem ffaço saber que por parte dos moradores do concelho dEnsiães me foy apresemtado huũ alluará del Rey meu Senhor e padre que Samta gloria aja de que o teor delle tall he. — Nos el Rej ffazemos saber a vos noso Corregedor da Comarca da Beira que a nos enviou dizer os moradores do concelho dEnsyães que por quanto no dito Concelho nam avia mais de treze vezinhos e por ser tam pouquo pouo estauam em costume de nom terem mais medidas que alqueire e meo alqueire de medir pão e alqueire de medir vinho e mea canada quartilho e meo quartilho vara e covado o qual costume tinham por confirmaçam de dous nosos Corregedores fazendo correyçam e que ora os rendeiros da nosa Chancelariá desa comarca os costragiam que tevesem todos os padrões das medidas que mandamos em noso Regymento que teuesem como os tinham as vilas e logares de nosos Reinos pelo qual nos pidiam por mercee que ouvesemos por bem que nom fosem obrigados nem costrangidos a terem mais medidas nem pesos dos que os ditos Corregedores tinham mandado que teuesem. E visto per nos seu Requerimento e asy por alguuns justos respeitos que nos a elo moveram a nos praz delo e vos mandamos que os moradores do dito concelho nom sejam costrangidos que tenham mais medidas nem pesos somente as sobreditas

---

(1) *Além Douro,* liv. 5.º, fl. 29 v. *Collecção de Leitura Nova de El-Rei D. Manuel* e *Chancellaria do mesmo Rei.* Liv. 9, fl. 8.

que por mandados dos nosos Corregedores sam obrigados ter e mais nam e que por asy sem duvida nem embargo algum que lhe a ello seja posto por qué asy nos praz feita em Evora a xiij dias do mes dagosto Diogo Jacome a fez de mill bc xix. E este sera pasado pela chancellaria da Camara — Pedimdome os sobreditos por merce que lhe confirmase o dito aluará em carta. E visto per mim seu requerimento e querendolhe fazer graça e merce tenho por bem e lho confirmo em carta e mando que se cumpra e guarde asy e tam jmteiramente como nelle se contem. Bastiam Lamego a fez em Lixboa a xxx dias de dezembro año do nacimento de Nosso Senhor Jhũu Christo de mill b.ᶜ xxix (1).

DOCUMENTO N.º 64

Confirmaçãm de terras e lugares e villas a Fernan Vaasques de Sam Payo. [Anciaes, Villarinho da Castanheira, Villa Flor, Moncorvo, Mós, Villas Boas e Quintella de Lampaças]

7 de maio de 1384

Carta de D. Duarte dada em Santarem, 26 de maio de 1434 confirmando a carta de D. João I dada em Lisboa 7 de maio de 1422 dando de juro e herdade a Vasco Pires de Sampaio com todos os direitos, rendas, foros e portagens, as villas de Anciaes, Villarinho da Castanheira, Villa Flor, Torre de Moncorvo e Mós lugares acastellados com todos seus termos e Villas Boas com todo seu termo.

Outra carta do mesmo Rei D. João doando ao dito Vasco Pires para sempre para elle e seus herdeiros, metade da aldea de Quintella de Lampaças, carta dada em Leiria 22 de fevereiro de 1423.

Outra carta do já citado Rei confirmando a Fernão Vasques todos os foros, rendas, direitos, pertenças e portagens da villa de Moncorvo e seu termo que lhe doara seu pae Vasco Pires, carta dada no Porto em 28 de julho de 1433.

Outra carta do mesmo Rei D. João confirmando ao dito Fernão Vasques a doação da villa de Mós e seu termo feita por Vasco Pires seu pae, carta dada em Evora 10 de maio de 1435.

---

(1) *Chancellaria de D. João III*, liv. 52, fl. 119 v.

A ultima carta confirmada do mesmo Rei dada em Santarem 1 de março de 1441; confirmando a Fernão Vaz a doação feita a seu pae das villas de Villa Flor, Villa Boa e a metade de Quintella de Lampazes por ser filho maior do dito Vasco Pires, sem dar dellas partilhas a seus irmãos (1).

DOCUMENTO N.º 65

Confirmação da doaçam de Villarinho da Castanheyra e Anciaães a Ruy Lopez de Sam Paayo

4 de dezembro de 1433

Carta de D. Duarte dada em Santarem, 4 de dezembro de 1433 confirmando a Ruy Lopes de Sampaio, filho de Lopo Vasques de Sampaio, pagem do infante D. João irmão do Rei D. Duarte, a doação do lugar de Vilarinho da Castanheira e Anciaães e seu termo, que Vasco Pires de Sampaio dera pelo casamento de seu filho Lopo Vasques de Sampaio com Ignez Dias, mulher que, tinha sido de Nuno Viegas (2).

DOCUMENTO N.º 66

Sentença a favor de Lopo Vaz de Sampayo e contra o concelho da villa de Anciães para lhe darem a mercê do pescado que o dito concelho ouvesse na Pescaria do dito lugar

14 de dezembro de 1454

Carta de D. João dada no Turcifal, 14 de dezembro de 1454 mandando cumprir e guardar a sentença para que Lopo Vaz haja a metade do pescado que o concelho de Anciaes ouver na Pesqueira do Baão, sómente, segundo Pero Lourenço tem da Pesqueira de Sanhoane das Areias na qual se usava que, os pescadores que nella pescassem tivessem metade do pescado ficando a outra metade para o concelho (3).

---

(1) *D. Duarte*, liv. 1.º, fl. 98 v.
As doações de D. João I referem-se á era de Cezar.
(2) *D. Duarte*, liv. 1.º, fl. 3.
(3) Gaveta 11, documento n.º 7, maço 5.

DOCUMENTO N.º 67

A Ruy Lopez de Sam Payo doaçam da jurdiçam do concelho dAnciaães e seu termo e que ponha juizes e tabeliaães, etc.

18 de março de 1460

Carta de D. Affonso V dada em Oeiras 18 dias de março de 1460 concedendo a Ruy Lopes de Sampaio a jurisdicção de Anciaaẽs e seu termo civel e crime, com a faculdade de collocar juizes meirinhos e taballiaẽs, os que lhe aprouver, sem embargo das leis e hordenações do Reino, salvo a Correição e Alçada, que ficava reservada para a Corôa (1).

DOCUMENTO N.º 68

Doação da jurisdicção de Anciaes a Diogo de Sampaio

21 de janeiro de 1463

Carta de D. Affonso V doando a Jurisdicção de Anciães a Diogo de Sampayo em retribuição de seus serviços e de seus antecessores, com a faculdade de nomear e collocar seus officiaes, quaes e quem lhe aprouver, ficando resalvado para a Corôa a Correição e Alçada da mesma villa (2).

Dada em Extremoz a 21 de janeiro de 1463.

Dieguo de Sampayo, doaçam de Villarinho da Castanheira e Anciaães

7 de outubro de 1496

Carta de D. Manuel dada em Torres Vedras, 7 de outubro de 1496, confirmando a Diogo de Sampaio filho de Rui Lopes de Sampaio e moço fidalgo da casa real, as terras d'Anciães, Villarinho da Castanheira e Mondego que Vasco Pires de Sampaio deu em casamento a seu filho Lopo Vaz com Ignez Domingues e mais todos os outros bens e rendas que elle avia em os ditos logares e seus termos e dando-lhe outro logar na terra de Panoias que se chama Mondego (3).

---

(1) *Além Douro*, liv. 4.º, fl. 290.
(2) *D. Affonso V*, liv. 1.º, fl. 122 v.
(3) *Além Douro*, liv. 1.º, fl. 176.

Dieguo de Sampaio, doaçam da Jurdiçam de Anciaães e seu termo. E que possa hy poer Juiz e taballiães

26 de abril de 1498

Carta del Rei D. Manoel, datada de Lisboa, 26 de abril de 1498, confirmando a carta dada em Extremoz a 21 de janeiro de 1463 fazendo doação a Rui Lopes de Sampaio pae do dito Diogo Lopes de Sampaio de toda a jurisdicção de Anciães e seu termo civel e crime, podendo collocar ahi juizes, meirinhos e tabelliães que lhe aprouver os quaes serão seus sem embargo das leis e ordenações do Reino e indicando os tramites a seguir nos processos tanto civel como crime, ficando completamente resalvada ao Rei a correição e alçada (1).

Dieguo de Sampaio, outra doaçam da Jurdiçam da terra de Villarynho da Castanheira

24 de abril de 1498

Carta de D. Manoel, dada em Lisboa, 24 de abril de 1498, confirmando uma carta dada em Evora, 16 de setembro de 1479 de doação da jurisdição de Villarinho da Castanheira nos mesmos termos da de Anciaes (2).

A Diogo de Sampaio, doaçam das terras de Anciães, Villarinho da Castanheira, etc.

6 de agosto de 1527

Carta de D. João III confirmando uma carta de D. Manoel de doação a Diogo de Sampaio moço fidalgo da casa real, filho de Rui Lopes de Sampaio das terras d'Anciães, Castanheira, Villarinho e Mondego, datada em Lisboa a 6 de agosto de 1527 (3).

---

(1) *Além Douro*, liv. 1.º, fl. 196 v.
(2) *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 40, fl. 20.
(3) *Chancellaria de D. João III*, liv. 45, fl. 171.

DOCUMENTO N.º 69

Fernam Vaaz de Sampayo, confirmaçam de certas cartas de doações das rendas e direitos foros e portajens das villas d'Anciaes e Vylarinho da Castanheira e Villa Frol e da Torre de Mencorvo e Moôs e de villas boas e seus termos. E a meetade d'aldea que chamam Quintella de Lampaces.

29 de outubro de 1497

Carta d'el-Rei D. Manuel dada em Evora em 29 de outubro, confirmando as cartas dos reis seus antecessores que outorgavam todas as rendas e foros e portagens a seu avô e pae que os possuiram em suas vidas, e que por seus fallecimentos passaram ao dito Fernão Vaz de Sampaio.

Cartas confirmadas: em Santarem a 26 de fevereiro de 1434. Lisboa, 7 de maio de 1422. Leiria, 22 de fevereiro de 1423. Porto, 28 de julho de 1433. Evora, 10 de maio de 1435. Santarem, 1 de março de 1441. Evora, 10 de novembro de 1449. Santarem, 8 de junho de 1474.

Fernão Vaz de Sampaio moço fidalgo da Caza Real, filho de Vasco Fernandes de Sampaio e tambem moço fidalgo (1).

DOCUMENTO N.º 70

A Rui Dias de Sampaio, fidalgo.
Carta perque ell Rey trespassa nelle todo o direito que ao dicto senhor pertence no Castello e alcaidaria da villa d'Anciães, etc.

20 de agosto de 1516

Carta d'el-Rei D. Manuel dada em Lisboa a 20 de agosto de 1516, dando e trespassando ao dito Rui Dias de Sampaio todo o direito sobre o Castello e alcaidaria da dita villa de Anciães, apenas em vida do dito Rui (2).

---

(1) *Além Douro*, liv. 3.º, fl. 195 e *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 28, fl. 4 v.

(2) *Misticos*, liv. 5.º, fl. 206.

DOCUMENTO N.º 71

Pero de Ssousa Ribeiro doaçam dos casaaes damssyans per falecimento de Dona Branca que os tem

20 de fevereiro de 1493

Carta d'el-Rei Dom Manuel dada em Benavente a xx dias de fevereiro de 1493 fazendo doação dos casaes d'Anciães que possuia D. Branca da Silva por fallecimento de seu marido João Rodrigues Ribeiro por merces em suas vidas a Pedro de Sousa Ribeiro seu filho e fidalgo da casa real para os ter na mesma maneira dos seus pais, e mandando ás justiças que o mettam em posse dos ditos casaes e registem esta carta no livro dos coutos da comarca respectiva (1).

(Continúa).

Francisco Manuel Alves,
Reitor de Baçal.

(1) *Extremadura,* liv. 2.º, fl. 285 v. *Collecção de Leitura Nova de El-Rei D. Manuel.*

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Über Secretention, Hochfluten und das Problem Konstanter Wasserführung, por Paul Curti. Zürich, Verlag von Albert Kaustein, 1911.

Beiträge zur Entwicklungsgeschichte der Schmelterlingsblüte, por Otto Schüepp. Zürich, 1911.

Die Katalitische Zenetzung der Ameisensäure durch Rhodium, por Thomas Blackadder. Zürich, 1911.

Anabasis arctioides Moq. et bross., eine Polsteopflause der algerischen Sahara, por Hans Hami. Dresden, Druck von C. Heinrich.

Untersuchungen am mechanischen Webstuhl, por Heinrich Jenny. Zürich, Jean Frey Buch, 1912.

Über die Wrikengswerse des Gefällevermehrers nach Cl. Hersohel in Verbindung mit einer Turbine, por Ernest Dubi. Zürich, Jean Frey Buch, 1912.

Monografische studien am Zugersee, por Adolph Brutschy. Stuttgart, 1912.

Experimentelle Untersuchungen am Quecksilberdampf-Gleichrichter für Wecherstrom, por Wilhelm Tschudy. Zürich, Fachschriften, Verlag & Buchdrukerei A.-G., 1912.

Durch Katalysrtoren bewirkten Asymmetrische Synthese, por Paul Southard Fiske. Zürich, Buchdrukerei Liechti, 1911.

Über die Verseifung von Nitrocellulore und Nitroglycerin, por Max Delpy. Zürich, Druck von Gebr. Lemann & C.°, 1911.

Über die magnetischen Eigenschaften der Nikel — Kobalt — Legierungen, por Otto Bloch. Zürich, Druck von Zürcher & Funer, 1912.

Ueber die Zucikomponenlen des Chlorophylles, por Max Isler. Zürich, Buchdruckerei J. J. Meier, 1912.

Über die Chlorophyllase und die Chlorophyllide, por Arthur Stoll. Zürich, Buchdruckerei J. J. Meier, 1912.

Über Wesserreinigung mit Bayumcarbonat, por Herman Gohl. Zürich, Buchdruckerei J. J. Meier, 1912.

Ueber Fluoreszeïne und Rhodamine der Naphalimeihe, por Ivan Gubelmann. Zürich, Druch von Gebr. Lemann & C.°, 1912.

Ueber Cerborate und ihre technische Verwendung, por H. Kaspar Zuricky. Zürich, Druch von Gebr. Lemann & C.°, 1911.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quaes existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 3

1913
Março

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Boletim do Instituto 113
Fontes dos Lusíadas, pelo dr. José Maria Rodrigues... 116
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo..... 124
O tanque e o jardim do claustro dos Jerónimos, por A. Aurelio da Costa Ferreira 132
O romantismo inglês, por Carlos de Mesquita..... 138
Memórias de Castilho, por Julio de Castilho..... 150
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 170

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL

SESSÃO DE 18 DE JANEIRO DE 1913

Pelas 8 horas da noite, numa das salas do Instituto, achando-se reùnidos sócios em número legal, assumiu a presidência o Ex.mo Sr. Dr. Filomeno da Câmara, presidente da direcção, servindo de secretário o 2.º secretário da direcção, Sr. Dr. Luís dos Santos Viégas.

Entre outros assuntos, procedeu-se à eleição da direcção para o biénio de 1913-1914, que ficou constituída pelos seguintes sócios:

DIRECÇÃO

Presidente — Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo.
Vice-presidente — Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho.
1.º Secretário — B.el Alberto da Cunha Rocha Saraiva.
2.º Secretário — B.el Amadeu Ferraz de Carvalho.
1.º Vice-secretário — B.el Manuel da Silva Gaio.
2.º Vice-secretário — B.el Manuel Joaquim Teixeira.
Tesoureiro — B.el José Antunes Vaz Serra.

As tres classes e respectivas secções foram organizadas pela forma seguinte:

1.ª CLASSE

SCIÊNCIAS MORAIS E SOCIAIS

Director — Dr. José Pereira de Paiva Pita.
Vice-director — Dr. António Lopes Guimarães Pedrosa.
Secretário — Dr. José Lobo de Ávila Lima.
Vice-secretário — B.el Augusto Mendes Simões de Castro.

SECÇÕES

1.ª — *Sciências morais.*

Dr. Guilherme Alves Moreira.
B.el António Faria Carneiro Pacheco.
B.el Fortunato de Almeida Pereira de Andrade.

2.ª — *Jurisprudência.*

Dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro.
Dr. António de Assis Teixeira de Magalhães (Conde de Felgueiras).
Dr. José Alberto dos Reis.

3.ª — *Sciências económicas e administrativas.*

Dr. António Lopes Guimarães Pedrosa.
Dr. Guilherme Alves Moreira.
Dr. Álvaro da Costa Machado Vilela.

2.ª CLASSE

SCIÊNCIAS FÍSICO-MATEMÁTICAS

Director — Dr. Luís da Costa e Almeida.
Vice-director — Dr. Henrique Teixeira Bastos.
Secretário — Dr. Luciano Pereira da Silva.
Vice-secretário — B.el Joaquim de Mariz.

SECÇÕES

1.ª — *Sciências matemáticas.*

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Henrique de Figueiredo.
Dr. Álvaro de Almeida Matos.

2.ª — *Sciências histórico-físicas.*

Dr. Júlio Augusto Henriques.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. Eusébio Barbosa Tamagnini.

3.ª — *Medicina.*

Dr. Daniel Ferreira de Matos.
Dr. Luís dos Santos Viégas.
Dr. Elísio de Azevedo e Moura.

3.ª CLASSE

LITERATURA E BELAS-ARTES

Director — Dr. Júlio Augusto Henriques.
Vice-director — B.el Manuel da Silva Gaio.
Secretário — B.el Fortunato de Almeida Pereira de Andrade.
Vice-secretário — B.el António Faria Carneiro Pacheco.

SECÇÕES

1.ª — *Literatura.*

B.el Augusto Mendes Simões de Castro.
B.el Manuel da Silva Gaio.
B.el Carlos de Mesquita.

2.ª — *Belas-Artes.*

Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcélos.
B.el José António de Sousa Nazaré.
António Augusto Gonçalves.

A direcção da Biblioteca e do Gabinete de leitura ficou assim composta:

BIBLIOTECA E GABINETE DE LEITURA

Director — B.el Amadeu Ferraz de Carvalho.
Vice-director — B.el Augusto Mendes Simões de Castro.

E para a comissão de redacção do jornal foram designados estes sócios:

COMISSÃO DE REDACÇÃO DO JORNAL

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis.
Dr. José Lobo de Ávila Lima.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

*

FONTES DOS LUSÍADAS

(Cont. do n.º 2, pag. 72)

39. Em IV, 75, 3, e 83, 1, encontra-se a grafia *Emanuel* (cf. IV, 66, 2 e 5), freqüente, no tempo do poeta, em obras tanto latinas, como portuguesas.

Destas ultimas citarei a 1.ª edição da *Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel,* de Damião de Goes, cuja primeira parte foi publicada em 1566 (1).

Emanuel exclusivamente, ou alternando com *Emmanuel,* escreveram tambem notaveis latinistas do seculo XVI, quer nacionais, quer estrangeiros. Basta citar, destes ultimos, Erasmo (2) e Clenardo (3), e dos primeiros, alêm de Damião de Goes (4), André de Resende (5) e Diogo de Teive (6).

Trata-se de um nome *bárbaro* (7), cuja exacta transcrição tem oferecido dúvidas, mas o que não pode afirmar-se é que o *Emanuel* dos *Lusíadas* representa o latim *Emmanuel.* Ne-

---

(1) Gil Vicente designa tambem o Messias por *Emanuel. Dialogo sobre a resurreição,* nas *Obras,* tom. I, pag. 352 (edição de 1852).

(2) *Opera omnia,* edição de Leide, 1705, tom. VI, pag. 10; VII, 7; VIII, 2. Nas duas primeiras passagens dá o célebre humanista a etimologia da palavra: «Emanuel Hebraeis sonat *nobiscum Deus*». No tom. VIII vem uma epistola dedicatoria a D. João III, «*Serenissimo Lusitaniae Regi... Emanuelis filio*».

(3) *Epistolae,* liv. I, pag. 81. *Hanoviae,* 1606.

(4) Veja-se *Fides, religio, moresque Aethiopum, Lovanii,* 1540; *Hispania, Lovanii,* 1541; *Legatio magni Indorum imperatoris Presbyteri Joannis, ad Emanuelem Lusitaniae Regem.* 1532.

(5) Por exemplo, no *Genetliacon Principis Lusitani. Bononiae,* 1553. Outras vezes, porém, escreve *Emmanuel.* Vejam-se os titulos de algumas obras no artigo da Sr.ª D. Carolina Michaëlis, *Lucius Andreas Resendius Lusitanus,* publicado no *Archivo Historico Portuguez,* vol. III, e as notas do sr. Braamcamp Freire ás *Noticias da vida de André de Resende* de Leitão Ferreira (*Archivo* cit., vol. VII-VIII).

(6) Por exemplo, nos *Opuscula aliquot, Salmanticae,* 1558, a fl. 102 v. da *Tragoedia quae inscribitur Joannes,* etc.

(7) Neue-Wagener, *Formenlehre der lateinischen Sprache.* Leipzig, 1901, tom. I, § 132.

nhuma das duas formas é latina. E se no latim bíblico e eclesiastico a palavra hebraica é transcrita com dois *mm,* grandes latinistas, contemporaneos de Camões, não hesitaram, sabendo bem o que faziam, em escrever simplesmente *Emanuel.*

40. Designando Lisboa simplesmente por *Ulissea,* em IV, 84, 1,

E ja no porto da inclita Ulissea,

Camões transformou o adjectivo em nome proprio.

Em outros logares diz: *muros Ulisseos* (III, 58, 8), *cidade Ulissea* (III, 74, 8).

André de Resende tinha preparado o caminho com frases como esta: *urbem suo de nomine finxit Odysseiam,* mas não chegou a empregar a palavra como substantivo (1).

41. Nas construções do tipo *Certifico-te que, se contemplo como fui destas praias apartado,... que apenas nos meus olhos ponho freio* (IV, 87, 5–8), tão freqùentes ainda nos nossos escritores do seculo XVI e de que ha muitos exemplos nos *Lusiadas* (cf. pag. 363, nota), o *que* não está repetido anacolútica, mas pleonasticamente. Não ha aqui uma *falta de seqùencia,* como quer dizer a propria palavra *anacoluto* ou *anacolutia* (2); ha, pelo contrário, o intuito de *ligar bem* os membros da frase, repetindo-se a conjunção, que já ficava um pouco afastada.

42. As referencias que o poeta faz aos argonautas, com os quais compara Vasco da Gama e seus companheiros (I,

---

(1) Cf. pag. 118. Em nota digo que Resende, dando Ulysses como fundador de Lisboa, se baseia em Estrabão. Cumpre acrescentar que a passagem do célebre geógrafo não pode ser invocada para tal fim, pois a *Odisseia* a que ele se refere não ficava nas margens do Tejo (*Geographia,* III, 2, pag. 124 da edição Didot). Resende reconhece que Lourenço Valla se não conforma com a sua opinião, mas limita-se a um «cui modo respondere non vacat». É que não era facil. Solino, a outra autoridade de Resende, não tem o valor que caberia a Estrabão.

(2) «Anakoluthe entstehen, wenn eine begonnene Satzform nicht fortgeführt, sondern mit einer andern vertauscht wird, so dass sich Anfang und Ende nicht entsprechen». Stolz-Schmalz, *Lateinische Grammatik,* in *Handbuch der klass. Altertums-Wissenschaft* de I. Müller, II, 565 (2.ª edição).

18, 6, e IX, 64, 2), o nome de Mínyas que dá aos tripulantes da nau construida por Argos (IV, 83, 5, e VI, 31, 1), o epíteto *fatídica* por que esta é caracterizada (IV, 83, 7), levam-me á conclusão de que ele conhecia directamente os *Argonautica* de Valerio Flaco, com cuja leitura naturalmente se preparou para escrever os *Lusíadas* (1).

O poeta latino propõe-se cantar

> Fatidicam ratem, Scythici quae Phasidis oras
> Ausa sequi.....
> ... flammifero tandem consedit Olympo.
> (I, 2–4).

E a nau que foi colocada no Olimpo (2) bem merecia o nome de *fatídica* (3), pois havia nela um tronco de carvalho, que Juno trouxera de Dodona, e que tinha o dom de falar e de *predizer os fados*. Ele proprio se apresenta em sonho a Jasão e lhe diz:

> ..... Dodonida quercum
> Chaoniique vides famulam Jovis; aequora tecum
> Ingredior, nec fatidicis avellere silvis
> Me nisi promisso potuit Saturnia caelo.
> (I, 302–305).

Não pôde o carvalho falante ser arrancado da *fatídica floresta* de Dodona, sem a prévia promessa de que havia de ser colocado no ceu (como constelação).

Por seu turno as naus de Vasco da Gama (IV, 85, 7–8),

> ... prometem, vendo os mares largos,
> De ser no Olimpo estrellas como a de Argos.

Argos foi o construtor da nau (4) e Argo o nome que esta

---

(1) Do conhecimento directo que o poeta possuisse, ao menos em versão latina (a primeira data de 1550), dos *Argonautica* de Apolónio de Rodes, não encontro provas suficientes.

(2) Cf. *Lusíadas*, IV, 85, 8, VIII, 71, 8, e X, 88, 8.

(3) O epíteto é tambem aplicado á cerva de Sertorio (VIII, 8, 7).

(4) E construiu-a por ordem de Pallas:

> ... Ad carum Tritonia devolat Argum.
> Moliri hunc puppim jubet.....
> (I, 63–94).

recebeu (1). *Mínias* é tambem o termo por que V. Flaco designa os argonautas, pois, segundo Apolónio de Rodes, a maior parte deles descendia de Mínias, rei de Orcómeno (2).

43. A palavra *architector* de IV, 104, 3, leu-a o poeta em Barros, *Década* 2.ª, prologo: «Em a primeira Decada... quisemos imitar o modo que os architectores tem nos materiaes edificios». Em latim, a palavra só foi usada por um insignificante e incorrecto escritor do fim do seculo III ou principios do IV, chamado Julio Valerio.

44. A propósito de V, 1, 6,

A vela desfraldando, o ceo ferimos,

pregunta Gomes de Amorim: «Porque não será no v. 6, *As vélas,* em vez de *A véla?*» (I, 473).

E a pregunta parece tanto mais justificada, quanto é certo que Barros, a fonte do poeta, diz: «E quando veo ao *desfraldar das velas,* que os mareantes segundo seu uso derão aquelle alegre principio de caminho, dizendo boa viagem» etc. (*Déc.* I, 3, 2). E pouco depois: «Passado o termo do desferir das velas...».

Mas em outros logares emprega Camões o singular *véla* no sentido colectivo, eqùivalendo a *vélas* (I, 45, 4; II, 22, 4, etc.). E o mesmo faz Barros, que diz, por exemplo, em II, 2, 8: «Mandou aos navios pequenos que dessem vela». E no *Palmeirim:* «Mandando dar vela, começou seguir sua via» (cap. 78).

---

(1) *Argonautica,* I, 273, 441; VI, 6, 317; VIII, 194, 296. Camões chama-lhe *Argos* (VIII, 71, 8). Veja-se o n.º 46.

(2) Na primeira tradução latina do poema de Apolónio, que Camões podia ter lido, pois apareceu em 1550, lê-se este passo:

Tot Aesonidae coadjutores congregabantur,
Quos optimates Minyas circumhabitantes
Vocarunt sane omnes, quoniam Minyae filiarum
Plurimi optimique de sangunine gloriabantur
Esse.

São os versos 228–232 do canto I do texto grego.

45. Para v, 5, 4, em que o texto chama á ilha da Madeira

Mais celebre por nome que por fama,

propús, baseado em Barros, a lição

Tão celebre por nome e pela fama (1).

Eis, com efeito, o que se lê nas *Décadas,* 1, 1, 3, a propósito desta ilha: «Nome já muy celebrado & sabido per toda a nossa Europa, & assim em muitas partes de Africa & Asia, por os fructos da terra de que todas participam: & ella tam nobre, fertil e generosa em seus moradores, que tirando Inglaterra, muy antiquissima em povoaçam & illustre com a magestade de seus reyes, em todo o mar Oceano occidental a esta nossa Europa, ella se pode chamar princesa de todas».

Ha contudo quem suponha que, por causa dos v. 7–8, o sentido do v. 4 é que a ilha da Madeira era sim já conhecida de nome em grande parte da terra, porêm que não gozava, na literatura, da celebridade que tinha, por exemplo, a ilha de Chipre, e que o adjectivo *derradeira* do v. 5, quer dizer: *derradeira em celebridade.*

Se o texto não foi alterado e o poeta quís estabelecer um contraste entre *nome* e *fama,* é preciso reconhecer que as duas palavras não são proprias para o exprimir (2).

O contraste poderia talvez estar em dizer-se que, embora desconhecida da antiguidade, embora recentemente descoberta, a Madeira é hoje celebre em todo o mundo. Seria então *mais celebre pelo nome* que hoje tem, *que por fama,* que trouxesse da antiguidade.

Mas a fama que ela trazia da antiguidade não era nenhuma e, por outro lado, *nome* não significa, só por si, a *fama* recente, moderna, nem tam pouco *fama,* sem outro qualificativo, quer dizer a *nomeada* na antiguidade. Cf. 1, 99, 8.

46. Do confronto da linguagem dos *Lusíadas* com a do

---

(1) Cf. 1, 99, 8: Quíloa, mui conhecida pola fama.

(2) Falando do rio Zaire, Barros chama-lhe «mais notauel & illustre per aguas que per nome» (1, 3, 3). A frase é do tipo da que se lê nos *Lusíadas* a respeito da Madeira, mas ha nela o contraste entre *aguas* e *nome.*

Memorial das proezas da segunda tavola redonda de Jorge Ferreira de Vasconcelos, podemos concluir que Camões conheceu não apenas a edição daquela obra, feita em 1567, mas outra anterior, que Barbosa Machado dá como impressa em 1554 e que se intitularia *Triumfos de Sagramor, em que se tratão os feitos dos caualleiros da Segunda Tavola Redonda* (1).

Os pontos de contacto aparecem-nos, não apenas numa ou outra passagem do poema, que Camões poderia ter escrito ou modificado depois de 1567, mas através de toda a obra, o que se não pode explicar senão com a hipótese do conhecimento de uma cópia manuscrita (o que me não parece provavel) ou da 1.ª edição do *Sagramor,* quer esta seja anterior, quer posterior (em todo o caso, não muito) ao torneio de 1552 (2).

Comecemos pela fórma dada a alguns nomes proprios.

Em vez de *Argo,* nome da nau construida por Argos (v. o

---

(1) Pinto de Matos *(Manual bibliográfico)* observa: «Se o livro *Sagramor* existiu impresso, é por certo da maior raridade» (pag. 266). A sr.ª D. Carolina Michaëlis, depois de dizer que J. F. de Vasconcelos dedicou a sua obra, talvez só manuscrita, ao principe herdeiro D. João, refere-se á possibilidade de uma edição impressa, não datada, a respeito da qual nos faltam elementos seguros (*Die portugiesische Litteratur,* no *Grundriss* de Gröber, II, 2, pag. 335, nota 2).

A existencia de duas edições em vida de J. F. de Vasconcelos é-nos atestada por estas palavras, talvez do genro, D. Antonio de Noronha: «A outra comedia... com a primeira parte da Tabola redonda, que pera a terceira impressão emendou o Autor em sua vida, de sorte que do meio em diante tudo ficou differente, e assi mais a segunda parte da mesma historia, podeis começar a esperar muito em breve». (Veja-se a *advertencia ao leitor* na *Ulysippo,* Lisboa, 1618). Cf. a dedicatoria da *Aulegrafia.*

Infelizmente nem esta 3.ª edição nem a 2.ª parte da *Tabola* vieram a lume.

(2) No prólogo da edição de 1567, F. de Vasconcelos diz que, «trazendo á luz o torneio», cumpre o que pelo principe em vida lhe fôra mandado. E acrescenta que encastoa o diamante desta escritura (do torneio) em um engaste de pau, «se o parecer o da historia que com ela apresento, ao esclarecido principe já apresentada».

Foi a *historia dos triunfos de Sagramor* apresentada antes do torneio, já impressa, mandando posteriormente o principe que em nova edição se fizesse o aditamento, ou foi-o depois do torneio, tendo o cortesão autor deixado escapar uma boa ocasião de lisongear o herdeiro da corôa e sendo preciso que este lh'a lembrasse?

Em todo o caso, tratando-se de uma obra manuscrita, não seria preciso esperar pela edição de 1567, para nela *encastoar o diamante* do torneio. Note-se tambem que o principe faleceu em 2 de janeiro de 1554.

n.º 44), nos *Lusiadas* lê-se *Argos* (VIII, 71, 8; cf. X, 88, 8). Ora, logo no capitulo I do *Memorial* se fala nos «que emprenderão a conquista do vello douro na náo Argos» (1). *Circes* é o nome que Camões dá á feiticeira Circe (VI, 24, 6; cf. V, 88, 3, o plural *magas Circes*). É possivel que na 1.ª edição do *Memorial,* em *magica Circea* (pag. 77 da edição de 1867), haja um erro de imprensa, e que no *Sagramor* se lêsse *magica Circes.* Mas o que é certo é que no *Memorial,* a par de *Marte,* que aparece a pag. 175, se lê *Martes* em muitos outros lugares (pag. 22, 32, 88, 247, 263, etc.). E o centauro *Chirom* de pag. 87 (*Chiró,* na edição de 1567) é posteriormente transformado em *Chirontes* (pag. 235, 256, etc.), sendo certo que a fórma latina é *Chiron* (ou *Chiro*), *ōnis.* É assim tambem que nos *Lusiadas* se chama *Orionte* (VI, 85, 6; X, 88, 6), a constelação a que os romanos davam o nome de *Orīon, ōnis, ŏnis.* E o *Scinis* por *Sinis* de III, 39, 8, tem o seu correspondente no *Scila* por *Sila* do *Memorial* (pag. 72).

Tem-se proposto para I, 1, 6,

Mais do que prometia a força humana

a correcção *permitia.* Mas o verbo *prometer,* assim empregado, é uma das expressões favoritas do autor do *Memorial.* «Hum dos gigantes, cuja grandeza prometia grandes forças» (pag. 184). «Mandado das forças que tal corpo prometia» (pag. 37). «Iusquibel... prometia forças e destreza» (pag. 55). «Se em vos, cavaleiros, ha aquela virtude que vossas presenças prometem» etc. (pag. 109). «Os ares ficavam tam puros que prometiam immortalidade» (pag. 87). «O seu pensamento não lhe prometia sossego algum» (pag. 46). «A vitoria que vos vosso animo promete» (pag. 249). «Ouverão por leve todo perigo que tal premio prometia» (pag. 294). Veja-se ainda a pag. VI, 22, 34, 51, 52, 116, 117, 144, etc.

A omissão do artigo definido depois de *todo,* quer no sentido de *todos* (*toda parte,* I, 2, 7), quer no de *inteiro* (*toda montanha,* I, 35, 5), é freqüente no *Memorial.* «Começou

(1) Pag. 2 da edição de 1867. Citarei por esta, feito o confronto com a de 1567, da qual, diga-se de passagem, só são conhecidos dois exemplares, o da biblioteca nacional de Lisboa e o da biblioteca pública de Braga.

perseguilo de todas partes» (pag. 209) (1). «Mandou abalar o campo com toda ordem» (pag. 7). «Senhoreando toda Africa» (2) (pag. 85). «Com toda brevidade» (pag. 110). «Damasco he das mais ricas cidades de todo levante» pag. 267).

(Continúa). Dr. José Maria Rodrigues.

---

(1) Cf. pag. 279: «Tomando a espada com ambas as mãos». E pag. 9: «Dambas partes se pelejou igualmente».

(2) A *Africa* do *Memorial* é a mesma dos *Lusíadas,* III, 103. Aqui o rei de Marrocos traz comsigo

> Quantos povos a terra produziu
> De Africa toda.

Na obra de J. Ferreira, Muleizidão, rei de Tripol de Berberia, era «tido por tam cavaleyro que em toda Africa nam se achava outro» etc (pag 79), e Atlante, vivendo no orto das Hespéridas, na peninsula de Almina (Ceuta), senhoreava *toda Africa* (pag. 85).

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 2, pag. 78)

XXXVI

CARVALHO (JOÃO)

Ourives do ouro a quem foi passada a seguinte carta de privilégio a 5 de janeiro de 1525:

«Dom Johã etc. a quamtos esta minha carta virem faço saber que queremdo eu fazer graça e merce a Joam Carualho, ouriuez douro, tenho per bem, quero e me praz que daquy em diante elle gouua e posa guouuir de todolos preuilegios, lyberdades... Dada em Evora a b dias de janeiro — Amtonio Paaez a fez — ano de noso Senhor Jesu X.º de mill xxb anos» (1).

XXXVII

CASTRO (MIGUEL DE)

Ourives castelhano, morador na rua da Ourivesaria, freguezia da Madalena. A 22 de outubro de 1543 compareceu no Tribunal do Santo Ofício, dizendo que em Lisbôa viviam certas pessôas que foram queimadas em estátua em Granada, como herejes, entre as quais João Baptista e Lourenço Peres ourives e cristãos novos (2).

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 4, fl. 102 v.
(2) *Arquivo Histórico Portugués*, vól. VI, pag. 172.

XXXVIII

CHETIM (NEMÚ)

Nemú Chetim era filho do mocadam dos ourives de Gôa, ao tempo em que esta cidade foi tomada ao Çabaio por Afonso de Albuquerque, que o confirmou no mesmo oficio. Vindo Çabaio sôbre Gôa, reconquistando-a, o mocadam, com seus filhos e família, se recolheu às nossas náus. Quando nos assenhoreamos de novo daquela cidade, o pae de Nemú Chetim reassumiu o seu cargo, em que se lhe seguiu o filho.

Diogo Lopes de Sequeira, quando era capitão-mór, negou-se a validar os alvarás dos seus antecessores, e por isso Chetim se queixou a el-rei, dirigindo-lhe o requerimento que abaixo transcrevo, e no qual, alêm de patentear a sua aptidão como ourives, põe em relevo os seus serviços e os de seu pae, que ajudára a Afonso de Albuquerque com 200 peões.

«Sor — Nemu Chetim faço saber a vosa alteza em como no tempo do Çabaio meu pay era mocadam ẽ Guoa dos ourivez e asy todos meus avos e despois de Guoa ser tomada e metida debaixo de voso senhorio, Afomso dAlbuquerque que asy tomou confirmou meu pay no dito oficio e nelle seruio até o Çabaio vir cerquar Goa, e no dito cerquo seruio com duzẽtos piaes até se ẽtrar Guoa, e depois da cidade ser ẽtrada se recolheo as naaos de vosa alteza com sua molher e seus filhos e comiguo, que sam seu herdeiro, ao qual ele traspasou o oficio, e eu o serui sempre em tempo dAfonso dAlbuquerque por seus aluaras e despois de seu falecimento mo cõfirmou Lopo Soarez por carta patẽte em nome de vosa alteza e agora nom ma quer meter de pose Do. Lopez de Sequeira que he aguora he capitã moor por vosa alteza, pelo qual peço a vosa alteza que oulhe aos seruiços de meu pay e meus asy sermos dos milhores oficiaes da Imdia ourivezes e asy sermos pesoas para vos podermos seruir com gemte como sempre fizemos me meta de pose do dito oficio, no que receberey muyta [falta *mercee*] e rogarey a D.ª por vida e estado de vosa alteza» (1).

XXXIX

CORNEJO (BALTAZAR)

Lapidário, avaliador da casa da Índia. Renunciou o cargo em Cristóvam Fernandes de Padilha. Foi um dos avaliadores do dote da rainha D. Catarina, mulher de D. João III.

---

(1) Torre do Tombo — Cartas missivas, maço 4, n.º 207.

«Dom Joham etc. A quamtos esta mynha carta virem faço saber que por comfiar de Bathezar Cornejo, ouriuez da Rainha minha sobre todas muyto amada e preçada molher que nysto me seruira bem e fielmente pella pratica e experiemcia que tem na pedrarya, e por folgar de lhe fazer merce, tenho por bem e o dou ora por lapidayro e avaliador das joyas, perlas e pedra, aljofar e outras cousas que pertemcem aa minha casa da Imdia e asy de emxecutor das pedras falsas que se nam podem emcastoar em meus Reynos como he defeso por minhas ordenaçoẽs, com os quaes oficios avera em cada huũ anno oyto mill oyto cemtos rs de mamtimẽto, que lhe seram pagos na dita casa da Imdia, que he outro tamto como com os ditos oficios tinha mestre Joham, que se foy e os leixou –s– quatro myll rs que lhe eram pagos na dita casa, e quatro cemtos rs per mes que avia pellos livros de minha cozinha, segundo de tudo fuy certo, dos quaes oficios tinha huũ meu aluara per que avia por bem lhos dar pella dita maneira, o qual foy roto ao asynar deste. E porem o notefico asy... Cosme Anes a fez em Aluito aos xij dias do mes de janeiro anno do nacimẽto de noso senhor Ihũ X.º de myll e quynhemtos trymta e dous annos, e no que toquar as pedras fallsas todalas que elle achar ou souber que as tiuer requereraa aos vereadores ou justiças a que pertemcer que procedam comtra as taes pesoas, e façam dellas comprimento de justiça segundo forma de minhas ordenaçoẽs. Fernam dAluẽz a fiz escreuer» (1).

XL

COSTA (ANTÓNIO DA)

Ourives, natural de Lisbôa, filho de Valentim de Alpoim. Tomado por ourives do ouro que vagou por falecimento de seu pae. Antes dêste servíra Thomé da Costa. Alvará de 5 de fevereiro de 1671 (2).

XLI

COSTA (PEDRO DA)

Ourives. A 10 de setembro de 1574 compareceu no Tribunal da Inquisição a denunciar sua mulher, Maria de Freitas, moradora na rua da Rosa, fóra da porta de Santa Catarina, por ella duvidar da existência do inferno e do purgatório. Pareceu suspeita a denunciação (3).

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 47, fl. 52 v.
(2) Torre do Tombo — *Matrículas*, liv. 3, fl. 417.
(3) *Arquivo Histórico Portugués*, vol. VII, pag. 159.

XLII

COSTA (TOMÉ DA)

Ourives do ouro, morador em Lisbôa; el-rei o tomou por seu ourives do ouro, por nele ter renunciado Baltazar do Vale. Alvará de 2 de abril de 1642 (1).

XLIII

COTA (GASPAR)

Gaspar Cota, ourives do ouro, morador em Lisbôa, pediu licença para trazer armas por se temer de Fernão Reymodo, carpinteiro de marcenaria, a quem ferira, e o qual o ameaçára de lhe tirar a vida. D. João III satisfez o requerimento passando a respectiva carta a 10 de novembro de 1540 (2).

XLIV

COYMBRÃO (ANTÓNIO RODRIGUES)

Ourives, morador na cidade do Pôrto, a quem foi passada carta de perdão a 2 de novembro de 1602.

«Dom Filipe etc. faço saber que Antonio Roiz Coymbrão, ouriues, morador na cidade do Porto, me enviou dizer por sua petição que elle fora condenado per sentença da rellação da dita cidade com hum ano de degredo pera fora da villa e termo por falar muitas vezes por vos a Jeronymo Rebello meirinho da correição da dita cidade, leuandoo preso por outra culpa e outras palauras sujas como cõstaua da sentença que presentaua e perdão da parte, e porque do dito degredo era corrido ja hum mes pouco mais como cõstaua da sentença do dia de sua presentação e hũu sargento de huã companhia da dita cidade, me pedia lhe perdoasse os onze meses que tinha por cõprir do dito ano de degredo, e receberia merce. E visto seu requerimento e hum parece com hum passe, ey por bem e me praz, se asi he como o sup.te diz e mais não ha de lhe perdoar o tempo que lhe falta por comprir do ano que faz mençáo pello modo que declara visto o que allega e perdão da parte que oferece e pagara dous mil rs para as despesas da mesa do desembargo

---

(1) Torre do Tombo — *Matriculas,* liv. 6, fl. 152 v.
(2) Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 50, fl. 222.

do paço e porquanto os ja pagou etc. na forma. El Rei noso Senhor ho mandou pelos doutores Damiã dAguiar e Jorge de Cabedo etc. Jorge da Cunha o fez escreuer em Lixboa a ij de nouembro de bj^{c} e dous. Lucas Uieira a fez escreuer» (1).

XLV

CRESPIM (MOUSSEN)

Ourives. Pae do mestre Nacem, cirurgião. Vide a 3.ª parte da *Notícia sôbre alguns médicos portugueses.*

XLVI

CRUZ (ANTÓNIO DA)

Ourives do ouro, a quem foi passado, a 2 de novembro de 1763, o seguinte aviso:

«P.^{a} Manoel Joseph de Puy Longue — S. Mag.^{e} he seruido que V. M. mande entregar ao ourives do ouro Antonio da Cruz dous marcos de ouro de vinte e dous quilates, cobrando V. M. recibo ou conhecimento do referido Antonio da Cruz, em que conste que o sobredito ouro foi para se aplicar em obras para o mesmo senhor. Deos g.^{de} a V. M. Paço a 2 de Novembro de 1763. Francisco Xavier de Mendonça Furtado» (2).

XLVII

DESCA (SALOMÃO)

Ourives judeu, natural da Covilhã, a quem foi passada carta de perdão por el-rei D. João II, a 31 de dezembro de 1493, do crime que lhe fôra imputado de querer abusar da honestidade de uma moça cristã, Isabel Rodrigues, filha da ama de Gonçalo Teixeira, pelo que se havia homisiado em Castela, donde viera em virtude de uma ordenação que então se fizera relativa aos homisiados e que ele cumprira.

«Dom Joham etc. Saude, sabede que Sallamom desca, judeu, ouriuez, naturall da uilla de Couilhã, nos emviou dizer que poderia ora auer dez ou doze annos pouco mais ou menos que estando elle na cidade da

---

(1) Chancelaria de D. Filipe II, *Legitimações,* liv. 4, fl. 10.
(2) Torre do Tombo — Avisos do Ministério do Reino, 1762-1764, liv. 9, fl. 161.

Garda, alguas pesoas que lhe bem nom queriã o culparom dizendo que elle entrara em hũa casa com hũa moça que se ora chama Isabell Roĩz filha dama de G.º Teixeira e lançara maão della pera com ella dormir e sendo ella moça boa e onesta e cristãa que estaua sob poder de sua may por a quall razom se elle amorara com temor das nosas justiças de o por ello prenderem e se fora pera os Regnos de Castella e andando elle asy ausente elle ouuera notoria [*sic* por noticia] como nos fezeramos ley e hordenaçom que todollos homiziados que fora dos nosos Regnos esteuesem se tornasem e se viesem pera elle e pollos semelhantes maleficios seruisem em quaaesquer coutos llugares dos estremos de nossos Regnnos com os de Castella e viuesem em elles ij anos continos e auendo perdam das partes fosem perdoados, e que auendo elle asy noticia da dita nosa hordenaçom elle se uiera a villa do Sabugall honde esteuera e seruira o dito tenpo por nos hordenado e muito mais, segundo o ver poderiamos per certidã do couto da dita uilla do Sabugall...» (1).

Seguem-se diversos instrumentos e um delles declaração de Isabel Rodrigues dizendo que era infamia o que se lhe imputava e lhe perdoara.

A carta de perdão é do derradeiro de dezembro de 1493. Está dilacerada em parte.

XLVIII

DIAS (BALTAZAR)

Ourives da prata. Vide António de *Freitas Sarrão*.

XLIX

DIAS (DAMIÃO)

No dia 25 de junho de 1586 apresentou-se no Tribunal do Santo Ofício Manuel Lourenço, filho de Simão Lopes, alfaiate que foi da Infanta D. Maria, criado de Damião Dias, ourives, de quem disse que falava tanta verdade como o Evangelho de S. João (2).

L

DIAS (FILIPE)

A pedido da câmara da Guarda D. Manuel passou carta de privilégio a Filipe Dias, ourives, emquanto ele vivesse

---

(1) Chancelaria de D. João II, liv. 7, fl. 131.
(2) *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, pag. 240.

naquela cidade, por não haver ali oficiais do seu oficio. Carta de 22 de novembro de 1522, confirmada por D. João III a 8 de novembro de 1527 (1).

LI

DIAS (GASPAR)

Ourives, morador na villa de Montemór-o-Novo. Confirmação de licença que pediu à câmara para pôr uma tenda de marçaria. Carta de 5 de fevereiro de 1565 (2).

LII

DIAS (JOÃO)

Ourives, morador na villa, hoje cidade, de Tomar, a quem foi passada carta escusando-o de servir certos cargos do concelho da mesma villa, isto emquanto ele tivesse tenda e o ofício de ourives.

«Dom Manuell etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que Joam Diaz, oriuez, morador em a nosa villa de Tomar, nos ẽviou dizer que elle serue com seu oficio nas cousas do convento da dita villa e asy nos das outras igrejas e que sem embargo dello o querem constranger que sirua nos careguos do dito concelho pedindo nos por merce que avendo respeito a ser onra da dita villa aver nella oficiall de seu oficio o escusasemos de seruir nos ditos careguos do concelho, e visto per nos seu dizer e pedir e por lhe fazermos graça e merce por esta nos praz e o avemos daquy em diamte por escuso de seruir em nenhũs dos careguos do concelho da dita villa e esto emquanto elle teuer tenda e vsar do dito oficio doriuez e mais naão porem mandamos a todos os ouidores, juizes e justiças etc. em forma. Dada em Lix.ª a xxb dias de maio. Symão de Matos a fez de jb^{e}xbij» (3).

LIII

DIAS (LOPO)

Era cristão novo, ourives do ouro de D. António. Compareceu no Tribunal do Santo Ofício a 11 de janeiro de 1563,

---

(1) Chancelaria de D. João II, *Doações,* liv. 2, fl. 110.
(2) Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações,* liv. 13, fl. 355.
(3) Chancelaria de D. Manuel, liv. 9, fl. 42 v.

onde foi confirmar o depoimento de uma denúncia contra António Frade, comendador de Cristo (1).

LIV

DIAS (MANUEL)

Juntamente com Fernão Soayres assaltara e ferira a Gonçalo Bomdia, de quem se trata no logar competente.

LV

DIAS (MANUEL)

Ourives do ouro. Foi visto na sinagoga de Ferrara (2).

LVI

DIAS (PEDRO)

No dia 20 de abril de 1552 compareceu no Tribunal do Santo Ofício Pedro Dias, ourives do ouro, a denunciar o lapidário francês, Fabião, por ele ter dito que el-rei de França podia fazer outro papa em Avinhão (3).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

(1) *Arquivo Histórico Portugués,* vol. VII, pag. 143.
(2) *Ibidem*, vol. VII, pag. 11.
(3) *Ibidem,* vol. VI, pag. 474.

*

O TANQUE E O JARDIM DO CLAUSTRO DOS JERÓNIMOS

Quando vim para a direcção desta Casa, havia no meio do claustro, fóra das galerias, um jardim que aínda não há um ano mandei destruír. Várias razões a isso me levaram. Em primeiro logar, me pareceu que não estava muito de acordo com a arquitectura e origem do claustro. Em segundo, os seus canteiros e carreiros não deixavam facilmente os visitantes contemplar e admirar à vontade, e de várias partes, as maravilhas dêste rendilhado e variado *cântico de pedra,* que, sem exagêro, se pode dizer único no mundo. Em terceiro logar, sendo o claustro aproveitado para recreio dos alunos da Casa Pia, convinha pô-lo em condições de não servir apenas de recreio coberto onde eles andassem, como aínda muitas vezes sucede, apinhados, incomodados, e até correndo risco por causa do lagêdo escorregadio (1), mas tambem servisse de recreio descoberto, preparando-se a meio dele um terreiro vasto, bem protegido, e fácil de policiar, como convêm áqueles que servem de logar de recreio para crianças. Em quarto e último logar, me moveu tambem a destruír o jardim do claustro, o vêr que com vantagem para a administração dos jardins da Casa Pia, se suprimia um que bastante trabalho dava, sem nenhum lucro nos trazer (2).

Arrancadas as plantas e batida a terra fiquei de decidir sôbre a maneira de preparar o chão, porque a terra que

---

(1) Poucos dias depois de tomar posse da direcção da Casa, deu-se no claustro um acidente fatal. Um dos alunos, e aluno das classes adiantadas, jogando a bola com outros, escorregou e fracturou o crâneo pela base, falecendo dias depois. Êste lamentavel acidente, que forte e profundamente me emocinou, obrigou-me a acabar desde logo com o costume de jogar a bola no claustro, proíbindo êste jogo naquele local, e imediatamente me levou tambem a estudar o problêma importante dos locais de recreio, para ginástica e jogos, neste monumental internato da Casa Pia.

(2) Por despacho meu de 4 de maio de 1912, a Casa Pia vende as flôres dos seus jardins, tiradas, é claro, as que são necessárias para os usos da Casa e enfeite dos jardins.

estava no jardim, por si só, não convinha, nem pela sua côr, nem pela sua qualidade, de terra escura, muito argilosa, muito plástica, agarrando-se muito ao calçado. Aínda, porêm, nada decidi, e se aínda nada decidi, é porque aguardo resposta a uma consulta que entendi dever dirigir à ilustre comissão dos monumentos nacionais, onde se encontra quem, por todos os motivos, tem a necessária competência para indicar-me a melhor e mais apropriada solução.

Não ficam por aqui as minhas considerações sôbre o terreiro do claustro. Antes mesmo de mandar arrancar as plantas e destruír o jardim, procurei colher o maior número de elementos que fôsse possível obter para inteirar-me da história desta parte do claustro, e nessas pesquizas encontrei documentos interessantes que, por estarem aínda inéditos e poderem aproveitar à história da Casa Pia e até à da indústria nacional, me resolvi a registar nestes apontamentos que aqui trago à luz da publicidade.

O jardim do claustro dos Jerónimos que eu mandei arrazar, foi pela primeira vez delineado no tempo e por ordem do ilustre Provedor José Maria Eugénio de Almeida, que no seu justamente afamado relatório, diz a pag. 48: «Arrancou-se o massame do lago, que estava no centro do claustro, depois de se terem feito e meditado as observações seguintes, que nem tantas eram precisas para se tomar aquela resolução.

«*Primeira.* — Não havia na cêrca água bastante para renovar a miudo o grande volume da que o lago continha, e mudando-se esta sómente duas ou tres vezes no ano, como acontecia, tornava-se putrida e fétida, e isto no logar mais baixo e humido da casa, e um dos mais frequentados pelos orfãos, vindo assim a ser o lago uma causa permanente de insalubridade.

«*Segunda.* — Conservar este para o ter sempre sêco, como o deixei por alguns meses, alêm de ser uma pretensão extravagante, era torná-lo depósito de imundície, ou obrigar a cuidados e a despesas diárias para o manter limpo.

«*Terceira.* — O lago, ou, para falar com mais propriedade, aquela espécie de tanque de horta, obra grosseira e de máu gôsto dos frades que a fizeram, nada tinha com a obra delicada e graciosa do claustro de D. Manuel, e longe de o embelezar, desfeiava-o, obrigava a ter entulhadas as pilastras na altura de mais de um metro, e perturbava a perspectiva de todo o claustro. Não me atrevi, todavia, a decidir êste ponto pelo meu voto, que sería incompetente; consultei al-

guns daqueles que em objectos dêstes nos dão os conselhos necessários para conhecermos e respeitarmos o que tem os títulos de arte pura, e para não confundirmos esta com as obras que não gosam de igual fôro. Todos os que consultei aprovaram a lembança da demolição do tanque. Entre elles poderia citar, se o respeito mo permitisse, um voto augusto por mais de um título, e de incontestavel autoridade em todas as cousas de arte e de bom gôsto.

«*Quarta.* — A despêsa que se fez com a remoção daquele acervo de pedregulhos e argamassa foi, como se tinha orçado, compensada e muito excedida pelo valor das carradas de pedra e alvenaria e de pedra de cantaria que o desmancho dele produziu, e que estão arrumadas para servir às obras da reconstrução.

«*Quinta.* — O tanque será substituído por um jurdim símples e elegante, que servirá de ornato natural ao claustro, e de recreio e de saude às crianças.

«Esta é a verdade pura, que reconhecem todos os que viram o tanque, e que o souberam ver; mas, como ele já não existe, desejo deixá-la memorada aqui, para que os que não o viram não tomem como cousa séria algumas lágrimas de crocodilo choradas pela destruição daquele famoso marnel, e que eu bem sei porque eram choradas».

Por aqui se vê que antes do jardim havia no meio do claustro um tanque, ao qual vários autores que se teem ocupado do claustro dos Jerónimos se referem [por exemplo, Frei Jacinto de S. Miguel (1) e Varnhagen (2)]. Quem, porém, mais minuciosamente se ocupou da descrição dêste tanque, que se pode ver figurado numa gravura do opúsculo *Le Portugal il y a cent ans,* publicado por Albert Savin, foi o Padre Mestre Dr. Fr. Manuel Bautista de Castro, monge hierónimita e professo do Mosteiro de Belem, que no tempo de D. João V escreveu uma crónica de S. Jerónimo, que em manuscrito se encontra no Arquivo da Torre do Tombo, onde eu a li e donde transcrevo por serem muito curiosas aa seguintes passagens:

«Nestes pedestraes que ficão entre os arcos que sobem ao frizo de sima no ultimo delles estão os dezaugadouros do

---

(1) Frei Jacinto de S. Miguel — *Mosteiro de Belem — Relação da insigne e real Casa de Santa Maria de Belem,* recensão publicada e acrescentada por Martinho Augusto Ferreira da Fonseca. Lisbôa, 1901.

(2) Varnhagen — *Noticia histórica e descritiva do Mosteiro de Belem,* Lisbôa, 1842.

ultimo Claustro, e os do segundo são figuras de animaes diversos que sobresahidos com a bocca aberta, deytão as agoas das chuvas ao Claustro, que tem na circumferencia huma estreyta vala, que por hum aqueducto vay ao mar depois de estar cheyo o tanque do meyo o qual he quadrangular com quatro fontes, por donde se passa a outro quadrangular mais pequeno, que está no meyo deste tanque com alegretes, e entre elles assentos de pedra; e no meyo huma fonte com huma taça circular que tem no meyo huma columna, e sobre elle hum chapeo de marmore por donde deyta agoa.

«O Padre Siguenca escreveu, que erão tanques, pois que quem lhe deo a informação, não advertiu que era hum só com estas quatro passagens.

«Neste tanque estão peyches, e eu os alcancey nelle quasi da grandeza de saveis, que por hum descuido de lhe faltar a agoa por se tirar huma bomba que a sustentava, se achou pella manhãa a mayor parte dos peyches mortos escapando só alguns pequenos, que se esconderão nas quatro caldeyras, que tem.

«Estes peyches vierão de Lagos da Allemanha. Ha tradicção que os mandara o Emperador Carlos 5.º ao Senhor Rey D. Manuel.

«A Senhora Rainha D. Maria Sophia, vindo a este Mosteyro, dando a hum mosso fidalgo o Sancristão huma pesqua, e tirando elle alguns peyches, para divertimento desta Senhora, vendo ella os conheceo; e ouvi dizer a hum Padre da Companhia germanico, seu confessor, que se chamavão escalpes, que se crião na agoa doce, e morrem na salgada.

«Todo este tanque em redondo tem alegretes altos, com assentos de pedra, e nestes alegretes se despõem flores, onde as há todo o anno.

«.....
.....
.....

«O tanque de dentro, dizem que o mandou fazer o Cardeal Rey D. Henrique; sendo que no tempo do Senhor Rey D. Manuel consta haver este tanque porque diz huma memoria antigua desta Casa, devertir-se na pesca delle o Senhor Rey D. Manuel; e o Padre Fr. Francisco tem os aparelhos guardados, que servião deste ministerio; e este costume se guardou muytos annos neste Mostyro, tendo o sancristão estas cannas de pescar, com que as pessoas reaes se divertião.

«.....
.....
.....

«A agoa que vem á fonte do meyo do Claustro, dizem que a mandou trazer a este logar, o Cardeal Rey D. Henrique e se entende que elle fizera os alegretes.

«Antigamente o tanque só se achava com a agua das chuvas, com que se enchia de inverno».

Destes traslados o mais interessante, a meu ver, é o que diz respeito à cultura de uns peixes que se pescavam no tanque do claustro dos Jerónimos, que Frei Manuel Bautista de Castro diz que eram quási da grandeza de *sáveis,* que tinham vindo de Alemanha, que constava terem sido mandados por Carlos V a D. Manuel I, peixes que a raínha D. Maria Sofia, mulher de D. Pedro II, de naturalidade alemã, conhecia e que o seu confessor, um padre alemão, disse que se chamavam *escalpes.* Por mais que procurasse não encontrei em vocabulário português (1) esta palavra. Nome de peixe que dêste se aproxime só encontrei o de *escalo,* nome de um peixe tambem chamado *escalho* e *bordalo.* O tamanho, porém, dos peixes do tanque do claustro, que o cronista de S. Jerónimo comparou com sáveis, e as notícias que ele deu da sua origem, fazem-me supôr que se trata de *carpas,* cuja cultura consta ter-se começado a espalhar pela Europa, no decurso do século XVI, século em que viveu Carlos V e tambem Francisco I, que, como se sabe, povoou de carpas o célebre lago de Fontainebleau que das carpas tem o nome.

Não deixarei tambem de fazer notar que num pequeno Atlas de Revinet-Wattel, intitulado *Atlas de poche des poissons d'eau douce de France,* encontrei indicado com o nome francês e popular da *carpa* a palavra *escarpa,* que lembra o *escalpe* de Frei Manuel Bautista de Castro (2).

---

(1) Entre outros consultei: a lista de nomes vulgares de peixes que figura em Arruda Furtado: — *Notas psicológicas e etnológicas sôbre o pôvo português* (*Jornal de Sciências matemáticas físico-naturais,* tom. XI, 1886).

(2) Em Bluteau — *Vocabulário português e latino,* encontra-se a palavra *escalho* ou *escalo,* «nome de um peixe de escama que não cresce mais do que um palmo», e que deve ser o que tambem é conhecido pelo nome de *bordalo.* Neste vocabulário não se encontra a palavra *carpa.*

É bom fazer aqui notar o que Martinho da Fonseca diz da *Crônica* de S. Jerónimo de Bautista de Castro: «... cheia de erros e incorreções...» (Frei Jacinto de S. Miguel, *Mosteiro de Belem,* recensão publicada e acrescentada com notas e bibliografia por Martinho Augusto Ferreira da Fonseca, pag. 125).

Já depois de ter concluído esta notícia sôbre o *Tanque e o jardim do claustro dos Jerónimos,* recebi uma carta do meu ex.mo amigo e dis-

Já agora não fecharei esta notícia sôbre o antigo tanque do claustro dos Jerónimos, sem transcrever tambem o que na crónica de S. Jerónimo, a que atrás me referi, se diz a propósito de uma fonte de um canto do claustro e que aínda hoje existe.

«Tem este Claustro de baxo em hum claro dos cantos huma fonte. A taça he obra gótica outavada, com uma columna no meyo da mesma obra onde está hum resisto de bronze, por donde sahe a agoa, e fechando-se este resisto, deyta agoa por huma bola de bronze, que tem em sima, com quatro carrancas, das quaes sahe a agua, e em sima da bolla hum desaugadouro donde a espalha ao ar.

«Esta fonte he para os monges quando entrão, e sahem do Refeitorio, do qual fica sua porta no fim deste lanço».

No logar desta fonte, a que o cronista se refere, se encontra aínda hoje uma que não tem o feitio que na crónica se descreve e de que apenas parece restar a taça de obra gótica outavada. A água não sáe de carrancas, mas sim do ventre de um leão de pedra que se vê em muitas gravuras do canto do claustro dos Jerónimos, do lado do refeitório, e que eu suponho que foi trazido de uma fonte da cêrca onde aínda se lê o seguinte letreiro:

JAM LEO SANSONI MEL QUIDAM MISIT AB ORE
HIC PARITER NECTAR MITIT AB ORE LEO.

Belem, 3-I-913.

A. Aurelio da Costa Ferreira

---

tincto ictiólogo, Sr. Prof. Baltazar Osório, que em resposta a uma carta minha em que eu o consultava sôbre o vocábulo *escalpe*, me diz que nem nas suas listas nem nas de Capelo figura tal palavra como nome de peixe, e em que me diz, alêm disso, que à *carpa* os portugueses tambem chamam *sarmão*.

Tudo isto mais me convence de que *escalpe* é nome estropiado, ou pelo confessor da raínha D. Maria Sofia, a quem Bautista de Castro a diz ter ouvido, ou pelo próprio Bautista de Castro, que a ouviu.

O ROMANTISMO INGLÊS

(Cont. do n.º 2, pag. 88)

Atravez das composições de Rowley e dos seus amigos aparece a vida do burgo do seculo xv, como Chatterton a imaginava auxiliado pelas suas leituras, entre as quaes figurava de certo a obra de Hurd, *Letters on Chivalry and Romance,* publicada quando o inventor de Rowley tinha dez annos. E os aspectos da vida medieval que as composições poeticas não podiam abranger são tratados em notas archeologicas atribuidas egualmente ao clerigo-poeta e tambem para uso do seu amigo, uma sobre a pintura, outra sobre moeda, completadas por uma noticia sobre as relações de Canynge e Rowley escrita pelo ultimo. É por este trabalho que somos informados de que Canynge já na velhice, vendo-se obrigado por Eduardo IV a casar com uma nobre dama que nunca vira, se refugiara por conselho do seu amigo nas ordens sacras. O rei ficara tão furioso por ver os seus projectos gorados que Canynge para o apaziguar dera-lhe 3ooo marcos. Este episodio é tambem contado, com toda a vida do Mecenas de Bristol no poema *The Storie of William Canynge,* — um dos documentos que o credulo cirurgião antiquario transcreveu na sua historia.

Essa credulidade foi providencial. Um certo numero dos *Rowley Poems* teria desaparecido se não figurasse entre a documentação de Barrett. A salvação doutros deve-se á vaidade dum certo Catcott, socio do picheleiro agraciado com ascendencia normanda. Este era de melhor origem e menos ignorante que o outro membro da firma. Era filho dum *clergiman* e tinha pruridos de passar por bibliophilo, gabando-se de não existir na sua livraria obra alguma com menos de cem annos. Nas suas colecções figuravam alguns dos poemas archaicos de Chatterton de que não existia outra copia senão, talvez, em poder do autor e que este destruiu, como fez a todos os seus manuscritos antes de se suicidar em Londres. As composições em poder de Catcott, ao numero das

quaes pertence a obra prima de Chatterton, *Ælla,* foram compostas, segundo o testemunho do possuidor, antes dos dezaseis annos.

Em 1770, no mês de abril, tendo o poeta portanto menos de dezoito annos, o procurador Lambert encontrou uma manhã sobre a escrevaninha a que elle trabalhava um papel ali deixado de proposito, e contendo versos e prosa que, diz um biographo, o deviam acabar de convencer da loucura do seu praticante (1). Tratava-se duma especie de testamento, num tom de escarneo sinistro a si proprio, á sua miseria e ás victimas das suas inocentes fraudes literarias, — embora sustentando ainda naquelle momento a autenticidade de Rowley e dos outros convivas poeticos de Master William Canynge. O escrito tinha no alto esta declaração: «Escrevi tudo isto entre as 11 e as 12 de sabado na mais profunda depressão de espirito. 14 de abril de 1770.» Ahi, referindo-se á descoberta nobiliarquica que fizera em proveito de Burgum e á recompensa mesquinha que delle recebera, diz:

Gods! what would Burgum give to get a name,
And snatch his blundering dialect from shame!
What would he give, to hand his memory down
To time's remotest boundary! — A Crown.

Depois de se ter dirigido a Catcott e a Barrett passa a fazer em prosa as suas disposições testamentarias, deixando a um reverendo Catcott, irmão do socio da firma Catcott & Burgum o seu livre pensamento para que ella possa pôr nos olhos «os oculos da Razão e ver quanto anda iludido, crendo literalmente as Escrituras Sagradas»; a certo Mease deixa um anel de luto com a divisa — Ai, pobre Chatterton! — «com a condição de o pagar elle»; ás meninas as cartas d'amor que lhes escrevera, sem o encargo do susto de lhes aparecer de noute, pois não morre por ellas; ao picheleiro Burgum toda a sua ortographia e prosodia, etc.

Poucos dias depois, com o producto duma pequena subscrição dos amigos abastados partia para Londres. Ahi escrevia para os jornaes e magazines cartas politicas e ensaios por quantias insignificantes.

---

(1) Uma certa dose de loucura na composição mental de Chatterton parece com effeito fóra de duvida. Sua irmã e uma sua sobrinha, filha desta, estiveram internados num manicomio.

Nos primeiros tempos parece ter tido grandes esperanças de renome e lucros; as suas cartas á irmã expondo-lhe projectos literarios mostram-no immensamente animado e fazem lembrar as que Balzac em circumstancias analogas escrevia tambem a sua irmã. Mas pouco a pouco a exaltação foi resfriando. Os artigos, mesmo quando eram aceites, não eram pagos. Segundo o testemunho da sua senhoria, um pão durava-lhe, como alimento exclusivo, muitos dias. Mas o seu orgulho não lhe consentia que aceitasse um convite para jantar. A mesma testemunha conta que esse convite da parte della teve em resposta uma recusa em tom de indignação. Por fim, reconhecendo que era impossivel viver pelas letras, como projectara, escreveu para Bristol ao cirurgião Barrett pedindo lhe um atestado de aprendizagem medica, documento com que esperava obter um logar de ajudante de cirurgião num navio. O antiquario recusou. Alguns dias depois de receber a resposta, a 24 de agosto, tomou de noute uma forte porção de arsenico e no dia seguinte foi achado morto e contorcido no meio de papeis rasgados. Encontraram-lhe no bolso uma carteira numa folha da qual estavam escritos uns versos datados do dia da sua morte. Aí se queixa infantilmente da ingratidão do seu burgo natal «que dotou de antigos cantos, recebendo como recompensa pelo seu saber, apenas vãos louvôres»:

Farewell, Bristolia's dingy piles of brick,
Lovers of Mammon, worshippers of trick!
Ye spurned the boy who gave you antique lays,
And paid for learning with your empty praise.
Farewell, ye guzzling aldermanic fools,
By nature fitted for Corruption's tools!
I go to where celestial anthems swell;
But you, when you depart, will sink to hell.
Farewell my mother! — cease, my anguished soul,
Nor let Distraction's billows o'er me roll!
Have mercy, Heaven! when I here cease to live,
And this last act of wretchedness forgive.

Não quero terminar esta curta noticia biographica sem apresentar em resumo o resultado do minucioso exame feito pelo Prof. Skeat á lingua pseudo-archaica de que se servia Chatterton, o «dialeto Rowleyano».

Skeat julga que as leituras de Chatterton em inglês medio deviam ser resumidissimas e superficiaes. A sua leitura de Chaucer parece ter-se limitado ao prologo de *Canterbury Tales,* do qual, diz o citado philologo, «talvez conseguisse

entender um pouco. Inspirou-se no oitavo verso delle para o seu verso

Whann ynn the heavn half hys course was runn;

cita nos seus extractos os versos 387 e 388. O verso 270 é imitado neste verso

Like to the silver moon in frosty neet.

Além destes dificilmente se encontrara um vestigio de Chaucer nos poemas de Rowley. A sua impaciencia não lhe permitia ler Chaucer com certa atenção e provavelmente não conseguia entender bastantes palavras obscuras...» Chatterton recorreu ao dicionario de Kersey donde copiava para uma lista todas as palavras marcadas com a letra *O, — old.*

Mas na formação do seu glossario moderno-archaico, cuja existencia é atestada por uma carta de Londres pedindo esse Ms. que por esquecimento ficara em Bristol (1), Chatterton não se limitou á copia em ordem inversa do referido dicionario dos vocabulos com os seus equivalentes actuaes. Ornamentava as palavras com as mais caprichosas graphias; derivava palavras de raizes reconheciveis; obtinha-as impondo a palavras usuaes transformações de fantasia, que aos seus olhos lhes davam uma phisionomia obsoleta; outras vezes operava contracções nos archaismos que lhe fornecia o seu dicionario. A fonte mais curiosa do seu vocabulario é porém o erro, quer de copia, por ser esta feita descuradamente, quer de interpretação ulterior desses apontamentos tomados sobre o joelho. Skeat aponta alguns exemplos interessantes no seu prefacio e nas suas notas. Assim o artigo do dicionario de Kersey: «*Lissed* (O.), bounded» deve ter dado no glossario Ms. de Chatterton: «*Bounded,* lissed»; e isto mais tarde levou-o á confusão daquelle *bounded* que significa *rodeado* ou *circunscrito* com o participio do verbo homographo *bound,* saltar, pois *lissed* aparece mais duma vez com esse significado nos poemas de Rowley. E como este, outros. O texto da edição Skeat é obtido abolindo as graphias de fan-

(1) O poeta pede esse glossario a sua mãe numa carta de 16 de maio de 1770 e quinze dias depois numa outra a sua irmã diz: «Não esqueça o glossario manuscrito que mencionei na minha ultima carta». Edição Skeat, vol. I, pag. 343 e 348.

tasia e substituindo, quando isso é possivel, os vocabulos *Rowleyanos* por vocabulos correntes, dando em nota aquelles quando houve substituição ou estes quando a metrificação ou a rima a não permitiram. No interior do verso ella é a maior parte das vezes possivel, pois as palavras Rowleyanas são geralmente tanto no numero de silabas como na colocação do acento eguaes ao seu significado moderno. Isto prova que Chatterton começou por escrever em inglês usual traduzindo em seguida a composição em dialeto *Rowleyano,* como aquelle poeta Gongorico a quem o Cavaleiro de Oliveira dizia que sem duvida pensava como toda a gente e depois, de seu vagar, «se traduzia em Tenebroso». Mas a aparição de muitas rimas *Rowleyanas* mostra que o poeta a partir de certa epoca passou a compôr originariamente na sua geringonça pseudo-archaica. Algumas vezes não foi porém possivel ao paciente e perspicaz editor descobrir a fonte e a significação pretendida de certos termos.

Um pequeno trecho de *The Storie of William Canynge,* acompanhado das notas de Skeat dará uma idêa da poesia de Chatterton e do trabalho editorial de que vinha falando

.....

Straight was I carried back to times of yore (1)
Whilst Canynge swathèd (*a*) yet in fleshly bed,
And saw all action which had been before,
And all the scroll of Fate unravellèd;
And when the fate-marked babe appeared (*b*) to sight,
I saw him eager gasping after light.

In all his sheepen (*c*) gambols and child's play,
In every merrymaking, fair, or wake,
I kenned a scattered (*d*) light of Wisdom's ray;
He ate down learning with wastel-cake (*e*).
As wise as any of the aldermen,
He'd wit enow to make a mayor at ten (2).

---

(1) O reverendo Rowley, scismando reclinado na margem dum ribeiro, tem uma visão historica no fim do qual lhe aparecem as scenas da vida do seu amigo Canynge. Skeat diz que este verso confessa, por inadvertencia, a falsificação. Com efeito *times of yore* na boca de Rowley falando de Canynge seu contemporaneo é uma expressão impropria; mas visto tratar-se do nascimento dum homem muito velho á data da composição do poema a impropriedade reduz-se um pouco. Era provavelmente de *the times of old* de Ossian que derivavam os *times of yore* de Chatterton.

(2) Estes dois ultimos versos mostram que Chatterton, apesar da sua ignorancia, tinha um poder de adivinhar o espirito do passado muito supe-

As the soft downy beard began to gre, (*f*)
So was the well-knit (*g*) texture of his lore;
Each day enheeding (*h*) mickler for to be;
Great his counsel for the days he bore.
All tongues, all carols did unto him sing,
Wondering at one so wise, and yet so yinge (*i*).

Increasing in the years of mortal life,
And hasting to his journey into heaven
He thought it proper for to choose a wife,
And use the sexes for the purpose given.
He then was youth of comely seemliheed, (*j*)
And had made a maiden's heart to bleed
.....

Next Redcliff church (oh, work of hand of heaven,
Where Canynge sheweth as an instrument!)
Was to my wondering eyesight (*k*) newly given,
'Tis past to blazon it to good content!
You that fain the handsome (*l*) building see,
Repair to Redcliff, and contented be.

---

rior áquelle que revelam os seus contemporaneos. Vimos Edwin, o Menestrel de Beattie, e as heroinas de Mrs. Radcliffe passearem pela Edade-Media e pelo seculo XVI sentimentos do seculo XVIII inglês. Mas aqui aparece-nos um adolescente com uma exaltação morbida da personalidade, julgando-se um genio destinado á immortalidade a esterilisar-se como uma semente que caiu sobre pedras num meio de burguêses de idêas acanhadas a quem chama «*aldermanic fools*», com a intuição genial de que no seculo XV o seu ponto de vista de plebeu ambicioso do seculo das luzes seria um anachronismo, de que mesmo um poeta notavel, uma inteligencia culta, como elle nos apresenta Rowley, devia considerar a vida do seu burgo com olhos muito diversos dos seus. A atmosfera que envolvia os tumulos de notabilidades locaes do seculo XV, —fundadores de obras pias, *mayors*, mercadores e proprietarios ricos,— infiltrava nelle a compreensão instintiva do passado. Num periodo de forte coesão social o espirito colectivo, o espirito de cidade, de casta, de corporação profissional, excluia os caprichos individualistas á maneira de Renascença e do Romantismo, quando as personalidades procuravam realizar livremente modelos excentricos, fornecidos pela historia ou pela literatura, ou á maneira da epoca de philosophia negativa, quando o delirio racionalista demolia implacavelmente toda a instituição ou crença que embaraçasse o caminho ás suas concepções geometricas. Na Edade-Media um *alderman* ou um *mayor* não eram para os cultos, Chatterton sentia-o bem, assumptos de mofa demolidora, mas pelo contrario objectos de veneração, como personificações das qualidades necessarias á defeza e progresso do bem commum. O elogio de Canynge que em menino era «tão atilado como um *alderman* e aos dez annos tinha já tino suficiente para um *mayor*» tem o ar encantadoramente ingenuo de certas caricaturas infantis em que, sob o traço grosseiro se adivinha a visão certeira e profunda.

I saw the mindbruch (*m*) of his noble soul
When Edward menacèd (*n*) a second wife,
I saw what Pheryons (*o*) in his mind did roll;
Now fixed from second dames a priest for life.
«This is the man of men,» the vision spoke;
Then bell for evensong my senses woke.

*

(*a*) Wrongly put for *was swathed*. (*b*) «Acome». (*c*) i. e. innocent; from Bailey's «*Sheepish*, faint-hearted, simple». (*d*) «Perpled»; from Bailey's «*Disparpled, Disperpled*, scattered loosely». (*e*) Cake made of the finest wheat. (*f*) Grow. (*g*) «Well-thyghte», from Bailey's «*Thight*, well jointed or knit together». (*h*) Taking care. (*i*) Young. (*j*) «*Semeliheed*, seemliness». — Kersey. (*k*) «Bismarde eyne-syghte». He probably means *deluded* eyesight. «*Bismare*, to scoff at» — Bailey. (*l*) «Fetyve» Rowleyan for *handsome*. (*m*) *Mindburch (sic)*, a hurting of worship or honour». — Bailey. Kersey has *mindbruch*. (*n*) Threatened (him with). (*o*) A word hitherto unexplained, but it is merely a mistake for *pheons*, from «*Pheon*, the barbed head of a dart or arrow». — Bailay.

*

Vejamos agora as conclusões a que conduzem a vida e a obra de Chatterton.

O seu gosto gothico não foi determinado pela moda já reinante á data do seu nascimento, pois ella não podia — é obvio — influencia-lo aos seis annos, ainda analfabeto. Esse gosto nascera com elle em 1752 como teria nascido em 1700 se nesse tempo Chatterton tivesse vindo ao mundo. Mas então não lhe teria ocorrido que o objecto da sua simpathia poderia ser assumpto de poesia. Educado em *The Spectator*, teria procurado zelosamente arrancar do seu espirito a herva daninha do gosto pelas «monstruosas fabricas construidas á maneira gothica e cobertas de innumeras invenções naquelle barbaro genero de escultura», ou teria dado satisfação a esse gosto entregando-se a conscenciosas investigações de antiquario da escola de Dugdale.

A obra de Chatterton compõe-se de duas partes, que, opostas no seu caracter e desegualissimas em merito, são quasi exactamente eguaes em extensão. Na edição Skeat *Rowleyan Poems* formam um volume de 277 paginas, e o volume das composições reconhecidas como proprias tem 275. Estes dois volumes são produtos das duas energias que, embora com muita diversa intensidade, solicitavam alternadamente o espirito do autor. A colecção de poesias confessadas representa o amor da reputação local de poeta. Para alcança-la Chatterton ia fazendo com descuidosa facilidade o que

tinha curso nos meios literarios da provincia e que mesmo nos altos circulos londrinos, apesar de surdamente minado pelo novo gosto, estava longe, muito longe, de ter perdido o prestigio. Dez annos antes da morte de Chatterton, Goldsmith, em diversos escritos em prosa, nomeadamente *Enquiky into the Present State of Polite Learning* e *Life of Parnell* manifesta-se abertamente hostil á corrente romantica. Parecia impossivel, dizia elle neste ultimo trabalho, que depois do que Dryden, Addison e Pope tinham feito para o aperfeiçoamento e harmonia da lingua, certos poetas do seu tempo empregassem todo o seu esforço em fazê-la regressar á barbarie primitiva. E um escritor hoje esquecido, Vicesimus Knox, dizia alguns annos depois da morte do inventor de Rowley que os admiradores da poesia inglêsa se dividiam áquella data em dois grupos: «Dum lado estão os amantes e imitadores de Spenser e Milton, do outro os de Dryden, Boileau e Pope». E acrescenta num outro escrito que as imitações de velhos poetas inglêses podiam ter admiradores como arremedos perfeitos de estylo antigo, «mas consideradas independentemente, como trabalho original, seriam julgadas composições toscas, plebêas e sem arte» (1).

Chatterton no seu intimo perfilhava esta opinião e por isso apresentava as suas composições «medievaes», fruto da vocação secreta e da paixão absorvente, como obras de velhos autores obscuros, cortejando assim por meio dellas a gloria de exhumador de monumentos poeticos dos seculos rudes, a gloria dum Percy ou dum Macpherson, e não a dum genio creador.

Se Chatterton tivesse pois nascido antes do movimento que viemos acompanhando lhe ter preparado o terreno para a sua actividade de archeologo-poeta, a sua obra poetica teria sido exclusivamente o que sem a minima possibilidade de duvida a parte «classica» das suas poesias nos deixa adivi-

---

(1) Segundo Perry, *obr. cit.*, pag. 401–3. Este Knox é o compilador de *elegant extracts*, que cito no capitulo V como inventor da phrase «espirito antiquario em literatura». Como o professor Beers o citou tambem, mas segundo Perry, deu isto logar ao equivoco que aqui fica corrigido de atribuir eu naquelle logar primeiro e depois no capitulo VI a descoberta delle ao admiravel autor de *A History of English Romanticism*. Uma outra inexactidão a que me levou, como á outra, a citação de memoria, foi declarar Knox norte-americano, sendo elle inglês. Esta foi devida á vaga reminiscencia de ter lido em Perry, ou em Beers, ou em ambos, que o esquecidissimo paladino do classicismo era doutor honorario por uma universidade americana.

nhar. Consistiria em eglogas artificiaes, em *moral essays,* em parodias burlescas de composições celebres, em poemas heroi-comicos e sobretudo em satiras. Fóra do medievismo este parece ser com effeito o genero para que tinha mais natural inclinação. E tanto a ella se abandonou que uma vez, segundo o testemunho de Mrs. Edkins, a companheira de sua mãe, um dos satirisados, encontrando-o depois do anoutecer numa ponte solitaria, espancou-o, ameaçando-o de lhe inutilisar o braço com que escrevia. E tendo realisado apenas essa obra, nem por isso teria deixado de ser a mesma personalidade, desenvolvendo se entre os mesmos objectos a que teria tributado a mesma afeição. Mas um seculo depois da sua morte o curioso que desenterrasse esse seco esqueleto poetico duma das vastas necropoles chamadas bibliothecas, embora o interrogasse insistentemente, fascinado pela sua mudez, como Hamlet ao craneo do legista, nunca lhe teria ocorrido que fosse aquillo o despojo dum espirito que tivera como refugio predileto as naves dum templo gothico e que passava a vida a evocar saudosamente atravez de estátuas tumulares, inscrições e pedras darmas o viver dum burgo do seculo xv.

Não conheço caso mais instrutivo. Elle prova que a indívidualidade por mais acentuada que seja não consegue afirmar-se contra o espirito duma epoca de rigida disciplina mental, em que os escritores trabalham para um publico determinado, de gosto homogenio, que repele tudo quanto se lhe não subordine. Nestas condições, em caso de dissidencia, o genio cala-se ou violenta-se. O bloco compacto do espirito pseudo-classico foi desagregado pela penetração suave do naturalismo que nelle se insinuou brandamente: a publicação de *Winter* não foi um acto de desafio revolucionario, como na altura propria disse, sem talvez o pôr suficientemente em relevo, seguindo até á extremidade as mais delicadas radiculas do movimento. Quando compunha o poema, escrevia Thomson a um amigo: «Ando agora a pintar a natureza no seu trage mais lugubre, *para minha distracção pessoal,* descrevendo o inverno como elle se nos mostra». E, depois dumas breves transcrições e noticias sumarias sobre o desenvolvimento da obra, continua: «O poema de Mr. Riccaltoun sobre o inverno, que conservo, foi o que primeiro me trouxe isto á idêa: ha nelle alguns traços de mestre que me inspiraram. *Como isto é apenas uma distracção de momento, ha dez probabilidades contra uma de abandonar o trabalho logo que outra fantasia se lhe interponha*».

Esta carta conduz-nos á nascente mesma do rio que pouco depois seria tão caudaloso e que viriam engrossar affluentes de tão diversa procedencia. A poesia de sentimento renascia como um passa-tempo solitario. O prefacio, de que vimos um extracto, proclamando a melancolia grave e a solidão meditativa como os dominios proprios de poesia só se atreveu a fallar com tal entono na segunda edição, depois do triumpho da primeira lhe ter insuflado a coragem para isso necessaria. E quem seria o Mr. Riccaultoun cujo poema sobre o inverno é respeitosamente citado na carta como um modelo? — Um *farmer* com gosto e cultura classica, que depois foi ministro duma paroquia escocêsa, e que auxiliara Thomson adolescente nas suas humanidades. Essa poesia, em dístico heroico, de que só conheço cêrca de trinta versos, compunha-se de cincoenta e tantos, e só foi publicada no mesmo anno em que apareceu *Winter*. É uma pintura, nem melhor nem peor do que as que mais tarde fez em verso branco Thomas Warton, da melancolia inconsolavel que se compraz no espectaculo da devastação e dos lutos do inverno setentrional. O sentimento da natureza, mesmo enfatico e extranho no seu objecto, não morrêra pois na epoca em que se cantavam em tom épico partidas de *ombre* e se fazia em pentametros dispostos em dísticos a análise do valor dos instinctos egoistas e da razão na conduta humana. Exilara-se para asilos obscuros como a *farmhouse* escocêsa onde o modesto cultivador letrado e sem ambições literarias podia nos longos serões de inverno entregar-se livremente ao prazer de procurar expresão para themas fóra de moda. Os sentimentos permanecem identicos. Os diversos estados sociaes permitem-lhes uma maior ou menor audacia de afirmação, impõem-lhes uma maior ou menor reserva e as transformações historicas, modificando-lhes os objectos, imprimem-lhes uma phisionomia nova que faz crêr na novidade essencial. Segundo uma imagem expressiva, que me não pertence, o pensamento move-se numa espiral e quando parece ter voltado definitivamente as costas a uma atitude ou modo, reaparece de subito na mesma linha, um pouco acima, mas enriquecido por novas aquisições feitas pelo caminho.

O caso de Chatterton aparecendo já em plena renascença gothica, mas numa edade e em circumstancias em que o poeta não podia ser por ella influenciado, bastaria para mostrar-nos tambem que á sensibilidade poetica para as reliquias medievaes podia existir muito antes de estar literariamente nobilitada. Mas ha provas directas do facto. Se o não temos

documentado, pelo menos que eu saiba, no espolio poetico dum modesto estudioso rural, temos uma passagem de Samuel Pepys, que visitando em 1666 o castello de Windsor, o declara no seu diario intimo «*the most romantic castle in the world*».

A historia a que temos assistido é portanto a da lenta reconquista por sentimentos banidos da literatura elegante pelo gosto classico dum lugar na expressão literaria face a face com os themas consagrados. A pouco e pouco este direito de cidade, relutantemente concedido, foi-se transformando em privilegio. Não se pode dizer que fosse extraordinariamente brilhante o uso que a poesia fez dessa conquista. O primeiro Romantismo é, com poucas excepções, o periodo dos themas repetidos, da monotonia, do convencionalismo. Era preciso o instinto infalivel do genio para o arrancar aos logares communs de melancolia onde elle mais se afundava, quanto mais se debatia para voar.

Um exemplo concreto tornará mais claro o meu pensamento. Todo o primeiro Romantismo repisara os themas de *Il Penseroso,* desviando-os da sua phisionomia primitiva para uma especie de voluptuosidade tenebrosa, que a cada novo esforço para alcançar a originalidade não fazia senão vincar mais fundamente o velho trilho, como o lapis que uma vez se afasta da linha que traçava, em todas as tentativas de correcção foge teimosamente para o sulco deixado pelo primeiro desvio. Em *Lyrical Ballads* (1798) ha uma composição de Coleridge que parece escrita propositadamente para anunciar que um prodigio redemptor veio emfim libertar a poesia do diabolico encantamento que a tinha enleado. É *The Nightingale.* Ahi o naturalismo aparece-nos pela primeira vez, não paraphraseando, fazendo a caricatura lugubre do mestre, mas refutando a propriedade do termo *melancolia* aplicado aos aspectos naturaes que são assumpto do admiravel poemeto de Milton. O rouxinol fôra por elle chamado «*most melancholy*»; referindo-se a esse epitheto, Coleridge começa:

«Most musical, most melancholy» bird!
A melancholy bird? O idle thought!
In nature there is nothing melancholy.
— But some night-wandering man, whose heart was pierc'd
With the remembrance of a grievous wrong,
Or slow distemper or neglected love,
(And so, poor wretch! fill'd all things with himself
And made all gentle sounds tell back the tale
Of his own sorrows) he and such as he
First nam'd these notes a melancholy strain;

And many a poet echoes the conceit,
Poet, who hath been building up the rhyme
When he had better far have stretch'd his limbs
Beside a brook in mossy forest-dell
By sun or moonlight, to the influxes
Of shapes and sounds and shifting elements
Surrendering his whole spirit, of his song
And of his fame forgetful! so his fame
Should share in nature's immortality,
A venerable thing! and so his song
Should make all nature lovelier, and itself
Be lov'd, like nature!

Elle, «o seu amigo e a irmã do seu amigo» (1) só viam jubilo e amor em todas as vozes da natureza e deixavam aos que perdiam as noutes de primavera em bailes e theatros a interpretação convencional do canto do rouxinol como «*Philomela's pity pleading strains*», as notas de Philomela implorando compaixão.

Mas a historia desta nova fase do Romantismo será o objecto da segunda parte deste trabalho.

FIM DA PRIMEIRA PARTE.

CARLOS DE MESQUITA.

(1) Wordsworth e sua irmã Dorothêa a quem o poeta se dirige no final da poesia naquelles termos.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO X

1866–1871

(Cont. do n.º 2, pag. 100)

XIX

A santa companheira de Castílho vê, sem os comprehender ainda, aggravados os seus padecimentos. — Cuidados do Poeta. — Visitas suas a Santo Aleixo. — Forçados passeios entre as seáras de Campo d'Ourique. — Chega a Lisboa Sua Majestade o Imperador do Brazil. — Visita de Castilho ao Lazareto.

Desde 1870, mas muito especialmente desde os principios de 1871, o estado de nossa Mãe aggravava-se de semana para semana. A sua constante dyspneia, que julgavamos simplesmente asthmatica, era cada vez mais cruel. Castilho declinava tambem; andava fraco e abatido desde o apparecimento do formigueiro, em que já falei, no lado esquerdo. A casa de S. Francisco de Paula, alguns annos tão alegre, estava tristissima de pressentimentos negros.

O D.or Valente, medico bairrista, empregava toda a sua sciencia, toda a sua dedicação amiga, no tratamento de minha Mãe, cujo estado inspirava cuidados, que elle e todos escondiam a meu Pae.

*

Em 12 de Junho d'este anno, estava Castilho a jantar em Santo Aleixo, para onde era muitas vezes raptado á fôrça, com variados pretextos, quando começámos a ouvir ao longe a artilharia das fortalezas annunciando a chegada de Sua Majestade o senhor D. Pedro II, Imperador do Brazil, á barra do Tejo. Lembro-me bem da sensação profunda de alegria

e respeito, que essa chegada causou em todos nós. O Imperador era um amigo.

Sim; mas Castilho era um doente. Physicamente decahido, trazia-lhe o moral muito quebrantado a enfermidade teimosa de sua querida Mulher. Nós todos, e ella propria, forcejavamos distrahil-o, e arrancavamol-o de casa quanto podiamos. Precisava rigoroso tratamento, banhos sulfuricos, remedios, etc., que o movimento anormal do seu lar não consentia com regularidade.

As visitas, as phrases sibyllinas do medico, os commentarios das pessoas amigas, tudo isso o trazia n'uma cruel incerteza, aggravada ainda pela impossibilidade de se distrahir pelos olhos. A sua concentração matava-o; era isso o que nós principalmente combatiamos por mil modos. Um d'elles era leval-o, com as mais piedosas e bem armadas mentiras, para Santo Aleixo, porque ahi, em lar socegado, tinha os medicamentos physicos a horas, e tinha os medicamentos moraes da distracção, das conversações, das leituras leves, e dos pequeninos passeios campestres, ali muito á mão, nos extensos trigaes (hoje desapparecidos) de Campo d'Ourique.

Por todo este feixe de motivos, tão fortes e tão tristes, deixou Castilho de ir logo logo, como devia, ver o Imperador.

Ainda na véspera de Santo Antonio, á tardinha, o levei a passear comigo em Campo de Ourique até ás linhas. Onde hoje vemos um bairro, eram, como já disse, campos, vastas seáras, um scenario todo campestre, tendo por pano de fundo o escalvado horizonte da serra. Acompanhava-nos uma linda criança nossa amiguinha, Gracinha Garção, sobrinha da mulher do nosso bom visinho Sebastião do Canto, e descendente do antigo poeta Pedro Antonio Corrêa Garção. A criança, de luto pelo recente fallecimento de seu Pae, corria a diante de nós entre as espigas, tão loiras como ella, n'um caminhito de pé-posto, e brincava com uma grande péla de borracha; parecia assim aquelle luto negacear aos meus olhos pressentimentos negros, que eu forcejava por afugentar. Estalavam as bombas e os foguetes da alegria popular d'aquella noite bemdita; pelas lombas do Monsanto começavam a vermelhejar, aqui, além, as fogueiras; ouvia-se perto, algures, tintinar um rebanho. Castilho, triste como a morte, seguia calado pelo meu braço. E eu distrahia-o como sabia, e obrigava-o insidioso a recitar-me Virgilio. Que scena de amargura!. . . .

*

Em 14 recebia Castilho em S. Francisco de Paula uma carta do Cousul Geral do Brazil, o célebre e talentoso Manuel de Araujo Porto-Alegre (depois Barão de Santo Angelo).

«14 de Junho.

«Meu Poeta.

«Sua Majestade O Imperador do Brazil deseja ver V. E.

«Se quer ir ao Lazareto, tem á sua disposição um vaporzinho ás 10 horas da manhan no Arsenal da Marinha, e este seu, muito amigo e admirador sincero, *Porto Alegre*».

«P. S. — É bom que vá alguns minutos antes.»

N'esse mesmo dia Sua Majestade Imperial mandara o seu Ministro Plenipotenciario a casa de Castilho dizer ao Poeta que desejava vel-o quanto antes. Não o encontrando, por se achar Castilho em Santo Aleixo, deixára o Ministro um recado com muitas insistencias. Não houve remedio, senão obedecer.

Á hora aprasada, achava-se á minha porta um coupé, que nos levou ao Arsenal. Esperámos na casa da Inspecção, onde se achava já o Ministro Miguel Maria Lisboa (depois Barão de Japurá), o Consul Geral, e outros. Embarcámos n'uma lancha a vapor, o Ministro, o Consul, o Almirante Graça, o Academico Augusto Soromenho, o banqueiro do Imperador João Henrique Ulrich, o Presidente da Camara Municipal do Porto e Deputado, Pinto Bessa, dois commissionados da Camara do Porto, Castilho, e eu.

Seguimos ao longo da margem. Na altura da Junqueira cahiu um aguaceiro repentino, improvisaram-se toldos, redobraram os abafos, e o aguaceiro passou.

O Tejo estava lindissimo; a Torre-velha, ufana com o seu Hóspede, parecia sorrir.

Na frente de Belem mudámos de rumo, e atravessámos para a margem do sul. Começa a Outra-banda a accentuar-se; vê-se o Lazareto muito branco banhado de sol.

Porto-Alegre, com a sua voz vibrante de côr, e a pujança da sua loquella imaginosa e engraçada, fez as delicias da viagem: contou mil coisas, com aquelle enthusiasmo dominador que era tão seu.

Desembarcámos; subimos de vagarinho a encosta, e entrámos no páteo que rodeia as jaulas gradeadas dos passa-

geiros. Tudo cheio, a espreitar. Na grade do meio appareceu o Imperador, que logo reconheci pelos retratos; toda a gente se descobriu. Apenas nos avistou, gritou logo, de lá, na sua voz alta habitual:

—¡Olha o Castilho! ¡lá vem o Castilho! Ó snr. Castilho, eu já lá vou; eu já lá vou a baixo.

E desappareceu. As attenções geraes concentravam-se no Poeta.

Introduziram-nos, mais o Ministro, para um quarto em baixo, onde Sua Majestade recebia. Appareceu singelamente vestido, com modo alvoroçado, e disse:

—Eu já falo, eu já falo; vou despachar aqui uns negocios com o Ministro, e já falo; ¿ja ouviu?

Tornámos a sahir todos tres. O Ministro entrou de novo, demorou-se um pedacinho com o Imperador; logo depois apresentou a Sua Majestade a Camara do Porto, que esteve cinco ou seis minutos; logo o velho Almirante Graça, que esteve um quarto de hora. Foi então chamado Castilho, que entrou com o Consul e comigo.

O Imperador trajava sobrecasaca e calça preta, com o grande peitilho da brilhante camisa todo a descoberto; homem alto e robusto, com maneiras extremamente faceis e despretenciosas; via-se ter sido loiro, mas estava quasi inteiramente branco; barba pigarça; parecia um antigo General á paisana; falava muito, em tom de commando, e com um ar sincero; o timbre da voz não era agradavel, mas impunha-se.

Mostrou muito verdadeiro praser em ver Castilho, a quem desde dezasseis annos não avistava; dir-se-hia que recobrava um condiscipulo antigo chegado de longes terras.

Mandou-o logo sentar; depois ao Consul, depois a mim que este apresentou; e como hesitassemos um pouco, disse Porto-Alegre:

—Sua Majestade manda; não temos mais, que obedecer.

Sentámo-nos, uns juntos dos outros, ao passo que o Imperador tomava cadeira em frente de Castilho.

Perguntou Sua Majestade ao Poeta:

—¿Como se sente agora? ¿bom de tudo?

—Não, meu senhor; sinto-me fraco, e alguma coisa abatido; e foi isso, que demorou a minha visita a Vossa Majestade.

—¡Oh! é sempre muito bemvindo; mas diga-me: o seu estado de saude não o impede de trabalhar; ¿não é assim?

—Agora, meu senhor, tenho feriado muito; sou mero con-

sumidor em Letras; oiço ler, mas não produzo. A minha posição favorita, a minha linha predilecta agora, é a horizontal.

O Imperador desatou a rir muito, e observou:

— Bem; mas essa linha horizontal não impede que trabalhe; diga-me o que tem feito; pouco ou muito, ha-de ter produzido por certo alguma coisa.

Castilho respondeu que tinha concluido o *Fausto* e o *Avarento*. Notou Sua Majestade que os conhecia já muito bem por leituras feitas no Rio. Perguntou mil e mil coisas, com insistencias muito familiares; e quiz saber que obras novas havia em Portugal. Castilho citou as de Camillo Castello Branco, e de outros. Quiz saber em que tarefas de vulto se occupava a Academia Real das Sciencias; mostrou conhecer toda a Literatura portugueza hodierna; falou em Thomaz Ribeiro, e ponderou:

— Gósto mais do *D. Jayme* do que da *Delphina*. ¿ Thomaz Ribeiro acha-se em Lisboa?

— Não, meu senhor; está na India; é Secretario Geral do Govêrno.

Mostrou Sua Majestade a maior pena, por não o poder conhecer. Perguntou por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, disse gostar muito do poema *Uma primavera de mulher*; quiz saber se habitava sempre fora de Lisboa, e se trazia na forja algum novo poema.

Perguntou que mais poetisas havia em Portugal; foram citadas D. Antonia Gertrudes Pusich, D. Maria José Canuto, D. Guiomar Torresão, e D. Marianna de Andrade, de Setubal; das duas primeiras conhecia o Imperador producções; as seguintes eram-lhe desconhecidas.

— ¿ Vossa Majestade dá-me licença para que lhe faça uma pergunta?

— Faça, faça.

— ¿ Que tem Vossa Majestade escrito ultimamente? é de todo impossivel que a sua Musa tenha estado ociosa.

Depois de muitas desculpas modestas do illustrado Principe, respondeu a custo:

— Metti-me n'uma empreza muito difficil: estou traduzindo em portuguez a célebre ode de Manzoni *Cinque Maggio*.

Castilho instou para que lh'a recitasse. O Soberano annuiu, mas como não sabía esses versos de cór sahiu, e foi buscar o manuscrito. Leu-o. Castilho encareceu as difficuldades quasi invenciveis da tarefa.

— ¿Como acha?

— Meu senhor, no pouco que posso julgar por uma rapida audição, parece-me obra muito bem principiada; mas talvez ainda exija lima.

— Ha muitas traducções d'esta ode em portuguez? — interrogava o Imperador.

— Ha uma por José Ramôs Coelho e bem boa.

— ¿Sim? pois quero vel-a.

Pediu lôgo a Castilho que lhe recitasse alguma coisa.

— ¿Eu, meu senhor? dou homem por mim.

— ¿Quem é?

— É o meu filho.

— ¿Tambem faz versos?

— Tambem, meu senhor.

— ¿Já publicou?

— Já publicou um volume.

— Traga-me o seu volume; não se esqueça; ¿ouviu? Em quanto isso não chega, recite-me alguns versos.

Recitei as minhas estrophes infantis ao 24 de Setembro, anniversario da morte do senhor D. Pedro IV, Augusto Pae de Sua Majestade; mas parei na 4.ª estrophe; a memoria disse *non plus ultra*. Sua Majestade obrigou-me a repetir desde o principio. Pediu segunda poesia; recitei *Visões de pastores*.

Falou o Imperador em Mendes Leal, a quem o mesmo senhor e Castilho teceram elogios. Depois perguntou:

— ¿Quantos filhos tem? ¿São todos poetas?

.....

Para cima de duas horas nos deteve ali o Imperador. No meio da visita entrou um Camarista e disse:

— Meu senhor, acaba de chegar o Duque de Loulé; pede a honra de ser admittido.

O Principe respondeu (formaes palavras):

— Logo, logo; peça-lhe a bondade de esperar; agora estamos com a nossa Poesia.

Depois falou nos *communistas da Literatura,* e riu muito á custa d'elles.

No fim disse:

— Eu queria estar aqui com o Visconde o dia todo; mas ha ainda tanta gente para falar, que não posso deixar de lhe pedir que adiemos a continuação d'este praser.

Levantou-se a sessão.

Quando sahimos para os páteos, estavam á espera muitas pessoas, altissimos funccionarios, fardas e gran-cruzes.

Pelas 4 da tarde regressavamos para Lisboa na mesma lancha, com os mesmos companheiros menos Soromenho.

No Pelourinho tomámos carroagem, que nos levou para Santo Aleixo. Castilho sentia-se aprehensivo. Tinha feito grande esfôrço para falar e ser amavel; não podia mais; a melancolia derrubava-o.

Depois do jantar, em que pouquissimo comeu, e esteve quasi sempre calado, e de vez em quando encostado ao braço, nada o poude reter ali. Por mais que forcejassemos distrahil-o, nada o poude vencer; levámol-o para S. Francisco de Paula. Era o seu dever estar lá; quiz cumpril-o.

O estado da nossa doente peorava. A circulação tornava-se cada vez mais penosa, e a enchação continuava a crescer.

XX

Junta de medicos á enfêrma. — A Confissão e o Sagrado Viatico. — Sua Majestade o Imperador do Brazil interessa-se pelo estado da moribunda. — Minucias tristes e desenlace. — Castilho inconsciente de dôr é arrancado á sua querida habitação de S. Francisco de Paula. — Conclusão do Livro X.

Ás 6 horas da tarde de 16 de Junho fez-se junta de medicos á nossa querida enfêrma, a pedido do D.or Valente. Vieram, além d'elle, o D.or Barral, e o D.or Acacio Caldeira. Depois do exame foram conferenciar, assistindo meu Pae, meu irmão Eugenio, e eu. O voto dos tres, dado com as possiveis cautelas, foi que o estado era desesperado. Meu Pae ficou succumbido, e não proferiu uma só palavra.

*

A angústia da familia inteira, ali reunida em triste sessão permanente, não se descreve. Lagrimas nos olhos de todos.

É indispensavel pensar no remedio espiritual, visto que os da terra já nada valem. Chega a irman de minha Mãe, e fala-lhe suavemente na Confissão que no dia seguinte tencionava fazer. A doente nada responde; encostada ás grandes almofadas, continúa a olhar para cada um, em silencio, e com fixidez aterradora nas pupillas.

Em tamanha afflicção, e visto que o atribulado espirito,

por não ter consciencia do seu estado, não pede espontaneamente os soccorros da Egreja, lembro-me do nosso provado amigo Antonio José Viale, coração piedoso, e a quem minha Mãe consagrou sempre respeitosa amisade. Escrevo-lhe, e mando-lhe a carta á Ajuda. Duas horas depois, em 17 de Junho, corria o bom Viale ao chamamento.

Vou preparar a doente, dizendo-lhe:

— Maman, tem lá fora uma visita.

— ¿ Quem é? — pergunta Ella.

— É o nosso bom amigo Viale, que sempre foi tão respeitador da Maman, e que, ouvindo que tem estado doente, vem saber noticias suas, e pede para ser introduzido, e licença para lhe beijar a mão.

A enfêrma mostrou certo contentamento, e disse em voz muito sumida:

— Pois que entre.

Corri á sala, e trouxe Viale. Este, entrando, e comprimentando com modo estudadamente sereno, disse:

— Minha senhora, eu soube por acaso que V. E. tem estado doente, e vim vel-a. ¿ Como se sente agora?

— Mal — respondeu a grande custo.

— ¿ Mal? mas em todo o caso é de esperar na Providencia Divina, que V. E. melhorará muito breve.

Depois de mais algumas palavras, proferidas em tom muito carinhoso, acrescentou:

— Eu sei que V. E. é muito piedosa; por isso vou dar-lhe uma noticia relativa a coisas da Egreja Catholica. O Santo Padre publicou agora uma encyclica, onde concede indulgencia plenária a quem n'estes dias se confessasse e commungasse, offerecendo o sacramento da Penitencia para a cessação d'este estado de perseguição em que se acha a Egreja na Pessoa do seu Chefe visivel. Talvez V. E. não soubesse isto; mas sabendo-o, é provavel que deseje, como tantas outras pessoas, aproveitar-se d'estes beneficios espirituaes.

Ella não respondia, porque não podia, offegante como se achava; mas olhava para nós todos com uns olhos muito meigos, tristes, e resignados.

Alguem contou o caso de uma senhora nossa conhecida, que, estando doente, e pedindo para se confessar, tinha melhorado quasi por milagre. Viale contou tambem um piedoso costume dos membros da Casa Imperial da Austria, de se confessarem logo ao segundo dia de doença que os retenha de cama, ainda que não haja perigo imminente. Houve uma

pequenina pausa. Minha Mãe, arquejando sempre, olhou para Viale e para mim, e disse com modo triste e suave:

— Bom; então estou pronta.

Confesso que poucas vezes tenho experimentado sensação mais horrivel, do que n'este minuto, porque interpretei mal a phrase, julgando-a expressão de supremo desânimo. Perguntei sorrindo o mais amargo dos sorrisos:

— ¿O quê, Maman?

Ella respondeu muito serena:

— Digo que estou pronta para confessar-me.

Viale applaudiu immenso a resolução, e depois de mais algumas palavras sahimos, dizendo que iamos buscar o confessor.

.....

Veio o snr. Prior da Lapa, conhecido d'Ella, o Doutor em Theologia Custodio Nunes Borges de Carvalho, moço sério, considerado, e nosso amigo; confessou minha Mãe. N'esse intervallo, e em quanto aquella consciencia pura se abria no seio do homem de Deus, todos cá fora se conservavam silenciosos, em recolhimento mystico, e alguns orando.

Na manhan do dia seguinte, 18, umas poucas de vezes pediu a enferma os Sacramentos. Ás 10 horas chegou de Santos o Sagrado Viatico. A familia inteira e alguns amigos fomos recebel-o á rua em distancia. Castilho, n'um silencio horrivel, assistiu a tudo pelo braço do nosso bom D. Antonio da Costa.

Ás 8 horas e 50 minutos da noite d'este triste dia 18 de Junho de 1871, rendeu a alma a Deus a santa, a virtuosa companheira, a verdadeira amiga de Castilho. Elle quiz correr á camara mortuaria; não lh'o consentimos. A casa inteira era um valle de lagrimas.

.....

*

Ha numa das obras mais commovedoras d'aquella mulher extraordinaria que se chamou M.me de Staël, umas palavras que o viuvo poderia applicar a si proprio. Trata-se de um cego a quem a Providencia deparou uma companheira digna d'elle; e exclama o cego:

«Que serais-je devenu sans elle? moi, qui ne devais porter mes malheurs qu'à celle qui pouvait s'enorgueillir de les partager! Comment aurais-je fait pour lutter contre l'ordre de la société? moi, que la Nature avait désarmé! Combien l'abri

des vertus constantes et sûres ne m'était-il pas nécessaire à moi, qui ne pouvais rien conquérir, et qui n'avais pour espoir que le bonheur qui viendrait me chercher!» (1).

*

Na manhan mesma do dia 18, tinha Castilho recebido o seguinte telegramma levado pelo Ministro do Brazil:

Em 18 ás 9h da M.
Ministro do Brazil — Lisboa.
Saiba como está da nossa parte a Viscondessa de Castilho, que vejo agora no Diario de Noticias que está muito mal.— Imperador D. Pedro 2.º

No dia 19 recebia-se est'outro, fevado pelo mesmo Diplomata:

Em 19 ás 8h4' da M.
Ministro do Brazil — Lisboa.
Exprima ao Visconde da nossa parte quanto sentimos a sua infelicidade. — D. Pedro.

*

No correr da triste noite de 18, Castilho, de todo inconsciente, era transportado para casa de sua cunhada, mulher de seu irmão José, que habitava no palacete da rua do Sol ao Rato, e ahi recebido e açompanhado com o mais carinhoso affecto por essa senhora, sua filha Julia, e seu genro José de Aboim. Acompanharam Castilho na carroagem D. Antonio da Costa e Eugenio. O viuvo... fazia dó vel-o sahir d'ali; cahiam-lhe as lagrimas em fio pelas barbas brancas, e abraçava-nos a todos...

Dois corações que vivem um para o outro, e sabem entender-se, querem bem á vida. A solidão mette-lhes mais mêdo, que a morte. Quem sobrevive é que morreu.

Nada ha mais melindrosamente sublime, do que pensar as feridas de um coração atribulado. Deus pague a quem soube alliviar as dôres moraes d'aquelle cego!

---

(1) M.me de Staël — *Delphine* — P. III, carta XIX.

*

Dois dias depois, escrevia Castilho ao Ministro do Brazil a seguinte carta:

«Ill.mo e Ex.mo S.nr Conselheiro Lisboa.

«Com o espirito afogado na dor, não posso atinar ainda hoje com expressões que bastem a significar a Sua Majestade Imperial a enternecida gratidão com que recebi, por intermedio de V. E., o reiterado testemunho da parte que Sua Majestade tomava na desgraça que me deixa enluctado para toda a vida.

«Rogo a V. E. que em meu nome beije a mão generosissima de Sua Majestade, e Lhe affirme que se o eu não respeitasse, já de muito, como um dos maiores homens do nosso tempo em sciencia e em bondade, bastaria este seu rasgo de benevolencia para comigo, o minimo dos seus confrades no estudo, para m'o tornar um objecto de verdadeira devoção.

«Se a dor de perder uma companheira e amiga de largos annos pode ser interrompida com algum lenitivo, esse recebi eu nas palavras piedosas e amigas com que Sua Majestade me favoreceu; e isto é o que eu recommendo novamente a V. E. que assevere bem asseverado a Sua Majestade.

«Tenho a honra de me assignar — De V. E. confrade muito affectivo e obrigado.

«Lisboa, 20 de Junho de 1871. — *Castilho.*»

*

No Lazareto, segundo se acaba de ver, liam-se as noticias. No paço da Ajuda ignoravam-se.

Em todos os lutos da Casa Real portugueza, desde 1816, appareceu Castilho. Nas doenças e nos lutos d'Elle não existiu a Casa Real. Por occasião do fallecimento do Poeta, como a seu tempo veremos, não figurou o nome do Soberano em acto algum.

Bem lançadas as contas, pouco importa. Suppriu todas as faltas, com as suas carinhosas palavras de pesames, o Homem que por varonia representava a Casa de Bragança, e tanto a honrava pelas suas qualidades moraes e intellectuaes, pelo seu amor ao estudo, e pela sua dedicação ao pesado

officio de Imperante, o Principe illustrado, affectuoso, e grato, que se chamou D. Pedro II, Imperador do Brazil.

*

Parte-se aqui por si mesmo um periodo solemne na existencia do Poeta.

Comecei em festas este Livro X, acabei-o em lagrimas. ¡Triste ordem do mundo!

Amanhan tornarei a atar o fio interrompido, encetando o Livro XI e derradeiro.

Quinta da Costa, Carnide, 4 de Novembro de 1893.

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

I

Angústias da viuvez de Castilho. — Palavras affectuosas da Imprensa portugueza. — O abraço dos bons amigos.

Deixámos, ao fechar o Livro X d'estas *Memorias,* o Poeta assumpto d'ellas na angústia da sua segunda viuvez. Cruelissimo golpe na sua trabalhada existencia; só com o auxilio evidente de um Deus todo amor, é que logrou resistir. Ainda assim (como o grande Sá de Miranda, na intraduzivel phrase de D. Gonçalo Coutinho), em Junho de 1871 Castilho «começou a morrer».

Foi então muito para ver o empenho, a amizade, a devoção, com que pessoas de todas as classes, parentes e não parentes, conhecidos e até desconhecidos, ao perto e ao longe, porfiaram em distrahil-o e animal-o.

Levado logo n'aquella funebre noite de 18, em quanto nós todos ficavamos para velar o cadaver e acompanhar minha irman, que parecia louca; levado inconsciente, levado entre lagrimas, levado á fôrça, para casa de sua cunhada na rua

do Sol, recebeu ahi os primeiros cuidados. É indizivel o modo affectuoso como foi tratado por ella, por sua sobrinha, filha d'essa senhora, Julia de Castilho, e pelo marido d'esta, José Maria Moreira Freire Corrêa Manuel de Aboim. Foram todos inexcediveis; inventaram mil carinhos para socegar aquelle atormentado espirito, revezavam-se ao pé do seu hóspede, entretinham-n-o com leituras, deixavam-n-o desabafar, e enxugavam quanto podiam os primeiros ímpetos d'aquellas lagrimas senís. Deus lh'o pague.

*

Os jornaes, todos á uma, trouxeram pêsames sinceros.

O *Jornal da Noite* dizia em 19:

«Está de luto pela infausta morte de sua virtuosa esposa o sr. Visconde de Castilho, insigne poeta portuguez, amigo dedicado da infancia, conselheiro affectuoso dos que trabalham, e mestre de nós todos.

«Não ha consolação humana em tamanha desventura. Só Deus fortalece o espirito para resistir á dôr, e permitte que o tempo lhe diminua a intensidade. Mas se algum lenitivo pode mitigar desde já tão pesarosa saudade, é a certeza de que as maguas do illustre poeta doem a todos, porque todos o respeitam e amam.

«Ás orações pelo descanso eterno da sr.ª Viscondessa de Castilho juntamos as nossas humildes preces, e em nome de toda a redacção do *Jornal da Noite* enviamos ao nosso velho amigo e dedicado mestre, e á sua nobre familia, os mais sentidos pezames».

O *Partido Constituinte* dizia em 20:

«Morreu a sr.ª Viscondessa de Castilho esposa do grande poeta.

«Ao marido e aos filhos orphãos de tão santo e de tão estremecido affecto, enviamos com as homenagens da nossa admiração, do nosso respeito e da nossa estima, a sentida expressão da magua que recebemos com a noticia do seu infortunio.

«Leve seja a terra a quem sobre ella poisou para ser a luz de um cego sublime e a educadora desvelada dos filhos que lhe deu.

«19-6-1871. — *Freitas Oliveira.* — *A. C. Gouvêa*».

O *Diario de Noticias* em 20:

«A sr.ª Viscondessa de Castilho, hontem ao descair da tarde foi sepultada no cemiterio dos Prazeres, — que com razão se chama tal, pois ali se abysmam todas as venturas d'esta vida de illusões e enganos, em que até as mais santas alegrias e os mais castos affectos da familia são atraiçoados por fataes desenganos, e fanados pelo sopro da morte! — A sr.ª Viscondessa de Castilho era um modelo de mães, e educadoras, prototypo de esposas dedicadas, e consolo e arrimo do veneravel poeta. Fomos muitas vezes testemunha presencial de suas acrisoladas virtudes domesticas, e vimos com quanta diligencia e intelligencia ella incutia em seus filhos os estimulos do bem e a luz do espirito, e desafogava com affectuosos cuidados o animo do laborioso consorte, este obreiro incansavel das letras e da escola primaria, quando as tribulações da lida o faziam cair em desanimo. Comprehendemos a dor violenta que tão subita perda causou no coração do sr. Castilho, e compartimos a sua tristeza immensa».

A *Gazeta do Povo:*

«Falleceu ante hontem a sr.ª Viscondessa de Castilho, esposa querida do grande poeta Visconde de Castilho, mãe extremecida dos srs. Julio, Augusto, Manuel, Eugenio e D. Ida de Castilho. É uma grande perda para a qual não ha lenitivo, senão o que vem da confiança em Deus, que nos dá animo para suportar neste valle de lagrimas as dores mais dilacerantes e profundas.

«O funeral da sr.ª Viscondessa verificou-se hontem ás 6 horas e meia da tarde, para o cemiterio Occidental. O acompanhamento era numeroso. A maioria dos nossos homens de letras acudiu á casa do sr. Visconde de Castilho prestar em tão doloroso transe esta homenagem ao que tem sido amigo e mestre de todos.

«Entre esses lembramo-nos dos srs. Conselheiros Mendes Leal e Viale, Innocencio da Silva, Pereira da Cunha, D. Antonio da Costa, Julio Machado, Oliveira Pires, Zacharias d'Aça, Silva Tullio, Luiz Filippe Leite, Sousa Telles, Calvo Asencio, Rodrigues Sampaio, Porto Alegre, Folque, Silveira da Motta, Fernandez de los Rios, Julio Caldas, Castilho e Mello, e outros.

«Á entrada do cemiterio tomaram as borlas do caixão os srs. Mendes Leal, Porto Alegre, Rodrigues Sampaio, Fernandez de los Rios, Viale e Barão de Foscôa; e á sahida da capella para o jazigo tomaram-nas os srs. Visconde de Faro,

Barão de Foscôa, Silva Tullio, Silveira da Motta, Folque, e Avila.

«O feretro ficou depositado no jazigo do sr. Conselheiro José Feliciano de Castilho.

«Tambem acompanharam o sahimento a distincta professora e escriptora, sr.ª D. Maria José da Silva Canuto e duas discipulas da escola de D. Pedro V.

«Descanse em paz a finada».

A *Revolução de Setembro:*

«Está de lucto a familia Castilho. Morreu hontem, e enterrou-se hoje, a sr.ª Viscondessa de Castilho. O cortejo que acompanhou o cadaver da finada ao seu jazigo indicava bem que se faziam as derradeiras honras á esposa de um dos mais uteis e zelosos cultores das Lettras patrias.

«Seja leve a terra á finada, como é grande a saudade dos que ella tanto amou!»

O *Jornal do Commercio:*

«Uma senhora de elevados dotes de espirito, em quem o talento e a erudição eram pouco vulgares, prototypo de mães de familia, rendeu hoje ao Creador a alma apoz dolorosa e allongada enfermidade. Finou-se a sr.ª Viscondessa de Castilho, D. Carlota Vidal de Castilho.

«Afflige e conturba profundamente n'esta hora o animo do sr. Antonio Feliciano de Castilho uma dor assaz cruciante, a qual compartilhamos, como admiradores e amigos de tão fecundo como apreciado e notavel homem de Lettras.

«Conforto a tamanha angustia, não é facil dal-o, nem encontral-o nas consolações que prodigalisam os amigos mais intimos, e os seres mais caros ao coração de um pae; todavia deve servir de poderoso lenitivo a lembrança de que a morte só é temerosa para os que no mundo andam divorciados da virtude, e que para os justos não é mais do que o termino da peregrinação tormentosa por sobre a terra.

«Ao sr. Visconde de Castilho e seus filhos damos os mais sentidos pesames».

O jornal madrileno *La Iberia* escrevia em 22 de Junho:

«El afamado poeta portugués Vizconde del Castillo está de luto por la infáusta muerte de su virtuosa esposa. Está de luto uno de los hombres que más honra y nombre dán á las letras portuguesas, el digno maestro de nuestros vecinos, el amigo dedicado de la infancia, y el consejero afectuoso de

todos los que trabajan, como con sumo acierto dice o *Jornal da Noite,* con cuyas siguientes líneas, al anunciar semejante desgracia, nos identificamos:

«No hay consuelo humano para tamaña desventura. Dios sólo fortalece el espíritu para resistir tal dolor, permitiendo que el tiempo únicamente desminuya su intensidad. Si algun lenitivo, empero, puede mitigar desde luego tan pesaroso recuerdo, es la seguridad de que la pena de tan ilustre poeta nos aflije á todos, porque todos le aman, le respetan todos.

«Unimos nuestras preces á las oraciones por el eterno descanso de la Vizcondesa del Castillo, y en nombre de la redaccion del *Jornal da Noite* enviamos á nuestro antiguo amigo y dedicado maestro, así como á su noble familia, el más sentido pésame.

«Tomando parte en la pena que aflije hoy al insigne poeta portugués, cuyo talento somos los primeros en admirar, no encontramos por hoy otro bálsamo que enviarle, aunque no ha de necesitarlo, que la virtud de la resignacion».

O *Jornal da Noite* em 21:

«Hontem, pelas 7 horas e meia da tarde, sepultou-se no cemiterio dos Prazeres o cadaver da sr.ª Viscondessa de Castilho. O prestito foi numeroso, seguindo os trens funerarios a carruagem de lucto em que ia a corôa.

«Entre os convidados viam-se os srs. ministro de Hespanha, Antonio José Viale, barão de Villa Nova de Foscôa, Manuel da Cunha Paredes, Silva Tullio, D. Antonio da Costa, Innocencio da Silva, Mendes Leal, Pereira da Cunha, Julio Machado, Zacharias d'Aça, Filippe Leite, Porto Alegre, Folque, Antonio Rodrigues Sampaio, Silveira da Motta, Julio Caldas, Oliveira Pires, Castilho e Mello, e muitos homens politicos, escriptores e jornalistas.

«Tomaram as borlas do caixão á entrada do cemiterio os srs. Mendes Leal, ministro de Hespanha, Porto Alegre, Rodrigues Sampaio, Viale e barão de Foscôa, e á sahida da capella para o jazigo os srs. Visconde de Faro, Folque, Avila, Silva Tullio, Silveira da Motta e barão de Foscôa.

«Tambem compareceu no prestito a illustre professora e escriptora a sr.ª D. Maria José Canuto, com duas discipulas da escola de D. Pedro V».

O *Diario Popular* publicava este singelo e affectuoso desabafo em 27:

«Com profunda magua acompanhamos o ex.mo sr. Visconde

de Castilho, sua ex.ma filha, seus filhos e parentes, na immensa dor que padecem com a perda irreparavel da ex.ma sr.ª Viscondessa de Castilho, esposa e mãe exemplarissima. De muito perto podemos contemplar as virtudes sublimes d'aquella senhora, por isso conhecemos o quanto a seus dignos consorte e filhos custará a supportar este infortunio sem consolação!...

«Eis o fatal eclipse do Astro que ainda ha pouco espargia seus luminosos reflexos no mundo que o admirava, e hoje sente a ausencia de suas alegrias.

«Mestre e amigo! aceitae com vossa consternada familia a sincera expressão do meu sentimento; e não vou pessoalmente cumprir este dever, nem fui prestar as honras funebres á illustre finada, por causa involuntaria: o meu estado enfermo.

«Deus vos envie suave conforto, a precisa resignação em lance tão cruel.

«A fé, a esperança nos mostram uma vida sem morte, num mundo sem procellas, onde os dias não teem noites, e o ceu não tem sombras! o porvir é a Eternidade. — *D. Antonia Pusich*».

O *Partido Constituinte* em 20:

«Sepultou-se hontem ás 7 e meia horas da tarde no cemiterio dos Prazeres o cadaver da sr.ª Viscondessa de Castilho. Acompanhava o prestito uma longa fila de trens, indo após os trens funerarios a carruagem de lucto com a corôa. Entre as pessoas que concorreram ao enterro, vimos os srs. Barão de Villa Nova de Foscôa, Manuel da Cunha Paredes, Fernandez de los Rios, Antonio José Viale, D. Antonio da Costa, Silva Tullio, etc., etc.

«Por nossa parte damos os pezames ao nosso amigo e mestre o sr. Visconde de Castilho».

O *Commercio do Porto:*

«Está de lucto a familia Castilho. A sr.ª Viscondessa de Castilho falleceu depois de um prolongado e doloroso soffrimento. Era senhora de elevados dotes de intelligencia. Foi educada no convento de Vairão, e as relações com o grande poeta começaram pelas *Cartas de Echo e Narciso*. Ella conservou o incognito por muitos annos, tendo uma aturada correspondencia com aquelle que mais tarde foi seu esposo. O sr. Castilho foi a final apresentado á educanda do convento de Vairão, e pouco depois de se conhecerem pessoalmente trataram de casamento.

«O sr. Visconde de Castilho acha-se submerso na mais profunda dor. Perdeu a sua amiga querida, a sua companheira de tantos annos, perdeu metade da sua propria existencia.

«Possa a Religião ensinar ao grande poeta a resignação, de que elle carece para resistir a tão profundo golpe!»

O *Diario Popular* em 21:

«Entre os convidados que acompanharam ao cemiterio dos Prazeres o cadaver da sr.ª Viscondessa de Castilho, viam-se os srs.: Visconde de Faro, Avila, Antonio Rodrigues Sampaio, Antonio José Viale, Fernandez de los Rios, Folque, Silveira da Motta, D. Antonio da Costa, Mendes Leal, Caldas Aulete, Julio Machado, Zacharias d'Aça, Castilho e Mello, D. Maria José Canuto com duas discipulas da escola de D. Pedro V.

«Á entrada do cemiterio tomaram as borlas do caixão os srs.: Fernandez de los Rios, Mendes Leal, Sampaio, Porto Alegre, Barão de Villa Nova de Foscôa e Viale, e á sahida da capella para o jazigo os srs.: Folque, Tullio, Visconde de Faro, Silveira da Motta, Avila e Barão de Villa Nova de Foscôa».

A *Gazeta do Povo* em 21:

«Recebemos do sr. Visconde de Castilho o agradecimento que em seguida transcrevemos. A homenagem prestada pela imprensa á familia Castilho foi não só justa, mas imprescriptivel. Por nossa parte, julgamos que a devemos sempre aos cidadãos benemeritos; e se ella poder servir de lenitivo ás grandissimas dôres, mais rigorosa é a obrigação de prestar desde logo essa homenagem.

«Eis o agradecimento:

«Castilho, não podendo por agora mais do que abraçar em espirito a todas as innumeraveis pessoas de quem tem recebido extremadas provas de compassivo affecto, por occasião do seu presente infortunio, apressa-se em lhes testemunhar desde já por este modo a sua gratidão e a de todos os seus filhos e parentes.

«Entre os seus credores de eterno agradecimento ficam-lhe muito especialmente gravados na alma os amigos que tributaram com a sua presença as ultimas honras á sua perdida companheira de 36 annos; bem como aperta cordealmente a mão aos queridos confrades que na imprensa tão generosa, mas tão justamente a teem deplorado».

*

Entre algumas cartas que chegaram, teem aqui logar estas, por serem de dois ausentes:

«Meu queridissimo J....

«Ha dores para que não existe consolação possivel: feridas d'estas, tocar-lhes é aggraval-as.

«Não quero cahir n'essa crueldade; mas tu, que me conheces e me avalias, tu que és meu amigo, e de quem eu me prézo de o ser até ás raias do mais louco fanatismo, não deverás extranhar que eu consagre meia duzia de linhas a dizer-te que tomo sincera e cordealissima parte no soffrimento acerbo que te está excruciando.

«Acceita, pois, um aperto de mão que, não a derramar-te consolo (que não é isso possivel) mas a aconselhar-te e recommendar-te resignação n'este inqualificavel transe de amarguras, te envia o teu amicissimo e obrigadissimo — *Xavier da Cunha*.

«T. C. na Barquinha, 23 de Junho de 1871».

«Meu presado J....

«Nova Goa, 31 de Agosto de 1871.

«Tu sabes como eu chorei por minha Mãe; sabes tambem como a tua me queria; imagina com que sentimento venho abraçar-te.

«Sempre como sempre teu — *Thomaz Ribeiro*».

*

Todos estes abraços d'alma, em taes situações, são consolações apreciaveis; só isso pode mitigar as angustias moraes; e o que é certo é que tudo e todos conspiraram para levar ao atribulado coração de Castilho as possiveis consolações. Vejamos.

*

A senhora D. Maria Amalia Vaz de Carvalho escreveu a Castilho a seguinte sentidissima carta:

«Ex.^{mo} Sr. Meu respeitavel Amigo.

«Tenho aqui a dois passos de mim minha Avó moribunda, e meu Pae crucificado pelo mais horrivel dos martyrios;

portanto, posso n'este momento avaliar melhor do que nunca o transe doloroso por que a nobilissima alma de V. E. acaba de passar. Escrevo-lhe n'este momento de agonia sem nome; é a maior prova que posso dar a V. E. do profundo sentimento com que partilho os seus desgostos.

«Perdôe-me V. E. a falta de nexo e a desordem d'este bilhete; é quanto a minha cabeça me permitte n'este instante.

«Acceite, meu querido Mestre, e transmitta aos seus queridos filhos orphanados a dolorosa expressão dos nossos pesames. Minha Mãe e meu Pae não escrevem a V. E. pelo estado de consternação em que se acham, e eu peço-lhe me creia sempre — De V. E. a mais respeitosa discipula, e verdadeira amiga obrigadissima.

«Pinteus, 25 de Junho de 1871. — *Maria Amalia Vaz de Carvalho*».

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 2, pag. 112)

DOCUMENTO N.º 72

Papeis varios

Damos aqui a lista dos documentos que as *Memorias de Anciaes* por João Pinto de Moraes, reitor de S. João Baptista, extra muros de Anciaes e Antonio de Sousa Pinto, de Marzagão, apontam como existentes no seu tempo (1721) no archivo da Camara da mesma villa. Hoje não apparece quasi nenhum destes documentos como virificámos em abril de 1907 numa excursão que fizemos a este concelho e ao de Moncorvo e Villa Flor com identico resultado excepção feita daquelle cujo archivo se acha admiravelmente bem conservado sendo por isso digno de louvor o zelo e solicitude dos membros desse senado presentes e transactos.

Tambem não incluiremos nesta lista os documentos atraz transcriptos quando por ventura as *Memorias* os apontem remettendo o leitor para *O Transmontano,* periodico da Carrazeda de Anciaes, onde desde maio de 1911 por diante publicamos integralmente as citadas *Memorias,* advertindo apenas que estas dão aos documentos respectivos a data da era de Cesar sem fazer a redução para os annos de Christo (1).

Seguem os documentos:

A) — Sentença que a Camara e moradores desta villa ouverão contra a de Villa Real, pelos ditos julgados de Alijó e Favayos dada pelo mesmo Senhor D. Joam o I em 29 de julho de 1428. [Ann. Christ. 1390]. *Vide documento n.º 54.*

---

(1) As *Memorias* conservam-se manuscriptas na Bibliotheca Nacional de Lisboa «Relação de Villa Real». Codice A-6-8. N.º 222.

B) — Ha huma certidam de Fernando de Pinna Guarda-mór da Torre do Tombo passada a 11 de Fevereiro de 1644 porque consta da demarcação do termo desta villa e que lhe foi feita por o Senhor D. Affonso Henriques, e que delle se desmembrou o de Villarinho da Castinheira.

C) — Ha huma Sentença do Senhor D. João o 3.º de 11 de Março de 1538 para se não pagarem votos nesta villa e seo concelho que se fizerão a S. Thiago por El Rey Ramiro contra o cardial Henrique seu irmão Arcebispo Primaz.

D) — A Sentença que El Rey D. Manoel deu na Supplicaçam a esta villa em 4 de Abril de 1517 porque lhe julga o direito á Alcaidaria-mór do Castello della, e espollia della Ruy Dias de Sampayo Senhor desta villa.

E) — Hum Alvará do mesmo Sr. D. Manoel dado em Lisboa a 8 de Abril do dito anno de 1517 porque de seo moto proprio e absoluto poder faz graça e merce a esta villa e seos moradores e officiaes da Camara por mais asoseguo seu da Alcaidaria-mór do dito Castello, e promessa de nunca mais por elle nem outrem ser dado a outra pessoa alguma, só com obrigaçam de lhe fazerem delle preito e homenagem como se fazia dos mais.

F) — Huma Certidão de D. Antonio escrivam da Puridade de 8 de Agosto de 1532 porque consta dar no dito dia nos Paços de Santos os Velhos João da Silva escrivam da Camara desta villa como seu Procurador e de seus moradores o dito Preito e Homenagem do Castello ao Sr. D. Joam o 3.º por auto por elles assignado a que foram testemunhas o Conde de Pennella Procurador do mesmo Senhor e D. Alvaro Coutinho Mariscal destes Reinos e Bartholomeu de Payva Ayo do mesmo Senhor e seu Camareiro. E pelo mesmo Senhor se acha o Alvará acima confirmado por Alvará seo de 18 de novembro de 1528.

G) — Hum Alvará do mesmo Senhor D. João 3.º porque isenta as tecedeiras desta villa e seu concelho de terem os pezos da ordenança dado a 26 de julho de 1540.

H) — Huma escriptura de composiçam que os officiaes da Camara e moradores desta villa e Concelho fizerão em 20 de novembro de 1444 por o tabelliam desta villa Lopo Affonso

com o senhor d'entam era della Lopo Vaz de Sampayo sobre os direitos reaes cobranças delle Senhorio e Alcaidaria do Castello.

I) — Huma sentença do Senhor D. Joam o 1.º da Supplicaçam de 4 de julho de 1422 [Ann. Christ. 1384] desta Camara contra o mesmo Lopo Vaz de Sampayo para não levar dizima das condemnaçõens das Sentenças dadas contra os moradores desta villa e seu termo.

J) — Huma Sentença do Senhor D. Manoel de 4 de abril de 1517 contra o Senhor d'esta villa Ruy Dias de Sampayo para os moradores desta lhe não pagarem penna de arma, de sangue, coimas, e guado de vento porque manda que se guarde o novo foral por elle dado a esta villa em o 1.º de junho de 1510.

K) — Huma Sentença do mesmo Senhor D. Manoel contra o mesmo Ruy Dias de 30 de Agosto de 1502 para que neste concelho nem fóra delle se lhe não pague Portage, Passage nem Costumage, nem as pessoas delle nem as de fóra de nenhumas fazendas e que não tome aos moradores da terra suas palhas, lenhas, roupas, e outros misteres sem dinheiro cujo comprimento ficou sem atenção no que toca aos de fóra quando pelo dito Senhor foi dado a esta villa seu novo foral 8 annos depois della talvez por falta de quem a lembrasse.

L) — Huma Sentença do mesmo Senhor D. Manoel dada na Supplicação para que as justiças desta villa com folhas corridas tomem logo juramento das velhas sem carta de confirmação do Corregedor chamada de ouvir. Duas Sentenças da Relação do Porto em confirmação desta a favor de André Gonçalves huma dada em 26 de Abril de 1629 contra o juiz velho Paschoal de Moraes, e outra de 21 de Junho do mesmo anno contra o Corregedor da Comarca Simam Pereira pelo autoarem por servir sem a dita Carta, e tomar o juramento do outro juiz, julgando-se fazer bem, e elles castigados por obrarem mal.

M) — Ha huma carta del Rey Phelipe de Castella escripta em Badajoz a 14 de agosto de 1580 á Camara e moradores desta villa porque lhe pede de mercê com caricias lhe queiram dar obediencia e Homenagem do Castello e Concelho por seu Rey, em pessoa de seu Procurador o Marquês de Cera-

luvo, e que teria na lembrança de os premiar e lhe fazer mercês e as das Cartas de Almeirim; a qual consta tão somente dar-se-lhe em 20 de Janeiro de 1581 na mão de Domingos Fidalgo sobstallecido Procurador pelo Conde de Monte Rey e fazer-lhe este no auto da posse que está no livro dos Registos do anno de 1591 confirmação de todos os privillegios e outorgar-lhe os das Côrtes de Almeirim, e deixar á Camara o cargo do Castello como dantes.

N) — Hum Alvará do Senhor Infante D. Pedro tutor do Sr. D. Affonso o 5.º por que faz mercê a esta villa dos Rezidios das villas de Freixiel e Abreiro, e Villarinho da Castinheira para despeza do reparo dos Muros della e que seus moradores os venham ajudar a reparar quando forem movidos. Passado em o 1.º de Janeiro de 1443 incerpto em huma Sentença do mesmo Senhor que os moradores desta villa ouverão contra os de Villarinho querendo-se eximir desta obrigação dada em Torres Vedras a 12 de outubro de 1456.

Consta do Livro dos Registos do anno de 1591 haver hum contrato por Provisam de S. Magestade para que estes muros se concertem á custa de suas riaes 3.as [terças].

Consta do mesmo Livro haver hum instromento que não apparece, para Freixiel pagar para o reparamento dos muros desta villa.

O) — Huma Carta do Senhor D. Sebastiam para servirem em esta villa os Almotaceis tres mezes.

P) — Duas Sentenças para que nesta villa nem na de Villarinho da Castinheira, não haja Meirinho ou Alcaide, huma do Senhor D. Manuel de 13 de Agosto de 1512.

Q) — Huma Carta do Senhor D. Fernando passada o anno de 1420 [Anno de Christo 1382] por que levanta as sizas a esta villa e seu Concelho.

R) — Huma carta do Senhor D. Affonso o Bravo passada em Leiria a 5 de junho de 1343 por que resolve a Camara algumas cousas que por ella lhe sam avisadas, e outras que determina sobre o poder com que se ostentavam os Cavalleiros e fidalgos desta villa nas eleições das justiças della.

S) — Hum pergaminho sem as primeiras letras do principio da primeira regra porque se mostra que vindo o mesmo

Senhor D. Affonso o Bravo a esta villa em 18 de Janeiro de 1348 determina algumas boas cousas para governo do povo, e confirma algumas uteis disposiçõens da Camara.

T) — Hum Alvará do Senhor D. João o 1.º passado em Santarem a 5 de Maio de 1448 [Anno de Christo 1410] porque dá jurisdição aos juizes desta villa para o serem dos Rezidios dos testamentos.

U) — Huma Resolução de S. Magestade em Lisboa de 31 de dezembro de 1474 por Acordam do Dezembargo do Paço, porque ordena ao Corregedor desta Comarca não constranja aos moradores deste concelho a hir fóra delle á Correição e Chancellaria antes na forma do Capitulo de Côrtes feitas em Evora no dito anno de 1474, fizesse aos Rendeiros de Chancellaria demandar aos moradores no tempo que nelle estivesse por Correiçam e que para milhor estes requererem sua justiça fosse a elles pessoalmente, e os fizesse a cada hum em particular citar e demandar para a sua auçam pera dia certo declarando-lhe a materia della.

V) — Consta do Livro de que se tem tralado que servio o anno de 1591 haver Provisam para que quando o Corregedor vier a esta villa por Correiçam pouse na villa e esteja nella 30 dias.

X) — Ha huma Sentença do Senhor D. Duarte dada em Santarem a 11 de Fevereiro de 1434 porque ordena que as Chancellarias se não demandem neste concelho mais que uma vez por anno na Correiçam.

Y) — Outra Sentença do Senhor D. Joam de 30 de dezembro de 1487 sobre a mesma materia, e para o mesmo effeito.

Z) — Ha uma Sentença da Rellação de 6 de outubro de 1615 em que se declara não ter o executor das Sizas jurisdição sobre os juizes desta villa e se manda não proceder contra elles.

Aa) — Ha huma Sentença da Rellaçam de 14 de Março de 1644 para os Corregedores nos provimentos das Correiçõens não applicarem as condenaçõens das coimas das Cabras ao Meirinho, mas sim ao Concelho.

Ab) — Ha huma Provisão de El-Rey Dom Phelipe de 24 de outubro de 1594 para neste concelho se não descreverem os gados. E huma Sentença do Corregedor de 2 de junho de 1614 sobre esta materia dada contra o Rendeiro em observancia da dita Provisam a favor dos moradores desta villa e Concelho.

Ac) — Ha hum Alvará da Senhora Rainha passado em Abril de 1661 para haver medico de partido neste Concelho com corenta mil reis emcabeçados no Cabeçam da Siza.

Ad) — Ha huma Sentença da Curia Romana de — de — de que sem embargo de sua miudez de letra, he avida pella Camara desta villa contra o Senhor della Diogo de Sampayo para esta apresentar os Abbades e não o Senhor da terra segundo mal se deixa ler, tem o sello e armas pontificias.

Ae) — Ha segundo consta do Livro de que se tem fallado de 1591 Sentença para os prezos da cadeia desta villa não sejam della tirados para a Correição da Comarca.

Af) — Consta mais fazer Bartholomeu de Villas Boas com procuração de S. Magestade a este Concelho escriptura de venda do pedido de Ceuta.

Ag) — Consta do mesmo Livro haver huma Sentença do Senhor D. Manuel a favor desta villa sobre o mesmo pedido de Ceuta.

Ah) — Consta mais haver huma Sentença contra a villa de Villarinho da Castanheira sobre a divisão dos termos.

Ai) — Consta haver outra Sentença antiga que determina a forma como se ham de cobrar os direitos Reaes desta villa.

Aj) — Ha no dito Livro Registada huma Provisão do Senhor D. Phelipe para que o Comendador não tire athe 3 de S. João a terceira parte do pam das tulhas, e outras cousas mais declaradas nella.

Ak — Ha outra Provisão do mesmo Senhor de 12 de julho de 1628 para os mercadores de Fostua comprarem o pam que sobra na terra, e hirem no vender ás cidades de Lamego e Porto sem encorrerem em regatio.

Al — Ha huma Provisão do mesmo Senhor de 20 de Junho de 1633 para que se não façam no Concelho mais despezas do que renderem as suas duas partes.

Am) — Ha huma Ley do Senhor D. Sebastião passada em Almeirim a 16 de fevereiro de 1575 para todas as medidas do Pão, vinho e azeite sejam em todo o Reino e seus Sinhorios iguaes, a que em todos elles, em seo damno mal se observa.

An) — Ha em pergaminho hũa escriptura de composição que fizerão os officiaes das Camaras desta villa e de Numão e seus moradores sobre alguns damnos que causarão huns aos outros.

Ao) — Acha-se hum grande pergaminho com a letra gasta do tempo e agoa que lhe cahio, porque se não pode ler, nem colher a materia de que trata.

Ap) — Ha mais hum instrumento em pergaminho, porque consta que sendo dado parte á Camara desta villa que algumas pessoas no termo della haviam feito Merouços para Pesqueiras no rio Douro, e hindo a deriballas em 28 de setembro de 1427, se tributarão cada huma destas ao Concelho com o fôro que ajustaram com os officiaes da Camara.

(Continúa).

Francisco Manuel Alves,
Reitor de Baçal.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Die Katalijtischew optische Aktivierung der rasemischen Browcampho-karboulaïne, por Henry Jermain M. Creightow. Zürich, Buch. J. J. Meier, 1911.

Die magnetischen Eigenschraften der Eisen-Kobalt — Legierungew bei vers chiedenen Temperaturen, por Alfred Preuss. Zürich, Druck Gebr. Lemar & C.°, 1912.

Über die mikrosublimation von Alkaloiden im luftverdüunten Raum, por Robert Eder. Zürich, Druck von Zurcher & Funer, 1912.

Geologische Beschreibung der Gerbrige Zevischen Schrächental und Maderanerial in Kautow Uri, por Walther Staub. Bern, Buchdrucherie Stampfli & C.ie, 1911.

Ueber die Craetriazischen Faltung in den Wesalpew mit Bezonderer untersung des carbons an der Nordzeite des Toedi (Bifertengraetei) mit einem aubraug über das scheidnössli bei Erstfeld im Reusstal und das carbon non manus bei Lugano, por Berend George Escher. Amsterdam, 1911.

Relatorio e contas da gerencia de 1911 da Associação de soccorros mutuos «Montepio Conimbricense Martins de Carvalho». Coimbra, Typ. da «Gazeta de Coimbra», 1912.

Relatorio e contas e parecer do Conselho fiscal da gerencia de 1911 da Associação de soccorros mutuos da Imprensa da Universidade, LXII. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912.

Le problème de la Vie, por A. A. Baldaque da Silva. Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1911.

Boletim do trabalho industrial, n.° 45 — *Relatorio do Congresso nacional de mutualidade de 1911 — Theses, actas das sessões e documentos.* Lisboa, Imp. Nacional, 1911.

Royaume de Belgique — Ministère de l'Industrie et du Travail — Office du travail e Inspection de l'industrie — Groupe III — *Industries de la construction mécanique* — Tome II, Tome III — Fascicules A et B. Bruxelles, Office de Publicité, 1912.

Memorias militares de Campo Maior, por Luiz Couceiro da Costa. Elvas, 1912.

Projecto de Codigo do Processo Penal para a provincia de Moçambique, por Augusto de Vasconcellos. Nova Goa, Typ. da Minerva Indiana, 1912.

O commercio dos vinhos do Porto nos mercados do Brazil em 1911, por A. J. Ferreira da Silva. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quaes existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 4

1913
Abril

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 177
Breve confronto das principais disposições da nova reforma universitária com as correlativas dum projecto publicado em 1835, por L. C. ALMEIDA..... 189
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria*, por SOUSA VITERBO..... 200
Memórias de Castilho, por JULIO DE CASTILHO..... 206
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 220

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

> Toute la vie de Goethe y reparait, depuis les émotions et les orages de sa jeunesse jusqu'à la sérénité active de ses dernières années.
>
> A. Mézières *(W. Goethe)*.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Prefere infelizmente o homem muitas vezes acreditar a discutir; é nele freqüente a credulidade, talvez explicável pela preguiça e indolência intelectual que se consegue sufocar por uma vontade enérgica e educação bem orientada. É certo que em todos os tempos espíritos superiores reagiram contra a demasiada boa fé na sciência tradicional, imposta pelo estado e pela igreja, mas só na época moderna se reconheceu como ponto de partida de todo e qualquer estudo, a dúvida metódica. Tudo o que não está provado é para o homem de sciência provisóriamente duvidoso; para se afirmar uma proposição, é necessário ter razões seguras para a julgar certa. É esta dúvida muito diferente da estéril e funesta dúvida scéptica que leva ao pessimismo e aniqüilamento do indivíduo e da dúvida patológica que Shakespeare magistralmente incarnou no Hamlet.

Como conseqüência lógica dêste progresso do espírito humano que de momento para momento se tornou mais ávido de saber, não se limitando ao lado externo dos fenómenos, mas esforçando-se por penetrar no âmago dos factos, cujas condições de produção e efeitos estuda compara e relaciona, sofreram grande abalo os velhos e livrescos processos de estudo. A renovação de métodos fez-se sentir em todos os ramos. As sciências naturais nas escólas não são hoje ensinadas só pelo livro; estudam-se em contacto directo com a natureza por meio de visitas a fábricas, monumentos, passeios escolares, experiências de laboratório, etc. O professor bem orientado procura sobretudo desenvolver no aluno o espírito de observação e iniciativa individual; não o obriga apenas a fixar na memória os factos muito bem ordenados por outros, mas, chamando-lhe a atenção para os fenómenos

e objectos que o rodeiam, indicando as suas semelhanças e dissemelhanças, propondo a sua comparação, mostra ao mesmo tempo que dá uma grande lição moral, que a sciência para ter algum valor deve ser resultado da actividade e esfôrço próprio. No ensino das línguas vivas exerceu igualmente acção benéfica êste salutar movimento. O método directo, cujo ideal é conseguir que pela observação e comparação de certas formas e maneiras de dizer se conclúa e formúle a regra gramatical, não é mais que o *heuristical method* ou *method of rediscovery,* aplicado nas escólas inglesas e norte-americanas, onde o aluno, pelas experiências em que toma parte activa, adquire o conhecimento da lei ou proposição que resume os resultados de observações inúmeras (1).

---

(1) Ao ensino secundário compete dar uma preparação geral não só para estudos mais elevados, mas de utilidade imediata na vida prática. Os melhores meios para atingir fim tão elevado são os que estimulam o aluno ao trabalho, mas para isso é indispensável que êste adquira gôsto pela matéria que estuda e lhe reconheça as vantagens. É por isso que o valor do método eurístico é incalculável. Dá ao espírito um desenvolvimento extraordinário; habitúa o indivíduo desde o começo à observação, à análise e à relacionação; leva-o a reflectir e a chegar a sínteses gerais; cultiva a sensação da côr, da forma, dos contrastes, etc. Emfim, ensina a saber ver. Tem também valor moral: o aluno, observando todos os dias os resultados da sua actividade própria, poderá ter no esfôrço humano confiança que não conheceria se a sua principal tarefa fôsse sempre contar o que os outros disseram e fizeram. E êste último ponto não é para pôr de parte. Ao professor compete não só instruir o aluno, mas formar-lhe o carácter moral, sem o que não poderá exercer a alta missão social educativa que Herbart com justa razão considerava de todas a mais alevantada e grandiosa. Nas escólas dos Estados Unidos da América do Norte e da Inglaterra, os alunos educados desde a escóla infantil e primária num sentido acentuadamente prático, chegam a construir alguns instrumentos de física. Outros são construídos pelos professores, como faz o Dr. Grimsehl na *Oberrealschule auf Uhlenhorst* em Hamburgo, cujo gabinete de preparação mais parece uma oficina, onde se trabalha ao tôrno e à lima.

O inglês com o seu profundo senso prático e espírito inductivo bem revelado em tantos homens de sciência, como Newton, Bain, Spencer, Huxley, Tyndall, Grove, Thomson e Darwin, que revolucionaram pela sua crítica e experiências as sciências físicas, biológicas e sociais, compreende bem que fazer experiências de física ou química, sem que o aluno nelas tenha parte activa, é o mesmo que ensinar ginástica, fazendo exercícios acrobáticos na barra fixa ou trapézio, em presença de alunos imoveis e admirados.

O que caracteriza o ensino alemão, inglês e norte-americano, é o apêlo constante que o professor faz à actividade própria e espontânea do educando, formando-lhe a vontade e fortalecendo-lh'a, ao que os dois povos devem a energia, a perseverança, espírito de independência, carácter empreendedor e inventivo que lhes é peculiar. (Vid. o nosso trabalho, *Die modernen Richtungen im deutschen nesprachlichen Unterricht*).

Até os métodos de ensino das línguas mortas se teem modificado e renovado. Não poucos pedagogistas alemães fazem a apologia do ensino do latim nas escolas oficiais pelo método directo. Para isso há certamente uma dificuldade grande: no lexico latino não existem termos que exprimam os novos seres, leis, aparelhos e instrumentos que a sciência, a arte e a indústria hoje utilizam e que anteriormente eram por completo desconhecidos. Também a crítica literária sofreu o influxo vivificante da orientação moderna e procurou na medida do possível aproximar-se dos métodos scientificos. Estudando as variedades individuais das obras dos diferentes escritores, no que podem ter de independente do tempo e do lugar em que viveram, integra-as na história geral da literatura que por seu turno correlaciona com a história social, e mostra os laços que unem uma época a outra, determinando as circunstâncias ambientes, em que se desenvolvem as múltiplas manifestações da vida do espírito. Faz-se assim a génese da obra e compreende-se melhor a marcha evolutiva das literaturas.

M.me de Stäel com o belo trabalho — *De l'Allemagne* — reformou os processos da crítica, estudando as condições morais e políticas na sua acção sôbre o movimento literário e dessa maneira explicou as diferenças constantes entre as produções dos vários povos. Já dez anos antes, com a curiosa obra — *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* — assentara o princípio de que as grandes épocas literárias são épocas de liberdade, pois sem ela o pensamento não pode expandir-se e manifestar-se livremente. Sujeito a fórmulas restrictas impostas pela arte poetica, ou não tendo o escritor permissão para apreciar os factos sociais e políticos à face da crítica pessoal e independente, é claro que a literatura perde a originalidade e espontaneidade, torna-se amaneirada, artificial e laudatória dos individuos que ocupam altos lugares no estado e de cujo favor e benevolência vive.

Assim encarada, a história literária abrange âmbito enorme: não se reduz ao conhecimento árido e improdutivo de factos e fórmulas, não considera os escritores como seres isolados que aparecem abruptamente num dado período e lugar, mas procura pelo estudo das condições sociais, dos pormenores da vida do autor, etc., descobrir a conexão íntima entre as diferentes épocas e representar sintéticamente a evolução do pensamento humano. Esta maneira de considerar literaturas, relacionando-as e comparando-as com toda a vida dos povos

*

foi desenvolvida e aplicada com todo o brilho por Herder nas «Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit» em que pelo estudo simultâneo e conexo das raças, línguas, religiões, artes, govêrno e sistemas filosóficos procura recompôr a figùra moral do homem na sua constante evolução, bem expressa pela palavra alemã — Werdegang —, dependente da influência dos climas, dos lugares, situação física e política, etc. Não aprecia a literatura de um periodo de prosperidade sem a estudar nas suas origens, comparar conscienciosamente todos os factos, de cuja certeza esteja assegurado e dêsse modo conhecer o progresso do espírito humano.

O método comparativo é o único verdadeiramente scientífico, pois, como justamente diz Sayce, «all science is comparative». (Vid. *The principles of comparative Philology*. London, 1875. — Introduction to the Science of Language). Alêm disso, só assim é banida a crítica subjectiva que aprecia as obras literárias por um prisma de beleza convencional e põe termo à comoda e funesta tentação, muito freqùente no nosso meio, de falar de tudo sem fundamentos seguros. A filologia comparada, quer estudando as línguas ou as literaturas, não se preocupa só com a sua fase actual. mas procura conhecer a sua natureza, origem, vida e evolução, analísa os elementos que a constituem, classifica os idiomas e as formas literárias, compara-as em fases diversas, determinando como nas concepções do indivíduo se reflecte a alma colectiva do povo.

É baseado neste critério que com razão escreve o filólogo húngaro Giesswein nos «*Hauptprobleme der Sprachwissenschaft*» (tradução do magyar «Az összehasonnlító nyelvésszet fó problémái»): À sciência da linguagem pela sua situação entre os dois ramos principais do saber humano: — as sciências históricas e naturais —, pertence ligar e aproximar os diferentes conhecimentos, como a antropologia, filosofia, etnografia, teologia, etc., etc.» Na crítica literária são inseparáveis e imprescindíveis a análise filologica e a interpretação filosófica e histórica. Seja-me permitido fazer minhas as sensatas palavras de Sichoff: «Philologie und Geschichte gehen Hand in Hand und die eine leiht ihren Beistand der anderen (1) . . . ».

---

(1) A filologia é uma sciência muito complexa, e assim o compreendeu Nietzsche, quando ao abrir os seus cursos na Universidade de Basiléa, para onde fôra nomeado professor, disse: «Die Philologie ist weder eine Muse, noch eine Grazie, aber eine Götterbotin; und wie die

Vítor Cousin nas suas lições interessantes, mas um tanto palavrosas e ridículas, sôbre a filosofia da história, expunha, inspirando-se de Herder, as regras do método histórico aplicável também à crítica literária. O historiador deve em primeiro lugar estudar o país de que fala; tem de conhecer, pois que a história não é mais que um drama, um tecido de acidentes, o teatro do drama. E neste drama, continúa o mesmo autor, há a distinguir o papel da massa e dos chefes, vendo como nestes se faz sentir a acção daquela.

Michelet no prefácio da sua tradução da «Scienza Nuova» de Vico indica algumas regras sôbre método histórico, de que nunca se afastou. Propunha-se encontrar na história através dos factos as lutas eternas das ideias e dos princípios, a volta periódica das mesmas fôrças fatais ou livres. Na mesma data, Quinet traduzia as «Ideias sôbre a filosofia da história de Herder» e também no prefácio, como Michelet, fazia consistir o objecto principal da história no conhecimento das «lois éternelles du règne des actions humaines» isto é, na sucessão periódica dos factos históricos.

É necessário por conseqüência descobrir como a época se manifesta na obra, ou, por outras palavras, apreciar o meio físico e social em que o autor viveu. Convêm porêm não ter a pretenção de que por meio da crítica histórica se pode obter a certeza matemática. Os seus processos são scientíficos, mas de aplicação tão delicada que por vezes o crítico mais perito falha, inventando doutrinas engenhosas, para explicar a feição característica de um escritor, sem se lembrar de que em toda a obra há alguma cousa que nenhuma das condições mesológicas, físicas e sociais determina e que é no cunho pessoal que reside a originalidade. Neste exagêro, produto de uma aspiração justa, — o desejo de tudo explicar — caíu o grande Taine que aplica à crítica histórico-literária os mesmos processos das sciências físicas e naturais. Não con-

---

Musen zu den trüben geplagten böotischen Bauern niederstiegen, so kommt sie in eine Welt voll düsterer Farben und Bilder, voll von allertiefsten und unheilbarsten Schmerzen und erzählt tröstend von den schönen lichten Göttergestalten eines fernen, blauen, glücklichen Zauberlandes.»

No mesmo discurso inaugural mostra como a filologia se liga à história, «procurando estudar a individualidade de um povo pelas manifestações diversas do seu génio; à estética, pois entre todas as antiguidades interessa-a sobretudo a antiguidade clássica que apresenta como um tipo ideal de beleza; emfim às sciências naturais, porque penetra no instinto mais íntimo do homem, o instinto da linguagem».

sidera apenas como factores importantes da obra, a raça, o meio e o momento histórico; é mais arrojado nas suas afirmações, sustentando que a literatura é produto necessário dêsses três elementos principais. Analisa de modo simplista e forçado a alma e os temperamentos e erradamente admite perfeita analogia entre a vida individual e social, entre o mundo do espírito e da matéria. A história é a seu vêr uma anatomia e mecânica psicológica. Para descobrir o funcionamento do espírito, a crítica histórica e literária tem recursos tão seguros como as sciências. «Estudai, diz Taine, as condições do país, clima, raça, meio, educação, hábitos do autor e imediatamente podereis deduzir a natureza do seu talento e obras e nas diversas manifestações da sua vida encontrar a sua «faculté maitresse», causa e conseqüência ao mesmo tempo».

O vício e a virtude são para êle produtos tão naturais, como o vitríolo e o açúcar. Obcecado pela aplicação dos métodos das sciências biológicas e naturais às sciências sociais, afirma que para conhecer o povo inglês só é indispensavel saber com que se nutre, sob que influências do ar exterior e do suco gástrico pensa, trabalha e goza. O seu critério é expresso claramente nas seguintes palavras: «Une âme a un mécanisme comme une plante; elle est une matière de science, et, dès qu'on connait la force qui la fonde, on pourrait, sans décomposer ses œuvres, la reconstruire par un pur raisonnement. (Vid. *Essai sur Tite-Live*)».

Taine sustenta, como Karl Vogt nas «Cartas fisiológicas», que a produção dos pensamentos e sentimentos é tão natural ao cérebro, como a contractilidade ao músculo, a secreção urinária aos rins ou a bílis ao fígado (1).

---

(1) Esta hipótese, que tomou uma fase mais scientífica com Herzen, é inaceitavel. A fôrça psíquica não passa para Herzen de movimento. O movimento transforma-se em calôr, luz, electricidade, vibrações nervosas, porque não se transformará em pensamento? Se o pensamento é uma transformação do movimento, exige não apenas correlação necessária entre a acção e a reacção, mas também uma proporção e igualdade absoluta. Se é puramente mecânico, o movimento restituído não pode ser superior nem inferior ao movimento recebido. Eis o que se não passa entre nós. O movimento de horror e repulsão em frente de qualquer facto desagradável que nos impressiona, não é proporcional ao choque dos raios luminosos sôbre a pupila. O pensamento depende do cérebro, não como da sua causa eficiente ou do seu princípio directo, mas apenas como simples condição. Não é mais justa a teoria espiritualista, porque a suposição da existência de uma relação causal entre o

O espírito do homem é muito complexo; a vida das sociedades depende de múltiplas condições, entre as quais ocupa lugar importante o carácter individual que é em parte independente do tempo e do lugar. A admitirmos as ideias de Taine, caíríamos num fatalismo histórico que aliás a própria história não confirma, mostrando como em épocas diferentes o mesmo povo pode apresentar feições diametralmente opostas.

Por vezes com certa escolha de termos e raciocínios subtís, mas falsos, construem-se doutrinas aparentemente verdadeiras. Não negando que todas as condições físicas e sociais exercem influência enorme no escritor e por conseqüência são indispensáveis na apreciação da obra, o crítico não deverá considerar as produções literárias conseqüência fatal daqueles elementos.

É preciso atender não a um facto isolado, não generalizar sem dados certos, porque assim chegâmos a conclusões erróneas. Pecam dêste defeito, — generalização rápida, — muitos espíritos superiores.

Assim se pretendeu explicar a decadência de Portugal pela situação do país numa zona sísmica. A falta de confiança dos habitantes nas condições de estabilidade do meio físico produzia nêles uma espécie de scepticismo, receio permanente no futuro, o que definhava a energia individual e era a causa da indolência característica do pôvo português. Mas como explicar que o Japão situado no anel de Fogo que rodeia o Pacífico, sujeito a contínuos movimentos da crosta, apropriando as ideias ocidentais, possua hoje civilização tão brilhante sob todos os aspectos?

Conquanto haja um fundo de verdade nas ideias de Taine, a quem pertence a glória de fazer da crítica uma sciência, não nos devemos iludir pelos exagêros do grande estéta, mas estudar o mundo físico e social nas suas relações com o indivíduo sem tirar ilações arrojadas.

---

espírito e o corpo contradiz o princípio da conservação da energia, porque no momento em que uma corrente material se mudasse em actividade psíquica desaparecia uma soma nervosa de energia física, sem ser substituída por soma correspondente de energia física e quando a actividade psíquica se transformasse em movimento corpóreo produzia-se energia física que não era o equivalente da energia perdida. A teoria mais aceita é a que admite um paralelismo entre os fenómenos da consciência e do sistema nervoso, duas actividades simultâneas, sendo-nos umas vezes mais acessível o lado físico do fenómeno, outras o lado psíquico. (Vid. *Esquisse d'une psychologie fondée sur l'expérience,* par Le Dr. H. Höffding. Paris, Felix Alcan Éditeur).

Já antes de Taine, Sainte-Beuve fizera da crítica um estudo de psicologia e fisiologia individual. Cai porêm num excesso de particularismo individualista, procurando na obra não a expressão da sociedade, mas de um temperamento. Para conhecer e determinar o carácter do escritor e indirectamente a feição do livro, organiza inquéritos minuciosos sôbre a sua família, educação, sociedade em que se encontra, emfim sôbre toda a vida pública e privada.

A identificação dos processos scientíficos com os da crítica literária é mais completa em Brunetière.

O critério evolucionista e transformista, aplicado por Lamarck e Darwin às sciências naturais e por Lyell (1) e Kant às sciências geográficas, adopta-o Brunetière, que estuda os géneros literários na sua evolução, assinalando o papel importante que a tradição desempenha, e investiga cuidadosamente a continùidade nas correntes das ideias e obras de arte (2).

*

Expostos de maneira rápida e sucinta os princípios dominantes na apreciação crítica de um autor, esforçar-nos hemos por aplicar o que nêles há de razoável ao estudo de Goethe, cujo génio abrange âmbito vastíssimo e multiplicidade variada de assuntos, passando sucessivamente por tais transformações que para o compreender se torna absolutamente indispensável estudar as fases da sua vida, educação, temperamento, sociedade, doutrinas literárias, ideias filosóficas, políticas e religiosas, etc.

Em nenhum escritor é tão preciso o conhecimento dos dados biográficos, pois ninguem como Goethe se inspirou da natureza, que, extasiado, contempla com respeito e amor, a

---

(1) Lyell sustentava que as alterações da crusta terrestre não foram produzidas por movimentos bruscos e violentos, grandes revoluções ou, como lhes chama Cuvier, catástrofes, mas pela acção lenta e contínua dos mesmos agentes que ainda hoje a estão permanentemente modificando. É a chamada teoria das causas actuais que, como é sabido, são de duas ordens: hipogenéticas ou internas: vulcões, tremores de terra, águas subterraneas e epigenéticas: águas correntes marítimas, glaciares, e ventos, a que há a juntar o agente social — o homem.

(2) O critério histórico é hoje aplicado a todos os ramos de conhecimentos e estudos. No ensino das sciências naturais recomenda-o M. Lechatelier que considera de grande utilidade a leitura de memórias dos criadores da sciência, de modo a que o aluno possa compreender o progresso scientifico.

ponto de no auge do seu entusiasmo a considerar como única fonte do saber, como mestre dos mestres, guia de professores e alunos, preconizando desta forma o ensino moderno e intùitivo.

Por isso não será para extranhar que o autor do Fausto aprecie desfavoravelmente muitos poetas contemporâneos, quando nas conversas com Eckermann diz: «O defeito do maior número dos nossos poetas é que a sua disposição natural (Subjektivität) nada tem de notável e não sabem tirar do mundo exterior (des Objektiven) o assunto para os seus cantos. Quando muito encontram um que lhes agrada, mas longe de pensar que o escolheram pelo valor próprio e qualidades poéticas, ainda que não seja a expressão da sua maneira de ser pessoal». Em Goethe, pelo contrário, a grande preocupação é pintar a realidade exterior, não como testemunha inerte e muda que assiste ao desenrolar dos factos, mas como agente de grande valor nessa mesma natureza que apresenta e descreve. Nos próprios dramas históricos os heróis são por vezes o porta-voz das suas ideias políticas e religiosas; as personagens figuram individualidades contemporâneas; os tipos femininos, que idealiza com arte sublime e delicada, são a pintura fiel das belas mulheres — Frederica de Brion, Izabel Schönemann, Fr. von Stein, Catharina Schönkopf e várias outras que prescrutaram os segredos do seu coração ardente. Todas as suas poesias são «Bruchstücke einer grossen Konfession».

O que inspira simpatia pelo Werther, de temperamento doentio e apaixonado senão a exacta expressão do seu sentir que nos patenteia a verdade com que Goethe representa em Werther e Lota dois tipos reais?

Conquanto o romance, sob a inflùência de Rousseau, descreva o idealismo na paixão e no sentimento, a delicadeza de alma no amor, a perfeição fina e subtil da beleza moral, o assunto é sugerido pela experiência do autor. Em Wetzlar apaixonou-se violentamente por Carlota Buff, noiva do secretário de legação Kestner, com a qual manteve correspondência ainda depois do seu casamento. Foi esta aventura amorosa que lhe forneceu o têma da obra. E a própria conclusão, — o sùicídio do herói — é suscitada pelo desgraçado fim do jovem Jerusalem, pouco depois da sua partida.

O que nos empolga em Torquato Tasso senão a verdade e poesia, com que descreve a vida artística e literária de um senhor italiano do século XVI e a situação do poeta no grande meio? Ao falar de Ferrara, confessa sinceramente nas suas

conversas íntimas, cuja leitura é interessante e produtiva pelas indicações que conteem sôbre as suas obras, vida e hábitos, pensava em Weimar.

Tasso e António teem o cunho característico de Goethe; representam duas feições da sua individualidade: o poeta, possuido de panteísmo ardente e o homem de estado, arguto e activo, que conhece o mundo e nêle desempenha lugar de destaque.

O duque Afonso, generoso e inteligente, que faz da côrte centro de homens ilustrados, é o duque de Sachsen-Weimar, Carlos Augusto, que, sem afectação e orgulho, reúne em convívio alegre e familiar os espíritos mais cultos da época, como Wieland, Goethe, Schiller, Herder, Knebel, etc.

O modêlo da princeza Leonor d'Este, sonhadora e pensativa, tão alemã, como diz Bossert, pois o alemão, muitas vezes procura, esquecendo as cousas terrenas, refugiar-se no domínio das ideias e comprazer-se em meditações profundas, é Fr. V. Stein, sua confidente e conselheira, a quem comunica dia a dia os trabalhos scientíficos e literários e qual deidade o inspira às mais altas concepções.

Não poderemos pressentir no tom calmo da «Iphigenie auf Tauris» a influência da mesma senhora que Goethe intensivamente caracteriza nesta simples palavra, «Die Besänftigerin».

Quem é Egmont, jovem e desinteressado, que incarna o espírito de liberdade política e religiosa e da revolta dos Países Baixos contra as prepotências de Alba e Filipe II, senão Goethe, possuído do espírito do Sturm und Drang de ideias avançadas e generosas em literatura e política?

Mas não há trabalho que represente tão bem o quadro completo do seu pensamento como o Fausto, pois é pelo assunto vasto, incomensurável, como lhe chama Goethe, a tradução poetica dos seus sentimentos e ideias, a obra de toda a vida, (1749–1832) o seu testamento poético, terminado aos 83 anos, pouco antes da morte.

Nêle podêmos seguir as cambiantes do seu génio e temperamento, interpretando também o significado literário de scenas interessantes para o estudo do grande período «de assalto e irrupção», caracterizado pelo protesto contra a imitação da literatura francêsa, pela originalidade, inspiração na natureza, reivindicação para o sentimento dos direitos usurpados pelo raciocínio, etc.

Por isso mesmo escolhi o Fausto para exemplificar a conexão íntima entre a vida de Goethe e a sua obra que só pode ser bem apreciada, conhecendo as condições, em que

foi escrita, as fontes de que se serviu o autor, emfim o meio literário e social que a produziu.

É imprescindível o conhecimento da biografia, pois a cada parte dêsse todo, grande e complexo, tão genial nos seus pormenores, corresponde um fragmento da sua vida. Daí provêm a diferença nítida entre as duas partes do poema que Goethe indica: «A primeira é toda subjectiva; o herói vive num mundo relativamente estreito; está confinado às suas paixões. A meia obscuridade que reina nesta parte pode ter para os leitores certos atractivos. A segunda nada tem de subjectivo, entra-se num mundo mais elevado, mais largo e livre de paixões. É a síntese da sua velhice». Este seu génio objectivo e poder de observação, apreciou-o Schiller nos belos versos dirigidos ao amigo (1):

Wahrheit suchen wir beide, du aussen im Leben; ich innen
In dem Herzen, und so findet sie jeder gewiss.
Ist das Auge gesund, so begegnet es aussen dem Schöpfer;
Ist es das Herz, dann gewiss spiegelt es innen die Welt...

Tabulae votivae (nas poesias) 1797.

(1) Goethe reconhecia também em Schiller incapacidade de apreensão rápida da natureza. A própria ideia da composição do Guilherme Tell pertence a Goethe. Quando êste em 1797 empreendeu a sua terceira viagem à Suíssa, ficou impressionado com as belezas naturais desta encantadora região que, apertada entre três grandes países, com três línguas diferentes, soube conservar um carácter original. Em companhia do seu amigo, o pintor e arqueólogo suísso Meyer, visitou os pequenos cantões, recolhendo informações relativas às tradições locais e às interessantes lendas, em que o país é fértil. Lembrou-se então de reünir em um poema todas as impressões que lhe tinham deixado os homens e os lugares e pintar a Suíssa na sua dupla originalidade física e moral. Voltando a Weimar com a atenção distraída por outros assuntos poz de parte tal ideia e o tema foi aproveitado por Schiller para o «Wilhelm Tell» (Vid. Correspondência entre Schiller e Goethe, carta de 14 de outubro de 1797). Eckermann nos «Gespraeche mit Goethe» refere as seguintes palavras do poeta: «O que há de local e de suísso no seu Tell contei-lh'o eu (habe ich ihm alles erzählt). Mas Schiller possuía espírito tão maravilhoso que mesmo por uma narração podia fazer alguma cousa que tivesse realidade».

Goethe era mais realista, apreendia a realidade nas suas múltiplas manifestações, partindo do particular para o geral (vom Besondern zum Allgemeinen). Idealizar o real era a sua aspiração suprema. Schiller seguia caminho oposto: ia do geral para o particular, do mundo subjectivo ideal para o mundo objectivo real. Por isso as obras do primeiro são o espelho fiel da sua vida, e conforme o seu próprio testemunho há relação íntima entre os factos da sua existência e as suas ideias, sentimentos e descrições.

A obra do segundo é a expressão do seu temperamento arrebatado,

Não será facil encontrar escrito filosófico ou literário, em que as divergências de interpretação sejam tão numerosas e radicais como no Fausto de Goethe. No nosso modesto trabalho apresentâmos as soluções típicas da crítica moderna, juntando-lhes o comentário pessoal e pondo de parte explicações forçadas que o texto não justifica.

(Continúa).

Gustavo Ramos,

Professor da Universidade de Lisboa.

---

das aspirações avançadas que sempre o preocuparam e mostra além disso um pessimismo acentuado explicável pela situação desgraçada por que muitas vezes passou e pela luta que teve de sustentar contra o meio e doença pertinaz, a que sucumbiu bastante novo. É uma natureza exaltada e fecunda, aberta a todas as emoções sinceras e generosas. O grande filólogo e homem de estado Guilherme de Humboldt que pela variedade de aptidões mais parece um homem da Renascença, aprecia assim a amizade dos dois espíritos diametralmente opostos, mas aliados no mesmo ideal de verdade e beleza: «Não podia ser mais poderosa e digna a mútua influência dêstes dois homens. Ambos se sentiam fortalecidos e animados no âmbito próprio e compreendiam como por caminhos diferentes se pode atingir o mesmo fim. Tanto pelas suas obras imortais, como pela amizade íntima que os unia, apresentavam um quadro raras vezes visto, em que se harmonizavam indissoluvelmente o esfôrço do pensamento, o sentimento do coração e a rigidez do carácter».

BREVE CONFRONTO

DAS PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DA NOVA REFORMA UNIVERSITÁRIA (1) COM AS CORRELATIVAS DUM PROJECTO PUBLICADO EM 1835 (2)

Nihil sub sole novum.

I. — Trajo académico

(NOVA REFORMA)

Decreto n.º 4 de 23 de outubro de 1910

Art. 1.º — É facultativo o uso da capa e batina como hábito escolar dos alunos da Universidade de Coímbra.

O Director Geral ao Reitor da Universidade, em ofício com data de 31 de outubro de 1910

Comunica que, por seu despacho de 29 do corrente, determinou o Ex.mo Ministro do Interior que fosse concedido aos professores desta Universidade o uso facultativo da capa e batina.

(PROJECTO — DIAS PEGADO)

Neste projecto de lei (diz o seu autor) não se fala de *uniforme* para os alunos nem para os professores, porque somos de opinião que o não deve haver totalmente.

. . . . . .

Nada há mais singular, do que o uso da capa e batina, adoptado pelos demonstradores e lentes das Faculdades Naturais, em que se precisa manejar máquinas e instrumentos,

---

(1) Referimo-nos exclusivamente à parte da reforma que interessa à Faculdade de sciências.

(2) Projecto de lei da organização geral da Universidade de Portugal, dedicado à nação portuguesa, e oferecido ao corpo legislativo por Guilherme José António Dias Pegado, lente de Matemática na Universidade de Coimbra, membro da Junta da directoria geral dos estudos e escolas do reino, etc., etc.

fazer experiências e operações, traçar figuras e escrever na pedra, etc., etc.

Dizemos *uso adoptado,* porque não há legislação alguma, que determine o uniforme dos lentes nas aulas. Não seria incoerente com os antigos pomposos actos e festas academicas a ideia da uniformidade e gravidade do trajo; porêm trazê-lo nas lições experimentais e demonstrativas, só podia ser *deferência* ao tempo e aos homens de então; *deferência* contrária ao interesse da sciência e ao adiantamento dos alunos.

II. — Compêndios

(NOVA REFORMA)

O Director Geral ao Reitor da Universidade, em oficio com data de 9 de novembro de 1910

Comunica que por despacho de S. Ex.ª o Ministro do Interior, de 8 do corrente, deixa de ser obrigatória, para a admissão à matrícula dos alunos da Universidade, a compra de livros adoptados, que teem preço marcado na relação respetiva ou quaisquer outros.

Decreto de 19 de abril de 1911

Art. 52.º — As lições deverão ser demonstradas, independentemente de texto, conclusivas e seriadas de maneira a formarem um todo.

(PROJECTO — DIAS PEGADO)

Impor aos professores a obrigação de explicar segundo um certo método e ordem, e por um determinado *compêndio,* os objectos, que constituem o ensino transcendente, hoje, que as sciências tomam cada dia uma nova forma, e fazem novos progressos é sancionar um princípio subversivo do adiantamento; é deixar ainda, no século das reformas, uma das maiores causas da decadência da Universidade portuguesa.

Fica pois confiada à sabedoria e discrição dos professores a escolha do método para as suas preleções, e do autor que deve servir de guia aos seus discípulos.

Nesta conformidade... o professor deverá indicar aos seus ouvintes, na abertura do curso e durante êle, as melhores obras que poderão consultar.

III. — Abolição das festividades religiosas, e das solenidades com que eram conferidos os graus de bacharel e doutor

(NOVA REFORMA)

Decreto n.º 1 de 23 de outubro de 1910

Art. 1.º — O juramento dos lentes de todas as Faculdades da Universidade de Coimbra... bem como o juramento... a que são obrigados os alunos que pela primeira vez se matriculam naquele estabelecimento de ensino... ficam para todo o sempre abolidos.

Decreto n.º 3 de 21 de janeiro de 1911

Art. 1.º — É extincto o culto religioso na capela da Universidade de Coimbra.

Decreto de 19 de abril de 1911

Art. 14.º — As Universidades do Estado são laicas; não seguem qualquer confissão religiosa e são estranhas à confissão dos seus mestres e alunos.

O Director Geral ao Reitor da Universidade, em ofício com data de 2 de novembro de 1910

Comunica que por despacho ministerial de 1 do corrente o grau de bacharel é considerado inerente à aprovação no último exame do curso (1) ordinário de cada Faculdade, sem dependencia doutras formalidades.

Decreto de 12 de maio de 1911

Art. 31.º — Os bachareis que pretenderem o grau de doutor são obrigados a... e à apresentação duma tese original, impressa, sôbre assunto da sua escolha.

§ único. — A tese será discutida perante um júri de três membros; e à sua admissão está inherente o *grau de doutor*.

---

(1) O bacharelato em qualquer das secções obtem-se no tempo mínimo de oito semestres (Decreto de 12 de maio de 1911, art. 12.º.

(PROJECTO — DIAS PEGADO)

Os capelos; as procissões e préstitos universitários; as celebrações de festas eclesiástico-académicas; as missas preliminares ao exame privado e doutoramento; a ceremonia do conferimento do grau de doutor, pelá qual o doutorando, posto de joelhos aos pés do primário, ouve uma arenga em latim, e lê depois um auto de fé: são usos, que pouco lugar podem ter no tempo presente: o bom senso os reprova.

Os graus ficam tomados *ex eo* que o candidato se proclama aprovado no exame geral do bacherelato ou do doutoramento.

IV. — Método de ensino

(NOVA REFORMA)

Decreto n.º 2 de 19 de abril de 1911

Art. 46.º — O número de lições e exercícios de cada cadeira ou curso será fixado no programa geral, organizado pelas Faculdades e Escolas, no fim de cada ano lectivo, para o ano lectivo seguinte.

Art. 47.º — O professor encarregado da regencia das cadeiras e cursos é obrigado ao minimo de lições e exercícios igual a seis sétimos do número a que se refere o artigo anterior.

Art. 51.º — A actividade docente dos professores e assistentes exerce-se: expondo a sciência feita, em lições e em conferências com os alunos; etc.

Art. 52.º — As lições deverão ser demonstradas, independentemente de texto, conclusivas e seriadas de maneira a formarem um todo.

A conferência deverá ser familiar, interrogativa e contraditória.

Art. 75.º — A ordem dos estudos não é prescrita. Os estudantes podem inscrever-se livremente nos cursos e cadeiras, salvo as dependências estabelecidas nos diplômas especiais.

Art. 76.º — Não haverá registo algum de assistencia ou falta dos alunos a qualquer dos cursos, salvo as restrições constantes dos diplômas especiais.

§ 1.º — Se, por ausência ou tumulto dos estudantes, não houver seis sétimos do número de lições e exercícios, a que seefr ere o art. 47.º, fixados pelos conselhos das Faculdades

e Escolas, para cada disciplina, será anulada a inscrição nos respectivos cursos.

Decreto de 12 de maio de 1911

Art. 5.º — O ensino é feito normalmente por professores ordinários, professores extraordinários e assistentes. Consta duma parte livre (lições magistrais e lições com demonstração) e de outra obrigatória (trabalhos práticos e estágio nos laboratórios).

Art. 7.º — Para a parte obrigatória haverá nos laboratórios um livro de ponto, que os alunos assinarão, e cujas indicações serão consideradas como elemento de freqüência perante o júri dos exames respetivos.

(PROJECTO — DIAS PEGADO)

O método, que proponho para o ensino das altas sciências, é mui diferente do que até agora se tem seguido entre nós. Não posso conformar-me com a opinião de que, até nas aulas maiores, os alunos devem ser obrigados às lições e sabatinas. Os mancebos, que freqüentam as escolas desta categoria, são duma idade assaz madura para conhecer com evidência as vantagens da aplicação, e presentir os tristes efeitos da reprovação ou da perda de tempo.

Ninguêm deve ser obrigado ao estudo de objectos, cujo conhecimento não é essencial a todos; mas privativo de certas classes; aquele estudo devendo ser, por isso, totalmente livre aos que aspiram a essas classes. O estudante, que tem a liberdade de dar lição quando quer, e não é sujeito, para assim dizer, à surpresa do lente, está livre de passar pelo vexame de dar uma má lição, (vexando também ao bom mestre), num dia, em que uma indisposição, ou qualquer outra causa imprevista, lhe não permitiu estudá-la, ou vê-la com perfeição.

O estudante, que é obrigado às lições, nos dias, em que as não pôde estudar, ou deixa de ir à aula, no que experimenta grande prejuízo, privando-se da prelecção; ou pede dispensa de lição, acto, que a todos, mesmo aos maus estudantes, não é indiferente; ou sofre, durante toda a sessão, as maiores âncias, no temor de poder ser chamado, e de ter então de representar um mau papel entre os seus condiscípulos. Qualquer destas alternativas só pode servir para amargurar o gôsto das letras, e afugentar das aulas a mocidade.

. . . . . .

Para fugir de tantos inconvenientes, são alguns de parecer, que o estudante seja sempre desobrigado das lições, e que só ao lente seja imposto o dever de *orar*.

De não deixar aos alunos a liberdade de dar lição quando querem, resultaria o grande mal de os privar da ocasião de falar em público; circunstância muito atendível, porque por ela se patenteia a sua aplicação e talentos, e se fazem conhecidos, desde os primeiros anos, dos seus condiscipulos e mestres, e é, em geral, um motivo mui poderoso de aperfeiçoamento.....

Acresce ainda mais: que, devendo as lições e sabatinas ser tidas em conta nos exames, há uma outra razão para os alunos não quererem eximir-se daquelas provas.

É por estas considerações, e muitas outras, que delas se derivam, que segui a *opinião média,* entre obrigar os estudantes às lições e isentá-los totalmente delas.

Nessa conformidade incluiu o ilustre professor no seu projecto as seguintes prescrições:

Oito dias ántes da abertura das aulas das Faculdades, o programa dos cursos estará feito e afixado nas portas das aulas, e nele serão designadas as horas e os dias dos diferentes cursos; a distribuição das matérias; e os nomes dos professores, que hão de ler nas diferentes cadeiras.

Êste programa será publicado tambêm na fôlha oficial do govêrno.

O professor não é obrigado a seguir, e menos a cingir-se a autor algum nas suas prelecções.

O professor é obrigado a indicar aos seus ouvintes, na abertura do curso, e durante êle, as melhores obras, que poderão consultar.

O lente não tem direito de exigir lição aos estudantes. O que a quiser dar, deixará, à entrada, sôbre a mesa do professor um bilhete com o seu nome. Se achar mais dum bilhete, o professor dará a palavra a mais dum aluno, sendo possível; os que restarem falarão no dia seguinte, ou retirarão os seus bilhetes.

O professor não interromperá o estudante nas suas exposições; ficando inteiramente livre áquele a escolha do método e da ordem de expor as suas ideias. Só o fará para emendar as incorrecções que lhe poderem escapar, por falta de exacto conhecimento do objecto, ou por certa perturbação, que geralmente se apodera de quem não está ainda habituado a falar em público.

O professor poderá, em todas as semanas, designar um dia para a recapitulação e repetição dos objectos. Nesse dia questionará os alunos, que derem para isso, na abertura da sessão, os seus nomes por escrito. Não havendo estudantes, que se apresentem, para serem questionados, a repetição será feita pelo professor mesmo.

Êle poderá tambêm ordenar composições, mas tais e tantas, que não sobrecarreguem os estudantes, tornando impraticáveis seus deveres e fastidiosa a sua lida, por nímiamente fatigante.

V. — Exames

(NOVA REFORMA)

Decreto de 12 de maio de 1911

Art. 18.º — A habilitação dos alunos é julgada por exames, que constam de provas práticas e provas teóricas.

Art. 19.º — Haverá duas épocas de exames, uma em março e outra em julho, isto independentemente dos demais trabalhos escolares.

Art. 20.º — As provas teóricas teem lugar depois dos alunos terem sido aprovados nas provas práticas respectivas.

Art. 23.º — O aluno excluido nas provas dum exame só pode repeti-ló na época seguinte.

Decreto de 19 de abril de 1911

Art. 78.º — Os exames são por grupos de cadeiras, segundo os diplômas especiais, e realizam-se em duas épocas (março e julho) em cada ano.

§ único. — O serviço dos exames não prejudica os trabalhos escolares.

Decreto de 23 de outubro de 1910

Art. 2.º — Os exames... deverão versar sôbre todas as materias professadas, durante o ano, nas respetivas cadeiras.

(PROJECTO — DIAS PEGADO)

É lei incontestávelmente despótica, a que proíbe fazer exame sôbre qualquer ramo duma Faculdade, ou em todos, a quem

não tem freqùentado os cursos respectivos. Aquêle, que se sujeita a um exame público, pertende mostrar públicamente, que é hábil nos conhecimentos que se lhe exigem.

Por que princípio de justiça, pois, se lhe há de recusar essa prova da sua capacidade, e por que razão, ela uma vez dada, se lhe não concederá o mesmo título de habilitação, que se confere aos filhos da Escola, não obstante a diferença do método e do lugar em que chegou a obter os mesmos conhecimentos?

Entretanto, como aquele, que tem frequentado constantemente um curso, ou uma escola, sem ter cometido faltas bastantes para prejudicar ao seu adiantamento e proveito; e que, alêm disto, tem manifestado nas lições e sabatinas, a que se prestara, aplicação e inteligência, tem mais presunção a seu favor, que um estranho; por isso, a lei facultando o exame a um e outro, e em qualquer época do ano, não concede senão ao primeiro as importantes vantagens dos artigos...

Os inscritos não devem ser obrigados a examinar-se no fim de cada um dos anos, que frequentaram; porque, entre outras razões, convêm que, em certos ramos, o estudante se não examine antes de adquirir novos conhecimentos nos anos seguintes, que com os antecedentes tem tão íntima ligação, que lhes servem de complemento.

Mas em qualquer caso não deverá ser permitido ao examinando aperfeiçoar-se por todo aquele espaço de tempo, que lhe for preciso, antes de se ostentar em acto público? A lei contrária a esta disposição nem poderá deixar de ser anti-constitucional.

O exame *parcial* deve ser vago, assim como as perguntas. Estas duas disposições estão em harmonia com o modo de freqùentar as aulas, e com as lições não obrigadas.

Tais foram as considerações que serviram de fundamento ao seguinte projecto:

Os exames ordinários começarão no dia 15 de junho.

Os exames ordinários são para os inscritos ou matriculados.

As qualificações dos votos são: A (aprovado), R (reprovado), B (bom), MB (muito bom).

Os exames ordinários não podem ser interrompidos pelos exames extraordinários, que são para as pessoas que não foram inscritas, ou para os inscritos que por faltas perderam o direito aos exames ordinários.

O estudante inscrito que houver cometido 20 faltas com motivo ou sem êle, não poderá ser admitido aos exames ordinários, nem votado pelas duas últimas *qualificações* acima mencionadas.

Os exames extraordinários começam depois dos ordinários, e podem ser requeridos e feitos em qualquer época do ano, excepto nas férias finais.

Toda a pessoa tem direito de os requerer, independente da escola ou método, por que tenha feito os seus estudos.

O exame *parcial,* ou exame dum ramo qualquer da Faculdade, seja ordinário, seja extraordinário, será sempre vago.

O tempo da sua duração não excederá uma hora.

VI. — Exame para o doutoramento

(NOVA REFORMA)

Decreto de 12 de maio de 1911

Art. 31.º — Os bachareis que pretenderem o grau de doutor são obrigados: na secção de sciências matemáticas — à apresentação duma tese original, impressa, sôbre assunto da sua escolha; nas secções de sciências *fisico-químicas* e *histórico-naturais* — a um ano de tirocínio prático, provado, num laboratório nacional ou estranjeiro, e à apresentação duma tese original, impressa, sôbre assunto da sua escolha.

§ único. — A tese será discutida perante um júri de três membros; e à sua admissão será inerente o grau de doutor na secção respetiva.

(PROJECTO — DIAS PEGADO)

O grau de doutor é o único nas Faculdades.

O estudante, que tiver sido aprovado em todos os cursos da Faculdade, será recebido doutor nela, se o for tambêm no *exame geral* para o doutoramento.

Para êsse exame, três dias antes, o candidato apresentará uma dissertação impressa sôbre assunto por êle livremente escolhido, e tambêm impressas duas vezes tantas teses, quantos forem os ramos da Faculdade.

Os argùentes serão sorteados na ocasião do exame, e cada um argumentará pelo menos durante vinte minùtos sôbre a tese que escolher no ramo que lhe couber por sorte. Sôbre o

assunto da dissertação, cada um dos argùentes poderá fazer as observações que quiser, e exigir sôbre elas explicações, ou a opinião do estudante.

No relatório que acompanha o projecto as anteriores disposições encontram-se justificadas nos termos seguintes:

Os pontos tem por fim, não só restringir os objectos dos argumentos, devendo estes ter lugar em todos os anos da Faculdade; mas também assegurar dum modo pouco iludível o aperfeiçoamento dos professores, sujeitando-os a argumentar de repente e imediatamente sôbre a tese que coube em sorte ao examinando (1).

A dissertação impressa exerce e ensaia o aluno para escritor público; e aumentará o número das produções nacionais, podendo ao mesmo tempo abrir portas a uma fama mais propagada do candidato.

As teses subministrarão aos examinadores a ocasião de rectificar o seu juízo, formado pelo exame casual, ouvindo o examinando em objectos, que êle préviamente tinha estudado e meditado.

VII. — Viagens scientificas; professores estranjeiros

(NOVA REFORMA)

Decreto n.º 2 de 19 de abril de 1911

Art. 56.º — As Faculdades e Escolas poderão contratar professores e assistentes nacionais ou estranjeiros, desde que os seus recursos o permitam, e sob auctorização do Senado, no que respeita à parte financeira.

Art. 57.º — As Faculdades e Escolas incluìrão nos seus orçamentos as verbas necessárias para viagens scientíficas dos respectivos professores, no país, colónias e no estranjeiro.

(PROJECTO — DIAS PEGADO)

Ácerca do ensino prático de alguns ramos das sciências naturais, não deverei passar em silêncio uma ideia. Se para

---

(1) Para a justa apreciação desta exigencia deve ter-se em consideração o estado da sciência na época a que o projecto se refere.

isso nos for necessário recorrer a países estranjeiros (como estou persuadido), então o melhor meio não será mandar a êles *viajantes,* ou *estudantes,* a aprender, para vir ensinar. Não é prudente, em geral, contar com bons resultados de tais comissões. Dever-se há, nesse caso, fazer um partido a um ou mais professores já consumados no ramo ou ramos, que se pretendem ensinar entre nós, para os professar um, dois ou três anos. Dêste modo teremos em lugar dum ou dois homens habilitados nesses conhecimentos, cem ou duzentos; em uma palavra, tantos, quantos forem os discipulos dos professores estranjeiros.

L. C. Almeida.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 3, pag. 131)

LVIII

EANES OU ANES (BRÁS)

Ourives, existente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo).*

LIX

ESTEVES (JOÃO)

Ourives, morador na cidade de Lisbôa, a quem D. Duarte, a pedido do cónego da Sé, João Lourenço Godinho, primo daquele, concedeu em 25 de janeiro de 1438, uma carta de privilégio, isentando-o de exercer tutoria. Esta carta foi confirmada a 18 de fevereiro de 1439 (1).

Não sei se será o mesmo a quem D. Afonso V, por outra carta de 13 de maio de 1454 e em que o designa por seu vassalo, lhe concede a aposentação (2).

LX

FAMUST (HANS)

Ourives do ouro, a quem fôram concedidos cem cruzados, pela mercê da corretagem das joias que se tinham vendido.

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 22.
(2) Ibidem, liv. 10, fl. 68.

«Afomso de freytas Mandouos que deis a Hans famust ourivez do ouro çem cruzados de que lhe faço merçe da corretagem das minhas Joyas que se venderão E per este que não pasará pela chamcelaria com seu conhecimento vos serão leuados em conta os ditos coremta mil reaes. Francisco lopez o fez em Lixboa a xxix de Mayo de Mill e b^{c}lxxiij. E eu Sebastião da fonsequa o ffiz escreuer. — *Raynha — Dom Rodrigo.* R^{ta} mil reaes afonso de freitas thesoureiro a Hans famust ourivez douro de que V. A. lhe faz merçe de corretagem das Joyas que se vemderão E que este não passe pella chamcellarya. Recebeo Hans Famust ourivez Dafonso de freitas thesoureiro da Rainha nosa senhora os cem cruzados nesta conteudos e asinou aqui 4 de Junho de 573. *Joam dAlmeyda — Hans van muust*» (1).

LXI

FERNANDES (ANTÓNIO)

Ourives de prata. Vide denunciações da Inquisição (2).

LXII

FERNANDES (BALTASAR)

Vide *Fernandes (Diogo)*.

LXIII

FERNANDES (CRISTÓVAM)

Era alemão, ourives, morador na cidade do Pôrto e contra-ensaiador na moeda da mesma cidade. A 21 de junho de 1456 lhe passou D. Afonso V uma carta de privilégio (3) e em 31 de janeiro 1466 lhe concedeu, por outra carta, uma tença de dois mil reaes brancos por ano (4). Era falecido em 1486 quando foi nomeado para o substituir no cargo que tinha, Pero Anes. Vide este nome nos *Moedeiros*.

LXIV

FERNANDES (DIOGO)

Ourives, assistente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

---

(1) Torre do Tombo — *Corpo Chronologico*, parte 1.ª, maço 110, documento 106.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 180.
(3) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl 98.
(4) Ibidem, liv. 14, fl. 10 v.

LXV

FERNANDES (DIOGO)

Era ourives e fôra degradado para a Africa, por dois anos, por causa de um arruído que houvera em Lisbôa, do qual saíra ferido outro ourives, Rui Gonçalves, ficando aleijado de um dedo. Foi-lhe perdoado o crime conjuntamente com Baltasar Fernandes, contanto que pagassem doze mil reais áquele.

«Dom Joham etc. Saude, sabede que Dieguo Fernandez e Baltesar Fernandez, ouriuezes, moradores em a nosa cidade de Lixboa, nos enuiaram dizer que elles foram degradados –s– o dito Dieguo Fernandez por dous annos e o dito Baltesar Fernandez por huũ anno pera as partes dallem por huũ aroido que ouueram na dita cidade, em o quall fora ferido huũ Ruy Gonçalvez, ourivez, nas maãos, de que ficara aleijado de huũ dedo, pello quall foram demandados elles sopricamtes e fora julguado contra elles que paguasem ao dito Ruy Gonçalvez doze mill reaes, e que fossem degradados como em cima dito he, segumdo ver poderiamos pella sentença do dito liuramento... Ruy Fernandez a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jhuũ $X_{\overline{po}}$ de iiij^{c}lxxxix (?)» (1).

LXVI

FERNANDES (DIOGO)

Era ourives, a quem D. João III, em carta de 4 de novembro de 1524, fez mercê que podésse andar em sua côrte e pelos logares onde êle estivesse, nos quais lhe dariam aposentadoria, bestas, carros, barcas e mantimentos, que lhe fossem precisos, e que êle pagaria de seu dinheiro, segundo o costume da terra.

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que querendo eu fazer merce a D.º Fernandez ouriues douro, me praz e hey por bem que elle possa amdar em minha corte e pellos lugares per onde eu for e estiuer e lhe deem por seu dinheiro hũa cassa dapousemtadoria e a casa que ele alugar quero que lha nã tomem dapousemtadoria e tera cassa em que ele onestamente posa caber e asy me praz que lhe deem bestas e caros e mantymentos e barcas pera seu fato por seu dinheiro que pagara pello custume da terra porem ho notefico asy ao meu apousentador moor e apousemtador de minha corte, coregidores, ouuidores juizes e justiças oficiaes e pessoas a quem ho conhecimento desto per-

(1) Chancelaria de D. João II, liv. 9, fl. 47.

tencer e mãdo que esta minha carta se cumpra imteiramente como nella he conteudo sem duuida nem embargo alguũ que ha elo seja posto por que asy é minha merce. Dada em a minha cidade dEuora aos quatro dias do mes de nouembro. Diogo Paez a fez año de mil b^{e}xxiiij» (1).

LXVII

FERNANDES (DIOGO)

Era ourives, morador na cidade de Coimbra. Há dêle uma representação como rendeiro dos terradegos do mosteiro de Santa Cruz, contra os contractos que se faziam secretamente por conluios e nos quais recebia prejuizo, ignorando-se a data em que foi feita esta representação.

Em 1528, por carta do 1.º de outubro, o fez D. João III cidadão da cidade de Coimbra e o tomou por seu escudeiro aposentado, para gosar de todas as honras e liberdades que tinham os mais escudeiros.

«Snñor — Dyoguo Fernandez, ouriuez, morador em a cidade de Coimbra, ffaço saber a vosa alteza que eu som remdeiro dos terradegos do mosteiro de Sancta Cruz, e por que se fazem muitas vemdas e troqas e escaybos secretamente por cõluyos aos ditos terradegos e quamdo vou aos escriuaeẽs que me deẽ as minutas das cartas per que se os ditos contractos am de prouar mas nom querem daar e se daom he com tamto preço e custa que val mais que os ditos terradegos — peço a vossa alteza me dee hum mandado pera todollos escriuaeẽs de seus Regnos omde ouuer terradegos do dito mosteiro que me deẽ certydão das notas e contractos que fizerẽ em que caybão os ditos terradegos, pagamdolhe eu somente o que nas certydoeẽs que asy derem se momtar segumdo o que escreuerem, em ho que receberei justiça e merce, por que doutra maneira nom podera vosa alteza ser seruido nem eu pago dos ditos terradegos» (2).

«Dom Joam etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que querẽdo eu fazer graça e merce a Diogo Fernandez, ouriuez, e por allgũs justos respeitos que me a yso movem, tenho por bem e o tomo ora por meu escudeiro apousẽtado e ey por bem que tenha e aja todalas homras e liberdades que tem os meus escudeiros apousemtados, posto que de mim nom tenha moradia nem casamento e asy o faço per esta minha carta cidadã da minha cidade de Coimbra, omde he morador, e que goze de todalas homras, preuilegios e liberdades que tem e gozã os cidadãos da dita cidade, e ey por bem que elle posa ẽtrar na camara e nos oficios da dita cidade e palacios dela como os propyos cidadãos. E porem mãdo ao meu corregedor da comarca, juiz e oficiaes da dita cidade e a todolos outros corregedores juizes e justiças, a que esta minha carta for mos-

---

(1) Chancelaria de D. João III, liv. 4, fl. 74 v.
(2) Torre do Tombo — Armário 26 do interior da Casa da Corôa, maço 4, n.º 276.

trada e o conhecimento dela pertencer que em todo lhe cõpram e guardem as ditas cousas e cada hũa dellas e façã muy imteyramẽte comprir e guardar esta minha carta como nella he conteudo sem duuida nem ẽbargo allgum que lhe a ello seja posto por que asy he minha merce, e esto sera a sua pesoa somẽte. Amtonio Paez ha fez em Lixboa o primeiro dia doutubro de mill b^{c}xxbiij» (1).

LXVIII

FERNANDES (DIOGO)

Ourives. A 4 de maio de 1568 foi denunciado ao Santo Ofício, juntamente com outros, como blasfemo (2).

LXIX

FERNANDES (GONÇALO)

Ourives, morador em Lisbôa, a quem foi passada carta a 24 de outubro de 1471 concedendo-lhe licença para trazer armas (3).

LXX

FERNANDES (HENRIQUE)

Ourives de ouro, visto na sinagoga de Ferrara. Vide denúncia de 20 de novembro de 1557 (4).

LXXI

FERNANDES (JOÃO)

Ourives. Sua mulher foi denunciada à Inquisição em 18 de setembro de 1559 (5).

LXXII

FERNANDES (JORGE)

Ourives. Vide *Elias de Lemos* nas *Curiosidades Musicais.*

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 17, fl. 52 v.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 145.
(3) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, fl. 82.
(4) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 11.
(5) *Ibidem*, vol. VII, pag. 15.

LXXIII

FERNANDES (MARCOS)

Ourives. Vide denunciações da Inquisição (1).

LXXIV

FERNANDES (PERO)

Era ourives de ouro e como cavaleiro da Ordem de Santiago tinha 450 réis por mês, e por dia três quartas de cevada (2).

LXXV

FERNANDES (VASCO)

Ourives, existente em Lisbôa, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 178.
(2) Torre do Tombo — Chancelaria da Ordem de S. Tiago, liv. 35, fl. 46.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

(Cont. do n.º 3, pag. 169)

II

Passa Castilho da rua do Sol, provisoriamente, para Santo Aleixo. — Muda-se definitivamente para o palacete da rua do Sol, d'onde sahiu sua cunhada. — Descripção d'essa casa. — É o Poeta nomeado Academico de mérito da Academia Real das Sciencias. — Communicação amigavel, e participação official d'essa invejavel honra. — Silva Tullio e Latino Coelho. — Planeia-se a publicação do *Fausto*. — Impressão das *Sabichonas*. — O cedro plantado pelas mãos de Castilho na quinta da Vinha da Rainha junto a Soure; commemoração festiva em honra do cedro. — *José de Castilho, o heróe do Mondego,* livro de D. Antonio da Costa. — *D. Ignez de Castro,* drama; pormenores íntimos. — Menciona-se o Castelhano D. Benigno Martinez. — Apreço ás *Miniaturas* de Gonçalves Crespo. — Carta d'este. — Sái á luz *O Avarento.*

Pouquissimos dias se demorou o viuvo em casa de sua cunhada na rua do Sol; foi então outra vez para Santo Aleixo.

Ahi tinha sempre companhia; leituras leves, apropriadas ao estado da sua alma; e á noite, ou nas calmosas e estrelladas tardes de Junho e Julho, passeios por braço amigo entre as seáras de Campo de Ourique. A noite da vespera de S. João, por exemplo, ali foi passeada e devaneada, ouvindo-se ao longe os sumidos eccos da alegria popular, lá pelos Terremotos, ou pelos recôncavos da serra de Monsanto.

Muitas pessoas vinham de dia deixar os seus bilhetes; algumas entravam, e eram sempre bemvindas; aos serões sempre apparecia alguem. A mudança de scenario, e a contracção de hábitos novos, são dos mais efficazes remedios n'estes lances.

Como Castilho não podia conformar-se com a ideia de tornar para S. Francisco de Paula, tomou-se o predio da rua do Sol n.º 124, d'onde sua cunhada ia sahir no fim do semestre para o palacio da rua da Barroca. A mudança e os arranjos levaram tempo; de modo, que só se ultimaram a 4 de Julho. Eugenio e Ida já dormiram essa noite na rua do Sol; Castilho só sahiu de Santo Aleixo na noite de 6.

*

A casa da rua do Sol era (como o leitor se recordará talvez) a mesma, casualmente, que, havia alguns annos, tinha sido a séde da escola da Associação promotora da Educação popular, e aonde vieram el-Rei D. Pedro e a senhora D. Estephania presenciar os exercicios do Methodo portuguez. No dia em que, como Presidente d'essa Associação benemérita, Castilho tinha ido ali receber os seus Monarchas, ¡quem lhe diria que, poucos annos andados, sería aquella a sua derradeira habitação!...

Ainda em 1860 ali era a escola da Associação. N'um dos seus interessantes folhetins para *O Commercio do Porto* escrevia Teixeira de Vasconcellos, em Julho, o seguinte:

«Eu fui na semana passada visitar a aula do Methodo Castilho na rua do Sol. Não discuto o Methodo. O Público já conhece as allegações do *autor* e do *reo,* e pode sentenciar esse pleito. Eu só digo, que nunca vi crianças mais á sua vontade, mais contentes de estarem na escola, e em tão boa amisade umas com as outras.

«Esta última circumstancia é uma prova de contentamento e satisfação. Quando as crianças se desgostam do ensino, procuram distrahir-se umas com as outras, e acabam em zanga e barulho.» (1).....

Depois da sahida da escola o predio teve algumas obras, e passou a ser habitado pela senhora D. Marianna Maynard, ingleza de Londres, mulher do Conselheiro José Feliciano de Castilho, o qual residia no Rio de Janeiro, e por sua filha casada com José de Aboim, cunhado da proprietaria. Ahi

---

(1) Estes noticiosos escritos do insigne publicista foram publicados sôbre si com o titulo de *Cartas de París,* por Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos. Porto, 1908. O meu exemplar foi-me obsequiosamente offerecido pelo snr. Jozé Corrêa Pacheco. — *J. de C.*

mesmo é que foram dadas em 1867 e 68 as reuniões agradabilissimas a que me referi no logar competente.

*

Predio nobre, edificado logo depois de 1755, quando Lisboa se alastrou pelos arredores, visivelmente servira de albergue de campo aos antigos Corrêas Manueis de Aboim, cuja casa solar e habitação era, desde seculos, lá em baixo, na feissima rua do Arco do Marquez de Alegrete, palacio muito vasto, muito afidalgado, com altos salões de azulejo, mas horroroso no seu conjunto.

Este da rua do Sol era outra coisa; e (principalmente quando o edificaram) tinha ar puro, vistas desafogadas e campestres, a dois passos das arribas de Alcantara e das solidões de Campolide.

Tres sobrados; loja com cavalhariça e cocheira; sobreloja ao topo dos dois primeiros lanços da escada de pedra; andar principal com cinco sacadas; e segundo, com acommodações para a familia; por traz um jardim com grande cisterna, o qual confinava com arvoredos e quintalões das propriedades limítrophes. Morada desafogada, sim, mas mal dividida, e antiquada.

Não tinha semelhança com a barraca bucólica e inglezada da rua Nova de S. Francisco de Paula, com o seu jardim que entrava pelas janellas dentro, e com as suas extensas perspectivas da Cova da Moira até á Ajuda; era um edificio de melhor apparencia, certa largueza, ar mais distinto, e, em presença da carestia lisbonense, renda relativamente módica: trinta moedas (144$000 réis).

Do 2.º lanço da escada de pedra entrava-se, na sobreloja, para uma sala ampla, de tres janellas de peitos sôbre a rua; d'essa sala passava-se a outra, com duas janellas sôbre a mesma rua; ao todo cinco.

A 1.ª sala ficou sendo a de recepção; era esteirada; mobilia, a de S. Francisco de Paula; retratos a oleo nas paredes, e cortinas de cassa nas janellas.

A 2.ª sala ficou livraria; estantes de pinho de alto a baixo, e a meza comprida ao meio; no chão esteira (1).

---

(1) Esta sala, e o resto do predio, desde baixo até a cima, e desde a rua até ao fundo, isto é, uma fatia de boa porção de metros quadrados, justamente a parte mais interessante da habitação, por ser a livraria e

Para dentro, sôbre o jardim, que corria alto, no plano da sôbreloja, a camara de Castilho, e mais uns pequeninos gabinetes.

No andar nobre, de cinco sacadas correspondentes ás cinco janellas de peitos do piso inferior, a sala de jantar, os quartos de Ida e de Eugenio, a cosinha, etc.

A vida nova, adaptada á nova topographia caseira, influiu de certo, porque a alma humana é assim, e muito mais a de um poeta, influiu para trazer ao quebrantado Castilho um tónico tal qual.

Quebrantado, sim, e muito. O abalo moral tinha sido violento; o physico ressentiu-se. Um dia teve outra vez não sei que adormecimento no braço esquerdo; a caixa de tabaco, o lenço, um livro que tivesse na mão, cahiam-lhe com frequencia. O D.^{or} Valente receitou várias coisas.

*

Exforçou-se uma altissima corporação scientífica e literaria, a Academia Real das Sciencias, em tributar ao Mestre, muito espontaneamente, uma apetecida e então rara homenagem; e em 6 de Julho deu-lhe o mais que podia, nomeando-o *Socio de Mérito,* na Classe de Sciencias moraes e politicas, e Bellas-Letras. Varios consocios foram logo á rua do Sol felicitar o agraciado; outros escreveram.

Ha, entre mais algumas, uma affectuosa carta íntima do nosso bom Silva Tullio; diz muitissimo; eil-a:

«Amigo do coração.

«Esta noite, por voto unanime da Assemblêa geral, confirmou a Academia, para poder entrar no orçamento do actual anno economico, a promoção de V. E. a Socio de Merito, que a 2.ª Classe havia feito, tambem por unanimidade. A tenue pensão tem ao menos o valor de ser conferida com vozes de tanto affecto e engrandecimento da sua

---

os quartos de Castilho, tudo isso foi vandalicamente demolido pela familia Palmella, que, tendo-se tornado senhora do edificio, por compra aos Aboins, o deturpou a seu bel praser. Ficaria assim immortalisada a familia Palmella, se o não estivesse já pelas glórias verdadeiras de seus maiores, principalmente pelas do insigne politico e diplomata D. Pedro de Sousa Holstein, que tão afeiçoado fôra a Castilho, assim como sua Mulher, a Duqueza D. Eugenia Telles da Gama. — *J. de C.*

pessoa e lettras, como as que n'esta sessão foram proferidas, e tanto me regalaram! O parecer final foi escripto e lido pelo nosso Mendes Leal com o bem merecido applauso.

.....

«A minha gente irá vel-o comigo, um d'estes dias, e offerecer-lhe a casa nova, um 1.º andar em S. Francisco, baixo para que o não cancem as visitas que lhe devermos, e já lhe pedimos.

«O Thomaz de Carvalho manda-lhe um abraço, pela votação da Academia, e Mendes Leal, e tambem o Latino.

«Sempre e para sempre, amigo affectuoso e devedor — *Silva Tullio.*

«Quinta feira, 6 de Julho de 1871.»

No dia seguinte recebia Castilho esta communicação official:

«Academia Real das Sciencias de Lisboa.

«Ill.mo e Ex.mo Snr. — Tenho a honra e a satisfação de annunciar a V. E., que em sessão de Assemblêa Geral celebrada hontem 6 do corrente mez, foi V. E. eleito por unanimidade Socio de Merito da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

«Deus Guarde, etc. — 7 de Julho de 1871, etc. — *J. M. Latino Coelho,* Secr.º G.al inter.º».

Com o officio vinha esta carta:

«Ex.mo Amigo e Consocio.

«Communicando hoje officialmente a V. E. a grata noticia de haver V. E. sido eleito por unanimidade de dezoito Academicos presentes á sessão de quinta feira ultima, Socio de Merito da Academia, não quero que a noticia official vá desacompanhada de algumas linhas, em que particularmente exprima a V. E. a minha extrema satisfação de ver premiados (se bem que desproporcionadamente, e com avareza) os talentos e os serviços de V. E. ás Lettras patrias. A distincção porém que a Academia lhe concedeu, ou antes V. E. ganhou tão gloriosamente para todos nós, é a maior de que ella pode dispôr; e quem dá o mais que tem, não é a mais obrigado, segundo o rifão portuguez.

«Já hoje ninguem poderá censurar a Academia de não honrar com a sua mais alta qualificação ao principe dos poetas portuguezes, e ao mestre insigne dos prosadores, de

quem os Sousas, os Vieiras, e os Bernardes, teriam hoje que aprender, não digo já sómente na formosura do estylo, no garbo da locução, e na majestade da oratoria, senão tambem na opulencia da phrase, e na propriedade e correcção do vocabulario!

«Aproveito esta occasião para reiterar as expressões de cordeal affecto e profunda veneração, com que tenho a honra de ser — De V. E. amigo e consocio obrigadissimo — *J. M. Latino Coelho.*

«8 de Julho de 71.»

*

E depois, como o espirito dos grandes artistas precisa sempre de alimento á labareda, tratou-se de promover a publicação do *Fausto.* Nisso teve o excellente José Gomes Monteiro a parte principal; e meado Julho d'este anno a Casa Moré, do Porto, offerecia ao insigne traductor a quantia (alta para Portugal) de 400$000 réis.

*

Outra obra, já concluida desde muito, *As sabichonas,* entrava nos prelos academicos, e em 12 de Agosto reviamos a primeira prova na livraria da rua do Sol (1).

*

Era indispensavel não deixar estagnado aquelle engenho, e dar-lhe sempre alimento intellectual. Em 16 de Agosto realizou-se em Santo Aleixo a leitura do novo livrinho de D. Antonio da Costa, *José de Castilho, o heroe do Mondego.* Foi agradabilissima ao Poeta essa leitura.

*

Até de muito longe lhe chegavam provas de apreço, que lhe faziam de veras bem.

Um periodico de Coimbra trazia em Setembro a seguinte notícia:

«Por occasião da grande festa, que houve na Vinha da Rai-

---

(1) Hoje desapparecida por ordem dos mestres de obras da Casa Palmella. — *J. de C.*

*

nha em honra de Nossa Senhora da Graça, a Philarmonica de Verride, habilmente dirigida pelo digno professor d'aquella freguezia, o snr. Figueiredo, foi tocar, em homenagem ao snr. Visconde de Castilho, em volta de um cedro plantado, pela propria mão do notavel poeta, no pateo do seu particular amigo o snr. Gonçalo Tello.

«Foi ahi executada a *Saudade,* composição de uma senhora de Leiria, querendo aquella Philarmonica patentear, por este meio, que a tinha muito viva por aquelle vulto da nossa Litteratura, e que se recordava da sua honrosa visita áquella terra.»

*

Entre as coisas que mais viva impressão causaram a meu Pae, e mais salutar prazer lhe deram (perdão; deixem-me falar de mim), figurou a minha tentativa dramatica *D. Ignez de Castro.*

Desde 30 de Agosto, muito alquebrado de espirito, tinha eu fugido a homisiar-me por umas semanas numa quinta junto a Odivellas. De dias a dias lá me apparecia meu Pae, ou eu o vinha buscar á rua do Sol.

Na solidão do campo, proximo ao mausoleo d'el-Rei D. Diniz, que eu visitava sempre depois da Missa no mosteiro, e influido de umas leituras em chronicas, começou a tomar fórma concreta no meu espirito o caso tragico da *misera e mesquinha;* e no 1.º de Outubro achava-me, sem saber como, com tres actos de um drama tal qual em verso sôlto.

Escrevi a meu Pae, e na tarde d'esse dia voltei a cavallo a Santo Aleixo, onde tive a felicidade de o encontrar á minha espera, e de lhe ler seguidos, a elle (¡o melhor dos ouvintes!) á conta dos cinco actos planeados, esses tres primeiros.

A alegria que lhe causaram, o seu enthusiasmo de *avô* indulgente, só quem o viu pode aprecial-os. Por isso disse eu sempre: aquella *Ignez de Castro* é obra do meu luto materno; compunha cada scena, como quem prepara um cordeal abençoado para salvar um moribundo.

Não falou mais de outro assumpto senão da conclusão do drama; obrigou-me a abalar de novo; não me deixava descançar; incitava-me constantemente ao trabalho. O caso é, que em 16 de Outubro de 1871, ás 8 horas e 44 minutos da noite, punha eu o ultimo verso no ultimo acto, e mandava logo um proprio a toda a pressa á rua do Sol annuncial-o a meu Pae.

*

Em 22, na minha casa de Santo Aleixo, ouviu elle a leitura inteira. Por essa occasião teve a bondade de me levar de presente uma garrafa de precioso vinho do Porto, de seis offerecidas pelo antigo amigo Antonio Dias de Oliveira, morador ali perto no palacio do Ginioux ao alto de Campolide.

Ao jantar encetou-se a garrafa, e tornou-se a attestar e lacrar, para ser de novo aberta quando chegasse o primeiro exemplar do *Fausto*.

Obrigou-me meu Pae a prometter-lhe, que no dia 30 se faria outra leitura na rua do Sol. Fez-se; eram 60 os convidados; mas como a maior parte da nossa gente tem horror a leituras, vieram só 34. Entre elles estavam: Antonio Pereira da Cunha, Antonio da Silva Tullio, Duarte de Sá, Raymundo de Bulhão Pato, Julio Cesar Machado, José de Aboim, D. Antonio da Costa, Ernesto Biester, Luiz Filippe Leite, Zacharias d'Aça, Miguel Maria Lisboa, Ministro do Brazil, Dr. Acacio Caldeira, o escritor brazileiro Dr. Antonio Henriques Leal, o Visconde de Almendra Antonio de Castilho Falcão de Mendonça, Alvaro Paes de Faria, Jacintho Augusto de Freitas e Oliveira, e pessoas da familia.

Foi esta noite uma das maiores alegrias, que o poeta podia ter.

*

Em Outubro de 1871 esteve em Lisboa, hospedado no *Hotel Universal*, no Chiado, o estudioso e honrado literato castelhano D. Benigno Joaquim Martinez. Com elle tinha Castilho optimas relações epistolares, que se converteram então em cordealissimas relações pessoaes. Folgo de prestar este humilde tributo á memoria do illustre escritor, dedicado amigo e enthusiasta dos Portuguezes.

*

As animações e incitamentos, provindos da autorisada voz de Castilho, realisavam verdadeiros milagres.

Cabe-me aqui mencionar o gôsto, com que o nosso talentoso, e então muito juvenil, Antonio Gonçalves Crespo, soube do apreço tributado pelo nobre ancião ao lindissimo livro *Miniaturas*. Já falei d'ellas lá em cima. Quando, ainda em S. Francisco de Paula, o volume lá appareceu, foi lido e

relido com avidez. Castilho tomou aquella brilhante estreia como alta revelação de engenho superior, e conferiu á poesia *Minha Mãe* a maior distincção, a mais invejavel: decorou-a, e recitava-a muito bem. Parece que isso foi sabido por Gonçalves Crespo em Coimbra; uma vez me dizia elle em carta de 9 de Dezembro de 1871:

«Eu já sabía do benevolo acolhimento que á minha humilde estreia fizera o Mestre de nós todos, seu presadissimo Pae; e sabia-o pelos meus amigos Porto Alegre e Dr. Leal; sendo essa agradavel nova um dos não menores galardões do meu trabalho.» .....

*

Animava os confrades, sim, e elle proprio não descançava no trabalho.

Além das constantes revisões de provas do *Fausto* e do *Avarento,* começou em 25 de Novembro, tendo por secretario D. Antonio da Costa, a traducção do *Misanthropo,* em Santo Aleixo, onde elle apparecia todos os dias.

*

N'isto, sahia á luz *O Avarento,* ao passo que outro brilhante assumpto concorria, com tudo mais, para trazer o espirito do infatigavel trabalhador na salutar excitação que tanto lhe convinha; refiro-me á próxima inauguração do monumento de Bocage em Setubal.

Falemos d'isso.

III

Continuação dos assumptos bocagianos. — Inauguração do monumento a Barbosa du Bocage. — Versos de Castilho.

O periodico illustrado do Rio de Janeiro intitulado *A Vida Fluminense* trouxe um bello artigo assignado M. O. (iniciaes que não sei a que nome correspondem), artigo onde estas fainas bocagianas vinham bem compendiadas. Eil-o:

MONUMENTO A BOCAGE

«Ha vontades de ferro, espiritos persistentes, aos quaes nenhuma difficuldade desanima, e que vencem e superam

toda a sorte de obstaculos. Cabe a esta raça privilegiada de lidadores sahir-se victoriosa sempre das luctas que emprehende. A palavra *impossivel,* por não ter noção correspondente em sua vida pratica, foi ha muito supprimida do vocabulario proprio.

«Pertence incontestavelmente a esta familia (pouco numerosa ainda mal!) o snr. Conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha. Documentos de toda a authenticidade ahi nol-o estão a testificar; e se de nova demonstração se carecesse para affirmar a sua filiação n'aquella genealogia predestinada, o assumpto que vamos tratar nol-a ministraria cabal e perfeita.

«Bocage é um vulto notabilissimo da Litteratura portugueza; mas não estão ainda de todo extinctas as paixões que sublevou o seu assombroso talento. Uns o proclamam o principal poeta da Peninsula n'este seculo; porfiam outros que não soube extremar-se da turba de versejadores de outeiro.

«Com mão segura e sciencia de mestre, o snr. Conselheiro Castilho tomou o escalpello da analyse, e provou que, se os primeiros eram exagerados na sua classificação, peccavam os segundos por nimiamente injustos no conceito em que tinham a Elmano. N'este paciente e consciencioso trabalho, que forma os tomos VII e VIII da *Livraria classica,* levantou o snr. Castilho primoroso monumento á gloria do grande vate setubalense; podia pois descansar repousado da sua obra, que formosa e imperecedoura lhe sahira ella. Mas no manusear e estudar profundamente o nosso poeta, maiores motivos de admiração se lhe foram deparando, mais elevado grau de intensidade ganhou o seu enthusiasmo.

«Bocage, que fôra *uma dobadoira de bons ditos, azenha de graças, machina de repentes,* é para elle (e para quantos présam as Lettras) *o grão fidalgo do idioma, o principe do improviso, o Anacreonte da lyrica, o Rembrandt do ciume, o Koh-i-norr da metrificação portugueza.*

«D'esta convicção lhe nasceu a ideia de que, para honrar a memoria de homem tal, só uma estatua erecta em praça publica seria padrão bastante e condigno do seu grande renome. Formular esta ideia, e tratar de a pôr em execução, foram actos simultaneos.

«Era no anno de 1865, poucos dias antes do centesimo anniversario do harmonioso bardo. Occorreu-lhe logo o pensamento de aproveitar a feliz coincidencia, solemnisando com um jubileu litterario, celebrando segundo o moderno rito poetico, aquella data memoravel.

«A 15 de Setembro, por convite e a exforços de S. Ex.ª, uma luzida sociedade se congregava nos salões do Club Fluminense, e, em meio dos esplendores da festa, o projecto de se erigir a Bocage memoria perduravel foi acolhido com unanime aquiescencia.

«Nomeada uma numerosa Commissão central, composta de influentes e distinctos cavalheiros, brazileiros e portuguezes, em breve começaram os trabalhos e se iniciou a subscripção.

«A esse tempo, porém, surge a guerra do Paraguay, e deu isto causa a que a subscripção tivesse exito muito limitado, não obstantes grandes diligencias e constante trabalho da parte do snr. Castilho, Presidente da Commissão. Sabidos desastres commerciaes vieram desfalcar, quasi na totalidade, a collecta, já de si minguada; e, n'esta situação desanimadora, ninguem cria ainda na possibilidade de se edificar o planejado monumento.

«Não esmoreceu comtudo S. Ex.ª, e contava sempre realizar a sua concepção, embora sosinho e desajudado se viesse a achar. Em sua ultima viagem a Portugal, mais vivo se lhe reaccendeu o seu generoso intuito, e tomou então uma resolução extrema. Ideando um plano simples e elegante, contratou com o snr. Germano José de Salles, habil director de uma importante officina de escultura em Lisboa, a feitura da obra, e immediatamente se principiaram os trabalhos, debaixo da sua exclusiva responsabilidade, correndo risco não menor que o de não ser approvada a sua deliberação, e ter conseguintemente de pagar do seu bolsinho toda a importancia de tão dispendiosa fabrica.

«A Commissão central, reunida a 4 de Junho proximo passado, approvou porém plenamente a nobre decisão de S. Ex.ª, e resolveu ratear entre os seus membros as despesas da construcção, que devem exceder consideravelmente o pouco que ha apurado da antiga subscripção. Honra lhes seja por tão assignalada munificencia!

«O desenho, com que hoje brindamos os nossos assignantes, é copia fiel do do escultor. *(Supprime-se aqui a descripção e medição do monumento, por ter já sido lida no Relatorio).*

«Tal será o monumento do grande satyrico, do espirituoso epigrammatista, do bucolico virgiliano, do mimoso elegiaco, do arrojado, do suavissimo Bocage, que dos Ceos houve

o solemne idioma, o tom dos numes,
a voz que longe vai, que longe sobe,
que sôa além do mundo, além dos tempos.

«Louvores a quantos cooperarem para o resgate d'esta divida de reconhecimento a um esplendido engenho! e nomeadamente ao snr. Conselheiro José Feliciano de Castilho, iniciador da ideia, e seu zeloso e infatigavel promotor.—*M. O.*».

*

No emtanto o projecto continuou.

Criou-se em Lisboa uma Commissão auxiliadora dos trabalhos, presidida pelo Marquez d'Avila e de Bolama, e cuja séde era na Academia Real das Sciencias.

O consciencioso e habil canteiro Germano José de Salles ia preparando o monumento; e em 9 de Outubro de 1871 foi elle proprio a Setubal, acompanhado de Antonio Torquato Azedo e Silva, procurador e *encarregado de negocios* do Conselheiro Castilho em Lisboa.

A praça antiga do Sapal (hoje *de Bocage*) era grande, mas desegual e pouco symétrica; em todo o caso não tinha casebres que a desfeiassem, a não ser um, que ia ser transformado n'um bonito predio pelo dono. As duas maiores construcções, que sahiam do alinhamento geral, eram uma egreja, e os paços do Concelho, mas em tal distancia, que não prejudicavam o recinto adscrito ao monumento. O chafariz, em frente da Camara, tambem pouco importava.

Reuniu-se em sessão a Vereação setubalense, e recebeu os dois emissarios. Foi por estes apresentada ao Presidente, D.^{or} Manitto, uma carta *credencial* de Antonio Feliciano de Castilho; o Presidente recebeu-a de pé, leu-a em alta voz, e respondeu que punha a escolhida praça á disposição da Commissão central, acrescentando:

—Podem começar a obra quando quizerem; e eu, por deliberação da Camara, estou autorisado para declarar que ella está pronta para cooperar, da melhor vontade, com aquillo que podér, para a realização do pensamento da Commissão no Brazil.

Respondeu Azedo e Silva, que essa Commissão pedia licença para não receber auxilio algum pecuniario, ou de outra qualquer natureza, com relação a tudo que dizia respeito ao monumento, e só pedia á Camara fizesse quanto podesse para que a inauguração se realisasse com a grandeza devida ao vulto a quem se honrava.

Foi respondido que certamente a Camara se empenharia n'isso quanto coubesse em seus meios e faculdades.

*

Começaram-se logo os trabalhos, porque era tenção inaugurar-se o monumento a 21 de Dezembro seguinte, sexagesimo sexto anniversario do fallecimento de Bocage.

Nisto, sobreveio uma circumstancia imprevista: appareceu, a uns cinco palmos de fundura, um veio de agua; foi necessario metter possante estacaria para consolidar o terreno, de modo que podesse aguentar o enorme pêzo de tanta pedra.

Entrou-se tambem a aformosear a praça, e para isso concorreram jubilosamente os moradores; preparava-se numa officina de Lisboa uma elegante gradaria para resguardo do monumento, e iam collocar-se a alguma distancia quatro renques de arvores, alternadas com bancos de ferro, correndo por fora um paralellogrammo de calçada com seis colossaes lampiões.

Emfim: No dia 21 de Dezembro, debaixo de uma chuva torrencial, que muito diminuiu o esplendor da festa, presenceava a Patria de Elmano a glorificação artistica de tal filho. Nas salas da Camara inaugurava-se um grande e bello retrato de Bocage, *pintura a oleo offerecida pelo Conselheiro José* Feliciano de Castilho. O Marquez d'Avila e de Bolama, Vice-Presidente da Academia Real das Sciencias, o Conselheiro Miguel Maria Lisboa, Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario de Sua Majestade o Imperador do Brazil, Antonio Feliciano de Castilho, e o D.^{or} Antonio Rodrigues Manitto, Presidente do Municipio, descobriram a estátua do grande poeta ao som dos vivas e das musicas, e na presença de uma testude compacta de chapeos de chuva.

*

Duas palavras mais:

Castilho foi sempre convicto e enthusiastico admirador de Bocage, e sabia-lhe de cór muitos versos. Em varios passos das suas obras menciona e aprecia

> *o ígneo Bocage, o principe de todos,*
> unico em Lysia, a não tolhel-o as Parcas.

Emprestou á Camara a célebre penna de oiro, para a assignatura do auto do monumento, assim como a empres-

tára já para a assignatura do de Camões; e dedicou á inauguração do monumento o seguinte soneto:

Tu que nos revelaste a magica harmonia
na lyra nacional antes de ti latente;
espirito de luz, relampago esplendente
que descobriste á Patria um mundo de poesia;

ao Capitolio d'Arte ascende entre a alegria,
entre os vivas, da Lusa e da Brasilia gente.
Se um sepulcro não tens, do berço teu florente
qual phenix immortal resurges n'este dia.

Emmudeceste á inveja os perfidos agoiros;
reduzistel-a ao nada, ao pó d'onde provinha.
Em vez de cyprestal, rodeiam-te só loiros.

O vate lê no fado, e os tempos adivinha;
não de balde exclamaste aos seculos vindoiros:
— «Zoilos, estremecei! posteridade, és minha!» —

Noto um engraçado artificio poetico: a chave de oiro contém o principio da Epistola de Bocage a Filinto:

Zoilos, estremecei, rugi, mordei-vos;
Filinto, o grão Cantor, presou meus versos;

e o final:

Zoilos, tremei; posteridade, és minha.

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 3, pag. 176)

Aq) — Huma Sentença contra Affonso Gonçalves Taborda de Val de Torno por alguns bens de raiz que se julgaram a este concelho dada em Lixboa a 6 de Mayo de 1469.

Ar) — Huma Sentença que o mesmo Concelho ouve contra Affonso Gonçalves e João Rodrigues por muitos bens sitos na Fonte Longa dada a 19 de junho de 1470.

As) — Huma Sentença que este Concelho ouve contra Lourenço Carvalho de Villa Flor na causa que este lhe moveo pela lesam que devera haver nos muitos bens que lhe tinha arematado.

At) — Huma Sentença para se arematarem para o Concelho a Joanna Fernandes Salvada alguns bens por damnos que lhe fez.

Au) — Huma Sentença para que a Camara de S. Joam da Pesqueira não possa cultivar, arendar, nem mandar pastar as terras que possue neste Concelho junto do rio Douro, antes as deixar fabricar aos moradores delle pagando-lhe a sua reçam, dada no Porto a 6 de Abril de 1596.

Av) — Outra Sentença da mesma Rellaçam de 21 de Agosto de 1596 por que foram condemnados Antonio Fernandes e Diogo Fernandes de S. João da Pesqueira e em sua villa vereadores por virem ao termo desta villa ás terras acima que nelle tem com varas levantadas, e consta tomarem na mesma Rellaçam pregam para hirem cumprir o degredo em que foram condemnados.

Consta das contas que deram os vereadores que serviram

nesta villa o anno de 1605 declararem trazer este Concelho demanda com o de Sam Joam da Pesqueira pelas Pesqueiras do Cacham da Balleira, em que tiveram Sentença que estava a requerimento daquella por revista no Dezembargo do Paço, que se procurasse.

Ax) — Ha tambem na Camara desta villa a Sentença que os officiaes da Camara della do anno de 1713 ouveram na Rellaçam do Porto contra o Sargento-mór desta villa Antonio Teixeira de Carvalho do lugar de Marzagam pelas terras da Veiga e serra da villa que se julgaram ao Concelho e a elle nullo o prazo que dellas lhe tinham feito huns officiaes da Camara seus antecessores.

Ay) — Consta que pelos annos de 1679 athé 1681 vir hum Menistro do Tombo dos bens dos concelhos da Provincia da Beira a requerimento da Camara de S. João da Pesqueira dar-lhe posse das pesqueiras do Cacham da Balleira sem ordem alguma e que vindo a Camara desta villa com embargos foram por appellação á Supplicação adonde dizem estar sentenciados a favor da Camara desta villa.

DOCUMENTO N.º 73

Carta de aforamento em Valle Bemfeito

21 de junho de 1306

Carta d'afforamento da herdade da serra de Valle Bemfeito, a Soeiro Mendes e Vasco Pires monteiros com o preito e condição de dar cada um anno um quinto do pão, vinho e linho do que a terra produzir não podendo os mesmos vender, dar nem alhear a dita herdade a cavalleiro, dona, escudeiro, clerigo nem a pessoa religiosa senão somente a pessoa que se obrigue a pagar o dito fôro e que elles tenham juizes e mordomos como os tcem no Reguengo d'Obidos (1).

Carta dada em Lisboa 21 de junho de 1344 [anno Christ. 1306] (2).

---

(1) *D. Diniz*, liv. 4.º, fl. 37.
(2) Vide nota ao Documento n.º 45*a*.

DOCUMENTO N.º 74

Lomba (Villar Secco de Lomba, concelho de Vinhaes) foral

1 de fevereiro de 1311 (1)

Em nome de deus amem Sabham quantos Este stromento virem que na Era de mill quatrocentos quarenta sete annos dezenove dias do mes de julho em a cidade de lixboa perante gonçalo steuez contador del Rey em presença de mjm gonçallo gonçaluez publico notario per mandado e actoridade do dicto senhor eu dar en publica forma o trallado das escprituras do dicto ssenhor que som na ssua torre do castello da dicta cidade das quaees scprituras ao dicto contador he dado especial encargo da guarda e chaues dellas e das testemunhas que adeante som scpritas perante o dito contador e testemunhas pareçeo hum homem que sse dizia per nome afomso lopez morador em vinhaees E outro si procurador que sse dizia dos moradores de uall de paaço e de lonba E apresentou ao dicto contador hũu aluara do dicto senhor Rey escprito em papell e asijnado per ell segundo em ell pareçia do quall aluara o theor tall he:

Nos El Rey fazemos ssaber a uos gonçallo esteuez nosso contador que teendes encargo das nossas scprituras do tonbo que dom abade de crasto dauellãas nosso criado nos disse que em essas nossas escprituras jazem foraaes destas terras a fundo scpritas It. terra de vall de paaço e de lonba It. terra de bragadinha que ora ha nome uilla franca It. terra de feira E de cerzada que som en terra de bragança E outras scprituras que perteençem ao dicto moesteiro de crasto dauellas E que nos pidia por merçee que lhe mandassemos dar o trallado dellas en pubrica forma por quanto se entendia per ellas dajudar porque uos mandamos que logo visto este aluara busquedes essas scprituras e lhe dedes o trrallado dos dictos foraaes e scprituras que perteeçerem ao dicto moesteiro de crasto dauellãs en publica forma e esto fazede em tall guisa que as scprituras seiam bem guardadas. Vmde all nom façades fecto no porto dous dias de Julho diego gill o fez Era de mil e quatrocentos quarenta sete anos.

---

(1) O dia do mez, que não vem neste documento, encontra-se citado no *Portugal Antigo e Moderno*, artigo — Santalha —.

O qual aluara assi mostrado o dicto contador em comprimento do dicto aluara do dicto senhor buscou as suas scprituras que stom na sua torre do dito castello antre as quaees foy achado em huum liuro que he do tempo del Rey dom djnis que foi achado no almario dos foraes e aforamentos que tem hũu G cabidoado nas cuberturas que se conpeça no primeiro dizer da tauoa. carta. de foro de huum rregueengo que he en lanternij (?) em o quall liuro se contem huma carta que tall he (1):

Dom dinis pella graça de deus Rey de portugall e do algarue a quantos esta carta virem faço saber que Joham macia e lourenço dominguiz procurador dos pobradores da mjnha terra de lonba per poder de huma procuraçõ auondossa que eu vi fecta per maao daires pirez tabeliom de vinhaees veerom a mjm e pidirom per merçee pollos moradores de lonba e de sseos termhos per poder da dicta procuraçom que lhe desse foros e custumes bons E que elles me queriam fazer foro porem eu querendo lhes fazer graça e merçee tenho por bem e mando que elles seiam vezinhos de vinhaees e aiam taees foros e taees custumes quaees ham os vizinhos de vinhaaes salluo que nom uelem com eles nem obrigados ha eles nẽ nẽ a mj. E que elles dem a mj em cada hum anno por foro duzentas libras aas terças do anno. Porem mando e defendo nom seia nenhuum tam ossado caualeiro nem dona nẽ escudeiro nẽ outro homem poderosso que contra elles vaa nem lhes faça mall nem força so pena da mjnha merçee e aquell que lha fezer ficara por ello meu Imigo E peitarmeha os meus encontos E mando ao meu conçelho de vinhaees que os enparem E os defendam e nom sofram a nenhuum que lhes faça mall nem força so pena dos meus encoutos de seis mill soldos e em testemunho desto lhes dey esta minha carta dante em lixboa primeiro dia de feuereiro. El Rey o mandou per Gonçallo anes daiam de bragaa E pero steuez seu vassallo bertollomeu pirez a fez Era de mill trezentos quarenta e noue annos.

E de como se mostrou e contem no dito liuro o dito afonsso lopez pidio pera os sobredictos dello o trallado em este stromento E o dicto contador lho mandou dar a mjm ssobredicto gonçallo gonçaluez fectó foi na dicta cidade o dicto dia e mes e Era ssobredicta testemunhas que a esto presentes o

---

(1) Esta carta de D. Diniz está tambem no liv. 4.º de *Doações de D. Diniz*, fl. 57 v., col. 2.ª.

dicto gonçallo steuez contador e afomso deuora e aluaro pirez que vive com o dicto contador E outros e eu dicto gonçallo gonçaluez publico notairo pera esto per mandado e actoridade do dicto senhor que a esto presente foi e aqui meu sinall fiz que tall he en testemunho de uerdade. Nom seia duuida a antre linha onde diz homẽ que eu diogo gonçalluez o corregi e scpreuy. = *Logar do signal publico* (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) Torre do Tombo, Gaveta 15, maço 3, n.º 10.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Uma campanha social — A taxa do lixo em S. Paulo, por Norberto Jorge. S. Paulo, Typ. Maré e Monti, 1910.

Figures Franciscaines, por Lucien Roure. Paris, Lib. Plou, 1913.

Instituto de soccorros a naufragos — Relatorio da gerencia do anno de 1911. Lisboa, Centro Typ. Colonial, 1912.

Cantina escolar Dr. Bernardino Machado — Relatorio e contas da gerencia da Comissão administrativa de 1910-1911. Coimbra, Imp. da Universidade, 1912.

République Portugaise — La lutte contre la tuberculose. X^ième conférence internationale contre la tuberculose. Rome, 10-14 avril, 1912. Lisboa, Typ. Mendonça, 1912.

Uma questão por causa da confusão de duas firmas comerciaes. Coimbra, Typ. França Amado, 1912.

Petição de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça do Accordão da Relação do Porto que confirmou o despacho de pronuncia do Conego José Alves Mattoso, pelo Dr. Manuel d'Oliveira Chaves e Castro. Coimbra, Typ. França Amado, 1913.

Injusta pronuncia do sr. Arcebispo-bispo da Guarda — Petição de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, pelo Dr. Manuel d'Oliveira Chaves e Castro. Guarda, Imp. Veritas, 1912.

Estudos sobre o sismo do Ribatejo de 23 de abril de 1909, por Paul Choffat e Alfredo Bensaude. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Tribunal da Relação de Lisboa — Comarca de Angra do Heroismo — Baldios, derrúbamentos e derrubadores... — Apelação crime. Angra do Heroismo, Typ. Moderna, 1912.

Hordeum, por J. Zawoduy. Amiens, Imp. Jvert & Tellier, 1912.

Der bräusliche Herd, por Jofef Zawoduy.

Die Rose, por J. Zawoduy.

La bienfaisance publique et l'indigent étranger, por Miguel Alleré Salvador. Zaragosa, Typ. de Emilio Carañal, 1910.

Alma Negra! Depoimento sobre a questão dos serviçaes de S. Thomé, por Jeronimo Paiva de Carvalho. Porto, Typ. Progresso, 1912.

O despotismo, por F. A. Pinto. Lisboa, Liv. Central, 1912.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quaes existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 5

1913
Maio

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Memórias de Castilho, por Julio de Castilho..... 225
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo..... 255
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 263
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 267

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

(Cont. do n.º 4, pag. 219)

IV

Uma leitura de D. Antonio da Costa na rua do Sol. — Sai á luz *O Avarento*. — Carta do sr. Francisco Gomes de Amorim, preciosa por mais de um motivo. — Continúa na forja *O misanthropo*. — Lê Pereira da Cunha a Castilho o seu poemeto *O voto d'el Rei*. — Primeira leitura do *Misanthropo* na rua do Sol por Eugenio. — Começa Castilho uma traducção de Shakespeare. — Menciona-se a talentosa senhora D. Guiomar Torresão. — Celebração do dia 26 de Janeiro de 1872 na rua do Sol.

Em 18 de Dezembro de 1871 leu o nosso D. Antonio da Costa na rua do Sol, perante muitos convidados íntimos, cujos nomes não conservei, o seu brilhante e commovido opusculo *José de Castilho, o heroe do Mondego*.

*

Em 19 concluia o Poeta o 3.º Acto do *Misanthropo*, e por esses dias sahia dos prelos academicos *O Avarento*.

*

A Castilho escreveu então o bem conhecido snr. Gomes de Amorim a seguinte preciosa carta, cujo autógrapho se conserva cuidadosamente no meu cartorio. Transcrevo-a textual, e com a mesma graphia:

«Ill.mo e Ex.mo Senr. e Meu presado am.º e mestre.

«Recebi e li com grandissimo gosto a excellente comedia *o Avarento*, que V. Ex.ª tão deliciosamente aportuguezou. Não tenho palavras com que possa exprimir-lhe o meu reco-

nhecimento por este novo mimo com q̃ V. Ex.ª se dignou brindar-me; porem de todo o coração e da melhor boa fé me associo a tudo quanto diz o snr. Mendes Leal, glorificando o serviço prestado por V. Ex.ª á litteratura portugueza com esta muito mais que versão liberrima.

«Deos conserve e dilate por muitos annos a preciosa vida e saude de V. Ex.ª, não só p.ª satisfação dos q̃ o amam e respeitam — em cujo numero peço a honra de ser contado — como tambem p.ª se irem enriquecendo as lettras patrias com estes dons primorosos.

«Li hoje n'um jornal, q̃ V. Ex.ª concluiu o 3.º acto do *Misanthropo*. E *As Sabichonas?* não estavam já promptas tambem? Venham todas as obras primas do theatro, mas não se esqueça do meu tão antigo pedido — da *Eneida*. Quem, se não fôr V. Ex.ª dotará a poesia e a litteratura de Portugal com um Virgilio portuguez? E pois que já começou com elle, dando-nos as *Georgicas,* porq̃ não hade completar, como todos esperam e confiam do seu grande genio, o monumento tão admiravelmente principiado? Todas ou quasi todas as nações cultas possuem o seu Virgilio; até os brasileiros teem um, q̃ embora arrevezado e duro de roer, sempre faz mais figura do que os nossos! E todavia só Portugal teve um Castilho — isto é: um poeta digno de bem traduzir Virgilio! — Não me deixe pois morrer com este desgosto, meu excellente mestre e amigo. Sei que sou apenas um humillissimo cultor das musas, mas não considere V. Ex.ª unicamente na satisfação que me daria a mim; pense antes no justificado orgulho que daria ao seu paiz, presenteando-o com uma *Eneida* digna d'elle e de V. Ex.ª.

«Em quanto eu viver heide pedir-lhe isto sempre! E sinto q̃ o meu misero estado me não permitta ir pessoalmente porque tantas vezes o importunaria, q̃ V. Ex.ª havia de ceder finalmente — ainda q̃ não fosse senão p.ª se livrar de mim.

«Os meus respeitos e os de m.ª familia p.ª V. Ex.ª e seus Ex.mos Filhos e creia-me com a mais affectuosa estima — De V. Ex.ª amigo e admirador sincero.

«S. C. — 19 de Dezembro de 1871. — *F. Gomes de Amorim*».

*

Por esta carta se vê o enthusiasmo, que ao Poeta consagrava o autor dos *Cantos matutinos*. Gomes de Amorim parece sincero, quando lhe chama seu mestre, quando lhe reconhece os serviços, quando confessa amal-o e respeital-o,

quando considera uma honra entrar no número dos seus amigos, etc.

Não esperou que o eminente Cantor tivesse morrido, para expandir o seu applauso; mas elogiar o vivo, e esperar que elle morra, para então o picar... é comportamento que nem merece commentario.

*

Estava sempre na forja *O Misanthropo*. A derradeira noite de Dezembro de 1871, transição para 1872, passámo-la sosinhos Castilho e eu, na sua livraria, seroando n'esse lavor.

Em 12 de Janeiro de 1872 acabei a cópia a limpo; o que prova que, desde 25 de Novembro do anno antecedente, em que essa traducção foi começada por letra de D. Antonio da Costa, até 12 de Janeiro, se perfizera e concluira tão improbo trabalho.

*

No correr do dia 14 houve na rua do Sol uma leitura da primorosa poesia de Antonio Pereira da Cunha *O voto d'el-Rei*. Além do autor-leitor, assistiram várias pessoas, cujo rol me é já agora impossivel apresentar.

Com esses versos parecia o illustre dramaturgo das *Duas filhas* responder ás amigaveis exprobrações do seu Mestre e sempre amigo, que em 1865 escrevia:

...«Pereira da Cunha, o filho mimoso, mas filho pródigo, das Musas, que nos seus paços senhoris de Vianna, contente com o remanso domestico e sua campestre bemaventurança, pendurou antes de tempo a lyra, que tantos milagres ainda nos devia».

*

Na noite de 16 fez-se leitura do recem-findo *Misanthropo*. O leitor foi Eugenio de Castilho, optimo recitador. Além de algumas pessoas de familia, assistiram Antonio Pereira da Cunha, Luiz Filippe Leite, o Conde de Villa Franca, o grande actor Taborda, Freitas de Oliveira, D. Antonio da Costa, e Duarte de Sá.

*

E como esta máchina de vapor não parava, e carecia sempre de alimento novo, logo em 20 d'este mesmo Janeiro (1872) foi começada a derradeira obra poetica de Castilho: a sua traducção do *Midsummer night's dream* de Shakes-

*

peare, *Sonho de uma noite de S. João.* Proseguiu o trabalho todos os dias, até que em 7 de Março tinha chegado ao verso

Meu Lysandro o meu amante,

que é a linha 5.ª da pagina 108 do volume impresso. D'ahi em diante não conservo mais apontamento, nem sei a data da conclusão; sei que em 3 de Fevereiro escrevia Castilho em carta intima:

«Acabei o 2.º quadro. Tenho já do original 14 paginas e meia; o total da peça é de 88. *Ça marche assez rondement.* Se queres ver, e poder sahir, e a chuva não embirrar, apparece á noite».

*

Não me occorre quando pela primeira vez conheceu Castilho a senhora D. Guiomar Torresão; mas presenciei, e demonstral-o-hia com documentos, se fosse necessario, o affecto respeitoso, a profunda e cordeal admiração, que sempre mereceu a essa senhora o cego Poeta portuguez.

Possuo algumas das cartas que dirigiu a Castilho; a 1.ª é de 2 de Janeiro de 1872; a última, de 19 de Abril de 1875; ao todo 16; são singelas e correntes, affectuosas, sem presumpções, e revelam filial confiança no grande Mestre, confiança a que elle correspondeu sempre do íntimo d'alma. Tinha em muito o engenho e as predisposições literarias d'ella; e várias vezes o ouvi lamentar que a laboriosa faina jornalistica não tivesse deixado desenvolver e maturar o seu indiscutivel talento. Pode a senhora D. Guiomar Torresão ufanar-se de ter conquistado em Castilho um convicto admirador (1).

---

(1) Ameixoeira, 24 de Outubro de 1898. — Deram-se hontem á sepultura os restos mortaes da incançavel luctadora. Presto aqui, em nome da memoria do Poeta que ella tanto venerou, a mais sincera homenagem ás distinctas qualidades que a ennobreciam. É triste ir vendo rarear as fileiras d'este pequenino exercito de paz, em que todos militamos. Vinte e tres annos sobreviveu ella ao seu Mestre tão querido; n'estes vinte e tres annos não deixou um só dia de trabalhar, com consciencia, procurando aperfeiçoar-se, e aperfeiçoando-se tanto quanto o permittia a forçada celeridade das suas tarefas no insaciavel tonél das Danaides chamado jornalismo. Esta intelligentissima, esta mallograda escriptora, é mais um lamentavel exemplo da falta de protecção dos Governos ás Lettras nacionaes. Tudo quanto dependia do talento, da actividade, da perseverança tenaz, e da applicação compativel com a pressa, tudo a

*

O nosso querido anniversario, 26 de Janeiro de 1872, foi celebrado com um jantar muito em familia na rua do Sol. Estavam: Castilho; á sua direita sua cunhada D. Marianna, ingleza, mulher de José Feliciano, e o autor d'este livro; á sua esquerda Julia filha do mesmo nosso tio José, e o moço José, filho do heróe do Mondego. Em frente de Castilho sua filha Ida; á direita d'esta D. Antonio da Costa, e depois Henriqueta filha de Alexandre; á esquerda Eduardo de Castilho, e logo depois Eugenio; ao todo dez talheres.

Á sobremeza recitou D. Antonio este quarteto, engendrado ali antes do jantar:

Lá fóra, ao virtuoso, ao mestre, ao grão cantor,
as c'roas do triumpho, o amor das gerações.
Entre as festas do lar, no ninho teu de amor,
bemdizem o teu dia os nossos corações.

---

notavel obreira empregou. Faltou-lhe apenas que um estadista intelligente e sagaz lhe desse a mão, e a collocasse n'alguma situação official que lhe segurasse sem falta o pão de cada dia. A mulher portugueza intellectual padece horrores na labutação da vida; ainda não tem abertas as carreiras burocraticas, nos bancos, nas bibliothecas publicas, nas academias de bellas artes, nos archivos do Estado, situações todas essas onde o espirito de ordem, a urbanidade, a indole proba, que distinguem o sexo, tantos serviços poderiam certamente prestar. A caixeira de modas, a telegraphista, a professora, são verdadeiras escravas; era indispensavel que a mulher de talento podesse, a troco de alguma suave applicação consentanea com as suas forças, auferir um tudo-nada das regalias, das sine-curas, que tanto abundam no nosso paiz, e que ás vezes tão productivas são (diga-se a verdade). A snr.ª D. Guiomar Torresão nada d'isso teve. Quiz manter-se na esteira em que tinha nascido, e trabalhou n'uma carreira que não a desdoirasse. Infelizmente a carreira das lettras é o que todos sabemos em Portugal; absorveu e inutilisou, quasi de todo, as altas faculdades que se reconheciam n'esta senhora. Não lhe valeu a protecção litteraria dos mestres; não lhe valeu a boa camaradagem de algumas redacções; não lhe levaram em conta a imparcialidade sempre urbana da sua critica; não reconheceram o afan com que procurou estudar os grandes centros europeus, e repartir depois comnosco as suas impressões de viajante perspicaz; não conseguiu fazer das Lettras uma fonte abundante de animação, que lhe desse o lazer indispensavel para commettimentos de cunho. A sua vida, lucta contra a sorte, fica sendo um remorso nacional.

Se bem que as minhas relações sociaes com a snr.ª D. Guiomar Torresão fossem pouquissimas, avaliei o seu talento, e fui sempre seu pregoeiro. Hoje, que não pode ouvir-me, pago aqui á sua memoria o mais espontaneo e sincero preito. — *J. de C.*

Á noite vieram a cunhada de Castilho D. Maria do Carmo de Vasconcellos, a filha Maria Leonor, Luiz Filippe Leite, Antonio de Queiroz de Mello e Castro, José de Aboim, Silva Tullio e sua mulher, Gouvêa da Silva Homem, e outros. Conversou-se, e tomou-se chá.

Durante o dia tinha o velho e bom amigo Antonio José Viale mandado pelo correio um bilhete com estes versos latinos:

Vade salutatum pro me, mea chartula, Vatem,
Hâc bona quem nobis fata dedere die.
Haec mea vota refer: Valeat, centumque per annos
Lysiadas calamo, voce, lyraque, beet.

D'esta vez não acordou a tão honroso chamamento a Musa ovidiana de Castilho.

V

Decadencia physica de Castilho. — Pessoas que mais frequentemente o acompanhavam. — Chegam a Lisboa Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Brazil. — Visita do Imperador a Castilho em 8 de Março de 1872. — Historia inexplicavel de uma abotoadura de oiro. — Obsequios do dito Principe a Castilho no theatro da Trindade. — Sai o Imperador em viagem para o norte.

Quem frequentava o Poeta n'este praso da sua vida, quem o observava, notava n'elle, com muita dôr, uma sensivel decadencia physica: Não se manifestava em symptomas positivos, talvez, mas em symptomas negativos: fraqueza geral, lentidão no andar, difficuldade na respiração, falta de energia, inappetencia. O caminhar tornára-se-lhe vagarosissimo, resultado da dyspnéia que lhe provinha da lesão cardíaca, já adiantada, mas que ninguem aliás suspeitava sequer.

Pelo trabalho que lhe davam quaesquer passeios a casas íntimas, renunciava a elles, e preferia ficar em casa. Passava, até, dias seguidos sem sahir da cama; para o que, tinha mandado transportar o leito para a livraria, que era (como já disse) a 2.ª sala da sobreloja, com as duas últimas janellas sôbre a rua (1).

Para complemento de miseria, notavamos-lhe depaupera-

---

(1) Tudo isso foi barbara e inutilmente demolido por ordem dos mestres de obras da familia Palmella. — *J. de C.*

ção na pouquissima vista que tinha; elle não a confessava, mas era evidente; já não sahia nunca senão pelo braço da filha, de um filho, de um amigo, ou de um criado.

Era pois indispensavel rodear do possivel carinho aquelles setenta e dois fatigadissimos invernos, e manter aquelle cerebro na caridosa illusão do seu vigor e da sua actividade. Para isso reuniamo-nos quanto possivel, palrando em volta d'elle, lendo-lhe, contando-lhe anecdotas; e a sua livraria era assim muita vez ponto de reunião, agradavel ainda, mas já muito melancolica.

Lembro-me de ali ter visto a senhora D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, a quem elle consagrava consideração affectuosa e cordeal.

Lembro-me da companhia filialmente dedicada e animadora, que lhe fez muitas noites o talentoso artista amador, e meu amigo, Julio Cesar Garcia de Magalhães, hoje General, um dos maviosos e sentimentaes executantes, que a Arte divinal de Paganini tem brotado entre nós. A rabecca de Julio de Magalhães é como a sua alma: trasborda de sentimento. O ir assim tantas vezes ao alto da rua do Sol, passar a noite com aquelle triste e desenganado, era uma fórma concreta da caridade christan. Castilho agradecia do íntimo da alma áquelle moço a sua condescendencia, e passava horas a ouvil-o.

No verão d'este anno de 1872 tenho apontamento de várias noites: 14 de Julho, 4 e 11 de Agosto.....

N'uma carta de 19 de Outubro de 1890 (tinha rodado dezoito annos), me dizia o excellente coração de Julio de Magalhães.

... «N'essas recordações, que mais uma vez perpassaram ante os olhos do meu espirito, vi eu, como tantas vezes vejo, a doce imagem de um velho venerando, em cuja intelligencia acendêra Deus a luz rutilante e assombrosa de um verdadeiro sol deslumbrante, de certo para o compensar de tão cedo o haver privado de ver a luz..... N'essas recordações soaram ainda aos meus ouvidos as palavras animadoras, que muitas vezes me dirigiu o venerando Mestre; e os meus olhos divisavam ainda a sua mão generosa. Foi junto d'esse respeitado vélho, que te conheci, meu Julio; e é pensando n'elle com saudade, que hoje te abraço»..... .....

*

Ali foram tambem vistos outros amigos certos, dos que nunca faltam nas horas desamparadas: Tullio e sua mulher,

Mendes Leal e sua mulher, Luiz Filippe Leite e sua mulher, o D.or Thomaz de Carvalho, Julio Caldas Aulete, o Barão de Japurá, o Desembargador Sergio de Sousa e Mello, D. Antonio da Costa, Thomaz Ribeiro, o Conde de Rio Maior, José Bandeira de Mello, o Barão de Santo Angelo, Sette, Duarte de Sá, Casal Ribeiro, Fernandes de los Rios e sua mulher, Pereira da Cunha, o illustre Antonio Dias de Oliveira, antigo Presidente do Conselho de Ministros, Bulhão Pato, Miguel Lupi, o Conde de Mesquitella (depois Duque de Albuquerque), seu irmão D. Pedro, Alberto Pimentel, Thomaz Ribeiro..... além da nossa familia toda.

*

Pensando com saudades n'estes tempos, já bem antigos, escrevia o affectuoso espirito do snr. Alberto Pimentel, a vinte e cinco annos de distancia, uma vez, n'um folhetim do jornal *O Popular* de 16 de Agosto de 1897, estas palavras tristes:

.....

«Aqui estou eu agora a vêr a casa do preclaro Castilho, a grande sala da sua bibliotheca, povoada de livros, frequentada de letrados, professores, academicos e artistas, gente illustre, a primeira do seu tempo, que jaz agora repartida, na maior parte, pelos cubiculos dos Prazeres e do Alto de S. João.

«Lá se encontravam por noites de delicioso serão o Corvo, o Mendes Leal, o Xavier Cordeiro, o Duarte de Sá, o Julio Machado, o Luppi, o Annunciação, o Santos Pitorra, e quantos mais! que faziam da conversação um kaleidoscopio, onde passavam, em variado tumulto, uma phrase celebre, um *calembour,* uma graça, uma these de alto cothurno, uma recordação historica, uma lembrança do passado, ou uma anecdota da actualidade.

«Quem era moço então e cahia n'aquelle encantador *agulheiro de sabios,* que tão alegremente queimavam a polvora do seu espirito e saber, aquecia de enthusiasmo, ganhava gosto pela milicia, perdia o medo, como um soldado novo que, entrando em fogo, ouve zunir as balas e soar os clarins».

.....

*

Outra noticia.

Castilho, sem poder avaliar por seus olhos as bellezas

typographicas, ou calligraphicas, dava muito valor a uma edição nitida, ou a uma copia limpa. Comecei pois, com a minha calligraphia rutilante de caixeiro inglez, a copiar-lhe, para lhe entreter a imaginação, o borrão do *Sonho,* no domingo 28 de Janeiro d'este anno de 1872.

*

N'este tempo chegavam a Lisboa vindo das nossas provincias do Norte, os Imperadores do Brazil. A nossa Capital recebeu em festa o grande Homem e a santa Imperatriz, e esmerou-se em lhes tributar a maior e mais espontânea consideração. Deixo de narrar aqui os festejos públicos, que os jornaes contarão melhor do que eu, e limito-me ao que intimamente se liga com o meu assumpto.

*

No fim da manhan de 8 de Março, parava á porta da casa de Castilho um caleche com tres homens. Apearam-se; e ao serem recebidos na escada pelo criado, perguntou um dos tres:

— ¿Está em casa o snr. Visconde?

— Sim senhor; ¿V. E. tem a bondade de me dizer o seu nome?

O criado julgava achar-se na presença de um visitante qualquer.

— Diga-lhe — respondeu o interpellante — que está aqui, e deseja muito vel-o, o Imperador do Brazil.

O criado... ia cambaleando...

Aberta logo a porta do salão, foi introduzido o Principe com o seu resumido séquito, que se compunha apenas de Candido Borges Monteiro, Barão de Itaúna (depois Visconde com Grandeza), Ministro de Estado honorario, Médico da Imperial Camara, e do Ministro do Brazil em Portugal, Conselheiro Miguel Maria Lisboa (pouco depois Barão de Japurá) Veador de Sua Majestade a Imperatriz. Appareceu logo Castilho pelo braço de sua filha, e receberam com o maior respeito o seu Augusto Hóspede. Conduzido o Imperador ao sofá, não foi possivel resistir á enérgica insistencia com que o mesmo senhor obrigou Castilho a tomar assento no dito sofá, ficando Sua Majestade n'uma simples cadeira ao lado.

—Vossa Majestade obriga-me a sentar-me aqui, — disse Castilho — e muito bem, meu senhor, porque desde este momento está na sua casa, e eu devo obedecer.

Disse o Imperador:

—Tive pena de não o ver hontem á noite na sessão da nossa Academia; e muito mais ainda por ouvir que o motivo foi falta de saude; por isso venho aqui pessoalmente informar-me.

A conversação demorou-se muito tempo, e girou em parte sôbre episodios interessantissimos da viagem de Suas Majestades á Italia, taes como a visita ao sepulcro de Virgilio (a respeito de cuja authenticidade o Imperador conservava dúvidas), e a sua ascensão á pyramide grande do Egypto.

—¿E Vossa Majestade ainda encontrou lá em cima os «quarenta seculos»?—perguntou rindo o nosso Poeta.

—Não—disse o Principe;—mas encontrei quatorze senhoras americanas dos Estados Unidos; ¡animosas sempre!

Contou ter conhecido no Porto o illustre escritor Camillo Castello Branco; fez elogio aos seus serviços literarios, principalmente á Lingua, e disse desejar possuir as obras completas d'elle. Finalmente: referiu a sua excursão á quinta das Cannas, e á Lapa dos Poetas, em Coimbra, sitio que sôbre modo o encantára. Tirou então da carteira uma folha de hera dentro de uma folha de papel pequeno, e offereceu-as a Castilho, dizendo:

—Foi uma lembrança sua, colhida por mim.

A folha de papel levava escritas do punho imperial estas palavras:

Para o Visconde de Castilho
«Cantor da Primavera»
lembrança da Lapa dos Poetas
na Quinta da Cannas.
Coimbra, 4 de Março de 1872.
D. Pedro de Alcantara.

O bondoso Imperador dignára-se perguntar a Castilho pelo obscuro autor da *D. Ignez de Castro*. Como morava a dois passos, em Santo Aleixo, mandou-se-lhe recado. Enfiou á pressa uma casaca, e calça e collete preto, e voou a casa de seu Pae. Quando entrou na sala de recepção, Sua Majestade, na sua alta polidez soberana, teve a bondade de se pôr logo em pé, estendendo-lhe a mão com benevolencia, e mandando-lhe que se sentasse.

Quiz o Augusto Visitante dar outra prova de consideração ao Visitado, e disse:

—Não quero sahir d'aqui, sem ouvir ler alguma coisa das suas ultimas obras.

Veio um fragmento da *Noite de S. João,* e lêmol-o. O Imperador escutava attento, e acenava de quando em quando com a cabeça em signal de approvação. Perguntou depois:

— ¿Não poderei ouvir algum trecho do seu drama *Ignez de Castro?*

O autor excusou-se, por não ter ali o manuscrito.

— Pois tenho muita pena. ¿E vai-se imprimir?

— Sim, meu senhor.

Sua Majestade levantou-se; todos o imitaram. Annunciou a Castilho, que á noite iria ao theatro da Trindade ouvir *O medico á fôrça;* e acrescentou:

— ¿Não poderei vel-o lá? Se lhe não fôr impossivel, appareça, ¿sim?

Desculpou-se Sua Majestade de não prolongar mais a sua visita, pois tinha que ir ainda ao Parlamento. Despediu-se com muita affabilidade, apertando a mão a Castilho e seus filhos com a maior naturalidade e graça. Acompanhado até ao portão da rua pelo Poeta e seus filhos, só ali pôz o Imperador o chapeo, que tornou a tirar para fazer um comprimento ao subir para a carroagem.

Eis aqui a fiel narração d'estas duas honrosissimas horas, com que o Soberano de alem-mar glorificou o seu admirador.

Era a segunda vez que uma Testa coroada honrava aquella mesma casa, aquella mesma sala: primeiro foi el-Rei D. Pedro V, depois o Imperador.

*

Quando Sua Majestade sahiu, ou antes, passado muito tempo, notou alguem, ao atravessar, a presença de um embrulho debaixo da cadeira onde o Imperador se sentára. Viu-se; era um estojo de *chagrin,* contendo uma rica abotoadura completa de oiro, e muito elegante, para homem. ¡Singularissimo! Todos aventuravam conjecturas.

¿Esqueceria Sua Majestade ali aquella joia?

¿Cahir-lhe-hia involuntariamente da algibeira, ao tirar a carteira ou o lenço?

¿Sería um intencional presente de tão alta Personagem a Castilho?

Esta última hypóthese, diga-se a verdade, parecia-nos inadmissivel, por não ser uso, e muito menos em Soberanos benévolos e polídos como o senhor D. Pedro II, atirar com brindes como quem atira com um osso a um cão. ¿A propria Mão, que tão carinhosa colhêra a fôlha de hera na Lapa de Coimbra, e tão carinhosa a entregára ao destinatario,

sería a mesma que assim commettesse tal grossaria?! Repito: era inadmissivel.

A joia foi logo remettida ao Ministro do Brazil, com uma carta, em que o Poeta lhe pedia a amabilidade de entregar a Sua Majestade aquelles ricos objectos, de cuja algibeira, certamente por inadvertencia, tinham cahido.

¡Curiosa coisa! nunca mais se soube uma palavra no assumpto. Nem o Ministro, nem o Imperador, alludiu nunca ao facto.

*

Á noite havia representação do *Medico á fôrça*. ¿Como resistir á graciosa insistencia de um tal Principe? Castilho, muito abafado, foi conduzido por mim em *coupé* fechado ao theatro da Trindade. Não havia um unico logar em toda a sala. Por motivo de certos arranjos, tinha sido na antevéspera, 6 de Março, o ensaio geral no palco do Gymnasio; ao prestigio da comedia acrescia agora o atractivo de uma gala imperial.

No correio do dia 8 escrevia Francisco Palha a Castilho:

«Ex.^{mo} Amigo e Snr.

«O Imperador vem hoje. Respondo tão tarde, porque só agora recebi a carta d'elle. Não ha camarote algum, mas na caixa o espera a melhor cadeira que houver na casa.

«De V. E. amigo obrigadissimo. — *F. Palha*».

Com effeito, meu Pae e eu, escondidos no palco, sentados em duas bellas poltronas, assistimos ao Acto I.

No intervallo dirigiu-se Castilho para o camarote do Imperador, rompendo comigo, a custo, por entre a turbamulta que enchia o corredor a presencear as sahidas e entradas do Monarcha, sympathico a todos os Portuguezes; foi avistado pelo Ministro do Brazil, e levado ao camarote.

Sua Majestade apresentou-o á Imperatriz, e obrigou-o a sentar-se á frente, dando assim o mais público e solemne testemunho de apreço ao Poeta.

Eu tinha ficado no corredor; não tardou o Ministro em vir buscar-me, para beijar a Mão a Sua Majestade a Imperatriz. O Imperador, sempre bule-bule, e activo como um rapaz, entrava e sahia. Quando começou o Acto II não tolerou que o Poeta se retirasse, obrigou-o a assistir no camarote, e dirigia-lhe baixinho algumas vezes a palavra. Ao findar o Acto, perguntou o senhor D. Pedro:

— Snr. Visconde, ¿que camarote é o seu?

— Nenhum, meu senhor; foi impossivel achar um logar

unico; recebi aqui a hospitalidade imperial, e quando Vossa Majestade me der licença vou receber a hospitalidade dos actores, sentado ali n'um cantinho que me arranjaram.

O Imperador riu-se, e volveu:

—Bem. Então offereço-lhe o meu braço. Quero ver o palco.

Lá esteve; recebeu Taborda, a quem expressou em termos calorosos a sua admiração; deixou o Poeta bem entregue; e sosinho, sem séquito, mas entre alas respeitosas de Público apinhado, que todo se descobria, tornou ao seu camarote.

*

Em 12 de Março, á noite, era no Hotel de Bragança, residencia dos Imperadores, a despedida de Suas Majestades. Não consentimos que nosso Pae lá apparecesse, como desejava; o seu mal estar aconselhava toda a prudencia. Fui eu, e lá me encontrei com muitissimas outras pessoas.

O Imperador teve a bondade de me entregar em mão uma photographia sua para meu Pae. Conservo-a com o maior aprêço.

El-Rei o senhor D. Luiz, querendo obsequiar seu Tio offereceu-lhe por esses dias um retrato de Castilho, pintado a oleo por Marciano Henriques. O periodico lisbonense *Artes e Letras,* de Março de 1872 diz na secção *Diversas Noticias:*

«O snr. Marciano da Silva, a cargo de quem está a galeria de Sua Majestade el-Rei, offereceu ao Imperador do Brazil o retrato a oleo do illustre poeta o snr. Visconde de Castilho. Não tivemos occasião de ver este novo trabalho do snr. Marciano, por isso nada podemos dizer a respeito d'elle» (1).

---

(1) Tambem o não vi; mas julgo que a verdade é esta: Marciano tinha pintado, do natural, um retrato de Castilho, destinado á galeria Real; el-Rei D. Luiz encommendou uma repetição do mesmo, e offereceu-a a seu Augusto Hóspede e Tio, conservando na Ajuda o outro, que passou com tudo mais para el-Rei D. Carlos. Em Janeiro de 1900 teve este mallogrado e sempre saudoso Soberano a delicadissima ideia de m'o enviar para a quinta da Victoria, em Sacavem, onde habitava. Quando no dia seguinte fui ás Necessidades beijar por isto a mão do Augusto Offerente, disse Sua Majestade:

— Sim, o retrato estava cá muito bem; mas lá sempre está melhor — *J. de C.*

*

Em 13 d'este Março de 1872 sahia de Lisboa o Imperador. Castilho achava-se combalido e rheumatico; ainda assim, queria comparecer á despedida. Na vespera escreveu-me:

...«Se amanhan é a sahida do Imperador, e quizeres ir ao bota-fora, acompanhar-te-hei, embora leve o demonio o pé, que n'este momento mesmo me está causticando. Decide, e responde».

Com effeito fomos, mas já não conseguimos encontrar aquelles Senhores.

*

Uma derradeira minucia:

O senhor D. Pedro II, tão mal apreciado, tão ingratamente remunerado por aquelles mesmos que tinham obrigação de o venerar, tinha pedido a Castilho alguns autógraphos de contemporâneos portuguezes notaveis. A esse respeito encontro n'uma carta do amabilissimo Barão do Bom Retiro (depois Visconde) esta allusão em 19 do mesmo Março:

...«Entreguei a Sua Majestade o senhor D. Pedro de Alcantara ambas as cartas do snr. Camillo Castello Branco, que foram acolhidas com muito especial agrado, e serão conservadas como grata lembrança. O mesmo aconteceu á do snr. José Gomes Monteiro».

VI

Continúa Castilho nas suas fainas literarias. — É nomeado Socio da Real Academia Hespanhola. — 27 de Junho de 1872, chega o 1.º exemplar impresso do *Fausto*. — Considerações imparciaes, e a sangue frio, acêrca do que são traducções. — Papel de Castilho como *traductor*. Seus altos serviços ás Letras nacionaes n'este amargurado periodo da vida.

Em tudo isso, que tenho contado com escrupulo, entrevê-se o dedo de Deus.

Sim: ha um irrecusavel conjunto de circumstancias propícias, que providencialmente conspiraram para levantar e roborar o ânimo de Castilho. A ellas, ao seu firme propósito de trabalho, deveu a salvação.

Em meio de Fevereiro d'este anno de 1872 ainda reviamos provas do *Fausto,* e das *Sabichonas,* e em Março, em Abril, e em Maio.

Em 6 d'este mez recebeu Castilho um amavel convite d'el-Rei D. Luiz, para assistir a um concêrto no paço da Ajuda, ao qual não foi, já se vê.

*

Foi então, que ao indefesso trabalhador chegou uma grande e invejavel honra literaria: a sua eleição para Socio da Real Academia Hespanhola. O diploma é de 16 de Março, assignado pelo Director, Marquez de Molins, e pelo Secretario accidental, D. Antonio Maria Segovia.

*

Em 27 de Junho chegou pelo correio o primeiro exemplar do *Fausto*. Em 29, celebrando este acontecimento feliz, jantou o Poeta em minha casa, e festejei-o o melhor que pude. Assistiu tambem D. Antonio da Costa.

Á sobremeza abriu-se a minha garrafa historica de vinho do Porto de 1780, encetou-se, transvasando n'ella a outra aberta em 22 de Outubro de 1871.

*

Falemos do *Fausto;* mas antes de mais, repare o leitor: A maioria das obras de Castilho acabadas de enumerar nos capitulos supra (ou todas ellas) são traducções; certamente: são traducções. Ora d'isso mesmo lhe quizeram fazer cargo os detractores por officio, os mesquinhos críticos do odio. Precisavam accusar; accusaram-n-o de *traduzir*.

Até houve uma penna estrangeira, tida na conta de *humorista,* que, traçando umas apreciações rápidas (por assim dizer *a vôo de passaro*) da sociedade portugueza, e denegrindo todos e tudo, concede a Castilho a honra de o mencionar, e nota com modos de ironia sentenciosa, que elle *traduzia, traduzia, e traduzia*. ¡Extranha, singularissima censura! Sim, traduzia. ¿Onde está o crime? Antes *traduzir* admiravelmente, do que *inventar* facecias malignas e injustas (1).

---

(1) Estas minhas considerações referiam-se a M.me Maria Leticia Wyse, conhecida como *Princeza Rattazzi,* titulo que essa senhora acei-

*

Dizia D'Alembert, comparando os autores originaes com os traductores:

«Pondo no primeiro e bem merecido gráu os autores, que com grande engenho composeram, cabe o immediato assento ao egrégio traductor, a cima de tantos autores, que, sem grande talento, deixaram obras» (1).

Mas (pergunta o bom-senso) ¿que vem a ser n'este caso traduzir?

É vulgarisar no idioma patrio uma producção literaria forasteira; quer dizer: é tornar conhecida do maior número uma obra alheia crèdora de applauso.

---

tava, mas que lhe não pertencia, pois nem Urbano Rattazzi, seu marido, era Principe, nem ella Princeza por sua cabeça, como breve direi.

Essa escritora falleceu em París ha tres dias, a 6 do corrente Fevereiro de 1902. O que ponderei a seu respeito, escrevio-o em sua vida, e sempre imaginei que ella o podesse vir a ler. Agora, porém, não me julgo obrigado a riscar uma linha unica do presente capitulo:

1.º — porque as opiniões literarias são sempre discutiveis. Não tenho que apreciar o caracter de M.me Rattazzi, nem o seu papel social; limito-me ás suas pungentes ironias sôbre pontos artisticos;

2.º — porque a autora do *Portugal à vol d'oiseau* escreveu as suas censuras a meu Pae annos depois de elle não existir.

Portanto, estamos quites a *Princeza* e eu.

Tambem não quero saber se a escritora publicava opiniões inteiramente suas, ou se se fazia ecco (segundo se tem dito) de informadores de cá, propositadamente malignos. A responsabilidade das apreciações pertence de todo a essa senhora, desde que ella as perfilhou em grande Público, firmando-as com o seu nome. Já tinha sobeja experiencia do mundo; sabía o que estava fazendo.

Quanto ao seu Principado, duas palavras:

Luciano Bonaparte, irmão de Napoleão I, casou em 2.as nupcias com a viuva do banqueiro Jouberthon, de quem teve varios filhos, e entre elles Leticia, que desposou um Deputado irlandez, Thomaz Wyse, Ministro de Inglaterra não sei onde. D'este tal Wyse foi filha esta senhora Maria Leticia, a qual veio a casar com o parlamentar italiano Urbano Rattazzi quando era Embaixador de Italia em París.

Por consequencia: nem por seu marido foi Princeza, nem por seu Pae, simples particular, nem por pessoa alguma da sua varonia. Sua avó materna não era Princeza, mas era, sim, filha de Luciano Bonaparte, criado Principe de Canino pela Santa Sé. Vai longe a corôa.

Isto (note-se bem) não é com M.me Rattazzi, que nunca assignou *Princeza;* é com outra gente. — *J. de C.*

(1) Sirvo-me da traducção, que fez Filinto Elysio, d'esse trecho de D'Alembert. *Obras* de Francisco Manuel do Nascimento, tom. IX, pag. 468. — *J. de C.*

¿Não é isso commettimento meritorio?

Repito: quando o original fôr dignissimo de applauso, e a traducção fôr fiel, colorida, e elegante, é certamente um acto meritorio.

Ora Castilho (note-se) traduzia com fidelidade, com calor, com suprema elegancia e garbo, e só traduzia obras notaveis, e dignas do seu valor de artista. Não se sujeitava ao trabalho inglório e inutil de vulgarisar obras mediocres, ou menos ainda que mediocres. não traduzia livros de qualquer engenho passageiro, ou de M.me Rattazzi, por exemplo; não; isso, verdade verdade, não valeria a pena. Castilho acercava-se de nomes consagrados, nobres, altos; procurava um Virgilio, um Anacreonte, um Moscho, um Molière, um Shakespeare, um Goethe, escritores que pagavam bem o culto da tarefa do operario. Logo, a sua intenção, e a sua execução, eram dignas de elogio, e nunca deveriam grangear-lhe por premio ingratas ironias.

Avisinhar-se de cada um d'esses homens, tão grandes e de tamanha influencia nos espiritos, penetrar na sua intimidade intellectual, chamal os ao gremio dos Portuguezes, fazel-os conhecer á maioria estudiosa, vestir os pensamentos d'elles no mais rico trajo portuguez, e dar a esses peregrinos os fóros de cidade entre nós, era serviço *nacional*.

*

¿Que fez Virgilio em innumeraveis passos das suas obras, senão imitar, e até traduzir para uso e gôso da sua gente, o que achava de melhor entre os Gregos? Nas *Bucólicas* inspirava-se á farta com os bucolistas da Sicilia, *Sicelides Musæ;* nas *Geórgicas,* com Hesíodo; na *Eneida,* com Homero.

«Virgilio — observa o insigne Delille — nunca foi tão *original,* como na sua *imitação* dos amores de Dido».

Phedro traduziu a Esopo; Ovidio, a Climaco e a muitos outros Gregos; Horacio, a Sapho, a Anacreonte, a Alceu, a Pindaro, e ¡quem sabe a quantos mais, hoje perdidos! Terencio, aos cómicos de Athenas; o Ariosto, a quasi todos os antigos; o Tasso, aos melhores modêlos da sua Italia moderna e antiga. Dar baixa a Lafontaine, por exemplo, porque revestiu na sua fórma franceza, ás vezes literalmente, fabulistas seus predecessores, sería flagrante injúria ao senso commum.

Acusar pois um homem da valia mental de Castilho, só porque põe no torrão da sus Patria producções estrangeiras,

que n'elle se podem dar, e beneficiam a grande número de leitores, é dislate não menor, e não menos ingrato, do que sería exprobrar o naturalista, què entre nós conseguisse aclimar uma arvore de préstimo, um animal de utilidade.

Por essa lógica, fóra com Parmentier; fóra com a Imprensa, que nasceu na Allemanha; fóra com os telégraphos e as vias férreas, que nasceram longe de nós; fóra com Fonseca, insigne copista da Transfiguração de Raphael, e da Communhão de S. Jeronymo do Dominichino; fóra com todos elles.

*

Sejâmos francos, e falemos sem falso orgulho:

¡Quanta gente, aliás culta, não ficou percebendo, avaliando, amando muito melhor, depois das tentativas castilianas, as *Geórgicas* de Virgilio, as *Odes* de Anacreonte, as *Metamorphoses,* os *Fastos,* os *Amores,* a *Arte de amar,* a *Nogueira,* o *Remedio de amor,* de Ovidio, o *Tartufo,* o *Medico á fôrça,* o *Avarento,* as *Sabichonas,* o *Misanthropo,* o *Doente de scisma,* de Molière, o *Rapto de Europa,* de Moscho, os fragmentos da poesia escandinava, de Baggesen e Oelenscheger, o *Sonho de uma noite de S. João,* de Shakespeare, ou o *Fausto,* de Goethe?

«O gôsto — pensava Goethe — só se fórma pela contemplação do *optimo,* e não do *soffrivel.* Quem abrange e assimila as obras bellas, adquire o meio de medir as outras; consegue então aprecial-as» (1).

Apresentar pois ao Público estudioso, e na linguagem nacional, obras-primas de mestres universalmente consagrados, é pôr á disposição d'elle elementos artisticos que lhe fecundem o estro.

¿Não é isso já, só por si, serviço incontestavel? ¿Quem é que de boa-fé o poderá escurecer?

Admittâmos porém, por absurdo, que a maioria dos Portuguezes, a aristocracia e a plebe dos espiritos, conhecia, tratava, commentava, repetia de cór essas obras; que todos os leitores as manuseavam e saboreavam nos originaes francezes, inglezes, allemães, gregos e latinos. ¿Não ficava sendo outro rasgo para muito elogio e gratidão, o estudo profundo, mas completamente novo, que n'essas traducções se apresen-

---

(1) Eckermann, *Conversations de Goethe,* traducção franceza de Délerot, tom. I, pag. 105.

tava, dos estylos variados, e das posses variadissimas do nosso riquissimo idioma? ¿Não ficavam ali versões esmeradas, todo literarias, todo lídimas? ¿Não eram pretextos para innovações philológicas? Não eram provanças e consagrações para o portuguez moderno? ¿E não será qualquer d'essas coisas outro relevante serviço a uma Literatura?

*

Diz a Baroneza de Staël, que o modo de supprir as *traducções* sería conhecer todas as Linguas; certamente; mas acrescenta a insigne mulher:

«Comtudo, quem conhecesse a fundo as Linguas estrangeiras, ainda assim gosaria n'uma boa traducção, feita na sua propria Lingua, praseres mais familiares, mais íntimos».

É perfeitamente o nosso caso, visto claro, e de muito alto.

«O serviço mais efficaz prestado a uma Literatura — escreve a mesma pensadora — é transplantar de uma Lingua para outra as obras primaciaes do engenho humano. Ha tão poucas producções de primeira ordem, e o genio é phenómeno tão raro, que limitar-se cada Nação aos seus thesoiros nativos sería empobrecer-se. Além d'isso, entre todos os generos de commercio o mais seguro e vantajoso, é o da circulação das ideias».

«Traduzir um poeta — observa tambem a nobre autora da *Corinna* — não é copiar com medições de compasso as proporções de um edificio; é animar com egual sôpro de vitalidade um instrumento diverso» (1).

É bem exacto isso tudo.

E direi mais ainda, seguindo outra vez a D'Alembert:

«Deve o autor traduzido falar, na Lingua em que o traduzem, não com a supersticiosa timidez com que acatamos a nossa Lingua, mas sim com o nobre denôdo, que faz lanço de alguns rasgos de uma Lingua, para levemente aformosear a outra. Meio é este de qualificar estimavel a sua traducção, que será assim natural e facil, e com os cunhos de original engenho; terá ressaibo do terreno em que brotou, pela tintura estrangeira que se lhe deu» (2).

---

(1) M.me de Staël, *De l'esprit des traductions.*
(2) Traducção de Filinto, *loc. cit.*, pag. 470.

*

Dubois-Fontanelle, traductor de Ovidio em prosa, diz assim no seu Prefacio (1):

«É fora de dúvida, que a traducção de um poeta só por outro poeta pode ser bem feita; mas é preciso que o traductor seja tambem criador; ora quem vôa com azas proprias, raramente se serve das alheias.

«Até Delille, julgava-se impossivel uma boa traducção franceza em verso; depois d'elle, afigura-se a empreza difficillima. O talento que pressuppõem os comettimentos d'essa ordem, não deve ser commum».

O sabio Barthèlemy, no Prologo da sua extraordinaria e immortal versão da *Eneida,* esculpe esta sentença:

«Quando uma traducção se sustenta no confronto rigoroso do texto; quando, destacada d'elle, produz no ânimo do leitor o effeito de uma obra original, sem revelar peias nem servilismo; quando emfim sai illesa de tão terriveis provanças, tem as inquirições tiradas: pode afoitamente ser julgada boa».

«Eis aqui o que penso de traducções — diz o Padre Jesuita Brumoy no seu discurso sobre Theatro, anteposto ás suas versões analyticas dos trágicos gregos. — (2) Desfigurar um autor não é traduzil-o. É indispensavel seguir um meio termo entre a exacção escrupulosa em demasia, que o mascára, e a liberdade, que o altéra. Quanto a mim, desfigura-se um autor, sempre que o expomos em Lingua estrangeira com uma fidelidade louca, maligna, ou supersticiosa. Cada idioma lá tem a sua collocação peculiar de ideias, as suas voltas, e os seus vocabulos nobres ou plebeus, enérgicos ou débeis, vivazes ou languidos. Principio é este, que ninguem poderá pôr em dúvida. Quem quizesse traduzir os Antigos palavra por palavra em francez, seguindo o arranjo da phrase primitiva, o que alcançaria era tornal-os ridiculos a bom mercado».

A respeito de traducções, pondéra aquelle palrador de Aulo-Gellio, no seu summario de vária historia intitulado *Noites atticas,* o seguinte com profundo critério:

«Ao verter trechos insignes dos poemas gregos, não deve o traductor exforçar-se por fazer passar á nossa Lingua todas as palavras do original do feitio como lá se encontram, porque perdem a maior parte d'ellas a graça nativa, se as obrigam á fôrça, e contra a sua indole, a essa transplantação» (3).

---

(1) Pag. XXXIII.

(2) *Le Théatre des Grecs,* tom. I, pag. 29.

(3) *Quando ex poëmatis græcis vertendæ imitandæque sunt insignes sententiæ, non semper aiunt enitendum, ut omnia omnino verba in eum,*

Valiosa, me parece, é a opinião de La Harpe na materia:

«Bem sabido é, que isso de trasladar para a propria Lingua os primores de um idioma forasteiro, foi sempre considerado como uma das conquistas do genio; e para comprovar as agruras de tal conquista, basta considerar o dito de Virgilio: que menos custoso é arrancar a Hercules a sua clava, do que um só verso a Homero» (1).

Observa Mendes Leal:

«O verdadeiro traductor (e por isso raros são elles, e por isso necessitam grandissimas faculdades), o verdadeiro traductor é o que primeiramente se apodera do espirito do autor, e depois o transvasa inteiro para o novo molde, adequando feição a feição, estylo a estylo, genero a genero, sem todavia desflorar o idioma para que traduz» (2).

Victor Hugo n'uma nota do seu *Cromwell* insurge-se contra os traductores banaes de um Shakespeare ou de um Schiller, que só «reproduzem a fórma sem o espirito, a casca sem a seiva»; e declara não incluir no anáthema as «traducções habilmente feitas por outros poetas verdadeiros». Logo depois, referindo-se a umas tentativas de Emilio Deschamps n'esse genero, acrescenta:

«A poderosa flexibilidade do seu engenho é de tal ordem, que já conseguiu verter todo Shakespeare em verso, como já vertêra todo Horacio. Eis ahi, não ha dúvida, obra de artista e de poeta, e lavor que não exclue originalidade, vida e criação. D'essa fórma é que os psalmistas traduziram a Job».

No livro *Victor Hugo racconté par un temoin de sa vie,* diz o mesmo grande Poeta a respeito de um traductor:

«Para traduzir, teve que despender a cada phrase, a cada verso, quasi a cada palavra, uma inesgotavel invenção de estylo. Para uma obra assim, é indispensavel que o traductor seja criador. Foi criador. Escritor que logra mostrar n'uma traducção a sua originalidade, é exemplo extraordinario, e raro» (3).

O já citado D'Alembert (deixem-me aqui falar sempre por

---

in quem dicta sunt, modum vertamus. Perdunt enim gratiam pleraque, si quasi invita et recusantia violentius transferantur.

Nochium Atticarum, lib. IX, cap. IX.

(1) *Cours de littérature,* tom. I, pag. 164.

(2) *Observações* sôbre a traducção castiliana dó *Medico á fôrça,* 1869.

(3) Tom. III, pag. 240.

bôccas alheias, mais insuspeitas e mais eloquentes do que a minha) lança como um jacto de luz este pensamento:

«Seriam as traducções cabaes o mais pronto meio de enriquecer as Linguas» (1).

¿Ora que maior serviço pode prestar um literato ao seu paiz, do que enriquecer a Lingua nacional?

*

Sim; o melhoramento da Lingua-mãe foi um dos principaes motores da penna de Castilho n'esta sua phase derradeira. Vejam como correu logico, e sempre motivado, o seu papel.

Uma das feições mais uteis, mais praticas, d'estes ultimos comettimentos do Poeta, foi a vulgarisação (digamos antes, a fixação) de muitos pontos da linguagem familiar portugueza, a consagração de muitissimas locuções usuaes riquissimas, a *autorisação* de muitos geitos e meneios da fala hodierna, desconhecidos ou inusitados pelos classicos, e nunca talvez anteriormente empregados, por falta de ensejo, em qualquer outro escrito do mesmo Castilho.

As ensanchas que ao estylo deu a variedade pujante das situações dos personagens do *Fausto,* e a liberdade pittoresca das comedias e farças de Molière entrajadas á genuina portugueza, obrigaram o opulento linguista da *Chave do enigma* a abrir incondicionalmente os escaninhos do seu guarda-joias, e a entornar, para uso de todos, vocábulos e phrases admiraveis de verdade, de côr, apanhadas na conversação das amas, dos camponezes, dos homens de officio, dos ociosos, e das senhoras.

A prova de quanto esse profuso estendal de pérolas, rubís, opálas, singelas pedras de Ceylão, e ricos diamantes do Transvaal, era nosso, e muito nosso, e só carecia authenticado por um Mestre muito grande, é que os vocabularios modernos, taes como o chamado de *Caldas Aulete,* e outros, se apressaram em tomar das obras últimas de Castilho o quinhão de opulencias, com que o idioma moderno, contemporâneo, vivo, tanto se enriqueceu.

É que este Poeta, acoimado de retrógrado por quem o não percebia, era (mais que ninguem) homem do seu tempo, e

---

(1) Obras de Filinto, tom. X, pag. 470.

acreditava de fé na evolução gradual da linguagem; mais ainda: serviu sempre essa evolução com intelligencia rara.

Apreciando, com a sua lucidez habitual, o logar conspícuo que tomaram as traducções classicas na nobre França literaria do seculo XVII, escreveu La Harpe:

«O predicado que lhes acareou maior estimação, foi o culto da pureza e exacção da linguagem, coisas utilissimas aos progressos que o idioma francez por então requeria. A esse lavor propriamente linguistico, era porém preciso ter juntado outro merecimento: o talento de se compenetrar o traductor do espirito do autor, e de o obrigar a expressar-se em francez, como se fosse a sua Lingua nativa. Nenhum dos traductores, no emtanto, teve esse poder; a olhos entendidos, nenhum aguenta comparação com os originaes. É que a traducção de um escritor de cunho é uma luta de estylos, e um duello de engenho» (1).

Ora, justamente, Castilho não se limitou nas suas *traducções* á questão linguistica (e já sería muito): expressou-se em portuguez muito seu, como os autores seus modêlos se haverjam expressado se nascessem em Portugal; aguenta a comparação com os originaes; luta com elles no metro, no estylo, na intenção, no colorido, e no talento.

¿Pode alguem negal-o?

*

Direi outra vez:

Se elle *traduzisse* por *traduzir,* tomava a primeira bagatella que lhe cahisse á mão, e vertia, talvez, qualquer dos poemetos agradavelmente passageiros da talentosa M.me Rattazzi, por exemplo, ou obras assim de brilhante mediocridade, e, como taes, ephémeras; mas Castilho era grande de mais para isso; não cabia n'esses opusculos. A M.me Rattazzi (que provavelmente nem de nome conhecia) quiz a Providencia que elle preferisse Goethe, Shakespeare, Molière, Ovidio, Virgilio; e ninguem dirá, me parece, que perdessemos na troca; nem o diria a propria poetisa das *Matinées espagnoles.*

*

O escritor francez Théry, collaborador erudito de uma das mais conceituadas Encyclopedias, compendia em breves termos a verdade, quando diz:

«É immensa a difficuldade de uma traducção poetica. Se

(1) *Cours de littérature,* tom. VII, pag 244.

traduzís para verso, falseais a fidelidade; se traduzís para prosa, lá se vão a côr e o movimento. Pesados esses contras, parece que o verso é preferivel. Sacrifica-se a exacção literal, sim, mas alcança-se o pensamento e a vida do modêlo.

«Não chego portanto a entender os que peremptoriamente decretam ser impossivel traduzir tal ou tal autor.

«Definâmos os termos, e assim penetraremos melhor na ideia. Se por *traduzir* se entende fazer um calco, e pretender ao mesmo tempo expressar as nobres e vivazes qualidades do texto, certo é que fica impossivel uma traducção. Queimem-se as tentativas que existem, e viva a maxima dos Italianos: *traduttore, traditore* Mas se *traduzir* é expressar o merecimento de um escritor (tanto quanto o permitte a desegualdade das Linguas), e conservar-lhe o colorido e a indole peculiar, ahi nos defrontamos logo com Pope, Dryden, Delille, tão grandes traductores como poetas. A esses taes devemos agradecer a popularisação que deram á glória de um Homero e de um Virgilio, autores até então só reservados ao gôso dos eruditos. Exaltemos pois as labutações de paciencia e gôsto chamadas *traducções.* A traducção boa é producto de inspiração; refrange a luz do primitivo autor, assim como as vidraças coradas dos antigos templos se illuminam no colorido ardente do sol» (1).

*

Portanto: sob qualquer aspecto a que se pretenda encarar esta phase do estro do Poeta portuguez, em cuja linguagem poderosa vinham refranger-se os raios dos genios estrangeiros, ha sempre que louvar; e os apódos da gentalha ociosa que diligenciou denegril-o, e as ironias corriqueiras e ingratas do tal livrito, que julgava ter achado uma boa pilheria (uma boa *piada,* como se diz em calão moderno) no *traduisait, traduisait, traduisait,* não chegaram sequer a roçar-lhe na epiderme.

Ha vozes — clama lá a seu modo a sabedoria popular — ha certas vezes, que, por mais que o forcejem, não vibram nas profundezas augustas da abóbada celeste.

*

O autor, sempre que escreve por sua conta, e expõe as

---

(1) *Encyclopédie du* XIX^e^ *siècle* — artigo *Traduction.*

suas ideias, gosa de liberdade, corre inconscientemente á direita ou á esquerda, obedece a uma força interior. O traductor trabalha dentro no plano traçado por outrem, plano muita vez estreito para o seu estro, e tem de sujeitar-se ás tácitas prescripções do sentir alheio.

O autor acha a fórma, consoante ao seu assumpto previsto e traçado. O traductor tem de ser criador constante de fórmas novas, que em idioma diverso exprimam o mesmo que outrem expressou sem difficuldade; assombrosa taréfa, em que a téchnica é muito, mas em que o génio criador tem por fôrça de revelar-se a cada linha.

Uma boa traducção é portanto um prodigio literario, que só entendem os da profissão, e que irmana com o autor os que se abalançam á empreza, elevando-os ao rol dos privilegiados.

Affirma Barthèlemy ter-lhe custado ás vezes um verso de Virgilio dias seguidos de luta; o mesmo asseguro eu de Castilho, como testemunha presencial: um verso ou dois de certos passos de Ovidio absorveram-lhe dias e noites de tarefa. ¿E para quê? para meia duzia (se tanto) de apreciadores; o mais da gente sorri, não comprehende, e julga deprimil-o chamando a Castilho *traductor*.

*

Esse mesmo Barthèlemy, magistral traductor da *Eneida*, tem (como pouquissimos) voto na matéria. A traducção d'elle é um assombro de talento, de téchnica, e de teima; a opinião portanto do heroico autor de uma nacionalisação de tal ordem é evangelho literario. N'uma das suas eruditas Notas diz elle:

«Nunca a gente mundana, os homens de Letras, embora doutos, avaliarão em cheio os meus exfórços incriveis. É mistér ser, ou ter sido, professor, é indispensavel traduzir, ou ter traduzido, para apreciar o que é um traductor, para o tratar com indulgencia, para o lamentar, para saber levar-lhe em conta, se não os seus resultados felizes, ao menos a sua valentia, a sua louvavel perseverança. O escritor mais fecundo, o poeta mais abundante, quando cria, tem por fôrça de reconhecer a sua impotencia e a sua infecundidade, sempre que se empenhar em traduzir.

. . . . . .

«Só a poder de tentativas, emendas, reconsiderações, se consegue vingar a uma altura, que em frente do original nos

não deslustre. Raros serão os casos, em que se alcance a ventura de caminhar desembargado, ou de contrastar obstáculos logo á primeira investida. O êxito feliz quasi nunca vem sem pesada luta. Cada trecho bem interpretado produz o effeito de uma fortaleza inexpugnavel tomada de flanco, ou entrada ao cabo de um cêrco tão estirado como o de Troia» (1).

*

— Mas — diz-se — ¿porque não compunha Castilho obras originaes? ¿Por que se não deixava de traducções? ¿Não estava ali ainda aquelle outro ancião chamado Victor Hugo dando o exemplo?

¡Ah! sim; mas querer argumentar com a excepção das excepções, é desleal maneira de discutir.

A França não é Portugal; e Victor Hugo era um só em toda a Europa. A despeito da sua decadencia, e apesar da sua senilidade, tinha sempre as fôrças de um gigante.

Victor Hugo compunha; conservou até ao fim uma pujança de producção extraordinaria.

Castilho não a teve nunca em tamanho gráu. Curtira uma vida já longa, encarcerado na cegueira, acabrunhado de revézes de toda a sorte; e tinha nascido n'este pequenino theatro chamado Lisboa, onde a carreira de Letras é o que todos sabem, até para os privilegiados, e onde a voz mais sonora só muito a custo consegue ressoar; tinha chegado aos setenta e tantos annos, e achava-se cançado. Parar, sentar-se ao remançoso abrigo dos seus laureis academicos, seria com-

---

(1) *Non, les hommes du monde, les littérateurs, même instruits, n'apprécieront que faiblement ces incroyables efforts. Il faut etre ou avoir été professeur; il faut traduire ou avoir traduit soi-même, pour s'identifier à la condition du traducteur, pour le traiter avec tolérance, pour le plaindre, pour lui tenir compte, à défaut de succès, de son courage et de sa louable opiniatreté. L'écrivain le plus fécond, le poète le plus abondant, quand il s'agit de créer, sont forcés de reconnaître leur impuissance et leur infécondité, dès qu'ils abordent la traduction.*

. . . . . .

Ce n'est qu'à force de tâtonnements, de corrections et de ratures, qu'il est possible d'arriver à une hauteur, qui ne fasse pas honte à la copie, placée à côté de son modèle. Bien rares sont les cas où l'on a le bonheur de marcher rapidement dans cette carrière, ou d'emporter les obstacles du premier assaut. Presque toujours le succès n'est que le prix d'une pénible lutte; et chaque passage traduit a produit l'effet d'une ville inexpugnable dont il a fallu tourner la position, ou qu'on n'a pu prendre que par un siège aussi long que celui de Troie.

modissimo alvitre, mas era egoismo; não lh'o consentiu a sua indole fogosa, nem a sua natureza utilitária, nem a velocidade adquirida desde a adolescencia. Continuou pois trabalhando, e incitando com o exemplo.

N'um artigo publicado em Dezembro de 1862, engastou o sagaz Camillo Castello Branco estas palavras na *Revista Contemporânea* (1):

«Cá temos o maximo poeta, o poeta das lagrimas, das flores, dos infelizes, e das crianças, a luz vívida n'estes descoloridos tempos, o thesoiro insubmergivel n'este pélago de borrascas revôltas, cá temos o nosso Castilho, mostrando a olhos de todos o sacro lume, e aquecendo com elle os ânimos entanguídos».

*

¡Obras originaes! é o logar commum da accusação.

¿Mas que é originalidade n'este mundo?

Definia o talentoso poeta Gonçalves Crespo com muita graça: Ser original é dizer uma coisa que ainda não foi dita por uma porção de sujeitos.

Mas pergunto: ¿que haverá ainda por dizer? Admittindo que o haja, distingo: Ha *originalidade* nos descobrimentos scientificos, em certos personagens literarios criados sob aspecto novo, como a ha na fórma da expressão. É-se original n'um plano de romance ou poema, como se é original no dizer. Ha a originalidade do fundo, e a originalidade da fórma.

Castilho dava fórma nova, toda sua, inconfundivel, ás concepções alheias; logo, era original.

Não o é o traductor banal, que se limita a verter vocábulos; mas é-o o traductor de altissimo talento, que impõe ao plano alheio a sua fórma, o seu feitio, o seu sentir, e na individualidade alheia deixa revelar-se em toda a luz a sua propria e valente individualidade. A obra nova, que assim nasce do trabalho e do talento de dois grandes mestres, é encantadora de côr e pujança.

Lafontaine, o incomparavel, o erudito que tantas vezes traduziu Phedro e Esopo, é originalissimo no dizer, e até no pensar; tem o genio da *fórma,* bem mais raro que o da *invenção.*

---

(1) Tom. I, pag. 465.

*

Em toda a machina util devemos considerar o trabalho motor, criado pela fôrça inicial, e a inutilisação de parte d'esse trabalho, provinda da inercia da materia, da gravidade, e dos attritos dos componentes do proprio instrumento. A differença entre as duas sommas, a da potencia motora e a das resistencias, é que é o coefficiente verdadeiro da fôrça effectiva da machina.

N'esta nossa machina intellectual vem o pêzo da edade, veem os desenganos, vem a falta de animação, vem o cançasso physico, paralysar o trabalho motor; e decorrido certo número de annos, o escritor já não é o mesmo.

Ora n'aquelle amargurado praso da vida de Castilho, quando já não sahiam da concepção exhausta do septuagenario artista da palavra obras originaes de grande cunho; quando o mundo literario se transformára em grande parte; quando o sonhador da Instrucção primária via inutilisados todos os exfórços hercúleos que empregára na campanha do Methodo; quando o acabrunhava o desgôsto da sua viuvez; quando elle entre as altaneiras gerações novissimas parecia um isolado, tido e havido por um retrógrado; era ainda assim respeitabilissimo ver como aquelle nobre Velho entretinha os seus ocios, no fim da sua carreira tão cheia de estudos serios e serviços, dando exemplo de trabalho perseverante aos mancebos da sua querida terra.

Sim. Para quem saiba e queira ver, é espectaculo commovedor aquelle: um literato, que já tinha pago amplamente a sua devida quota-parte de trabalho á sociedade, e ainda forcejava sacar do estro a maneira de continuar (quanto podia) enriquecendo a Literatura, contribuindo (quanto as suas já débeis fôrças physicas lh'o permittiam) para o esplendor da bibliographia portugueza, e alimentando acezo, como n'uma pyra sagrada, o culto do idioma, do estudo e do bello.

Mestre considerado entre a maioria, oráculo da Lingua, oráculo do estylo, Academico de mérito em Portugal, Academico em Madrid, Academico em París, Academico no Brazil, Academico na Italia, estimado, cumulado de provas de aprêço pelo Parlamento, pelas Sociedades de Instrucção, por magnates literarios e sociaes, acclamado como o primeiro revolucionador e regenerador da Pedagogia nacional, tinha comprado por bom preço o direito ao descanço; podia sentar-se entre a companha dos trabalhadores; podia gosar na

inercia as bafagens do entardecer; podia; mas não lh'o soffria o ânimo. Esse homem prodigioso não soube parar, e continuou, como o último dos novos, trabalhando, trabalhando sempre. Visto que lhe segredava a consciencia não possuir já a energia para compôr, achegou-se ás maiores arvores da floresta literaria, colheu-lhes os frutos, e distribuiu-os pela pobreza dos seus contemporâneos no theatro e no livro.

¿Não é isto bello? ¿Não é um preito dado por um Mestre a outros Mestres antigos? ¿Não é um incitamento a desanimações intempestivas? ¿Não é o mais salutar dos exemplos? ¿Não é sublime?

Acoimem-n-o muito embora; accusem-n-o por esses mesmos esforços que são a sua glória. O certo é que ao espirito imparcial da Posteridade nunca o vulto de Castilho ha-de parecer maior, do que neste periodo da sua DECADENCIA.

*

Agora outra leal declaração.

Quanto prejudicou ao sagaz e laborioso Castilho a falta do mais precioso dos sentidos, quanto padeceu por não poder acompanhar com a vista as suas longas tarefas literarias, demonstral-o-hia eu por mil maneiras se fosse necessario, e se os que olham para estas coisas com attenção affectuosa o não adivinhassem.

Exemplo frisante:

Logo no Livro I das *Georgicas* diz Virgilio:

Aut ibi flava seres, mutato sidere, farra,
Unde prius laetum siliqua quassante legumen,
Aut tenues fetus viciae, tristisque lupini
Sustuleris fragiles calamos sylvamque sonantem.

Castilho, ouvindo esses hexâmetros ao secretário, não deu conta a si proprio de que a palavra *seres* era escrita com *s*, e *s* minusculo; enganou-o o adjectivo *flava*, consuetudinario epítheto da deusa das searas, epítheto repetido vinte e dois versos a diante; e deu como assente tratar-se ahi de *Ceres*; traduziu pois:

... Ou, se te apraz, não tolho
que a loira Ceres venha... etc.

A verdade nua e crua é que no latim o vocábulo *seres* era a 2.ª pessoa do singular do futuro do indicativo do verbo

serere. O eximio traductor suppôz talvez uma d'aquellas ellipses virgilianas, tão permittidas pela concisão antiga, e regeu (segundo me parece) assim: *Flava Ceres dabit,* ou *dat,* ou *dedit,* ou *ponet,* ou *inferret, farra;* mas a regencia certa, se elle podesse olhar para o texto, era:

Ibi, mutato sidere, seres flava farra;

quer dizer: Ahi, n'esse terreno, em mudando a estação, semearás escândia.

Pergunto, e com muita dor: ¿Se Castilho lesse por seus olhos, haveria cahido n'esse lapso?

Quanto a ellipses muito escuras, que talvez autorisassem aquelle inconsciente desprimor do meu Poeta, lembro do proprio Virgilio estas:

Di meliora piis erroremque hostibus illum.

(*Georg.* Liv. III, verso 513).

Subentende-se *dent*.

Ergo aegre rastris terram rimantur, et ipsis unguibus infodiunt fruges, montesque per altos contenta cervice trahunt stridentia plaustra

(Verso 534 e seg.).

Subentende-se *homines,* ou *agricolae.*

Primus vere rosam atque autumno carpere poma.

(Liv. IV, verso 134).

Subentende-se *primus erat*.

Ergo apibus fetis idem atque examine multo: primus abundare.

(O mesmo).

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 4, pag. 205)

LXXVI

FERNANDES DE PADILHA (CRISTÓVAM)

Ourives de ouro, residente em Lisbôa. D. João III lhe fez mercê, em carta de 16 de novembro de 1540, dos cargos de lapidário e avaliador de todas as joias que vinham à casa da Índia e Mina, e de executor de pedras falsas, ofícios que eram de Baltasar Cornejo e que nêle os renunciára.

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu de Xpouam Fernamdez de Padilha, ourivez douro, morador nesta cidade de Lixboa, que nisto me sabera bem seruir e o fara com aquela deligemcia, fieldade e boõ recado que a meu seruiço cumpre, e por lhe fazer merce, o dou ora daquy em diamte em sua vida por lapidairo e avaliador das joias, pedras, perolas e aljofar e cousas outras desta calidade, que vem a minha casa da Imdia e Mina e asy de executor das pedras falsas que se nom podem ẽguatar em meus Regnos e senhorios por ser defeso per minhas hordenaçõis, asy e da maneira que os ditos oficios tinha Baltesar Cornejo, ourivez da Rainha minha sobre todas muito amada e preçada molher, que os per minha licença renuciou no dito X.º Frz, segundo se vio por hum pubrico estormento de renunciaçã que parecia ser sobrescripto por M.el A.º, notario geral nesta cidade de Lixboa, e feito aos cimquo dias deste mes de novembro do ano presente de bcR com testemunhas nele nomeadas, com os quaes oficios avera de mamtimento em cada hum ano oito mill e oitocẽtos reaes do primeiro dia do mes de janeiro que vem de quinhẽtos coremta e hum em diamte que he outro tamto como em eles tinha o dito Baltesar Cornejo per sua carta que foy rota com a dita renuciação e meu aluara de licença ao asynar desta. Noteficoo asy... P.º Amriquez a fez em Lixboa aos xbj dias do mes de novembro do ano de noso Senhor Jhesu X.º de jbcR» (1).

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 40, fl. 252.

LXXVII

FERREIRA (DIOGO)

Por carta de 6 de novembro de 1536, foi aprovada a venda do fôro de umas casas que Diogo Ferreira, ourives, morador em Evora, tinha na rua da Selaria (1).

LXXVIII

FREITAS SARRÃO (ANTÓNIO DE)

Ourives da prata. Tendo falecido Baltazar Dias, outrosim ourives da prata, foi-lhe dado o ofício de depositário do juíso da moeda, em carta de 13 de julho de 1640.

«Dom Phellippe etc. faço saber aos que esta minha carta virem que hauendo respeito a estar vago o officio de depozitario do juizo da moeda por falecimento de Baltezar Dias, ouriues da prata, e a boa imformação que se ouue de Antonio de Freitas Sarrão, outrosim ouriues da prata, e por comfiar delle que o siruira em quamto eu o ouuer por bem e não mandar o contrario... Dada na cidade de Lixboa aos treze dias do mes de julho — Bertolameu dAraujo a fez anno de mil seis centos e quarenta, o qual offlcio seruira o dito Antonio de Freitas Sarrão asim e da maneira que o seruirão seus antesessores. Afonso de Barros Caminha o fez escreuer. Rey» (2).

LXXIX

GALINDO (FERNÃO)

Era ourives e morador, segundo se depreende, na cidade de Evora. Havia sido ferido por Fernão Galvão e Aleixo Dias, seu cunhado, a quem acusára, e foram condenados a degrêdo para a África pagando-lhe trinta cruzados de custas, mas como actualmente estavam em Evora e se acolhiam umas vezes numa igreja, outras vezes no hospital, se receiava que o matassem e por isso pediu e obteve carta de licença, a 25 de setembro de 1534, para porte de armas para êle e dois homens que com êle andassem.

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 24, fl. 141 v.
(2) Chancelaria de D. Filipe III, *Doações*, liv. 28, fl. 387.

«Dom J.º etc. a todollos corregedores, ouuidores, juizes, justiças, alcaides, meirinhos, de meus regnos e senhorios, e outros quaes quer hofyciaes e pesoas, a que o conhecimento desto pertemcer per qualquer guisa que seja, e esta minha carta for mostrada, saude, sabede que Fernã Galymdo, ouriuez douro me dise que elle hacusara a Fernã Galuã e Haleixos Diaz, seu cunhado, por ho ferirem e lhe darem hũa muito gramde cutillada pello rosto que lhe cortaram oyto demtes e gemgives e ysto lhe fizerã de proposito sobre rezoẽs avidas e ameaças, e isto fora no imverno pasado, pelo que se elles ausemtarã pera Castella, e elle suplicante ouuera sentença contra elles -s- comtra ho Aleixo Diaz que fose degradado quatro anos pera halem e que lhe pagase trimta cruzados de custas, e o Fernão Galvão em dous annos pera halem e dez cruzados e custas, a quall sentença ou sentenças forã dadas pello corregedor da corte, e estes cõdenados estavã agora nesta cidade dEvora em hũa igreja e as vezes em o espritall e o traziã ameaçado e jurado que o haviã de matar, pois lhe não queria perdoar, e porque elle supricante não podia escusar de amdar pella cidade negocyamdo sua fazemda e se temia de os sobreditos Fernam Galuã e Aleixo Diaz o matarem ou ferirem ou lhe fazerem outra allgũa sem rezã por elle não ser housado a trazer armas pera defensa de seu corpo por bem da defesa e ordenaçã per mim feyta em contrario e que portanto me pedia por merce que a ello lhe houuese allguũ remedio com direito e lhe dese licença e lugar pera que elle e dous homens seus podesem trazer armas por guarda e defemsã de seu corpo, e eu vemdo o que me elle asy dizia e pedia, etc. .. Dada em a minha cidade dEvora aos xxb dias do mes de setembro. EllRey ho mãdou por Dom Bras Neto bispo de Sãtiago e pello doutor Cristovã Esteuez da Espargosa, ãbos do seu conselho e desembargo e seus desembargadores do paço e pitiçoẽs. Duarte Fernandez por Pero da Lagea escrivã a fez anno do nacimento de noso Senhor Ihũ X.º de ĵbᶜxxxiiij annos» (1).

LXXX

GARCIA (ESTÊVÃO)

Ourives existente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

LXXXI

GOMES (ANTÓNIO)

Era ourives da prata de D. Duarte. Em 13 de janeiro de 1563 confirmou, no Tribunal do Santo Ofício, o depoimento contra António Frade (2).

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações e mercés*, liv. 20, fl. 161 v.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 143

LXXXII

GOMES (BALTAZAR)

Ourives do ouro. Em 31 de janeiro de 1555, denunciou a Inquisição um flamengo por não tirar o barrete à passagem da cruz (1).

LXXXIII

GOMES (MANUEL)

Ourives, a cujo sobrinho, António de Almeida, foi feita mercê do ofício de tesoureiro da igreja da cidade de S. Jorge da Mina, pelo tempo e com o mesmo ordenado que tinha Pero Fernandes.

«Eu elRey faço saber a vós feytor e oficiaes da casa da Imdia e Myna, que a mym me praz fazer merce a Amtonio de Almeyda, sobrinho de M.el Gomez, ouriuez, do oficio de tesoureiro da igreja da cidade de Sam Jorge da Myna pello tempo e com ho ordenado que o tinha P.º Frz, que ora diz que la faleceo, e isto depois de compridas as prouysoẽs que tiuer pasadas do dito oficio a outras pesoas feytas antes desta. Noteficovolo asy e mando que tanto que lhe per vertude desta mynha prouysam couber ẽtrar no dito oficio lhe dees sua ẽbarcação segumdo ordenamça e ao capitam, feitor e oficiaes da dita cidade que ho metã em pose dele pera o auer de seruir, e este me praz que valha como carta sem embargo da ordenaçã do segundo liuro titolo vymte que ho comtrairo despoem. Joam de Castilho o fez em Lixboa a noue dabril de mill bc Rbiij» (2).

LXXXIV

GOMES DE FIGUEIREDO (DOMINGOS)

Ourives da prata, natural da freguezia de S. Martinho de Salreu, bispado de Coímbra, e morador na cidade da Baía, casado com Jerónima Francisca dos Anjos. Teve carta de familiar do Santo Ofício a 26 de fevereiro de 1744 (3).

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 4.
(2) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 67, fl. 25
(3) Torre do Tombo — Habilitações dos familiares do Santo Ofício.

LXXXV

GONÇALVES (AFONSO)

Era ourives, sobrinho de Diogo Vaz, também ourives e morador em Lisbôa. D. Afonso V lhe passou carta, a 22 de junho de 1454, isentando-o de bésteiro do conto (1).

LXXXVI

GONÇALVES (ANTÃO)

Ourives, morador no Pôrto. D. Afonso V, a pedido de Lopo de Albuquerque, *fidalgo da nossa casa,* lhe passou uma carta assinada na mesma cidade a 27 de julho de 1462, tomando-o por seu vassalo e aposentando-o, apesar de não ter idade para isso (2).

LXXXVII

GONÇALVES (ANTÓNIO)

Ourives, morador na cidade do Pôrto. Representou a el-rei contra a maneira porque se lavrava a moeda de cobre na respectiva casa da dita cidade, sem proveito para el-rei, e que se êste com êle quizesse contratar, lavraria em cada ano tres mil quintais e lhe daria de interesse seis mil cruzados, lavrando-se o cobre segundo o regimento e peso da moeda de Lisbôa.

«Diz Antonio Gllz, ouriuez, morador no Porto, que V. A. nom laura na sua moeda nenhum cobre senã de partes a que V. A. faz merce e não ha diso nenhũ proueito senam pagar aos oficiais e tesoureyro $\overline{xxb}$ rs, diz que se V. A. quiser cõtratar com elle e darlhe o cobre asi como aqui sai posto aa V. A. que elle dara de proueito em $\overline{iiij}$ quintais b$\overline{iij}$ mil cruzados –s– laurara em cada hum ano $\overline{iij}$ quintais e darlhea de proueito b$\overline{j}$ cruzados cada ano laurado até se acabar a dita soma e fara os custos que o dito cobre fizer e nã se laurara outro cobre nenhum na dita moeda ate se acabar a dita contia e o dito cobre se laurara per o Regimento a preso da moeda de Lixboa» (3).

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, fl. 69 v.
(2) Ibidem, liv. 1, fl. 50 v.
(3) Torre do Tombo — Cartas missivas, maço 4, n.º 433.

*

LXXXVIII

GONÇALVES (DIOGO)

Ourives e creado do bispo de Braga, a quem, em nome de el-rei D. Afonso V se passou a seguinte carta de privilégio a 18 de agosto de 1439:

«Dom Afonso etc. A uos nosso pousentador moor e ao da rainha minha madre e senhora e dos iffantes meus irmaãos e tios e aos juizes da cidade de Braga e a outros quaes quer a que esta carta for mostrada, saude, sabede que nos querendo fazer graça e mercee a D.º Gllz criado e ouriuez do arcebispo de Bragaa, hi morador, pello do dito arcebispo que nollo ẽuiou pidir, teemos por bem e mãdamosuos que lhe nom dees nem consentaaes dar de pousada suas casas de morada nem lhe filhar dellas roupa de cama nem alfayas de casa nem outra nenhũa cousa do seu contra sua võotade nem o ponhaaes nem consẽtaaes pooer por beesteiro do conto se ataa ora posto nom he, por quanto nossa mercee he de o assy escusarmos pello que dito he, unde al nom façades. Dada em Lixboa xbiij dias dagosto — ElRey o mãdou com autoridade da Senhora Rainha sua madre titor e curador e acordo do Ifante dom P.º defẽsor por ell de seos Regnos e senhorios. D.º Lopez a fez era de mil iiij^{c}xx[x]ix» (1).

LXXXIX

GONÇALVES (DIOGO)

Ourives, morador em Lisbôa. Tomado por espingardeiro em carta de 6 de maio de 1484.

XC

GONÇALVES (FRANCISCO)

Ourives em Guimarães, a quem foi passada carta a 27 de junho de 1536, fazendo mercê do ofício de recebedor e requeredor das cizas da mesma vila, hoje cidade.

«Dom J.º etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu de Francisco Gonçaluez, ouriuez, morador em a villa de Guymaraẽs, que nisto syruira bem e fielmente como a meu seruiço e

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, fl. 88 v.

bem das partes compre, e querendolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o dou ora daquy en diãte por R.or e requeredor das sysas da dita villa, asy e pella maneira que ho elle deue ser e o te quy foy Tristam Ribeiro que os ditos oficios tinha e lhe forã vendidos em pregam na dita villa por diuida que me deuya e arematados ao dito Francisco Glz por preço de cynco myll e quynhentos rs segundo de todo fez certo per certidão do juiz da dita villa e asy do comtador da comarqua que foram rotas ao asynar desta, com os quaes oficios elle Francisco Glz avera em cada huũ anno os mantimentos, proes e percalços a elles ordenados per meu Regimento, como todo tynha e avia o dito Tristam Ribeiro e mylhor se o elle com direito poder ter e aver. Porem mamdo ao contador da comarqua que lhe de a pose dos ditos oficios e lhos leixe seruir e delles usar como lhe pertencer, damdo porem primeiro fiamça ao dito recebimento segundo Regimento, os quaes mantimentos elle avera a custa dos Rendeiros quando as sysas forem arendadas e quando nã a minha e pagou dordenado na chancelaria myll e quynhentos rs que ficam carregados sobre o recebedor della em recepta e jurara na dita chancelaria aos santos avamgelhos que bem e verdadeiramente syrua. ElRey o mandou per dom Rodrigo Lobo, do seu conselho e veador de sua fazenda. Ayres Fernandez a fez em Evora a xxbij de junho de myll bcxxxbj annos» (1).

XCI

GONÇALVES (PERO)

Ourives, morador em Lisbôa. D. Manuel, em carta de 23 de março de 1498, o nomeou um dos tres salvadores da Casa da Moeda (2).

XCII

GONÇALVES (RUI)

Veja-se *Fernandes Diogo).*

XCIII

GONÇALVES (VASCO)

Ourives, abridor dos cunhos da moeda de Lisbôa. A 7 de julho de 1466 D. Afonso V lhe passou carta tomando-o então por seu ourives, assim como o fôra Rui Vaz, já falecido.

«Dom Afomsso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que

---

(1) Chancelaria de D. João III, liv. 24, fl. 11 v.
(2) Chancelaria de D. Manuel, liv. 37, fl. 14.

querendo nos fazer graça e mercee a Vasquo Gonçaluez, ouriuez e abridor dos cunhos da nossa moeda da cidade de Lixboa, teemos por bem e tomamollo ora nouamente por ouriuez de nossa cassa assy e pella guissa que o era Ruy Vaaz, que o dito oficio tynha per nossa carta e se ora finou. E porem mandamos a Aluaro Fernandez, nosso tesoureiro e a outros quaes quer a que esto pertemceer e esta nossa carta for mostrada que ajam daquy em diamte o dito Vaasquo Gomçaluez por nosso ouriuez e outro alguũ nom e lhe leixem auer em cada huũ anno doze couados de bristoll asy como os o dicto Rui Vaaz auya sem outro embarguo que huũs e outros a ello ponhaes. Dada em Estremoz bij dias de julho — João Carreiro a fez — ano de mill iiij^{c} lxbj» (1).

XCIV

GUILHERME (MESTRE)

Ourives alemão. Sua mulher Cecília Machado, denunciou em 26 de outubro de 1556, um calceteiro flamengo, de Setubal, por êle comer carne num dia proíbido (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, fl. 101.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 9.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 4, pag. 224)

DOCUMENTO N.º 75

Foral de Lomba (Villar Secco de Lomba)

22 de agosto de 1324

Carta de foro dos pobradores do concelho da lõba. — Dom Denis pela graça de deos Rey de portugal e do Algarue A quamtos esta carta virem faço saber que os homens moradores em terra da lonba mẽ uyarom pedir por merçee per Gonçalo dominguiz seu procurador que lhis desse foro e lhis mandasse assinaar logar em que fezessem villa na dita terra da lonba e que elles fariam hi a ssa custa huma cerca de muro de cem braças pera deffendimento dessa terra. E enuyarõmj dizer pelo dito seu procurador como eles eram auijdos cõmigo que mj dessem em cada hum anno duzentas libras de portuguezes de foro aas terças do ano e que os de vinhaaes os deffendessem e os enparassem em meu nome porque nom eram cercados do muro segundo he contheudo em huma minha carta que ende eles teẽe de mj E por que mj eles ora euiarõ pedir por merçee que lhis assinaasse logar em que fezessem villa e que fariam hy cerca de muro de cen braças pera seu deffendimento. E ueendo eu que esto seria seruiço de deos e meu e prol dos dessa terra per poder de huma procuraçom auondosa que esses moradores de terra de lonba mẽuyarom mostrar pelo dito Gonçalo dominguez seu procurador fecta per maão daffomso pirez seu Tabaliom en que lhy derom poder pera me pedir por eles merçee e en sseu nome que lhis desse foro e vila e pera xi mj obrigar por eles e polos que ande ujr A ffazer a dita cerca de cen braças de muro e pera mi pagar as ditas duzentas libras de fforo querendo lhis fazer merçee em sembra com a Raynha Donna Izabel mha molher Asijnolhis e doulhis e outorgolhis e prazmj

que elles façam villa no lugar que chamam san johanne Ao qual logar eu ponho que aia nome san Johanne de lonba. E eles deuem hy fazer na dita villa cerca de muro de cen braças e doulhis e outorgolhis que aiam tal foro e taaes costumes quaes an os da villa de vinhaaes que seiam liures e eisentos que nom obedeesçam a outrem senom A mjm e que aiam todos seus termhos liuremente per o que Retenho pera mj o padroado das igreias e auer descusa e Crastros uelhos e ueiros quaes quer seiam que hy aiam. E non se tolha porem aos outros logares e villas derredor que percam per aqui dereito algum se o hy ouuer. E o dicto procurador per poder da dita procuraçõ por ssi e por todollos moradores que ora hy som e polos que an de uijr obrigou todalas herdades e beẽs que hy an que dem a mjm e a todos meus sucessores que depos mjm ueerem pera todo sempre as dictas cc libras assi como mhas ante dauam de foro. E darẽmhas em cada hum ano aas terças do ano como mhas ante dauam. E eles deuem fazer dous Juizes na villa e fazerẽnos dos vezinhos da terra e da vila en cada hum ano polo dia que os fazẽ os de vinhaaes. E aquele ano que forem juizes morarem na villa. E mando e outorgo que todos aqueles que hy daqui en deante comprarem e gaanharem herdades e possissões ẽ na vila lonba e en sseu termho que seiam teudos de pagar sa parte das duzentas libras que a mjm an a dar de fforo en cada hũ ano os dessa uilla e que non seia nenhum escusado. E aquel que non quiser pagar sa parte do dito foro assi como dito he em como lhy acaeçer de pagar mando que perca a herdade e o que por ela der e que o Concelho possa dar essa herdade a outrem que pobre e more em essa uilla. E que pague com eles no dito foro. E outrossi mando e deffendo que filhos dalgo nem ordijs nem outros poderosos nom possam comprar nem ganhar em essa uilla nem em sseus termhos por que e minha foreijra. E outrossi mando que Ricomem nem Ricadona nem Inffançõ nem caualeiro nem dona nem escudeiro nem outro poderoso nom façam hy pousadia saluo se passarẽ per e que pousẽ hũu dia e que sse uaão logo di en outro dia e nõ estarem hy mays. E as uendas que ouuerem mester pediremnas aas Justiças da uila. E as Justiças fazerẽlhas dar por huum dia por seus dinheiros assi como for gujsado e como valer na terra. E esses que as uendas mester ouuerem pagarẽnas como lhis mandarem as Justiças e nom lhys fazeren hy outro mal. Caa... por meu enmjgo e peitarmha os meus encoutos de sex mil soldos. En testemuynho desto dey ao dito concelho de san Johanne lonba

esta carta seelada do meu seelo do Chũbo. Dante em lixboa vijte e dous dias dagosto El Rey o mandou. Joham dominguiz de portel a fez a ffez. Era M.ª CCC.ª lxij anos. El Rey a uyo (1).

DOCUMENTO N.º 76

Foral da Lomba (Villar Secco de Lomba, concelho de Vinhaes)

4 de maio de 1512

fforal da lomba per El Rey dom dinjs. — Dom manuel etc. Auemos dauer do dito concelho per todolos moradores delle sete mjl e dozemtos reaaes. Aas terças do anno que se montam em dozemtas liuras da moeda amtigua pollas quaes lhe foram dados os direitos Reaaes que hi a coroa Real pertenciam. Tiramdo a penssam dos tabaliaães que pertence ao senhorio. O qual a leuara como ate quj fez. E o dito concelho vezinhara em todallas cousas com a ujlla de vinhaaes. E auera pera sij o dito concelho os direitos que a nos pertencem.

E a pena darma e gado do vemto e montados e manjnhos. Sam taaes como do foral de vinhaes.

E a soma e contya que falleçer pera comprimento dos ditos sete mil e dozemtos rreaes se auera e lançara per todallas fazemdas e beẽs que ouuer na dita terra de lomba. E a taxa e Repartiçam que se fara pera a paga da dita contya. Mandamos que se faça bem e verdadeiramente per pessoas juramentadas que o bem saibam fazer. A qual taxa se fara de sete em sete annos pella maneira que mandamos fazer em vinhaaes. E a portagem he tal como no capitulo della fica scprito no foral de vinhaaes.

As pessoas eclesiasticas de todallas Igreias e mosteiros assi domẽs como de molheres e as proujncias e mosteiros em que ha frades e freiras jrmitaães que fazem voto de profissam. E os clerigos dordens sacras. E os beneficiados em ordens menores que posto que nam seiam dordens sacras viuem como clerigos e por taaes sam aujdos. Todos os sobreditos sam Isemtos e priujligiados de todo djreito de portagem. Nem vsaiẽ nem custumagem per qualquer nome que a possam chamar asi das cousas que venderem de seus bens e beneficios como das que comprarem trouxerem ou leuarem

(1) Torre do Tombo — *Doações de D. Diniz*, liv. 4.º, fl. 57 v., col. 2.ª.

pera seus usos e de seus beneficios e casas e famjliares asi per maar como per terra. E asi o seram os moradores e vezinhos da dita villa e termo no mesmo lugar de todo o dito direito de portagem liuremente.

E asi seram liberdados da dita portagem estes lugares a saber Coujlhãa. Pinhel. Castelmendo. Sortelha. Guarda. Euora. Hodemjra. Viana. Valemça. Monçã. Prado. Crasto leboreiro. Mogadouro. Bragança. Villar mayor. Castel rrodriguo. Beia. Mõssaraz. Moura. Camjnha. Gaya. Chaues. Crasto ujcente. Mõforte de Ryoliure. E per consegujnte o sera quallquer outra villa ou lugar que o semelhante priujlegio teuer de nom pagar portagem. Com tamto que o tal priuillegio seia dado ante que os direitos rreaes fossem dados ao dito lugar polla cõtya e preço no começo deste foral cõtheudo. O qual contrauto foy dado na era de mil e trezentos e corenta e noue e os priuillegios acima declarados forom dados ante da dita era.

E os dous capitullos derradeiros deste foral senam trelladam aqui mais purque sam Jeraaes a todos e taaes como fica escripto no foral de miranda.

Dada em a nossa mui nobre e sempre leal Cidade de lixboa quatro dias de mayo de mil e quinhentos e doze (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

---

(1) Torre do Tombo — *Livro de foraes novos de Traz-os-Montes*, fl. 9 v., col. 1.ª.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 4; pag. 188)

CAPITULO I

A lenda de Fausto. Sua evolução

A lenda de Fausto é filha da renascença, período novo e individualista. A constante aspiração do homem para afirmar a sua personalidade no trabalho e na vida era delimitada pela moral circunscrita da idade média, e pela crença no poder supremo de Deus, que decidia dos destinos do homem. Ao entusiasmo pela magnificência do mundo antigo, com o culto dos sentidos e da forma, opunha-se a doutrina cristã, que considera a vida terrena preparação para a existência eterna de alêm-túmulo. Os conflitos que daí surgiram são explicados em parte pelas condições da época, que personificava em várias personagens lendárias o perigo em que o homem incorre, quando ousa penetrar nos arcanos insondáveis da natureza misteriosa, cujas balizas a ninguem era dado transpôr. Mas a lenda de Fausto, conquanto no todo fosse nova, tirou alguns motivos das lendas semelhantes do mundo antigo e medieval. Já no mundo lendário grego encontramos certa analogia entre o Faustò, que se revolta contra a sciência da escola e a doutrina da igreja, e os Titans, que, em luta terrível contra o Olimpo, são vencidos por Júpiter que os fulmina e precipita no Tártaro. A lenda popular escrita compara Fausto a um gigante que pretende escalar o céu. Na ousadia de Prometeu que excita o homem contra Deus, animando-o com o fogo celeste que roubara com a cumplicidade de Hefaistos, e no castigo severo que lhe é infligido, há analogia com o Fausto de vida escandalosa e morte desgraçada.

Semelhança remota aparece em Ícaro que, elevando-se descuidado e sem receio muito acima na atmosfera, deixa fundir a cera das suas asas frágeis e encontra a morte nas águas do mar Egeu. Mais estreitas são as analogias com as

lendas e mitos cristãos e judaicos. Nas religiões do oriente está em oposição o bom elemento ao mau, que entre os egípcios se chama Tifon, entre os índios Civa, entre os adoradores do fogo Ahi, entre os persas Ahriman, a que se contrapõe Ormuzd. Êste e Ahriman são acompanhados por sete chefes que conduzem os seus exércitos.

As mesmas concepções existem na religião judaica, para onde foram importadas por intermédio dos babilónios. Aos chefes das coórtes celestiais correspondem os arcanjos; aos chefes dos espíritos maus as potestades infernais. Cada indivíduo é protegido por um anjo, como também está exposto ao ataque dum espírito mau, de que é chefe Samael ou Asmodi. Grande número de mitos análogos encontram-se no Talmud (1). Ali aparece Salomão, o sábio rei, em sociedade com os espíritos maus. O pessimismo céptico, o desprezo que no Eclesiastes mostra pelas vaidades terrenas, glória, prazer, e riqueza, a resignação perante a ideia da eternidade divina e a confiança na mesma não condizem com a pintura que dele nos faz a lenda. Conta-se que Salomão, para concluir a obra sôbre-humana do templo de Jerusalem, arranca ao demónio Adramelech a pedra filosofal de acção fecunda e virtudes benéficas, cuja posse aplaca o eterno e vago desejo do gôzo, poder e saber. O demónio, porêm, surpreendendo-o a dormir, rouba-lhe a pedra, que transporta para o deserto, e reina na figura de Salomão, que por fim, deixando-se vencer pelas seduções do oriente, reúne no harêm quinhentas concubinas.

Os feiticeiros, desejando descobri-la, invocaram por meio da magia o demónio, a quem davam, segundo refere a lenda, sangue humano a beber. A ideia da possibilidade de entrar em aliança com o demónio para utilizar os espíritos em bons e maus serviços passou com toda a demonologia para o cristianismo, e assim se acreditava que por meio de certas práticas, análogas às cerimónias da igreja, se conseguia o aparecimento e o contacto directo com os espíritos, dêste modo sujeitos à vontade humana. A magia não era por com-

---

(1) O Talmud é um comentário da Bíblia, interpolado com ficções cabalísticas e lendas orientais. Maimónides ordenou este repositório das sciências rabínicas, tentando explicar os seus dogmas obscuros por meio de engenhosas interpretações fiilosóficas. O rabino Alfessi separou as questões dogmáticas contidas no Talmud dos outros assuntos históricos, astronómicos, geográficos, de medicina e astrologia, em que os judeus tanto se distinguiram. O Talmud é uma verdadeira enciclopédia, cheia de idealismo oriental, com inúmeras lendas que tanto interesse oferecem sob o duplo ponto de vista literário e scientífico.

pleto proìbida. Já Santo Agostinho (*De civitate Dei,* XII, 4) distingue duas categorias de magia: uma boa e outra má, a branca e a negra (1). Considerava-se inocente em geral a

---

(1) À magia branca chamava-se tambêm *natural;* à negra *goética* ou *demoníaca.* A primeira, procurando sôbretudo conhecer as causas dos fenómenos naturais, recorria ao auxílio e protecção dos deuses bons, assim como a goética se propunha o mesmo fim, valendo-se dos espíritos malignos. A magia natural ensinava as virtudes extraordinárias e ocultas de algumas hervas, segundo a época e as fases da lua, a hora e modo de cortá-las, o que pressupõe algum conhecimento das suas propriedades medicinais, embora, é claro, admitisse erros graves, como a geração expontânea, a fecundidade das matérias pútridas, etc. As práticas teúrgicas eram inúmeras; as sciências ocultas comportavam várias especialidades. Assim a *geomância* prognosticava o futuro por observações da terra; a *hydromância* pela água; a *acromância* pelo vento; a *pyromância* pelo fogo; a *onomância* pelas unhas das mãos; a *necromância* pelos cadáveres; o *sortilégio* pelas sortes tiradas com favas, dados ou grãos de trigo. Pelo vôo, pelos cantos e movimentos das aves, os augures pretendiam adivinhar o futuro, e o mesmo faziam os arúspices, consultando as entranhas das vítimas imoladas nos templos. De igual modo os astrólogos, admitindo que os planetas exercem influência directa sôbre o temperamento, o génio, e as inclinações do homem, procuravam conhecer a sorte, os costumes, emfim, todos os factos mais importantes da vida de qualquer criança, pela observação dos astros, na ocasião do seu nascimento.

A magia ensinava as fórmulas e ritos cabalísticos de fôrça que se supunha irresistível para conjurar os espíritos dos defuntos e o próprio demónio, de quem, a trôco da alma, se obtinha a satisfação dos mais variados desejos. Em todos os tempos e países o povo acreditou no poder de adivinhos e feiticeiros, que mantinham pactos secretos com o diabo. Assim, na poesia grega os feiticeiros evocam com os seus conjuros o génio das tormentas e desencadeiam tempestades contra as armadas inimigas da pátria; fazem sacrifícios às magas da Tessalia, a Medéa e Circe, cujos encantos transtornam a natureza, a Ifigénia, para obterem ventos propícios, a Eolo que em escuras cavernas tem encadeadas as tempestades. As transformações mágicas do homem em animal e vice-versa, figuram nas poesias gregas e latinas. Basta citar as metamorfoses de Lâmia, sôbre que Keats escreveu o poema do mesmo título; de Argos em pavão real; de Lycaon em lobo; de Acteon em cervo; de Calisto em urso; das irmãs de Faetonte em álamos; de Aretusa em fonte; de Atlante em monte; das Híadas em astros; de Cipariso em cipreste; e muitas outras que abundam em Homéro, Hesíodo e Píndaro, Virgílio, Horácio e Ovídio.

Falando por incidente na mitologia grega e latina não devemos esquecer as sibilas e as terríveis Pitonissas, cujos oráculos o povo aguardava junto da caverna pavorosa, ou em volta da trípode sagrada, do alto da qual e entre horríveis convulsões, anunciavam a vontade divina. Aos neoplatónicos afigurava-se possível entrar em convívio íntimo com os espíritos, por meio de fórmulas secretas; para o cristianismo passaram certas práticas supersticiosas, embora a igreja condenasse as artes mágicas em vários concílios gerais e especiais. O Tribunal do Santo Ofício

invocação dos espíritos elementares: os espíritos da água — Ninfas, Nixas, Undinas, os do ar — Silfos, Sílfides e Elfos, os da terra — pigmeus, gnomos, incubos, e, finalmente, o do fogo — salamandra. Com o auxílio de fórmulas exquisitas e atitudes especiais, os mágicos pretendiam alcançar a aparição dos espíritos e do próprio Satanaz. A aliança era assinada com sangue, e o demónio, que pela primeira vez se manifestava sob forma hedionda e tétrica, tomava depois a figura dum cão que acompanhava o homem e o servia por um certo período, e mesmo durante toda a vida.

---

perseguiu sem descanço os feiticeiros e as bruxas, assim como todos aqueles que pretendiam descobrir os segredos íntimos da natureza. Os astrólogos gozaram de grande influência junto dos príncipes, sempre desejosos de conhecerem o seu horoscopo. Ocorre-me neste momento o célebre Martins Galeotti, muito considerado na côrte de Luís XI de França. Aínda no comêço do século xvii, sôbretudo em Inglaterra, o povo acreditava na existência de espíritos malignos que perturbavam a harmonia das leis da natureza, desencadeavam as tempestades, e apareciam ao homem como mensageiros da desgraça e da morte. No reinado de Jacques I ligava-se tal importância às práticas de bruxaria, que se descobriu um suposto trama contra a vida do rei, em que entraram 200 mágicas. Algumas delas vangloriavam-se das artes que lhes atribuía a credulidade pública, afirmando que se podiam elevar nos ares montadas em um cabo de vassoura, ou em um carro puxado por caracóis, converter em animais, correr sôbre as vagas do mar, tornar invisíveis, confundindo-se com a atmosfera, etc. Foi sôbre este processo que o rei escreveu um célebre tratado de demonologia.

Ben Jonson, na curiosa comédia, *O Alquimista*, mostra-nos como os burgueses de Londres durante muito tempo tiveram a fraqueza de consultar os charlatães, para poderem ler os seus destinos em frente do espelho mágico. Apreciando a obra, diz Mézières: «Jonson peint l'alchimiste d'après nature, tel qu'on le pouvait voir encore à Londres au commencement du xvii^e^ siècle. D'ordinaire, ce personnage mystérieux n'exerçait pas seul sa profession; il lui fallait des associés et des compères qui l'aidassent à jouer son rôle. La consultation du miroir magique, la plus répandue et la plus à la mode alors, exigeait d'abord la présence d'une femme; car ce n'était pas l'alchimiste lui-même qui voyait les esprits à travers le cristal. Il se bornait à prononcer les formules magiques et à murmurer quelques paroles inintelligibles. C'est à une vierge pure qu'on appellait *speculatrix* qu'il était réservé de regarder le miroir et d'y voir les figures célestes des anges. Ces derniers ne se montraient, disait-on, qu'aux jeunes filles d'une pureté au-dessus du soupçon. Outre la femme dont il ne pouvait se passer, l'alchimiste traînait en général à sa suite un second, un aide de camp chargé d'amorcer les clients et de répandre parmi les badauds tous les contes qui pouvaient exciter leur curiosité et leur confiance. La maison d'un alchimiste se composait donc d'une sorte de triumvirat dont chaque membre remplissait des fonctions distinctes.» (Vid. *Prédécesseurs et Contemporains de Shakespeare*).

Como mágico notável aparece na mais antiga idade cristã Simão Mago, cuja conversão pelo apóstolo Filipe vem referida na história dos apóstolos. As chamadas Clementinas representam S. Pedro em luta com Simão que, na opinião da escola de Tübingen, tem todos os caracteres de S. Paulo. Simão quer reviver o paganismo e aniqùilar a verdadeira crença; procura fazer milagres e perante os olhos de Nero subir ao céu, mas a uma palavra de Pedro cái por terra esmagado. Mais desenvolvida e completa aparece a mesma lenda nos Reconhecimentos, cuja influência se fez sentir em toda a idade média até à época moderna. Simão casa com Helena que dele concebe um filho, «Homunculus», pela metamorfose elementar — conversão do fogo em ar, dêste em água, da água em sangue e do sangue em carne. É bem patente a semelhança entre esta lenda e a de Fausto, que vive com Helena, da qual também tem um filho «O Euforion» que na tragédia de Goethe figura alegóricamente o romantismo, produto da aliança de beleza clássica com o mundo medieval (1).

Outros feiticeiros afamados viveram na antiguidade cristã. Um deles foi S. Cipriano, cuja vida é cantada numa epopeia do tempo da imperatriz Eudóxia entre os anos de 441 e 460. Aí se refere que S. Cipriano conhecera desde cedo o culto de Apolo, as orgias de Baco e os mistérios de Mitra e que aprendera em Mênfis a magia egípcia e caldaica. Por meio dela conseguira uma aliança com os demónios, que o acompanhavam por toda a parte, prometendo-lhe depois da morte a categoria de príncipe dos infernos. Faz vários milagres em Antioquia, reúne em volta de si grande número de discípulos, e por fim converte-se. Esta ideia de que por intermédio de

---

(1) Assim como o romantismo fez a aliança entre o mundo clássico e o mundo medieval, também a renascença representa a fusão de duas eras opostas e hostis — o paganismo e o cristianismo. Mais pagã do que cristã se pode considerar a renascença italiana. Os tipos das madonas de Rafael refletem pela sua doçura e beleza, um pouco lasciva e sensual, o carácter duma época artística superior, mas moralmente decadente. O próprio papa não se impunha pela austeridade de costumes. «Leão X, diz Eduardo Schuré, enquanto Lutero medita sôbre a reforma do cristianismo, assiste mascarado a uma ceia de cardiais, em que se sacrificam muito a sério pombas à deusa Vénus sôbre um altar vermelho». Os tipos de Alberto Dürer, como em geral os da renascença alemã, são menos realistas, menos artísticos, mas, em compensação, mais sobrenaturais; a sua beleza é sobretudo moral. (Vid. Apolo, *Histoire générale des arts plastiques,* par Salomon Reinach).

orações dirigidas à Virgem e aos santos era possível a conversão e expiação das faltas passadas surge na idade média.

Assim se fala de Teófilo, *vice-dominus* de Adana, que, tendo negado por escrito a existência de Cristo e de Maria, é reintegrado pelo poder dos espíritos dos infernos nas suas funções eclesiásticas. Mas pouco depois, tocado de arrependimento, reza e jejúa durante quarenta dias e quarenta noites, morrendo reconciliado com Deus pela santa confissão.

Também Cesário de Heisterbach refere que um estudante fortalecêra a sua fraca memória com a ajuda do demónio, mas que, esquecendo essa sciência impura, fôra perdoado por Deus no leito da morte. Em maior número são aqueles a quem a lenda atribue, pela prática de fórmulas mágicas e feitiçarias, morte violenta e condenação eterna.

Vários papas morreram sob essa fama, como Silvestre II, Gregório VII, Paulo II e Alexandre VI, a par de muitos leigos, como Merlin, Tannhäuser e Rogério Bacon, espírito superior e naturalista distinto, ao qual pertence, na opinião de alguns, a invenção do microscópio e do telescópio, àlêm de outras inovações na óptica e física, e que proclama o valor da «sciência experimentalis». Muito considerados pelos seus conhecimentos de magia foram Alberto Magno, que em 1248 fez aparecer perante Guilherme de Holanda um jardim encantado, e João Teutónico, cónego em Halberstadt.

A crença supersticiosa de que pelas relações com o demónio e espíritos maus o homem adquiria sciência e fôrças sôbre-humanas aumentou nos fins da idade média. O povo inculto olhava com desconfiança e medo os letrados que estudavam os livros pagãos, pondo de parte a Bíblia e os Santos Padres. Não se podia explicar o procedimento dos humanistas senão pelo desejo, para aquela gente irreverente e sacrílego, de descobrir segredos e enigmas que não deviam ser revelados. É certo que nesse período começam os esforços para interpretar e explicar os fenómenos naturais; na alquímia, ainda não desprendida da magia, tem origem a química.

Nos escritos dos neo-platónicos, principalmente na bem conhecida obra de Jâmblico — *De mysteriis Aegyptiorum* — e na cabala judaica, encontram-se numerosas indicações para se alcançar o poder sôbre-humano e descobrir a pedra filosofal, que satisfaz e realiza todas as aspirações do homem.

Nos séculos XV e XVI a lenda envolvia em suspeitas misteriosas aqueles que exauriam das ricas fontes pagãs a sua sciência. Passou sempre por feiticeiro o abade João Tritemio de Sponheim, professor de Paracelso e Agripa, e de outros

homens afamados como filósofos e médicos, que sustentavam dever aos espíritos todos os conhecimentos e virtudes. Paracelso chamava ao demónio bom amigo, invocava à meia noite os espíritos, e atribuía-lhes a sua vasta erudição. E, não obstante, foi um dos precursores mais distintos da sciência médica moderna, empregando e descobrindo grande número de específicos contra certas doenças, e fabricando outros no laboratório.

Com a reforma religiosa aumentou ainda mais a crença nos espíritos infernais. Lutero julgava o mundo cheio de demónios, em que se concentrava tudo que havia de mau, baixo, e perverso e, no grande repositório de escritos sôbre o assunto —*Theatrum Diabolorum*— conta como teve de lutar não só com os grandes potentados da terra, mas com o inimigo (Der Teufel). Goethe nos *Materialien zur Geschichte der Farbenlehre,* diz: «Com que facilidade explicava Lutero superficialmente os fenómenos mais importantes de toda a natureza e sobretudo da natureza humana por intermédio dos demónios! Estes personificam, a seu ver, o que há de mau e censurável na terra, por isso o seu ânimo heroico levou-o a procurá-los e a dar-lhes guerra de exterminio». Em todas as suas obras e *Tischreden* mostra receio do demónio. Bem conhecido é o famoso encontro de Wartburgo.

Desta superstição aproveitaram-se os estudantes (vagantes) que, errando de universidade para universidade, à sombra da fama que corria dos seus pactos e relações íntimas com os demónios, satisfaziam os apetites mais grosseiros, praticando acções escandalosas.

Hans Sachs, numa das suas sátiras, apreciáveis pelo tom mordaz e ao mesmo tempo pelo cunho moral que as impregna, — *Der farend Schüler mit dem Teufelsbannen* — oferece-nos um quadro vivo da cega confiança que as classes inferiores tinham nos estudantes que julgavam mancomunados com Satanaz. Neste meio se desenvolveu a lenda de Fausto.

Uma das referências mais antigas que possuímos sôbre a sua pessôa e vida é a do médico de Fernando I, o erudito Gesner de Crato de Crafftheim que dêsses estudantes escreve: «Entregam-se á astrologia, geomância, necromância e outras artes idênticas. Conjecturo que herdaram tais práticas dos Druidas, que recebiam ensinamentos do demónio em cavernas subterrâneas, como hoje sucede ainda em Salamanca. Desta escola saíram os alunos mais conhecidos (fahrende Schüler), e entre eles um certo Fausto que não há muito morreu, e ainda depois de morto praticou vários milagres». Sôbre as peripécias curiosas da vida acidentada de

Fausto e sua morte terrível fornecem-nos elementos os testemunhos dos contemporâneos.

Nasceu no ano de 1480, no pequeno lugar de Württemberg — Knittlingen, estudando, segundo diz Melanchton, a sciência da magia em Cracóvia, onde era professada, como nas universidades de Toledo e Salamanca. Pela primeira vez lhe faz referência uma carta do mencionado João Tritémio, que em 1506 com ele se encontra nas proximidades de Gelnhausen.

Logo que Fausto soube da chegada de Tritémio, fugiu, deixando-lhe um cartão de visita com o seguinte pomposo título: *Magister Georgius Sabellicus, Faustus junior, fons necromanticorum, astrologus, magus secundus, chiromanticus, aeromanticus, pyromanticus, in hydra arte secundus.* O nome *Sabellicus* teria sido pedido ao notável historiador e poeta italiano Coccius, ou talvez se referisse às antigas práticas dos sabinos. As palavras *junior* e *secundus* mostram que a sciência de Fausto era tradicional, e fôra herdada de outros cultores da magia e artes infernais. A predição do futuro pelo ar e pelo fogo pertencia ao vasto repositório dos feiticeiros charlatães. A *hidra ars* deve indicar a sciência médica que repousava na observação das urinas. O nome *Faustus,* que em latim significa *feliz,* era provavelmente o nome alemão *Faust* latinizado. Pela carta de Tritémio conhecemos pormenores interessantes sôbre as aventuras e saber do célebre doutor. Este orgulhava-se de poder descobrir as cousas passadas e reproduzir todas as obras de Platão e Aristóteles, ainda que estivessem perdidas. Em Würzburgo afirmou ser capaz de realizar milagres tão maravilhosos como os de Cristo, que por esse motivo não era digno da mínima admiração. Possuído da mesma vaidade, sustenta em Kreuznach que na alquímia excedêra os seus antecessores e estava pronto a cumprir o que lhe exigissem.

Francisco de Säkkingen, para atrair êste homem extraordinário, fizera-o mestre-escola. Parece contudo que não se deu bem na nova profissão, aplicando os processos pedagógicos rotineiros, como os que infelizmente ainda hoje estão em voga na maioria das escolas portuguesas. Exercia maus tratos sôbre os rapazes, e fugiu para escapar ao justo castigo. Tritémio fala de Fausto com desprêzo, e injuria-o nos termos mais baixos como charlatão, enganador, perjuro, etc., etc. No entanto as inúmeras referências dos contemporâneos mostram o renome e a fama de que gozava.

Conquanto já apreciado e respeitado pelas suas múltiplas aptidões, faltava-lhe a consagração da sciência oficial. Para

a grangear, dirigiu-se a Heidelberg e Erfurt, cuja universidade era então das mais consideradas. É Erfurt um dos lugares da Alemanha que possue tradições mais ricas relativas a esta personagem, ainda não desaparecida da superstição popular alemã. Contava-se que ali preleccionara aos estudantes sôbre Homero, e apresentára perante eles os heróis homéricos, talvez por meio da lanterna mágica, ou por uma espécie de sugestão. Alêm disso comprometia-se a reproduzir em algumas horas as comédias perdidas de Plauto e Terêncio, para que pudessem ser transcritas.

O monge franciscano Conrado Klinge esforçou-se por converter Fausto, o que não conseguiu. Não é natural que Fausto se convencesse da sua aliança com o demónio, mas calculadamente fazia correr tal invenção para ser estimado e respeitado pelos contemporâneos que, receando a fúria dos infernos, se haviam de esmerar em lhe dispensar considerações e favores. Com os católicos ortodoxos manteve relações igualmente amistosas, entre outros, com o abade Entenfuss de Maulbronn e o bispo de Bamberg, ao qual tirou o horoscopo em 12 de fevereiro de 1520. Durante a sua estada em Wittenberg conheceu os principais paladinos da fé protestante. Melanchton, nas suas lições, cita Fausto e a sua sciência com respeito, não pondo em dúvida algumas das suas proezas, como a tentativa de vôo em Veneza. Fausto jactava-se tambêm de ter feito triunfar as tropas imperiais de Carlo V sôbre as de Francisco I nas guerras de Itália.

Para escapar à prisão ordenada pelo príncipe eleitor João (1525–1532), fugiu de Wittenberg para Nürnberg. Uma das aventuras mais curiosas e conhecidas é a passada na *Auerbachs Keller* de Leipzig, onde está instalado um dos melhores restaurantes da cidade, muito freqùentado por estrangeiros, pelas inúmeras lembranças literárias e pitorescas de Goethe e Fausto, ligadas a esse local. Segundo refere a tradição, havia na adega um tonel de vinho tão grande, que nenhum dos homens mais fortes e hábeis da cidade era capaz de o transportar para fóra. Fausto montou-se no pipo, e assim saiu com ele sem a mínima dificuldade, distribuindo o precioso líquido pelos estudantes.

Esta aventura está representada nos interessantes quadros de 1525, que adornam uma das salas do referido café. Por determinação de 17 de junho de 1528, o município de Ingolstadt mandou sair Fausto da cidade, depois de o obrigar a comprometer-se a não chamar sôbre os habitantes a vingança dos espíritos infernais.

*

Bem justificável parece êste receio, se lermos o livro de João Weyer — *De praestigiis demonum* — onde se relata a seguinte proeza de Fausto, que denota grande perversidade de carácter: «Estando preso em casa do conde Hermann de Bromhorst, conseguiu do seu capelão vinho, de que era delicado apreciador, sob a promessa de lhe ensinar um engenhoso meio para fazer a barba sem auxílio de navalha. Aconselhou o pobre capelão, homem bondoso e símples, a lavar a cara com arsénico, de que lhe resultou ficar completamente queimado».

O supersticioso padre João Gast de Basileia conta que tratara de perto com Fausto, tendo jantado com ele várias vezes, e que o vira acompanhado por um cão e um cavalo, que executavam obedientemente todas as suas ordens. Refere também ter ouvido que o cão tomava a figura dum criado e o servia à meza. Êste pormenor do demónio seguir Fausto na forma dum cão é citado por Melanchton.

Nos últimos anos da vida de Fausto ainda mais aumentou a crença do público no seu poder sobrenatural e virtudes mágicas, confirmadas pelo testemunho de pessôas notáveis, como o filólogo Joaquim Camerarius e seu filho. Prognosticou o futuro a individualidades importantes. E, a darmos crédito a Filipe de Hutten, que antes de partir para Venezuela, em 1534, consultara Fausto sôbre se tal viagem lhe traria ou não glória e dinheiro, realizaram-se por completo as profecías do filósofo, como lhe chama Filipe em carta dirigida ao irmão mais velho.

No *Index Sanitatis* de 8 de janeiro de 1539, o físico da cidade de Worms, Filipe Begardi, embora lamente o procedimento do doutor, geralmente pouco correcto e caviloso, reconhece-lhe grande talento. Classifica-o de «Mannhaftiger und tapferer Mann». O próprio Fausto cognominava-se «Philosophus philosophorum». Em Staufen, distrito de Breisgau, morreu no anno de 1540. A imaginação popular atribuía a sua morte ao demónio que, segundo corria, lhe tinha arrebatado a alma.

A lenda pretendia significar que a suprema aspiração do homem em desvendar os insolúveis segredos do universo o arrasta à ruína e à condenação eterna. O espírito místico da época medieval reflete-se na sorte do filósofo, que no século XVIII não poderá ser condenado, pois que, personificando o espírito de revolta contra as peias do convencionalismo político e religioso, se propõe atingir um fim honesto superior, e como tal digno de recompensa. Por isso Lessing no

segundo plano da tragédia *Fausto,* que não chegou a pôr em prática, alterava a lenda no destino dado ao herói, que era arrebatado das garras de Satanaz pelos anjos. Nas páginas seguintes mostraremos porque Goethe na sua tragédia procede de igual modo.

Cincoenta anos após a sua morte, a lenda oral de Fausto tomou forma escrita numa biografia impressa em Francfort, em 1587. O acolhimento que na Alemanha e no estrangeiro teve o livro — *Das Volksbuch von Dr. Faust* — foi enorme, como o comprovam as cinco edições que obteve logo no primeiro ano. No prefácio diz o desconhecido autor, estranhando e lamentando que até então ninguem se lembrasse de coleccionar as inúmeras lendas sôbre Fausto, ser seu intuito esclarecer os cristãos àcêrca da perfídia e insinuações do demónio, e melhores meios de a humanidade contra ele se precaver. A vida do herói é contada em sessenta e nove capítulos, sem grande conhecimento do local dos factos. Completa é a ignorância do autor sôbre Wittenberg e, pela falta de conexão das diferentes partes da obra, vê-se que não possuía grandes qualidades literárias. Compara Fausto ao Titan e define-o assim: «Nahm an sich Adlers Flügeln, wollte alle Gründe am Himmel und Erden erforschen». Estas palavras poderão parecer um elogio acalorado aos desejos elevados do herói; são, porêm, uma das expressões correntes, com que na idade média se caracterizava a ousadia humana.

O poder que alcança a trôco da condenação eterna, aproveita-o na satisfação dos apetites mais grosseiros e em viagens longínquas, revelando-se por fim um desprezível covarde, que se apavora com a lembrança das desgraças que o esperam na vida futura.

O centro da lenda é a escola de teologia de Wittenberg; é numa floresta, nas proximidades desta cidade, que Fausto conclúe o seu pacto com o demónio, do qual recebe, com sacrifício da alma, a promessa duma sciência perfeita e de todos os gozos da terra. Depois de fastidiosa narração sôbre o aparecimento do espírito, refere que com o próprio sangue de Fausto se assinou o contrato de aliança durante vinte e quatro anos, passados os quais deverá caír em poder do inferno.

O espírito do mal começou por satisfazer-lhe os desejos da sua gula insaciável. Porêm, isto é pouco para as suas paixões desmedidas; quer experimentar as lúbricas delícias do amor, e para tal pensa casar-se. Em vão procura Mefisto dissuadi-lo do seu intento, mas por fim o diabo aparece-lhe

sob a forma de encantadoras mulheres. Aqui interrompe-se a narração.

A seguir desvenda-lhe os segredos mais elevados, transporta-o ao paiz dos mortos, e mostra-lhe claramente a vida dos infernos. No meio dos prazeres mundanos, Fausto sente por vezes o enfado repugnante da sua vida dissoluta, e chega a arrepender-se de não ter trilhado um caminho honesto. Porêm, Mefistofeles acolhe com sarcasmo estes ingénuos devaneios e cada vez mais fundo o precipita no atoleiro revôlto das paixões humanas. Fausto alcança por intermédio do demónio a revelação de grande número de problemas importantes sôbre o Cosmos, variedade de estações, orígem e criação do homem. A lenda também lhe atribue sôbre assuntos metereológicos competência especial, que bem mostrou na composição de vários calendários. Quando invoca os espíritos do inferno, aparecem-lhe na forma de insectos, como formigas, moscas, abelhas, aranhas e pulgas.

Os tres capítulos seguintes descrevem as viagens de Fausto pela Europa, Cairo e Caucaso, a que chama a maior ilha entre a Índia e a Scítia, donde se avista o paraíso com as suas quatro correntes.

O espírito crítico da reforma transparece claramente nas referências pouco amáveis feitas ao chefe da igreja católica, quando descreve a estada do doutor em Roma. As mesmas expressões irónicas são dirigidas ao sultão, quando fala da viagem a Constantinopla.

A última parte contêm uma série de sinais cabalísticos, a que se segue a déscrição das festas dos estudantes no carnaval e a aparição perante eles de Helena, o tipo eterno da beleza clássica. De quando em quando assalta-o o remorso, mas Mefisto consegue sempre atraí-lo, fazendo-lhe experimentar voluptuosidades cada vez mais extravagantes.

De Helena tem um filho, Justus Faustus, que faz várias profecias sôbre acontecimentos importantes que se hão de dar em todos os países. A sua existência foi efémera, desapareceu do mundo com a mãe, pouco depois do seu nascimento: «Als er hernach um sein Leben kam, verschwanden zugleich mit ihm Mutter und Sohn».

Antes de morrer, lega todos os bens ao fâmulo Wagner, e, a seu pedido, coloca-o sob a protecção dum espírito, que lhe aparece em forma de macaco, mas com o nome de Auerhahn. Ao aproximar-se a hora da morte, sente-se acabrunhado, triste, e arrependido do horroroso passado que tanto lhe pesa. Inutilmente o espírito satânico tenta confor-

tá-lo. Assiste ainda a um banquete de estudantes, e aproveita êsse ensejo para os exortar a defenderem sempre a fé de Cristo, evitando por uma vida honesta as ciladas traiçoeiras do perverso demónio.

Entre a meia-noite e a uma hora levanta-se furiosa ventania; ouve-se um estridente assobio e Fausto a gritar por socorro. Na manhã seguinte, ao abrirem a porta do quarto em que pernoitara, repugnante scena se oferece à vista de todos: o pavimento está manchado de sangue, o cérebro de Fausto pegado à parede, e dispersos pelo chão os olhos e alguns dentes. E o cadaver, fóra do aposento, foi encontrado completamente desfigurado sôbre um montão de estrume. Os estudantes sepultam-no piedosamente na aldeia, e voltam para Wittenberg, onde encontram a história da sua vida escrita por ele.

Posto que o mais antigo livro de Fausto com as suas inúmeras contradições despertasse no espírito dalguns contemporâneos dúvidas acêrca da veracidade dos factos expostos, a multidão ignara e fantasiosa apoderou-se da lenda, mas a pouco e pouco esta perdeu o seu tom popular e surgiram narrações pesadas e difusas, algumas das quais com pretenções scientíficas. Já em 1587 apareceram oito histórias novas que com outros capítulos foram reunidas em livro por algum escritor mais culto em 1589, na crónica da cidade de Erfurt, sôbre Fausto.

Aqui se narra uma das proezas que Goethe também conta, ao descrever o encontro de Fausto e Mefisto com os estudantes que, seguindo as velhas tradições académicas, um pouco perturbados com repetidas libações, entoavam canções populares e patrióticas, trocando mútuos gracejos. Fausto, como Mefisto na tragédia de Goethe, com uma broca abre na mesa quatro buracos e tirando as rolhas faz manar como de fonte inexgotavel (unerschöpflicher Brunnen) o precioso néctar.

Os intuitos honestos do autor manifestam-se bem: põe de parte as especulações interesseiras dos seus antecessores, seguindo fielmente a lenda tradicional, e expungindo da narrativa várias aventuras que propositadamente tinham sido introduzidas para explorar a curiosidade popular, que se comprazia com a leitura de assuntos complicados e tétricos.

Grande êxito conseguiu a publicação em Hamburgo dum volumoso trabalho sôbre Fausto, com o seguinte título charlatanesco: «Die wahrhaftigen Historien von den greulichen und abscheulichen Sünden und Lastern, auch von viel wun-

derlichen und seltsamen abentheuern, so Doktor Iohannes Faustus, ein weitberufener Schwarzkünstler und Ertzzauberer, durch seine Schwarzkunst bis an seinen erschrecklichen End hat getrieben. Mit notwendigen Erinnerungen und schönen Exempeln, menniglichem zur Lehr und Warnung ausgestrichen, und erkläret durch Georg Rodolff Widman. Gedruckt anno 1599. Ex officina Herrmanni Molleri».

Nesta obra enorme, de 671 páginas, encontram-se amalgamados os mais variados assuntos, como os escritos teológicos e *Tischreden* de Lutero, e outros tratados sôbre demonologia, em que o século XVI foi tão produtivo. A par, porêm, de certa prolixidade nuns pontos, ha noutros grande omissão. Por exemplo, não refere as investigações scientíficas de Fausto, porque as considera infantis, e, levado por uma falsa e acanhada noção de moralidade, não relata os amores de Fausto com a bela Helena. Dá grande e inútil desenvolvimento às conversações e disputas de Fausto com os teólogos sôbre a sua culpa e sorte futura.

Em 1674 foi refundido o trabalho de Widmann pelo médico de Nürnberg, Nicolau Pfitzer, que cortou várias passagens enfadonhas, amenizando o assunto com a narrativa de aventuras amorosas. Conta a paixão de Fausto por uma pobre criada, rapariga bela e ingénua, sua vizinha, que resiste a todas as tentações. A Gretchen da tragédia de Goethe, pela sua bondade e doçura, tem os traços característicos desta personagem. Não quero dizer que fosse ella o modêlo exclusivo da heroína do Fausto, como adeante veremos.

O grande poeta alemão possuía em alto grau o poder de concentrar na mesma obra e individualidade elementos diferentes. Haja em vista o Werther, em que, sem prejuizo da unidade, se fundem quatro elementos: a vida das pessoas com que Goethe se relacionou em Wetzlar: João Cristiano Kestner, secretário da legação em Hannover e Carlota Buff, filha do bailio da ordem Teutónica, que casaram em 1773; o casamento infeliz do italiano Pietro Antonio Brentano, de Francfort, com Maximiliana, filha de M.me La Roche; a morte desgraçada do jovem Jerusalêm, filho dum pastor de Brunswick; e, finalmente, a experiência do próprio Goethe.

O livro de Pfitzer teve acolhimento enorme; dele existem sete edições, que apareceram até 1726.

Animado já pelo espírito da crítica literária, publicou Christlich Meynend uma edição da referida obra «in eine beliebte Kürze zusammengezogen». Entre outros factos novos, conta que Fausto só depois de ter dissipado uma grande herança

dum primo, se lembrara de procurar a aliança e auxílio do demónio.

Êste, que aparece pela primeira vez ao pé do fogão em forma hedionda de animal com cabeça humana, promete-lhe todos os gozos mundanos, atraindo-o ainda mais com a esperança de o tornar o homem mais experimentado e glorioso do mundo.

O autor não presta muito crédito à tradição de que Deus advertiu Fausto do risco em que corria ao assinar o contrato pelas palavras *homo fuge,* que Fausto teria visto escritas na sua mão com letras de sangue.

Suspeitava-se na cidade, segundo relata o trabalho de Meynend, que Mefisto mandara Fausto em pessoa cultivar prados e campos. Foi sem dúvida desta passagem que Goethe se inspirou na Hexenkücke, onde é preparada a bebida mágica ou elixir da vida que há de rejuvenescer o doutor e torná-lo apto ao culto de Vénus.

Mefisto sugere-lhe o meio de prolongar a vida e a saúde, por estas palavras: «Bem. Êste meio não exige dinheiro, nem bruxaria. Transporta-te imediatamente para os campos, pega numa enxada e remexe a terra; circunscreve o teu pensamento num círculo estreito, sabe contentar-te com alimentação simples; vive com os animais como animal e não te envergonhes de estrumar o solo que cultivas. Eis a melhor maneira, acredita-me, de viveres sempre jovem até aos 80 anos».

Conta igualmente a história dos amores de Fausto com Helena e a criada; considera-a porêm fantasia pura, porque Fausto não se lembra delas no testamento, e deixa todos os haveres a Wagner, seu fiel fâmulo.

O interesse pela lenda de Fausto continuou a aumentar, para o que não pouco contribuiram a concisão do autor, a fluência do estilo, e o espírito crítico com que são apreciados os factos. Fizeram-se edições sem número, baratas e populares, ao alcance de todas as bolsas. Ainda muito novo, leu Goethe livros da mesma natureza, entre os quais se devia contar o Faustbuch de Christilich Meinend, como refere na *Dichtung und Wahrheit*. Se Goethe também conhecia o livro do fâmulo Wagner e outros tratados de feitiçaria, àlêm de várias canções áridas e grosseiras sem valor, não o podemos assegurar. Pelo menos não deixaram vestígios fundos nas suas produções.

A lenda foi também aproveitada em várias peças populares que faziam parte do reportório dos teatros de feira (Pup-

penspiele). A primeira ideia da composição da sua tragédia foi sugerida a Goethe por uma comédia lendária, a que assistira em Francfort. Deu-se um facto idêntico com o nosso Garrett, que concebeu o seu belo drama, Frei Luís de Sousa, tão repassado de misticismo e vibrante de amor, ao ver uma comédia de cordel que subiu à scena em 1818, num teatro ambulante, em Póvoa de Varzim. Uma das peças mais antigas foi restituída por Simrock em 1846. Pode-se julgar do seu interesse por alguns extratos que indicam bem a feição da obra, mixto de comédia e magia, que havia de divertir bastante os espectadores, sempre ávidos de assuntos sobrenaturais. Fausto sabe que em breve vai entregar a alma a Satanaz.

FAUSTO, só

Uma voz de cima. — *Praepara te ad mortem.*

Fausto. — Não deve o homem estar sempre pronto a morrer? Sou talvez vítima duma ilusão. Os terrores da consciência cegam-me. Há já muito que sôfro este martírio. (Dão dez horas, Fausto conta as badaladas). Dez. Uma hora que passou, hora de tormentos, e contudo decorreu veloz.

Vozes de cima. — *Fauste, Fauste, accusatus es!*

Fausto. — Que desgraca! Não há que duvidar. Não era uma ilusão. Que fazer? Para onde fugir?

Quid sum miser tunc dicturus?
Quem patronum rogaturus?

E se eu rezasse? Tentemos. (Ajoelha-se em frente da imagem da Virgem). Que horror! Os seus traços fisionómicos transformam-se nos de Helena. O desejo não saciado envenena os sentimentos mais piedosos. É a tua última traição, ó Satanaz! Não me deixaste exgotar os prazeres da terra, com receio de que o meu coração cançado se voltasse para as alegrias divinas. Não há já perdão?

Vozes de cima. — *Renegaste Deus: estás eternamente perdido. (Fausto cái sem sentidos).*

FAUSTO só, a seguir MEFISTÓFELES

Fausto. — Despedaçou-se a última âncora. Não há salvação possível. Vou comparecer perante o Juiz! Mas já estou condenado. Não posso ainda ser absolvido? (Dão onze horas). Onze horas, é certo, contei bem.

Vozes de cima. — *Fauste, Fauste, judicatus es!*

Fausto. — Que desgraça! A minha herança é o inferno. Uma hora aínda e o julgamento terrível está começado. Mas o que eu experimento neste momento, não é mil vezes mais terrível que todos os tormentos do inferno? Quero libertar-me desta dúvida. Mefistófeles!

Mefistófeles. — Que pretendes?

Fausto. — Dize-me a verdade: tu aínda me obedeces.

MEFISTÓFELES. — Que queres saber?

FAUSTO. — Sôfro já horrivelmente; podemos sofrer mais no inferno?

MEFISTÓFELES. — Dentro em pouco o saberás. Mas como o perguntas, escuta-me. Os sofrimentos dos condenados são tais que as pobres almas subiriam ao céu numa escada feita de lâminas cortantes, se tivessem ainda esperança.

Fausto tapa os olhos com a mão.

FAUSTO só, em seguida os DIABOS

FAUSTO. — Estás julgado! Julgado... Ou melhor condenado! Mas qual será a pena? E se fosse apenas o purgatório? Esperança terrível, mas esperança ainda. (Ouve-se dar meia noite).

Vozes de cima. — *Fauste, Fauste in aeternum damnatus es!*

FAUSTO. — Estou aniqùilado! Aniqùilado? Ah! se o pudesse ser! (Cái. Os demónios arrastam-no sob uma chuva de fogo).

Uma versão inglêsa do antigo Faustbuch deu ao poeta Marlowe a ideia do seu Faustus, que se divulgou em toda a Alemanha por meio das companhias inglesas.

Não é para extranhar que fosse um autor inglês o primeiro que adaptou regularmente ao teatro o rico e variado assunto das aventuras de Fausto.

O teatro inglês era nos fins do seculo XVI o mais rico e adeantado de toda a Europa. O esplendor e prosperidade da época de Izabel reflectiam-se em todos os ramos: na política, na arte, e na sciência. Muito antes do aparecimento do imortal dramaturgo, contava já a Inglaterra peças de primeira ordem. Os actores ingleses percorriam o estrangeiro, sobretudo as regiões centrais da Alemanha, os Países Baixos, a Dinamarca e as cidades hanseáticas que estavam em relações comerciais mais íntimas com a sua pátria. É bem sabido que na côrte de vários duques de Brunswick e certos landgraves de Hessen, os cómicos ingleses gozaram sempre de todos os favores e privilégios.

Em poucos anos a arte dramática passou rápidamente dos enfadonhos mistérios (The Mystery or Miracle play), das alegóricas moralidades (Morality), e dos divertidos *interludes* (1), aos dramas sublimes de Shakespeare, tão belos pela pintura

(1) Dava-se este nome a pequenas composições dramáticas, escritas em linguagem bastante livre, e mais ou menos jocosas, que eram representadas nos entre-actos das moralidades, com o fim de divertir o auditório. Por isso se chamavam *interludes*. John Heywood, o célebre bobo de Henrique VIII, escreveu muitas peças desta natureza.

da alma humana, filosofia profunda, conceitos morais, caracterização das personagens, recursos poéticos do autor, que magistralmente alía o cómico e o patético, ora transportando-se às regiões belas do horrível, ora ridicularizando numa scena humorística, em linguagem cáustica e mordaz, os vícios do seu tempo e de todos os períodos, apreciando-os com a profunda ironia com que sempre descreve a humanidade.

*

Pertence a Marlowe a glória de ter sido o mais original e ilustre predecessor de Shakespeare. Depois de deixar a Universidade de Cambridge, onde recebeu o seu gráu académico, entrou numa companhia de actores, que então na sua maior parte levavam vida desregrada e criminosa. A exemplo dos seus companheiros, também Kit Marlowe começou a freqùentar os logares de Londres de peor reputação, afundando-se em todos os vícios, desprezando tudo que era bom e honesto, a ponto de negar, segundo se diz, a existência de Deus Teve morte condigna da sua vida: foi apunhalado por uma questão de ciumes (pierced through eye and brains).

Êste desgraçado, como que tendo o pressentimento da morte prematura, produziu obra vasta. Além das traduções das elegias de Ovidio e do primeiro livro de Lucano, compoz o poema — *Hero e Leandro* — que os barqueiros de Londres sabiam de cór, *Dido, rainha de Cartago,* e a bem conhecida poesia, uma das mais sentimentais e apaixonadas do século XVI «*The passionate shepherd to his mistress*» (1).

---

(1) Eis a bela poesia:

Come live with me, and be my love,
And we will all the pleasures prove,
That hills and valleys, dale and field,
And all the craggy mountains yield.

There I will make thee beds of roses
With the thousand fragrant posies;
A cap of flowers and a kirtle,
Embroidered all with leaves of myrtle.

There wille we sit upon the rocks,
And see the shepherds feed their flocks
By shallow rivers, to whose falls
Melodious birds sing madrigals.

The shepherd swains shall dance and sing
For thy delight each May morning.
If these delights thy mind may move,
Then live with me and be my love.

Dentre os seus dramas merecem especial menção o *Judeu de Malta,* que Shakespeare tomou para modêlo de Shylock, o tipo completo de judeu vingativo e usurário do *Mercador de Veneza,* «*Tamburlaine, the Great*» e o *Fausto,* onde mostra, apesar de alguns defeitos, altas qualidades, como escritor dramático.

A notícia da primeira representação da obra, cujo título completo é «The tragical history of Doctor Faust» é de 30 de setembro de 1594. Em Inglaterra popularizou-se muito cedo a lenda, pois já em 24 de fevereiro de 1588, o bispo de Londres permitia a impressão duma balada de Fausto e a primeira tradução do *Faustbuch,* publicado em Francfort em 1587 por um tal Dr. João Spiez, tem a nota «newly printed and amended». Embora o assunto fosse extraído sem alteração da lenda alemã, o autor mostra no desenvolvimento da acção, na pintura dos caracteres, e na linguagem rica em imagens e por vezes intensivamente humorística e crítica o seu valor como poeta e psicólogo apreciável. Há uma certa frouxidão e falta de unidade, um pouco atenuada pela harmonia do côro.

O principal defeito da obra, na opinião de Augustin Filon (1), é não se compreender a razão por que o pobre doutor vende a alma. «Que felicidade sonha elle? Será imperador da terra, ligará por uma ponte a África à Espanha... Terá a mais bela rapariga da Alemanha, porque nasceu devasso, lascivo e não pode viver sem mulher»?

Mefistófeles não lhe promete a posse duma virgem, como Margarida, que lhe faça experimentar as delícias inefaveis do amor puro e ideal; apresenta-lhe quantas cortesãs ele quizer, e nada mais lhe concede do que um beijo furtivo dos lábios de Helena.

O Fausto de Marlowe começa pela desculpa entoada pelo côro de apresentar em scena a vida dum burguês do presente e não a tragédia de um herói da antiguidade. O primeiro monólogo da obra de Goethe foi certamente inspirado da primeira scena da tragédia inglêsa.

Tanto nesta como naquela o doutor Fausto, preocupado com os seus trabalhos, estuda só no gabinete e sôbre velhos manuais todas as sciências, mas compreende que esta sciência árida bebida em livros é estéril e inútil; não póde ser exacta porque não foi colhida do grande livro da natureza,

---

(1) Vid. *Histoire de la Litterature anglaise.* Paris, 1905.

nem produtiva, porque lhe falta a verdade que só a obser vação dá.

Por isso resolveu entregar-se à magia, a ver se pela fôrça dos espíritos descobre o que o mundo encerra de mais íntimo, e assim alcançar a verdadeira interpretação dos fenómenos naturais.

A crítica amarga ao ensino das faculdades que também Goethe desenvolve e reforça com exagêro na scena do aluno, para aumentar o ridículo, é feita por Marlowe com mão de mestre. Eis o monólogo:

«Resolve-te Fausto. Dedica-te com afinco aos estudos que preferes. Como és teólogo, deixa a teologia só para iludir. Esforça te por alcançar a verdadeira filosofia. Vive e morre com Aristóteles. Por ti, nobre lógica, tenho eu predilecção especial. *Bene discurrere est finis logices.* Mas em última análise o objecto da lógica é o mesmo da rètórica? Não realiza esta arte milagre maior? Então não leias mais; isso consegues tu. Sciência mais elevada convêm ao espírito de Fausto. Para longe Ecumenius. Vem tu Galeno. Faz-te médico; acumula ouro sôbre ouro, e imortaliza-te por meio de alguma cura maravilhosa. *Summum bonum medicinae sanitas.* A saude é a aspiração sublime da medicina. E não terias tu, Fausto, conseguido esta ventura há muito tempo? Assemelha-se a um monumento grandioso o volume das receitas, com que foste o salvador de cidades inteiras. A quantos doentes já perdidos não restituiste a saúde! E apesar disso não passas de Fausto, um simples mortal. Se pudesses dar ao homem a imortalidade, ressuscitar os mortos, então sería tal sciência digna da tua glória. Fóra com a medicina»!

Não poupa mais a jurisprudência que taxa de servil, muito restrita ao assunto dado, o que delimita o pensamento nos seus arrojados vôos. A afirmação da Bíblia — que o homem expia com a morte a falta de Adão e Eva — repudia-a como inacreditável é assim diz adeus à teologia. Verdade celestial e satisfação de todos os desejos encontra ele nos livros de magia.

São repassadas de entusiasmo e animação as seguintes palavras:

«Livros de magia abri-me as portas do céu! Vós, linhas, círculos, sinais, e figuras sois a aspiração suprema de Fausto. Que mundo superior de gozo, poder, e honra se abre ao cérebro ávido de sciência! Tudo o que se agita entre os dois polos me obedece. Os imperadores e os reis dominam só dentro dos seus territórios; não teem autoridade sôbre o

vento e as nuvens. Quem alcança este poder chega aos últimos confins a que o espírito humano pode aspirar. O cultor da magia é um semi-deus; por ella quero atingir a glória divina».

A seguir ordena Fausto a Wagner que convide para sua casa os amigos alemães Valdes e Cornelius que o hão de enfronhar nos segredos da misteriosa sciência. Antes da chegada destes, aparecem em scena dois anjos: um bom, à direita de Fausto, outro mau, à esquerda. O doutor fica porêm inabalável na resolução tomada: quer, livre de toda a dúvida, experimentar os gozos da vida e abranger o âmbito vastíssimo de toda a sciência.

Por meio do poder sobrenatural propõe-se proteger a Alemanha dos ataques dos inimigos, alterar o curso do Reno e proclamar-se ele próprio rei de todas as províncias, expulsando do seu país o príncipe de Parma. Pela acção dos espíritos espera inventar célebres máquinas de guerra, como aquela de que se serviram em 1585 os habitantes dos Países Baixos no cêrco de Antuérpia. (Vid. *Schillers' Belagerung von Antwerpen,* Ausgabe des Bibliographischen Instituts, vol. 14, pag. 170).

É à noite que Fausto invoca Mefistófeles, do qual exige a satisfação dos mais extravagantes desejos, como tirar a lua do céu e fazer saír o oceano dos seus limites, para inundar o mundo. Mefisto, porêm, não dá uma resposta decisiva: precisa primeiramente da autorização de Lúcifer. Pinta-lhe a vida dos infernos e descreve em côres sombrias a infelicidade e desespêro dos espíritos condenados. Recorda-se com profunda mágua da bem-aventurança perdida em virtude da sua ambição insaciável. Fausto, quási superior ao espírito do mal, mostra-se ousado, destemido e anima-o assim: «Grande Mefistófeles veemente desejo é o teu pelas venturas celestiais! Aprende de Fausto a sua coragem viril e despreza prazeres que para ti já não podem existir».

Aqui afastou-se Marlowe algum tanto da lenda. O seu herói nesta passagem do drama não é covarde, compreende que não pode recuar no caminho encetado; anseia por que Lúcifer lhe aceite a alma a trôco da realização dos seus ideais supremos e violentas paixões. Ainda em outro ponto mostra a sua decisão nestas ousadas palavras: «Embora eu tivesse tantas almas, quantas estrelas há no céu, entregá-las-ia todas por Mefistófeles».

Resoluto assina o contrato e até voluntáriamente oferece, não apenas a alma, mas o próprio corpo, sem receio, pois

não acredita nos sofrimentos e castigos do inferno, depois da morte.

A mesma descrença que o Fausto de Goethe mostra — *Das Drüben kann mich wenig kümmern* — transparece também no drama de Marlowe. Fausto deixa-se dominar pelos prazeres mais dissolutos. Mefisto promete-lhe a posse de belas mulheres, e ao mesmo tempo oferece-lhe um livro de magia, de virtudes extraordinárias, por meio do qual alcança ouro, poder sôbre as tempestades e o trovão, exércitos armados, etc., etc. Apesar disso, o remorso suscita-lhe por vezes a ideia do suicídio, mas a recordação dos bens e gozos que êste mundo proporciona leva-o a pôr de parte tão tristes propósitos.

A seguir o côro, em harmonia com a lenda, refere o vôo de Fausto através dos espaços celestes e o começo da sua viagem pela terra. Apresenta-se em Roma perante o palácio papal, mas antes de arreliar o pontífice com as inúmeras picardias de que fala o Volksbuch, intromete-se na alta política e, nas lutas entre o papado e o império, toma decidido partido a favor dêste. O Fausto revela aqui um cunho essencialmente germânico: reflete em si o carácter do povo alemão, cioso dos seus direitos, cônscio da sua superioridade, e tão patriota, que por vezes, com excessos chauvinistas, se torna um pouco antipático aos olhos dos estrangeiros.

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 5, pag. 288)

As scenas seguintes passam-se no palácio imperial. A viagem para Constantinopla é referida de passagem. O imperador deseja vivamente vêr Alexandre e a sua amada. Mefistófeles vai adiante para fazer os preparativos necessários. Os cortesãos impacientam-se com a demora, mas por fim aparecem os espíritos, que a todos divertem com as suas feitiçarias. O próprio Fausto realiza várias proezas de magia perante o duque de Vanholt (Anhalt?). Aproxima-se a hora terrível; pensamentos tristes povoam-lhe o cérebro; tem o pressentimento da desgraça, mas ainda por momentos as carícias de Helena conseguem insuflar-lhe coragem no ânimo abatido. Fausto dirige-se a Helena com palavras impregnadas de carinho e de sentimento:

«Foi êste rosto que impeliu milhares de navios e fez aluir as gigantescas muralhas de Troia? Ó doçura inefável, dá-me a imortalidade com um beijo! Os lábios esgotam a minha alma que por êles foge. Vem, Helena, concede-ma de nôvo. Aqui me detenho eu de boa vontade, pois aqui é o céu, e tudo que não seja Helena é desprezível e impuro. Quero ser o teu Páris. Pelo teu amor sossobrará Wittenberg como Troia. Hei de bater o fraco Menelau e escolher as tuas côres para esmalte do meu brasão. Sim, vou ferir o calcanhar de Aquiles e volto para te beijar. És mais bela que o calmo céu matizado de coruscantes estrelas; o teu brilho é mais vivo que o de Júpiter quando apareceu a Semele. És mais amável que o monarca do céu pelo braço cerúleo da linda Aretusa. Tu, só tu, terás o meu amor».

Com a mesma paixão ardente completa Fausto a sua desgraça.

O monólogo final, em que o poeta pinta o estado da alma perturbada de Fausto, era digno da assinatura de Shakespeare. As tristezas do herói, homem de acção que, conhe-

cendo todos os obstáculos e a inutilidade dos fracos recursos humanos, não desiste da realização das suas aspirações supremas, impressionam o leitor que naturalmente simpatiza com êle. Marlowe, pela profundeza com que estuda o carácter de Fausto, oferece ao auditório inexgotáveis temas de reflexão, e, como bom psicólogo, descobre-nos os recessos mais ocultos do coração do homem. Julgo de todo o interesse reproduzir o curioso monólogo, como confirmação do que acabo de expôr.

(Dão onze horas)

Fausto. — Oh! Fausto, resta-te apenas de vida uma hora breve, para seres condenado perpétuamente! Astros celestiais parai o vosso movimento eterno e impedi que chegue a meia noite; afastai essa hora por um ano, um mês, uma semana, ou um dia, para que a minha alma se possa arrepender e salvar! *O lente, lente currite, noctis equi!* As estrelas continuam o seu percurso; nada detem o tempo na sua carreira vertiginosa. Em breve o sino sôa, o demónio aproxima-se, e com êle a condenação. Mas eu quero ir para o céu e quem mo impede? Vê como no firmamento corre exuberante o sangue do salvador. Uma única gota pode redimir-me. Jesus, ouve-me; não despedaces o meu pobre coração; pelo teu santo nome to peço. Mas eu chamo-o... Socorre-me Lúcifer! Onde está êle! Desapareceu, fugiu para longe. Olha, um braço ameaçador e um sobrolho carrancudo! Montanhas, colinas, vinde, precipitai-vos sôbre mim e protegei-me contra as iras celestes.

(O relógio dá onze horas e meia)

Falta meia hora; em breve passa. Se tenho de sofrer pelos meus pecados, põe já termo a estas dores imensas... Felizes são todos os animais; quando morrem, a alma volatiliza-se e confunde-se com a matéria original; a minha, porêm, vive em terrível martírio. Malditos pais que me geraram! Não, amaldiçoa-te a ti próprio; amaldiçôa Lúcifer que, iludindo-te, te roubou a bem-aventurança celeste.

O côro fecha com o seguinte epílogo que resume a acção da tragédia e chama a atenção do público para os perigos insanáveis da ambição insaciável:

«Quebrado está o ramo que livremente se elevava para o céu; consumiu-se o altivo loureiro de Apolo que vicejava no homem erudito. Fausto morreu. Ponderai a sua morte, que deve advertir os mais prudentes dos perigos a que se arrisca o que nas suas aspirações vai alêm dos limites concedidos e, invocando os espíritos, deseja atingir a sciência que Deus ocultou».

Do círculo dos jovens românticos, aos quais cabe a glória da descoberta de preciosos tesouros literários, caídos com o decorrer do tempo no esquecimento, saíu a primeira tradução alemã do drama de Marlowe. Até na pátria do poeta o

drama de Fausto era completamente desconhecido na última metade do século XVII. Ainda em 1792 um livreiro que se propunha publicar uma nova edição de antigos poetas excluía Marlowe, a que chamava um daqueles infelizes autores que mui pouco estimados são, simplesmente porque ninguêm os lê.

Na Alemanha um conhecedor tão profundo das literaturas estrangeiras, como A. W. v. Schlegel, parece desconhecer ainda em 1809 o drama de Marlowe. Em 1816 aparece reproduzido o Fausto em Inglaterra, na antiga colecção — *Dodsley's Old Plays* — e nesse mesmo ano o jovem Guilherme Müller, companheiro dedicado de Arnim, Fouqué e Brentano, traduz a peça em alemão, e para ela escreve Achim von Arnim um interessante prefácio sôbre a vida e obras do célebre dramaturgo inglês (1).

Já Lessing, com a sua elevada intuição, sem conhecer Marlowe, afirmara que nas antigas peças alemãs se revelava a influência inglêsa, e no Fausto havia scenas que só o génio de Shakespeare seria capaz de idealizar.

Tieck no prefácio ao «Altenglisches Theater» assinala tambêm a influência inglêsa nas representações burlescas dos teatros de feira, como o Fausto e muitas outras peças sôbre o mesmo tema.

Certamente Goethe, no tempo em que a antiga lenda de Fausto lhe produziu impressões tão fundas e variadas, não conhecia a obra de Marlowe; só a 20 de março de 1818, depois que Arnim lhe envia a tradução de Müller, a ela se refere no seu diário. Um dia que o inglês Erabb Robinson conversava com Goethe sôbre o Fausto de Marlowe, teve êste a seguinte exclamação entusiástica: «Wie gewaltig ist das Ganze angelegt!».

Manifestou-lhe igualmente a intenção de traduzir para a sua língua a tragédia inglêsa. (Vid. *Doktor Faustus,* Tragödie von Christoph Marlowe. Aus dem Englischen übersetzt von Wilhelm Müller. Mit einer Vorrede von Ludwig Achim von Arnim. Herausgegeben und eingeleitet von B. Badt. Erschienen 1911 bei Eugen Rentsch, Verlag München) (2).

---

(1) O pai de Müller era grande apreciador da literatura inglesa: de Coleridge, Moore, Scott, Lord Byron e outros. Conviveu muito com o erudito Dr. Beresford, «Lektor» na Universidade de Berlim, com o qual estudou Milton e outros autores, aperfeiçoando-se no uso prático da língua. É natural que por intermédio dele conhecesse os *Old Plays* de Dodsley (1816).

(2) Eis a dedicatória com que Arnim ofereceu a Goethe a tradução de Müller: «Ew. Excellenz übersende ich die übersetzung des altengli-

Conquanto o drama de Marlowe, pela impetuosidade da acção, viveza de côres na pintura dos sentimentos, conhecimento pormenorizado da alma humana em todas as suas complexas manifestações, se possa considerar uma obra prima do teatro inglês, tem igualmente passagens dum realismo por vezes exagerado que quási toca as raias da imoralidade (1). Em nada êste facto lhe prejudica o valor, porque convêm não esquecer que uma obra literária não pode ser apreciada em absoluto, mas em relação à época em que foi produzida, ao gôsto literário dominante, e à cultura do meio. É preciso reagir contra o defeito de que não conseguem isentar-se muitas vezes críticos de notória fama que tendem a julgar os factos e as pessoas, não pela época histórica em que as cousas sucedem ou se praticam, não dentro do meio social em que se deram, mas pelo modo de crêr e de sentir da época contemporânea: não relativamenta ao mundo vivo em que surgiram, mas pelo critério do período em que escrevem.

Ora, é bem sabido que o público da renascença, talvez menos hipócrita que a sociedade moderna íntimamente corrupta sob a aparência de honestidade, apreciava sem rodeios os temas escabrosos, como infortúnios de mal-casados, proezas de frades rufiões, aventuras amorosas, e em harmonia com os assuntos usava uma linguagem expressiva, incisiva, cáustica, e quási sempre grosseira. Os ditos espirituosos, de sentido dúbio, eram freqùentes, e nos intervalos o bobo divertia os espectadores com as suas graças pesadas. Este carácter apresenta-se bem acentuado no teatro de Gil Vicente e de Shakespeare.

---

schen Faust im Auftrage des abwesenden übersetzers. Die Richtung aller neueren europäischen Kunstbildung zur Vorzeit hat auch dies Denkmal vorshakespearescher Kunst in England wieder ans Licht gefördert. Da es die wahrscheinliche Quelle des deutschen Volksschauspiels ist, so spricht es uns nicht fremdländisch an, aber freilich ist's grandioser im Ernst, auch leuchten einige der Sterne darin, die bei der Geburt Shakespeares schienen und die im Puppentheater allmälig untergingen».

(1) Calcada sôbre a obra de Marlowe, escreveu Greene a história de Rogerio Bacon. Em vez de elevar o herói da peça pela pintura moral dos desejos insaciáveis, de quem aspira a tudo conhecer, amesquinha-lhe o carácter, transformando o sábio e austero monge de Oxford num feiticeiro vulgar que utiliza a sua arte em acções bem mesquinhas: assim ajuda o príncipe de Gales a seduzir a filha dum guarda da floresta, bate em um mágico alemão na presença do imperador e dos reis de Espanha e de Inglaterra, e faz várias profecias de cortesão em honra da rainha Izabel.

Hoje, embora moralmente a decadência seja maior, não se toleraria tal liberdade de expressão. Com razão diz Byron: «À medida que os costumes se pervertem, predominam as expressões amaneiradas, os eufemismos, com que se encobrem as maiores baixezas morais». A consciência de muitos fica tranqùila logo que se salvem as aparências. Tudo é questão de palavras e de exterioridades.

Nas suas linhas gerais é bem patente a semelhança entre o Fausto de Marlowe e o de Goethe. Ambos encaram a vida pelo mesmo prisma; estão os dois possuídos dos mesmos ardentes desejos de sciência, poder, e gôzo que não encontram no meio acanhado e pretencioso dos eruditos; a religião, com a esperança da vida futura, não oferece garantias ao seu espírito e à sua contínua ambição, que carece de ser satisfeita imediatamente.

A aspiração santa de aperfeiçoamento, que parece ser o *Leitmotiv* do primeiro monólogo de Marlowe e Goethe, é contrabalançada pelo predominio das paixões humanas, pelos desejos da carne, que Marlowe fracamente descreve, mas que Goethe pinta com tanta arte, deixando-nos vêr no amor, de mistura com as misérias terrenas, alguma cousa de sublime e ideal. Marlowe apressa-se a familiarizar Fausto com o grande meio, e para isso fá-lo entrar em relações com os dois representantes do poder temporal e espiritual: o papa e o imperador.

Como homem da reforma, troça o pontífice e os cardeais e diverte o imperador com scenas de bruxaria, sem outro ideal que não seja o de contentar o grande senhor e extorquir-lhe algum dinheiro. A sua energia como que se apaga no meio de acções fúteis; a mesma feição porêm revela no primeiro acto da segunda parte a tragédia de Goethe. A preocupação do heroi — *Zum höchsten Dasein immerfort zu streben* — pressente-se já no Fausto de Marlowe, que tem um cunho essencialmente germânico.

As belezas do estilo estavam adequadas a um público que assistia às representações de Shakespeare, ao passo que no mesmo período o povo alemão, cuja cultura era muito reduzida, apreciava na obra dramática, como hoje ainda muitas vezes sucede, sobretudo o enrêdo complicado, os crimes sangrentos, ou então a graça banal e pesada.

Só a partir de 1586, quando as companhias de actores ingleses começaram a dar récitas freqùentes na Alemanha, o teatro alemão se purificou um pouco e se despiu dos artifícios grosseiros, em voga até então. Nenhuma peça foi tantas ve-

zes representada como o Fausto, o que aliás é bem explicável, porque o assunto era por assim dizer nacional e a alma popular, nas suas aspirações de actividade, desconhecidas da maior parte dos homens do sul, transparecia na figura lendária do célebre doutor. Pelas escassas notícias que até nós chegaram, relativas às primeiras representações dos inglêses na Alemanha, podemos ainda assim avaliar o bom acolhimento que a lenda sempre teve nos teatros alemães. A primeira representação do Fausto, de que temos notícia, realizou-se em Graz (1608); a segunda em Dresde (1626); e as seguintes na segunda metade do século XVII: Praga (1651); Hannover (1661), e Lüneburgo (1666).

As primeiras indicações sôbre o assunto da peça foram-nos dadas pelo diário de Georg Schröder, *Ratsherr* em Dantzig, e pelo mesmo temos conhecimento duma récita importante no ano de 1668. Pelo público de Munich foi ouvido o drama em 1669 com grande entusiasmo, obtendo também bom êxito em Basileia, em 1696.

Como a figura de Fausto se tornara popular pelas representações teatrais, diz-nos a nota da *Disquisitio historica* de Kirchner, o primeiro trabalho scientífico sôbre Fausto, aparecido em 1683: «So hat demnach dieser Zauberer sein Leben ziemlich obskur zugebracht und man würde noch weniger von ihm wissen, wenn er nicht von den Komödianten sogar vielmals aufs Theatrum wäre gestellt worden».

O século XVIII conservou a tradição, ainda que um pouco apagada na sociedade literária, como o atestam as inúmeras vezes que o Fausto subiu à scena. Num teatro de Viena (Possenbühne) foi a peça expurgada de todas as passagens alusivas a política e a religião. Em lugar do imperador, entra o duque de Parma. Mefistófeles aparece em scena, não em trajo de monge, mas no de cavaleiro espanhol, na qualidade de «edler Iunker», como na tragédia de Goethe. Lembremos que na scena da «Auerbachs Keller» Mefisto, para intrigar os estudantes que o não conhecem, quer fazer-lhes acreditar que êle e o seu companheiro tinham chegado de Espanha:

«Wir kommen erst aus Spanien Zurück,
Dem schönen Land des Weins und der Gesänge.»

É evidente que o apreço em que a lenda era tida havia de variar de época para época. Um homem culto do seculo XVIII não lhe podia prestar o mesmo crédito que um autor do século XVI ou XVII. Num período de superstição e

misticismo, a história da vida de Fausto tinha alto valor pela suposta realidade e conclusão moral nela implícita — o perigo de aprofundar os mistérios insondáveis da natureza. Numa época de criticismo e racionalismo a lenda de Fausto devia ser olhada com certa indiferença. O público do século XVIII, em geral descrente, só com repugnância podia admitir nas acções humanas a intervenção do demónio, que lhe parecia ridícula e banal.

Gottsched, desejando reformar o teatro, e elevá-lo da decadência profunda, em que jazia no século XVII, viu frustrados os seus esforços, porque não compreendeu que o valor da obra literária consiste principalmente na originalidade; não atingiu a diferença, que Goethe caracteriza no interessante diálogo de Wagner e Fausto, entre o pensador genial e o copista servil e nulo. Assim, recomendava a imitação da literatura francêsa, a obediência à regra das três unidades: unidade de tempo, de lugar e de acção, erradamente interpretadas e compreendidas, como o provou Lessing na «Hamburgische Dramaturgie». Espírito sêco e medíocre, não viu que a sujeição às regras era um obstáculo à livre expansão do sentimento humano. Na sua importante obra — *Versuch einer kritischen Dichtkunst,* — considera como uma das causas principais da decadência do teatro alemão a introdução de espíritos e harlequins (Hanswürste) nas obras dramáticas, o que se generalizara com a divulgação das peças sôbre Fausto, representadas sobretudo nos teatros de feira. São estas as suas palavras textuaes: «Das Mährchen von D. Faust hat lange genug den Pöbel belustiget und man hat ziemlichermassen aufgehört, solche Alfanzereyen gern anzusehen».

*

Não há dúvida que o enrêdo complicado e as scenas de feitiçaria se prestavam à exploração dos empresários de teatros que, sacrificando a arte, só eram guiados pela ganância do lucro. (Vid. *Vorspiel auf dem Theater. Faust von Goethe. Erster Teil*). Obra ao mesmo tempo mixto de mágica e tragédia é a chamada *Maschinenkomödie* que a companhia de Kurz Bernardon representou em Francfort a. M. em 1768. Uma ideia aproximada do carácter da comédia, em que se alia o patético mais elevado ao cómico mais grosseiro obtem-se pela leitura do cartaz em que foi anunciada a representação da referida peça, que transcrevo no original, para em nada desvirtuar as intenções do célebre empresário que ainda aos

oitenta anos percorria o sul da Alemanha e a região renana, com a sua companhia sempre apreciada:

Eine zwar uralte, weltbekannte, auch zum oftern vorgestellte,
und auf verschiedene Art schon gesehene
Grosse Maschinen Comödie,
Welche aber von uns heute auf solche Art soll aufgeführet werden,
dass es solcher gestalten wohl schwerlich von andern Gesellschaften wird,
seyn gesehen worden; genannt:
In Doctrina Interitus
Oder das lastervolle Leben und erschröckliche Ende des
Weltberühmten und jedermänniglich bekannten
Erzzauberers Doctoris Joannis Fausti,
Professoris Theologiae Wittenbergensis.
Nach dem Sinnspruch:
Multi die stygia sine fronte palude jocantur,
Sed vereor fiat, ne jocus iste focus
Das ist:
Wir pflegen von der Höll'nur ein Geschäft zu machen,
Bis sich in Weinen kehrt ihr boshaft freches Lachen.

Mit Crispin, einem excludirten Studenten-Famulo von Geistern übel vexirter Reisender, geplagten Cameraden des Mephistopheles, unglücklichen Luftfahrer, lächerlichen Bezahler seiner Schulden, natürlichen Hexenmeister, und närrischen Nachtwächter.

É natural que o jovem Goethe, no regresso de Leipzig, tivesse assistido à representação da peça. Durante a sua estada em Strasburgo em 1770, foi levado à scena pela companhia de Illgner e certamente não lhe teriam faltado ocasiões de ouvir o Fausto nos teatros de feira da sua terra natal, em Strasburgo e em Leipzig. Na sua alma de rapaz, no momento em que a actividade do corpo e do espírito estavam em laboração contínua e intensa, a peça havia de produzir impressão que não se desvaneceria fácilmente. Segundo a indicação de Raab, a comédia referida consta de quinze scenas e começa por uma pomposa *Dissertatio de Fausto* no seu *Musaeo,* a que não falta certo ressaibo erudito sôbre se será preferível dedicar-se ao Studium Theologicum ou ao Nicromanticum.

A seguir vem a conjuração de Mefistófeles, as graças chocarreiras de Crispim com os espíritos, o contacto com o demónio, a viagem aérea dêste e de Fausto ao palácio de Parma, as proezas praticadas por Fausto na côrte, etc., etc.

Na scena décima, o ponto culminante da acção, aparece um cemitério com vários epitáfios. A Fausto não repugna profanar a sepultura do próprio pai e utilizar-lhe os ossos nas suas artimanhas mágicas. Mas nesse momento o espírito do pai aparece e demove-o de resolução tão perversa. Por

pouco não se decide a trilhar o bom caminho. É tarde, e, vigilante, o espírito mau não lhe permite a conversão, levando-o numa nuvem de fogo para a região das sombras.

A vida de Fausto, pela sua complexidade e grandeza, e ensinamentos morais que dela se podem deduzir, tornou-se fonte riquíssima de inspiração, a que grandes espíritos foram buscar o tema das suas obras dramáticas. O maior génio do século das luzes (Aufklärung), Lessing, sentiu-se igualmente atraído pelo sugestivo assunto e pensou em escrever um drama de acção empolgante, apesar da advertência de Mendelsohn: «Eine einzige Exclamation, o *Faustus, Faustus* könnte das ganze Parterre lachen machen».

Depois do êxito extraordinário alcançado com a «Miss Sara Sampson», dedicou-se com todo o entusiasmo e afan em outubro de 1755 ao nôvo trabalho que interrompeu, como escreve a 12 de dezembro ao seu amigo Von Breitenbauch, na intenção de o continuar no regresso da projectada viagem a Inglaterra, que não chegou a fazer, em virtude da guerra dos sete anos. A 8 de julho de 1758 escreve a Gleim: «Dentro em pouco será representado o meu Doutor Fausto. Venha depressa a Berlim, para o poder ver». Uma das suas curiosissimas cartas literárias (Literaturbriefe, 1759), publicadas de sociedade com Mendelsohn e Nicolaï, a 17.ª, contêm um fragmento do Fausto.

Em Breslau e Hamburgo entrega-se novamente à composição da obra, e propõe-se fazer de Fausto uma dupla figura: um baseado na lenda, outro livre de todas as relações com o demónio, em que o papel de corruptor seria desempenhado, não pelo enviado dos espíritos infernais, mas por qualquer homem perverso. Procurava-se banir o sobrenatural; reflectia-se na pintura dos caracteres o espírito filosófico da época, levado ao excesso, pois reconhecia à inteligencia direitos soberanos e únicos, em detrimento do sentimento, e assim se caíu naturalmente em um exagêro ridículo, a que a filosofia de Kant procurou pôr termo: a confiança absoluta na sciência e, *ipso facto,* um pedantismo, filho da consciência da superioridade e do orgulho de sábio.

Só do primeiro dêstes planos possuímos alguns esbôços de Lessing; dos outros não temos mais do que escassas notícias. Os manuscritos perderam-se com uma caixa que o poeta em 1775 enviou de Viena para Wolfenbüttel. Chegou a sustentar-se que Lessing desejava publicar o seu trabalho logo depois do de Goethe. Tais afirmações carecem de fundamento. Goethe, ao começar o Fausto, ignorava por completo

os planos de Lessing, e quando estes apareceram em 1786 no «Theatralischer Nachlass» não exerceram influência sensível no desenvolvimento da acção.

Há, porêm, uma coincidência interessante entre as duas obras, aliás explicável pela feição da época em que ambas foram produzidas: Fausto não é condenado: triunfa do mal e salva-se. Como explicar solução tão original? As mesmas razões que no século XVI faziam de Fausto um homem digno de castigo — o desejo da sciência e o amor da verdade — dão-lhe no século das luzes a consideração devida ao espírito superior cheio de zêlo e entusiasmo, que não se contenta com ilusórias aparências, mas aspira, sem medos nem escrúpulos, conquanto tenha de derruir sciência consagrada de há muito, a alcançar a verdade, supremo e respeitável ideal, nunca por completo realisável. Ainda assim, há diferenças profundas entre a tragédia de Lessing e a de Goethe, o que é muito natural, dada a diferença de caracteres dos dois grandes génios, posta em relêvo com toda a verdade por Stapfer nos seus valiosos «Études sur Goethe». Goethe e Lessing são ambos críticos e poetas. O segundo é crítico por disposição; tornou-se poeta por um acto da vontade. Compraz-se em discussões filosóficas; é combatente decidido que se deleita com a polémica e para ela vive. As suas poesias, fábulas, e dramas são instrumentos ao serviço de uma ideia que procura fazer triunfar. Em toda a sua obra manifesta grande azedume contra as injustiças sociais, antipatia instintiva por todos os que se elevam pelo acaso, sem virtudes nem talentos. É um temperamento revolucionário, rude na linguagem, no carácter, e nos costumes. Não tolera o domínio dos ignorantes e deficientes; proclama bem alto a superioridade do talento e do carácter.

A fortuna adversa perseguiu-o muitas vezes; a necessidade serviu-lhe de estímulo, e, se triunfou, que o agradeça à sua perspicaz inteligência e tenaz vontade.

O primeiro é poeta por natureza; a sua grande preocupação é a arte, é criar; as suas poesias, obras de ocasião, muitas vezes pessoais (Gelegenheitsdichtungen) pela objectividade da expressão, pela realidade em que se inspirou, tornam-se por assim dizer impessoais.

Não quer dizer que a reflexão filosófica fosse extranha ao espírito de Goethe: mas foi principalmente pela influência de Herder, de Schiller, e de toda a Alemanha erudita e austera, que, com o decorrer da idade, se elevou às regiões da metafísica, às abstracções enigmáticas, feição esta que se acentua no segundo Fausto, que à primeira vista parece uma série

de enigmas e logogrifos. Nos primeiros anos da sua juventude, Goethe sente antipatia instintiva pelas abstracções, pelas teorias, pela metafísica. Transparece isto bem nos termos com que Mefistófeles aconselha Fausto a lançar-se no turbilhão da vida:

«Drum frisch! Lass alles Sinnen sein,
Und g'rad' mit in die Welt hinein!
Ich sag' es dir: ein Kerl, der speculirt,
Ist wie ein Thier, auf dürrer Heide
Won einem bösen Geist im Kreis herum geführt,
Und rings umher liegt schöne, grüne Weide».

A superioridade do seu génio está na maravilhosa intuìção artística, no poder extraordinário de observar os factos e de os relacionar, apreciando e apreendendo no conjunto o aspecto poético das coisas, numa palavra, na bela actividade criadora que revela nos estudos mais complexos e opostos: na poesia, nas sciências naturais, na pedagogia, na política, etc.

No drama de Lessing predomina claramente o aprêço desmedido do intelecto. O herói salva-se pelo amor à sciência. No fim do Fausto, Lessing expõe pela boca dos anjos as suas ideias: «Die Gottheit hat dem Menschen nicht den edelsten der Triebe gegeben, um ihn ewig unglücklich zu machen».

O Fausto de Goethe representa o caracter do autor, define as suas ideias filosóficas, scientíficas, e morais. O seu espírito ávido de verdade, trabalhando num laboratório escuro, povôa-se de pensamentos sinistros e sombrios. Por isso Goethe afasta-o dos livros carcomidos pelo decorrer dos séculos; leva-o ao campo, para admirar os encantos da natureza e aspirar o ar puro de um belo dia primaveril.

Deus para Goethe é o bem; o mal não tem existência positiva; é a condição necessária do primeiro. É obstáculo inevitável, porque nulo seria o valor do bem, se êste se adquirisse sem o mínimo esfôrço. Não seria digno de recompensa o indivíduo que sem dificuldades, num mundo de rosas, satisfizesse logo os seus ideais. O homem aspira incessantemente às regiões da verdade, procura resolver todos os mistérios, o que felizmente é impossível.

Se o conseguisse, desapareceria o progresso; faltar-nos-ia o grande estímulo — a legítima ambição da sciência. Na luta contra o meio físico e social tempera-se o carácter. Nesta ordem de ideias, dizia Lessing que, se Deus quisesse dar-lhe a verdade, recusaria tão grande dom, preferindo o trabalho de investigação. É hoje admitido por muitos que a abundân-

cia em excesso das riquezas naturais é talvez causa importante do definhamento de um povo. Quando a natureza é pródiga, o homem enerva-se; não carece de desenvolver a mesma energia que o habitante da região estéril para arrancar à terra os parcos alimentos. Confirmam bem esta asserção os povos escandinavos e germânicos, sobretudo os holandêses, que ao mar conquistaram o próprio solo.

Goethe é o primeiro a dar-nos o exemplo claro de quanto pode uma vontade extraordinária, ao serviço de uma inteligência privilegiada. Ainda nôvo, exercitava-se no domínio de si próprio, sofrendo sem se lamentar os máus tratos dos companheiros de escola; subia ao alto da catedral de Strasburgo para se curar de vertigens; assistia a operações de cirurgia para refrear a sensibilidade. Na velhice causava admiração a todos pela coragem estoica com que suportava o sofrimento.

O Fausto de Goethe é mais que o homem do século XVIII; é o «uomo universale» da renascença. Salva-o a sua actividade persistente e contínua.

«Wer immer strebend sich bemüht, den können wir erlösen», são as palavras com que os anjos confundem os espíritos infernais que se preparam para caír sôbre a vítima. Esta largueza de vistas em Goethe e Lessing mostram um grande princípio de tolerância e de respeito pela liberdade de consciência.

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 5, pag. 262)

XCV

GUIMARPY

Ourives francês, de Borgonha. Tinha estado um ano em Portugal e depois ausentou-se para Flandres, haveria 7 ou 8 anos, donde voltára em 1549, achando-se alojado na rua dos Fornos, em casa da Bigota. Quando viveu em Lisboa era companheiro de casa de Jaques Laniel, Jaques Elpage e João Rocar, que residiam na mesma rua, no andar de cima e elle no de baixo. Em 19 de dezembro do referido ano foi ao Tribunal do Santo Ofício confessar-se que, na quaresma, comêra uma lebre (1).

XCVI

HENRIQUES (GABRIEL)

Ourives de prata. Em 1574 estava em Ferrara, tendo-se convertido ao judaismo. Em 1580 foi de Ferrara para Turim um António Fernandes e então o confitente fez-se judeu e foi circuncidado em casa de um judeu português que cá se chamava Gabriel Henriques e em Ferrara José Serralvo, ourives (2).

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 443.
(2) *Ibidem*, pag. 160 e 233.

XCVII

HILDEBRAND (IMYNGO)

Alemão, ourives da prata. Em 19 de abril de 1572 confessou que em França comunicára com luteranos, acreditando diversas das suas heresias. Confessara-se já a um padre flamengo, Arnaldo, *visitador das velas estrangeiras,* declarando ter dois irmãos: um, João, ourives, assistente em Castela, e outro, Stardeiro, pintor, que ficára na Alemanha (1).

XCVIII

HOMAR

Lapidário ou ourives, alemão ou flamengo. Em 1 de abril de 1541 foi denunciado, dizendo-se que êle estava casado com uma freira professa, com quem o casou Fr. Martinho Luthero (2).

XCIX

HOMEM (ANTÓNIO)

Francês, ourives do ouro, engastador. Vide *Denúncias da Inquisição* (3).

C

JAQUES (JOÃO)

Ourives do ouro, residente no Rio de Janeiro. Era hamburguês de nação, mas tendo vindo de menor idade para Portugal onde aprendeu o dito ofício, passára ao Rio de Janeiro, aí casára e tinha duas filhas. Em consequência da ordem que fôra ao capitão general para remeter a Lisboa todos os franceses e castelhanos que houvessem naquela terra foi

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 229.
(2) *Ibidem*, vol. VI, pag. 99.
(3) *Ibidem*, pag. 184.

compreendido tambêm nesse grupo, não obstante ser de nação amiga, pelo que pediu que ali o deixassem ficar, o que lhe foi concedido por alvará de 11 de março de 1709.

«Ev ElRey faço saber aos que esta minha prouizão virem que tendo respeito a João Jaques, morador no Rio de Janeiro, ouriues do ouro, me reprezentou ser de nação amburges e ter uindo para esta corte de idade de catorze annos, onde aprendera o dito officio de ouriues, e passando a ditta capitania se achaua nella cazado com duas filhas, e que sendo preso por ordem do gouernador e capittão geral dom Fernando Martins Mascarenhas para se embarcar para esta corte em execução da ordem, que mandei passar para se remeterem para ella todos os fransezes e castelhanos, que houuesse naquella conquista, fazendolhe prezente que lhe deuião varias diuidas como tambem o ser de huma nassão amiga desta corte e naturalizado neste Reino pella menoridade em que viera e se achar cazado = lhe não diffirira a sua soltura sem dar fiansa para dentro em hum anno se embarcar ou mostrar ordem minha, em que houuesse por naturalizado na terra pedindome que assim o mandasse declarar, e tendo a tudo consideração e ao que alega e mostrou pellos documentos que aprezentou, hey por bem fazer merce ao ditto João Jaques de lhe conceder a dispença para poder ser conservado na capitania do Rio de Janeiro como os mais meus vasallos, visto não ser das nassões estrangeiras prohibidas neste Reino pello que mando ao meu gouuernador etc.... Manoel Gomes da Silua a fes em Lisboa a onze de março de mil sette centos e noue. O secretario Andre Lopes de Laure a fes escreuer. Rey» (1).

CI

JORGE (DOMINGOS)

Ourives da prata, morador em Lisbôa, a quem, por carta de 26 de março de 1619, foi insinuada e confirmada a doação que lhe fizera seu tio, o padre João Jorge Mafra, de um fôro de treze mil réis que tinha na quinta de Colares.

«Dom Felipe etc. faço saber aos que esta minha carta virem que Domingos Jorge, ouriues da prata, morador nesta cidade de Lixboa, me ynviou dizer que o padre Yoam Jorge Mafra, seu tio, lhe doara treze mil reis de foro que tinha na quinta de Colares como constava do ynstromento da doação que oferecia e por paga da contia dos trinta cruzados da ordenação he perguntarão testemunhas em como a dita doação fora feita de livre vontade do dito padre Yoão Jorge Mafra, o qual outro si fora perguntado na forma da ordenação livro quarto, tittolo sesenta e dous parafo primeiro, e pello dito ynstrumento de testemunhas yunto constava ser a doação feita sem constrangimento de pessoa algũa; pello

(1) Chancelaria de D. João V, *Ofícios e Mercês,* liv. 3.º, fl. 326.

que me pedia lhe mandase pasar carta de confrimação da dita doação na forma custumada e receberia merce, he visto seu requerimento e ymfromação que se ouve pello L.do P.o Fialho, coregedor do ciuel desta cidade de Lisboa, que ouvio ao doador na forma da ordenação, he o mais que de sua infromação constou e seu pareser, hei por bem e me praz de confrimar he ynsinuar ao supp.te a doação de que faz menção, asi e da maneira que nela he contheudo, e mando que se lhe cumpra e guarde como nella he declarado e por certeza diso lhe mandei pasar esta carta, e mando outrosi as justiças a que o conhecimento della pretencer a cumprão e guardem como nella se contem. ElRei noso senhor o mandou pellos doutores Luis da Gama Pereira e Aluaro Lopez Moniz etc. Pedraluarez a fez em Lixboa a vinte e seis de março de seis cemtos e dezanove. Manuel Fagundes a fez escrever» (1).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Chancelaria de D. Filipe II, *Doações,* liv. 42, fl. 116.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Investigações istologicas — I — *Cadaverisação e autolise (estado actual da questão)*, por Geraldino Brites. Coimbra, Typ. França Amado, 1912.

Investigações istologicas — II — *Cadaverisação e autolise da medula espinhal*, por Geraldino Brites. Coimbra, Imp. da Universidade, 1912.

Expedição portugueza ao Muatiânvua, 1884-1888. — Descripção da viagem á Mussemba. Volumes I, II, III, IV. — *Methodo pratico para fallar a lingua da Lenda, Meteorologia, Climatologia e Colonisação. — Climas e produções. — Ethnographia e Historia tradicional*, por H. de Carvalho. Lisboa, Imp. Nacional.

Ethiopia oriental, por Fr. João dos Santos. Lisboa, Escript. da Empreza, 1892.

Une femme du monde, por Ernest Daudet. Paris, E. Dentu, 1879.

A Anthropologia criminal e o Congresso de Bruxellas, por Ferreira Deusdado. Lisboa, Imp. Nacional, 1894.

Livraria do Lavrador — VII — *Manual do Enxertador*. Porto, Offic. do «Commercio do Porto», 1912.

Livraria do Lavrador — VIII — *A cultura da batata*. Porto, Offic. do «Commercio do Porto», 1912.

Livraria do Lavrador — IX — *A Oliveira*. Porto, Offic. do «Commercio do Porto», 1912.

Portugal — Ministerios dos Negocios da Fazenda — Censo da população do reino de Portugal no 1.º de dezembro de 1900. Volumes I, II e III. Lisboa. Imp. Nacional, 1905.

Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria — Decretos, portarias e circulares publicados desde 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1899. Lisboa, Imp. Nacional, 1900.

Relatorios especiaes dos Consules de Portugal ácerca da producção, fabrico e consumo dos vinhos. Lisboa, Imp. Nacional, 1870.

Legislação sobre cereaes.

Logares Selectos dos Classicos portuguezes, por A. Cardoso Borges de Figueiredo. Coimbra, Liv. J. A. Orcel, MDCCCLXIII.

O ensino carcerario e o Congresso penitenciario internacional de S. Pertersbourgs, por Ferreira Deusdado. Lisboa, Imp. Nacional, 1891.

Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria — Fomento agricola e industrial — Minas e aguas mineraes. Lisboa, Imp. Nacional, 1892.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quaes existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el ALBERTO DA CUNHA DA ROCHA SARAIVA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 6

1913
Junho

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 289
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria*, por SOUSA VITERBO 301
Memórias de Castilho, por JULIO DE CASTILHO 305
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 321

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871–1875

(Cont. do n.º 5, pag. 254)

VII

Apparecimento do *Fausto* ao Público portuguez. — Testemunhos benévolos, e críticas malévolas, da Imprensa. — História verdadeira e documentada de um telegramma indigno. — Gaiatice infamissima de dois ou tres miseraveis sem pudor, e de mais a mais cobardes.

O certissimo é, que a apparição do *Fausto* foi um dos acontecimentos mais notaveis do nosso tempo. «O maior acontecimento literario do anno de 1872, e cremos que o futuro não virá desmentir-nos» — lhe chama o snr. Alberto Pimentel.

Camillo Castello Branco escreveu:

«Bem ponderados os elementos que subsidiaram o snr. Visconde de Castilho na árdua interpretação do poema-drama de Goethe, podemos afoitamente dizer que está vertido em linguagem portugueza o *Fausto*.

«A emprêza era seductora para poeta affeito a sahir-se honrosamente de emprehendimentos arriscados; mas as fadigas, os desânimos e hesitações, deviam de antemão agorentar-lhe os júbilos da tarefa levada a tão lustroso êxito.

«O snr. Visconde de Castilho tem hoje setenta e dois annos. N'este praso adiantado da vida os grandes talentos repousam sob as refloridas glorias dos outomnos de boa safara; e os talentos extraordinarios afestoam-se de recentes grinaldas. O dextro jardineiro tira prodigiosas flores, redobrando e rajando as pétalas que abrolhavam, annos antes, singelas, bem que formosas, na mesma tige. O arbusto en-

velhece, e a flor renova-se mais betada de cores e opulenta de graças. Assim aquelle peregrino engenho do mais insigne poeta portuguez da nossa edade.

«A Providencia remuneradora deu-lhe a claridade perenne da alma, o diluculo da phantasia sem as sombras do entardecer, o amor tenaz ás creações que lhe ressurtem do recolhimento intimo, os mundos encadeados nos mundos onde não chega a luz solar, que, a par e passo que allumia, vai queimando e fenecendo.

«Escreve ha cincoenta annos aquelle grande homem! As suas lyricas da mocidade mais em flor, todos as sabeis, vós os bons filhos d'esta já um dia tão cantada e desvanecida mãe dos seus Bernardes e Mirandas. Todo o homem de alma agradecida, e mais ou menos culta, vai ainda ás margens do Mondego procurar o moço Castilho, entre as duas fadas do «Amor» e «Melancolia», que tão brandamente lhe acalentaram saudades do sol que se esquivara a Milton e a elle, ao poeta das rudes batalhas do ceo, e ao poeta das serenas delicias da terra, ao scismador das pugnas entre Deus e Lucifer, e ao contemplador da alliança entre Deus dadivoso e o homem desbastado pelo esmeril da sciencia util e generosa.

«E desde aquella aurora, que dia tão longo de suave lida! um dia de meio seculo sempre juvenil! os cabellos a nevarem-se-lhe, e o coração a reverdecer! o tempo a enrugar-lhe a fronte, e o cerebro dentro a polir-se para reflectir quantas imagens donosas são e formam o ideal, o ideal de que se faz e doira a felicidade humana! O gigante mostra-vos o coração, e abaixa-se até ás creancinhas, para que lhe tomem a sciencia ensinada pelo amor. Vem lá do alto da poesia majestosa, e entra na escola entre meninos. Sahe, e levanta-se até hombrear com os thronos. Ahi soluça o carme que exora a liberdade de um condemnado á perpetua grilheta! um ancião, resgatado dá morte corporal pelo egregio animo que destecera a escuridão, a morte moral, a ignorancia abafadora do espirito da creança!

«E, sempre com a lyra ou com a harpa, alternando amoraveis contentamentos com elegiacas melancolias, desterroando agros para alqueivar as searas das gerações vindoiras, e levando pela mão o anjo da poesia pelos atrios dentro da esteril e soberba sciencia, que os philosophos enviam ao grabato da miseria inconsolavel.

«Oh! como este grande e illustre poeta nos tem amado, a todos os que vivemos do trabalho!

«E um dia o incomparavel nacionalisador de Virgilio e Theo-

crito (1), de Ovidio e Molière, lidava, como quem docemente repousa, na transplantação de Shakespeare. O verter do latim e do grego, elle que sabe a lingua de Catullo, como se a conversasse com Horacio no triclinio de Mecenas, e adivinha os amoríos languidos da hellenica, por aquella infusão que no cenaculo se chamou *graça,* e cá profanamente denominamos *genio,* elle o bem-fadado a encher de joias os escaninhos ainda vazios do nosso thesoiro litterario, aprestava-se a dar-nos as obras primas do grande tragico inglez, quando por ventura lhe aventaram que seria mais heroico tentamen traduzir o *Fausto.*

«Venha o *Fausto;* revolvam-se as massas d'esse cahos intellectual debaixo do luzentissimo interprete; dêem-lhe a decifrar enigmas defezos ás Sibyllas germanicas; peçam-lhe um prodigio de entendimento, e outro prodigio de linguagem; olhem se no espirito do eminente poeta ressoam ainda as harmonias omnímodas do metro, a magia só d'elle em multiplicar os rythmos, á proporção que lá na intuspecção luminosa se lhe multiplicam os pensamentos.

«Eil-o a peito com Goethe, com o mais profundo e abstruzo livro do mundo, no dizer de Gerard de Nerval.

«Ahi está o *Fausto;* ahi teem os Portuguezes o poema que esfervilha na cabeça escandecida de duas gerações, o livro que pregôam immortal os Allemães, porque a poesia de alem Rheno attingiu ahi o maximo grau de sua perfeição, o livro que a França traduziu cinco vezes, e (segundo confessa o ultimo e mais dextro traductor) ainda mal entende nos mais mysteriosos relanços.

«Mas, no traslado do snr. Visconde de Castilho o *Fausto* entrevê-se inteiro em todos os seus contornos, atravez das nevoas do Norte. Debaixo do ceo peninsular a neblina rarefez-se. Aqui, os livros mais apocalypticos, se teem ideias de entender e servir, e mão de talento insigne que lh'as tire á luz, são livros uteis».

. . . . . .

«O que eu leio, com assombro, é este *Fausto* do snr. Visconde de Castilho, escripto em uma lingua que me dá orgulho de haver nascido onde ella assim se escreve. Vou, por estas quatrocentas paginas além, marginando-as de notas, sublinhando phrases, assignalando admirações, no terso, na limpidez, no terrivel, no suave, no despejo, na candura do verso.

---

(1) Leia-se *Moscho.* Nota do autor d'estas *Memorias.*

*

Livro muito para recreio, e muitissimo para estudo. É a summa das mais lindas e energicas locuções da nossa rica prosodia; é um exemplar para metrificadores; um enlevo para reflexivos; e ainda, para todos abranger, é um mavioso incentivo a lagrimas, que a mais santa moral converte em perolas no coração de quem houver chorado com as saudades de Margarida, e estremecido com os remorsos de Fausto.

. . . . . .

«Deve-se, e é proveitoso — conclue Camillo Castello Branco — trasladar passagens de um livro que se recommenda, quando o autor não é este, de quem o encarecer-lhe a obra com amostras seria desairosa inculca ao leitor. Elogiar um livro do Visconde de Castilho, com o intento de alliciar compradores, é verdadeiramente uma coisa triste, e não sei se vilipendiosa para o idolo, para o thuriferario, e para o concurso dos poucos que ainda param no portico do templo.

«Os meus louvores ao eminente sabio são reverentes, respeitosos, e tímidos. O discipulo vai assim agradecer o novo modelo dos seus estudos, e abraçar este grande glorificador das Letras portuguezas».

. . . . . .

*

Falou o peregrino engenho de Camillo; e falaram muitos outros literatos em termos do maior encómio. Quando aquelle bello volume sahiu dos prelos da Casa Moré, do Porto, correu em todo o jornalismo um desacostumado frémito de enthusiasmo; a propria acrimónia, com que uns críticos mordazes, diffamadores gratuitos de uma obra nacional, se atiraram a querer obstruir as rodas do carro d'aquelle triumpho, mostra bem quanto o enthusiasmo foi geral, e lhes doía a elles, ¡pobres offuscados de tanta luz!

Possuo, e conservo com muito aprêço, alguns dos artigos, com que a Imprensa em Lisboa e no Porto celebrou o apparecimento do *Fausto;* e se menciono os detractores, é só por espirito de artista: preciso do claro-escuro. Os entendedores pasmaram da valentia intellectual, com que o velho literato se atrevia ainda, nos seus annos de *decadencia,* a taes emprêzas, tão árduas, tão ingremes. Os invejosos... esses morderam-se, pois não sabiam mais.

Os críticos sensatos são muito uteis; mas, ainda assim, os invejosos, os malédicos, tambem o são; direi mais: são necessarios. Saudemos portanto a cohorte (digâmos antes a patru-

lha) que sahiu a campo, e louvemos a dedicação, com que esses homunculos tomaram a si o ingrato papel, que toda a outra gente recusaria, de escravos ebrios n'uma ovação.

*

N'isto, deu-se um caso hediondo, que é bom, como lição, ficar exarado n'este archivo.

Sahira a final no Porto um grosso volume, muito annunciado, de acintosa crítica ao *Fausto*. Contava-se com esse livro, para dar mais um desgôsto sério a Castilho; e ao passo que todos o enchiam de carinhos, mãos portuguezas comettiam a perfidia que vou narrar.

Em 18 de Setembro, ás 3^h 47′ da tarde, chegava do Porto a Lisboa, com a errónea direcção para *S. Francisco de Paula* (estação das Necessidades) um telegramma concebido n'estes termos textuaes:

«Visconde de Castilho.

«São Francisco de Paula Lx.ª. Sahio critica escandaloza. Caso serio e muito. Acuda-se. Acuda-nos. — *Camillo*».

O destinatario do extranhissimo telegramma escreveu immediatamente ao insigne romancista, perguntando-lhe o que significava aquelle brado, e pedindo com urgencia explicações. No dia 20, ás 11^h 9′ da manhan, recebia este outro despacho telegraphico authentico:

«Visconde de Castilho.

«Rua do Sol ao Rato. Lisboa.

«Não telegraphei. Pela redacção do telegramma devia conhecer a patifaria. — *Camillo Castello Branco*».

Certamente: a errada direcção para *S. Francisco de Paula,* onde Castilho não morava já, em vez de *Rua do Sol,* bem conhecida de Camillo, mostrava o engano; mas não se reparou; imaginou-se confusão de memoria.

Logo depois chegava esta carta:

«Meu amigo.

«Fiquei espantado quando li a carta de V. Ex.ª. Corri ao telegrapho. Vi a porca velhacaria. Quiz instaurar qualquer processo que me levasse na piugada do infame; mas seria inutil qualquer tentativa. José Gomes Monteiro é de opinião

que a torpeza sahiu do club de..... e mais ninguem, se não é do..... Lamento que V. Ex.ª não atinasse logo com a procedencia do tal telegramma. Eu nunca poderia transmittir semelhante coisa, onde nem sequer por entre a malvadez revê a verosimilhança. Pena tenho que V. Ex.ª se affligisse; mas a minha carta ahi recebida no dia 20 devia tranquilisal-o. Hoje remetto o opusculo. De saude, muito muito mal. A cabeça tem dentro um inferno de zoeiras incomportaveis. Adeus.

«De V. Ex.ª amigo verdadeiro. — 21 de Setembro de 1872. — *Camillo Castello Branco*».

A carta a que elle alludia era com effeito esta:

«Meu querido amigo.

«Appareceu hontem o calhamaço. Vi-o pelo lombo, e creio que não irá mais dentro a minha curiosidade. Consta-me que se diz lá que eu não sei patavina de escripta portugueza. Estou satisfeito. Não leio a critica, porque me não sobra tempo para ler e reler os livros de V. Ex.ª, onde aprendo. José Gomes Monteiro deu-me a perceber que ia levantar a luva suja. Já é coragem!

«Adeus, meu amigo; a doença tira-me até o gosto de conversar com V. Ex.ª de quem sou amicissimo.

«Porto, 19-9-72. — *C. Cast.º B.co*».

Em 25 tornava Camillo ao assumpto:

«Meu querido Visconde.

«O Gomes Monteiro disse-me á puridade que já principiara a escrever, um tanto envergonhado do adversario. Tambem elle, em harmonia com V. Ex.ª, está persuadido da ignorancia do..... em lingua alleman.

«Mandei ao *Commercio do Porto* a cartinha que remetto. Esta insignificante coisa fez um mal imprevisto á jolda dos ladrões..... é o proprietario da typographia onde os brejeiros imprimem os livros, e se ajuntam a pactuar as infamias. Este..... já me roubou a mim 200$000 réis; eu quiz castigal-o judicialmente, mas a Relação do Porto despronunciou-o, mandando-me intentar de novo a acção de roubo litterario. Elle só pode entrar em coisas litterarias como ladrão.

«Não se vende nada do livro do burro. Está castigado. Pode ser que em Lisboa a confederação academica lh'o compre; mas eu duvido que toda a confederação expremida expume um quartinho. Escuso dizer-lhe, meu amigo, que me

alegra a sua alegria na leitura da *pochade* que lá mandei. Antonio Augusto encareceu o merito da coisa, e Thomaz de Carvalho enviou-me quatro palavras muito cordeaes. Creio que em Lisboa não se vende o opusculo. Imprimi-o sem editor, e não me canço a espalhal-o. Quem de lá o quizer que o mande cá procurar. N'isto do mechanismo de vender livros, não sei nada. Desde hontem que estou mais doente, e a noite passada não cerrei olhos com um incommodo gastrico. Nem estomago, nem pernas, nem olhos, nem ouvidos. Estou de todo perdido.

«De V. Ex.ª muito affectuoso — 25 de 7.bro de 1872. — *Camillo C. B.co*».

A correspondencia alludida era esta:

«Snr. Redactor.

«Não venho irrogar censura á Direcção da Estação telegraphica do Porto, porque n'aquelle estabelecimento não pode haver um preciso conhecimento dos infames que ali vão transmittir telegrammas, subscrevendo-os com alheios nomes.

«Na tarde do dia 18 apresentou-se quem quer que foi, enviando ao snr. Visconde de Castilho um telegramma em meu nome, com o intuito de obrigar aquelle cavalheiro a vir ao Porto. Ao mesmo tempo, outro despacho enviado de Badajoz impediu o snr. Visconde de cahir no logro dos miseraveis d'aqui. Hoje me pede o snr. Visconde que lhe confirme os motivos da chamada. Dirigi-me ao telegrapho, e vi as palavras expedidas em meu nome, versando sôbre a publicação de um livro de um tal..... moço de tenros annos e vasta ignorancia, que sahiu ahi a insultar os setenta e dois annos do snr. Visconde de Castilho, uma longa existencia honrada de loiros litterarios, que não valem tanto como a sua nobilissima alma. No telegramma pede-se ao snr. Visconde que venha acudir á sua fama, e acudir-nos a nós, os seus admiradores. A infamia avulta menos que a tolice; mas nem por isso os tolos deixam de ser por egual infames.

«Este exemplo, que é novo na Estação telegraphica do Porto, deve servir de aviso ao publico, já que não pode ser punido com a Lei, ou com um tagante.

«Na publicação d'esta carta, que envio a V., levo tambem no intento mostrar a medida dos adversarios do snr. Visconde de Castilho.

«Porto, 20 de Setembro de 1872. — *Camillo Castello Branco*».

*

Ahi ficam esses documentos authenticos, e cujos originaes existem no meu cartorio, e podem ser examinados por quem quer que o deseje. Ahi ficam esses tristes documentos de um tristissimo capitulo da nossa história literaria. Ahi fica a exacta craveira moral dos adversarios de Castilho, os que prègavam ostensivamente a probidade, a independencia de mestres, a franqueza, o ideal... e a final faziam d'estas gaiatices.

Custa-me (confesso), incommóda-me, tornar a lembrar estas negruras; mas ¿que remédio? escrevo história; cumpro um dever. Desço a estes abysmos escuros por causa de meu Pae, como o Enéias virgiliano

ad genitorem imas Erebi descendit ad umbras.

*

¿Mas a quem, pergunto eu, a quem julgavam elles enxovalhar com esse procedimento? ¡Pöbres desgraçados!!...

O que lamento, é que juntassem á perversidade a cobardia. Se algum dia tiverem o humilde atrevimento, ou a atrevida humildade, de confessar que foram elles os perpetradores da vil facécia, cá estou. Ajustaremos contas a valer.

*

O sabio José Gomes Monteiro, germanista a sério, literato de valía, menciona esse repugnante caso no seu livro *Os críticos do Fausto do snr. Visconde de Castilho* (pag. 56) por estes termos:

«Publicou-se o volume das 600 paginas, e no mesmo dia appareceram as esquinas das principaes ruas de Lisboa e Porto cobertas com cartazes tauromachicos de metro e meio de altura, onde, em caracteres descommunaes, impressos a vermelhão, se lia:

O FAUSTO DE GOETHE
E A TRADUCÇÃO DE CASTILHO
.....
REFUTAÇÃO COMPLETA

«Seguia-se o programma do espectaculo, dividido em nove quadros.

«No mesmo dia um falsario sem pudor expedia ao snr. Visconde de Castilho, falsificando a assignatura do snr. Camillo Castello Branco, um telegramma concebido n'estes termos: «*Sahiu o livro terrivel. Estamos perdidos. Acuda-nos, e acuda-se.* — Camillo (1).

«O snr..... F. é ainda moço, atrabiliario, sim, presumpçoso, intrepido despresador das *conveniencias,* que são para elle apenas a *hypocrisia social;* mas, apesar d'estes defeitos, e das falsas noções da civilidade, de que a edade o ha-de corrigir, cremos que não podia ser elle o auctor de tão ignobil lembrança. Só algum dos carrejões encarregados de graduar os monstruosos cartazes, podia conceber e realizar ideia tão cobarde para mortificar o venerando ancião».

*

Ahi deixo as peças do processo; o Público sentenceie. Cáia o opprobrio todo sôbre quem o merecer.

Quisquis est (nam nomen adhuc utcumque tacebo)
cogit inassuetas sumere tela manus.

Disse Ovidio no seu *Ibis.*

Traduzo livremente assim:

Não costumo ser violento nem aggressivo; o homúnculo (cujo nome não devo publicar) é que me obriga a empunhar esta arma offensiva e vingadora.

VIII

Considerações leaes acêrca do célebre poema *Fausto,* do grande Goethe. — Anályses da traducção castiliana. — O livreiro e literato allemão Eduardo Laemmert. — Maneira como collaborou nas tarefas do Poeta portuguez.

Vou referir-me outra vez ao *Fausto;* e falarei (perdôem-me os especialistas) com a atrevida franqueza de quem não tem presumpções a grande entendedor.

---

(1) O texto do telegramma acha-se aqui um pouco alterado. O snr. Gomes Monteiro citava de cór. Se as expressões d'esse vil documento não são as authenticas, é essa a expressão moral (ou immoral) d'elle. — *J. de C.*

É uma d'aquellas obras de Arte, que admiro, sim, mas nunca cheguei a penetrar. Creio, no fôro íntimo da consciência, que para certos poemas, e certos poetas, ha uma lei especial que rege o gôsto público. Ha poetas, que das suas mesmas nebulosidades tiram inconscientemente (ou talvez muito de propósito) a parte mais efficaz dos seus effeitos. Ser nebuloso é muita vez uma prenda.

Admitto as nebulosidades do inculto e antiquado Shakespeare, as do autor do Ossian, as do nosso Gil Vicente; mas n'um poeta moderno, que era um sábio, e não teve a desleixada infancia d'aquell'outros, nem veio ao mundo n'um tempo de acanhado commercio intellectual, não chego a perceber as taes nebulosidades apocalypticas.

Goethe foi um elevado espirito, a quem não faltou, um minuto sequer, a educação literaria, artistica, social, que tanto desenvolve a intelligencia, e a equilibra, e a robustece. É quasi um contemporâneo nosso; foi criado na atmosphera classica do fim do seculo XVIII e dos começos do seculo XIX. ¿Como pode pois coadunar-se toda essa serie de circumstancias, com as loucuras, os desmandos, as névoas, as incongruencias, as insensatezes da 2.ª Parte do *Fausto*?

Um homem do porte de Goethe, um feliz a quem tudo sorria já antes de balbuciar uma palavra, um sujeito grave, altamente collocado, altamente relacionado, vivendo nas Côrtes, não como apaniguado ou servo, mas como prócere, um estudioso versado em todas as Literaturas, ¿devia a caso cahir nas extravagancias inexplicaveis, inintelligiveis, de uma *Noite de Valpurgis?!*

¿Era exuberancia de seiva n'uma vegetação inculta? ¿Era feitio nativo e obra inconsciente? Não posso crer! ¿Era proposito firme? de certo. Mas isso revela a mais crassa falta de gôsto no homem de mais apurado gôsto que honrou e ufanou a Allemanha. Não se comprehende.

Empregar faculdades intellectivas excepcionaes, para produzir charadas, que dêem que fazer a uma myríade de commentadores ao longo dos annos, parece-me o mais absurdo dos entretenimentos literarios; e ou revelaria a mais supina insensatez e frivolidade, ou o mais assoprado e insupportavel orgulho.

— É um poema aquelle — me dizia um amigo, sabedor da Literatura germanica — é um poema de tal ordem, e de tamanha importancia, que ainda os mais atilados críticos o não chegaram a explicar.

Renégo de taes poemas.

Se as loucuras enigmaticas do *Fausto,* principalmente na 2.ª Parte, são bellezas, ¿que serão os repoisados e másculos trechos áureos da *Iliada* e da *Odysseia,* da *Eneida* e das *Georgicas,* da *Jerusalem,* dos *Lusiadas*? Se o *Fausto* é uma obra sublime, ¿que nome dar a essas poucas que citei?

Se em Arte a primeira das primeiras condições é a nitidez, a clareza, a *luz,* que o grande Goethe invocava tanto, ¿como faremos ideal artistico um poema, que em tantos pontos é inintelligivel, um monstro, que, a par de bellezas de primeira ordem, contém singularidades inauditas, que o tornam *verdadeiro cáhos iutellectual,* conforme a expressão de um douto?! (1).

Isto tudo vai dito a modo de consulta, e sem mostrar menos respeito ao Jupiter Olympico da Poesia alleman; mas vai como desabafo contra uns certos, que julgam dar-se ares de grandes genios, quando fingem entender aquelles negrumes, e falam d'elles em phrases oraculares, ostentando certo dó dos pobres de espirito não iniciados. Gostarei immenso de que me esclareçam; mas por ora confesso que, professando a mais convicta admiração ao autor de muitos trechos primaciaes, detesto como coisas humilhantes para a intelligencia do Público, e mystificações muito intencionaes, certas loucuras do *Fausto.*

*

Fosse como fosse, o espirito de Castilho, seduzido pelas lindezas que a rôdo refulgem no poema, de envôlta com inqualificaveis extravagancias, tomou-o a si, leu-o, releu-o, analysou commentadores, e intentou interpretal-o em verso, e dal-o a conhecer aos peninsulares.

O que o traductor conseguiu de resultados artisticos assombrosos, é sabido já hoje de toda a gente de boa-fé. O septuagenario artista achou em si o viço dos trinta annos; na sua lyra soaram todos os accordes mais sábios, todas as melodias argentinas de outr'ora. Direi mais: talvez nenhuma outra producção de Castilho mostrasse tanta variedade de tons, tanta intensidade de colorido.

¿Qual é a obra humana sem defeitos? tem-n-os, sem dúvida, este *Fausto* castiliano; pelo menos, tem desprimores,

---

(1) *Nous n'avons point ici à nous préoccuper des beautés de premier ordre, et des singularités inouies, qui font de ce drame un véritable cahos intellectuel.* — G. Brunet.

aqui, além, que o Poeta em 2.ª edição havia de ter corrigido. ¿Mas que monta isso? taes máculas — dizia o douto José Gomes Monteiro — «poderiam empanar o brilho d'esta obra admiravel, se d'ella não jorrassem ondas de purissima luz, que no seu immenso esplendor absorvem essas leves manchas».

Não pensou assim toda a gente, e ¡ainda bem¡ Houve dois críticos (chamo-lhes assim por euphemismo), ou talvez mais, que entenderam sahir á praça com um sem-número de dislates, em que a tarefa de Castllho, e as suas proprias intenções, eram muito mal apreciadas. Logo me referirei a isso; aqui limito-me a um ponto apenas:

Esses sujeitos, que pouco mais saberiam da Lingua alleman do que *der die das,* deram-se ares de intervir, em nome do semi-deus de Weimar, no que julgavam profanação; isto é: no facto de ter Castilho traduzido o *Fausto* sem saber allemão. Ora vamos a discutir.

Se o poema está mal vertido, se onde o autor pôz *branco* está *preto,* se onde estava *sim* está *não,* teem toda a rasão para ralhar; mas se o sentido dos versos allemães, a intenção esthética das scenas, estão escrupulosamente conservadas, se o pensamento de Goethe se exprime em bellos e ricos versos portuguezes, ¿a que vem tanta ira?

Se Castilho foi fiel, é porque entendeu o seu original; se entendeu o seu original (e isso era essencialissimo a um traductor), é porque sabía allemão. Já vou demonstrar que o sabía.

*

Possuo, e conservo cem todo o cuidado, uma versão literalissima, escrita com protundo saber e paciencia chineza por um intelligente e culto Allemão, Eduardo Laemmert, livreiro no Rio de Janeiro. Ser livreiro nem sempre é ser um simples *bibliopóla,* e limitar-se ás modestas funcções de vender n'um balcão romances, diccionaros, ou compendios, com a mesma inconsciencia com que se venderiam carrinhos de linha ou metros de algodão; tambem os Elzeviers, os Juntas, os Didots, os Manucios, eram impressores, e accumulavam com isso o alto predicado de cultores das boas-Letras. Um officio não exclue uma arte; uma arte nunca excluiu uma sciencia. Assim, o snr. Laemmert, Allemão, estabelecido no Brazil, negociante de livros, era livreiro, impressor, editor, leitor, bibliophilo, literato. Não se limitava a conhecer o prêço de

taes ou taes volumes, e a distinguil-os pela capa; era sujeito de educação e instrucção; conhecia bem o seu Schiller, o seu Wieland, o seu Goethe, sabía-os de cór.

Foi pois esse abalisado homem quem, a pedido do irmão de Castilho, se deu á conscienciosa e áspera laboração de traduzir *ipsis verbis,* linha por linha, palavra por palavra, o *Fausto* de Goethe; e foi esse *pae-velho* (nome que se dava no antigo calão das escolas de humanidades ás traducções literaes interlineares de latim para portuguez), foi esse exactissimo manuscrito, a primeira base ás pesquisas linguisticas de Castilho nos versos de Goethe.

Nem todos os Francezes saberiam traduzir para portuguez o *Dieu est toujours là* de Victor Hugo, ou o *Jocelyn* de Lamartine. Nem todos os Portuguezes saberiam verter para francez um canto dos *Lusiadas,* ou uma pagina do *Camões* de Garrett; é certo; mas Laemmert não era um qualquer; era, como digo, espirito culto, habituado á crítica, cultor enthusiasta do Bello, e penetrava com finura o sentido claro e as intenções recônditas do grande poeta seu patricio.

Sôbre vastas folhas de papel pautado começou Laemmert por escrever em linhas alternadas, a tinta preta, o poema allemão; depois, nas linhas intermedias, escreveu, a tinta vermelha, a sua traducção literal; e com tanta consciencia, tanto escrupulo, tanto desejo de elucidar, que muita vez a um vocábulo allemão correspondem dois e tres significados portuguezes, para melhor expressar os cambiates, as *nuances,* do sentimento poetico, os meios-tons literarios. Este precioso códice do meu cartorio revela prodigios de sagacidade e erudição.

Ora é innegavel que tão largo trabalho prévio, estudado e assimilado por um espirito claro e alto como o do perspicaz Castilho, lhe desse já muitissimo; mas para completar o que faltasse, lá estavam então as numerosas traducções poeticas francezas, italianas, etc., incluindo a portugueza de Agostinho de Ornellas, que é muito conscienciosa. Se o sentido podesse escapar alguma vez na traducção literal, não escapava ao cêrco que lhe punham os traductores poetas; se estes omittiam algum pensamento, lá estava a traducção servil para o completar.

Isto é evidente. Logo, podendo affirmar-se que Antonio Feliciano de Cartilho ignorava o allemão geral, ninguem de boa-fé poderá negar que elle, com o seu estudo de ferro, e a sua adivinhação poetica desenvolvida em largos annos de prática, ficasse conhecendo a fundo o allemão do *Fausto.*

Senhores, mas elle nada d'isto escondeu; elle proprio confessou lizamente o seu artificio; elle foi quem disse:

«Aqui, sobre a minha meza, tenho eu o autographo precioso da traducção interlinear, e fidelissima, que o snr. Laemmert fez, não só em obsequio da amisade, mas tambem em rasão do affecto que lhe merecem os creditos da terra em que nasceu, e os da que hoje ama como segunda patria.

«Nada mais curioso, que este inedito; sente-se em cada phrase, e em cada palavra, a probidade, o escrupulo quasi beato do interprete. O como elle, depois de collocar as palavras portuguezas na confusa ordem das allemans as concerta fora do hypérbaton segundo a nossa ordem usual! O como procura e acha as phrases, os modismos (quando os ha) que melhor se correspondem com os do idioma que transplanta! A synonimia com que os termos embaraçosos do original veem com illustrada critica trocados em miudos! E sobretudo a franqueza de verdadeiro sabedor, com que ás vezes declara que não aventa o senso ou a intenção do seu poeta, senso e intenção que os mais finos allemães não dissimulam escapar-lhes a miudo!» (1).

¿Pode haver no mundo explicação mais certa e mais franca?

Reflictamos:

Se Castilho tivesse dito, ou insinuado, que sabía allemão, e tivesse calado o subsídio d'esse manuscrito, ¡o que não clamariam os seus detractores! ¡quanto não bradariam em nome da moralidade ultrajada! Mas como queriam denegrir a todo o prêço, denegriram, clamaram, bradaram, a despeito d'essa declaração honesta, e clamariam, bradariam, denegririam, a despeito de todas as declarações possiveis e imaginaveis. É a triste ordem do mundo.

O facto é que o Poeta portuguez arcou valorosamente com a difficillima emprêza de nacionalisar o poema, que tanto preoccupa a Allemanha; e levou a cabo o comettimento.

Gregos e Troianos elogiaram com enthusiasmo o novo livro. Sería impossivel transcrever aqui tudo que se disse. Se Castilho não tivesse tantas outras producções, bastaria este seu *Fausto* para lhe conquistar logar muito alto na nossa Literatura.

Os críticos... esses não elogiaram; nada acharam que louvar; ficaram assombrados de inveja. Entraram a revolver

---

(1) *Fausto* — Advertencia, pag. IX.

calhamaços, a assoprar sabedorias sobre posse, e a espalhar aos quatro ventos que iam demolir o *Fausto* portuguez. Não affirmarei que a Europa tremesse; mas ouvia-se ao longe, lá para as bandas do Porto, o camartellar dos Cyclopes no seu antro; alguma obra vermelhejava na forja; e elles entre si, com grande fôrça, levantavam alternados os braços, e iam batendo na incúde a férrea massa, que retinia em toda a caverna. (Vide Virgilio: *Illi inter sese multa vi bracchia tollunt*... etc.).

*

Apreciadores houve, no emtanto, de verdadeiro saber, homens sérios, instruidos a fundo no allemão e no portuguez, que applaudiram desinvejosamente aquella obra hercúlea. Haja vista o proprio autor da traducção interlinear, o sisudo Laemmert. O seu voto é da maior importancia; oiçâmol-o. É uma carta ao irmão de Castilho, apenas Laemmert teve ensejo de ler a famigerada traducção. Assim se exprime:

«Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Conselheiro José Feliciano de Castilho.

«Teve V. E. a deferencia de enviar-me um dos primeiros exemplares da versão portugueza de Fausto do Ex.^{mo} snr. seu Mano, publicado em uma magnifica edição portuense, que nós esperavamos de Lisboa com a maior impaciencia, e por cuja lembrança aqui junto os meus mui sinceros agradecimentos.

«Sem poder dar o meu voto sobre questão por tal forma grave, porque só muito perfunctoriamente conheço o idioma portuguez, direi comtudo, que ao comparar nas breves horas da noite esta versão com o original allemão, convenci-me do relevadissimo *(sic)* merito da traducção; admirei sobretudo o rigor, a fidelidade, e a felicidade do pensamento, assim como a valentia metrica tão variada, que o Ex.^{mo} Snr. Visconde de Castilho soube dar ao verso portuguez. Chega a ser um prodigio vencer as difficuldades de que o original está accumulado; mas tambem, ninguem poderá encontrar em lingua nenhuma interpretação mais fiel e inspirada da grande producção de Goethe, nem os estudiosos poderão consultar com tanto proveito outra versão, em que as bellezas d'este poema sejam tão admiravelmente comprehendidas, e reproduzidas com tanta opulencia.

«Recordando-me com saudades das horas agradaveis que V. E. me permittiu passar ha annos em sua douta e amavel

companhia occupando-nos com o Fausto, então em embrião, e hoje uma obra-prima da litteratura portugueza, devo tambem agradecer ao illustre poeta a honra que me fez, inscrevendo o meu humilde nome no admiravel prefacio de sua immortal obra; eu seria ingrato se não manifestasse aqui a minha sincera gratidão por tão subida como apreciada honra.

. . . . . .

«Tenho a honra de ser com o mais perfeito respeito, de V. E. mui humilde e obrigadissimo servo e venerador. — Côrte, 10 de Agosto de 1872. — *Eduardo Laemmert.*»

*

Peço ao leitor, que depois de lida essa carta reflicta em que o signatario era um Allemão de nascimento, indole, e educação. O seu *veredictum* portanto, quanto á fidelidade da traducção castiliana é indiscutivel; faz fé nos tribunaes.

P. S. — A paginas 59 e 60 do livro do snr. Gomes de Brito — *Ao primeiro centenario de Herculano — Paginas intimas* — lê-se o seguinte, que desconta bem as malevolencias dos críticos por officio:

«O juiso enthusiastico por mim ouvido em Val-de-lobos a Herculano acêrca da traducção do *Fausto,* e das qualidades eminentemente literarias do illustre e venerando traductor, não se esquecem mais; constituem, por si sós, uma apotheose, das mais commovedoras que hajam feito ecco em ouvidos humanos.»

Lumiar, 5 de Junho de 1910. — *J. de C.*

(Continúa).

Julio de Castilho.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 5, pag. 266)

DOCUMENTO N.º 77

Povoa e Rio de Cabraes, aforamento

5 de julho de 1332

Carta de foro dos moradores do Rio de Cabraes. Carta de D. Affonso dada em Lisboa 5 de julho de 1370 [anno Christ. 1332] pela qual confirma uma carta de foro dada pelo seu procurador em terra de Bragança Affonso Fernandes, dava de foro para sempre aos moradores e seus descendentes, com o foro de 10 soldos por cada hum, do lugar chamado a Povoa. Os quaes foros deviam ser pagos em dia de Sam Martinho (1).

DOCUMENTO N.º 78

É cassada a jurisdicção que o mosteiro de Monte de Rama em terra de Leão tinha em Cidões

16 de novembro de 1335

Ao Mosteiro de Santa Maria de Monte de Rama do Reino de Leão.

Sentença de D. Affonso dada em Coimbra 16 de Novembro de 1373 [anno Christ. 1335] que possuindo o Mosteiro de Santa Maria do Monte de Rama uma granja que se chamava Santa Maria de Cidões com seu termo herdades e casaes em terra de Bragança na qual os abbades e convento do dito mosteiro tinham seus vigarios que ouviam as partes

(1) *Chancellaria de D. Affonso IV,* liv. 3.º, fl. 33 v. — Vide nota ao Documento n.º 45 *a*.

civeis dos que moravam na dita granja e seu termo, os quaes eram postos e eleitos por um frade delegado do citado mosteiro e dos moradores da dita aldeia, prestavam juramento, sentenciavam as partes, e que desta jurisdicção estava o dito mosteiro em posse perto de 40 annos pouco mais ou menos; elle rei mandava que o dito Convento não mais usasse da citada jurisdicção a qual passava para a Corôa como directa Senhoria dos Reinos (1).

DOCUMENTO N.º 79

Aforamento da aldeia da Ribeira de Brito

3 de novembro de 1363

Carta perque o dicto senhor deu em prestamo emquanto sua mercee fosse a Ruy Vaasquez de Penas Juntas a sua aldea da Ribeyra de Brito do almoxarifado de Bragança e etc. em Tentugal iij dias de novembro de mjl iiij^{c} hum anos (2).

DOCUMENTO N.º 80

Carta de privilegios concedida por el-rei D. João 1.º aos do Azinhoso e confirmada depois por varios reis pela qual os isenta da sugeição do Mogadouro e Penas Roias e lhe confere grandes isenções.

16 de maio de 1386

Ao lugar do Azinhoso carta per que he feito villa com peruilegios de não pagarem em talhas, etc.

Dom Joam etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte do concelho e homens bons do azinhoso me foy aprezentada huma carta del Rey meu senhor e padre que sancta gloria aja de que o teor tal he:

Dom Manuel per graça de Deos Rey de Portugal e dos

---

(1) Livro 2.º, *Além Douro,* fl. 204. *Chancellaria de D. Affonso IV,* liv. 4.º, fl. 19. Livro 2.º, *Direitos Reaes,* fl. 201. — Vide nota ao Documento n.º 45*a*.

(2) *Chancellaria de D. Pedro I,* liv. 1.º, fl. 90 v. — Vide nota ao Documento n.º 45*a*.

Algarues daquem e dalem mar em Africa senhor de Guiné. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte do concelho e homens bons do Azinhoso nos foy apresentada huma carta del Rey Dom Afonso que Deos aja de que o teor he tal:

Dom Afonso per graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue senhor de Ceita. A quantos esta carta testemunhavel virem fazemos saber que per ante nos pareceo Vasco Gonçalvez como procurador do concelho e homens bons do Azinhoso e nos mostrou huma carta del Rey Dom Joam meu visavô cuja alma Deus aja escrita em purgaminho assinada per elle sellada do seu sello pendente do chumbo em linhas verdes da qual o teor de verbo a verbo tal he:

Dom Joam per graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos vendo e consirando as muito graças e merces que de sempre recebemos de nosso senhor Deos padre e da virgem sancta Maria sua madre Rainha dos Anjos especialmente depois que a elles prouuem davermos o regimento destes Reinos e nos derão outro si victoria sobre nossos inimigos e por esto temos encargo grande de lhe dar muitas graças e louuores quanto mais podermos e porque a dita virgem Maria nos aja sempre em sua guarda e encomenda e rega sob seu defendimento e rogue ao seu filho bento por nos porem a seruiço seu e louuor de nossa liure vontade e certa sciencia e poder absoluto querendo fazer graça e merce a Poboa de Sancta Maria do Azinhoso por que he logar muy devoto e de grande romagem e em que se faz muito seruiço a Deos e a virgem Maria sua madre e por ser milhor pouorado e honrado o dito logar temos por bem e remouemolla e tiramolla de servidão e sogeição de Pena Royas e do Mogadouro e doutras quaesquer villas e lugares e julgados cujo termo era e soya de ser ou de cavaleiros ou pessoas prouadas de qualquer estado e condição que sejão a que era obrigada e sogeita e obedecião sempre ataqui ou deuião dobedecer e fazemolla villa sobre si e queremos e mandamos que daqui em diante não ajão no dito logar e pertenças delle senhorio nem poderio nem jurdição nem outro nenhum direito e sejão isentos sobre si e que os moradores do dito logar ajão toda jurdição e enlejão juizes de seu foro em cada hum anno a tempo certo qual quiserem e ajão cadea per si e fação procuradores e vereadores e ponhão meirinho e porteiros e officiaes quaes e quantos elles entenderem que virem que são compridoiros em o dito logo pera bom regimento da

*

dita villa sem vindo a nos per outra confirmação saluo se forem tabaliães que venham a nos polas cartas dos officios e os ditos Juizes que elles fezerem assi e enlegerem ajão conhecimento de todollos feitos civeis e crimes de qualquer condição e de tamanha e quanta quantia que sejão e as ditas apelações e agrauos que delles sairem nos casos que he direito de se darem venhão a nos e a nossa casa per a guisa que o fazem e deuem fazer nas outras villas e logares em que a jurdição em todo he nossa. Outrosi queremos e mandamos que todollos moradores que ora hi morarem e outros quaesquer que quiserem hi pouorar e morar continuadamente daqui emdiante e se assi obrigarem sem outro engano e malicia sejão escusados de pagarem fintas e talhas nem sisas nem peitas nem em seruiços nem em pedidos nem emprestidos que a nos ora fação ou ajão de fazer os concelhos nem vão seruir em nenhuns logares por mar nem per terra nem siruão per si nem per seus bois em vellas nem em roldas nem aduas doutros nenhuns logares per mar nem per terra em villas dos ditos reinos posto que hi ajão acolhimento a tempo do mester e esto todo queremos e mandamos que valha e tenha e seja firme e estauel pera todo sempre per a guisa que dito he e pormetemos de nunqua ir contra ello em parte nem em todo per nos nem per outrem não embargando quaes quer leis degrados grosas opiniões ordenações dos nossos reinos usos foros costumes cartas e priuilegios geraes merces e as ditas villas e julgados e os caualeiros e pessoas prouadas de qualquer estado e condição que seja que ora tenhão de nos ou dos Reis que ante nos forão ou ouuerem daqui em diante nem outros nenhuns direitos que fação por nos ou por elles que podessem ser ou sejam em contrario desto ou de parte dello os quaes nos aqui todos auemos por expressos e repetidos e que não ajão aqui logar e que todo esto que dito he seja firme estauel pera todo sempre e mandamos que em rezão dos pedidos que nos forão prometidos geralmente nas cortes que fezemos em Coimbra, ou forem daqui em diante prometidos geralmente como dito he que em esta parte vejão quanto monta ao concelho do dito logar de Sancta Maria do Azinhoso, e tanto se desconte a nos daquello que deuemos dauer, ou ouuermos daqui em diante dos ditos pedidos, e nos per esta carta conheçemos e confessamos que o recebemos em nos, & mandamos aos sacadores, e escrjuães e a outros quaesquer que esto ouuerem de ver que não constranjão o dito concelho nem moradores delle por ello. Outrosi rogamos aos Reis que depois vierem

e defendemos e mandamos aos nossos filhos e filhas herdeiros se nos deos der que não vam contra esto em parte ou em todo sob pena de nossa benção e o fação comprir assi e guardar como dito he e em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta assinada per nos e assellada do nosso sello de chumbo Dante em o nosso arrayal da valariça a dezasseis dias de Mayo el Rey o mandou Joam Afonso a fez era de mil e quatrocentos e vinte e quatro annos.

A qual carta assi apresentada o dito Vasco gonçaluez nos pedio em nome do dito concelho que lhe mandassemos dar o trelado della em huma nossa carta assellada do nosso sello de chumbo e nos visto seu pedir foy feita pergunta a Aluaro Pirez nosso procurador se auia algum embargo a lhe não ser dado o dito trelado e elle disse que não. E visto seu dizer lha mandamos dar e mandamos que se cumpra e guarde pela guisa que em ella he conteudo el Rey o mandou per Rodrigo annes bacharel em leis seu vassallo e ouuidor em sua corte Pedri annes por Joam de Lisboa a fez anno de nosso senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e cincoenta e dous.

Pedindonos o dito concelho e homens bons que lhe confirmassemos a dita carta e visto per nos seu requerimento e querendo nos fazer graça e merce por esmolla a honra e louvor da virgem sancta Maria do Azinhoso nossa senhora temos por bem e lha confirmamos assi e pela guisa que se em ella contem e assi mandamos que se cumpra e guarde sem lhe irem nem consentirem contra ella ir em parte nem em todo porque assi he nossa merce. Dada em Setuval a vinte e hum dias de Mayo vicente Pirez a fez anno de mil e quatrocentos nouenta e seis.

Pedindome o dito concelho e homens bons que lhe confirmasse a dita carta e visto per mim seu requerimento querendo lhe fazer graça e merce tenho por bem e lha confirmo e hey por confirmada e mando que se cumpra e guarde assi e da maneira que se nella contem. Dada em Almeirim a treze de Agosto Aires fernandez a fez de mil e quinhentos vinte e seis (1).

---

(1) Archivo da Torre do Tombo — *Privilegios de D. João III*, liv. 6.º, fl. 123 v.

Este documento forneceu a Viterbo, elementos para o artigo Azinhoso — do seu *Elucidario* do qual fez largo extracto. Viterbo dá a intender que D. João I concedeu taes privilegios ao Azinhoso a 15 de maio, mas deve haver engano, pois no documento menciona-se o dia 16.

DOCUMENTO N.º 81

Foral pera o logar de Santa Maria do Azinhoso

13 de fevereiro de 1520

Dom Manuel e etc. Mostrase ho dito lugar ser tirado e desmenbrado dos logares e termos de penarroyas e do mogadoiro e isto por El Rey dom Joham meu bisauo pera fazer pouoaçam omde hora he por deuaçam e serujço de nossa senhora sancta maria por onde ouve prjuilegios jsenções e liberdades do dicto Rey e dos outros Reis destes Reinos das quaes avemos por bem que husem segundo nelles for declarado. Antre as quaes foy serem liures os moradores do dicto logar do foro Real e pesoal a que eram obrigados os moradores da dita villa segundo pagavam antes que fossem desmenbrados das ditas villas de mogadoiro e penarroyas a saber trinta e seis reais cada pessoa com as liuras. Sem embargo da qual Isemçam. Despois foi determinado em tempo del Rey dom Joham meu primo que deus aja que da dita Isemçam e liberdade fossem somente Isentos quorenta e huma pessoas e que as mais pessoas que hi viuessem pagassem os dictos foros segundo pagam os moradores dos dictos logares de penarroyas e mogadoiro. Sem outro mais senhorio nem soieiçam. Por quamto oue sobre isso satisfaçam a dinheiro de que se deu por satisfecto. E nos assim o mandamos neste nosso foral que se cumpra. Pello qual não perjudicamos ao concelho algum direito se entenderem de ho ter neste caso por dizerem que non foram judicialmente sobre isso ouujdos no proçessar do dicto fecto e final conclusam da sentença por onde somente ficaram jsentos quarenta e huma pesoas contra a forma dos primeiros priuilegios.

E porque avia duveda na paga sobre dicta quaes dos moradores da dicta terra deujam ou devem ser escusos da paga della antre todollos moradores presentes ou vimdoiros Por tamto declaramos deuerem ser escusos da dicta paga os primeiros quarenta e hum povoradores que della foram e per conseguinte seus filhos e socessores per linha direita. E quando destes taes hi nom houver ou taes socessores tornesse a dicta liberdade a quaes quer outros primeiros pouoradores que na dita terra ouve despois dos primeiros quarenta e hum qua assi ham de ser do dito tributo privilegiados. E

per conseguinte a seus socessores per linha directa comos os primeiros. E per esta maneira se Regulara a dicta ysençam e liberdade pera senpre asy antre os presentes como os vindoiros.

E posto que o dicto logar de sancta maria do azinhoso fosse desmembrado em todo do senhorio e jurdiçam das villas e logares de penarroyas e mogadoiro. Declaramos porem os dictos logares todos tres ficarem todos jgualmente em vezinhança e jrmindade huns com os outros sem nenhuma mudança como eram ante que a dicta desmembraçam e apartamento fosse feito.

E por quanto os moradores do dicto concelho na inqujrjçam que asi mandamos fazer pera o foral da dita villa se agrauaram daluaro pirez de tauora do nosso concelho senhor das villas do mogadoiro e penas rroyas. leuar ora portagem de conpra e venda nas feiras que se fazem no dicto logar de sancta marja do azinhoso. Por dizer que quando lhe foy tirada a passagem segundo se fez per direito em todos nossos Reinos que lhe ficara resguardada a portagem de compra e venda. A qual compra e venda posto que se fizesse em terra priujlegiada e que nom era sua que toda via ha deuja dauer. A qual rezam lhe nom recebemos. E sem embargo della mandamos que daquj em diante o dito aluaro pirez nem seus herdeiros e soçessores nem outras nenhumas pessoas em seu nome nem nosso nom leuem mais no dicto logar nem termo de sancta marja do azinhoso. asi no tempo das feiras como fora dellas nenhuma portagem de nenhuma sorte que seja. Nem lhes seja sobre iso feita nenhuma vexaçam nem obrigaçam. Mas fiquem disso isentas como dantes eram.

E os montados e manjnhos ficaram e sam do concelho liuremente e usaram per suas posturas jgualmente com seus vezinhos e comarcaãos e segundo he declarado nas sentenças e determinações que sobre isso tem. As quaes mandamos que se cumpram segundo nellas for declarado.

E o gado do vento ysso mesmo do Conçelho segundo nossas ordenações com declaraçam e etc. E a pena darma e do foral he tal como em mogadoiro. Dada em Evora a xiij de feuereiro de mjl e qujnhentos e vinte. sobrescripto per fernan de pina. E o proprio em seis folhas (1).

---

(1) Archivo da Torre do Tombo — *Livro de Foraes Novos de Traz-os-Montes*, fl. 63, col. 1.ª.

DOCUMENTO N.º 82

Doação do reguengo dos Cortiços e Cernadella a João Rodrigues de Bemlhevae

22 de janeiro de 1410

Carta perque o dicto senhor deu emquanto sua merce fosse a Joham Rodrigues de Bemlhevae seu vassallo o seu reguengo que chamam dos Cortiços junto com terra de Bragança e outrossy Cernadella com todas suas rendas e direitos e foros e etc. em Santarem xxij dias de janeiro de mjl iiij.º xxxbiij anos. [Ann. Christ. 1438] (1).

DOCUMENTO N.º 83

Doação a João Teixeira de Macedo, alcaide-mór de Montalegre das rendas do pão, vinho e aves da terra de Macedo e Nozellas com as aldeias de Arelas, Villarinho do Monte e Villarinho de Agrochão.

30 de maio de 1484

A Joham Teixeira de Macedo doaçam das rrendas e direitos de pam e vinho aves da quintaã de terra de Macedo e da terra de Nozellos em que ha e etc.

Carta de D. João 2.º dada em Santarem 30 de Maio de 1484 em que tendo em attenção os muitos serviços que João Teixeira de Macedo do seu conselho e alcaide-mór do castello e villa de Montalegre e Portello, lhe faz mercee das rendas, direitos do pão e vinho, aves da quintaã da terra de Macedo e bem assim da terra de Nozellos em que ha quatro aldeias a saber Nozellos, Areias, Villarinho do Monte, Villarinho d'Agrochão, tudo situado no termo de Bragança.

Outro sim lhe faz mercê da renda da portagem de Montalegre excepto a portagem das pessoas que passassem pelo porto da Piconha. Ficando porém, fora desta concessão a jurisdicção das ditas rendas e direitos. A qual concessão começaria a vigorar desde o 1.º de janeiro de 1484 em diante, e a receberia do dia de S. João a S. João (2).

---

(1) *Chancellaria de D. João I,* liv. 2.º, fl. 160 v.
Vide nota ao Documento n.º 45*a*.
(2) *Além Douro,* liv. 4.º, fl. 247 v.
Vide nota ao Documento n.º 45*a*.

DOCUMENTO N.º 84

Foral de Villas Boas (concelho de Villa Flor)

4 de maio de 1512

Foral de villas booas dado per El Rey dom Affonso o quarto.

Dom Manuel etc. Avemos primeiramente daver de cada hum dos moradores do dito lugar e termo de villas booas e seu termo em cada hum anno. setenta e dous rrs. que se montam pellas liuras nos corenta solldos que eram obrigados pollo dito foral que he mais outro tanto foro do que paguam os de mjramdella. O qual foro lhes foy posto asy dobrado e acreçentado a seu prazer pollos tirarem da Jurdiçam e sogeiçam do dito logar de mjramdella cujo termo eram. A qual paga farão por sam miguel de setembro E nam seram della escusos nenhuũas pessoas por proues ou Ricos que seiam. Se per sij esteuerem e manteuerem casa posto que seia daluger. E por esta Rezam nom se pagara ho dito foro per outras pesoas de fora da dita villa e termo posto que hi tenham beens de rraiz se hi nom viuerem.

E ho dito foro não pagarão as pessoas que tiuerem cauallo e armas Reçebondas Nem o pagarão os orphãos emquanto esteuerem em poder de sua may porque de todos. may e filhos se ha de pagar hum foro e mais nom. Pollo qual foro e tributo ho senhorio nam mandara derribar as portas nem as tirar fora do couçe nem fazer sobre jsso nenhuũa cousa semelhante. mas mandara penhorar soomente pollo porteiro do conçelho ou do almoxarifado se o hi ouuer. qual mais quiser e doutra maneira nã. E os Rolles daram feitos os hoficiaaes da mata per todo no mes de setembro a cada huũ dos Porteiros aasua custa sopena de pagarem vymte cruzados a metade pera ho Meirynho da Comarqua E os outros pera ho senhorio dos ditos direitos Pellos quaees Rolles seram Requeridos os pagadores que paguẽ atee natal de cada huũ anno E os que ao tempo obrigado nam pagarem pagaram as custas que sobrisso se fizerem. E asi se fara na pensam do taballiado da dita villa como ate quy estam em custume.

Item porquanto a coroa de nossos Regnos he anexa a Igreia de sancta maria de villas boas. Da qual estamos em posse de leuar o terço dos dizimos da dita Igreia. Por tanto

mandamos que ao diante se arrecade sempre pera nos. Com esta limjtaçam a qual soubemos per Inquiriçam que se vsaua asy em mjrandella. a saber. que o terço que auemos dauer dos dizimos sc entenderam que seiam soomente destas cousas. a saber. De todo pam. vinho. linho. bacoros. burros. e gaado. e sirguo. e a çera sequa que chamam descarça ou estynho. E dos outros dizimos nem primjçias nem todollos outros direitos da dita Igreia de villas booas nom auemos dauer o dito terço nem outro nenhũu direito. E porquanto na Igreia matriz de mjrandella cuja enexa he esta de villas booas se pagua deste terço o quarto pera a fabrica. E fernam vaaz de sampayo que os ditos direitos ora de nos tem. Diz que nom estamos em posse de o pagar. Neste caso remetemos a conclusam e decisam delle ao arcebispo ou arcebispos de braaga que como prellados entemdam njsso e Jullguem o que acharem por Justiça. A qual nos queremos que se faça jnteiramente. E desencarregamos neste caso nossa conçiençia e de nossos soçessores. nos ditos arcebispos. Asi neste caso como nos outros desta callidade que a coroa de nossos de nossos *(sic)* Regnos tem em seu arçebispado.

A dizima da execuçam das sentenças per que se fezer execuçam na dita villa. he direito real. e Recadarsea pera nos a custa do condenado. E de tanta parte da dita sentença se leuara a dita dizima de quanta se fezer a dita execuçam posto que de moor contya a dita semtença seja. A qual dizima se nom leuara seja de tal sentença se pagou a dizima em nossa corte pella dada della. E a pena darma. E gaado do vento e montados e manjnhos he tall como no capitollo de vinhaes fica asentado.

E a portagem he tal como de mjranda. Tirando soomente que nom tem pruillegio de portagem. Nem he estremo. Nem tem alfandega. E os dous capitollos derradeiros deste foral a saber e as pessoas dos ditos lugares e a qualquer pessoa nam se trelladam aqui mais porque sam ſeraes a todos e taes como fica scprito no foral de mjranda. Dada em A nossa muy nobre e sempre leal Çidade de lixboa quatro dias de mayo de quinhentos e doze. fernam de pina Caualeyro da casa do dito Senhor o fez fazer. Per espeçial mandado de sua alteza E conçertou e sob scpreueo (1).

---

(1) Archivo da Torre do Tombo — *Livro de Foraes Novos de Traz-os-Montes*, fl. 14, col. 2.ª

DOCUMENTO N.º 85

Foral de Chacim

Dom Manuell e etc. Primeiramente posto que pollo dito foral fosse posto foro no dito lugar de cimquoenta maraujdijs por colheita em cada hũu anno a dita terra paga ora porem per concordia antiga que entre o pouo e o senhorio ouue dous mjll e seteçentos e cinquoenta e quatro rrs. asi pollos ditos direitos de colheita como pollas tres liuras de çera contheudas no dito foral. Os quaes dous mil e setecentos e cinquoenta e quatro rrs. soomente pagaram e nam mais daquj a diante pollas ditas cousas. Os quaaes seram pagos e repartidos pellos moradores do dito concelho per todollos beens que ouuer na dita terra sem pesoa allgũa poder diso ser escusa nem liberdada por priujlegio que tenha. E jsto per dia de sam martinho de cada hũu anno.

E allem dos ditos dous mjll e setecentos e cimquoenta e quatro rrs. auemos dauer na dita terra estes direitos que se seguem a saber a dizima da execuçam das Sentenças que se executarem na dita villa e concelho e terra A qual se leuara soomente de tamta parte da sentença de quanta se fezer a execuçam e mays non posto que a sentença de moor contia seia E nam se leuara a dita dizima seja pella dada de tal sentença se levou em outra parte.

Item posto que pollo dito foral ficase a nos tributaria a serra de monte mel no oytauo do que se nella laurasse. O dito concelho esta ora em posse della. E ho senhorio per esse respeito e composicam esta em posse do souto que soia de ser do dito concelho. E por esta troqua estaram hũus e os outros daquj em diante pera sempre em posse daquello que ora tem sem outra emnovaçam nem contradiçam.

Os montados e manjnhos se leuaram e vsaram como hatee qui fizeram. E pagarsea em chacim a penssam dos tabelliaẽs segundo atequj fezeram.

E posto que pollo foral antiguo fosse jmposto por tributo e foro na dita terra que toda a pessoa que no dito lugar teuesse herdamento pagase ou dese na vinha que o senhorio teuese no dito lugar de geira hũu dia em cada hũu mes.

E asi fossem os fornos do senhorio. Com suas limjtaçoões contheudas no dito foral antiguo. Porem foy ora nouamente feita composiçam e auença sobre as ditas cousas per fernam vaaz de sam payo do nosso consselho que ora de nos traz

as ditas terras como senhorio dellas com os moradores della Nesta maneira a saber que possa qualquer pessoa na dita terra fazer fornos e fornalhas em que possa cozer seu pam ou alheo de graça e por dinheiro sem lhe pagar por jsso nemhũu foro nem tributo por Rezam dos ditos fornos. E pagaram soomente pello dito rrespeito cada pessoa morador na dita terra em cada hũu anno ao dito fernam vaaz e ao senhorio que for dos ditos direitos tres alqueires de pam desta medida ora corrente a saber hũu alqueire de triguo e dous de centeo per natal do qual foro e tributo nam seram escusos nemhuũas pessoas por priujlegio nem liberdade que tenham Salvo aquelles que sabidamente são proues e nom teuerem nenhũus bens de rraiz ou taaes mooues per que posam viuer.

E asi polla dita composiçam nam daram as jeiras sobreditas ao senhorio pera a vinha pollas quaes dara todo vizinho que erdamento teuer de Raiz no dito lugar em cada hũu anno hũu almude de vinho por sam martinho E mais huũa maão de linho que sam doze estrigas sem disso ser escuso nemhuũa pessoa morador na dita terra que teuer beens de Raiz como dito he

As quaaes pagas faram per sam martinho de cadahũu anno. Pollas quaaes seram penhorados os obrigados a ellas polo moordomo do senhorio ou pollo porteiro do almoxarifado ou pollo porteiro do concelho qual ante o senhorio qujser.

E posto que no dito foral fosse decrarada por direito anexo ao dito lugar e senhorio dos ditos direitos a terça parte dos dizimos das jgreias da dita villa por ora se nam vsar do tall direito ho nam mandamos poer aquj ficando porem resguardado o direito a nos e a nossos socesores se ho emtendemos hi de ter.

E posto que pollo dito foral outros djreitos e serujços fossem jmpostos aos moradores do dito lugar nam se faz aqui delles mençam por nam auer delles memoria que se vsassem. E per consegujnte nom se leuaram mais daquj em diante Salluo os direitos e cousas atras per nos neste foral decraradas.

E gaado do vemto e pena darma he tall como no capitollo do foral de miranda fica asemtado.

E a portagem he tal como no capitollo della fica scprito no foral de miranda. E os dous capitollos derradeiros deste foral a saber E as pesoas dos ditos lugares E qualquer pesoa nam se trelladam aquj mais por que sam jeraaes a todos e

taaes como fica scripto no foral de mjranda. fernam de pina caualleiro da casa do dito Senhor o fez fazer per especial mandado de sua alteza e concertou e sob escreueo (1).

DOCUMENTO N.º 86

Foral de Frechas

10 de março de 1513

Dom Manuel [per graça de deos rey de portugal e dos algarves daquem e dallem mar em africa Senhor de guyné e da conquysta e navegaçam e comercio de ethiopia, e arabia, persia e da india e etc. A quantos esta nossa carta de foral virem dado a vylla de frechas, ffazemos saber que per ben das diligencias isames e inquiricoões que em nossos regnos e senhorios mandamos fazer pera justificaçam e decraraçam dos foraes delles. E per allguas sentenças e determinaçoẽs que com os do nosso conselho e leterados pasamos e fazemos, acordamos, visto o foral da dita villa dado por lourenço soares que as rendas e direitos se devem na dita villa pagar e rrecadar na maneira e forma seguynte].

Por quanto os foros, direitos e tributos deste lugar forom postos pollo dito lourenço soares como em cousa sua propria que era de beens patrimonyaaes, por tamto nos devemos per direito soceder e auer todollos ditos tributos e rrendas e liberdades que achamos per uerdadeiras inquyricoões que na dita terra ate ora se levaram das quaes per bem das ditas justificaçooẽs sam as seguyntes –S–

Avemos dauer a novena parte –S– de nove cousas huua de todo pam, vinho e de todallas outras novydades que na dita terra se lavrarem e colherem posto que pollo dito foral a oytava parte se mandava pagar.

A qual terra posto que asy seia a nos foreira na dita novena como dito he, nam seram porem tiradas da posse e propriedade della as pessoas que dellas teverem scripturas, ou allvaraaes do senhorio sem limytaçam de tempo certo a que lhas teuessem dadas, nem isso mesmo aquellas que a dita terra tem e ouveram per sua socesam.

E alem de cada huuma destas maneiras per bem das quaes

---

(1) *Livro de Foraes Novos de Traz-os-Montes,* fl. 18. Não tem data.

as pessoas que as ditas terras trouxerem, nam seram dellas tiradas nem desapossadas.

E todas as outras terras podera ho senhorio tomar e dar a quem quyser, nam levando mais per nenhuma maneira a dita nouena como dito.

E mais avemos daver de cada lavrador do dito lugar tres alqueires de centeo desta medida ora corrente.

E mais seis reaes em dinheiro de seis ceptis ho real.

Forno. — E isso mesmo avemos daver do forno que ho dito concelho tem, dous alqueires de pam da dita medida –S– huum de triguo e outro de centeo.

Moendas. — E per conseguynte faram foro a nos segundo se concertarem com as pessoas a que os direitos do dito lugar tevermos dados, quaesquer pessoas que quyserem fazer moendas en açudes no rio de tua ou no ribeiro que vay per junto da dita villa.

Coutada de Frechas. — Outro si he nosso e anda com ho senhorio e direitos reaes do dito lugar huum prado que se chama coutada de frechas aproveitado pollo senhorio como cousa sua propria.

Pena darma. — [A pena do sangue e darma nam se pagara mais que dozentos reaes e mais arma perdida segundo nossa ordenaçam –S– que a dita pena se non levam quando allguãs pessoas apunharem espada ou quallquer outra arma sem a tirar. Nem pagaram a dita pena aquellas pessoas que sem proposito e em rreixa nova tomarem paao ou pedra posto que elle facam mal, e posto que de proposito tomem ho dito paao ou pedra se nom ferem mal com elle nam pagaram a dita pena, nem pagara moço de quynze annos pera baixo, nem molher de qualquer idade que seia.

Nem pagaram a dita pena aquellas pessoas que castigando sua molher e filhos e escravos e criados tirarem sangue, nem pagaram a dita pena quem jugando punhadas sem arma tirar sangue com bofetada ou punhada.

E as ditas penas ou cada huma dellas nam pagaram isto mesmo quaesquer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em arroido tirarem armas posto que com ellas tirem sangue.

Nem a pagara escravo de quallquer idade que seia que com paao ou pedra tirar sangue].

Dizima das execuções. — E he avydo por direito real na dita villa a dizima da execução das sentenças que se hi fezerem, da qual non levaram mais dizima que de quanta parte se fezer a dita execuçam posto que a sentença de mor contia seia. A quall dizima se non pagará se ja se della pagou en outra parte pella dada della.

Gaado de vento. — [O gaado do vento he isso mesmo nosso direito real e recadarsea segundo nossa ordenaçam com decraração que a possoa a cujo poder for ter o dito gaado ho venha screpver di a oito dias com a pessoa que pera isso era ordenada, so pena de lhe ser demandado de furto].

Terço de Igreja. Tabaliaaẽs. — E porquanto o terço da Igreja da dita villa foy antigamente avido por direito real e a corôa nossa destes regnos sempre foy em posse delle sem contradiçam mandamos que se leve daqui em diante e isto sera soomente dos dizimos. E levaroseam por direito real os cento e cinquoenta reaes de pensam dos tabaliaaẽs que se soyam de levar sem embargo de ora ho senhorio os quytar.

Como não tem portagem. — Nem se levara per conseguynte no dito lugar nem en seu termo portagem avydo respeito que non foy imposta pollo dito foral nem foy nunca usado em nemhuum tempo de se levar. E por tamto mandamos que nunca em nemhuum tempo se leve.

Pena do foral. — [E qualquer pessoa que for contra este nosso foral levando mais direitos dos aquy nomeados, ou levando destes mayores contias das aquy decraradas ho avemos por degradado por huum anno fora da villa e termo e mais pague trinta reaes por huum de cadea, de todo o que asi mais levar pera a parte a quem os levou, e se a non quyser levar seia a metade pera quem ho acusar e a outra pera os cativos

E damos poder a qualquer justiça omde acontecer, asi juyzes como vintaneiros ou quadrilheiros, que sem mais processo nem ordem de juizo sumariamente sabida a verdade condene os culpados no dito caso de degredo e asi do direito ate contia de dous myl mil reaes sem apellaçam nem agravo, e sem diso poder conhecer almoxarife nem contador nem outro oficial nosso nem de nossa fazenda em caso que ho hi aia.

E se o senhorio dos ditos direitos o dito foral quebrantar

per si ou per outrem seia logo sospenso delles e da jurdiçam do dito lugar se a tever em quanto nossa mercê for e mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fezerem em correrem nas ditas penas.

E os almoxerifes scripvaes e oficiaaes dos ditos direitos que ho asi non comprirem perderam logo os ditos oficios e non averam mais outros. E por tamto mandamos que todallas cousas contheudas neste foral que nos poemos por ley se cumpram pera sempre. Do teor do qual mandamos fazer tres — huum delles pera a camara do dito lugar e outro pera o senhorio dos ditos direitos, e outro pera a nossa torre do tombo, pera em todo o tempo se poder tirar qualquer duvyda que sobre iso possa sobrevir.

Dada em a nossa muy nobre e sempre leal cidade de lixboa, x dias de março de quynhentos e treze. E eu fernam de pyna a fiz escrepver e concertey e vay escripto em quatro folhas e mea] (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

---

(1) Na Torre do Tombo, *Livro de Foraes Novos de Traz-os-Montes*, fol. 19, está este foral de Frechas, mas faltam-lhe as partes que aqui mettemos entre colchetes [] sobre as quaes diz: «E a pena darma e vento he tall como no foral de myranda fica asentado», e depois termina assim: «E ho capitollo derradeiro deste foral a saber e qualquer pessoa que for nam se escreue aquy mais porque he tal como fica scripto no foral de miranda. fernam de pina cavaleiro da casa oo dito Senhor o fez fazer per especial mandado de sua alteza e concertou e sob scpreveo».

Não tem por conseguinte data, mas pelo que está no archivo da camara municipal de Mirandella que seguimos nas partes omissas no da Torre do Tombo, vê-se que foi dado a 10 de março de 1513.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 6, pag. 300)

Entre os inúmeros autores que encontraram na lenda de Fausto a expressão das suas aspirações e dúvidas merece referência especial Lenau, cujo poema, embora inferior ao de Goethe, se pode considerar uma obra prima da literatura alemã. As diferenças entre os dois poemas são manifestas; no entanto algumas scenas do trabalho de Lenau parecem simples imitações do Fausto de Goethe, como o diálogo do doutor com o fâmulo Wagner, ou a scena em que Fausto, sentado num rochedo, se lamenta pela agitação íntima que o tortura.

Com razão diz Bossert: «Les deux ouvrages n'ont, en réalité, de commun que le titre; ce sont des confessions, où les deux poètes se peignent avec la différence de leur nature; chacun s'est incarné dans son héros. Le Faust de Goethe représente l'aspiration incessante et obstinée vers l'idéal et Méphistophélès n'est placé à côté de lui que comme un avertissement qui l'éclaire à chaque pas sur les dangers de sa poursuite. Le Faust de Lenau, c'est, au contraire, le doute incurable qui amène la lassitude et aboutit au suicide; et quant à son Méphistophélès, «j'ai trouvé en lui» dit-il lui-même, «un gaillard sur lequel je peux me décharger de toutes les idées infernales qui se sont accumulées en moi». Dans Lenau les deux personages sont à peine différents l'un de l'autre. Dans Goethe ils ont une individualité bien tranchée, et c'est ce qui fait en grande partie la superiorité de son œuvre. Le Faust de Goethe est un vrai drame avec des rôles opposés; celui de Lenau, malgré la forme dialoguée, n'est qu'un admirable poème lyrique». (Vid. *Histoire de la littérature allemande,* par Bossert, pag. 753).

Transcrevo dois trechos do poema, bem dignos do autor

do *Savonarola:* a despedida de Fausto do túmulo de sua mãe e o seu hino de louvores em honra da princêsa Maria.

Eh das ersehnte Meer
Mich grenzenlos umtrauert,
Der Wolken trübes Heer
Auf mich herunterschauert,
Und Stürme mich umwehen,
Will ich zum letzten mal
Das heimatliche Thal,
Dein Grab, o Mutter, sehen.
O dass der Tod von hier
So früh dich fortgenommen!
Es wäre wohl mit mir
Sonst nicht soweit gekommen.
Von deinem treuen Lieben
Ist keine Spur geblieben;
Es schwand in tiefe Nacht.
Gross ist des Todes Macht,
Dass er die Mutter kann
Von ihrem Kinde reissen.
Wie fabelhaft zerrann
Das fröhliche Verheissen
Vom ew'gen Wiedersehn,
Als ich dich sah vergehn!
Als sie den Sarg verschlugen
Und dich begraben trugen,
Da hatt'st du ausgelitten.
Mir ward im Herzen eben,
Ob sie mein junges Leben
Von seiner Wurzel schnitten.

Als mich dein weicher Arm
Einst liebevoll umfing,
Als froh und segnend warm
An mir dein Auge hing,
Da freuten dich wohl Träume
Der Hoffnung für dein Kind,
Wie einst durch diese Bäume
Hinzog der Frühlingswind.
Nun steht im Mondenstrahl
Der Strauch so dürr und kahl,
Der einst so grün, getroffen
Vom kalten Herbsteswind.
So welkte all dein Hoffen,
O Mutter, für dein Kind! —
. . . . . .
Derweil du hier zu Staube
Im stillen Grund gemodert,
Ist in mir, seinem Raube,
Das Böse aufgelodert.
Die Nächte ohne Schlummer,
Die Tage voller Kummer,
Die ungezählten Zähren

Und deine frommen Lehren,
O Mutter, deine Schmerzen
Womit du mich geboren,
Womit du unterm Herzen
Mich trugst — sie sind verloren.
Stets banger hör' ich's klingen.
Mir wird so todesweh.
Mir will das Herz zerspringen.
Hinaus! Fort, fort, zur See.

*

O Frauenschönheit! Vieles ist zu preisen
An dir in ewig unerschöpften Weisen.
Das ist dein Schönstes, dass in deiner Nähe
Auch wilde Sünderherzen weicher schlagen,
Dass ein Gefühl sie fasst mit dunkelm Wehe
Aus ihrer Unschuld längst verlornen Tagen.
Mag auch des Sünders Herz zur Lust entflammen
Wenn er in deine Zauberhülle blickt;
Doch sieht er auch dein Ewiges und schrickt
An dir, du Himmelsabgrund, scheu zusammen.

Toda a obra tem um cunho acentuadamente pessimista. O desespêro que Fausto experimenta perante os mistérios insondáveis da natureza, experimentou-o tambêm Lenau que, dotado de uma sensibilidade doentia e de uma imaginação exaltada, não pode encarar a sangue frio as misérias sociais, morrendo doido, vítima talvêz da sua grande dedicação pela família e pela humanidade. Como o seu Fausto, tambêm Lenau sentiu «das Menschenloos in seiner ganzen Bitterkeit»; ambos se sentiram atormentados pelas mesmas dúvidas, — stets geneckt von Zweifeln und gezerrt —; ambos seguem a sua marcha dolorosa.

«Zwischen dem dunkeln Abgrund ihrer Seele
Und dieser Welt verschloss'ner Felsenwand,
Auf des Bewusstseins schmalen schwanken Stege,
So lange dem Herz belieben seine Schläge».

Falando do Fausto, não podemos esquecer o *Don Juan* que Lenau exageradamente considerava a sua obra prima. No Fausto está representado o herói ávido de liberdade espiritual; no Don Juan o herói, depois de ter experimentado os maiores gozos sensuais, reconhece por fim que o amor verdadeiro lhe escapou, deixando-se trespassar pelo ferro do inimigo.

*

O romântico Grabbe reuniu em um arrojado poema *Don Juan und Faust* ambos os assuntos. Os dois heróis — Der Heros des unbändigen Wissensdranges und der des unersättlichen Genusses — apaixonam-se pela mesma mulher, Dona Ana. Don Juan quer raptá-la no próprio dia em que ela deve desposar Don Octávio, mas Fausto rouba-lh'a por seu turno e transporta-a às alturas do Monte-Branco, onde Mefistófeles construiu para os fugitivos um palácio mágico. Don Juan segue-o, levando após si o criado Leporello; mas Fausto, com o poder das suas artes mágicas, lança os amantes sôbre uma nuvem, fazendo-os descer em frente da estátua do pai de Ana. O demónio acaba por sacrificar as duas vítimas e prendê-las uma à outra, pois «percorreram a mesma carreira em dois carros diferentes».

Grabbe que na sua «Dissertação sôbre a *Shakespearomania*» censura o genial dramaturgo inglês por não saber concentrar nos seus dramas a acção, parece esquecer que a falta de conexão entre as diferentes scenas dos seus trabalhos históricos é o maior dos seus defeitos; não possue a arte da composição.

Como vemos, a lenda de Fausto tem inspirado poetas sem número de todas as épocas e países. Além dos Faustos de Klinger e Müller, a que adiante me refiro, G. von Loeper cita entre outros os de Bailey, Austin (Human Tragedy), Harring, Bechstein, Braunthal, Vischer (3.ª parte), não falando já do Manfredo de Byron, do Alastor e do Prometeu Libertado de Shelley. (Vid. *Faust, eine Tragödie von Goethe, von G. von Loeper*. Leipzig Verlag von Hempels Klassiker Ausgaben, pag. XLIII).

Concluído o estudo geral da lenda de Fausto, analisemos mais detidamente a grande tragédia, que é, na frase feliz de um poeta nosso, a psicologia humana dramatizada.

CAPÍTULO II

O Fausto de Goethe. História da sua composição

É hoje princípio assente em crítica contemporânea que todo o comentário de uma obra poética redunda em trabalho estéril e frívolo, se não se apoia no terreno sólido da história e da biografia. O método mais seguro e interessante é o que procura nos factos da vida a explicação das obras. Não há nenhuma, porêm, que mais nos convide a aplicar êste pro-

cesso que o Fausto. Fausto é o próprio Goethe: nêle podemos estudar a época do «Sturm und Drang» admirávelmente caracterizada em algumas das suas scenas, conhecer as correntes dominantes da literatura moderna, — a aliança levada ao mais alto grau da forma e do fundo, a profundeza da ideia, a par das belezas da linguagem, — e seguir a evolução do pensar e sentir do grande poeta, desde o alvorecer da sua inteligência vigorosa, até ao momento calmo da sua velhice.

Fausto é o espelho da alma de Goethe; é obra da vida inteira do poeta. Idealizado talvêz nos primeiros anos da sua infância, só fica concluído pouco antes da sua morte. É claro que Goethe não compoz regularmente o poema durante êste largo espaço de tempo. Os anos propriamente produtivos são 1773–1775; 1788–1790; 1797–1801 e 1825–1832.

É surpreendente que em obra tão vasta, a que deveria faltar a unidade, onde a juventude e a velhice imprimiram o seu caracter, possamos seguir ininterruptamente, embora com cambiantes, o desígnio projectado, o plano preconcebido, e a conexão entre o princípio e o fim.

Exagerada, porêm, é a suposição de que há completa correspondência entre a vida do poeta e a vida do herói.

Em toda a obra, Fausto revela-se como homem de acção. O desespêro de não conseguir resolver todos os problemas com que o seu espírito sequioso de saber se preocupa não lhe permite um momento de descanço.

Goethe com a experiência da vida e o decorrer dos anos reconhecera a impossibilidade de tudo saber e alcançar; por isso disciplina o pensamento e a arte; torna-se mais calmo e tranqùilo; olha o mundo que o rodeia ponderadamente, calculadamente, sem paixão nem entusiasmo exagerado.

Esta tranqùilidade de espírito não a consegue Fausto. Goethe, é certô, pensou moldar o destino do herói ao seu, como se reconhece com toda a evidencia no belo monólogo —Wald und Höhle, — tão interessante pela composição artística, estilo eloqùente, verdade do sentimento, etc., etc. Nos primeiros momentos em que Fausto contempla as belezas da natureza sente-se extasiado; as delícias dêste mundo como que o aproximam dos deuses e o convidam ao prazer austero da meditação. Pouco lhe falta para ser feliz. Quási lamenta a sua sorte, por não poder prescindir do terrivel companheiro, que com um simples dito reduz a nada os seus elevados ideais.

O poeta poz de parte êsse primeiro plano. O Fausto per-

sonifica a actividade humana com todas as suas fraquezas e misérias, a aspiração contínua para um alvo inatingível. A plena satisfação dos seus desejos, que há-de pôr termo aos seus persistentes esforços, entrevê-a só num futuro longínquo. É pela lucta incessante com as dificuldades da vida que alcança a suma liberdade e merece, como recompensa, tomar lugar entre os escolhidos. «O que sempre aspirou mais alto», exclamam os anjos, ao arrebatar-lhe a alma, «êsse podemos salvá-lo. Nas regiões da bem-aventurança mais se aperfeiçoa». «Já nos ultrapassa», diz uma parte do côro que vem ao seu encontro.

O Fausto é a exemplificação do grande princípio de Goethe: o homem, de ano para ano, torna-se mais perfeito. A ideia de procurar para Fausto o repouso desejado na mansão celeste não a teve Goethe quando escreveu as primeiras scenas. Recordava-se talvêz dos tempos felizes da sua infância descuidada, em que a sua alma de crente gozava tranqùilidade deliciosa. O ensino religioso, com fórmulas incompreensíveis e dogmas inexplicáveis apaga êste amor pelas cousas divinas. Cai no indiferentismo; torna-se scéptico, mas não se sente bem com êste estado negativo, nesta situação dúbia. Ao voltar de Leipzig tenta novamente seguir a religião cristã, e para isso entrega-se ao estudo profundo dos mistérios do cristianismo.

De tal trabalho não tirou, porêm, o resultado que esperava. Estuda o cristianismo com a imparcialidade fria do historiador; os símbolos da religião são apenas respeitáveis monumentos mitológicos, cujo valor poético e humano aprecia, porque se prestam admiravelmente a uma perfeita representação dos pensamentos e a uma elevada idealização poética.

Crente não o é; pela sua filosofia panteista, pelo culto quási religioso da antiguidade pagã, pela adoração da forma, reagia contra a doutrina de Cristo. Qual educador grego, para quem educar é tornar o homem belo e bom — καλός καί ἀγαθός, — procurava Goethe, como artista pagão, restabelecer a harmonia e o equilíbrio entre o corpo e o espírito, que imprimira a todos as obras da antiguidade o sêlo de uma beleza ideal, ofuscada nas primeiras fases do cristianismo, cuja inferioridade se manifesta nos costumes pelo desprezo do corpo e na arte pela falta de sentimento poético.

Desde então procura novo Deus. Como encontrá-lo? A fé e a sciência não lhe indicam o caminho seguro para o descobrir. Lança-se no seio da natureza; precipita-se na tempestuosa corrente da vida, à procura da porta secreta, por onde

espera alcançar o verdadeiro conhecimento e atingir a máxima felicidade.

Estuda para isso a natureza e alma humana. Daí a sua grande admiração pelos caracteres shakespearianos. Ficou célebre, pelo entusiasmo e verdade com que fala do notável dramaturgo, o discurso que Goethe pronunciou aos vinte e dois anos, em Francfort, a 14 de outubro de 1771, numa sessão solene em honra do poeta inglês.

Admirador decidido de J. Jacques Rousseau e dos outros paladinos da natureza e da liberdade, arrebata-se pela independência do génio e por tudo que lhe parecia primitivo, natural, barbaro, e selvagem, sem leis, regras ou medidas. A mocidade fogosa de Goethe, activo e sonhador, corresponde a efervescência literária da Alemanha, no ano de 1770. O seu génio e caracter seguem a evolução lógica da natureza.

Assim, mudou três vezes a ideia fundamental da arte. No começo da sua actividade literária, ávido de gôzo e trabalho, revoltado contra todas as injustiças, tem o espírito povoado de devaneios irrealizáveis. Shakespeariano no Goetz e no Werther, torna-se apaixonado pelas divindades clássicas. A sua viagem à Itália fá-lo admirador da antiguidade: é a época que viu nascer Ifigénia e o idílio magnífico e arrebatador de Hermann e Dorotea. Nos fins da vida lança-se na alegoria, no simbolismo; os seus pensamentos são vagos e as suas criações abstracções personificadas. A cada um dêstes períodos correspondem no Fausto estilos diferentes, sendo por isso muito interessante o estudo da génese da obra (1).

Não é possível determinar com segurança o ano preciso em que Goethe escreveu os primeiros versos do poema. Sem dúvida, em rapaz ainda, se interessou pela lenda de Fausto, muito popular em toda a Alemanha e principalmente em Francfort, onde a tradição se conservou mais viva. Foi nessa cidade que em 1587 apareceu publicada a primeira narrativa das façanhas e aventuras do célebre herói.

É vulgar no povo alemão entreter o espírito das crianças, nas longas noites de inverno, com histórias contadas à lareira, e deve ser certo tê-las ouvido a sua mãe, que tão bem as sabia contar.

Na «Dichtung und Wahrheit» não menciona o Fausto entre as leituras predilectas da sua infância. Isso nada prova; também Goethe, ao falar dos restaurantes de Leipzig, não se

---

(1) Vid. Apêndice

refere à Auerbachs Keller, e contudo, pela sua correspondência, sabemos que o célebre café era bastante freqùentado por êle e pelos seus colegas estudantes. À primeira vista parece igualmente haver uma simples relação remota entre as impressões dos seus estudos e a paródia que faz do ensino universitário, na scena do aluno. E não há dúvida que esta scena contêm a crítica das faculdades, não do tempo de Fausto, mas daquele em que o jovem Goethe estudava direito em Leipzig e Strasburgo.

Não é apenas uma crítica aos lados fracos do ensino; satiriza a mediocridade apedantada da maior parte dos homens, que se revela bem patente no meio universitário, nas relações entre professores e alunos. A princípio Goethe experimenta admiração profunda pela misteriosa sciência dos professores; em breve porêm reconhece que êsse saber é estéril e não lhe poderá dar o que espera.

O primeiro estado do seu espírito define-se nas cartas a Cornelia e na epístola em verso a Riese, de 28 de Abril de 1766; o segundo nas que dirigiu a Behrisch.

A primeira referência ao nome de Fausto, em Goethe, aparece na scena sexta do acto terceiro da comédia «Die Mitschuldigen». Soller, com receio que o seu roubo nocturno seja descoberto, exclama apavorado:

«Es wird mir siedend heiss. So war's dem Doktor Faust
Nicht halb zumut! Nicht halb war's so Richard dem Dritten!»

Goethe quer apresentar ao público duas figuras no auge do desespêro, e para tal aproveita a situação de Fausto na véspera da noite sinistra em que Satanaz virá exigir o cumprimento do fatal contracto, e o horrível destino da hedionda personagem do drama de Weisse, — Ricardo III.

Um dos estudos que mais contribuiram para a nova orientação do seu espírito e o levaram talvêz a dedicar-se com tanto amor e carinho ao Fausto, foram as sciências ocultas, — a magia e a alquímia — a que se entregou entusiásticamente com a mística Fräulein v. Klettenberg. Tendo adoecido gravemente com uma hemorragia, produto do grande excesso de trabalho intelectual e das extravagâncias da mocidade, a despeito do descanço recomendado pelos médicos, dedica-se com afinco ao estudo dos antigos cabalistas, e em carta a Frederico Oeser, de 13 de fevereiro de 1769, revela involuntáriamente o interesse que lhe despertam tais assuntos: fala da influência dos planetas no organismo humano, de um que

está oculto na fenda de uma árvore, das hervas de Ulisses que o defendem dos encantos, etc. Aspira a ser um cultor da magia, investigador da natureza ao ar livre, e como tal não pode conformar-se a ficar encerrado no gabinete de trabalho. Continúa assim: «Meine gegenwärtige Lebensart ist der Philosophie gewidmet. Eingesperrt, allein, Cirkel, Papier, Feder und Dinte, und zwey Bücher, mein ganzes Rüstzeug. Und auf diesem einfachen Wege komme ich in Erkenntniss der Wahrheit, offt so weit, und weiter, als andre mit ihrer Bibliothekarwissenschaft. Ein groser Gelehrter, ist selten ein grosser Philosoph, und wer mit Mühe viel Bücher durchblättert hat, verachtet das leichte, einfältige Buch der Natur; und es ist doch nichts wahr als was einfältig ist».

A universalidade do seu génio caracteriza-se bem nestas palavras: o poeta tem uma alta função social; não se pode limitar a exprimir em linguagem cuidada a vida e a natureza; deve pintar a civilização nos seus múltiplos aspectos, não por fórmulas abstractas, mas por tipos colhidos directamente da realidade. A grande admiração pela natureza transporta-o insensivelmente dos domínios da literatura aos das sciências naturais, que sábiamente aprofundou. Goethe estava tão habituado a observar o mundo exterior, que o menor facto revelava-lhe a presença de uma lei geral. A natureza era a sua confidente e amiga; via nela remédio eficaz contra os perigos das discussões dialécticas e balofas; atribuia-lhe influência benéfica sôbre o seu temperamento e gôsto literário; numa palavra, considerava-a o símbolo da unidade e da harmonia, de que fizera o ideal da sua vida.

Goethe compreendeu que as relações íntimas da poesia com as outras artes se podem comparar às da filosofia com as sciências. Todas as artes, com a sua forma individual e o seu particularismo, se unem e se confundem na ideia, no seio de uma atmosféra, cujo éter luminoso a poesia fornece, como brilhantemente diz Henri Blaze de Bury no seu estudo «Goethe et Beethoven». Isto não impede que cada uma das artes conserve autonomia própria. Assim sucede com a filosofia. É uma sciência independente, e ao mesmo tempo todas as outras sciências procuram nela a sua unidade. É na filosofia que residem os primeiros princípios ou concepções gerais das sciências, mas é nas sciências que esses princípios se vão mostrar tratados segundo as suas propriedades, e se apresentam os fenómenos que deles derivam; é a filosofia que mantem entre os conhecimentos scientíficos a grande coordenação subjectiva que lhes dá o espírito humano, mas

são as sciências que dão à filosofia a matéria prima dos seus sistemas, e são a sua base indispensável. Alêm disso, a sucessiva subordinação que há entre as diversas sciências, desde a matemática até à sociologia, mostra-nos o âmbito dêsse grande todo, a que Spencer chama o conhecimento, com o grau de generalidade mais elevada. É nêsse sentido que Goethe diz que estuda a filosofia como síntese das sciências. Impossível é percorrer o vasto domínio do conhecimento de um extremo a outro, mas a aspiração do grande poeta é abranger o conjunto. Obedecendo às suas tendências realistas, estuda a natureza em todas as manifestações e na sua relação com o homem.

Animado de profundo espírito scientífico compreende que só a filosofia dá o critério exacto, como os conhecimentos se agrupam para formar as sciências e estas se sucedem e ordenam para dar o conjunto sistemático da filosofia, onde o homem realiza a sua aspiração suprema, levado pela tendência de trazer tudo à unidade. Êste alto papel unificador da filosofia mostrou-o com grande brilho o filósofo alemão Wundt. Ao folhearmos a «Einleitung in die Philosophie» vemos sempre com que clareza se define a filosofia pelas sciências. A filosofia é a sciência universal; tem o seu ponto de partida nas descobertas scientíficas particulares; a sua grande função é unificadora, sintética, e sistematizadora. Em preensões sucessivas vai procurar às sciências os métodos próprios que cada uma segue, as hipóteses gerais que são o início da sua organização e assim, num grande esfôrço de arranjo sistemático, apropriando-se dos princípios particulares, mostra como toda essa diversidade de concepções, teorias, e leis se pode e deve reduzir à unidade. Sob êste ponto de vista, Goethe é duplamente poeta e homem de sciência: observa os factos, compara-os, relaciona-os, sem descer a pormenores, procura sentir na natureza o sôpro criador que anima o todo.

Esta preocupação genial revela-a numa das poesias filosóficas que inseriu em várias das suas obras scientíficas, e mais tarde coligira com o título «Deus e o mundo»: «Há muitos anos que o meu espírito com alegria e zelo se tem esforçado por procurar e descobrir como a natureza viva opera na criação. A eterna unidade manifesta-se sob mil formas. O pequeno é grande, o grande é pequeno, tudo segundo as suas leis próprias. Tudo varia e tudo persiste; tudo foge e se aproxima; tudo se forma e transforma... Para admirar estou eu aqui».

O amor pelo estudo das sciências naturais aumentou com a leitura de trabalhos sôbre alquímia, que tambêm contri-

buiram sobremaneira para a ideia da composição do Fausto. Assim como Lessing ao delinear o plano do seu Fausto pede ao irmão que lhe envie a «Chave de Salomão», livro de magia célebre que deseja aproveitar para a scena do pacto, assim tambêm Goethe se absorve num grande in-folio intitulado *Opus-Mago Cabbalisticum et Theosophicum,* estudando os escritos dos antigos filósofos naturalistas Helmont, Welling, Kirchmeyer, Paracelso, Basilio Valentim, Starckey, Campanella, Giordano Bruno e muitos outros.

Na mesma ocasião apoderou-se de Goethe o gôsto apaixonado por toda a sciência, que manteve sempre inalterável. Encontrava-se então o poeta em Strasburgo, desde a páscoa de 1770. A Herder cabe a glória de ter insuflado no espírito de Goethe o ódio pelo artificial, a revolta contra as regras que tirânicamente não deixavam desabrochar em liberdade os temperamentos individuais, a reacção contra a falta de originalidade e afectação pedantesca dos escritores, que imitavam as literaturas estrangeiras. Assim, reclamava direitos soberanos para a fantasia e o sentimento, preferindo a simplicidade rude da linguagem popular ao estilo amaneirado dos eruditos. O maior representante desta arte é, segundo Herder e Goethe, Shakespeare, cuja preocupação principal é pintar a alma humana, não sacrificando a independência do nosso eu, mas harmonizando a actividade do indivíduo com o todo universal (mit dem notwendigen Gang des Ganzen).

Nesta ordem de ideias despreza a sciência livresca; quer aprender directamente da natureza, lançar-se no turbilhão do mundo, misturar-se com a sociedade, para a estudar e conhecer íntimamente.

Em carta dirigida a sua mãe, quando rapaz, faz Lessing a confissão seguinte: «Descobri que os livros podiam fazer de mim um sábio, mas nunca um homem. Atrevi-me a saír do quarto e a conviver com os meus companheiros. Bom Deus! Que desigualdade senti entre mim e os outros! Uma timidez rústica, a ignorância completa das bôas maneiras, um ar grosseiro que muitos tomavam por altivez, tais eram a meu vêr as lacunas de uma educação deficiente».

Goethe pensa do mesmo modo: não basta ser homem de bibliotéca; a vontade só se fortifica e o caracter só se vigoriza nas lutas da vida. Neste meio escolheu Goethe o Fausto para herói da sua tragédia. Porque não teria preferido alguma outra individualidade célebre, cujas acções e caracter o tivessem impressionado, como Cesar, Sócrates, Prometeu ou Mahomet? A explicação é fácil.

Dentre todos nenhum lhe poderia ser mais simpático que Götz von Berlichingen e Fausto. Ambos eram alemães, e o poeta, querendo exprimir o seu próprio pensar e sentir, era naturalmente atraído por esses dois grandes paladinos, protótipos da liberdade política e religiosa.

Ao mesmo tempo aproveita a tradição, que julga se deve conservar sempre viva, pois é um esteio da independência da pátria; vivifica-a e anima-a com acontecimentos de que foi agente, e assim preenche várias lacunas da lenda, aumentando-lhe o interesse com a descrição da realidade. O método sintético, que Goethe aplica ao estudo da natureza, revela-se em toda a plenitude na sua obra vastíssima. Funde admiràvelmente as impressões do passado e do presente; dá a estas impressões, a estas imagens uma forma artística; dispõe-as em quadros tão animados e pinturas tão vivas, que o leitor sente-se transportado a eras e lugares longínquos, sem perder de vista as situações actuais. Além disso Götz e Fausto lembram a época da reforma religiosa, de que o pôvo alemão justamente se orgulha, pois nela afirma o seu amor à liberdade, espírito de independência, e energia individual.

Sempre que a Alemanha esteve em crise, os poetas alemães contribuiram não pouco para conservar firme e vivo o amor pátrio. Walther von der Vogelweide nas lutas entre o papado e o império, toma decidido partido a favor dêste. Em 1813 sucedem factos análogos. Às derrotas de Iena e de Wagram seguira-se um profundo desânimo. A muitos faltava a energia; quasi todos receavam o futuro. Mesmo após a retirada da Rússia, Napoleão impunha respeito aos homens de estado que dirigiam os negócios da Austria e da Prússia. Ainda em 1813 Goethe manifestava esta maneira geral de pensar, em Dresde, num grupo de patriotas, entre os quais se encontrava o pai de Koerner: «Êste homem é muito grande! Querendo sacudir as vossas cadeias, só as fazeis entrar mais profundamente na carne».

A diplomacia enganou-se, felizmente, nas suas previsões e, ainda mais que os políticos, os generais, e as reformas de Stein e de Scharnhorst, poetas como Teodoro Koerner, Ernesto Mauricio Arndt, von Schenkendorf orientaram a força da natureza das massas populares, cega e irresistível, despertando a coragem heroica da mocidade alemã (1).

---

(1) Na grande obra da unificação da Alemanha, a que êste país deve a sua força na sciência, na indústria, no comércio, e na política, colaboraram não pouco os grandes historiadores. As invasões de Napoleão, sob

Não é pois para estranhar que Goethe estudasse com todo o entusiasmo a reforma. Justus Möser tinha mostrado a alta significação daquele período, a elevação moral dos seus homens, o ideal comum a todos, poetas, artistas, filósofos, e teólogos — encontrar a reforma pura do belo e do verdadeiro, despojá-la de excrescências, com que as idades posteriores a tinham desvirtuado. Uns procuram salvar a arte pela imitação dos antigos; outros esforçam-se por preserverar os fundamentos divinos do cristianismo, expurgando-o de doutrinas contestáveis e muitas vezes contraditórias que a tradição humana posteriormente lhe juntou.

Estudando esta época fecunda, Goethe viu o partido enorme que podia tirar da lenda. Com a mesma ousadia com que a filosofia naturalista do século XVI se revoltou contra a escolástica, procurou o período do «Sturm und Drang» restringir aos seus justos direitos as exigências dos racionalistas. Ora Fausto personificava admirávelmente as novas ideias pelo desprêso que votara ao ensino das quatro faculdades, entregando-se de preferência à magia, onde espera satisfazer plenamente os seus desejos de sciência e gôzo.

O século das luzes via na sciência o único meio seguro de dar solução infalível a todas as questões. Das fontes do passado, principalmente da antiguidade greco-romana, corria o alimento do espírito; os métodos scientíficos, baseados nas leis da lógica, eram considerados infalíveis; só por eles o homem poderia adquirir conhecimentos certos.

Orientação verdadeiramente revolucionária era aos olhos dos racionalistas a de Rousseau, Ioung, Hamann, Gerstenberg e outros, que a partir dos meados do século XVIII reclamaram para o sentimento, independente do querer e saber, a categoria de fôrça criadora: não apenas na tradição, mas sôbretudo na natureza e na vida se deveriam apoiar todas as criações artísticas e scientíficas. Todos os escritores da

---

o ponto de vista do rejuvenescimento do amor pátrio, foram benéficas: provocaram a defeza nacional, e não uma simples guerra política. Os historiadores transformaram o sentimento patriótico em sistema político, fundamentaram-no, justificando assim a política imperialista dos Hohenzollern. Essa orientação encontra-se bem acentuada no brazão de Stein, que foi simultâneamente o fundador da política nacionalista e o criador da escola histórica alemã. Então reuniram-se para darem mais força aos seus esforços comuns, fundando em 1819 a sociedade histórica, a que pertenceram, entre muitos, os nomes gloriosos de Dahlmann, Niebuhr, os irmãos Grimm, Heerer, Pertz Savigny, os irmãos V. Schlegel, Schlösser e Raumer.

nova escola se reconhecem por um sentimento de alta personalidade. Não há poesia que não seja original; todos se chamam por isso génios originais: consideram a imitação como falta de talento, pois o grande modêlo a imitar é a natureza, que teve em Shakespeare o seu melhor intérprete (1). À palavra *natureza* davam os Stürmer acepção muito lata; abrangia o mundo interior e exterior. O poeta dévia conhecer a sociedade onde vivia, o passado e o presente da humanidade, a luta das paixões e dos interesses, não se limitando a ser paciente observador dos factos, mas tomando neles parte activa. É bom acentuar que foi Herder, em Strasburgo, quem entusiasmou Goethe pelos novos cânones literários. Antes disso, já tinha a consciência dum fim elevado, para o qual tendia com ardor; estava, porêm, um pouco perplexo no meio de vagas teorias.

O que o primeiro monólogo do Fausto de Marlowe exprime, sentiu-o Goethe em Leipzig e Francfort, mas só em Strasburgo descobriu que podia encontrar repouso de espírito na magia, tomado o termo, é claro, no significado mais elevado, como invocação do génio do mundo e da acção que actua e paira em actividade contínua na natureza e na vida do homem.

---

(1) Esta idolatria pela natureza selvagem, que convida à meditação e à tristeza, converteu-se em pessimismo acentuado nos séculos XVIII e XIX. O poeta, em geral, experimenta voluptuosidode no sofrimento; por isso compraz-se nas imagens lúgubres; as lágrimas teem para ele doçuras incomparáveis. Os leitores sofreram o mesmo contágio. Não procuram livros que os distraiam e lhes despertem o ardor da vida; pelo contrário sentem no sofrimento um prazer doentio.

«On jouit de ce qui n'est pas commun», diz Chateaubriand pela bôca de René, «même quand cette chose est un malheur». Em França a tradução das *Noites d'Ioung*, o poeta mais melancólico e desolado da literatura inglesa, foi acolhida com entusiasmo pelas almas tristes e religiosas. «¿ O que é a terra, pergunta o poeta, senão a morada de seres imaginários e sem realidade, um campo, cujas flores prometem frutos, sem nunca produzirem, ou antes um deserto selvagem, em que reinam o horror e a íncerteza, em que os espinhos ensanguentam a cada passo os pés do triste viandante?». A morte é a única amiga que lhe concederam os céus, por isso invoca-a e pede-lhe que ponha termo aos seus dias amargurados. Como fugir às misérias da existência? As almas fracas recorrem ao suicídio: é o caso do Werther de Goethe; as fortes reagem contra o tudo que lhes impede a efectivação dos seus desejos. É o que se dá com o Carlos Moor de Schiller, Conrado, Lara, Manfred, Don Juan e todos os corsários e renegados byronianos. O homem espiritualista e cristão enternece-se e resigna-se; o scéptico, como Byron, escalpeliza e troça as misérias humanas.

A estada de Goethe em Strasburgo podia ter-lhe inspirado a scena do aluno. Na *Dichtung und Wahrheit,* encontrâmos o seguinte plano dos seus estudos-que bem confirma esta ideia: «Fortsetzung der übrigen Natur und medizinischen Studien. Unendliche Zerstreuung Vorbild zum Schüler im Faust». A «Schülerszene» tem o grande valor de completar o que o monólogo tradicional não diz: como outro Fausto, ao trilhar o espinhoso caminho da sciencia, desejoso de atingir o conhecimento da terra, do céu, e da natureza, lança-se na vida sedento de actividade e liberdade, abandonando o ensino ôco dos pedantes professores das universidades alemãs do século XVIII. Goethe assim o confessa: «Wie er, hatte auch ich mich in allem Wissen umhergetrieben und war früh genug auf die Eitelkeit desselben hingewiesen; wie er, hatte auch ich es im Leben auf allerlei Weise versucht, und war immer unbefriedigiter und gequälter Zurückgekommen».

A época do «Sturm und Drang» é, na expressão dum crítico contemporâneo — ein Faustliches Zeitalter. Frederico Müller escreve um Fausto, assim como Klinger. «Fausto (diz ele, numa dedicatória interessante, que bem caracteriza o estado de espírito dos jovens talentos dêsse período fecundo) foi para mim desde a infância um herói favorito, porque já então o considerava homem excepcional, que tem toda a consciência da sua fôrça. O freio que o destino impôs à sua vontade, incomoda-o; procura libertar-se de carga tão pesada, para seguir livremente o caminho. Tem a coragem de aniqùilar tudo que lhe obstrue os passos; possue ânimo bastante forte para se lançar nos braços do demónio, que se lhe oferece francamente. ¿Não está, por ventura, no fundo da nossa natureza voar o mais alto possível e aspirar a tudo a que julgâmos ter direito?».

A obra, cujo título completo é — *A vida de Fausto posta em drama,* não foi concluída; as scenas principais apareceram de 1776 a 1778. Dois anos mais tarde enviou Klinger de S. Petersburgo o romance — *A vida de Fausto, suas aventuras e descida aos infernos* (1).

---

(1) A lenda de Fausto e a obra de Goethe inspiraram inúmeros artistas, pintores, e músicos. Ocorrem-nos entre os primeiros, Cornelius, Schnorr, Delacroix, Kaulbach, Retzsch, Seibertz, v. Kreling, Genelli, Schrödter, Lüderitz, Hosemann, Ary Scheffer, etc. (Vid. *Der Teufel und seine Gesellen in der bildenden Kunst,* de Blomberg), e entre os segundos, Schumann, Berlioz, Wagner, Liszt, Rubinstein, Gounod, que reproduziram o Fausto como ópera, oratório, sinfonia e *ouverture.* Os poetas

Depois da publicação do poema de Goethe, o que Müller escreveu reduz-se a uma símples paráfrase da antiga lenda. O assunto era grandioso demais para os seus recursos literários e vistas filosóficas. A ideia mãe de todos os Faustos estava em mostrar o poder absoluto do génio criador.

A lenda adaptava-se em grande parte ao modo de ser individual de Goethe. O primeiro monólogo sôbretudo é repassado de verdade, porque define o estado da alma do grande génio, segundo ele próprio confessa a Guilherme de Humboldt, em 17 de março de 1832. Pouco antes, em carta a Zelter de 1 de junho de 1832, marca Goethe os vinte anos como a data em que concebeu o plano do seu poema.

Será pueril aceitar, como absolutamente segura, esta indicação. Não é fácil determinar com precisão o ano em que o poeta começou o Fausto. Algumas datas sôbre que não há dúvidas indicam bem a morosidade com que trabalhou na obra e os longos intervalos que por vezes decorriam entre a composição duma scena e o começo da seguinte.

Nada o faz, porêm, desanimar na sua carreira vertiginosa; a aspiração indefinida para a verdade continúa ao deixar Strasburgo e Frederica de Brion, esquecendo os seus amores de estudante, os excessos e desvarios de rapaz, produtos do seu temperamento arrebatado, inexperiente, e não disciplinado ainda. Nem o remorso do procedimento indigno que tivera com Frederica é capaz de lhe alquebrar a energia indomável.

Tem-se muita vez elogiado a Goethe, sob o nome de von-

---

não podiam ficar estranhos a esse curioso movimento; o Fausto forneceu motivos aos poemas de Byron, Shelley, Smith, Austin, etc., etc. As traduções em todas as línguas do mundo culto não teem conto. Merecem especial referência em inglês a de Bayard Taylor; em francês as de Stapfer e Alexandre Laya; em italiano a de Guerrieri Gonzaga, superior ainda à de Maffei, em português a de Castilho, em hebreu a do dr. Letteris, em húngaro a de Luís Doczy, etc. etc.

Com razão diz Henry Blaze de Bury, na *Rev. des Deux Mondes*, de 15 de março de 1869, pag. 521: «Ce nom de Faust par exemple, quelle place ne tient-il pas dans l'histoire de l'esprit moderne? A partir du xv siècle, de quelque côté que votre curiosité se tourne, vous le trouverez partout. De ces 5 lettres assemblées par le droit du destin sur un échiquier, des montagnes d'œuvres sont sorties: récits populaires, drames, compilations littéraires et musicales, dessins, gravures et tableaux. Les bibliothèques, les musées, les salles de spectacle, ce nom a tout rempli, à ce point que voilà un héros légendaire qui, si je m'en rapporte au catalogue des choses qu'il a suscitées, a déjà plus occupé le génie humain que n'ont fait les plus authentiques personnages de l'histoire».

tade tenaz, a sua prudência egoista que lhe dava domínio sôbre si e o detinha a tempo no declive perigoso a que o poderiam arrastar as suas paixões.

É talvez essa vontade, ou para melhor dizer, esse cálculo premeditado e antipático que o leva a abandonar a humilde e encantadora filha do pastor de Sessenheim, cujos traços fisionómicos, compleição psíquica, espirito de ordem, simplicidade, aceio, e pureza moral, se divisam na figura de Margarida.

Goethe parece deliciar-se em remover obstáculos, e desafiar a natureza que lhe oculta os seus segredos mais íntimos, apresentando-se umas vezes como paraíso sem igual e outras como monstro hediondo. Neste período afirma a sua personalidade por um violento desejo de viver, por um sentimentalismo delicado e afectuoso, imaginação exaltada e irrequieta e disposições contraditórias.

Assim o reconheceu Kestner, que travou relações mais íntimas com o poeta em Wetzlar, no verão de 1772. Eis as palavras com que define as suas primeiras impressões àcêrca de Goethe: «Er geht nicht in die Kirche, auch nicht zum Abendmahl, betet auch selten. Denn, sagt er, ich bin dazu nicht genug Lügner. Er strebt nach Wahrheit, hält jedoch mehr vom Gefühl als von ihrer Demonstration».

Foi então que Goethe viu uma delicada figura feminina, loura, de olhos azuis, alegre e simples, que aos dezoito anos tinha ja a seu cargo a não leve tarefa da educação dos irmãositos órfãos, Carlota de Buff, noiva de Kestner. Esta última circunstância aumenta-lhe o interesse e o encanto. Não desejando casar, e suficientemente perspicaz para ver a impossibilidade de se tornar naquele meio um sedutor vulgar, parte inesperadamente para Coblentz, onde os belos olhos de Maximiliana la Roche lhe fazem esquecer a lembrança voluptuosa de Lota. Com a sua nova paixão, mixto de amor e estima, aperfeiçôa a sensibilidade e enriquece o tesouro das suas experiências psicológicas.

Qual era o estilo mais próprio para exprimir a pureza e poesia dum amor ideal mas infeliz? A princípio julga encontrá-lo na poesia lírica de Klopstock; os romances epistolares de Richardson e Rousseau dão-lhe porêm a forma mais adequada para a representação de sentimentos elevados. Escreveu Werther em que, como grande artista, proclama a natureza única fonte de inspiração.

Como bom democrata aprecia no homem tudo que é simples: adora as crianças, sente-se atraído para os campone-

ses, odeia as regras pedantescas e os preconceitos sociais; como leitura predilecta escolhe os poemas primitivos anteriores à civilização.

Mas a agitação irrequieta do seu espírito, a luta íntima de paixões exacerbadas, a sêde insaciável de atingir novos conhecimentos e alcançar novos graus de desenvolvimento só poderiam ter expressão condigna no drama. «Oh! wenn ich jetzt nicht Dramas schriebe, ich ging zu grund» exclama Goethe um dia no auge da sua paixão por Lili. Aos dramas do jovem poeta não convinham os alexandrinos, com o seu ritmo grave, nem a prosa chã do drama popular alemão, nem ainda o estilo shakespeariano do Götz, em que a falta de regras e o desprezo pela forma eram talvez levados ao exagêro. Klee classifica bem a revolta contra a sujeição a leis, tanto na poesia, como na vida social de «geniale Ungebundenheit».

Nos fins do ano 1772 entregou-se ao estudo do simpático mestre cantor João Sachs, cujas obras leu em Darmstadt, numa edição completa de 1612. Entusiasma-se extraordinàriamente pelo grande polígrafo, que escreveu sôbre inúmeros géneros: lendas, fábulas, sentenças, narrativas históricas, dissertações morais, composições dramáticas e cómicas, cantos religiosos e profanos, traduções de poetas, historiadores, e moralistas, e que apesar disso tão esquecido e desprezado fôra no século XVII. Com grande perspicácia vê representada na rude e por vezes fastidiosa poesia de Sachs a grande tradição nacional; aprecia-lhe as intenções sinceras, a honestidade e candura da alma, descobre afinidades entre a livre tecnica dramática do célebre Meistersinger e a de Shakespeare, e vai encontrar no verso de oito sílabas o princípio quási perdido do verso alemão. Não imita porêm servilmente a arte de Sachs, pois que a êste, representante duma sociedade mais ávida de verdade e liberdade do que de poesia, faltava por vezes o gôsto e o método, mas cria uma nova forma dramática, satírica e burlêsca, à maneira dos *Fastnachspiele,* a que dá o nome de *Schönbartspiel.* Exercita o novo estilo em pequenas peças cómicas, de carácter impressionista, taes são: «Das Iahrmarkstfest zu Plundersweilern» «der Pater Brey» e outras. No *Satyros* adota o mesmo estilo para assuntos mais elevados. Êste apareceu no verão de 1773, e por carta de Goethe a Zelter, de 8 de maio de 1820, sabemos que na mesma data produziu uma parte importante do Fausto.

Eckermann faz remontar as scenas mais antigas do drama

ao ano de 1773, o que condiz com as indicações que lemos em carta de Gotter a Goethe, escrita provàvelmente em julho de 1773:

«Schick mir dafür den Doktor Faust,
Sobald dein Kopf ihn ausgebraust».

Esta série de considerações leva-nos a supôr que Goethe começou o Fausto no ano de 1773. Antes da sua partida para Weimar, pela leitura da correspondência de Goethe (e aqui se comprova a alta importância dos dados biográficos) podemos seguir a génese desta obra prima.

A Eckermann dizia o poeta a 10 de fevereiro de 1829: «Der Faust entstand mit meinem Werther, ich brachte ihn 1775 mit nach Weimar». No verão de 1774 recebeu Goethe a visita do célebre fisionomista Lavater, mas êste só ouviu ligeiras referências a Fausto. Em fins de setembro o autor da *Messíada* visita Francfort, onde regressa em março de 1775. Da primeira vez leu-lhe Goethe as scenas que já existiam; da segunda leu as scenas compostas últimamente. O patriarca da poesia alemã, ao contrário do seu costume, aplaudiu com franco entusiasmo a grandeza do vasto plano da obra, e desejou vivamente a sua conclusão. A 15 de outubro de 1774 escrevía Boie no seu diário, depois de ter passado um dia inteiro na companhia de Goethe: «Sein Doktor Faust ist fast fertig und ist das Grösste und Eigentümlichste von allem». A expressão «fast fertig» não pode deixar de significar que Boie, ao ouvir a leitura do poema, explicado por Goethe, teve a impressão dum todo, e, por muito fragmentada que fosse a forma, reconhecia nela uma certa unidade. Quando a 11 de dezembro de 1774 os príncipes de Weimar, acompanhados do seu preceptor visitaram Goethe, êste entregou a Knebel um rôlo de fragmentos, entre os quais se contava o dr. Fausto.

Com segurança não podemos determinar em que ponto da acção ia o poema. Frederico Jacobi, pouco depois de em 1790 ter lido o fragmento de Fausto impresso, escrevia ao seu autor: «Ich kannte beinah schon alles». Tinha estado pela última vez em casa do poeta nos comêços do ano de 1775.

Procurava então Goethe esquecer com uma viagem à Suissa o seu amor por Izabel Schönemann, a querida Lili, de quem escreve nas suas memórias: «Lili foi na realidade a primeira mulher que amei profunda e verdadeiramente».

As inúmeras paixões de Goethe, com estranhas aventuras e experiências, tem grande valor para o estudo do seu desen-

volvimento poético. Ainda hoje, apesar da vasta literatura que sôbre o assunto existe, é questão insolúvel pera a crítica saber qual das suas apaixonadas teve a parte principal na criação de Margarida.

Conquanto Gretchen, pela sua candura, pureza, dedicação completa e absoluta, seja o retrato vivo de Frederica de Brion, outras igualmente belas e meigas exerceram influência na obra do grande poeta, que sempre consagrou à mulher culto elevado (1).

Margarida é o nome duma operária pela qual em Francfort esteve perdido de amores. Aninhas ouvira em Leipzig de Goethe protestos de amor eterno, em breve esquecidos. Seguem-se Carlota, Maximiliana de la Roche e muitas outras que seria inútil referir.

O que nos parece mais natural e consentâneo ao seu carácter é que Goethe fundisse todas essas figuras no tipo de Margarida, criação do seu génio que, representando um ideal de beleza e perfeição, conservou uma certa independência relativamente aos modêlos que a inspiraram (2). Não lhe convêm afeiçoar-se demais a Izabel e por isso parte para a Suissa. Aí, segundo escreve Bodmer a 15 de junho, Goethe esforça-se por esquecê-la com a composição do Fausto. A lembrança da sua amada, quási extinta, volta em pouco; a alma perturba-se-lhe de novo, a agitação do seu espírito transparece na «Gretchentragödie», mas não se deixa vencer e, a trôco dos bens que a vida lhe recusa, satisfaz-se com devaneios poéticos, simultâneamente doloros e doces. Por fim resigna-se, acalma-se, e recebe com toda a serenidade a notícia do casamento de Lili. Assim o escreve a Frau v. Stein: «Ontem à noite estava deitado, já meio adormecido, quando o criado me traz uma carta; com a cabeça pesada leio que Lili casou; volto-me e torno a adormecer».

Neste período movimentado da sua vida Goethe encontra no drama por assim dizer confôrto e alívio. A 17 de setem-

---

(1) Ocorrem-nos neste momento os versos do Fausto (2.ª parte):

Das Ewig-Weibliche
Zieht uns an,

que são referidos por uma das personagens do romance de Sudermann *Eswar*. Goethe, que pensava e vivia como um velho pagão, disse: «O eterno feminino atrai-nos para cima».

(2) Goethe cumpria à risca a conhecida fórmula de Taine, de que toda a arte consiste e se resume na manifestação por concentração.

bro, depois dum dia horrível, escreveu uma scena de Fausto, e em carta de 7 de outubro diz à jovem condessa Augusta de Stolberg que adorava e tratava por tu sem a conhecer ainda, fazendo-a confidente dos segredos do seu coração: «Habe am Faust viel geschrieben».

A 30 de outubro despediu-se da terra natal, disse adeus à mocidade com todas as alegrias e dissabores, levando como monumento dessa época fecunda e activa da sua existência os fragmentos primitivos de Fausto, que em 1886 Erich Schmidt encontrou reùnidos numa cópia feita por Luisa von Göchhausen, dama da côrte de Weimar, e que hoje são conhecidos pelo nome de Urfaust.

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 6, pag. 304)

CII

JOSEPE (MESTRE)

Era ourives del-rei D. Duarte. Por sua morte o mesmo monarca fez mercê por carta de 30 de março de 1434 a Rina, sua viuva, moradora em Santarêm, dos privilégios, isenções e liberdades, segundo o estilo do tempo. Esta carta teve confirmação durante a regência do infante D. Pedro a 17 de maio de 1440, e de novo foi confirmada sem tal declaração a 18 de agosto de 1450.

A última carta, de 28 de agosto de 1451, relativa a umas casas em Ceuta, não será talvez pertencente ao mesmo ourives de Santarem.

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que Rina, judia, molher de mestre Josepe, ouriuez, nos mostrou huũa carta do muyto eixelente e uertuosso princepe da escrarecida memoria elrei meu senhor e padre, cuja alma D.ª aja, da quall e teor tall he:

«Dom Eduarte etc. a uos juizes e almoxariffes, esprivaees e arrabis e oficiaees desta villa de Santarem, que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, saude, sabede que nos querendo fazer graça e mercee a Rina judia, molher que foi de mestre Josepe nosso ouriuez que foi, teemos por bem e preuiligiamolla e liberdamolla que nom pague (segue a carta de privilegio dante em Santarem xxx dias de março de mil e iiij^{c}xxxiiij). Pedindonos a dita Rina por merce que lhe confirmasemos a dita carta, da quall coussa a nos praz. E porem mandamos a uos ditos juizes almoxarifes espriuaees, arrabys oficiaees e apousentadores e a outros quaes quer que esto ouuerem de veer que lha conpraees e guardees asy e pella guisa que em ella he comtehuda e nom lhe uaades nem consentaes hir contra ella em parte nem em todo e asy he nosa mercee, unde al nom façades. Dante em Santarem xbij dias de maio per

autoridade do senhor Ifante dom P.º tetor e curador do ditò senhor Rey e Regedor e defenssor por elle de seus Reinos e senhorios. Ruy Galuom a fez ano do Senhor de mil iiij°R anos» (1).

«Dom A.º etc. A uos juizes e almoxarifes é escpriuaaees e arrabiis e oficiaaes da nossa villa de Santarem que esto ouuerem de ueer, a que esta carta for mostrada, saude, sabede, que nos querendo fazer graça e merce a Reinha judia, molher que foy de meestre Jossepe, ouriuez delRei meu senhor e padre, cuja *alma Ds aja*, teemos por bem e priuilligiamolla e liberdamolla... Dada em Obidos xbiij dias dagosto G.º de Moura a fez anno de mil iiij°l. Ruy Galuom a fez escpreuer» (2).

«Carta per que o dito senhor confermou hũu emprazamento a Reyna Judia molher que foe de mestre Jusepe seu ouriuez morador em Santarem por segunda pessoa E que ella nomeara a terceira, a hũas casas que o dito senhor ha na dita villa de Santarem na Rua dereita que vay pera Alcaçoua e parte com chaão publico do concelho e contra cima com casa que soya de trazer Bellamym e que hé a oytaua casa que hé no cabo da dita Rua dereita, das quaes casas pagam ao dito senhor em cada hum ano de foro per dia de Sam Joham bautista onze reaes de prata de Castela etc. em Lixboa xxx dias de dezembro de mil iiij°xxxbj anos» (3).

«Doação de umas casas sitas na praça da cidade de Ceuta, no sitio chamado Airã, a Martim Gil, escudeiro de D. João, bispo de Ceuta, as quaes pertenciam a um Josepe, ouriuez judeu, e as perdeu por as haver comprado sem licença delrei. — Carta dada em Lixboa a 28 dagosto de 1451» (4).

CIII

LEÃO (MOISÉS DE)

Ourives, a quem D. Afonso V confirmou, por carta de 10 de junho de 1439, a venda que lhe fôra feita a 12 de novembro de 1438 por Martim Pereira, filho do dr. Gil Martins, de uns pardieiros sitos na judaria velha e que pertenciam a el-rei.

Não sei se Moisés de Leão que era ourives da condessa de Barcellos e a quem D. Duarte passára uma carta de privilégio (que está dilacerada) e que D. Afonso V confirmou, será o mesmo mencionado acima ou outro de igual nome (5).

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 156 v.
(2) Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fl. 133 v.
(3) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, fl. 109.
(4) Ibidem, liv. 11, fl. 127.
(5) Ibidem, liv. 23, fl. 5.

«Dom Afonso etc. A quamtos esta carta etc. que Mosem de Liam, morador em a cidade de Lixboa, mostrou perante nos hũu estormento feito e asynado per Uasco Anes, escpriuã do nosso almazem da dita cidade a xij dias de nouembro da era do nascimento de mill e iiij^{c}xxxbiij anos, pello quall parece que Martim Pereyra, filho do doutor Gill Miz disse a G. A.º, almoxarife do dito almazem, como elle trazia huu pardieiro, que em outro tempo forom tendas que som na Judaria uelha em hũa azinhaga que uay pera a isnoga grande, que partem com casas dell dito Mosem de Liam e da outra com casas de Grauiele e pera a dita azinhaga e que pagaua delles de foro em cada hũu ano a nos quatro líbras de moeda antiga seguindose hũu estormento de compra que o dito Martim Pereyra tinha dos ditos pardyeiros que logo mostrou e que ell queria uẽder os sobre ditos pardieyros ao dito Mosem de Liam que presente estaua por tres mill reaes brancos, e que requeria ao dito almoxarife se os queria tomar tanto per tanto pera nos ou lhe desse autoridade pera os poder auer ho dito almoxarife fez pergunta ao dito Mosem de Liam se tynha carta pera poder comprar e ell disse que sy, a quall logo mostrou, e uista per elle e como o dito Martim Pereyra per seu juramento e o dito Mosem de Liam per juramento de sua ley diserom que a dita venda e compra faziam uerdadeyramente sem outro comluio nem engano nem especje de mall, disse que nom queria comprar os ditos pardieiros pera nos porque nom entendia por nosso seruiço e que daua lugar que os podesse vender o dito Martym Pereyra e o dito Judeu e os comprar pagando a nos a quarentena, o quall Martym Pereyra logo uendeo os ditos pardieyros ao dito Mossem de Liam com seu encarrego e a nossos socesores as ditas quatro libras em cada huũ ano de foro segundo era obrigado segundo todo mais compridamente no dito estormento he conteudo e ora nos pidia o dito Moysem de Liam que lhe confirmasemos e outorgasemos a dita compra dos ditos pardeeyros, e nos visto seu dizer e pidir e entendendo por nosso seruiço por o dito Judeu seer melhor pagador do nosso foro, teemos por bem e confirmamoslhe e aprouamos a uenda dos ditos pardeeyros que os aja asy compridamente como os auia o dito Martym Pereyra comtãto que elle pague a nos e a nossos socesores as ditas quatro libras de moeda antyga em cada huũ ano a rezam de sete cemtas libras por hũa ou como mandarmos que se pague os emprazamentos ou aforamentos feitos pella dita moeda e morrendo o dito Mossem de Liam ou seu herdeyros nom auendo hy herdeyro lidymo que de direyto deua herdar os ditos pardyeyros ou casas se em elles forem feitas que fiquem a nos a nossos socesores liures e desẽbargados com todas bemfeyturias e que ell e seus herdeiros nom uendam nem deem nem alheem os ditos pardyeyros com nẽhuã pesoa sem nossa autorydade e auendo pera ello nosso lugar que o posam fazer com taees pesoas que seguramente possamos auer o nosso foro nem sejam das pesoas defessas em dereyto. E porem mãdamos ao dito nosso almoxarife escprivaõ do dito almazem que ora sam e aos que ao diante forem que o metam em posse dos ditos pardyeyros e lhos leyxem auer e lograr e pesoir pagãdo ell a nos o dito foro em cada huũ ano como dito he, e façã registar esta carta em seu liuro pera se saber como aja de arecadar o dito foro pera nos e o dito Mosem de Liam tenha por sua guarda etc. Dada em Almadaa x dias de junho per D.º Fernandez dAlmeyda — Johã A.º a fez xxxix anos» (1).

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, fl. 10.

CIV

LISBOA (JOÃO DE)

Ourives existente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

CV

LOPES (DIOGO)

Ourives, morador nesta cidade de Lisbôa. Aforamento de *hũa azinhagua com seu portal na rua da ourivizaria*. Abaixo diz *temda com hua azinhagua*. Carta de confirmação a 2 de março de 1537 (1).

Há um Diogo Lopes, ourives, citado nas Denúncias da Inquisição (2).

CVI

LOPES (FERNÃO)

Ourives existente em Lisboa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

CVII

LOPES (FERNÃO)

Ourives de ouro. Em 1551, a 29 de julho, foi denunciado por ter mandado abrir uma cova na igreja da Madalena para um cristão novo, que fizera um testamento pouco religioso (3).

CVIII

LOPES (FRANCISCO)

Ourives do ouro, natural de Thomar, filho de Francisco Lopes, tomado por engastador de pedraria da Casa Real,

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 24, fl. 62.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 178.
(3) *Ibidem*, vol. VI, pag. 473.

ofício vago pela promoção de António Rodrigues de Matos. Alvará de 28 de agosto de 1680 (1).

CIX

LOPES (GASPAR)

Ourives, residente em Lisbôa, a quem foi concedida licença para trazer armas por causa dum Heitor Martins, escudeiro, morador na mesma cidade, ser seu capital inimigo. Carta dada em Lisboa a 13 de agosto de 1540 (2).

CX

LOPES (JOÃO)

Ourives do cardeal infante D. Afonso a quem êste mandou pagar em 10 de junho de 1537, 7:690 reais.

«Thesoureiro de nosa casa, mandamosvos que pagueis a Ioham Lopez, noso ouriuez, sete mill seis centos nouenta reaes que lhe mandamos pagar e lhe sam deuidos das cousas que fez pera noso seruiço, dos quaes lhe vos fazey muy bom pagamento. E por este com seu conhecimento vos seram leuados em conta. Jorge Gomez o fez em Evora a x de junho de b^exxxbij. O Cardeal Iff.^e

«No verso o recibo feito e assinado, a 13 de dezembro de 1537, por Joham Lopez» (3).

CXI

LOPES (PERO)

Era ourives, morador em Santarêm, e parece que israelita de nação, mas havendo-se convertido à fé católica e sendo afilhado do infante D. Pedro, el-rei o tomou por seu vassalo, aposentando-o e passando-lhe carta de privilégio a 7 de maio de 1442.

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que querendo fazer graça e mercee a P.º Lopez, ouriuez, morador em esta uilla, por quanto se tornou aa sancta fee catholica de nosso Senhor

---

(1) Torre do Tombo — *Matrículas*, liv. 3, fl. 420.
(2) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 50, fl. 214.
(3) Torre do Tombo — *Corpo Chronologico*, parte 1.ª, maço 58, documento 108.

Saluador Ihũ X.º, e esso meesmo por seer afilhado do Ifante dom P.º, meu tio, Teemos por bem e tomamollo por nosso uassallo e apousentamollo e queremos que aja todallas honrras, preuillegios, liberdades e franquezas que ham e guardam aos nossos uassallos pousados. E porem etc. Dada em Santarem bij de maio de iiij Rij» (1).

CXII

LOURENÇO (DIOGO)

Ourives, morador na cidade do Pôrto, a quem foi passada carta a 12 de dezembro de 1531, dando-lhe licença para poder andar em mula.

«Dom Joham etc. a quamtos esta minha carta virem faço saber que a mim praz, por fazer merce a D.º L.ço, ouryuez, morador na cydade do Porto, darlhe licença que posa amdar em mulla. . Dada na villa dAluyto aos xij dias do mes de dezembro — Amrique da Mota a fez ano de noso Senhor Ihu X.º de myll b^{e}xxxj annos» (2).

CXIII

LOURENÇO (PERO)

Ourives existente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

Muito provàvelmente é a êste Pero Lourenço que se refere a carta de D. Afonso V, de 28 de outubro de 1471, confirmando o perfilhamento e doação que a favor dele fizera Pero Vaz, escudeiro e criado do infante D. Henrique (3).

CXIV

LOURENÇO (PERO)

Ourives. Tinha umas casas que estavam na rua da Selaria, em Evora, *indo para a Sé, à mão direita, com sacada sobre a dita rua, que partem com a rua d'Alcarcova, que vay para o terreiro d'Alvaro Velho, pera onde tem duas portas, e por detrás com a dita rua, pera onde tinha outra porta.*

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 64.
(2) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 50, fl. 111 v.
(3) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, fl. 85.

Pagava de fôro 810 reais. O directo senhorio era trespassado a Simão da Silveira, o que se confirmou a 2 de setembro de 1551 (1).

CXV

LOURENÇO (VASCO)

Era ourives em Lisbôa e trazia aforadas umas casas ao pé do Chafariz del-rei.

«It. Vasco Lourenço ourivez traz hi hũus banhos junto com o dito chafariz [del Rey] com suas casas em cada hũu ano por trinta libras antiigas. E o arcebispo há o foro» (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 66, fl. 217 v.
(2) Torre do Tombo — *Tombo das Propriedades delRei em Lixboa e seu termo em 1456*, fl. 44 v., n.º 75 da Livraria.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

(Cont. do n.º 6, pag. 320)

IX

Apresentam-se como amostras alguns trechos da traducção do *Fausto* comparados com o original.

Agora seja-me lícito transcrever da reproducção interlinear alguns fragmentos, cotejando-os com a traducção poetica portugueza. Essa comparação falará por si mesma.

PROLOG IM HIMMEL

Prologo no Ceo

DER HERR. DIE HIMMLISCHEN HEERSCHAAREN. NACHHER MEPHISTOPHELES

O Senhor. A Côrte celeste. Depois Mephistopheles

Die drei Erzengel treten vor
Os tres Archanjos {*apparecem* / *se apresentam*

RAPHAEL

Raphael

Die Sonne tönt nach alter Weise
O sol sôa conforme velho uso.
In Brudersphären Wettgesang
Em de espheras-irmans canto á porfia;

Und ihre vorgeschrieb'ne Reise
E sua {*marcada* / *determinada*} {*carreira* / *viagem*}
Vollendet sie mit Donnergang
Cumpre elle {*com trovão* / *acompanhado de trovão*}.
Ihr Anblick gibt den Engeln Stärke
Seu aspecto {*communica* / *dá*} *aos Anjos* {*valor* / *força.*}
Wenn keiner sie ergründen mag;
Ainda que nenhum {*aprofundal-o* / *adivinhal-o*} *queira.*
Die unbegreiflich hohen Werke
As inconcebiveis {*altas obras* / *obras do Creador*}
Sind herrlich, wie am ersten Tag.
São {*magnificas* / *assombrosas*} *como no primeiro dia.*

GABRIEL

Und schnell und unbegreiflich schnelle
E depressa, e incomprehensivelmente apressado,
Dreht sich umher der Erde Pracht;
Vira-se por ahi da terra o esplendor
Es wechselt Paradieseshelle
{*Troca-se* / *Muda-se*} *clareza do Paraiso*
Mit tiefer shanervoller Nacht;
Em {*profunda* / *funda* / *mui escura*} {*horrorosa* / *cheia de horror*} *noite.*
Es schäumt das Meer in breiten Flüssen
Espuma o mar em largas correntes
Am tiefen Grund der Felsen auf
Pelo fundo abysmo dos rochedos acima.
Und Fels und Meer wird fortgerissen
E rocha e mar são {*arrastados* / *entrainés*}
In ewig schnellem Sphärenlauf
Em eternamente apressado {*curso espherico* / *carreira das espheras*}

MICHAEL

Und Stürme brausen um dir Wette,
E tempestades roncam á porfia
Vom Meer auf's Land, vom Land auf's Meer,
Do mar em cima da terra, da terra em cima do mar,
Und bilden wüthend eine Kette
E formam furiosamente uma cadeia
Der tieftsten Wirkung rings umher
Do mais profundo effeito á roda;

Da flammt ein blitzendes Verheeren
Chammeja uma fuzilante destruição
Dem Pfade vor des Donnerschlags.
Antes do ribombo do trovão.
Doch deine Boten, Herr, verehren
Mas teus mensageiros, Senhor, veneram
Das sanfte Wandelndeines Tags
O brando mudar do teu dia.

ZU DREI

Os tres juntos

Der Anblick giebt den Engeln Stärke,
O aspecto communica aos Anjos {*valor* / *força*}
Da keiner dich ergründen mag,
Onde ninguem a Ti {*conceber* / *aprofundar* / *comprehender*} {*pode* / *é capaz*}
Und alle deine hohen Werke
E todas tuas altas {*obras* / *creações*}
Sind herrlich wie am ersten Tag
São magnificas como no primeiro dia

*

Notarei de passagem, antes de continuar, que este *Prologo no Ceo* é imitado do Livro de Job. Ainda não vi feita em parte alguma esta observação; mas aqui vai a prova decisiva, tirada do mesmo Livro sagrado, capitulo I, versiculos 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12:

6 *Quadam autem die, quum venissent filii Dei ut assisterent coram Domins, adfuit inter eos etiam Satan.*

Ora certo dia, acercando-se os Anjos, verdadeiros filhos de Deus, á presença do Senhor, para o servirem, succedeu intrometter-se no rancho o proprio Satanaz.

7 *Cui dixit Dominus: Unde venis? Qui respondens ait: Circumivi terram, et perambulavi eam.*

E perguntou-lhe Deus: D'onde vens? Senhor, respondeu elle, dei volta ao mundo e devassei-o todo.

8 *Dixitque Dominus ad eum: Numquid considerasti servum meum Job, quod non sit ei similis in terra, homo simplex, et rectus, ac timens Deum, et recedens a malo?*

E accrescentou o Senhor: Viste acaso o meu servo Job? não ha na terra outro egual a esse, que é simples, recto, temente a Deus, alheio a todo o mal.

9 *Cui respondens Satan, ait: Numquid Job frustra timet Deum?*

E respondeu Satanaz: E é acaso de balde, desinteressadamente, que Job é temente a Deus?

10 *Nonne tu vallasti eum, ac domum ejus, universamque substantiam per circuitum, operibus manuum ejus benedixisti, et possessio ejus crevit in terra?*

Não o fortificastes vós acaso contra todo o mal, a elle, á sua casa, aos seus haveres? Não abendiçoastes as obras de suas mãos? Não é por isso que as suas propriedades florescem?

11 *Sed extende paululum manum tuam, et tange cuncta quæ possidet, nisi in faciem benedixerit tibi.*

Mas estendei um poucochinho a vossa mão, Senhor, tocae nos bens que lhe pertencem, e vede então como vos ha-de pagar as bençãos.

12 *Dixit ergo Dominus ad Satan: Ecce, universa quæ habet in manu tua sunt; tantum in eum ne extendas manum tuam. Egressusque est Satan a facie Domini.*

E logo o Senhor volveu: Pois bem; tudo quanto elle possue, ahi o tens na tua mão; só te prohibo que lhe toques com um dedo. E sahiu Satanaz da Divina Presença.

Seguem as tentações e os tormentos.

*

Analysemos.

Se em frequentissimos passos, ou em quasi todos, d'este poema célebre a traducção de Castilho é fiel, n'este é um pouco paraphrastica; mas isso, quando se trata de alta poesia vertida em tom alto, nem sempre é defeito. Não se apresenta aqui um calco para estudantes de allemão; apresenta-se um quadro em estylo largo, que deixe no espirito do leitor portuguez a mesma impressão impetuosa e grandiosa do original. Logo, a substituição de uma phrase atrevida, de um pensamento arrojado, por outra phrase e outro pensamento de egual quilate, não é *senão,* é pujança, é plena e mui legítima liberdade poetica. Vamos porém ver que tudo quanto Goethe pensou, e expressou, se acha no portuguez, embora dado n'outros trócos e n'outra ordem.

*

Entre as legiões celestes, avultam cantando os tres Archanjos, S. Raphael, S. Gabriel e S. Miguel, primeiramente em primorosos solos, e depois n'um accorde de vozes n'um largo *cheio* orchestral.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Annuario da Direcção Geral de Administração politica e civil — 5.º anno. Lisboa, Imp. Nacional, 1893.

Ethiopia oriental, por Fr. João dos Santos. Lisboa, Escript. da Empresa, 1891.

Manual de legislação usual relativa ao anno de 1891, por Alberto Pimentel. Lisboa, Imp. Nacional, 1892.

Tragedias da India (D. João de Castro). — Romance historico e de costumes indianos (Seculo XVI), por Oliveira Mascarenhas. Lisboa, Liv. Editora, 1901.

Les Incas ou la destruction de l'Empire du Perou.—Tome premier, por Marmontel. Paris, Corbet, Librairie, 1834.

Manual para uso dos senhores deputados da Nação portugueza. Lisboa, Imp. Nacional, 1884.

Tratado pratico sobre a cultura das videiras americanas, por José Dias da Silva. Lisboa, Liv. Editora de Tavares, Cardoso & Irmão, 1892.

Tratado de vinificação para vinhos genuinos, pelo Visconde de Villa Maior. Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1883.

L'Enseignement agricole, por Réné Leblanc. Paris, Lib. Larousse.

Enxertia da videira, pelo Visconde Villarinho de S. Romão. Lisboa, M. Gomes, 1893.

Curso de Silvicultura — Tomo I — *Botanica Florestal,* por Antonio Xavier Pereira Coutinho. Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1886.

O vinagre — Dissertação inaugural apresentada ao Instituto de Agronomia e Veterinaria, por Alberto Carlos da Costa Falcão. Lisboa, Typ. da Casa Portuguesa, 1897.

Notas biographicas do general João Chrysostomo de Abreu e Sousa — Primeira parte, 1811 a 1864, por João Augusto de Abreu e Sousa. Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1898.

Assumptos agricolas — A proposito da crise vinicola — Memoria e documentos, por Elvino de Brito. Lisboa, Imp. Nacional, 1889.

Analyse chimica qualitativa, por E. Estacio. Lisboa, Typ. Belenense, 1886.

Estudo historico hydrografico sobre a Barra e Porto de Lisboa — Tomo I, por A. A. Baldaque da Silva. Lisboa, Imp. Nacional, 1893.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quaes existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

VOLUME 60.º
N.º 7

1913
Julho

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 337
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo..... 358
Memórias de Castilho, por Julio de Castilho..... 365
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 383

E assim, diz Castilho:

No côro sideral o Sol vai proseguindo,
qual na origem lh'o has dado, o curso harmonioso.

No côro sideral, contém a ideia do *Brudersphären* (esphe-ras irmans).

O sol vai proseguindo, *qual na origem lh'o has dado,* o curso harmonioso, contém o *nach alter Weise,* conforme o velho uso, ou o seu costume immemorial, ou segundo o movimento que Tu, Senhor Deus, lhe déste no princípio dos tempos.

O Sol *sôa,* ou *ressôa,* é phrase que a ouvidos peninsulares parece implicar uma ideia incongruente *(die Sonne tönt),* mas está vertida implicitamente nas palavras *o curso harmonioso,* que lembra o movimento de translação do Sol em volta da Terra, segundo as antigas crenças cosmogónicas, e recorda a melodia das espheras de Platão, mas tudo dado com summo tento e habilidade.

O *Wettgesang,* canto unísono, em porfia, ao desafio, já está dado na phrase *côro sideral,* côro ou cantico das espheras celestes.

Tonitroante baixo em teu concêrto infindo,
só mandando-lh'o Tu, Senhor, terá repouso.

Tonitroante contém o *Donnergang,* trovão.

Chamar *baixo* (substantivo) ao astro-rei n'este immenso concêrto dos mundos, é um atrevimento do Poeta pòrtuguez, mas em nada desmancha, antes corrobóra, a impressão deixada pelo Allemão. N'esta companhia dos planetas, uns enormes, outros mesquinhos, em tôrno ao Sol, maior que todos, e depois de admittida a ficção poetica de um côro symphónico, bem poderia caber ao gigante Sol a voz de *baixo,* que traz á ideia volume.

Em teu concêrto infindo não se acha no original, mas vem avivar a ideia do côro.

Só mandando-lh'o Tu, Senhor, terá repouso. Esse mando do Criador aos mundos é paráphrase do *vorgeschrieb'ne Reise,* carreira marcada, determinada, ordenada. A obrigação da rima em *oso* trouxe essa pintura superabundante, de que só á voz de Deus o Sol poderia deter-se no seu vertiginoso caminhar; mas isso em nada prejudica o effeito geral, antes é consequencia do *alter Weise,* e do *vorgeschrieb'ne.*

Sua luz dobra a nossa, enchendo-nos de espanto
não podermos sondar-lhe a portentosa essencia.

Sua luz dobra a nossa, isto é: a luz do Sol augmenta ao dôbro a luz que irradiam os Anjos; é o *ihr Anblich gibt den Engeln Stärke* (o aspecto, ou a vista, ou a presença, do Sol dá fôrça aos Anjos); é a mesma ideia, mais ou menos concisamente expressa.

Enchendo-nos de espanto não podermos sondar-lhe a portentosa essencia, dá muito bem o *Wenn keiner sie ergründen mag* (ainda que nenhum d'entre os Anjos possa, ou queira, profundar, perscrutar, a essencia d'aquella grande entidade sideral, que os enche de admiração a elles, passivos admiradores da Obra divina).

Como o fôra a principio, ó Sacra Omnipotencia,
teu Sol é hoje ainda enigma, assombro, encanto.

Confirmação das anteriores asserções: as inconcebiveis obras de Deus, são ainda hoje magnificas e encantadoras, como fôram sempre.

E da terráquea esphera a máchina esplendente
segue em seu torvellino, eterno, arrebatado.

Traducção poetica, mas fiel, dos dois versos correspondentes no original allemão:

Und schell und unbegreiflich schnelle
Dreht sich um her der Erde Pracht.

«E depressa, e incomprehensivelmente apressada gira por ahi a Terra cheia de esplendor», ou o magnifico planeta Terra.

Por que ora á luz dos ceus florido Edén se ostente,
ora descance envôlta em negro veo bordado.

Traducção paraphrasticamente opulenta do allemão: «Troca-se clareza de Paraiso (isto é, a claridade diurna) em profunda, escura, horrorosa noite». É o dia e a noite, que o movimento rotatorio da Terra vai fazendo succederem-se sem descanço.

O mar espuma, trôa, investe as brutas fragas,
que o repulsam desfeito em nunca finda guerra.

¿Ha interpretação poetica mais fiel, mais rica? «Espuma

o mar — diz Goethe — em largas correntes, desde o fundo abysmo até a cima dos penedos». O 2.º verso portuguez em larga pintura é o complemento da ideia antecedente. Lembra Vernet.

Mas na perpétua luta as rochas, como as vagas,
seguem juntas, sem termo, o volutear da Terra.

Eis ahi a ideia do original, e quasi as mesmas expressões: «Rocha e mar são arrastados na carreira das espheras, eternamente apressada».

Dos solos contra o mar, do Oceano aos continentes,
jogam-se os temporaes com ímpeto profundo.

Diz o Allemão: «E tempestades roncam á porfia, do mar para sôbre a terra, da terra para sôbre o mar».

Zona de assolações e criações potentes,
que desfaz e refaz perpetuamente o Mundo.

Paráphrase das expressões originaes, mas que não extravasa para fora da ideia contida nos dois correspondentes versos allemães, que dizem: «E formam furiosamente uma cadeia do mais profundo effeito á roda», isto é em tôrno, em volta do nosso globo. Essa cadeia de temporaes que envolve o planeta é a *zona de assolações.*

Ignea precede a morte ao trovejante horror.

«Concisa traducção das textuaes palavras de Goethe: «Chammeja uma fusilante destruição antes do ribombo do trovão»; expressões estas talvez pittorescas, mas em parte inintelligiveis.

Mas nós, os cortesãos da tua Immensidade,
gosamos luz e paz por toda a eternidade.

Isto diz poeticamente quasi o mesmo que disse o grande Allemão: «Mas teus mensageiros, Senhor (isto é, nós, os Anjos, ou teus enviados, ou teus ministros, ou teus cortesãos) veneram o brando mudar do teu dia» (isto é veneram a mutação perenne do dia cheio de luz que Tu criaste).

Bemdito sejas tu, ¡ Senhor ! ¡ Senhor ! ¡ Senhor !

*

Esse verso, exclamação de suprema vassallagem, não se contém no original; mas é consequencia das anteriores phrases, e não as contradiz, se não que as completa; epiphonema de rara magnificencia, e bem digno de ambos os poetas.

As tuas criações enchem os Ceos de espanto;
nem o Archanjo lhes sonda a portentosa essencia.
Como o fôra a principio, ó Sacra Omnipotencia,
teu Mundo é hoje ainda enigma, assombro, encanto.

O original allemão diz: «O aspecto (isto é, a vista, a contemplação de Deus) communica aos Anjos valôr (fôrça); onde (isto é n'essa vista, n'essa contemplação da Presença Divina) ninguem é capaz de te comprehender (tão mysterioso e inconcebivel é o Criador de tantas maravilhas); e todas tuas altas obras são (isto é, continuam a ser) magnificas como no primeiro dia».

*

Só a má-fé pode negar as bellezas d'estes versos portuguezes, a majestosa catadupa d'esses alexandrinos magistraes, a cadencia d'essa symphonia de abertura, synthética, livre, e fiel.

O leitor já formulou a sua opinião, se reparou nas difficuldades vencidas pelo traductor, insuperaveis a quem não tivesse a envergadura de azas, que ainda tinha o septuagenario exhausto de tarefas.

Era necessario trasladar nobremente as phrases allemans, muitas d'ellas abstruzas para os proprios conterrâneos de Goethe; falar linguagem vaga e quasi sibyllina, muito outra da linguagem clara a que se acham affeitos os ouvidos peninsulares; dizer tudo isso em termos sempre poeticos; conservar a cadencia irreprehensivel do alexandrino lidimo; arcar com a responsabilidade de encher mais quatro syllabas em relação ás oito do original; conservar o estylo sempre na altura condigna com os Personagens ideaes que assim cantavam os louvores do Altissimo; manter esses rasgos oratórios na vibração commovida e commovedora de uma oração de Archanjos.

Pois tudo isso se fez, em que pese a quem tentou denegrir Castilho, em vez de o louvar pelo seu comettimento. Tudo isso se fez.

X

Continuação das amostras do *Fausto.*

BRANDER

Es war eine Ratt'im Kellernest
Era uma rata no seu ninho na adega.
Lebte nur von Fett und Butter,
Vivia só de banha e manteiga.
Hatte siche ein Ränzlein angemäst't,
Tinha-se uma pansinha arranjado cevando
Als wie der Doctor Luther.
Tal qual o Doutor Luthero.
Die Köchin hatt'ihr Gift gestellt
A cosinheira tinha-lhe veneno deitado
Da ward's so eng ihr in der Welt
Então sentiu-se estreito no mundo
(na sua afflicção, por ter comido veneno)
Als hätte sie Lieb'im Leibe
Como se ella tivesse amor no corpo.

CHORUS JAUCHZEND

Côro exultando de alegria

Als hätte sie Lieb'im Leibe
Como se ella tivesse amor no corpo.

BRANDER

Sie fuhr herum, sie fuhr heraus
Ella correu para lá, ella correu para fora
Und soff aus allen Pfützen
E bebeu de todos os enxurdeiros (lodaçaes)
Zernagt, zerkratzt'das ganze Haus
Roeu, arranhou toda a casa,
Wolltnichts ihr Wüthen nützen
Queria nada (Nada queria) *seu furor valer.*
Sie thät gar manchen Aengstesprung
Ella déu muitissimos pulos de afflicção
Bald hatte das arme Thier genung
Não tardou teve o pobre bicho bastante
Als hätte es Lieb'im Leibe
Como se tivesse amor no corpo.

CHORUS

Côro

Als hätt'es Lieb'im Leibe
Como se tivesse amor no corpo.

BRANDER

Sie kam vor Angst am hellen Tag
Ella veio de afflicção em claro dia
Der Küche zugelaufen
Á cosinha correndo.
Fiel an den Herd und zuckt und lag
Cahiu perto do fogão, e estrabuchou e estava deitada
Und thät erbärmlich schnaufen.
E horrivelmente bufou.
Da lachte die Vergifterin noch
Então riu-se a envenenadora ainda
Ha! sie pfeift anf dem letzten Loch,
Ha! ella assobia no ultimo buraco (da flauta);
(locução exquisita, que quer dizer em linguagem vulgar que acabou, que se foi, espichou).
Als hätte sie Lieb'im Leibe
Como se ella tivesse amor no corpo.

CHORUS

Côro

'Als hätte sie Lieb'im Leibe.
Como se ella tivesse amor no corpo.

*

Ahi teem os ingredientes litterarios; agora engendrar de tal materia prima, tão semsabor para nós outros, tão pesada, tão indigesta, um guisado supportavel a paladares portuguezes, é que é o difficil. Traduzir seria falsear todo o effeito; impunha-se per si mesma a paraphrase.

Vejamos como Castilho realisou o milagre de communicar chiste nacional a essa historieta da carochinha, e interessar os leitores no caso tragico do misero roedor.

O BOTAFOGO

Era uma vez um ratinho,
que tinha feito o seu ninho
n'uma dispensa Real.
A dispensa era tamanha,
que em mar de manteiga e banha
nadava o nosso animal.

Roe, roe, roe; não tem parança.
Engorda; cresce-lhe a pansa
de um modo descommunal.

Nem o pae do nosso clero,
o grande doutor Luthero
se gabou de pansa tal.

Cosinheira que anda á espreita,
descobre-o, e treda lhe ageita
bom pitéo arsenical.
Apesar de andar sem fome,
o bichinho prova... come...
Comeu tudo; achou-se mal.

São pinchos; são guinchos
co'a dor interior,
que todos diriam
que dentro lhe ardiam
garrochas de amor!

CÔRO

Sim; dentro lhe ardiam
garrochas de amor!

O BOTAFOGO

Corria de cabo a cabo;
dava dentadas no rabo;
fugia para o quintal;
mordia; arranhava; a frágua
era tal, que á mingua de agua
bebia n'um lodaçal.

Contemplar tanta agonia
em lagrimas desfaria
corações de pedernal.
Ver passar este innocente
De uma vida tão contente
para um supplicio infernal!

Nem chia! Arqueja deitado!
Sente que o termo é chegado
da sua vida mortal.
Molestias d'estas e amores
não as entendem doutores,
nem se curam no hospital.

São pinchos; são guinchos
co'a dor interior,
que todos diriam
que dentro lhe ardiam
garrochas de amor.

CÔRO

Sim; dentro lhe ardiam
garrochas de amor!

O BOTAFOGO

Sem lhe importar com ser dia,
no exaspêro da agonia
corre á cosinha fatal;
e espumando a atroz peçonha,
na amada manteiga sonha,
e bufa o sôpro final.

Foi seu funebre elogio
rir-lhe sobre o corpo frio
a cosinheira brutal:
— «Adeus, rei dos roedores!
tambem quem morre de amores
padece martyrio egual.»

Que sorte! que morte!
Senhor! por favor,
livrae-nos de asneiras
de más cosinheiras,
bem como de amor!

CÔRO

Livrae-nos, Senhor,
livrae-nos de amor!

*

Outra amostra:

MEPHISTOPHELES singt

Mephistopheles canta

Es war einmal ein König,
Era uma vez um Rei
Der hatt'einen grossen Floh,
Que tinha uma grande pulga
Den liebt er gar nicht wenig,
Que amava elle não pouco
Als wie seinen eignen Sohn.
Como seu proprio filho.
Da rief er seinen Schneider;
Então chamou elle seu alfaiate
Der Schneider kam heran;
O alfaiate chegou.
Da, miss dem Junker Kleider,
Bem, toma ao fidalgote medida (para vestido).
Und miss ihm Hosen an.
E esquece-lhe calças não.
In Sammet und in Seide
Em velludo e em seda

War er nun angenthan;
Estava elle agora vestído.
Hatte Bänder auf dem Kleide
Tinha fitas sôbre o fato,
Hatt'auch ein Kreuz daran,
Tinha tambem uma cruz nelle (condecoração)
Und war sogleich Minister.
E ficou logo Ministro.
Und hatt'einen grossen Stern;
E tinha uma grande estrella (commenda)
Dawurden seine Geschwister
Então ficaram seus irmãos
Bei Hof'auch grosse Herrn.
Na Côrte tambem grandes senhores.
Und Herrn und Frau'n am Hofe
E senhores e damas na Côrte
Die waren sehr geplagt;
Estas eram muito atormentadas (picadas)
Die Königin und die Zofe
A Rainha e a moça da camara
Gestochen und genagt;
{Mordidas / Picadas} e roidas.
Und durften sie nicht knicken
E {deviam / podiam} ellas não matar
Und weg sie jucken nicht
E livrar-se ellas coçando-se não
Wir knicken und ersticken
Nós (a) *matâmos e suffocâmos*
Doch gleich, wenn einer sticht.
Immediatamente quando uma morde.

*

Paráphrase castiliana engraçadissima:

MEPHISTOPHELES cantando

Catava-se um Rei, quando acha
nas suas meias Reaes
uma grande pulga macha,
pae-avô e Adão das mais.

Causou no Rei tal encanto
a lindeza do animal,
que desde logo o amou tanto
como ao Principe Real.

Chama um alfaiate regio
e diz-lhe: «Fará favor
«de arranjar um fato egregio
«aqui a este senhor.

«Não se esqueça que é preciso
«trazer-lhe calções tambem.
«Faça a obra de improviso;
«talhe-a justo, e cosa-a bem.»

No clero, nobreza, e vulgo,
foi immensa a admiração,
a primeira vez que o pulgo
se mostrou de fardalhão.

Eram bordados, velludos,
rendas, laçarrões, setim,
rebrilhando sôbre tudo
as veneras e o espadim.

Deu-lhe el-Rei gran-cruz e pasta,
um viscondado, e o poder
de elevar e enriquecer
aos bichos da sua casta.

Teve inda outro privilegio
muito invejavel, que foi:
pastar, comer como um boi,
nas damas do paço regio,

e até na propria Rainha;
sem nenhuma ter acção
de coçar tal comichão,
nem recusar-lhe a maminha;

quando toda a outra gente,
se a morde a pulga, o que faz?
Vai co'os dedos de repente,
pilha-a, estortega-a, e traz!

*

Mais outra amostra:

MARGARETE

Margarida

Du, lieber Gott! was so ein Mann
Tu, amado Deus! o que assim um homem
Nicht alles alles denken kann!
Não tudo tudo imaginar pode!
Beschämt nur steh'ich vor ihm da,
Envergonhada só estou eu deante d'elle
Und sag'zu allen Sachen ja
E digo a tudo sim.
Bin doch ein arm unwissend Kind
Sou na verdade uma ignorante creança
Begreife nicht was er an mir find't.
Concebo não o que elle em mim descobre.

*

Castilho traduziu assim:

... Ó Deus clemente!
Esclarece os meus temores!
Não ha nada que elle ignore;
nada escapa ao seu engenho.
O enleio que ante elle eu tenho
faz que eu de mim propria core.
Digo-lhe a tudo que sim,
Pareço uma creancinha.
Sou mais d'elle do que minha.
Mas que acharia elle em mim?...

*

Outro exemplo para concluir:

Meine Ruh' ist hin!
Minha tranquilidade foi-se
Mein Herz ist schwer
Meu coração está pesado
Ich finde sie nimmer
Eu acho-as nunca
Und nimmermehr
E nunca mais!

Wo ich ihn nicht hab'
{*Onde* / *O logar onde*} *eu o não tenho* (Fausto)
Ist mir das Grab
É para mim o tumulo
Die ganze Welt
O inteiro mundo
Ist mir vergällt
É para mim amargurado.

Mein armer Kopf
Minha pobre cabeça
Ist mir verrückt
É-me dosvairada.
Mein armer Sinn
Meu pobre sentido
Ist mir zerstückt
É-me despedaçado.

Meine Ruh' ist hin!
Minha tranquilidade foi-se!
Mein Herz ist schwer
Meu coração está pesado.

Ich finde sie nimmer
Eu acho-as nunca
Und nimmermehr
E nunca mais!

Nach ihm nur shau' ich
Atraz d'elle só ólho eu
Zum Fenster hinaus;
Pela janella fora
Nach ihm nur geh' ich
Atraz d'elle só ando eu
Aus dem Haus
Fora da casa.

Sein hoher Gang!
Seu nobre andar!
Sein'edle Gestalt!
Sua alta figura!
Seines Mundes Lächeln!
De sua bocca o sorriso!
Seiner Augen Gewalt!
Dos seus olhos o poder!

Und seiner Rede
E da sua fala
Zauberfluss
O {rio / correr} encantado!
Sein Händedruck!
Da sua mão o aperto!
Und ach! sein Kuss!
E ah! seu beijo!

Meine Ruh' ist hin!
(etc. — Repetição como supra).

Mein Busen drängt
Meu seio anhela
Sich nach ihm hin!
Para elle onde está!
Ach! dürft' ich fassen
Ah! podesse eu pegal-o
Und halten ihn!
E segural-o!

Und küssen ihn
E beijal-o
So wie ich wollt!
Assim como eu quizesse!
An seinen Küssen
Nos seus beijos
Vergehen sollt!
Quizera {dissolver-me! / desfazer-me! / morrer!}

*

Traducção de Castilho:

Sinto o coração pesado.
Dias de paz, onde estais?
Ai, descanço abençoado,
nunca, nunca, nunca mais!

Inda não quitei a vida,
e já estou na sepultura.
Quem nasceu tão sem ventura,
melhor não fôra nascida.

Trago esvahido o juizo,
o coração como louco.
Sempre durastes bem pouco,
horas do meu paraiso!

Sinto o coração pesado.
Dias de paz, onde estais?
Ai, descanço abençoado,
nunca, nunca, nunca mais!

Canço a buscar-te por fora;
canço á janella a esperar-te,
sem ver-te em nenhuma parte,
sem saber quem te demora.

Que nobre andar! que figura!
que olhar! que riso! e que bocca,
d'onde eu sentia já louca
jorrar caudaes de doçura!

E aquella mão, que inda vejo
apertar convulsa a minha!
o fogo que ella não tinha!
E o beijo! oh meu Deus! o beijo!

Sinto o coração pesado.
Dias de paz, onde estais?
Ai, descanço abençoado,
nunca, nunca, nunca mais!

Onde estás, que me esvoaço
por colher-te? onde?... não sei.
Se outra vez a ti me abraço,
das angustias que hoje passo
como então me vingarei!

Prendo-te ao seio,
já sem receio
de te perder.
Farto os desejos
de toda em beijos
me desfazer.

*

Entre muitas elogiosas cartas recebidas depois da publicação do *Fausto,* encontro a seguinte.

O eminente literato castelhano D. Antonió Garcia Gutierrez, tendo recebido de Castilho um exemplar, respondia assim;

«Museo arqueológico nacional. (Particular).

«Sr. Vizconde de Castillo.

«Madrid, 26 de Agosto de 1872.

«Muy sr. mio y de toda mi consideracion.

«Por la Legacion de España en Lisboa, se me ha remitido el ejemplar que ha tenido V. la bondad de regalarme de la preciosa traduccion del *Fausto* de Goethe.

«Muy deliciosos ratos me ha hecho pasar la lectura de este concienzudo trabajo que nadie creeria sino original, á juzgar solo por lo espontáneo y fácil del estilo y de la versificacion.

«Permita V. sin embargo, que le diga que quien es tan gran poeta como V., y tantas pruebas ha dado de excelente gusto literario, de inventivo ingenio, e de exquisita sensibilidad, no debe (yo asi al menos lo creo) esclavizar su fantasía subordinandola al desempeño de tareas de esta indole. Por estimable, por grande y perfecto que sea este dificilisimo trabajo, ¿quien me asegura que no ha defraudado V. á su país y a las letras en general de alguna de sus magnificas creaciones? ¿quien dice que el ingenio que ha empleado V. en expresar ideas y conceptos agenos, aplicado á una obra original no hubiera levantado más, si es posible, el nombre de V. y el de su patria?

«Perdoneme V. que me haya tomado la libertad de dar consejos á quien puede darmelos, y perdonemelo sobre todo por el sentimiento que á ello me ha impulsado, hijo de la admiracion con que leo todas las obras de V., que por muchas que sean, han de parecerme siempre pocas.

«Doy á V. mil y mil gracias por su carinoso obsequio, y aprovecho esta ocasion para ofrecerme a V. como su af.^{mo} s. s. y apasionado, q. b. s. m. — *A. Garcia Gutierres.*»

(Continúa).

Julio de Castilho.

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 6, pag. 336)

DOCUMENTO N.º 87

Foral de Val d'Asnas

11 de julho de 1514

Foral de val dasnas da ordem de sam Joham.

Dom manuel e etc. Mostrasse pagar todo ho conçelho aa comenda dulgoso da ordem de sam Joham em cada hũu Anno De trigo cinquo Alqueyres desta medida E dezaseis galinhas e trinta seis rrs. em dinheiro. E mais de hũu Jentar sesenta rrs. Os quaes foros somente pagam em seu cõçelho. E ho comendador os mãda hy Reçeber. E per este djreito que asy pagam sam liures e jsentos de todo ho outro foro e tributo Real.

E sam do dicto comçelho os mõtados e os manjnhos. E ho gaado do vento tambem do dicto conçelho.

E Mandamos aos contadores dos Regidos presentes e yndoyros que lhe nõ façam nẽhũua vexaçam nem costrangimẽto açerqua do vinho que bebem das penas de suas coutadas. visto como sã penas postas per elles que podẽ leixar de poer.

E ho derradeiro capitollo deste foral a saber. E qualquer pessoa. nõ se escreue aquy porque he geral a todos e tal como atras esta escrito no foral de mjrãda. Dada em a nossa muy nobre e sempre leal cidade de lixboa onze dias do mes de Julho do nascimẽto de nosso Senhor Jhesu christo de mjl e qujnẽtos e quatorze. Fernã de pina ho sobescreuy em duas folhas e quatro Regras (1).

---

(1) Torre do Tombo — *Livro de Foraes Novos de Traz-os-Montes*, fl. 24 v., col. 2.ª.

DOCUMENTO N.º 88

Foral do Vimioso

5 de março de 1516

fforal da villa do vimyoso dado pellas Imquiriçõoes.

Dom Manuel e etc. Mostrasse polla dita Justificaçam que assy na dicta villa e terra mandamos fazer que se pagou sempre nella por trebuto e foro Real aa coroa de nossos Regnos em cada hũu anno de çeuada duzẽtos alqueires desta medida ora corrẽte E em dinheiro myl e quatroçemtos Rs. de seis çeitijs o Real o qual foro mandamos que que *(sic)* se assy pague daquy adeante como atee ora pagou sem embargo da demanda que era moujda em nossa corte sobre este caso na qual nam ouvemos por bem de sse fazerem mais despessas vista a comfissam e decraraçam que fizerã dos ditos direitos quando sobre ysso na dita Justificaçam foram preguntados como dito he.

A qual paga faram por dia de sam martinho de cada hũ año juntamente assy ho dinheiro como çeuada A qual çeuada seram obrigados nossos officiaaes moordomos ou Remdeiros no dito tempo de sam martinho de Reçeber E nam ha querendo Reçeber os officiaaes do comcelho a poeram em mãao de hũ homem bõo que a tenha guardada a custa da dita Remda pera de sua mãao a rreçeber ho senhorio dos ditos direitos Ou façam logo Justificar pellos liuros das sisas a que preço comũumente emtam vallia na dita villa. E per esse preço a dinheiro a pagaram em tal caso ficando em escolha dos pagadores depositarem a dita çeuada ou a pagarem dinheiro como dito he qual mais ante qujserem E se ao dito tempo o comçelho nam fizer o dito pagamento pagará o procurador do cõcelho ou a pessoa que tiuer cargo da Recadar o dito foro por cada dia que nam pagar em vinte Rs. pera ho Requeredor dos ditos direitos.

A qual paga assy de dinheiro como de pam se pagara per todallas pessoas presentes e vindouras que tiuerem bẽes de Raiz destas comfrontações a dentro segundo per nosso mandado pello nosso corregedor da comarca foy Judiçialmente Justificado. a saber da portella das barreiras e di aa boca de cadermos E aa portella de sam Joham E aa fonte de Reuoredo e dy a sserra antre ho Reboredo e cabrimjlhos E dy aa

boca de val de zevros antre pinello e vimyoso e ha portella de canal que vem ter aguoa de maçãas atee a boca dos bolsados e dy açiuna ao camjnho do campo e dy a boca de pena camarra e aa cabeça aguda e dy aa portella das barreiras E aliçeira emtestando na outra demarcaçam E ora nouamente feita a dita Repartiçam E assy de sete em sete anos por mais Justificaçam dos proees E pagasse mais no termo outro da villa a nos o direito que foy Julgado per nossa Rollaçam ao diante.

E per comsegujnte nam se pagaram na dita villa nem termo njnhũs outros foros nem trebutos alem dos sobre ditos de njnhũa comdiçam que seiam saluo ho gaado do vento quando se perder segundo ha ordenaçam será do comcelho.

E assy a pena darma quando se deuer de perder segundo nossas ordenaçõoes seram dos Jujzes da terra E isto soomente quando a tomarem nos a Roydos e doutra maneira nam E os meirinhos da correiçam a nam poderã auer nem demandar semdo passados tres dias despois do mallefiçio ou a Roydo as quaaes penas senam leuaram quando apunharem espada ou qualquer outra arma e etc. todo o mais deste capitollo E assy o capitollo da pena do foral em tudo sam taaes como em Miranda ut supra. Dada em a nossa muy nobre e sempre leal çidade de Lixboa aos çinquo dias do mes de março anno do naçimento de nosso senhor Jhesu christo de myl e quynhemtos e dezaseis. E vay escripto ho original em quatro folhas sob escripto e assynado pello dito fernam de pyna (1).

DOCUMENTO N.º 89

Foral dos Cortiços e Cernadella

4 de agosto de 1517 e 21 de julho de 1682

Dom Pedro etc. Como Regente e gouernador dos ditos Reinos faço saber aos que esta minha de comfirmação virem que por parte dos moradores da Villa de Cortissos Lugar de Serradella Comarca da torre de moncoruo me foi apresentada huma Carta de foral que o Senhor Rey Dom Manoel que santta gloria aja deu a dita Villa e Lugar tirada da torre

(1) Torre do Tombo — *Livro de Foraes Novos de Traz-os-Montes*, fl. 72 v., col. 1.ª

do tombo e asinada por Dom Antonio Alues da Cunha guarda mor della em virtude de huma minha prouizão que pera esse efeito se passou de que tudo o tresllado he o seguinte:

Dom Pedro etc. faço saber que por parte dos moradores da Villa de Cortissos e de Serradella foj apresentado ao guarda mor da torre do tombo huma prouizão minha passada pella Chancellaria nas costas de huma sua petição do theor seguinte:

Dizem os moradores da Villa dos Cortissos e de Serradella que pera bem de sua justiça lhe he necessario o tresllado de hum foral da torre do tombo Pello que pede a vossa alteza lhe faça merce mandar ao guarda mor que he Dom Antonio Alues da Cunha que mande ao escriuão que lhe tocar a buscar o tresllado do dito foral pera se fazer a prouizão e passar Cartta na forma costumada e Receberia merce.

Dom Pedro etc. mando a vos guarda mór da Torre do Tombo que deis aos moradores da Villa de Cortissos e da Serradella contheudos na petição atraz escrita os papeis que nella fazem menção o qual lhe dareis na formá das prouizões passadas pera se darem semelhantes tresllados e pagou de nouos direitos trinta rs. que forão carregados ao thesoureiro delles a fl. 38 v. do livro de sua Receita o Principe nosso senhor o mandou pellos Doutores Luis Gomes do Basto e João Lamprea de vargas ambos do seu Conselho e seus Dezembargadores do Paço Luis Godinho de Niza o fez em Lisboa a dezouto de Junho de mil e seis centos e outenta e hum Joseph Fagundes Bezera o fes escreuer.

E em comprimento da dita Prouizão se buscarão os Livros da dita torre do tombo e no Livro dos foraes nouos da comarca de tras dos montes a fl. 62. esta hũ foral seguinte:

Dom Manuel por graça de Deus Rey de Portugal etc. a qyantos esta nossa Carta de foral dado pera sempre ao julgado e lugar dos Cortissos e Sernadella sua anexa virem fazemos saber que por bem das sentenças detreminações geraes e especiaes que forão dadas e feitas por nos e com os do nosso Conselho e letrados aserca dos foraes dos nossos Reinos e dos direitos reaes e trebutos que se por elle deuião de arecadar e pagar e asim pelas inquirições que Principalmente mandamos fazer em todos os Lugares de nossos Reinos e Senhorios justificado primeiro com as pessoas que os ditos direitos reaes tinhão e..... visto o foral do dito julgado e lugar dado por El Rey Dom Denis ,que os trebutos foros e direitos reaes tinhão achamos visto o julgado digo visto o foral do dito julgado e lugar digo e direitos reaes no dito

julgado e lugar se deuem e ão de arecadar e pagar daquj em diante na maneira e forma seguinte etc.

Mostrasse pello dito foral ser aforada a dita terra em este foro a saber a pagar cada pessoa do dito lugar hũa outaua de pam pello qual foj entrepettado pagarsse sempre por ella quatro alqueires de sentejo desta medida corrente em cada hum anno e pagaria mais cada hũa das ditas pessoas em cada hum anno vinte soldos da moeda daquelle tempo por que sempre paga e pagarão ao diante trinta e seis reaes desta moeda corrente de seis ceitis ao Real tudo por dia de São martinho e a viuua pagara como homem com a declaração seguinte — E declaramos que a viuua que tiuer seus filhos em poder não pagarão por sij e pellos filhos mais que hum so foro e se a fazenda for apartada dos orfãos por si mandamos que não se pague o dito foro mais que por hũa só pessoa posto que muitos Irmãos sejão emquanto cada hum não for mancipado ou cazado e declaramos mais que o foro sobredito não pagarão as pessoas que morarem fora do dito Conselho posto que ahj tenhão bens por que asim foj julgado por sentença de nossa Relação em outros semelhantes. — Item mais a Coroa Real do lugar e limite de sernadella sertas herdades propias que se ouuerão por diuidas que agora andão com os direitos reaes dos dittos lugares dos Cortissos e sernadella dos quais fara como couza sua propa segundo ate quj fes. — e o tabaliam não paga penção nem ha hi portagem nem penna darma nem montado nem maninho nem guado do vemto se pagara ao diante hy nenhũ outro tributo real nem foro nem hy mesmo, a pena darma nem sangue nem hauera ao diante porem se os juizes as tomarem nos arruydos mandamos que sejão suas as armas somente e não a penna do dinheiro e declaramos que se o pardieiro que ora tras Affonso fernandez de sernadella se prouar que em algum tempo foi fortaleza de nossos Reis antecessores sendo justificado por direito se guarde nisso justiça e declaramos que se o senhorio ou seus mordomos ou rendeiros não quiserem receber o pam do foro pollo São Martinho quando lhe são obrigados de o leuar que em tal cazo os pagadores o entregue ao juis da terra pera de sua mão o emtregar ao senhorio ou torne pera suas casas sem mais obrigação nem pena e somente pagualoam a dinheiro pello preço que aquelle tempo geralmente valia na terra qual dellas mais quizerem os paguadores e se as partes as não entregarem ao dito tempo pagualoam a mayor valiá segundo nossas detreminaçoens em taes casos feitas e declaramos que o senhorio que hora he

*

dos ditos direitos e quais quer outros que ao diante forem não tomarão aos moradores desta terra roupas nem palha nem haues nem ouos nem carros nem bestas nem nenhũa outra cousa sua nem se siruão os ditos senhorios dos corpos delles em nenhũa cousa e quando ao dito senhorio for necessario alguns mantimentos ou algum homem pera colhemento e repario das ditas rendas o requerera ao juis o qual juis lho dara pello estado da terra dando logo ao senhorio o dinheiro ao dito juis pera o dar aquellas pessoas a que tomar os mantimentos e asim ao homem que lhe for dado pera seu seruiço e não doutra maneira. — E qualquer pessoa que for contra este nosso foral leuando mais direitos dos aqui nomeados o leuando destes majores quantias das aquj declaradas o hauemos por degradado por hum anno fora da dita terra e seu termo e mais pagara da cadea trinta reaes por hum de todo o que asim mais leuar pera a parte que os leuou e se a nom quiser leuar seja a metade pera os captiuos e a outra pera quem os acusar e damos poder a qualquer justiça onde acontecer asim juizes como vintaneiros ou cadrolheiros que sem mais prosseço nem ordem de juizo sumariamente sabida a verdade condene os culpados no dito cazo de degredo e asim do dinheiro ate quantia de dous mil reaes sem apellação nem aggrauo e sem disso poder conhecer almoxarife nem contador nem outro official nosso nem de nossa fazenda em cazo que o Ahj o haja e se o senhorios dos dittos direitos o dito foral quebrantar pro sy ou por outro seja logo suspenço delles e da jurisdição da dita terra se a tiuerem quanto nossa merce for e mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fizerem emcorrerão nas dittas penas e os Almoxarifes e escriuaes dos ditos direitos que assim o nom comprirem perderão logos os ditos officios e não hauerão mais outros e portanto mandamos que todallas couzas contheudas neste foral que nos poemos por ley se cumpra pera sempre do theor do qual mandamos fazer dous delles pera a camara da ditta terra e conselho e senhorio dos ditos direitos e outra para a nossa torre do tombo pera em todo o tempo se poder tirar qualquer duuida que sobre isso possa sobreuir dada em a nossa muy nobre e sempre leal cidade de lixboa aos quatro dias do mes dagosto anno de nosso senhor Jesus christo de mil e quinhentos e dezacete e vaj escrito o original em quatro folhas e onze regas sobescrito e concerttado por fernão de Pina.

E não se dizia mais no dito foral que aquj foj treslladado e pedimento dos dittos moradores de Cortissos e Serradella que lhe mandej dar nesta Carta com o sello de minhas Armas

a que se dara tanta fee e credito como ao mesmo registo do dito Livro donde foj tirada e com elle comsertada. Dada nesta Cidade de Lixboa aos vimte e sinco dias do mes de Majo o Principe nosso senhor o mandou por Dom Antonio Alves da Cunha seu thenchante Mór de taboa e ouguella Deputado da Junta dos tres estados e guarda mór da torre do tombo Manoel ferreira a fez Anno do nassimento de nosso Senhor Jezus christo de mil e seiscentos e outenta e dous e vaj escrito em tres mejas folhas de papel com esta. Pero semedo estaço a fez escreuer.

Pedindome os ditos moradores da Villa de Cortissos e lugar de serradella por merce que lhe comfrimasse que lhe comfrimasse esta Carta de foral em meu nome do que sendo dado vista ao procurador da Coroa respondeo fiat justia e visto por mj seu requerimento e a ditta Carta de foral resposta do procurador da Coroa e querendolhe fazer graça e merce tenho por bem e me praz de lha Comfirmar e lha Comfirmo e Hej por Comfirmada e mando que se cumpra e guarde emteiramente asim e da maneira que se nella conthem e por frimeza de tudo lhe mandej dar esta minha Carta por mj asinada e sellada com o meu sello de chumbo pendente e pagarão os nouos direitos que deuerem na forma de minhas ordens. Dada na cidade de Lixboa aos vinte e hum dias do mes de julho Bertollameu Roīz teixeira a fez anno do nasimento de nosso senhor Jezus christo de mil e seiscentos e outenta e dous annos francisco galuão a fez escreuer = Principe = Luis gomes do Basto Belchior do Rego e Andrade João de Roxas de Azevedo Pg. sinco mil e quatrocentos reis haos officiaes dous mil e cem rs. Lixboa noue de outubro de 683 = Dom Sebastião Maldonado. A folhas 76 do Livro 2.º da Receita dos nouos direitos ficão carregados ao thesoureiro Manoel Ferreira Botelho sinco mil e quatro centos reis desta Carta de comfirmação. Lixboa noue de outubro de 683. = Manoel Peixoto de Carvalho = Manoel ferreira Botelho (1).

DOCUMENTO N.º 90

Moncorvo. Inquirições del rei D. Diniz

Parochia Sancti Jacobi de Ciquiadi. Domjngos Martjns çiquiadj jurato. E perguntado sse em esta ffreguesja ha cassa

(1) *Chancellaria de El-Rei D. Affonso VI*, liv. 15, fl. 337 v.

de caualeyro ou de dona que sse deffenda per honrra. disse que a hj hũa quyntaa que foy de Martim Oanes e chamõ na Cequiadj. E disse que a ssabe honrrada dos seus dias. E disse que ouuyo dizer que o foy de longo tempo. E disse que per Razõ desta honra desta casa disse que de toda a vjla fazem honrra que nõ entra hi moordomo pero a hj herdade de lauradores e de moesteyros. E de todo fazem honrra. E pero desta vjlla dam a El Rey foçadeyra. E nõ entra moordomo por ella que nom oussa. E antre dá algo ao Porteyro que lhe penhore por ella. perguntado per quem foy ffeita esta honrra sse foy per Rey disse que o nom ssabja. Perguntado sse entrou hj moordomo disse que numcqua hy uzou entrar mais ouujo djzer que entraua hj. E disse que ora nom entra hj.

Item disse que a hj hũua casa de Stevam Negro que foy ffeita em herdade de Vilar de Flades e temna Steuam Negro do moesteyro por ssa Renda. E diz que he honrrada.

Item disse que a hj outra quyntaa que chamam a Torre. E he dhomeens filhos dalgo. E diz que a uyou honrrada. E pero sobresta freguezya chamẽ o Registro que see no Registro deuem ende fossadeyra. E que deuem peytar voz e cooymha. E disse que entre hj porteyro.

Pero Ssoairez de Cequiadj — Joham Lourenço de Cequiadj — Pero Tomhe — Joham Esteues de Cequiadj — todos jurados. E preguntados disserom em todo como Domjngos Martjnz de susso dito (1).

Parochia Sancte Geralde de Carrapatos. Dom Geraldo de Carrapatos jurado. E perguntado sse em esta freguezya ha casa de Caualeiro ou de dona ou doutro homẽ que sse deffenda per honrra disse que do começo quando se pobrou Quarapatos foram quatro cassaees foreyros del Rey e pobrados do concelho de Bragança. E disse que era ense huũ quarto da villa dhuũ creljgo que foy serujçal do arcebispo de Bragaa Dom Siluestre. E disse que pollo que teue do arcebispo que uendeu o arcebispo quanto auja. E auya hj huũ casal que era entom o quarto da vjla. E depois foy sse

---

(1) *Inquirições de Leitura Nova de D. Diniz*, liv. 1.º, fl. 41 v. Parte dos documentos referentes a Moncorvo foram por nós publicados na *Illustração Trasmontana;* mas como sairam muito cheios de erros por não haver modo de rever as provas, voltamos a reproduzil-os correctamente.

pobrando a villa. E ora ha ja hj Bragaa dous cassaees e trage os por honrra que nom peittam voz nẽ cooymha.

Item disse que Affonso Meendez caualeyro conprou huũa meya cassarya dhuũ villão foreyro del Rey e des que o comprou fez ende honrra que nom peittam em voz nem cooymha. E esto foy ora des tempo del Rey Dom Affonso padre deste Rey e tragea por honrra preguntado per se suas honras forão feitas per Rey disse que nom que o el ssoubesse.

Ciblaão Ciplaijz de Carrapatos — Joham Joham — Pero Pirez — todos jurados. E perguntados disserom em todo como Dom Giraldo de susso dito (1).

DOCUMENTO N.º 91

Manda que as terças das egrejas de Villa Flor se appliquem para a construcção da fortaleza de Moncorvo

17 de novembro de 1295

Dom Deniz pela graça de Deos rey de Portugal e do Algarve. A vos Joham Fernandes Tabelliom e meu pobrador de vila frol saude. Sabede que eu a requimento dos do Concelho dessa vila frol sitar fiz perante mym o Concelho da Torre de meencorvo, por razom da fortaleza que mandei fazer em essa vila da Torre de meencorvo, e porque eu mandey que metesedes as terças das eigrejas de vila frol primeyramente, e depois que er metesedes as terças da Torre de meencorvo na fortaleza de vila frol, os quaes parecerom perante mym a dya que lhys foy posto por avram martinz procurador da Torre de meencorvo, e por migueel martinz procurador de vila frol, e eu ouvi as partes, e tivy por bem, e mando, que porque e mays fronteyra a Torre de meencorvo, e logar que se deve mays aguardar, que se faza antom essa fortaleza que a de vila frol ata que seia feita, que metades y as terças das eigrejas de vila frol ata que essa fortaleza seia ensimada, ca entendo que sera a meu serviço mays e aproveitamento da terra, e depois que for feita, er mando outro sy que as terças das eigrejas da Torre de meencorvo que as metam en essa fortaleza de vila frol ata que seia feita, e assy mando a vos Tabelliom e pobrador que façades comprir esta carta asy como eela e conteudo se nom a vos me tornarey..... Em testemunho desto dey a esse Concelho da Torre de

---

(1) *Inquirições de Leitura Nova de D. Diniz*, liv. 1.º, fl. 112.

meencorvo esta carta. Dante em Be'a dez e sete dyas de nouembro. El rey o mandou..... era de mil trezentos trinta e tres anos (1).

DOCUMENTO N.º 92

Instrumento lavrado por tabellião publico em Moncorvo, no qual os mestres João Perez e Pero Perez se obrigam a construir uma portada na muralha da villa

11 de junho de 1337

Sabham todos quantos este stormento birem como eu Lourenço eanes procurador do concelho da torre de meem corvo obrigo todolos beens do dito concelho a dar e pagar a vos Joham perez e pero perez meestres moradores na dita vila vynte e duas libras de dinheiros pretos so tal condyçom que vos ffaçades huum portado de pedra na barvacaã asu a porta do castelo segundo he urdenado por tal guisa que seia bem fecta a vista domeens bos e darvos eu procurador a pedra que pera ele conprir e darvola carretada e cal outro ssy e vos pagardes vos ao outro custo dela e eu darvos os ditos dinheiros como os fordes merecendo por tal guisa que seiades pagados de todo seendo o lavor acabado e nan erguerdes dela mão ata que seia todo acabado. E qualquer que de nos partes que desto falecea pecte aa parte rrancurosa dez libras de pretos e todavya seer a avença fyrme e stavel. Fecto ffoy na vila da torre aa porta do castelo onze dias de junho era de mil e trezentos e setenta e cinquo anos (2).

DOCUMENTO N.º 93

Tributos reaes que os de Moncorvo eram obrigados a pagar. Canadela. Unificação das medidas de solidos

1361

Dom Pedro pela graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve a vos Lourenço Duraão meu almoxariffe na Torre de

---

(1) Copiado de um pergaminho existente no Archivo da Camara Municipal de Moncorvo. Por brevidade quando houveramos de nos referir aos documentos deste Archivo diremos simplesmente: *Pergaminhos de Moncorvo.* Viterbo tirou deste documento elementos para os artigos — Castellatico e Pobrador del-rei do seu *Elucidario.*

(2) *Pergaminhos de Moncorvo.*

meemcorvo saude sabe que os juizes e vereadores e homes boons do concelho dessa villa minviarom dizer que ElRey Dom Deniz meu avoo a quem deos perdoe deu foro a essa vila em o qual dizem que antre as outras cousas he contheudo que el querendo fazer graça e merçê aos moradores dessa vila e de seu termho mandou que cada hum vizinho lhe desse em cada hum ano huma oytava de cevada e dous paães e hum dinheiro e sendolhes esto assy outorgado que os homens boons que eno dito tempo moravam na dita vila e seu termho, husarom com o dito Rey de lhy dar cada vezinho em cada hum ano por foro a dita oitava de cevada, que se fazem duas canadelas da medida que corria na dita vila por os ditos paaes e hum dinheiro husarom despois de lhy dar quatro dinheiros velhos. E depois a morte ElRey Dom Affonso meu padre lhes deu carta porque lhes outorgou e confirmou o dito foro que lhes assy fora dado e todolos boons husos e costumes que sempre ouverom, e que por esta guysa husou e costumou o dito concelho com elrei e com aquelles que os seus dereitos por el tiravam e recebyam, em lhy darem em cada hum ano as ditas duas canadelas de cevada e quatro dinheiros e sempre as pagarom por esta guysa ata o tempo da morte do dito meu padre. E que eu outro sy depoys que comecey de reynar lhes dey minha carta porque lhes outorguey e confirmey o dito foro e todalas outras condiçoões e boõs husos e costumes que sempre ouverom em tempo dos reys que ante mim foram.

E sendolhes assy todo por my outorgado, porem o dito concelho começou dusar conosco e com os meus mordomos em meu nome que os meus foros e direitos tyravam e recebyam em essa vila de pagarem de foro cada ano e cada visinho as ditas duas canadelas de cevada e quatro dinheiros velhos e husando desto e pagando assy que pugi por lei por todo o meu senhorio mandando que non medissem per outra medida pam nenhum nem cevada senon pela medida de Santarem que mandey aver em cada huma vila e lugar a qual dizem que he muyto mayor que a dita canadela que soia daver em essa vila da Torre de memcorvo. E que por esta razom defendestes aos meus mordomos que non recebessem os meus direitos e foros senon pelo dito alqueyre. Assy que por duas canadelas que suiam de pagar pagam ora dous alqueyres que fazem duas canadelas e meya ou mui pouco maes. E que por esta rezom recebiam grande agravamento por nos e por esses mordomos, o que dizem que se a mim non torna em serviço como non rendem porem mays esses

foros e direitos do que soyam de render, nem achardes quem por eles mays de que o que dava quem pagava a dita canadela. E pedindome por mercê que lhes esguardasse o dito foro no huso que sempre ouverom e vos mandasse que os non costranguessedes que pagassem para mym esse foro senon pela medida que sempre pagarom ata o tempo que mandey por meu senhorio aver a medida de Santarem. E eu vendo o que me esses juizes e vereadores e homens boons emvyarom dizer, mandamos que veiades o foro dessa villa e se esse concelho husou sempre com os reys que ante mym foram como dizem, mandade medir o dito alqueyre com essa medida por que dizem soyam a pagar o dito foro. E quanto achardes que esse alqueyre he mayor que a dita canadela, tanto lhes fazedes descontar, assy que non seiam costrangidos que mays paguem que aquelo que sempre pagaron e non recebam em elo agravo sem razom. En al non façades. Dante em Evora 28 dias de setembro. El-Rey o mandou por Pedro Afonoo seu vassalo. Era de 1399 (1).

DOCUMENTO N.º 94

Os moradores de Urros e Peredo sam obrigados a trabalhar nos muros de Moncorvo

1366

Saibam quantos este estromento virem como na era de myl e quatro centos e quatro annos dezassete dias de mayo em na Torre de meencorvo pareceu ffernanda ffom Tabalyom duros e joham martins procurador do dito loogo duros e Joham ffom juyz do predo e Joham anes procurador do dito logo do predo e disserom que eles como agravados em huma ssentença que contra eles deu Joham esteves corregedor por el rey em esta comarca em que lhes mandou que sservissem e ajudassem a ffazer ho muro da dita vyla da torre e aa barbacaa e ajudassem aalimpar a carcova da dita vyla da torre ssegundo mais compridamente era conteudo en a dita sentença do corregedor. E que eles com prema e mandado do dito corregedor ffilharom apartadamente huma

---

(1) *Pergaminhos de Moncorvo.* Este documento forneceu a Viterbo elementos para o artigo — Canadela — do seu *Elucidario.*

peça do dito muro convem a ssaber des ho cubo novo ataa cubo da porta do castelo com a barbacaa que esta a par de o cubo novo deribada por esto que eles am de ffazer os do dito logo duros e de predo em ssa quadrela pero lourenço juyz em logo de Goncalo dorze meendo anes procurador, e Joham lourenço e Joham perez moradores da dita vyla da Torre e outros omeens boos da dita vyla da Torre ffilharom por quadrelas todolos outros logares em que ora o dito castelo avya mester desse ffazer e reparar em aqueles logares que sse ora parece que a mester desse ffazer ssegoondo ffoy visto pelos ditos juyzes e moradores do dito logo da torre e duros e do predo e que outro ssy reparem e ffaçam adubar a barvacaa que ora esta ffeita e que alympem a carvo (*sic*) que ora esta ffeita com este entyndimento que sse nosso Senhor el Rey os daquela ssentença non desagravar e ffor compridoyro ao dito concelho da Torre de ffazer outros lavores novos ffora destes que o dito Concelho duros e do predo lhos ajudem a ffazer como pelo dito corregedor he mandado. E os ssobreditos ffernanda ffom e Joham martins e Joham ffom e Joham anes disserom em nome dos ditos concelhos que eles filhavam a dita parte do castelo por esta gissa (*sic*) que servissem em el dous dias da domaa cada dia com vynte omeens com esta prestaçom que sse fosse merce de nosso Senhor el rey de os desagravar da dita sentença e mandado do dito corregedor he eles tovessem por ffazer alguma cousa do dito castelo que eles nom ffossem teudos de ffazer em elo mais nem esta quadrela non ffezesse nenhum prejuizo aos do dito logo duros e do predo. E e dito meendo anes procurador da dita vyla da Torre e Joham Lourenço e joham perez moradores disserom que lhes prazia das coussas sobreditas e que deziam que prestavam em nome do dito concelho da dita vyla da Torre que sse el rey non desagravasse os moradores do dito logo duros e do predo que eles veessem ajudar a ffazer os lavores do dito castelo que hy ouvessem de ffazer ssegundo mandado era pelo dito corregedor. E os ditos ffernandaffom e Joham martinz e joham ffom e joham anes protestarom do direito do concelho duros e do predo e pedirom este estromento. E o dito meendo anes procurador da dita vyla da Torre protestou pelo direito do dito concelho contra os sobreditos e as ditas partes outorgarom esto e pedirom ssenhas estormentos testemunhas pero ffranco lourenço rodrigues affoms anes tabalyom tome anes johan dagreija domingos dejz carnyceyro andres dojz andador joham pyres do larinho e outros. E eu Aires eanes Tabalyom del

rey na dita vyla da Torre que a esto presente ffoy e esto escrevy e dei ende huum estromento ao dito ffernandaffoms e joham martins procurador duros e aqui meu ssynal screpui que tal he. Non pagou dreito porque he do concelho da Torre (1).

DOCUMENTO N.º 95

Dá D. Fernando a Moncorvo os julgados de Urros e Peredo e as aldeias de Souto da Velha, Castedo e Lousa. Importancia do porto que Moncorvo tem no Douro

7 de maio de 1370

Dom fernando pela graça de deos rey de portugal e do algarve. A quantos esta carta virem faço saber que o concelho e homeens boons da minha villa da Torre de meem corvo, me enbiarom dizer, que ao tempo que a dita vila foy primeiramente edificada e pobrada, que lhy forom dados e outorgados grandes termhos e que avya grande peça de campanha e que os da dita vila porquanto eram muytos, fezerom a cerca e muro da dita vila grande. E que depoys foy merce del-Rey Dom Diniz meu bisavoo a quem Deos perdoe, que fez a vila de vila frol no termho da dita vila da Torre de meem corvo e lhy deu grande parte do seu termho, e das gentes e vizinhos dela, pola qual razom a dita vila da Torre ficou menguada de gentes e campanhas, estando esta em gram perigo de se perder e despobrar. Tambem por razom da guerra como outros grandes encarregos que a.

Outro sy me embyarom dizer que teem hum porto no rio Douro e barcas en el, a huma legua da dita vila no seu termho e se a dita vila da Torre fosse perdida ou gaanhada dos inimigos, o que Deos non queira, embargarssia o dito porto, por tal guisa que nestas fronteyras non poderyam por aquel porto aver passagem para myranda, nem para Samora nem para outras partes do meu Senhorio, o que a my e aos meos sogeitos seria mui dapnoso. E embyarome pedir por merce que a quantos logares que estavam arredor da dita vila da Torre de meem corvo, desse por termo da dita vila, e lhys desse sobre eles jurisdiçom, e os fesesse sogeytos da

---

(1) *Pergaminhos de Moncorvo.* Viterbo tirou d'este documento dados para os artigos — Dona e Quadrella — do seu *Elucidario.*

dita vila da Torre de meem corvo e eu veendo o que me embyarom dizer a pedir, porque a my prestem alguas daquelas cousas que metem a acorrimento (?), mayormente daquelas porque se pode seguir grande honra do meu senhorio e prol grande dos meus sogeytos, e porque podem seer alongados de grandes dapnos, do meu poder absoluto porque o hey por meu serviço, dou por termho da dita vila da Torre de meemcorvo, os julgados durros, do predo com seus termhos, a aldeya do souto da velha, que ata este tempo foy termho da vila de anceõs com seu termho, de que os da dita aldeya ataaqui husarom, o que a dita aldeya pertence.

E outro sy lhy dou a aldeya do casteendo, e da lousa que ata estes tempos dora que forom aldeyas da vila de vilarynho de castanheyra com seus termhos e pertenças de que ata quy husarom e lhes pertencem, reservando em cada hum dos ditos logares os meus direitos que hy avya e hey, porem mando que daqui emdeante, o concelho da dita vila da Torre de meem corvo huse dos ditos julgados e seus termhos e das aldeyas com seus termhos e devisões dos ditos logares que ataa qui ouverom, de toda jurydiçom como termho da dita vila da Torre de meem corvo, non embargando direitos, cartas, foros, ou privilegios que de my ou dos outros reys que ante my foram tenham gaanhado esas vilas e julgados suso ditos, ou ganharem sobresta razom que a esto podessem contrayrar e embargar que non vallesse doaçom,.....

.....

Dante em Santarem sete dias de mayo. El rey o mandou por Joham martins e Rodrigo esteues seus vassallos. vaasque anes a fez era de mil e quatro centos e oyto anos (1).

DOCUMENTO N.º 96

Os de Moncorvo são escusados de pagar para as fortificações de Freixo d'Espada á Cinta.
Importancia do porto que aquelles teem no Douro.

6 de março de 1376

Dom fernando pella graça de deos rey de Purtugall e do Algarve a vos Joham rrodrigues porto carreyro meyrinho

(1) *Pergaminhos de Moncorvo.*

moor por nos na comarca correiçom de tras os montes — quaesquer meyrinhos ou corregedores que hy depois vos vierem aa dita comarca saude. Sabede que os juizes concelho e homees boons da Torre de meen corvo nos vierom dizer que vos dito meyrinho lhe mandastes da nossa parte que todollos moradores da dita vylla da Torre e de seu termho que ouvessem de seu quanthia de cem libras pagassem cada ano quarenta soldos e ho que ouvesse de seu conthia de cynquoenta libras que pagasse em cada anno vynte soldos e que esto fosse para hum apartamento da alcaçere que nos mandamos ffazer em ffreyxo despada cynta polla qual razom dizem que se lhe seguem grandes perdas e dapno em pagarem na dita adua porque dizem que pello aazo da dita adua a dita vylla da Torre sse pode despobrar, e que o dito alcaçere que mandamos fazer na dita vylla de ffreyxo despada cynta sse pode bem ffazer sem nosa — e sem dapno da nossa parte porque nos avemos cada ano a terça parte de quanto rendem as egrejas do dito logo de ffreixo as quaaes dizem que vallem em cada hum ano de renda des quinhentos ataa sseis centas libras as quaaes dizem que fforom de ssempre despesas nos lavores do castello da dita vylla de ffreixo, e que nunca aos do dito logo custou nenhuma cousa e que sse os do dito logo de ffreyxo derem adua para o dito alcaçar que pella dita adua e pello que as ditas terças rendem sse pode bem fazer o dito alcaçere..... como nos mandamos ffazer e demays dizem que a dita vylla da torre ha sua cerca que ffezerom a ssua custas em que sempre aly sse acolherom e deffenderom elles e os outros das comarcas da redor, e que outro ssy ham hum porto de passagem no ryo do doiro a huma leugua da dita vylla da Torre e a tres leuguas de castella que ssempre foy guardado e deffeso pello concelho da dita villa da Torre e porque he sseu. O qual porto he o melhor e mays chaão e seguro — outro nenhum que aia no dito ryo des a nossa cidade do porto ataa vylla de myranda que he em cabo de nosso reyno, e que o dito porto he tall que cada quer nossa mercee — poderemos aver por ello passagem pera a dita comarca de tras os montes assy em tempo de guerra como de paz para acorrymento e deffensom da dita comarca em quanto a dita vylla da Torre ffor pobrada e mantyuda còmo ora he, e que ssendo a dita vylla da Torre despobrada ou guanhada dos enymiguos coúsa que deos non queyra que o dito porto sse embarga por tall guysa que non poderamos por elle aver passagem para accorrer aas outras villas da dita comarca. E que ainda que o dito logo de ffreixo despada cynta e mo-

gadoyro e penas royas e bragança e myranda estevessem por nos seendo cercadas dos ennimygos que sse poderiam perder sse pello dito porto e villa da torre non ffossem accorridas e que posto que as autras vyllas sobreditas ffossem perdidas ou cercadas sse o dito logo da torre e o dito porto estevessem por nos que por ellas poderiamos guanhar as outras que perdidas ffossem e que non ha outro ponto nem vylla na dita comarca per que esto podessemos ffazer, e porem sse he pella dita villa da torre (1). E que outro ssy diogo gill nosso ouvydor que nos mandamos aa dita comarca chegou aa dita vylla da torre e vyo a dita cerca do castello e outro ssy hum poçom que esta dentro na cerca da dita vylla e porque byo que a dita vylla era grande e bem pobrada e de boas jentes e que esta em tall logar que he muyto nosso serviço de sseer manteuda que o dito diogo gill lhes assynou e mandou que ffezessem en ella oyto cubos mays dos que tynham em logares certos que lhes para ello assynou, e embiarom pedir por mercee que pois a dita vylla he tão boa e esta em tall logar que he tão compridoyro ao nosso serviço que os escusassemos da dita adua de ffreyxo despada cynta, e que mandassemos que non fossem costranjudos que pagassem em nenhuma cousa — dito alcaçere do dito logo de ffreixo e que aquello que allo avyam de despender que o despendessem nos oyto cubos que lhe o dito diogo gill mandou que ffezessem arredor da dita cerca para affortellegamento da dita vylla que per hy ssera mays fforte e melhor esguardada do que he, e que elles ffaram a dita ffortaleza de pedra e call ou de canto talhado sse comprir a bem vista de vos dito meyrinho ou doutro quallquer a quem nossa mercee ffosse de ho mandarmos veer e que esto poderam bem ffazer contanto que elles non ffossem subjeitos para servirem no dito logo de ffreixo, e que fazendo nos esto que a dita vylla da torre sseera mays fforte e melhor e a elles ffariamos mercee. E nos veendo o que nos pedyr embyarom e porque nosso talento he de ffazermos muytas mercees aos nossos naturaaes toda que nolla pedyrem com agrado (?) e querendolhes ffazer graça e mercee aos do dito logo da Torre de meencorvo teemos por bem e mandamos que elles sseiam escusados de pagarem os ditos dinheiros e de servyrem por nenhuma outra guysa no dito lavor que nos mandamos ffazer

---

(1) Ver a proposito d'esta passagem no Douro o que diz Viterbo no *Elucidario,* artigo — Navagem.

no dito logo de ffreixo despada cynta com entendymento que esses moradores da Torre de meen corvo cerquem a dita vylla de muro de pedra e de call, e esto sse ffaça com a mayor aguça que sse ffazer poder sem outra mallicia e em gano um, all non façadns. Dante em Salvaterra de magos seis dias de março elrey o mandou por ffernam martins sseu vassallo. — Era de myll e quatro centos e quatorze annos (1).

(Continúa).

Francisco Manuel Alves,
Reitor de Baçal.

(1) *Pergaminhos de Moncorvo.* Viterbo tirou d'este documento elementos para os artigos — Acorrimento, Adua, Afortellegamento, Aguça, Alcaçar II, Allo, Apartamento I, Compridoiro, Despezo, Forteleza e Toste — do seu *Elucidario.*

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Crise economica — Alguns meios de a attenuar, por José Bento Gomes. Lisboa, Typ. Minerva Peninsular, 1899.

Lecture pour tous — Janvier, 1906 — Numéro 4. Paris, Hachette & C.ie, 1906.

Ministerio dos Negocios do Reino — Ensino secundario — Decreto organico, regulamento e programas. Lisboa, Imp. Nacional, 1895.

Exposição industrial portuguesa — Catalogo da secção agricola, 1888. Lisboa, Imp. Nacional, 1888.

O algodão (Breves considerações), por Folque Possolo. Lisboa, Centro Typographico Colonial.

Les Incas, ou la destruction de L'Empire du Perou — Tome second, por Marmontel. Paris, Corbet, Libraie, 1834.

Atravez dos mares — Recordações da India, por Oliveira Mascarenhas e Antunes Monteiro. Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1898.

Les Engrais au Village, por Henri Fayet. Paris, Librarie Larousse.

O Credito agricola e os Bancos ruraes, por João Achilles Ripamonti. Lisboa, Typ. Portuense, 1888.

Pinhaes, soutos e montanhas — Cultura, tratamento e exploração destas mattas — 2.ª e 3.ª parte — *Soutos e montados,* por Carlos A. de Sousa Pimentel. Lisboa, Imp. Adolpho Modesto & C.ª, 1888.

A Industria, por Bernardino Machado. Coimbra, Typ. França Amado, 1898.

O novo tratamento da Diphteria e o Instituto Bacteriologico de Lisboa, por J. V. Paula Nogueira. Lisboa, 1895.

Monographies agricoles — La culture des Lupins et la restauration en Campine du Sol épuisé des Pinières — Troisième partie, por Denis Verstappeu. Bruxellas, Alfred Vromaut, 1896.

O Desengage e as suas vantagens na vinificação, por Duarte de Oliveira. Porto, Offic. do «Commercio do Porto», 1911.

Guia do Vinicultor, por Antonio Xavier Pereira Coutinho. Porto. Liv. Internacional, 1889.

Curso de Silvicultura — Tomo II — *Esboço duma Flora lenhosa portuguesa,* por Antonio Xavier Pereira Coutinho. Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1887.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quaes existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.EL ALBERTO DA CUNHA DA ROCHA SARAIVA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 8

1913
Agosto

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Programas e planos de ensino, por F. Adolfo Coelho. 401
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 412
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo..... 428
Memórias de Castilho, por Julio de Castilho..... 432
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 452

PROGRAMAS E PLANOS DE ENSINO

Muito mais obras dum puro empirismo do que produto resultante da aplicação de sérios princípios são os planos liceais em que se dá repartição das disciplinas por anos ou semestres e dentro dêsses espaços de tempo por semanas, dias da semana, etc. Comparando os vários planos das nações que tem estabelecimentos do que se chama ensino primário e secundário, reconhecemos relativamente a êsses ensinos, e sobretudo ao segundo, que apresentam tantas e, por vezes, tão largas diferenças, que não podem explicar-se por adaptações exigidas pelas condições particulares dos meios escolares. Demais um facto similar se nota quando comparamos os planos de ensino duma mesma nação em diversas épocas. — «Veja», dizia-me um médico distinto, que tem viajado muito, «o que num século se tem feito na Europa com o ensino secundário. Que de contradições se revelam nas mudanças de organização dos seus planos! Um caos nas ideias dirigentes». Mas não pode negar-se tambêm que certos elementos comuns prevalecem.

Quão diversas definições se dão dêsse ensino, de quão diferentes maneiras se compreendem as suas relações com o primário e o superior (1)! Nuns países o chamado secundário (ou superior), por oposição ao primário, mas abaixo do *alto,* que chamamos o *superior,* sobrepõe-se a um primário, que vai, geralmente, dos 6 anos de idade, aos 9, aos 10, aos 11, aos 12, aos 13, aos 14 (por exemplo na América do Norte), e êle próprio se extende até aos 18 ou 19, quando não tem um complemento (como nos Estados-Unidos) até aos 21 ou 22 anos. Nós até 1860 não tivemos marcada por lei a duração do curso de estudos secundários ou dos *preparatórios,* como então se dizia (para os cursos superiores); naquele ano fixou-se aquela duração (nos liceus oficiais) em 5 anos, pelos quais se repartiram às diversas disciplinas, de modo muito ingénuo; em 1880 acrescentou-se mais um ano e em 1895

(1) Êsse assunto está tratado num estudo especial ainda inédito.

elevou-se a duração total do curso secundário (geral e complementar) a 7 anos e agora pensa-se em extendê-la a 8.

Um mapa que tenho presente permite apreciar as diferenças dos três tipos da instrução secundária nos principais Estados do império alemão, como estão presentemente em vigor, limitando-se às disciplinas obrigatórias. Notemos só alguns pontos: O ginásio do Württemberg consagra 81 horas semanais (em 9 anos) ao latim; o de Baviera, reino do Sul, também católico, só 66. As sciências naturais tem no ginásio prussiano um total de 18 horas semanais, no da Baviera só 5. Na Prússia dá-se o dôbro daquelas horas (36) à mesma disciplina na escola real superior, o que se explica aliás pelo carácter particular desta. O ginásio bávaro tem apenas um total de 3 horas de ensino semanal de desenho, o de Hesse tem 11.

Quem à vista dos nossos programas de 1895 e 1905 poderá afirmar que êles entrem exactamente no tempo que lhes foi destinado nos respectivos planos! Hermann Schiller achou os de 1895 excessivos pelo que respeitava à história e sciências da natureza, e em regra essa queixa dirige-se contra todos os programas liceais, para que os professores em geral não acham tempo suficiente. Ao contrário, alguns consideram o tempo dado a certas disciplinas demasiado. A mais dum professor liceal nosso ouvi julgar exagerado o tempo que à geografia concede o programa de 1895. Outros reduzem por vezes os programas ao absurdo. Assim ouvi uma lição de zoologia II classe (programa de 1905) metida no espaço de 55 minutos, com êsse programa todo da dita classe. Ei-lo: «*Zoologia*. Comparação de animais precedentemente estudados (na I classe) para fazer aparecer as noções de: vertebrado e invertebrado, de artizoário e fitozoário, de cada uma das classes dos vertebrados, de cada um dos tipos de invertebrados, e entre êstes de cada classe dos moluscos e artrópodos, e defini-los».

Durante quasi a hora toda foi interrogado um aluno e no fim feitas algumas perguntas a um outro. Os rapazes, à fôrça de repetições *(repetio mater studiorum),* papagueavam com rapidez as respostas, sem terem exemplares ou estampas ante os olhos.

Pelo fim de janeiro dum outro ano anterior dizia um professor, encarregado do ensino de geografia numa I classe doutro liceu, que os seus alunos tinham já *dado o compêndio todo* (é a expressão consagrada) e iam repeti-lo.

Um aluno do curso normal (antigo curso superior de letras)

que nesse mesmo liceu fazia tirocínio, numa turma do IV ano, de latim, sob a minha direcção, nos dias em que eu tinha de assistir a lições doutros alunos que faziam também tirocínio, avançava muito mais, como eu verificava, na leitura e gramática, que nos dias em que eu estava presente, porque, como me confessou, seguia «o método doutros professores».

Ouvi dizer em 1895, quando se publicaram os programas aprovados com data de 14 de agosto dêsse ano, a um professor justamente acreditado como latinista que 4 anos (em vez de 7) bastariam para ensinar o latim que ali se pedia. E ainda em 1912 um outro professor da mesma língua enunciou diante de mim a afirmação de que era suficiente que o latim figurasse nas 4 primeiras classes do liceu.

Concebe-se, pois, que, dada a elasticidade de que se julga susceptível o ensino, programas redigidos para serem executados em 7 anos passem a sê-lo em muito menos tempo. Pode imaginar-se também o caso contrário com um ensino bem nutrido, minucioso, baseado sôbre material intuitivo (de que por emquanto pouco uso se faz em os nossos liceus), etc. Os resultados obtidos por êsses diversos meios são sem dúvida diferentes, mas é em extremo difícil marcar a medida a encher.

Não esqueçamos também que há professores lentos, pachorrentos, soporíferos, gastando muito tempo e moendo o seu programa; ainda não teremos feito bem ideia do que há de abstracto num horário e num programa dum curso (1).

Observa-se ainda grande arbitrariedade no modo por que se distribuem as disciplinas por anos e horas das semanas; a qual resulta da incerteza dos princípios em que deve basear-se. As velhas regras do fácil para o difícil, do simples para o composto, do próximo para o remoto, são muito banais para que delas se tire alguma coisa vantajosa. Psicólogos e pedagogos muito notáveis (por exemplo Stuart Mill, Tomás Arnold, Ana Sullivan, W. Stern) rejeitaram a regra de que nada se apresentasse ao educando que êle não pudesse logo entender, que êle não estivesse preparado para entender, e a regra do simples para o composto é falsa, entendida à letra, porque o simples é o que muitas vezes mais tarde se atinge.

---

(1) É preciso distinguir os usos moderados, num e outro sentido, dos imoderados, como, por exemplo, o do lecionista que anunciava preparar num ano para o exame de 5 anos ou mesmo dos 7 anos completos do curso liceal português.

*

A variedade das inteligências torna árdua empresa dizer que tal objecto de ensino é mais fácil ou difícil que outro, em grande número de casos.

Os planos, os horários, os programas de ensino abstraem, em regra, completamente das variedades psicológicas dos indivíduos, e da sua constituição física. Estão ainda geralmente no ponto de vista do século XVIII, em que os filósofos e pedagogos criam piamente que todos os homens nasciam iguais e só a educação os fazia diferentes, dogma enunciado na sua forma mais absoluta por Helvetius e que, apesar de combatido por muitos investigadores no século XIX e naquêle a que chegámos, está ainda latente na pedagogia oficial.

Ainda não há muitos anos um escritor francês, ministro da instrução pública na terceira república, enunciava o princípio que «na escola o mestre era tudo; que, tendo-se bons mestres, o resto era nada». Entretanto foi-se descobrindo «a criança» e buscando construir uma sciência da criança, a antropologia da criança, e ao mesmo tempo uma psicologia diferencial, uma psicologia das diferenças individuais, abrangendo as diferenças de sexos e idades, etc. Sem dúvida nesse domínio tem aparecido muita coisa falsa, banal, o *estudo da criança* é muitas vezes pueril; mas há também nele muita coisa sólida, de que o pedagogo deve ter conhecimento.

Hoje traçamos ou pelo menos buscamos traçar a escala da inteligência, desde a idiotia profunda até ao génio; da vontade, desde a abulia até à energia heroica; da sensibilidade, desde a apatia grave até à impressionabilidade exaltada; distinguimos os lentos dos rápidos nos diversos processos mentais, etc.

Na Alemanha era já há tempo praxe atender às excepções no trabalho escolar e fazer em conseqüência dessas excepções avançar nas classes os indivíduos em que se davam, que se distinguiam por capacidade de estudo acima do comum. Doutro lado buscava-se pôr à altura do comum os que se atrasavam. Fazia-se isso e faz-se por meio de classes paralelas, de classes chamadas alternadas *(Wechselcoeten),* de ensino particular ministrado geralmente por professores do respectivo estabelecimento, dada vénia do director. Entre nós busca-se reduzir por processos abusivos o número de anos liceais.

Nos últimos tempos estabeleceu-se na escola popular (primária) de Mannheimer um sistema chamado das classes separadas que tem por fim evitar os inconvenientes resultantes de dotes diversos dos alunos quando submetidos a um mesmo

regime de classes, regulados por um mesmo plano e programa de estudos. O curso da escola popular tem a duração legal de 8 anos.

Em Mannheimer, pela iniciativa do professor doutor em filosofia Sickinger, conselheiro escolar, separaram-se as crianças em três grupos a que se fazem três caminhos diferentes na sua educação *(Bildungswege):* 1. os mui bem dotados; 2. os menos bem dotados e que tiveram anteriormente uma educação irregular, devido a causas externas; 3. os muito fraçamente dotados, mentalmente débeis *(Schwachsinnige).*

Êsse sistema, resultante dos estudos feitos nos últimos tempos sôbre as crianças e que levaram a estabelecer as bases da sua psicologia diferencial, foi amplamente exposto e discutido no I Congresso internacional de higiene escolar de Nurembergue (1904) e noutras publicações (1).

Mencionarei ainda o que os alemães chamam *Bewegungsfreiheit,* liberdade de movimento, sobretudo nas classes superiores do ensino secundário, a qual consiste na liberdade da escolha entre algumas das disciplinas dos quadros daquele ensino, pelos alunos, sendo assim uma parte dessas disciplinas obrigatórias e outras de opção, ou ainda na liberdade de inteira escolha entre diversas disciplinas, o que dá em resultado a formação de cursos diversos paralelos. Nas escolas americanas começou a introduzir-se essa liberdade há cêrca de 40 anos, dando lugar a dois sistemas ou tipos: ou o dos cursos paralelos de que muitas vezes num mesmo estabelecimento se apresentam 10 e mais ou o *core-system* (sistema do núcleo), em que se agrupam diversas disciplinas de livre escolha em tôrno dum núcleo de disciplinas obrigatórias. Não é a mesma coisa que temos na Alemanha, nos três tipos de instrução secundária, nem na França, nas subdivisões dos ciclos: num e noutro país há tipos de cursos diferenciados, mas segundo planos fixos. Na formação dêsses cursos, nos Estados Unidos, não há nenhum limite de combinação, dum lado entre as línguas antigas e modernas, as sciências da natureza e do espírito no seu aspecto geral, teórico e as aplicações práticas, as disciplinas técnicas propriamente ditas. À escolha dos estudantes, porque são estes que escolhem,

---

(1) A mais recente dessas publicações que conheço é a do prof. G. Deuchler, *Zur Theorie der differenzierten Schulsystems* em I. *Deutscher Kongress für Jugendbildung und Jugendkunde,* 1911 (Dresden). *Bund für Schulreform.*

põem-se os ensinos do latim e do grego, de três línguas modernas (pelo menos), biologia, psicologia, higiene, geologia, astronomia, história, cívica, direito, economia; grande número de disciplinas comerciais: como dactilografia, estenografia, contabilidade, tirocínio de escritório, direito comercial, finanças, organização bancária; artes: desenho, pintura, modelação, esbôço; numerosos ramos de indústria: marcenaria, carpintaria, tôrno, serralharia, ferraria, fundição, formação, modelação, impressão, composição, encadernação; jardinagem, silvicultura, etc., etc.; para o sexo feminino: cozinha, lavandaria, costura, vestimentaria, decoração caseira, govêrno de casa, etc., etc. Junto dessas escolas há oficinas variadas, em que vão trabalhar até os estudantes de filologia clássica. Nalgumas alternadamente trabalham uma semana nas aulas, outra nas oficinas os estudantes.

Ante essa liberdade de escolha, a vida que daí resulta, com as vantagens notadas no sistema por grandes pensadores de alêm-mar e as desvantagens postas em relêvo por críticos dos Estados Unidos e da Europa, os homens costumados a ver a salvação em os nossos rígidos planos e programas europeus, sentem-se tomados de vertigens e levados a condenar *in limine* o que julgam coisa só própria para a grande União norte-americana.

Todavia a chamada *liberdade de movimento,* em limites modestos, acha defensores na Europa, também entre homens experimentados, por exemplo nos redactores duma revista, sem dúvida de intuitos moderados, redigida por dois homens cuja posição social é uma garantia da sua ponderação: o dr. R. Köpke e o dr. A. Mathias, conselheiros relatores no ministério dos Cultos (e Instrução) da Prússia, posição que a muitos parecerá dum grave espírito conservador, reacionário até. Bastará para reconhecer o erróneo dessa opinião citar as seguintes palavras do dr. Mathias num artigo intitulado *Bewegungsfreiheit in den oberen Klassen der höheren Schulen,* em que, referindo-se ao movimento inovador no ensino secundário e a diversas manifestações dêle, diz: «O negócio principal e o problema capital em todas essas tentativas é e permanece que elas surjam da necessidade de aumentar a alegria do trabalho nos professores e nos alunos, e isso por um movimento próprio de cada escola em particular. Tudo o que é feito de antemão, tudo o que é ordenado, tudo o que é regulamentado, deve ficar longe de tais criações».

A citada revista tem publicado outros artigos defendendo

a *liberdade do movimento,* alguns dos quais mostraram os antecedentes dessa ideia nos escritos de Herbart e Pestalozzi. Não citarei a opinião manifestada no mesmo sentido em publicações de carácter *reformista* mais exagerado; não posso todavia deixar de mencionar um outro alvitre, embora combatido, na corrente de inovações contra o princípio da rigidez dos planos de ensino. O princípio da criação de classes separadas, e até de escolas especiais para alunos débeis de espírito, está admitido em tese e posto em prática em diversos países. Mas, dizem diversos investigadores: porque não criar também escolas para os talentos notáveis, os génios? O argumento capital que se invoca contra tal criação está na ideia de que a falta dos raros alunos dotados de excepcional superioridade mental produziria o abaixamento das escolas comuns.

Todos os factos aqui reùnidos provam que se reconhece hoje plenamente que os planos e programas de ensino unitário são abstracções, a que é necessário substituir coisa que corresponda à realidade concreta, procedendo com todo o cuidado e estudo exigido por tão árdua tarefa e sem exagerar as tendências num ou noutro sentido.

É sobretudo necessário não esquecer nas futuras reformas os seguintes pontos:

1. Que se atenda às diferenças das inteligências, dando a todos a educação de que são susceptiveis, de modo que os melhores não sejam um embaraço, pela medida elevada que permitem, ao progresso dos mais fracos, nem os mais fracos obstáculo ao bom aproveitamento dos mais fortes.

2. Que não se perca de vista o facto que entre débeis (de diferentes graus) e fortes (também de graus variados) fica a enorme massa dos medíocres, muito pouco diferenciados, intelectual como moralmente, amorfos do ponto de vista do carácter como das aptidões, para os quais está talhado um ensino igualmente indiferenciado, de aspecto por tanto geral, facto êsse em que se pensa menos do que se deve.

3. Que na questão entre o ensino profissional e o ensino geral não se esqueça a importáncia nem dum nem doutro, seja qual fôr o modo de combinação que se adopte, nem que a vocações determinadas para certos trabalhos especiais se ramifique a aquisição dum quanto seguro de saber geral, conciliando o que os alemães chamam *Allgemeine Bildung* com a *Berüfliche Bildung.*

4. Que no saber geral estejam representados os elementos fundamentais da cultura: a sciência, a arte, a técnica, a reli-

gião (entre nós no ensino histórico e etnográfico), a moral, a organização social, embora em casos concretos diferentes, mas sempre em exemplos elementares e típicos, segundo a ideia pestaloziana.

5. Que a variedade dos estudos não degenere nunca em dispersão.

Limito-me aqui a essas indicações sucintas. Para quem deseje elucidar-se sôbre essas matérias, dou uma bibliografia, muito reduzida, mas suficiente, apontando só escritos que tive ocasião de ler, e que estão longe de compreender o que sôbre tais matérias tem chegado ao meu conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

Schiller (H.), *Der Studenplan* (Berlin, 1897). O autor, partindo das investigações sôbre a fadiga escolar e outros dados correlacionados, busca assentar as bases dum plano para a escola secundária.

Hanus (Paul H.), *A Modern School*. New-York, 1904. Vid. especialmente o cap. IX. *Graduate Testimony on the Elective System*, pp. 287–306.

Report of the Commissionner of Education. A principal fonte de informação relativa à educação nos Estados Unidos da A. N. Conheço parte dessa colecção, que não existe completa em nenhuma biblioteca de Portugal. O vol. I corresponde a 1867–68.

Genthe (Karl Wilhelm), *Das System der höheren Schulen Amerikas und der biologische Unterricht* em *Monatshefte für den naturwissenschaftlichen Unterricht*, VI, Bd. (1913). Vid. principalmente a parte intitulada: *Das Elektivystem und die Regelung des Unterrichts in die Colleges* (pp. 89–98). Foi principalmente pela influência do presidente Eliot, de Harvard, que o sistema electivo de estudos *(Elective System of Studies)* se propagou. «Êste sistema é, ao mesmo tempo, um grande bem e um grande mal »

Matthias (A.), *Bewegungsfreiheit in den oberen Klassen der höheren Schulen* em *Monatschrift für höhere Schulen*, V (1906), pp. 1–7.

Herz (W.), *Zur Bewegungsfreiheit*. Ibid., pp. 369–374.

Budde (G.), *Herbarts Stellung, zur Frage eines besonderens Unterrichts in der Philosophie und einer freieren Gestaltung des Unterrichts auf der Oberstufe der Gymnasien*. Ibid , pp. 435–440.

——— *Die «Bewegungsfreiheit» im Lichte der Pädagogik Pestalozzis*. Ibid., X (1911), pp. 578–583.

Engelmann (Karl), *Die Wahlfreiheit an den höheren Schulen der Vereinigten Staaten*. Ibid., pp. 584–588.

Wundram (Hugo), *Ein Beitrag zur freieren Gestaltung des Unterrichts auf der Oberstufe durch Gabelung der Primen*. Ibid , XI (1912), pp. 362–365.

Hornemann (F.), *Freiere Bewegung im Unterricht der Prima* em *Neue Jahrbücher für klass Philologie und Pädagogik* (1906), II Abt. XVIII Bd. 8 Heft. Hornemann, bem conhecido, como tendo sido há cêrca de 20 anos um dos acérrimos defensores da escola secundária unitária, cita um escrito de H. L. Ahrens *(Schulprogramm)* de 1857, em que é exposto o princípio do «movimento de liberdade».

——— *Fünf Jahre Bewegungsfreiheit in der Prima des Ratsgymna-*

siums (vormals Lyceum) zur Hannover em *Monatschrift für höhere Schulen,* XII (1913), pp. 225–230.

Petzold (J.), *Sonderschulen für hervorragend Befähigte.* Leipzig, 1905 (extraído dos citados *Jahrbücher*).

——— *Die Einwände gegen Sonderschulen für hervorragend Befähigte.* Nos citados *Jahrbücher*, 1911, II, p. 2 e à parte.

——— *Drei Thesen über Sonderschulen für hervorragend Befähigte* em *Deutsche Kongress für Jugendbildung und Jugendkunde,* II (Leipzig, 1912), pp. 68–74. Vid. a *discussão*, pp. 82–94.

Meyer (Bruno), *Sonderschulen für Begabte* em *Beilage zur Allgemeine Zeitung*, Munchen, 1905, n.^{os} 141–142.

Esenbach (N. von), *Zur Pflege des Genius* em *Monatschrift für höhere Schulen,* V (1906), pp. 426–429.

Stecher (Georg), *Zur Pflege des Genius.* Ibid., pp. 481–483.

Leyers (Dr. Franz), *Genie Schulen. Die Umschau,* XIV (1910), n.º 26.

Pressler (Otto), *Schulreform in Deutschland* em *Encyklopädisches Handbuch des Kinderschutzes und des Jugendfürsorge* (Leipzig, 1911), vol. II. Com bibliografia.

Singer (Ludwig), *Schulreform in Osterreich.* Ibidem. Com bibliografia.

Gobron, *La législation française relative aux enfants arriérés* em M. Nathan et H. Durot, *Les arriérés scolaires* (Paris, 1913), pp. 297–309.

Friedel (V.-H.), *Les institutions pour anormaux scolaires à l'étranger.* Ibidem, pp. 311–355.

Benda (Th.), *Die Schwachbegabten auf den höheren Schulen.* Leipzig und Berlin, 1902.

——— *Mass der Lehrpensen und Lehrziele an höheren Unterrichtsanstalten* em *Bericht über den I. Internationalen Kongress für Schulhygiene* (Nurnberg, 1904), II, pp. 6–36. O autor dá uma bibliografia muito útil, ainda qne muito incompleta.

Schwend, *Mesmo assunto do anterior.* Ibid., pp. 37–49.

Laquer (L.), *Die Schwachsicinigen in der höheren Schulen* em *Gesundheitswarte für die Schule,* 1904, n.º 2.

Lomer (G.), *Psychische Abnormitäten im Kinderalter* em *Die Umschau,* XI (1907), n.º 20.

Sonderklassen für höhere Schulen. Ibid., n.º 32.

Maennel (B.), *Vom Hilfsschulwesen.* Leipzig.

Petersen (J.), *Jugend Fürsorge,* 2 vols. Leipzig.

Kerschenstein (G.), *Grundfragen der Schulorganization, 3.º Auflage.* Berlin, 1912.

——— *Begriff der Arbeitsschule, 2.º Auflage.* Berlin, 1913.

Schmidt (O.), *Theoretische und praktisches Grundlage zur Ausgestaltung des Arbeitsunterricht* (Leipzig, 1912.

Grimm (L.), *Zur Ausgestaltung der Arbeitsschule.* Ibid. (1912).

Lehmann (R.), *Erziehung und Unterricht* (Berlin, 1912), pp. 179–189: *Kritische Betrachtung der Prinzipen der Arbeitschule.* Na expressão *Arbeitschule* não deve ver-se exclusivamente incluida a ideia de *trabalho* manual, mas de trabalho em geral, tanto o trabalho das mãos, como o trabalho do espírito. A oposição entre *Arbeitschule* e *Lernschule* quer dizer que na primeira se deve desenvolver a actividade própria do aluno, fazendo seguir a linha da sua *espontaneidade*, enquanto a segunda é a escola em que se ensina um saber morto, rotineiro, em cuja construção não toma parte o aluno, que procede passivamente. A *Arbeitschule* é um ideal, a *Lernschule,* tomada à letra, uma monstruosidade felizmente não existente, porque sempre na velha escola

se deixava mais ou menos campo à inteligência do aluno, e na moderna escola quantos alunos aparecerão como alguns fidalguinhos discípulos dum matemático célebre que decoraram o enunciado dos teoremas e pediam ao mestre que lhes desse a sua palavra de honra de que esses teoremas eram verdadeiros.

Na *Arbeitschule*, princípio, lei e prática, aplicação, aparecem estreitamente unidos; na *Lernuhule* aprendem-se os princípios pelos princípios, domina a abstracção; na *Arbeitschule* o ensino, sem esquecer o valor dos princípios, das leis é predominantemente concreto.

Os alemães distinguem *Arbeitschule* (no sentido indicado) de *Arbeitsschule* (com dois *ss*), que é a escola em que predomina o trabalho manual ou êste é, pelo menos, um número essencial do programa. Nesse sentido figura a expressão no título do seguinte periódico:

Die Arbeitsschule. Monatsschrift des Deutschen Vereins für Knabenhandarbeit und Werkunterricht und seine Landesverbände, herausgegeben von Dr. A. Pabst, etc. Leipzig, Quelle e Meyer.

O facto de que nalguns artigos dêste periódico vem a forma *Arbeitschule* mostra que as duas noções, aliás distinctas, tendem a confundir-se.

Kerschenstein assina três fins a cada escola pública, tanto à primária como à secundária, e em geral à de qualquer natureza, fins que compreendem todo o fim complexo da educação:

1. A formação para a profissão e a preparação para essa formação.
2. A moralização da formação profissional.
3. A moralização da colectividade, dentro da qual tem de se exercer a profissão.

Por mais importante que seja essa determinação, é certo que mostra mais uma vez o perigo de reduzir a fórmula muito condensada o processo complexo da educação.

Thesen zur Arbeitschule (dos Professores primários): *Zeitschrift für pädag. Psychologie*, XIII (1912), p. 177.

Deuchler (G.), *Der Grundgedanke der Arbeiterschulbewegung*. Ibid., XIV, p. 116.

I. *Deutsche Kongress für Jugendbildung und Jugendkunde*. Leipzig, 1912. 1. *Die Arbeitschule*. 2. *Intelligenzproblem und Schule*.

II. *Deutsche Kongress für Jugendbildung und Jugendkunde*. Ibid., 1913. 1. *Das Wesen der Bildung*. 2. *Die Schultypen*. 3. *Die Vorbildung auf die Lehramt*.

Êsses dois Congressos, celebrados, o primeiro em Dresden em 1911 e o segundo em Munich 1912 foram organizados pela Liga alemã da reforma das escolas (*Bund für Schulreform — Allgeimeiner deutscher Verband für Erziehungs — Unterrichtswesen*), em que se fundiram diversas sociedades de fins análogos e que por orgão principal tem a *Zeitschrift für Jugendwohlfahrt, Jugendbildung und Jugendkunde «Der Säemann»* (B. G. Teubner, Leipzig).

Os trabalhos principais do *Bund für Schulreform* publicados até ao presente, que eu saiba são as actas dos dois *Congressos* (n.os 4 a 6) e o n.º 1: *Forschung und Unterricht in der Jugendkunde. Erster Teil — Systematische Übersicht über die bestehenden Veranstaltungen* (Leipzig, 1912). A segunda parte com o título de *Kritisches und Programmatiches* creio que não veiu ainda a lume. Essa obra tem por autores os psicólogos Otto Lipmann e William Stern. As publicações especiais já feitas do *Bund für Schulreform* mostram, pois, que se busca dar às futuras reformas escolares uma base larga e segura no estudo da infancia e da adolescencia, tomado em sentido largo,

sem dúvida, mas tendo em vista em primeiro lugar as aplicações pedagógicas.

Um dos assuntos do Congresso de Dresden *O problema da inteligencia* na escola foi objecto duma publicação especial.

Stern (William), *Die psychologischen Methoden der Intelligenzprüfung und deren Anwendung an Schulkindern* (Leipzig, 1912).

Stern completa nela a bibliografia do assunto, dada por êle noutra obra, de caracter mais geral, até setembro de 1912. Essa obra é a seguinte:

Stern (William), *Die differentielle Psychologie in ihren methodischen Grundlagen* (Leipzig, 1911).

Offner (Max), *Die Geistige Ermüdung*. Berlin, 1910. Resumo crítico das investigações sôbre a fadiga escolar e sua apreciação, com bibliografia numerosa do assunto.

F. Adolfo Coelho.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 7, pag. 357)

Perdeu-se o manuscrito de Goethe, com a composição mais antiga do Fausto. Possuimos todavia sôbre o assunto duas indicações do poeta que condizem, e por onde se vê que Goethe, antes de escrever o seu poema, não fez um esbôço em prosa, como se supôs durante muito tempo, mas deu-lhe logo definitivamente forma em verso.

A primeira destas indicações é a mais importante, porquanto Goethe, a 1 de Março de 1788, refere na «Italienische Reise» que tinha consigo o velho manuscrito. São suas palavras testuais as seguintes: «Es ist noch das erste, ja in den Hauptszenen gleich so ohne Konzept hingeschrieben; nun ist es so gelb von der Zeit, so vergriffen, so mürde und an den Rändern zerstossen dass es wirklich wie das Fragment eines alten Kodex aussieht». A 10 de Fevereiro de 1829 diz a Eckermann sôbre o 1.º Fausto: «Escrevi-o em papel de cartas; não tinha uma única rasura, porque nunca escrevi um verso, sem ter a certeza de que estava correcto e ficaria».

Podemos afirmar que a cópia da dama de Weimar, salva por acaso, representa a primeira forma da obra; não possuimos, porêm, garantias seguras da sua integridade.

Fraülein von Göchhausen, a quem devemos o apreciável documento literário, teve a feliz ideia da cópia por uma das prelecções sôbre Fausto, com que Goethe nos primeiros anos da sua permanência em Weimar divertia a culta sociedade do paço. A côrte de Weimar, nessa data, era respeitada por toda a Europa: a ausência de etiqueta e pragmática contrapunha-se à vida de arte e simplicidade que unia poetas, artistas, e homens de estado numa comunhão de aspirações nobres e gozos delicados. Passava-se o tempo com a leitura de versos francêses e alemães; organizavam-se mascaradas de bom gosto; improvisavam-se scenas cómicas,

pequenas intrigas inocentes e divertidas, etc., etc. Havia um pequeno teatro no castelo, como em Versailles. Nêle alcançaram brilhantes triunfos alguns dos artistas mais afamados da Alemanha: Corona Schröter, cantora notável de Leipzig, Amelia Kotzebüe, o grande actor trágico Echhof; noutras representações, como por exemplo na «Iphigenie auf Tauris» entravam Goethe, Knebel, Musaeus e os próprios príncipes. A sociedade de Weimar era distinta e graciosa; a literatura tomava um caracter social, dava encanto novo e variado à vida banal de todos os dias; enfim era um meio superior pela sua elevação real, vigor, e produtividade.

É natural que Goethe nas suas prelecções utilizasse alguma cópia que contivesse pequenos fragmentos dispersos ou esboços de scenas incompletas, assim como nos parece crível, dada a sua bem conhecida preocupação de nada produzir incompleto, que Goethe se limitasse a ditar à zelosa dama o que expunha oralmente. No decorrer do seu trabalho Goethe não perdeu de vista a acção e o destino do herói, e nisto consiste a unidade do poema, embora falte um certo encadeamento entre as diferentes scenas. «Na verdade teria sido interessante dizia Goethe a Eckermann, querer prender a uma única ideia, como a um ténue fio que atravessasse todo o poema, scenas tão diversas e ricas pela sua vida e variedade como as que introduzi no Fausto. Recebi na minha alma impressões de múltipla e complexa natureza; como poeta competia-me dar-lhes forma artística, dispô-las em quadros, sem tratar de as encadear entre si». Proclama o princípio de que o poeta deve reproduzir imediatamente as impressões que recebe. Todas as poesias devem ser poesias de ocasião (Gelegenheitsdichtungen).

O caracter do herói do Urfaust não sofreu muitas variantes até à forma definitiva da tragédia. Fausto tenta resolver problemas que ultrapassam a sua clara inteligência; com todo o ardor aspira ao conhecimento do universo (Weltwesen); pretende dominar as forças que pairam sôbre o céu e a terra. É um espírito curioso, investigador, tenaz; procura atingir a verdade por dois caminhos diferentes: o gôzo e acção.

O seu coração palpita agitado, sob o talar de professor; de temperamento sensível não resiste à primeira paixão que o assalta e quási sucumbe como Margarida. Mas a sua vontade enérgica anima-o e consola-o no auge do desespêro. Goethe neste ponto não pediu a inspiração à lenda: o Fausto lendário não fortifica a vontade na luta pela vida, sempre mais tormentosa e agitada; dispende a energia, o melhor do

seu esforço e inteligência em especulações estéreis, divagações inúteis, bruxarias ridículas, gracejos zombeteiros, etc. A idade média não podia tirar partido da aliança com o demónio, porque para a lógica do povo cristão o destino do herói não podia ser outro: ou condenação pelos seus graves pecados, ou salvação por um arrependimento sincero. O pacto com o espírito do mal devia receber nova interpretação. Era preciso pôr de parte as crenças tradicionaes e salvar o herói. O fim que êle se propõe é digno de recompensa: alcançar o soberano bem, a sciência absoluta que há-de tranquilizar-lhe o espírito febril, e a felicidade infinita que dará paz a uma alma perturbada.

Fausto, pela superior energia moral que desenvolve, preocupado exclusivamente com o seu aperfeiçoamento, ávido de luz e verdade, representa um nobre ardor e um belo ideal. O mesmo sentido deram ao pacto todos os poetas que se ocuparam do assunto — Lessing, o pintor Müller, e Lenau, que pouco depois da morte de Goethe publicou em 1834 um poema, completamente original, apreciável pela beleza da forma e variedade do rítmo, que seria uma obra prima, se o Fausto de Goethe não existisse. O assunto de Fausto tornou-se, como diz Bossert, um quadro em que os poetas e filósofos da Alemanha vinham por turnos expôr o resultado das suas reflexões e sonhos arrojados. Não se podia admitir que um espírito superior sacrificasse a salvação eterna, se aniquilasse depois da morte, a trôco dos prazeres e alegrias do mundo, sempre fugazes e incompletas, ou melhor subjectivas, condicionadas, e variaveis com o temperamento de cada um. O que um indivíduo suporta com coragem estoica é para outros desgraça irreparável.

Não queremos dizer que o Fausto da tragédia não se aproxime por vezes do Fausto lendário, sobretudo nas scenas do Auerbachs Keller, Trüber Tag. Feld, mas o que na antiga lenda constituia o centro da acção, está reduzido no drama de Goethe à categoria de pormenores de somenos importância. O afastamento de Deus correspondia na idade média ao aniquilamento individual. (Selbstvernichtung). Pelo contrário, o Fausto de Goethe representa a afirmação da personalidade (Selbstbehauptung); serve-se de Mefistófeles apenas como instrumento auxiliar na solução das dúvidas que o atormentam; não pode escapar à sua maldita influência, mas nutre sempre por êle o mais profundo desprêzo e o mais vivo ódio.

Transviado no caminho das trévas e do erro, aspira inces-

santemente à posse da luz e da verdade. Na lenda a alma de Fausto pertence a Mefisto incondicionalmente, como recompensa dos serviços prestados. No pacto com o demónio, o Fausto de Goethe, como êste escreve a Sulpício Bessoirée em 30 de Agosto de 1815, impõe uma condição imprescindível: — a satisfação absoluta de todos os desejos e ideias, plena tranquilidade de espírito, libertação do pessimismo que o corroe e não lhes permite um momento de sossêgo. Mais ainda: o contrato não dá a Mefistófeles o direito de aniquilar Fausto. Para êle é que, realizados os seus supremos esforços, a existência não tem interesse; é carga inútil, sem razão de ser. Quando a sua personalidade deixa de se afirmar, renuncia à vida de bom grado.

Ainda que Fausto, tendo criado uma terra nova, um país florescente, se sinta satisfeito, aspira a regiões mais elevadas, goza antecipadamente com a lembrança de que a sua memória será evocada com respeito pelas gerações vindouras, pelos serviços prestados à humanidade. Assim diz:

«Im Vorgefühl von solchem hohen Glück,
Geniesse ich jetzt den höchsten Augenblick».

Mefistófeles conhece e define bem o caracter do infeliz doutor, quando exclama:

«Ihm sättigt keine Lust, ihm g'nügt kein Glück,
So buhlt er nach wechselnden Gestalten».

Na solução final está a originalidade e o alto alcance moral da obra de Goethe. Da significação do contrato deduz-se o caracter de Mefistófeles. Tudo o que impede a afirmação da individualidade, como uma espécie de contraste e ironia entre as nossas vastas concepções e as nossas obras mesquinhas, entre os nossos desejos ilimitados e a nossa felicidade incompleta, como representação da imperfeição humana, se concentra na vontade do demónio. Goethe, ao fazer de Mefisto um dócil criado de Fausto, reduz nêle o elemento fantástico, em benefício da observação moral e da verdade nos mistérios da idade média, como na obra de Klopstock ou de Milton o caracter do demónio era ao mesmo tempo pesado e ridículo; o de Goethe é mais mundano, mais humano; na sua progénie entraram Goethe, Herder, e Merck, ponto êste que adeante trataremos com mais desenvolvimento. O diábo

com o trajo de cavaleiro hespanhol, como começou a ser representado em scena a partir do século XVIII, aproxima-se muito mais do mundo real que no antigo hábito de monge. E a verdade e encanto desta personagem proveem de que existiam modêlos vivos, aos quais Goethe foi tirar os traços da sua fisionomia física e moral. Ao mesmo tempo que pinta o humor sarcástico e senso prático de Herder e Merck, Mefisto representa metade da natureza de Goethe, o seu espírito calculista e irónico, frio, e também por vezes egoista. O seu poder é limitado; não tem na terra jurisdição absoluta; não pode prescutar-lhe todos os segredos e não suporta a vista da cruz. Como função principal pertence-lhe satisfazer a Fausto os prazeres mais extranhos:

«Wenn nicht das süsse junge Blut
Heute nacht in meinen Armen ruht,
So sind wir um Mitternacht geschieden!»

O próprio Fausto considera Mefisto um simples enviado do espírito da terra. As relações entre êste e Mefistófeles são admissíveis, desde que se compreenda a significação e o caracter do Erdgeist. Aos olhos do artista, do evocador da lenda, o Erdgeist é um demónio; é êle que dá a Fausto Mefistófeles. A princípio aparece sob uma forma repelente, mas, em virtude da simpatia profunda do poeta pela natureza e pela terra, converte-se em espírito sublime e divino, «welcher der Gottheits Kleid webt».

Goethe conhecia o *Archaeus terrae* dos alchimistas. Os filósofos naturalistas do século XVI sustentavam que em todos os astros havia um espírito, e assim a terra possuia também o seu, — o *Archaeus terrae* — que é a fonte produtora de toda a vida e força. O círculo de acção do Erdgeist é mais ampliado ainda por Basílio Valentim; a seu vêr é êle que dá força e nutrição aos animais e plantas, e assim produz a grande e contínua evolução do mundo terrestre. O espírito da terra é a origem produtora da força criadora da natureza e também da actividade humana, da história, etc. Esta força toma com as condições do meio sempre formas novas:

.....
«Geburt und Grab,
Ein ewiges Meer,
Ein wechselnd Weben
Ein glühend Leben».
.....

Mefisto pode muito bem representar uma das manifestações do Erdgeist. Deus julga o mal imprescindível na organização do mundo, pois é *conditio sine qua non* do bem.

A negação de Mefistófeles é passageira; significa um obstáculo à realização dos nossos desejos, que à custa de muitos esforços se consegue remover. Fausto pode evocar o espírito, mas bem depressa sente-se esmagado por aparição tão sublime; insistindo em conhecê-lo mostra-se um ser susceptivel de aperfeiçoamento, que deseja experimentar tudo o que é humano, — alegrias e desgostos, bens e males.

Num momento de audácia, precipita-se no turbilhão do mundo, quer gozar a vida com todas as sensações de dôr e prazer, amargura e voluptuosidade.

Há aqui um pensamento tão profundo como brilhante. O drama é no conjunto a aprendizagem da vida. O homem deve estudar a natureza, aprender a conhecê-la, e pela dura experiência da vida pautar a sua norma de proceder. Por outras palavras exprime Goethe as mesmas ideias no romance «Wilhelm Meisters Lehrjahre»: o dever do educador não é afastar o homem do erro, mas conduzir o que erra, e fazer-lhe experimentar o mal, para que êste o conheça e assim racionalmente o possa evitar».

Neste ponto, como aliás em muitos outros, sofreu Goethe a influência de Rousseau. No Emílio, proclama o grande pintor da natureza, com a sugestiva eloquência que lhe é característica, a liberdade física e moral, base imprescindível da educação. É preciso que a criança aprecie desde comêço a independência, detestando o prazer do mando e a escravidão, como igualmente servis.

Necessário é tambêm que sinta cedo o jugo da necessidade, mas veja esta necessidade nas cousas e nunca no capricho dos homens. A punição será assim a consequência natural da falta. Por isso nada de evitar que Emílio se fira; seria perigoso que, ao entrar na vida, não conhecesse a dôr: não é por ventura o sofrimento a primeira cousa que se deve aprender? No meio de inúmeras utopias Jean Jacques tem maneiras de vêr muito originais, sãs, e profundas. O seu programa de educação resume-o nas palavras seguintes: «Au lieu de le laisser croupir dans l'air usé d'une chambre, qu'on le mène journellement au milieu d'un pré. Là qu'il coure, qu'il s'ébatte, qu'il tombe cent fois le jour; tant mieux: il apprendra plus tôt à se relever. Le bien-être de la liberté rachète beaucoup de blessures. Mon élève aura souvent des contusions; en revanche il sera toujours gai».

Goethe reconhece incapacidade manifesta em atingir o verdadeiro conhecimentò, sem deixar o abafado quartò em que vegeta sem luz e ar, os livros poeirentos e áridos da sciência do passado, e precipitar-se na vida que deseja sentir em todas as formas, bôas ou más. Ao voltar de Leipzig mostra simpatia decidida pelas doutrinas panteistas e com grande calor defende os princípios de Giordano Bruno: «L'uno, l'infinito, lo ente e quello che è in tutto e per tutto, anzi è l'istezzo Ubique». Como êle, Goethe identifica Deus e o universo. Tambêm Hegel fez desta harmonia um dos axiomas do seu sistema: «Deus não é outra coisa senão a revelação constante da ideia do progresso, realizada pela acção do homem na história».

O pensamento expresso pelo autor do Fausto, — «Die Natur ist der Gottheit lebendiges Kleid» — é a reprodução das palavras de Bruno: «Separatim de Deo et natura rerum disserere difficile et periculosum est, eodem modo quam si de corpore et anima sejunctis cogitamus; animam non nisi mediante corpore, Deum non nisi perspecta natura cognoscimus».

Na marcha incessante do seu espírito, Goethe chega ao panteismo naturalista, de que estão impregnadas vivamente as páginas sentimentais do Werther. Ora contempla a natureza com receio, sentindo-se amesquinhado perante a sua grandeza, ora a adora com respeito religioso, venerando tudo que ela contêm, grande e pequeno. O seu interesse não é grosseiro; repousa no conhecimento de que em todos os fenómenos se manifesta a divindade, que Goethe identifica com a natureza.

Quando pensou fazer do Fausto o repositório das confissões da sua vida íntima, viu logo a necessidade de remodelar a lenda por completo. O herói lendário era fraco e obscuro; faltava-lhe vontade e iniciativa; tinha um cunho pessimista bem acentuado. Goethe, vivendo numa época em que eram dominantes as doutrinas de Leibnitz e Descartes, considera o mal como simples correctivo ou complemento do bem. Êste é que tem existência positiva; a vitória deve pertencer-lhe por consequência.

Como representante das forças produtoras da terra e de todos os seus fenómenos aparece o Erdgeist. Tanto no Urfaust, como no drama definitivo, o espírito da terra realiza logo na primeira scena a sua missão por completo, afastando Fausto da sciência dos livros e dirigindo-o a caminho da vida.

Com os recursos poéticos de que dispõe, Goethe eleva o Erdgeist a um plano superior, e conquanto não torne mais a aparecer, continúa a exercer sôbre Fausto grande influência, que se faz sentir por intermédio de Mefistófeles.

De todos os fragmentos que constituem o Urfaust, nenhum tem desenvolvimento tão grande como a «Gretchentragödie», quando Fausto se deixa arrastar para os prazeres vulgares e sente a necessidade de novas provocações que lhe despertem os sentidos já um tanto embotados pelo vício. Resgata porêm as suas faltas, ao esforçar-se por salvar Margarida com risco da própria vida, e assim mais uma vez se aproxima das forças superiores e criadoras do universo. Goethe não carecia de ampliar tanto êste sublime episódio, para pintar as paixões desordenadas e revoltas do herói. Quiz, todavia concentrar numa criatura encantadora e meiga as recordações saudosas de amores efémeros da sua juventude agitada, fundindo em Gretchen, criação das mais elevadas e populares da poesia moderna, o que de mais puro e atraente encontrara nas simples donzelas que prestaram ingénuamente crédito aos seus falsos protestos de fidelidade eterna. Inútil e improfícua nos parece a discussão sôbre os modêlos que inspiraram Goethe.

A imaginação poética do grande artista soube fazer da simpática Margarida o tipo da inocência e candura feminina; soube transformar em grande tragédia uma história tão trivial — *a sedução de uma pobre rapariga.*

A scena do cárcere e da loucura é das mais empolgantes: o amor de Margarida, o remorso do crime cometido num momento de alucinação e desvario, e a sua morte são pintados com as côres mais verdadeiras, de ternura e patéticas. Shakespeare, o grande conhecedor da psicologia humana, não excede Goethe na criação dos tipos imortais de Ofelia e Desdémona.

Outros motivos havia ainda que levaram Goethe a tratar o assunto com mais minúcia. Advogava-se com todo o calôr e entusiasmo a necessidade de alterar a velha e bárbara legislação, que na maior parte dos países alemães punia o crime de infanticídio com a pena de morte, executada com requintes odientos de crueldade inquisitorial. Já vários poetas e homens de sciência tinham explicado e atenuado em parte a frequência de tais crimes, pela situação desgraçada em que ficavam as pobres mães sem recursos, abandonadas pelo infame sedutor, sem coração e consciência, e olhadas com desprêzo e repulsão pela sociedade egoista e hipócrita. Mar-

garida é simplesmente vitima da sorte, do destino; praticou o infanticídio sem a consciência de que cometia uma baixa acção. Por isso, ao vê-la alucinada, perseguida contínuamente pelos espectros das vítimas da morte, do suplício e da sepultura, resistindo às insistentes solicitações de Fausto para que fuja, ninguem deixará de perdoar-lhe e desejar a sua salvação.

O Urfaust faz-nos assistir ao desenrolar da acção, desde o primeiro encontro dos infelizes amantes em frente da catedral, até à morte de Valentim. O assassínio dêste está já planeado, como mostra o monólogo de entrada; mas falta ainda a sua realização.

Na scena da igreja transparece já o estado agitado do espírito de Margarida, preocupada com o presentimento das desgraças que a esperam. Seguem-se as scenas «Trüber Tag. Feld» «Rabenstein. Kerker». Goethe tem todo o cuidado em ocultar pormenores relativos aos crimes e à loucura de Gretchen e à sua condenação e morte. Ao mesmo tempo que sabe aliar o horror à piedade, os sentimentos grosseiros aos delicados, acauteladamente evita as scenas sangrentas e horríveis do teatro shakespeariano, que não podiam agradar ao público da época.

A sombra da desgraça e do crime não empana a candura de Margarida, a despeito de tudo sempre boa e pura. Todas estas passagens do drama, pela impetuosidade da acção e verdade dos caracteres, teem um cunho de sinceridade e paixão, em que se revela uma experiência fresca e recente. O amor pela côr local, a que os românticos davam o expressivo nome de cromofilia, o admirável poder de caracterizar, frescura de imaginação, profunda sensibilidade, simplicidade no dizer, qualidades estas que fazem o encanto das canções populares de Goethe, encontram-se brilhantemente representadas na «Gretchentragödie».

Com os recursos do seu poderoso talento, alia íntimamente o sublime e o grotesco, e contrapõe aos amores romanescos e comovedores de Fausto e Margarida a sensualidade vulgar e baixa de uma velha devassa, Marta, que se defronta com a ironia e dialéctica do espírito superior, mas cheio de malícia, de Mefistófeles. O valor estético da scena está nos contrastes dos caracteres.

O episódio de Helena da segunda parte pertence, segundo a própria confissão de Goethe, às suas concepções mais antigas. As palavras que Mefisto dirige a Fausto «Her zu mir» fazem pressentir as novas e desmedidas aspirações do doutor,

cujo espírito se revolve em luta porfiada e contínua consigo mesmo. Fausto, ao lançar-se na torrente tempestuosa da vida e da acção, procura no gôzo outra forma de existência animada e actividade incessante. Margarida, mais ainda do que a sombria heroína grega, despertará em Fausto os desejos da carne, obrigando-o a desenvolver esforços sobrehumanos e a encontrar estímulos fortes com que possa expandir a sua energia e satisfazer es desejos mais extravagantes. A Francfort sobretudo foi Goethe buscar os motivos principais do tocante episódio trágico da sua obra. A simplicidade de Margarida é própria das raparigas dos pequenos meios. As scenas populares em que descreve os comentários e a maledicência das vizinhas sôbre as vidas alheias. são dum realismo tão evidente, que julgo não errar, afirmando que o poeta pensava na sua terra natal, na franqueza e bondade não raras em gente inculta, ainda não pervertida pelos vícios da grande sociedade, e no confôrto e aninho de certas casas, onde tudo respira ordem e inocência. A vida de Margarida é modêlo de simplicidade. Pertence a uma família de mediana condição; a morte do pai obriga-a a um trabalho insano que ela gratamente executa, ajudando a mãe na afanosa tarefa doméstica, e velando com ternura e cuidado pela irmãzinha recêm-nascida. A mãe, em extremo religiosa, é severa, impertinente, «gar zu genau»; impõe-se mais pela autoridade do que pelo conselho e amor. Margarida desabafa as suas máguas com a vizinha Frau Schwerdtlein, mulher devassa, de sentimentos baixos, que sabe com falsas aparências iludir a boa fé da honesta e simples rapariga. Gretchen, inexperiente, ingénua, e desconhecedora do mundo, deixa-se seduzir pelo saber, espírito, e eloquência simpática de Fausto, e impressiona-se vivamente, ao encontrá-lo pela primeira vez na rua à saída da igreja, onde fora como crente sincera receber absolvição para as suas leves e inocentes faltas. A princípio a ousadia dêsse homem desconhecido amedrontou-a, mas pouco a pouco as suas palavras amáveis lisongeiam-na; a voz do sedutor desperta lhe desejos ignorados, e por fim, vencidos os escrúpulos da consciência, abandona-se com terror nos braços do amante, pressentindo as catástrofes que a hão-de afundar no abismo do vício. Não pode recuar já; sem as delícias do amor a vida seria para os dois fardo insuportável: «Ihr Ende würde Verzweiflung sein».

Desde o dia em que pela primeira vez não soube resistir às tentações de Fausto, começa para a pobre creatura uma vida de tribulações e sofrimentos. O remorso do crime per-

petrado, a perda da honra, da mãe e do filho, não mais lhe permitem um momento de repouso e tranquilidade. Na sua boa fé, para evitar a vigilância da mãe, ministra-lhe uma droga, preparada por Mefisto, que a mata; alucinada, para ocultar a sua miséria moral, afoga o ente que lhe era mais caro; o irmão é assassinado por Fausto quando pretende lavar com sangue a honra maculada da honesta família, e ao morrer amaldiçôa Margarida, injuriando-a com os epítetos mais grosseiros. Na catedral a música sagrada, os graves e austeros sons do órgão, os cânticos religiosos, as altas abóbadas do templo que inspiram devoção e recato, ainda mais a comovem. Julga ouvir vozes misteriosas que a acusam de seus crimes hediondos. Fausto não pesa menos que Margarida a gravidade da sua conduta; apesar disso falta-lhe a coragem, para abandonar o quarto da amada, e procura nos seus carinhos lenitivos para tão grande desgraça. Pela scena «Trüber Tag. Feld» sabe-se que Fausto, depois da morte de Valentim, fugira da cidade; cái de novo sob o jugo de Mefisto que lhe faz esquecer a situação angustiosa de Gretchen.

Mas, ao conhecer por fim a sorte de Margarida, a sua única preocupação é salvá-la. Em corséis fantásticos os dois companheiros passam junto da forca, onde pairam inúmeras bruxas, ávidas do sangue que o algoz deve derramar na manhã seguinte. A scena final do Urfaust é sublime: Margarida, louca e desvairada, não esquece o mal que cometeu; aceita o justo castigo dos seus crimes, repelindo a mão salvadora de Fausto. Prefere morrer e assim alcançar, depois de martírios tão dolorosos, a expiação e perdão de seus pecados. Faltam ainda as palavras dos anjos «Ist gerettet»; não pode, porém, haver a mínima dúvida de que o sofrimento a rehabilitou e purificou. A justiça divina não pode ser menos complacente que a justiça humana; em consciência todos a absolveram, conquanto a autoridade em nome da lei a condenasse.

*

Esboçado o assunto do Urfaust e indicado o lugar que nele teem as impressões e lembranças do poeta, continuemos a história da composição da obra.

A 7 de novembro de 1775 chegou Goethe a Weimar; o seu génio em pouco tempo havia de dar brilho incomparável à vida da côrte. Logo no fim do primeiro mês comunicava

em carta a sua irmã o conde Frederico Leopoldo de Stolberg que Goethe lera em Weimar o seu Fausto «halbfertig» que impressionara profunda e agradàvelmente as duquezas Amélia e Luiza. Duma segunda prelecção e dos entusiásticos aplausos que o poeta recebeu nos primeiros dias do ano de 1776, fala-nos Wieland na poesia «Psyche» e no engraçado trabalho «Goethe und die jüngste Niobetochter». Outro poeta menos conhecido da sociedade de Weimar fala assim de Goethe numa poesia da mesma data:

«Paradiert sich drauf als Doktor Faust,
Dass 'm Teufel selber vor ihm graust.»

Sabemos também com segurança que Fausto foi lido em casa de Herder e do príncipe Carlos Augusto.

Numa sessão de homenagem a Goethe, no dia dos seus anos, ouvem-se de todos referências elogiosas ao drama que a côrte esperava com impaciência. Com graça, no seu relatório sôbre a animada récita, diz o príncipe a respeito do Fausto: «Ein Stück des Namens eines Stückes von einem Stücke, welches das Publicum immer nur als Stück zu behalten leider befürchtet».

Não possuímos mais indicações que nos levem a crer que Goethe, nos primeiros dez anos da sua estada em Weimar, continuasse a trabalhar no Fausto.

No tempo em que lhe germinava no cérebro a ideia de Ifigénia e Torquato Tasso, as audácias apaixonadas de Werther e Fausto cediam o lugar a uma maneira de ser mais tranquìla e regular. As novas experiências duma existência mais calma, e a dedicação e respeito submisso por Carlota de Stein amenizaram e temperaram-lhe o caracter, fazendo suceder ao arrebatamento dos anos juvenís nova idade, em que trabalha com maior segurança e firmeza.

Em 1786, no mesmo ano em que apareceram os fragmentos dispersos do Fausto de Lessing, antes da sua partida para a Itália, o país clássico da beleza e do gôsto, levou a cabo, com o auxílio de Herder e Wieland, a revisão das suas obras, de que publicou edição completa. Ao anunciar essa edição prometia para o sétimo volume o «Faust, ein Fragment».

Desejava contudo coucluir outros trabalhos começados, pois mostrou sempre repugnância em produzir qualquer escrito incompleto e fragmentado. Queria também assinar, por assim dizer, um pacto com o passado, antes de enveredar

por caminho diferente. Ao chegar a Itália, Ifigénia recebeu, em harmonia com a nova orientação do seu espírito, forma definitiva em verso. Goethe, que naquela data se dedicava ao estudo das artes plásticas, aplicando-se com igual zêlo ao desenho e à pintura, viu em Bolonha, segundo ele refere, uma santa Agata, figura fresca e virginal, nobre sem frieza, que se atribuia a Rafael. Não mais se lhe desvaneceu da memória a imagem da santa; prometia ler-lhe mentalmente a peça e consultá-la de algum modo sôbre as palavras que a heroína havia de dizer. A 10 de janeiro de 1787 envia o drama em verso aos amigos de Weimar, e poucos meses depois, em setembro do mesmo ano, termina o Egmont.

A viagem a Itália rejuvenesce-lhe o talento; aumenta-lhe o desejo de produzir. Assim pensa concluir Tasso e Fausto, embora reconheça não ser a Itália com os seus encantos naturais, belezas artísticas e atractivos de toda a ordem, o meio mais próprio para o inspirar na elaboração de scenas apaixonadas e dolorosas. Os benefícios da estada de Goethe em Itália foram acentuados: adquire mais ponderação, serenidade, gôsto pela vida, ao mesmo tempo que se aperfeiçôa pelo conhecimento dos antigos. A 11 de agosto de 1787 escreve a Carlos Augusto: «Es ist eine Rekapitulation meines Lebens und meiner Kunst, und indem ich gezwungen bin, mich und meine jetzige Denkart, meine neuere Manier, nach meiner ersten zurückzubilden, das was ich nur entworfen hatte, jetzt auszuführen, so lerne ich mich selbst und meine Engen und Weiten recht kennen. Hätte ich die alten Sachen stehen und liegen lassen, ich würde niemals so weit gekommen seyn als ich jetzt zu reichen hoffe». Que Goethe tencionava incluir o Fausto na edição das obras que começou a publicar, atestam-no as seguintes palavras escritas de Roma em 1788: «Tracei o plano de Fausto e estou em crer que nesta operação alcancei o melhor êxito. Concebe-se sem dificuldade que é cousa diferente terminar agora a peça ou tê-la concluido há quinze anos. Espero que nada perderá, porque julgo ter encontrado o fio da acção. Não estou descontente com a impressão do conjunto. Acabo de compôr uma scena e creio que, se o papel em que escrevi estivesse tão amarelo como o restante, ninguêm seria capaz de a separar das outras. Longo repouso e vida retirada fizeram-me voltar do que constitue o fundo do minha natureza, e com admiração noto que fiquei semelhante a mim mesmo e que a minha maneira de ser íntima pouco se ressentiu no decorrer dos anos». A scena a que Goethe alude, é a

da «Hexenküche» escrita na vila Borghese em Roma, no ano de 1788».

Goethe, querendo continuar o Fausto, reconheceu que a acção do poema necessitava de novos episódios. O herói do drama, ao ser tentado pelo amor, precisa de fortificar as suas fôrças e vigorizar as energias inútilmente perdidas.

Para esse fim, Mefisto ministra-lhe uma beberagem mágica, o elixir da longa vida, que as bruxas preparam com ingredientes exóticos em seus impenetráveis antros. A scena referida, romântica e bizarra, escrita numa data em que o poeta mais tendia para o estilo clássico, mostra claramente a alta capacidade, poderosa imaginação, e poder criador do seu grande talento. O monólogo de Fausto na scena «Wald und Höhle» foi composto em Roma. Voltando a Alemanha, ocupa-se do Torquato Tasso, e, quando em 1790 quís fazer aparecer o Fausto, contenta-se em dispôr umas após outras as scenas já concluídas que deu ao público, como um fragmento. O fragmento separa-se do Urfaust pela ausência completa de prosa e do epílogo. Termina com a scena da catedral; não obstante é um tanto mais extenso. Consta de 2133 versos, pouco menos de metade da primeira parte do drama completo que compreende 4259, e a scena em prosa «Trüber Tag». Remodelou totalmente a «Schülerszene», banindo as baixas discussões cómicas sôbre o modo de vida dos estudantes, costumes grosseiros dêstes e dos professores, mas em compensação acrescenta a crítica mordaz feita à filosofia e medicina a da jurisprudência e teologia, e assim as quatro faculdades e todo o ensino obscuro e pedantesco das universidades alemãs sofrem o ataque rude e irresistível da ironia profunda de Goethe. A scena «Auerbachs Keller», até então em prosa, recebe forma em verso. Fausto não mais desempenhará funções de mágico; esse papel pertence a Mefisto. O diálogo entre o doutor e o seu companheiro, que primitivamente estava antes do monólogo de Valentim, vem junto à nova scena «Wald und Höhle», e esta é inserida antes da scena «Am Brunnen». Entre a scena de Fausto no seu gabinete de estudo e Auerbachs Keller, colocou Goethe outra mais curta, onde se anuncia a viagem que Fausto se propõe fazer pelo mundo, na sua aspiração ardente para a natureza e para a vida.

Falta a aliança com Mefisto, a conclusão do pacto, e apenas um pequeno fragmento de cem versos preenche em parte a grande lacuna que se estende desde a saída de Wagner até à entrada do aluno.

Logo nos primeiros versos do fragmento se definem as ideias elevadas de Fausto:

«Und was der ganzen Menschhreit zugeteilt ist,
Will ich in meinem innern Selbst geniessen,
Mit meinem Geist das Höchste und Tiefste greifen,
Ihr Wohl und Weh auf meinen Busen häufen,
Und so mein eigen Selbst zu ihrem Selbst erweitern,
Und, wie sie selbst, am End'auch ich zerscheitern».

Esta ideia, que Goethe também exprime no «*Wilhelm Meister*», desenvolve-a Wieland num dos seus romances — o «*Agathon*». Agathon é um exaltado que a experiência corrige. Educado junto do santuário de Delfos, só ouviu em criança narrativas de prodígios, que toma como realidade. O primeiro passo na vida desvanece-lhe uma por uma todas as ilusões. O filósofo Archytas mostra até que grau de sabedoria e virtude o homem pode elevar-se; faz-lhe ver a acção que as circunstâncias exercem na nossa maneira de pensar, nos actos bons e maus, no nosso bom senso e loucura; faz-lhe compreender que a melhor escola de virtude é a experiência, o sentimento das próprias faltas, um esfôrço constante sôbre as nossas pessoas, enfim, bons exemplos e a sociedade de homens experimentados pela vida.

O que Fausto pretende não é abranger a sciência morta dos livros, mas pela experiência universal, corrigir a sua exaltação sonhadora em procura de equilíbrio para as suas tendências de harmonia com as suas faculdades. Numa palavra, a unidade da vida será o ideal que procura realizar.

Por uma ambição desmedida, por esse esfôrço sobre-humano e contínuo, cái no poder de Mefistófeles, a cuja acção funesta não consegue escapar. O programa da viagem pelo mundo é arrojado: quer conhecer não apenas o mundo, o *microcosmos,* a terra e o homem mesquinho na sua composição física e intelectual, mas todo o universo — o *macrocosmos,* na sua grandeza magnificente.

A primeira tentativa do mensageiro do espírito do mal em arrastar Fausto para o caminho do vício não surte o efeito esperado. Êste, ao presenciar a vida desregrada dos estudantes, que consomem a existência no meio da crápula mais abjecta e vergonhosa, afasta-se enojado da taberna de Auerbach.

Mefisto não desanima; não desiste de seus intentos maléficos. O corpo de Fausto, alquebrado pelos anos, está já insensível às excitações voluptuosas das carícias femininas.

Pouco importa; dentro em pouco, com o elixir da vida, os apetites adormecidos romperão com violência indomável.

Na antiguidade greco-romana recorria-se com frequência a esses meios, aos afrodisíacos, que em troca de prazeres momentâneos arruinavam a saude. Era a arte dos feiticeiros tessálicos, complicada com a magia. De mistura com superstições grosseiras vamos encontrá-la em escritores como Plínio e Ovídio.

Em vão tenta Fausto refriar as suas paixões desordenadas, mas por fim, para o que não pouco contribui a ironia do diabo, que em sátira mordaz ridiculariza o desgraçado doutor pela admiração exclusiva das belezas naturais, cede à tirania do instinto que perturba o raciocínio e paraliza a resolução. No fragmento falta por completo Valentim; tambem a scena do cárcere que parecia a Goethe, pela sua naturalidade e energia, destoar um pouco das outras, como escreve a Schiller em 5 de maio de 1798, ainda não recebera a forma poética.

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 7, pag. 364)

CXVI

MARCOS (ISAC)

Ourives em Guimarães, a quem foi passada carta para poder andar em besta muar de sela e freio.

«Dom Afonso, etc. Carta de Isaque Marcos, ouriuez de Gimaraẽs, que ande em besta muar de sela e freo, sem embargo da ordenaçom, etc. em forma dada em Santarem xbij dias de n.º per autoridade do senhor Ifante dom P.º regente etc. R.º Anes a fez ano do Senhor de mil iiij^{c}Rj» (1).

CXVII

MARTINS (AFONSO)

Ourives existente em Lisboa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

Ao mesmo se refere com toda a probabilidade uma carta de D. Afonso V, assinada em Tanger a 9 de setembro de 1471, pela qual o isentou do pagamento de jugada e outros tributos que recaissem sôbre quaisquer bens que tivesse na vila de Almada, isto sem embargo da carta dada a D. Filipa, sua muito amada e presada prima. A mercê foi feita em aten-

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 97.

ção aos serviços por ele prestados na tomada de Arzila e de Tanger.

«Consirãdo os muitos seruiços que nos A.º Mīz, ouriuez, nosso vassallo, morador em a nossa cidade de Lixboa tem feitos na tomada da nossa villa dArzilla, e da nossa cidade de Tanger, não seja constrangido de pagar jugada nem oytauo de pam nem de vinho nem de outra nenhũua cousa que aja dos beẽs que elle tem em a villa dAlmada e seu termo, e isto sem embargo da carta que temos dada a dona Felipa minha muito preçada e amada prima seer em contrario. Dada em Tanger ix de setembro de ¯iiiiᶜlxxj» (1).

CXVIII

MARTINS (AFONSO)

Ourives. A 10 de dezembro de 1534 foi passada uma carta de privilégio na forma costumada a sua viuva Catarina Dias.

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta vyrem faço saber que por parte de C.ⁿᵃˢ Diaz, molher que foy dA.º Mīz ouryuez, me foy apresentado huũ meu aluara per mim asynado e pasado per minha chancelaria, do qual o teor delle de verbo a verbo he o seguynte: «Nos elRey fazemos saber a uos nosso apousentador moor e de nossa corte e oficiaes dapousentadorya desta nosa cydade de Lixboa, que a nos praz, avendo respeito aos seruiços que A.º Martinz, ouriuez que D.ª perdoe, tem feitos a elRey meu senhor que santa glorya aja, que não seyã tomadas dapousentadorya as casas que C.ⁿᵃˢ Diaz, sua molher tem nesta cydade. Noteficamosvollo asy e vos mamdamos que asy o cumpraes e façaes comprir e lhe não tomes nem consyntaes serem tomadas suas casas dapousentadorya porque asy o avemos por bem per o dito seu marido asy o ter per hum aluara do dito senhor feito em Lixboa a xb dias de dezembro — Amtonio Paez o fez de myll bᶜxxij, e este pase pella chancellaria.» Pedindome a dita C.ⁿᵃˢ Diaz por merce que lhe comfyrmase o dito aluara em carta por lhe durar mais dano e dia, e visto per mim seu requerymento, querendolhe fazer graça e merce, tenho por bem e lhe comfirmo e mando que se cumpra e guarde asy e da maneira que se nesta carta conthem — Ayres Fernandez o fez em Evora a x de dezembro de myll bᶜxxxiiij» (2).

CXIX

MARTINS (ALONSO)

Ourives. No dia 13 de dezembro de 1546 compareceu no Tribunal do Santo Ofício Jorge Vaz, ourives da prata, e disse

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 22, fl. 14.
(2) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 20, fl. 31.

que Alonso Martins, ourives de ouro, castelhano, gracejava da nossa religião (1).

CXX

MARTINS (GONÇALO)

Ourives, morador no Soveral, termo da vila de Algodres. Sentindo-se velho e sem ter quem o ajudasse, não tendo filhos nem mulher, e só um sobrinho, filho de seu irmão, que era seu inimigo, por isso perfilhou e adoptou um Gonçalo Martins, seu parente, morador no mesmo logar. Carta de confirmação dada em a vila de Aveiro a 24 de abril de 1466 (2).

CXXI

MARTINS (PEBO)

Ourives. Nomeado couraceiro em Azamor. Vide *A Armaria em Portugal,* 1.ª série.

CXXII

MATOS (JOÃO DE)

Ourives do ouro, residente na Covilhã. Em carta de 9 de fevereiro de 1532 el-rei o tomou novamente por seu espingardeiro, privilegiando-o.

«Dom Joam etc. A quamtos esta minha carta de preuilegio de espimgardeiro vyrem faço saber que eu filho ora novamente por meu espimgardeiro ha J.º de Matos, ourivez douro, morador na vila de Couilham, de idade de xxb anos pouco mais ou menos, por vaga de P.º Lourenço, que hy foy anadell em a dita villa, e quero que daqui em diante seja escusado e previligyado etc. em forma. Dada em ha quimtaã da Romeira, termo da cidade de Lixboa aos noue dias do mes de feuereiro de $\overline{j}b^{c}xxxij$ anos — ElRey o mandou por Amrrique de Sousa, do seu conselho e anadell moor e capytam dos espimgardeiros — Manoell Frz a fez anno do nacimento de nosso Senhor Ihuũ $X_{\overline{po}}$ de $\overline{j}b^{c}xxxij$• (3).

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 180.
(2) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, fl. 69.
(3) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 18, fl. 19.

CXXIII

MENAR (BARTOLOMEU)

Ourives do ouro, francês. Denunciou, em 28 de setembro de 1556, Manuel Peixoto, ourives do ouro (1).

CXXIV

MENDES (ANTONIO)

Era ourives do ouro, morador em Lisbôa, e temendo-se de António Alvares, Jorge da Silva e António Coelho, também de Lisbôa, seus inimigos capitais, em virtude dele os ter feito prender e acusar por causa dum furto, pediu licença para trazer armas de defeza, o que lhe foi concedido em carta de 16 de março de 1527.

«Dom Joam etc. saude, sabede que Amtonio Mẽdez, ouriues douro e morador nesta minha cidade de Lixboa, me dise que huũ Antonio Aluarez e Jorge da Syllua e Amtonio Coelho, moradores em esta minha cidade de Lixboa, eram seus imigos capitaes e mall queremtes por rezã de os ele sopricamte fazer premder e acusar por justiça por rezã de hum furto em que elles foram cullpados, e por quamto ele sopricamte se temia do dito Amtonio Aluarez..... ..... licença p.ª por este motivo, e em sua defesa poder trazer armas. Carta de 16 de março de 1527» (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 9.
(2) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 2, fl. 25.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

(Cont. do n.º 7, pag. 382)

XI

Menciona-se novamente o antigo e honrado amigo Antonio Dias de Oliveira. — Outra carta de S. M. o Imperador do Brazil a Castilho. — Resposta d'este pedindo excusa da aceitação da Gran-Cruz da Rosa.

Nestes annos morava no 1.º andar do palacio chamado do Ginioux, no alto de Campolide, um dos mais antigos amigos e condiscipulos de Castilho, o illustre estadista e honrado homem D.or Antonio Dias de Oliveira, ex-Ministro de Estado com a senhora D. Maria II. Castilho pagava-lhe frequentes visitas, passando com elle e sua amavel familia tardes inteiras.

Dias de Oliveira, Portuguez velho, no aspecto, nas ideias, na cordura, e trato gazalhador e grave, representava pelo seu talento sisudo, pela prudencia meticulosa, e até pela figura, os politicos do primeiro periodo constitucional, diversissimos dos de hoje. Tinha um repertorio inesgotavel de historias muito exactas, muito a proposito, e contadas com toda a pausa. Era um homem bom, em toda a accepção da palavra; nada melhor, do que ouvir, como algumas vezes ouvi, aquelles dois amigos recordando casos mortos da sua mocidade.

*

Em casa de Castilho não afrouxava o trabalho literario. Nos fins de Junho de 1872 ainda reviamos provas do *Misanthropo*.

*

Em meio de Agosto o Plenipotenciario do Brazil levou ao Poeta um riquissimo presente: nada menos que uma carta do senhor D. Pedro II.

Era esta:

«Snr. Visconde.

«Ha muito que desejava escrever-lhe, embora esteja certo de que faz-me a justiça de não suppôr que eu esqueça os momentos que passámos juntos; mas as minhas obrigações não permittem-me manifestar, como quizera, minha estima pelas letras e seus cultores. Mesmo quando pude ser apenas, ao menos conforme meus desejos, simples D. Pedro d'Alcantara, com que pressa fui obrigado a andar, como quem não fazia senão voltar para seu posto! Ainda agora a correr lhe dirijo esta carta, porque não podia deixar de unir á prova de apreço do Imperador e do Governo do Brazil, onde espero terceira visita sua (1) — as duas primeiras, e suas relações de amizade tambem o chamarão agradavelmente para cá — um testemunho de affeição pessoal, enviando-lhe o diploma e as insignias de Gran-Cruz da Rosa. Quando terei o prazer de ver estas rosas adornando o Cantor da Primavera? Rogo-lhe que dê lembranças minhas a seus filhos, e creia-me sempre — Seu affeiçoado D. Pedro II. — Rio, 24 de Julho de 1872».

Com esta carta particular vinha esta outra official:

«Pelo Imperador do Brazil.

«Ao Visconde de Castilho, subdito de Sua Magestade Fidelissima.

«Visconde de Castilho, subdito de Sua Magestade Fidelissima. Eu O Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil vos Envio muito saudar. Querendo Dar-vos um publico testemunho da Minha Imperial Consideração: Hei por bem Nomear-vos Gran-Cruz da Ordem da Rosa. E Nosso Senhor vos Tenha em Sua Santa Guarda. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em dezesete de Julho de mil oitocentos setenta e dous quinquagesimo primeiro da Inde-

---

(1) Lapso da memoria de Sua Majestade, Castilho só uma vez esteve no Brazil.

pendencia e do Imperio. — Imperador. — *João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

«Para o Visconde de Castilho, subdito de Sua Magestade Fidelissima».

*

Depois de referendar o decreto precedente, dirigia o Ministro do Imperio ao irmão do agraciado a seguinte missiva:

«Particular.

«Rio, 19 de Julho de 1872.

«Ex.^mo^ Sr. Conselheiro.

«Permitta-me V. Ex.^a^ que eu lhe dê mui sinceros parabens por ter S. M. O Imperador agraciado com a Grã-Cruz da Rosa o Ex.^mo^ Sr. Visconde de Castilho. É a segunda vez que tenho a fortuna de ligar o meu humilde nome a testimunhos e manifestações de apreço e consideração ao grande poeta, a quem hoje tambem me attrahem as grandes finezas que devo a V. Ex.^a^.

«Sou com a maior estima. — De V. Ex.^a^ am.^o^ v.^or^ e cr.^o^ obr. — *J. A. Corrêa de Oliveira*».

*

Não foi o illustradissimo Soberano brazileiro o primeiro que se carteou familiarmente com particulares. Occorre-me, além de Augusto e Trajano na Italia, Carlos IX em França, e outros, o Imperador Theodosio, que escreveu ao poeta Ausonio chamando-lhe *parens jucundissimus*. Nota comtudo essa infracção das praxes cortesans, e diz:

«O affecto que te consagro move-me a furtar-me assim ao costume dos Principes, e a escrever-te em toda a familiaridade esta carta autógrapha» (1).

*

Á honrosa epistola do seu Imperial Amigo respondeu Castilho:

«Senhor.

«Com a maior veneração, e com todo o apreço devido,

---

(1) ... *Amor meus... fecit... ut morem principibus aliis solitum sequestrarem, familiaremque sermonem autographum ad te transmitterem.*

recebi da mão do Ministro de Vossa Majestade Imperial nesta Côrte, a carta com que Vossa Majestade Imperial Se Dignou de me Honrar, escrita e assignada de seu punho em 24 de Julho d'este anno.

«Foi esta uma grande mercê, para remate de tantas outras, com que Vossa Majestade Se Tinha, já de annos, aprazido de me Distinguir, e que eu me desvaneço de commemorar.

«Depois d'esta confissão, bem Pode avaliar Vossa Majestade, quanto me não deve ser custoso, nesta resposta a tão honrosa carta, derradeira mercê de Vossa Majestade, ter eu de corresponder a tantos e tamanhos obsequios, com a recusa de uma distincção offerecida por Vossa Majestade.

«Senhor, uma Gran-Cruz, ainda que se chame de rosas, é pezo com que a minha pequenez se não atreve; e falta-me para Cyreneu o amor proprio. Uma rosa, simples presente de poeta a poeta, pude aceital-a da Mão de Vossa Majestade, quando ainda fazia primavera na minha vida. Agora, descahido já o outomno para inverno, e quando o de que só careço, ao cabo de tantos trabalhos, é descanço longe de invejas, e a paz do esquecimento, qualquer sombra de novos espinhos me atemorisa.

¿«E que descobriu Vossa Majestade em mim para tão altos galardões? Se acreditei nas Letras, e as cultivei, pouco mais fiz n'isso que obedecer á minha indole, povoar como quer que fosse a minha solidão, e amenisar o meu deserto. Se as desamparei por decurso de annos, trabalhados na utopia da instrucção facil, amena, e para todos, ¿a isso mesmo quem me levou, senão o egoismo da consciencia? No prégar opportuna e importunamente o amor ao estudo, e ás doutrinas sans, e ao bello, e ao verdadeiro, e ao bom, e ao util, que não são exclusivo do passado nem do futuro, mas universaes e de todos os tempos, como a propria Natureza, filha legitima de Deus, não tenho feito mais que seguir o exemplo vulgar entre os homens de bem; e a nada d'isto competem as honras summas.

«Essas, reserve-as Vossa Majestade para quem mais valha, e não lhe faltará em quem as empregue; poupe-as, sobretudo, para quem necessitar d'esses estimulos, para os que julgam occultar-se nas veneras uma virtude transmutativa do interior, que basta applical-as a um peito, para que um espirito se illumine.

«Peço pois licença a Vossa Majestade para declinar esta nova mercê, ao mesmo tempo que beijei, e enthesoiro para

filhos e netos, a simples folha de hera com que Vossa Majestade se lembrou de mim na Lapa dos Poetas.

«Tenho a honra de me assignar, com o mais profundo respeito. — De Vossa Majestade reverente e dedicado servo. — *Castilho.*

«Lisboa, 20 de Agosto de 1872».

XII

Chega de França uma cunhada de Castilho. — Leitura da comedia *Os sabichões,* por Ernesto Biester, na rua do Sol. — Consultas sôbre assumptos linguisticos. — O plural da palavra *fel.* — Noticias associadas: Aulo Gellio, Cicero, e outros.

Neste noticioso mosaico, de que vou compondo o meu vasto quadro, é indispensavel acrescentar aqui umas noticias mínimas, e ainda assim interessantes.

Em 4 de Setembro de 1872, na minha habitação de Santo Aleixo, li com meu Pae o notavel poema do actor francez Sansom sôbre Arte dramatica. Fez-lhe a melhor impressão.

A 19 de Setembro d'este mesmo anno (1872) chegou de França, para passar umas semanas matando saudades de Portugal, a senhora franceza viuva de Alexandre Magno de Castilho, D. Justina Cateline. Desde que enviuvára, e tendo já perdido duas filhas, tinha voltado para a Bretanha, sua terra, e tinha-se recolhido no mosteiro *des Dames Augustines* de Angers. O coração arrastou-a ainda uma vez a Portugal; chegou a Lisboa, hospedando-se no palacete da rua da Barroca onde morava sua cunhada D. Marianna, ingleza, mulher de José Feliciano. D'ahi alugou uma pequenina parte do rez do chão do palacete que pertencêra a seu marido, na Penha de França, para viver de illusões, e respirar umas bafagens do mesmo ar que respirára quando era feliz com todo o seu pequenino mundo. Passados mezes, tornou-se em 15 de Abril de 1873 para França, e foi morrer a 9 de Janeiro de 1875 entre as suas queridas companheiras de clausura.

*

A 23 de Setembro de 1872, á noite, leu Ernesto Biester em casa de Castilho a sua comédia *Os sabichões.* Assistiram, além do amphitrião, D. Diogo de Vasconcellos, Raymundo de Bulhão Pato, Zacharias de Aça, e eu.

*

Em 2 de Outubro, em Santo Aleixo, li a meu Pae, com grande gôsto d'elle, o romance de Mendes Leal *A menina de Val-de-mil.* ¡Que serões! ¡que serões!

*

Neste mesmo Outono atrevi-me a pintar, com algumas sessões do natural, um retrato de meu Pae, a oleo, de pequenas dimensões, sentado n'uma cadeira madeirense de vêrga. Existe.

*

Outro assumpto, que entra neste livro como util e instructiva diversão:

Uma vez recebeu Castilho pelo correio uma consulta anónyma sôbre certo ponto linguistico. Perguntava-se-lhe como era mais correcto dizer: *Eu sou que dou cartas,* ou *Eu sou que dá cartas.*

O Mestre respondeu isto:

«Entendo que uma e outra expressão se pode egualmente abonar com o uso de muita gente. Comtudo, nem uma nem outra me parece rigorosamente grammatical.

«*Eu sou que dou cartas* contém evidentemente duas orações. A primeira, completando-se, é isto: *Eu sou o homem,* ou *a pessoa.* A segunda: *que* (isto é, *o qual homem,* ou *a qual pessoa*) etc.; portanto, não pode concordar com o *dou.*

«A segunda phrase, *Eu sou que dá cartas,* pecca tambem em irregularidade, porque o relativo *que* não tem antecedente a que se refira.

«No *Eu sou que dou,* o defeito está na primeira parte. No *Eu sou que dá* está o defeito na segunda.

«O mais acertado, ou o unico modo verdadeiramente acertado, de dizer a coisa, seria (quanto a mim): *Eu sou quem dá cartas,* porque a palavra *quem* vale tanto como dizer *O homem, o individuo,* ou *a pessoa que;* e por conseguinte, para que possa haver concordancia, pede o verbo na terceira pessoa.

«Não escurecerei que o *Eu sou que dou cartas,* com quanto se não possa completamente absolver de idiotismo, tem por si o uso, até de classicos de primeira plana. Cito um por

todos, e é Virgilio, logo no 2.º verso do 1.º Livro da Eneida, que pôz *coegi*, em vez de *coegit*.

«Agradeço aos amaveis desconhecidos, que de tão longe me fizeram a honra de me consultar.

«Lisboa, 1872. — *Castilho*».

*

A proposito:

Um distinto Official da nossa Marinha de Guerra, o snr. Antonio Venancio da Silva, teve a bondade de me fazer presente de uma carta por elle recebida de Castilho em 1868. O caso foi este:

O snr. Silva, então estudante na Universidade de Coimbra, cursava na Faculdade de Philosophia não sei que aula. O Lente, ao findar o periodo lectivo, recommendou aos alumnos que durante as ferias não deixassem esquecer certas disciplinas já cursadas, cujo conhecimento lhes seria indispensavel para bem perceberem o estudo, a que iam breve applicar-se quando recomeçassem as tarefas escolares, dos *alcools*... dos *alcooes*... dos *alcoóles*... dos...

E o proprio Lente hesitava, sorrindo, e acrescentou com muita graça:

— Meus senhores, como estão vendo, eu titubeio no modo de pronunciar o plural da palavra *alcool;* confesso que não sei. Pois olhem lá: além da recommendação que lhes acabo de fazer, faço-lhes outra: durante as férias tratem de investigar esta dúvida, por si mesmos, ou por alguem. Consultem algum linguista, algum purista, algum mestre reconhecido como tal; e quando nos tornarmos a ver aqui nesta aula, apresentem-me o resultado líquido das suas pesquisas. Adeus, meus senhores, temos concluido.

Os rapazes consultaram quem lhes pareceu. O snr. Venancio da Silva, sem reconhecer Castilho, teve a ousadia juvenil, muito legitima, de lhe dirigir uma carta; ¿e qual não foi o seu espanto e a sua satisfação, quando, correio por correio, recebeu a seguinte resposta?:

«Lisboa, 5 de Fevereiro de 1868.

«Ill.^mo Sr. Antonio Venancio da Silva.

«Honra-me V. S. em consultar-me n'uma questão de Lingua portugueza. Em taes materias não sou oraculo, nem os reconheço, nem os julgo possiveis.

«Como deve ser o plural de *alcohol* ou *alcool?*

«Não sei.

«*Alcoóles,* ou *alcohóles,* tenho que seria o mais conforme á indole da nossa linguagem, mais bem conservada pelos rusticos e serranos, que por nós outros os da Babel da cidade. Para elles, os substantivos acabados em *l* no singular formam regularmente o seu plural pela addição de *es;* assim, quero crer que, se elles lessem pela primeira vez *alcool,* sem nunca terem ouvido a palavra, lhe fariam longa a ultima syllaba, e, querendo pluralisar, diriam *alcoóles,* e não diriam mal.

«Agora nós, que usamos, (não sei bem porquê, porque nem é gallicismo) fazer de *alcool* uma palavra grave, isto é, accentuada na primeira syllaba, não sei, repito, de que melhor modo a hajamos de levar ao plural.

«Nesta perplexidade, inclinar-me-hia talvez para *alcoóes,* por ser assim que praticâmos nos dissyllabos ou trissyllabos terminados em *ol,* se bem que nenhum d'elles seja (como o *alcool*) palavra grave; *farol, faróes; girasol, girasóes; arrebol, arrebóes.*

«Quanto a *alcools,* parece-me das tres variantes a menos admissivel, por ser a mais alheia, e inteiramente alheia, ao genio da nossa lingua.

«Aqui tem V. S. tudo que posso considerar no assumpto. Sou tão hospede em orthographia como no uso do alcool, que nunca provo, nem no singular, quanto mais no plural!

«De V. S. muito attento venerador. — *A. F. de Castilho*».

*

Ainda outro *a proposito.*

Minha irman Ida, que tinha muito chiste, queria uma vez encommendar a um criado dois feis de vacca, para não sei que lavagem de sedas, ou coisa assim; perplexa no modo de pronunciar o plural da palavra *fel,* se seria *feis,* ou *feles,* etc., sahiu-se com este expediente admiravel:

— Fulano, diga-me uma coisa: ¿sabe o que é um fel de vacca?

— Sei, sim minha senhora.

— Muito bem; então faça favor de me trazer dois; ¿ouviu?

— Sim, minha senhora.

Ninguem cortava o nó gordio com mais graça e mais rapidez. Ella encommendava; o plural correcto da palavra, esse ficava por conta do criado.

*

Isto de conversar é campo sem limites; os carreirinhos seguem por entre o matto, ora á direita, ora á esquerda...

Li n'um commentario da *Vida de Cicero* por Plutarcho este caso, que não resisto a registar aqui, sob o testemunho de Aulo Gellio:

Tinha o grande Pompeu composto uma inscripção, para ser esculpida no frontão de um templo. Querendo commemorar os seus tres Consulados, hesitou sôbre se poria *Consul tertium,* ou *Consul tertio.* Ouviu grammaticos meticulosos, mas (como é costume) as opiniões dividiam-se. Exclamou Pompeu:

— Quem me ha-de resolver o pleito, ha-de ser Cicero; nada menos; com elle é que eu me entendo.

Ora muito bem; mas o proprio Cicero duvidou.

Interveio Varrão:

— ¡Que hesitações pueris! Vamos: ponha-se *Consul tert.,* com abreviatura; e cada qual lerá como quizer.

¡O que não riria Cicero, e Pompeu tambem!

Ovo de Colombo.

*

Um ultimo caso:

D. Pedro de Torres Cabrera, castelhano domiciliado entre nós, e genro da insigne Carolina Coronado, que na quinta da Mitra (Poço do Bispo, junto a Lisboa) tem passado na sombra a sua viuvez, é um dos meus melhores e mais queridos amigos. Contou-me que, ha muitos annos, achando-se na nossa capital com seu illustre Pae, o snr. Marquez de Torres Cabrera, nobre emigrado carlista, conversava com alguns patricios, e um d'elles disse que a luz do sol *se refractava* sôbre certo espelho. Outro emendou, empregando o verbo *se reflexava*. Houve discussão. Ponderava D. Pedro que a *reflexão* da luz é coisa diversa da sua *refracção;* e pensava bem; mas o adversario mantinha-se na sua opinião.

— Vocês pensam assim, e nós divergimos do seu pensar; consultemos um árbitro.

— Seja assim; ¿e quem escolheremos?

Depois de várias hesitações, lembraram-se de procurar Castilho, a quem aliás nenhum d'elles conhecia em pessoa, e tomal-o por juiz. Foi approvado o alvitre; mas infelizmente intimidaram-se, e não foram á rua do Sol.

— *Infelizmente* — me diz ainda hoje D. Pedro — porque com esse pretexto linguistico eu teria tido a honra de conhecer teu Pae, e as minhas relações comtigo teriam principiado muito mais cedo.

*

P. S. — Hoje, na manhan de 14 de Janeiro de 1911 recebo na minha casa do Lumiar um tristissimo telegramma. D. Pedro de Torres Cabrera participa-me, cheio de amargura, e em seu nome e no de sua mulher, ter fallecido ás 4 e ¼ da madrugada a nossa grande e queridissima Carolina Coronado. Tive uma dôr profunda, e abalei para a quinta da Mitra. Fica um vácuo impreenchivel nas Letras peninsulares. Só quem logrou a fortuna de conhecer de perto aquella intelligencia excepcional, aquelle estro cheio de fogo, e aquella palavra conceituosa e sagaz, avalia em cheio a perda que padece a Hespanha. Com os restos ainda admiraveis da sua peregrina formosura, com o seu ar sempre senhoril, e verdadeiramente Real, Carolina Coronado era uma seducção, e uma dominação. O genio transparecia-lhe na palavra, no olhar, no gesto. Devi-lhe immensa amizade, e pago aqui á sua luminosa memoria uma parte da minha divida. Domiciliada em Portugal desde 15 de Outubro de 1873, com seu illustre marido, o diplomata americano Horacio Justus Perry, e sua filha Matilde, amava a nossa terra, e vivia de saudades. Honro-me de ter sido seu dedicado amigo, a quem a insigne Carolina (*la gran Carolina,* como dizem os Castelhanos) chamava irmão, *mi hermano querido.* — *J. de C.*

XIII

Exhumação na Castanheira de Vouga, e transferencia para Lisboa, dos restos do velho Doutor José Feliciano de Castilho Barreto, fallecido havia quarenta e cinco annos. — Outra obrigante carta do Imperador do Brazil ao nosso Poeta. — Resposta d'este.

Foi no mez de Outubro d'este anno de 1872, que os dois irmãos Castilhos, Antonio e José, sobreviventes á sua numerosa familia, prestaram as ultimas honras funebres ás cinzas de seu Pae, sepultado (como se disse no Livro II d'estas *Memorias*) na antiga parochial da Castanheira do Vouga.

No dia 1 de Outubro procedeu-se á exhumação dos restos mortaes, que jaziam na capella mór da mesma desde 7 de Março de 1827. No dia 2 celebraram-se exequias solemnes por alma do fallecido. No dia 6 sahiu do templo o cortejo, ás 9 horas e 10 minutos da manhan; compunha-se da Irman-

dade das Almas, e do Parocho encommendado, no impedimento do effectivo, o snr. Padre Albano José Rodrigues de Castello Branco; ia tambem o snr. A. Ferreira de Campos; seguiam em alas os quarenta e cinco Irmãos, com as suas opas, Cruz alçada, e a bandeira e o guião, emblemas d'esse Instituto religioso, tudo precedido do Irmão com a campainha. Fechava o préstito a urna, levada ás argolas por Irmãos.

«O préstito funebre — dizia um jornal provinciano — foi com muito boa ordem até á estrada Real de Lisboa ao Porto, no fundo do logar da Borralha, perto da antiga casa da mala-posta. Aqui dissolveu-se, metteu-se n'uma carroagem a urna com os restos mortaes do referido senhor, e foi conduzida á estação de Mogofores, sendo acompanhada pelos snrs. Prior encommendado e A. Ferreira de Campos.

«O snr. Prior Antonio José Rodrigues de Campos exforçou-se, com seus sobrinhos, por tornar este acto digno da memoria do finado, e da notavel familia Castilho» (1).

Os restos mortaes, esperados por nós todos e alguns amigos em Santa Apollonia, foram conduzidos ao cemiterio dos Prazeres, e encerrados condignamente no nosso jazigo.

*

Em quanto o ânimo filial prestava esta derradeira homenagem piedosa ás cinzas paternas, recebia o illustre filho de tal Pae outra demonstração muito lisonjeira do aprêço em que o tinha o grande Monarcha do Brazil.

Recorda-se o leitor, certamente, da carta em que o Poeta supplicava licença para não aceitar a Gran-Cruz da Ordem da Rosa. A essa missiva respondeu Sua Majestade:

«Snr. Visconde de Castilho.

«Suas cartas são do maximo apreço para mim, e, sobretudo, esta, em que, explicando porque declina do testemunho publico de estima que lhe deu o Governo do Brazil, e a que do coração associei-me, fundamenta ainda mais a homenagem prestada a tão benemerito cultor de nosso commum idioma, e indefesso propagador da instrucção do povo.

«Essas rosas, que, sob outra forma, coroaram tantos poetas, d'entre os quaes necessariamente se destaca em minha

---

(1) *O Districto de Aveiro*, de 21 de Outubro de 1872.

grata memoria o seu Anacreonte, floreceram na planta sempre viçosas, onde já, ha tantos annos, foram outras colhidas pela mesma mão, que affectuosamente aperta a sua. A roseira, que cultivamos, não brota espinhos, e nada pode destruir a fragrancia d'essa amizade, que, rescendendo tambem da folha da Lapa-dos-Poetas, lembrar-lhe-á constantemente que de todas as nossas relações sempre prevaleceram os sentimentos que animam. — Seu affeiçoado, *D. Pedro d'Alcantara.* — Rio de Janeiro 22 de 7.bro de 1872».

Castilho replicou da seguinte maneira:

«Senhor.

«¿Ser-me-ha licito, sem a minima quebra no respeito, responder franco á ultima carta com que Vossa Majestade Imperial se dignou de me honrar?

«Andei muitos dias a discutil-o entre mim, até que a final prevaleceram para que o ousasse, a despeito de tudo, a certeza de me haver Vossa Majestade Imperial costumado, já de muito, a consideral-o como um confrade, confrade glorioso na religião poetica e no trato das Letras, que hoje não excluem de si a verdade, antes a invocam, por ser ella quem só as pode salvar da aniquilação mais vergonhosa.

«Senhor, o que Vossa Majestade tem a bondade de me escrever, no seductor estylo de poeta da philosophia, sobre não terem espinhos as rosas, com que esse Imperio, e Vossa Majestade se lembraram de augmentar a invejavel corôa com que ha já tantos annos me haviam engrandecido, devo crer que seja completamente exacto para Quem, do alto d'esse Throno, considera o mundo não pervertido que o rodeia; mas essas mesmas rosas, que ahi são premios, fragrancias incitativas para emulações, e depositarias mysteriosas de futuros favos, trazidas a este torrão corrupto degeneram em deleterias, ouriçam-se de espinhos, e o que mais dão de si são zangãos venenosos, que nunca fabricaram um só favo, e com os zumbidos e ferroadas desatinam a quem nellas põe a mão.

«Quem entrou ao septuagesimo terceiro anno da vida, necessita, para descançar, de homiziar-se cada vez mais e melhor na sua obscuridade, onde as invejas (que tambem não faltam para os pequenos) o não descubram nem aventem.

«As insignias de que eu só necessito, e que sobre todas

aprecio, são as que dentro no coração se arrecadam, e não quebram olhos a ninguem; são as demonstrações de estima, que me liberalisam os benemeritos com que militei.

«Entre essas ficam avultando, e no logar principalissimo, estas cartas, tão generosas e tão amigas, com que Vossa Majestade aprouve engrandecer-me.

«Permitta-me Vossa Majestade a honra de me assignar com o mais profundo respeito — De Vossa Majestade Imperial, admirador constante, e o mais humilde confrade, *Castilho.* — 1 de Novembro de 1872».

XIV

Setembro de 1872. — Saem á luz *As sabichonas.* — Como passaram a Castilho os primeiros momentos de 1873. — Representa-se a 18 de Janeiro, com brilhante resultado o *Tartufo* no theatro de D. Maria II. — Rapida apreciação da peça. — Opiniões da Imprensa.

N'isto, sahiam dos prelos aeademicos *As sabichonas;* foi, salvo qualquer engano meu, que os registos da typographia poderiam corrigir (se valesse a pena) em Setembro de 1872.

Andava ao mesmo tempo Santos, o nosso talentoso e laboriosissimo actor, na faina conscienciosa do estudo do *Tartufo.* Essa, sim, que é uma das maravilhas do Theatro de todos os tempos; ¡espantosa concepção, extraordinaria de fórça e colorido! Molière subiu até onde se podia subir. Não desejo porém antecipar-me á chronologia, e logo tratarei da peça, do autor, do traductor, e dos intérpretes.

*

N'uma casa em Pedroiços, onde estive a banhos um mez desde 7 de Outubro de 72, me visitou meu Pae várias vezes, passando comigo inteiros os dias 13, 20, e 31.

*

Em 11 de Dezembro mudou-se o filho primogenito de Castilho, desde a risonha casa de Santo Aleixo para outra melhor na travessa do Convento das Bernardas n.º 20, no recanto junto ao antigo habitáculo das Monjas, então convertido no Collegio de Joaquim Lopes Carreira de Mello, a *bête noire* de Innocencio. Foi para ali que o Poeta da *Primavera* começou a dirigir desde a rua do Sol os seus passeios habi-

tuaes, á noite, sempre porém pelo braço de um criado, ou da filha, signal evidentissimo de que elle proprio confessava tacitamente a decadencia fatal da sua pouca vista. Esses passeios faziam-lhe sempre bem.

Ahi passou em familia a última noite do anno; assistiu o nosso fiel D. Antonio da Costa. Ahi vimos todos despontar no relogio o primeiro minuto de 1873; por signal, liamos-lhe em alta voz, e alternados, o immortal *D. Quichote,* e os versos de Désaugiers; ¡extranha associação!

*

O estado da saude de Castilho não era próspero. Em 3 de Janeiro teve um resfriamento muito vivo; o nosso D.^{or} Valente, chamado a toda a pressa, receitou umas coisas para activar a circulação. N'esse serão, quando o fui ver, encontrei-o de cama, sim, mas apparentemente restabelecido; tres dias depois sahia, e apparecia em minha casa nas Bernardas.

*

Um pensamento o preoccupava; a representação do *Tartufo*. Em quanto o actor Santos não julgou os ensaios adiantados, não desejou a comparencia do Poeta; em 12 já elle assistiu, com o secretário Rodrigues e comigo, no palco, a um ensaio limpo, e a outro em 14.

A noite de 18 foi de festa no theatro normal de D. Maria II, e assignala um acontecimento notavel na carreira artistica de José Carlos dos Santos, assim como na carreira literaria de Castilho: representou-se, em beneficio do eminente actor, o *Tartufo*.

¿Que é esta comedia?

*

«Alto lá! — exclama o finissimo crítico Julio Janin. — ¿Quem vem a ser aquelle homem, que além caminha para nós, com o seu sorriso mellífluo, o seu porte virtuoso, o seu olhar refalsado e dúbio, e que traz nas palavras o ceo, e o inferno no coração? É Tartufo; é a obra eterna de Molière. Esta concepção ficou sendo para a Comedia o que para a Tragedia é o Cid» (1).

---

(1) *Arrêtez-vous. Voyez-vous de loin venir cet homme au doux sou-*

La Harpe, o intransigente, o severo, o hypercrítico, chama-lhe «o passo mais atrevido e assombroso, que nunca jámais caminhou a arte da Comedia, o seu *nec plus ultra*»; e acrescenta:

«Nunca, em parte alguma, em tempo algum, se abalançou tão avante a Comedia» (1).

Obra admirada de todos os espiritos cultos, acha-se o *Tartufo* julgado em última instancia no tribunal da rasão humana; é um assombro de concepção, e outro de execução. Avalial-o aqui, repetir o que em todos os tons se tem bradado em louvor d'esta comedia, que, no dizer de um contraste de alta sciencia, roça por tragedia, sería redundancia. Bastará lembrar que não é (como folgam de propalar os inimigos da sempre veneranda Companhia de Jesus) uma sátyra *ad homines* contra os Jesuitas; nada d'isso é. Sel-o-hia, talvez, segundo pensam alguns, contra os Jansenistas; e é possivel tambem que não houvesse outro alvo senão algum hypócrita, hoje obscuro. Como essas pesquizas são alheias aos meus estudos e ao meu gôsto, encaro o *Tartufo* apenas sob o ponto de vista literário, que seduziu a Castilho, e lhe déu ensejo de traçar uma explendidissima cópia do quadro magistral de Molière.

Desde o quasi desconhecido Capitão Manuel de Sousa, traductor-dramaturgo do antigo theatro do Bairro-alto, e cujo *Tartufo* deslavado e plebeu, em pobre prosa, se representou lá em 1768, e voltou á scena na rua dos Condes em 1839, entrando numa *parte* muito secundária a juvenil e gentilissima Emilia das Neves, ninguem, que se saiba, tomára a si recollocar á luz da ribalta a comedia-tragedia de Molière. Foi Castilho quem emprehendeu essa tentativa mais do que ousada, e conseguiu vestir na sua linguagem portugueza de lei, e na sua metrificação soberana, o original francez.

Oiçâmos como alguns dos nossos escritores apreciaram esta façanha poetica:

... «A realidade excedeu a expectativa — exclama a se-

---

rire, au vertueux maintien, au regard faux et louche, le ciel dans la bouche et l'enfer dans le cœur? C'est Tartufe! C'est l'œuvre la plus impérissable de Molière! Le Tartufe est à la comédie, ce que le Cid est à la tragédie.

(1) *C'est le pas le plus hardi et le plus étonnant, qu'ait jamais fait l'art de la comédie. Cette pièce en est le nec plus ultra. En aucun temps, en aucun pays, il n'a été aussi loin.*

nhora D. Guiomar Torrezão; — não foi um combate, foi uma victoria. A isto não se chama traducção, e nem imitação; chama-se-lhe *trans-substanciação;* e esta palavra do snr. Mendes Leal define maravilhosamente o que é o *Tartufo* do Visconde de Castilho. A perfeita nacionalisação não é só de logares e de personagens; a linguagem matizada de annexins, o *quid* eminentemente portuguez, é tudo» (1).

Julio Cesar Machado, referindo-se ao enrêdo acrescenta:

... «Tudo isto em vigorosos e soberbos versos, traduzidos pelo grande mestre e grande poeta o snr. Castilho, com tanto cuidado e esmero como o que se requer para obra original, interpretando e dando vida nova, conservando o caracter e o tom nativo, não apagando nenhuma das bellezas, nem tão pouco nenhuma das liberdades, respeitando os pormenores mais leves, não enfraquecendo nunca uma ideia, apropriando-se sempre da intenção, accommodando o genio de uma lingua aos elementos da outra, e alterando apenas no que apresenta vantagem para theatro nosso, e para agrado do publico de cá» (2).

O snr. Rangel de Lima escreveu:

... «O *Tartufo,* um dos mais sazonados fructos d'aquelle espirito observador, é ..... comedia de todas as epocas; e porque assim o reconheceu tambem um dos melhores talentos que honram a nossa Litteratura, o snr. Visconde de Castilho, se acha aquella monumental obra traduzida em famosos versos portuguezes, e apropriada ao nosso theatro.

«Corre impressa a magnifica traducção do poeta portuguez; por isso, e até porque seria arrojo indesculpavel, nos que tão inferior logar occupam, erguer olhos de critico para os que vivem em regiões tão superiores, pouco tenho que falar d'ella. Direi apenas que na linguagem harmonica conversada por aquelles personagens tão perfeitamente accentuados, se encontram a miudo as mais valiosas preciosidades do idioma de Camões. Ao contrario da maior parte das modernas versões, em que os estrangeirismos são moeda cor-

---

(1) *Diario Illustrado* — Lisboa, 9 de Março de 1873.
(2) *Diario de Noticias* — Lisboa, 13 de Fevereiro de 1873.

rente, no *Tartufo,* traduzido pelo snr. Visconde de Castilho, não se encontram senão phrases portuguezas, de boa lei, austeras como os antigos fidalgos de antes quebrar que torcer. Descerá por vezes o dialogo até rastejar pelo dizer commum das classes populares, mas nunca se extorce em agonias para se transformar na alambicada e bastarda construcção d'essa algaravia estrangeira tanto em voga actualmente» (1).

O snr. Pinheiro Chagas, n'um folhetim já por mim extratado n'outro capitulo d'esta mesma obra, chama a traducção do *Tartufo* «maravilhosa», e diz:

«Eu não venho repetir agora os elogios feitos por toda a imprensa a este *prodigioso* trabalho; não venho dizer de novo que perolas de castiça linguagem portugueza, que joias de melodia poetica, espalhou sobre o matiz admiravel do *Tartufo* a prodiga mão de Castilho» (2).

O snr. Antonio Manuel da Cunha Belem, que usava o criptónymo Christovam de Sá, extasia-se ante a obra de Castilho, e escreve:

«Aquelle sublime escriptor, aquelle primoroso mestre da lingua, aquelle respeitavel ancião, que conta hoje os setenta e tres annos de edade, setenta e tres primaveras floridas das grinaldas da poesia, estios opulentados pelo sol da intelligencia, outomnos de fructos sazonados pela profundeza do estudo, e só invernos pelas neves que lhe alvejam na fronte veneranda, como que a realçarem-lhe a majestade com que nos conquista a mais respeitosa admiração, Castilho, havia traduzido (*traduzido,* não dizemos bem), havia reanimado o original francez com o sopro vivificante do genio da poesia que lhe illumina a alma, vestindo-o com as mais primorosas roupagens, com as mais finas galas da lingua portugueza.

«A versão de Castilho, com as suas infinitas bellezas, e com as suas pequeninas imperfeições, postas ali como attestado da indole fatal das concepções humanas, presta-se maravilhosamente á declamação. Aquelles versos cheios, harmoniosos, elegantes, aquella dicção rica de estylo e de varie-

---

(1) *O Brazil* — Lisboa, 6 de Fevereiro de 1873.
(2) O *Diario Illustrado* — Lisboa, 26 de Janeiro de 1873.

dade, estavam mesmo pedindo a voz de actores distinctos e conscienciosos, que lhes dessem vida e animação, que os destacassem da pagina branca do livro, que lhes descobrissem todos os cambiantes de melodia que encerrassem em si, que os animassem com o fogo do seu talento, como com o fogo celeste o Pygmalião animou a estatua maravilhosa da sua Galatêa» (1).

O eminente Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos exclama:

«A versão do snr. Visconde de Castilho, nos perfeitissimos versos que vão cahindo como perolas d'aquella abençoada penna, nacionalisou completamente a obra de Molière, e, transportando a acção para Portugal, fez com que a todos se figurasse passada entre nós.

«Os primores da boa linguagem portugueza, tão descuidada hoje, e tão profundamente estudada, sabida, e amada do immortal traductor de Ovidio, de Virgilio, de Goethe, e de Shakespeare, recordavam os melhores tempos da nossa Literatura.

«Ao sahir do theatro de D. Maria lembrava correr ao telegrapho, e mandar dizer a Camillo Castello Branco: AINDA HA SYNTAXE, GRAMMATICA, E POESIA PORTUGUEZA. CELÉRRE O CASO NA CIDADE ETERNA. AQUI JÁ O FESTEJÁMOS TODOS» (2).

O *Diario Popular* dizia:

... «Estava reservado para o snr. Visconde de Castilho a gloriosa iniciativa de traduzir Molière .....
A traducção ....
é um puro modelo de dicção portugueza natural e elegante, e encerra um verdadeiro thesoiro de locuções populares, apesar de cahir por vezes em plebeismos. É o joio d'aquelle trigo» (3).

O snr. Alfredo de Oliveira Pires ponderava isto no *Jornal de Lisboa:*

... «Quando o theatro anda tão mal cuidado, quando os

---

(1) *A Revolução de Setembro* — Lisboa, 26 de Janeiro de 1873.
(2) *Jornal da Noite* — Lisboa, 20 e 21 de Janeiro de 1873.
(3) Lisboa, 20 de Janeiro de 1873.

ouvidos portuguezes vão ali aprender a estropiar a lingua patria, quando emfim o gosto do publico anda desviado do verdadeiro caminho, pela attracção inexplicavel das momices e cantarolas de mau genero, é realmente muito para applaudir o exforço empregado para resistir contra tal desvario.

«Sabbado á noite vimo-nos emfim no theatro normal. Parecia-nos que haviam ressuscitado os bons tempos de Garrett! Ouviamos a linguagem sonora e formosissima da Patria! Escutavamos optimos versos portuguezes, admiraveis pela perfeição metrica, soberbos pela opulencia dos adornos, e repetidos com uma correcção que nos fez admirar.

«Não ha duvida: os actores fazem-se tambem pelas composições que lhes entregam. Quando teem de reproduzir uma boa peça, cujo valor reside muitissimo na parte litteraria, comprehende se que desejem tornar-se dignos da linguagem de que hão-de ser intérpretes.

.....

«O traductor foi chamado muitas vezes á scena; mas não poude comparecer para acceitar o preito que um publico illustrado queria prestar ao grande cultor da nossa Lingua.

«Sentimol-o de veras. E sentimol-o, porque nos encheria de satisfação ver uma sala, a trasbordar de gente, lavrar assim um protesto contra as criticas inoffensivas mas severissimas, de que ultimamente tem sido alvo o autor dos *Ciumes do bardo,* o traductor de Ovidio, o poeta suavissimo do *Amor e melancolia*

«É preciso ser Castilho para escrever d'aquelle modo, e para fazer taes versos!

«Os seus censores hão-de desesperar-se e morrer de impotencia no dia em que pretenderem fazer alguma coisa parecida.

«O *Tartufo* é pois um acontecimento duplamente significativo na Literatura e na Scena portugueza, o qual não podemos deixar de registar e applaudir».

O snr. Alberto de Queiroz no já citado periodico *A Revolução de Setembro,* confessa com uma franqueza muito lícita (porque as opiniões literarias são liberrimas):

... «Temol-o dito já: não sympathisamos com a individualidade llteraria do snr. Castilho; não gostamos dos seus poemas, que sem ideia vivem da forma, que não teem virilidade na concepção. Entendemos que o snr. Castilho tem dissipado o seu talento em inutilidades e coisas futeis; mas

temos que nos curvar respeitosos perante a traducção do *Tartufo,* porque é das obras literarias mais bem feitas, mais bem acabadas, que temos visto ha muito tempo!

«Traduzir é difficil; traduzir Molière é das maiores difficuldades que se podem vencer. Quando se traduz mal Molière, já é um grande exforço; quando se traduz bem, isso só basta para dar um nome ao homem que emprehendeu esse trabalho. Quantas difficuldades a vencer!: a linguagem, franceza, que tanto se presta á comedia, as locuções especiaes e caracteristicas de Molière, e uma infinidade de pequenas coisas, que se não podem agora enumerar. Pois a traducção do snr. Castilho não deixou passar uma unica coisa desapercebida; as bellezas do original, as locuções, as maneiras de dizer, tudo foi reproduzido com uma fidelidade, e com uma felicidade, que fazem com que esta traducção seja uma coisa admiravel. Conservou o espirito, a graça, do original, graça especial, que não é a finura de Sardou, que é a graça gauleza, a alegria de um Rabelais do seculo XVII, escrevendo comedias. Depois, que facilidade nas rimas e na metrificação! que correcção impeccavel na forma! que naturalidade no dizer! Representada, esta traducção ainda parece mais perfeita. Traduzir assim, é aproximar-se muito do original; é crear uma obra admiravel, ao lado de outra que tem a consagração de uns poucos de seculos».

(Continúa).

JULIO DE CASTILHO.

*

MEMÓRIAS ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 7, pag. 400)

DOCUMENTO N.º 97

Que os de Villa Flor, Villa Nova de Foz Côa, Urros e Maçores prestem adua nas obras de Moncorvo

15 de julho de 1337

Dom ffernando pella graça de Deos Rey de Portugall, e do Algarve a vos Joham rrodrigues porto carreyro nosso meirinho em (?) tras os montes, e a outros quaesquer que hy depois vos vierem por meirinhos ou corregedores saude ssabede que homens boõs e concelho da torre de memcorvo nos dizer enviarom por ssa carta que nos mandamos tener (?) a dita vylla de pedra canto e de call, e que vos meirinho mandades hy fazer grandes lavores en essa obra, e dizem que elles non avyam renda tamanha pera essa obra por que se acabar podesse ataa gran tenpo, e pediamnos por mercee que olhassemos en ello en tal maneyra que podessem sobportar tan grande encarrego por que sse fazer e acabar podesse a dita obra mais toste.

E nos veendo o que nos dizer e pedir enviaron e vista a resposta da carta que sobre esta rrazon mandamos a vos en que avyades esto por nosso serviço e proll dessa terra, e querendo nos fazer graça e merce ao dito concelho, temos por bem, e damos lhy por ajuda para a obra dessa villa aver mays toste acabamento, as aduas destes logares que sse sseguem, primeyramente villa froll com todo seu termho, non enbargando que fosse por nos mandado que servissena e pagassem para as obras de Crasto vicente.

Outro sy vylla nova de ffoz coa que he na correyçon da beyra non enbargando que ffose mandado por nos que servyssem e pagassem para as obras de Trancoso. E outro sy mandamos que as aldeyas de hurros e de maçores que ssom termho da dita vylla da Torre de mencorvo que ssyrvham e ajudem daqui en deante en nas ditas obras da dita vylla e

non en nas obras de ffreixeo despada cinta onde foy mandado por nos que servissem ataa ora.

Porem que vos mandamos que costrangades e ffaçades costranger todollos moradores e vezinhos dos ditos logares da dita vossa correyçon que daqui en deante paguem e dem a adua que aa dita obra da dita vylla da Torre de meem corvo assy e pella gisa que lhy era mandado por nos, como pagavam para os logares de Crasto vicente e de ffreyxeo despada cinta, e avedeos por escusados de servirem nos ditos logares onde ante servyam, e sirvam e paguem no dito logo da Torre de meem corvo pella gisa que dito he.

E outro sy mandamos aos juizes e justiças do dito logo de vylla nova de fozcoa que costrangam e façam costranger todollos moradores e vezinhos da dita vylla nova e seu termho que pagem e dem a adua pera a obra da dita vylla da Torre de meem corvo assy e pella gisa que pagarem os moradores da dita vylla da Torre e como servirem esses outros logares que lhy demos por ajuda, e avedeos por escusados de pagarem e servirem no dito logo de Trancoso. E fazede tirar e apanhar esses direitos en cada huum ano aos que os devem, e entregar esses direitos ao veedor da dita obra da Torre de meem corvo que ssera escrivan deles..... Dante etc. quinze dias de julho El Rey o mandou por Joham gonçallez sseu vassallo e veedor de ssa fazenda..... era de myll e quatro centos e quinze anos (1).

DOCUMENTO N.º 98

Privilegios concedidos por el-rei D. Fernando aos habitantes intra-muros de Moncorvo

1379

Dom fernando pella graça de deos rey de portugall e do algarve a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce aos moradores de demtro da cerca da torre de meem corvo porque entendemos que he nosso serviço desa cerca seer milhor poborada. Temos por bem e mandamos que aquelles que hi forem moradores em a dita cerca e em ella morarem continuadamente sejam escusados daquy em diante dos oficios do concelho dese loguo

---

(1) *Pergaminhos de Moncorvo*, ver o artigo — Adua — no *Elucidario* de Viterbo.

convem a saber que os sobreditos non vão com presos nem com dinheiros de hua billa aa outra nem guardem presos em egrejas (?) nem sejam constrangidos para titores nem curadores nem jurados nem paguem dividas aquelles que ora alli forem morar que fezerem daquy em diante e outro si que ja dantes allo som moradores se nom por seus nomes ficandolhes..... seus mantimentos porque se possam por ellos manter.

E outro sy mandamos que aquelles que morarem demtro na dita cerca ajam os oficios do comcelho e os de fora non. E que outro sy os mancebos e serviçaes sejam dados primeiramente aos que morarem demtro na dita cerca para fazerem seus serviços primeiro que aos do arravalde. Outro sy mandamos e defendemos que non seja nenhum tam housado asy de nossa merce como como *(sic)* da rainha. E dos ifantes nossos irmaãos nem outro nenhum por poderoso que sejam que pouse demtro na dita cerca com os moradores della nem lhes filhem roupa nem lhes tomem galinhas salvo quando nos ou os ifantes ahi formos ou por nosso especiall mandado. E outro sy mandamos que todollos serviçaaes baão aa praça de demtro da dita cerca.

Outro sy vaão todallas bendas que ao dito loguo da torre de mencorvo byerem a vender asy asy dos moradores da dita billa como dos de fora della vaão todos aa dita praça de demtro da dita cerca. E hy as vendam. E mandamos que nemhum nom seja tam ousado que lhes comtra esto vaa. E aquelle que contra esto for nos lho estranharemos como aquelle que vay contra o mandado de seu rey.

Em testemunho desto mandamos dar aos ditos moradores esta nossa carta. Dante em leyrea xx dias de novembro el rey o mandou per fernan martys seu vasallo afomso pirez a fez. Era de mill e quatro centos e *ll* anos (1).

DOCUMENTO N.º 99

Sujeita D. Fernando os de Villarinho da Castanheira e Moos a Moncorvo por se não terem defendido corajosamente na guerra contra Castella

24 de dezembro de 1372

Dom fernando pela graça de deos Rey de Portugal e do algarve. A quantos esta carta virem, fazemos saber que o

(1) *Pergaminhos de Moncorvo.*

concelho e homeẽs boõs da nossa vila da torre de meem corvo nos enviarom dizer que quando a dita vila foy pobrada logo do começo porque as companhas eram muytas que foy hedificada huua cerca muy grande, e que pela dita razom foy dada aa dita vila huua gram comarca por termho, e que despois foy merce dos Reys que ante nos forom dados alguns deses logares por julgados por ssy e deles a outros alguuns logares por termho em gisa tal que por minga desas companhas que he desfaleçuda se teme de receber alguuns dapnos dos nossos ymigos a tempo de mester por que estam acerca do regno de castela, e que ora quando chegaram os nossos inmigos a essa comarca forom cercados e combatidos de muytas companhas dos ditos nosos imigos e lhe forom queimadas gram parte dos aravaldes e termhos que avyam e lhes forom roubados os gaados e feitos outros muitos grandes dapnos, de que ficaram muy dapnados e defendendo eles a dita vila e poendo os corpos e averes em nosso serviço ata que os ditos imigos se alçarom de sobre eles e que outro sy moos e vilarinho de castanheira que som acerca deles fezerom contra nos e contra nosso serviço o que non devyam em como sse o dito logo de vilarinho entregarom aos ditos nossos imigos sem serem combatidos, e o dito logo de moos se enprazaron e derom a refenas non seendo cercados nem combatydos non o fazendo eses logares primeiro saber a nos non seendo enprazados a tenpo que lhes podessemos acorrer e que com os mantimentos que desses logares cobrarom ouverom os ditos nossos imigos espaço de tempo para combaterem a dita vila da torre de meem corvo em tanto que ouverom de ser perdudos se se non defenderom com essa pouca de companha que hy avya como dito he.

Embiaronos pedir por merce que lhes desemos e outorgasemos os ditos logares de vilarinho e de moos por termho da dita vila da torre de meem corvo para tempo de mester ser melhor pobrada para defensom e guarda do nosso regno e para poder soportar os encarregos que ha a que som teudos do nosso serviço. E nos veendo o que nos dizer e pedir envyarom, e porque a nos pertence de oolhar em aquelas cousas que forem mais em prol e onrra dos nossos regnos e guarda do nosso serviço e por que a dita vila da torre de meem corvo he huma das melhores vilas que avemos na comarca de tralos montes, e a que nos somos theudos de fazer grandes merces por os muytos e boõs serviços que os nossos antecesores e nos deles senpre recebemos e especialmente em esta guerra que ora avemos. E outro ssy entendemos de

receber ao deante como de nossos naturaaes e vassalos bos e leaaes que som.

E outro sy em como os ditos logares de vilarinho e de moos non som taaes que se defendam nem possam defender por ssy e por o grande deserviço que deles recebemos em esta guerra como dito he. Porem querendo fazer graça e merce ao dito concelho e vila da torre de meem corvo do nosso poder asobluto e por onrra da dita vila e moradores e pobradores dela, teemos por bem e damoslhes e outorgamoslhes os ditos logares de vilarinho e de moos com todos seus termhos e lemytes por a gisa que ata ora forom e som devisados por seu termho e lemite da dita vila da torre de mem corvo.

Porem mandamos, que a dita vila da torre de mem corvo husse dos ditos logos de vilarinho e de moos e de seus termhos como de sua jurdiçom e termhos e lemites como senpre husarom e husam de todolos outros logares que antes desto forom e som seus termhos e lemites resalvando pera nos alguuns delos e rendas reaes em esses logares avemos ende dar avemos daver por qualquer gissa que seia. Porem mandamos aos abades e vigairos, e a outras quaesquer pessoas eclegiasticas..... e justiças dos ditos logos de vilarinho e de moos e a quaesquer outros que esto ouverem de veer que seiam obedientes aa dita vila da torre de mem corvo como aa sua jordinhaçom e como seus sojeitos.

E outro ssy mandamos aos moradores e pobradores e juizes da dita vila da torre de mem corvo que husem dos ditos logos de vilarinho e de moos e de seus termhos e lemites e de toda a jordiçom civil e crime e de qualquer outra jurdiçom que seia assy e pela gisa que husarom e devem de husar de todos (?) os da dita vila da torre de mem corvo, sem outro nenhuum enbargo e mandamos que todolos bezinhos e moradores e pobradores dos ditos logos de vilarinho e de moos e de seus termhos vaam as audeencias civees e crimees aa dita vila da torre de mem corvo por a gisa que melhor e mais conpridamente se husou e acustumou nos outros logares que senpre seu termho forom.

E esto queremos e mandamos non enbargando cartas nem pervilegios nem graças nem merces que os logares de vilarinho e de mos ou outras alguumas pesoas a que esses logares fossem dados tenham de nos ou dos Reys que ante nos forom em contrairo desto.

E outro ssy non enbargando quaesquer direitos civees ou canonicos ou foros ou leys ou costumes ou outras quaesquer

razões se as hy ha que esto enbargar posam por que todo o avemos aqui em este pervilegio por repetido e espreso e tiramos (?) e anulamos todo aquelo que em contrairo deste pervilegio posa ser porque nossa merce he que este pervilegio tenha e valha e seia firme e estavel pera todo sempre. E mandamos e defendemos que nenhuum por poderoso que seia non seia tam ousado que lhes contra esto vaa, em parte nem em todo. E qualquer que lhes contra esto for que lhes seia estranhado gravemente nos corpos e averes como aaqueles que pasam mandado a seu Rey e Senhor. E al non façades em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta dante en a cidade de lixboa vynte e quatro dyas de dezenbro. El Rey o mandou por dom Jhuda seu secretario a que esto mandou lavrar afomso fernandez a fez. Era de mil e quatro centos e dez anos (1).

DOCUMENTO N.º 100

Manda el-rei que os de Alfandega, Castro Vicente, Mogadouro, Bemposta e Penas Roias prestem adua nos muros de Moncorvo

23 de fevereiro de 1385

Dom Joham pola graça de deus ffilho do muy nobre rey dom pero mestre da cavalarya da ordem davyz regente e defensor dos regnos de portugal e do algarve a vos nossos meyrinhos e corregedores da comarca de trallos montes e a todollas outras justiças a quem esta carta for mostrada (saude sabede que nos querendo ffazer graça e merce ao concelho e homes boons da nossa villa da torre de meem corvo e ao muyto serviço que delles recebemos e entendemos receber ao diante e outro sy veendo e consyrando em como se a dita villa podesse mylhor afortelezar e repairar em aquella maneira que milhor seer por serviço nosso e proll e honra e defenssom da dita villa e da terra da redor della teemos por bem e damos-lhe por adua para ffazer e repairar a cerca da dita villa (.os lugares dalfandega e de crasto vicente e o mogadoyro e a bem posta e pena royas com todos seus termos (.Aos quaes nos mandamos que ajudem a fazer e repayrar a dita cerca da dita villa da torre de meem corvo pollos tempos

---

(1) *Pergaminhos de Moncorvo.* Este documento forneceu a Viterbo elementos para o artigo — Desfaleçudo e Emprazar — do seu *Elucidario.*

que durar a dita obra (e mandamos a vos e aos juizes dos ditos logares que constrangades e façades constranger os vezinhos e moradores delles que ajudem a fazer e repairar a dita cerca em quanto a obra del durar como dito he (. E outro sy vos mandamos que lhes alvydrees os tempos que ouverem de pagar e quanto ouverem de pagar (. Segundo os bens que ouverem cada huum em tal guisa que possam por elles soportar os emcarregos da dita obra (. E que outro sy ponhaes todos oficiaaes na dita obra quaaes virdes que para elo parecerem que recebem os dismos (?) da dita obra adua (. E os despendam em aquella maneyra que compra a prol della (. E lhes alvydres seus mantimentos que para ello ouverem daver em guisa que a dita obra sse sse *(sic)* faça como compre e nos non achemos hy al depois non embargando cartas nem privilegios que tenham em contrayro (. Em al nom façades dante em leyrea vinte e tres dias de fevereiro (. o mestre o mandou por joham afomso bacharell em degredos e do seu desembargo diogo alvarez a fez era de myl e quatro centos e vinte e tres annos (1).

DOCUMENTO N.º 101

Ao Concelho da Torre de Memcorvo privillegio per que lhe foy dado per aldea e termo e jurdiçam Villa Nova de Fozcoa e etc.

26 de novembro de 1385

Dom Joham per graça de Deus Rey de Portugall e do Algarve a quantos esta carta virem fazemos saber que o comcelho e homeens boõs da Torre de Meemcorvo nos mostrarom huũa nossa carta em que lhes fezemos merce e lhes deramos por aldea e termo e jurdiçam villa nova de Fozcoa com todo seu termo e jurdiçam segundo mais compridamente na dita carta era comtheudo E porquanto lhe foy dada em tempo que nós eramos meestre e aviamos o rregimento destes rregnos que sse temiam de lhes nom seer por ello guardada. E pediam nos por mercee que lha comfirmassemos. E nós veendo o que nos pediam E querendo lhes fazer graça e

---

(1) *Pergaminhos de Moncorvo.* Na mesma camara ha outro pergaminho que contém a confirmação dos privilegios constantes desta feita pelo dito rei aos 26 de novembro da era de 1423. (Ann. Christ. 1385). Viterbo tirou deste documento elementos para o artigo — Adua — do seu *Elucidario.*

merce teemos por bem e comfirmamos lhes a sobre dita nossa carta. E mamdamos que lha cumpraades e guardedes e façaades comprir e guardar pella guisa que em ella he comteudo E lhe nom vaades comtra ella em todo nem parte nem comsentaades a outro nenhũu que lhe comtra ello vaa ca nossa merce he de lhe seer comprida e guardada polla guisa ssuso dita como dito he.

E em testemunho desto lhes mandamos dar esta nossa carta Dante em Villa Rreal xxbj dias de novembro El Rey o mandou per Joham Affomsso bacharell em degredos e por Joham Affomsso escollar em leis seus vassallos e do seu desembarguo Gill Vaasquez a fez era de mjl iiij^{c} xxiij anos (1).

DOCUMENTO N.º 102

Que nenhum visinho de Moncorvo e termo seja escusado das velas e roldas

22 de novembro de 1387

Dom Joham pella graça de deus rey de portugal e do algarve. A vós juizes da Torre de meencorvo e a todallas outras nossas justiças a quem esta carta for mostrada | saude Sabede que o concelho e homees boons dessa villa nos enviaron dizer que a rogo dalguns da nossa merce de nos cartas de liberdades a alguãs pessoas moradores e bizinhos da dita villa por que fossem escusados e perviligiados de pagarem fintas e talhas e peytas e em outros encargos que os desse concelho lancem antre si nem de bellar e roldar com os do dito concelho | e que estes que asi som escusados e pervilligiados pellas ditas cartas som os mays mantehudos da dita villa e demays que nos non servirom nem servem (?) em esta guerra e que os pobres pagam nas fintas e talhas e peytas e outros encargos que os do dito concelho lançam antre si e elles som escusados por a qual razom muytos moradores e visinhos da dita villa e termho della se querem hir no que elles dizem que recebem agravo em huns averem de pagar e outros ave-

---

(1) *Alem Douro,* liv. 2.º, fl. 126. Tambem se encontra no liv. 1.º de D. João I, fl. 164 v. Neste mesmo livro fl. 189 vem outra de D. João I dada em Torres Vedras em 1384 em que «deu por termo e jurdiçam aldea de villa Nova de Fozcoa aa sua villa da Torre de Meem corvo. E que husse com os moradores da dita aldea e seu termo assy na jurdiçam como nas outras cousas como husa com os outros dos seus termos».

rem de ser escusados e pedironnos que a esto lhes ouvessemos alguum remedio e que os igualdassemos todos nos veendo o que nos pediam teemos por bem e mandamos que quanto he na parte das fintas e talhas e peytas e outros encargos que os desse concelho lançarem antre sy que se guarde aquillo que por nos hora he mandado nos artigos (?) geeraes || E quanto he na parte do rodal e vella que nenhum visinho e morador dessa villa e termho della non seia escusado de rodal e vella com os desse concelho por quanto nossa merce he dello non seerem escusados salvo aquelles que sempre andarom em esta guerra em nosso serviço e outro sy andam porem vos mandamos que os constranguades que vellem e roldem com os desse concelho nom embargando quaesquer cartas ou alvaraes que de nos sobrello tenham em contrayro salvo os sobreditos que queremos e mandamos que sejam dello escusados em al non façades dante em a cidade de Bragaa xxij dias de novembro | El Rey o mandou por martim da maya seu vassallo e veedor da sua fazenda Joham masso a fez era mill e quatro centos e xxv anos (1).

DOCUMENTO N.º 103

Capitulos especiaes dados a Moncorvo por D. Affonso V. Fortificações. Excesso da cultura do linho em detrimento da cerealifica e vinicula; effeitos anti-hygienicos daquella cultura. Moncorvo ponto de convergencia dos passageiros. Pescaria na ribeira da Villariça. Abusos dos corregedores. Metallurgia do ferro. Privilegios e auctorização para montar estalagens por conta do concelho ou de outras quaesquer pessoas. Respostas del-rei a cada um dos capitulos.

Outrosy Señor fazem saber aa vossa mercee que o muro da dita villa da Torre he muyto danificado e rrecaydo e aportellado per muytos lugares e grande parte dos cubos em terra. Em tall guisa que sse alg̃ua guerra vier podesse rrecrecer gramde perjgo e dampno de vossa terra. E pera esto seer rremediado e corregido compre que nos façaaes mercee destas cousas que sse adiamte seguem.

Senhor pidimos vos por mercee que nos dees aduas dos lugares darredor em ajuda pera fazer o dito muro e torres

---

(1) *Pergaminhos de Moncorvo.*

a saber o termo de Mós e da Castinheyra e damciãaes. Outrossy que nos façaaes mercee dos dinheiros dos rresidoos que foram tirados per Lourenço annes dEvora quamdo hi foy Corregedor e per Estevam de Pomte que emtom foy procurador delles. E esso meesmo dos outros que sse agora hi ham de tirar pera ajuda das ditas obras. Os quaaes sobreditos dinheyros que tirou o dito corregedor estam em maão de Joham Esteves mercador morador no dito logo. E em esto nos fazees grande mercee e será a vos gramde serviço.

Quamto a adua, mandamos que a façam dos moradores desta villa e termo e doutros nom. E na parte dos dinheyros do rresydoo que hi estam tirados que per mandado do contador da comarca sse paguem os meestres doobra e veedor della sse pera outrem nom ssam deputados.

Outrossy señor a dita villa tem tam pequeno termo e pouca gemte pera ajudarem a serventia que ao dito comcelho pertence hi ha muytos sensados per algũuas pessoas poderosas que os querem escusar ssem teemdo pera ello tall privillegio per que sejam escusados por que vos pedem por mercee que taaes pessoas nom sejam scusadas per que nẽhũua pessoa salvo aquelles que vossos privillegios spiciaaes teverem e se guardem segumdo em elles he comtheudo e mays. E em esto lhes farees gramde mercee.

Pedem bem e mandamos que nom seja desto nẽ hũu scusado por acostado que seja a pessoa poderosa salvo sse tever e mostrar spiciall privillegio.

Outrossy em esta villa ha hũua rribeyra que chamam a Vallariça na quall os homẽes lavram muytos linhos alcanaves aalem do rrazoado em tall guisa que per aazo do dito linho laurarem tanto veem a adoecer e morrem amte tempo. Outrossy per este aazo do dito linho leixam morrer as vinhas e leixam de lavrar ho pam e a terra vaysse a monte. Porque vos pidimos por mercee que lhes mandees poer penna que quallquer que lavrar nem semear mays que ataa dez alqueires de linhaça que pague aquella penna que a vossa mercee mandar. E em esto nos farees grande mercee.

Vos meesmos poderees amtre vos veer o que vos será milhor e assy o poderees poer em obra.

Outrossy Señor este lugar he muyto caminhante e em que portam muytos estramgeyros e rrequerem muytos mantymentos assym pam como çevada e hi nom ho ha por mymgua dos lavradores que hi nom lavram por quamto sse lamçam aa lavrar os sobreditos linhos e outras mercadorias.

Pedem vos por mercee que mandees poer penna a todollos

moradores da dita villa que todos lavrem pam pouco ou muyto aquélle que lhes prouver. E em esto nos farees gramde mercee e a terra será abastada.

Damos vos lugar que vós com todos ou a moor parte vejaaes o que será melhor e mais proveyto da terra e assy o cumpraaes.

Outrossy Señor amtiguamente o comcelho e homẽes bõos da dita villa fezerom hũua açuda na ribeyra da Vallariça em que sse toma parte de bogas na emxameaçom dellas que pode rrender ataa dozentos ou trezentos rreaaes. A quall açuda foy dada aos juizes hordenayros desta villa per que tem carrego de guardarem os fruytos da dita rribeyra e dos gaados bravios e doutros quaaesquer. E algũus corregedores que hi vierom aa dita comarqua que prema a tomarom e a ajuntarom com as rrendas do comcelho. Porque vos pedem por mercee que mandees rrestituir a dita açuda aos ditos juizes assy e pella guisa que a soyam daver por quanto os ditos juizes ham grande trabalho de hirem a rribeyra cada somana tres vezes e quatro. A quall rribeyra esta da villa hũua legoa grande e mays e em esto lhe farees mercee.

Mandamos que assy como sempre sse fez sse faça, e nom comssentam outra emnovaçam.

Outrossy teemos privillegio e cartas dos Rex amtiguos e de vós que nom demos guardas pera os prezos que trazem os vossos Corregedores. E elles ssem embargo de todo esto nollos faz guardar. Pedem vos por mercee que mandees aos ditos corregedores que ora ssam e aos outros que ao diante forem que nos guardem nossos privillegios e cartas assy e pella guisa que em ellos he comtheudo e fazer nos ees gramde mercee.

Mandamos que guarde ho Corregedor a hordenaçam que sobre esto he feita. E nom o fazendo e tomando as ditas guardas que pague de penna quinhentos rreaees pera o comcelho e sejam logo postos em rrecepta sobre o que rrecebe ssuas rrendas.

Outrossy señor quamdo ho corregedor vem a esta villa toma conhecimento da almotaçaria e dos sseus feitos em aquelles casos que lhe ssom defesos per as hordenações e per seus rregimentos. Pedimos vos por mercee que mandees aos juizes e officiaaes do comcelho que lhes nom guardem seus desembargos. E em esto nos farees gramde mercee.

Mandamos que sse guarde a hordenaçom que sobre esto foy feita em Santarem.

Outrossy señor em certas aldeas e termo desta villa sse

faz ferro. E sempre o trouxerom a vender cada somana aa segunda feyra em o quall dia fazem feyra no dito logo. E ora ho vendem em suas casas por furtarem vossas ssysas e por abaterem as homrras e privillegios da dita villa. Porque nos pidimos por mercee que lhes mandees poer tall penna que nem hũu nom seja tam ousado que o venda em sua casa salvo na dita villa e mercado como sse sempre husou e fazernos ees em ello mercee.

Mandamos que sse sempre assy husou e customou de trazerem ho ferro aa feyra que assy sse faça.

Outrossy señor vos pidimos por mercee que porquanto aa dita villa vem algũus fidallgos que trazem muytas gemtes e nom acham estallageẽs avondosas em que pousar porquanto ssam tam pequenas e minguadas de muytas cousas e apousemtamsse com os moradores do dito logo. Os quaaes rrecebem per alguũas guisas desomrras e perdas e agravos por o quall o lugar he muyto agravado que lhes dees licença e lugar que o dito comcelho possa fazer huũa estallagem pera pousar quallquer pessoa que vier. E posto que traga vinte ou trinta scudeyros com todas suas bestas e fardagem que trouverem. E com comdiçom qué os juizes nom ajam lugar de dar a nẽhũu fidallgo nẽ a outra pessoa pousadias nẽhuũas a dita estallagem. E ella seja do comcelho e aja os proees que ella remder em cada hũu anno. E o estallajadeyro seja privilligiado de todollos officios do comcelho. E o dito comcelho a rrepayrara de todas as cousas que lhe comprir. E em esto lhes fazees mercee.

Praz nos que o comcelho faça quantas estallageẽs quizer e aja os proveytos e assy outras quaeesquer pessoas que as fazer quizerem. E lhes sejam dados privillegios em forma acustumada (1).

No Livro 2.º, *Beira*, fl. 168 v. e no 2.º de D. João II, fl. 87 v. se encontram os Capitulos dados nas «Cartas que ora fezemos» sendo a elles procurador por Moncorvo Vasco Martins, datados por el-rei em Montemór o Novo a 5 de fevereiro de 1482.

---

(1) *Alem Douro*, liv. 4.º, fl. 222. *D. Affonso V*, liv. 2.º, fl. 27 v. No livro do *Registo da Camara de Moncorvo* encontra-se um privilegio concedido em 1693 a Baptista Gomes para que possa dar estalagem real e ainda a provisão passada nas mesmas condições em 24 de fevereiro de 1708 a favor de Manuel Gomes Pacheco, natural de Moncorvo.

Nelles pediam os moncorvenses que o «vedor que ora he das obras desta comarca que tem cargo desta Torre que mande poer as vossas armas com o timbre ou sem elle sobre a porta da dita Torre». Deferio-lhe elrei.

«Item Senhor vossa alteza saberá que averá annos que este Comcelho cayo em certas pessoas por huua quita que fezemos a huũ nosso vizinho de huũa renda que teve do dito Comcelho que eram honze mil reaes. E El Rey vosso padre cuja alma Deus aja, nos quitou a metade. Pidimos a vossa Senhoria que nos faça mercee da outra metade porque Senhor ficamos muyto gastados do tempo da guerra e por outras ocupaçoẽes e vos beyjaremos por ello as maoõs».

Igualmente lhe deferiu exceptuando porem, o caso de da dita renda haver sido feita merce a alguma pessoa.

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Pinhaes, soutos e montados — Cultura, tratamento e exploração destas mattas — 1.ª parte — *Pinhaes,* por Carlos A. de Sousa Pimentel. Lisboa, Typ. de Cristovam Augusto Rodrigues, 1882.

Reforma nos serviços do Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria, approvadas por decreto de 24, 28 e 29 de julho de 1886. Lisboa, Imp. Nacional, 1886.

Manual pratico de Viticultura para a reconstituição dos vinhedos meridionaes, por Gustavo Foëx. Porto, Liv. Civilisação, 1886.

Collecção de leis e regulamentos geraes de Sanidade urbana e rural. — Tomos I e II. Lisboa, Imp. Nacional, 1896.

Estudos sociológicos — Indigenas de Moçambique — Memoria apresentada ao Congresso colonial de 1901, por Manuel Moreira Feio. Lisboa, Typ. do «Commercio», 1900.

Arma de engenharia — Curso elementar de construcções, por Luis Augusto Leitão. Lisboa, Imp. Nacional, 1896.

Associação industrial portuguesa — Catalogo da exposição nacional das industrias fabris realizada na Avenida da Liberdade em 1888. — Volume I. Lisboa, Imp. Nacional, 1888.

Portugal — Ministerio dos Negocios da Fazenda — Emigração portuguesa — Annos de 1902, 1903 e 1904. Lisboa, Typ. da «A Editora», 1905.

Almanach do exercito ou Lista geral de antiguidades dos officiaes combatentes e não combatentes do exercito e empregados civis — 30 de junho de 1908. Lisboa, Imp. Nacional, 1908.

O ensino colonial e o congresso de Lisboa, por Antonio Cabreira. Lisboa, Typ. Gutemberg, 1902.

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa — 6.ª serie — N.os 9, 10 e 11. Lisboa, Imp. Nacional, 1886.

Os planos financeiros do sr. Mariano de Carvalho. Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1893.

Africa Orienial — Portugal em Lourenço Marques, por Eduardo Borges de Castro. Porto, Typ. da Empreza Litteraria e Typographica, 1895.

Agronomia elementar ao alcance de todos os lavradores, por A. Cesar C. do Inso. Lisboa, Imp. de Evangelista Torres, 1890.

Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria — Decretos, portarias e circulares publicados desde 20 de agosto a 31 de dezembro de 1898. Lisboa, Imp. Nacional, 1899.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.EL ALBERTO DA CUNHA DA ROCHA SARAIVA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 9

1913
Setembro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 465
Memórias de Castilho, por Julio de Castilho..... 476
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 496
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo..... 506

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 8, pag. 427)

Os esforços de Goethe para tornar o fragmento um todo harmonioso e ligar scenas dispersas, compostas sob a inspiração de momento, foram inúteis. Goethe arvorava em teoria, como regra de arte e bom gôsto, a sua incapacidade para compôr um grande conjunto. «Desconfiai de uma grande obra, dizia o poeta a Eckermann. Que dispêndio de energias, que tensão de fôrças intelectuais não são logo indispensáveis para ordenar e organizar um todo completo? E que fôrças, que vida tranqùila sem agitações, não serão imprescindíveis para proceder à execução e fundir tudo de uma só vez! Se houve engano no plano do conjunto, fica perdido o trabalho inteiro... Pelo contrário, se o poeta dirige todos os dias o pensamento para a vida presente, se trata imediatamente o assunto enquanto a impressão está fresca, o que produzir há-de ser bom».

A fragmentação extraordinária do Fausto e a diversidade de tons, bem acentuada de scena para scena, impressionaram vivamente os escritores de então. Até os admiradores mais entusiastas do poeta notaram esse defeito. Em carta dirigida a Schiller, em 29 de junho de 1790, diz Körner: «Na verdade encontro no poema discordâncias que se explicam pelo facto da maioria das scenas não ser da mesma data. Há porêm muita cousa que me agrada. sobretudo a superioridade do caracter de Fausto, em comparação com o de Mefistófeles, embora êste mostre provisão abundante de ideias, experiência e argúcia. A par de tais qualidades vejo defeitos como o «Bänkelsängerton, den Goethe gewählt hat, der ihn nicht selten zu Plattheiten verleitet, die das Werk verunstalten».

As revistas e jornais do tempo não o pouparam com críticas severas, quasi sempre injustas. A filosofia racionalista não compreendia a vasta concepção de Fausto, e só mais

tarde a escola romântica devia ir procurar à obra a defesa e aplicação das suas teorias sôbre arte: o sentimento e a consciência com seus direitos divinos, contrapostos à filosofia puramênte raciocinada, a paixão com excessos e arrebatamentos selvagens, a independência absoluta reivindicada para o génio que se insurge por vezes contra reputações literárias já consagradas, contra as distinçõcs sociais já de há muito estabelecidas, preferindo á complacência para com as mentiras da sociedade corrupta e falsa a solidão no meio dos bosques, dos lagos, e das montanhas.

A «Allgemeine Literaturzeitung» classificava o Fausto de «seltsamer», e da figura sublime de Margarida só sabia dizer: «Zugleich ist und zwar in Knittelversen ein weibliches Geschöpf geschildert, ein albernes, alltägliches Gänschen, das durch einfache Natur, durch Unschuld und Weiblichkeit die Züge bald einer Madonna, bald einer Magdalena erhält, und, mit jenem unglücklichen Opfer seiner erhabenen Triebe (Faust) in einen Abgrund gestürzt, die tragischen Empfindungen der Rührung und des Schreckens in vollstem Masse erweckt. Aber dies alles, so wie der ganze Faust, liegt ausser aller Theorie, und ist das unerklärliche Eigentum des Genies».

Ainda menos pródiga em elogios foi a «Allgemeine deutsche Bibliothek» de Nicolaï, que devia ser, como se tinha proposto, formalmente a continuação da Enciclopédia francesa. Na opinião de um crítico anónimo (Gaspari) tudo era baixo no Fausto e desordenadamente disposto.

Nos anos que se seguiram a 1790, a grande obra parecia ter caído no esquecimento. O próprio Goethe com certa tristeza e mágua, julgava o seu trabalho deficiente e incompleto, com inúmeras lacunas, dificeis de preencher. Quando em 1794 Schiller manifestou desejos de conhecer as scenas inéditas, o genial poeta, a quem um escritor do tempo se atreveu a taxar de celebridade extincta — eine verschollene Berühmtheit — respondeu: «Nesta ocasião nada posso comunicar-vos sôbre o Fausto; não me atrevo a abrir o maço, onde está cativo. Não poderia transcrevê-lo sem retocar, e para isso falta-me a coragem. Se alguma cousa me pode incitar a tal trabalho é o interesse que o amigo mostra pela obra. (Kann mich künftig etwas dazu vermögen, so ist es gewiss Ihre Teilnahme).

A instancias de Schiller, Goethe propõe-se continuar o poema e assim promete alguma cousa do Fausto para a revista mensal, «die Horen» que o autor do Tell dirigiu de

1795 a 1797. Dois anos decorreram, sem que Goethe manifestasse desejos de continuar uma obra, cujo plano era tão vasto que êle em mais de uma carta dirigida a Schiller, classificava o Fausto de composição barbara, ao mesmo tempo que afirmava não procurar já obedecer exactamente a todas as condições da arte, mas limitar-se a tornar interessante cada passagem em especial, de modo que o leitor encontre aí com que exercitar e entreter o pensamento, porque o todo ficará sempre um fragmento (1).

Para pôr em prática o plano da obra, que como diz Goethe, se reduz realmente a uma ideia abstracta, carecia de grande força de vontade que talvêz se não tivesse afirmado na continuação do Fausto, sem as instancias contínuas de Schiller nesse sentido. Em 1796 publicou Schink nôvo drama sôbre Fausto, mesquinho porêm na forma e na expressão.

O estudo das baladas transportou Goethe a um mundo ideal e superior. O artista de então procura a ideia da obra, esforçando-se, com os poderosos recursos da sua alta capacidade de síntese, por relacionar e dispôr as scenas num todo harmónico e dêsse modo experimentar a sensação deliciosa de vêr a sua obra perfeita e completa.

A 23 de junho de 1797 organiza Goethe novo esquema do assunto, pelo qual se reconhece que Goethe conseguira encontrar o leit-motiv da acção. Nesse interessante esbôço descoberto entre os papeis do poeta, veem indicadas as scenas por numeros e na sequência das diferentes partes nota-se certa disposição e ordem que nos permitem seguir regularmente a intenção do autor. A primeira parte vai dos numeros 1 a 19; a segunda de 20 a 30. O número 6 indica provavelmente a scena do aluno; o número 16 a scena de Valentim; a noite Walpurgis é indicada pelo numero 17; a reunião dos espectros depois da noite de Walpurgis, mais tarde banida da obra por 17 *a*. O número 20 representa a scena no palácio do imperador, o 27 a morte de Fausto; o 28 a luta das potestades celestes contra o inferno, em volta da alma de Fausto, e finalmente o número 30 corresponde à dedicatória e ao prólogo no teatro.

Schiller atríbuia à sua influência, na verdade muito benefica e fecunda, a preocupação constante de Goethe em estabelecer um laço poético bastante poderoso, capaz de conter

---

(1) Vide Correspondência entre Schiller e Goethe. Cartas de 2 de Dezembro de 1794, 22, 26 e 27 de Junho de 1797.

a caudalosa massa que trasborda sem cessar. Contínuamente aconselhava o amigo a subordinar todo o plano preestabelecido a uma ideia (Vernunftidee).

A ideia de que falá Schiller não pode significar uma verdade filosófica que o poeta se propusesse demonstrar, mas sim a força invencivel do bem, a sua vitória que se presente desde o comêço do drama até ao desenlace, original e lógico ao mesmo tempo. Na cadeia eterna das causas finais, o mal serviu para produzir o bem.

Goethe pensou em adaptar ao teatro o poema grandioso. Não teve tal ideia, levado pelos desejos de enriquecer o reportório do teatro de Weimar com uma peça nova.

Já antes de 1796 nos seus anais deixa transparecer a preocupação de enriquecer a literatura dramática com o Fausto.

O modesto teatro de Weimar não possúia o rico e variado scenario que o Fausto exige para ser posto em scena. Muitas tentativas nem sempre coroádas de bom exito, se fizeram, no sentido de conseguir a representação das duas partes reunidas. Entre outros, Otto Devrient aconselhava uma disposição scénica, análoga à dos antigos mistérios, com três andares, figurando o céu, a terra e o inferno.

Outro dramaturgo célebre Franz Dingelstedt, pouco tempo antes da sua morte em 1881, propunha-se organizar a representação das duas partes, mas com o assunto dividido por três peças, durante o dia inteiro, a título de festa nacional e literária. A acção desde o comêço do drama até ao passeio de Fausto em companhia de Wagner, formaria a primeira peça a segunda íria até ao fim da primeira parte; a segunda parte constituiria o enredo da terceira peça. Dingelstedt, em defesa da sua ideia, recordava os processos do teatro grego e a trilogia de Wallenstein, representada em Weimar, no dia 11 de novembro de 1863, para festejar o aniversário do nascimento de Schiller.

Goethe não desconhecia a grande dificuldade de fazer representar todo o Fausto. É o que mostra claramente com as palavras: «Allein, was ich auch tat, ich entfernte ihn mehr vom Theater, als dass ich näher herangebracht hätte».

Não persistiu por muito tempo o seu afan na continuação do poema: O grande poeta sentia em si tendencia irresistivel para actuar e variar de assunto o que, se muitas vezes o desviava do seu caminho, o estimulava sempre, aumentando-lhe o entusiasmo e o vigor combativo para as lutas da vida. Por isso raro escreveu seguidamente uma obra.

O regresso à pátria de um historiador de arte que chegara

de Roma, despertou nêle as reminiscencias, já de há muito adormecidas da arte clássica e por isso abandonou com desprezo o Fausto «composição barbara, burlesca e fantástica». A contrariedade, com que retoma o seu trabalho, transparece na Dedicatória, composta em 24 de junho de 1797. Goethe, já experimentado pelas agruras de uma longa vida, partidário da forma clássica, sente terror instintivo, ao evocar os tipos, cheios de originalidade, paixão e vida que creára ainda bastante novo. Aproximadamente na mesma data produziu o «Vorspiel auf dem Theater» e o «Prolog im Himmel». Até à sua terceira viagem para a Suissa, nada mais escreve, mas ao voltar para Weimar em 30 de novembro, compreende a necessidade de completar a obra. O Fausto pesa-lhe como carga enorme que a todo o custo tem de alijar. Não pode, porêm, encobrir a sua antipatia e desagrado pela mistura grotesta de estilos tão variados e assim injuría o drama com a humilhante designação de Tragelaph (à letra Bocks=hirsch, =d. h. barockes Gemisch verschiedener Stilarten).

É contudo indispensavel voltar a «êste Fausto barbaro, a esta lenda fantástica e grotesca, interminavel rapsodia que parece não ter fim nem fundo. Em abril de 1798 entrega-se de novo à composição do Fausto, com todo o cuidado e persistencia, refundindo a antiga materia fragmentada e a conselho de Schiller insere no poema a serie de epigramas «Oberons und Titanias goldne Hochzeit», destinados ao Almanack das Musas, em que Goethe e Schiller sob a forma de disticos mordazes — as Xenias — parodiaram as celebridades grandes e pequenas do mundo literário.

A chegada da primavera, pelos seus encantos e delícias tão festejada por toda a parte, mas principalmente nos países do norte germanicos, escandinavos e slavos, e a despedida do inverno, com o seu cortejo de nevoeiros, noites de vento, frio e chuva inspiram-lhe as duas admiraveis descrições da ridente estação no Passeio da pascoa e na noite de Walpurgis.

Entre os motivos que o estimulam a continuar a grande epopeia da vida humana não devemos esquecer a insistencia do editor Cotta, espírito superior e coração delicado que sempre apreciou e auxiliou os homens de valor do seu tempo. Esperançado já na realização final do vasto plano, comunicara Goethe em agosto de 1798 a Jean Paul que dentro de poucos meses a conclusão de Fausto seria um facto. Levado por uma grande honestidade literária e pelo desejo de dar às suas creações realidade e vida que transparecem ainda

quando por vezes se transporta a um mundo ideal, povoado de espíritos fantásticos, continúa estudando com o máximo interesse e prazer em vários livros de magia as práticas complexas, exquisitas e perversas das bruxas que imprimem às scenas «Hexenküche» e «Walpurgisnacht», uma variedade bizarra de formas, de belo efeito em scena.

Pelos fins do ano escrevia Schiller ao livreiro Cotta que Goethe ainda havia de ter muitas canceiras, antes de terminar a sua obra, mas que tinha grandes esperanças no verão seguinte.

No ano de 1799 a leitura do Paraíso perdido de Milton que os corifeus da escola suíssa e saxonica tomaram como modêlo, em oposição ao afectado classicismo francês, deu-lhe novas energias e com as animadas pinturas da natureza, despertou-lhe a sua grande força creadora. Em setembro da mesma data só de passagem se entregou ao seu trabalho e a intenção de publicar no setimo volume das suas novas obras a «Oberons und Titanias goldne Hochzeit», que entrava no Fausto, mostra como Goethe via ainda longe o termo do seu poema.

Schiller e aqui mais uma vez mostra a bondade da sua alma, a constancia de uma afeição nunca alterada pela mais pequena sombra de inveja ou animosidade e a influência benefica que exerceu em Goethe e que êste pagou com igual generosidade, escrevia a Cotta: Sie können ihn durch glänzende Anerbietungen dahin bringen, dieses Werk in diesem Sommer auszuarbeiten.

A carta de Cotta não se fez esperar e produziu o efeito desejado. A 11 de abril entrega-se novamente à composição do poema que continúa até à partida para Leipzig no fim do mês. É provavelmente dessa data a invocação do demónio, quando aparece na forma de um cão de agua (Pudel). Nesse verão ocupou-se da tradução de Tancredo e pouco mais escreveu sôbre o assunto. Pensava já, porêm no destino do herói, e no modo de concluir a tragédia com a morte de Fausto.

Quando Boisserée em 3 de agosto de 1815 lhe pediu informações sôbre o desenlace dramático, Goethe respondeu: «Das sage ich nicht, darf es nicht sagen, es ist auch schon fertig und sehr gut und grandios geraten, aus der besten zeit». E a 2 de maio de 1831 declarava a Eckermann que a ideia das primeiras scenas do acto V datavam de há trinta anos. Alguns fragmentos nos ficaram dessa antiga disposição desde a canção dos lemures até às lamentações de Mefisto

sôbre a falta de cumprimento do contracto. Em 1800, antes de terminar o Fausto, volta ao episódio de Helena, no qual trabalhava desde 1780.

Depois da sua viagem ao país da arte, a forma grega era aos olhos de Goethe a única perfeita que o passado nos legou. Tinha-se tornado admirador entusiasta dos modêlos da antiguidade greco-romana, artista que procura pela harmonia e belezas da forma dar relêvo às ideias e às cousas.

Já se desvanecera a fecunda efervescencia da juventude e por isso Goethe que com a edade se mostra, em contraposição com o passado, circunspecto pontual e solene, receava empanar a beleza ideal e pura de Helena com o estilo movimentado de Fausto, ou usando a sua maneira de dizer própria, barbaro. Temia converter o tipo eterno da beleza clássica numa figura grotesca sem arte e brilho. Pede sôbre o assunto parecer a Schiller e êste é de opinião que não deve alterar o tom inicial da obra. No Fausto, Goethe deve afirmar em toda a parte os direitos de Fausto (Goethe muss in seinem Faust überall sein Faust recht behaupten). A superioridade do seu génio revela-se no mais alto grau, na criação de Helena. Com a liberdade dos romanticos que permitem a fusão e mistura de todos os estilos, não veste Helena à moda alemã, porque isso seria um anacronismo disparatado e injustificavel. Como a personalidade do artista, mesmo quando êste imita, faz da obra uma interpretação, mas nunca uma cópia, Goethe não quer imitar fracamente os antigos e por isso rejuvenesce um tema velho com ideias novas. A poesia clássica reconcilia-se com a poesia romantica e o mundo antigo com o mundo moderno na união alegórica de Fausto e Helena. Schiller foi o primeiro a ouvir os acordes harmoniosos e dolentes das cativas troianas, quando a heroina grega aparece em scena, presentindo nos sentimentos graves e religiosos que o côro exprime a majestade do côro antigo.

Entusiasmado com a criação grandiosa de Goethe escreve: «Gelingt Ihnen diese Synthese des Edlen mit dem Barbarischen, wie ich nicht zweifle, so wird auch der Schlüssel zu dem übrigen Teil des Ganzen gefunden sein, und es wird Ihnen alsdann nicht schwer sein, gleichsam annalytisch von diesem Punct aus den Sinn und Geist der übrigen Partien zu bestimmen und zu verteilen. Denn dieser Gipfel, wie Sie ihn selbst nennen, muss von allen Puncten des Ganzen gesehen werden und nach allen hinsehen».

Depois de um prometedor começo de 265 versos interrompe

o episódio de Helena e dirige de novo a atenção para os extravagantes tratados de magia e bruxaria, onde procura elementos para a noite de Walpurgis que poderá parecer o triunfo do sensualismo grosseiro sôbre o que é belo e nobre.

Em janeiro de 1801 a doença de Goethe impoz uns momentos de repouso, mas logo recomeça o seu trabalho, com mais ardor ainda. A 4 de abril comunicava a Schiller a alegre notícia de que só faltava preencher a grande lacuna antes da scena de Wagner, o que conseguira em parte com a scena da discussão magna das teses universitárias.

Em quasi todas as universidades alemãs como até há bem pouco na nossa, o acto final da defesa de teses era revestido de grande pompa e solenidade.

No primeiro plano de Goethe, Mefisto, depois de Wagner ter falado, entra na sala como «fahrender Scolast» e desdenhoso e perfido quer mostrar aos estudantes e ao inexperiente doutor a loucura que cometem, dispendendo energias inuteis à procura de sciência baloufa e estéril. Fausto pede a Mefisto que em vez de diluir o pensamento em discursos banaes e campanudos, exprima a sua maneira de vêr pessoal sôbre pontos definidos e restritos. Mefisto assim faz: elogia os costumes dos «scholastici vagantes» que na idade média viajavam de terra em terra, em trajes de mendigo, exercendo as mais das vezes profissões duvidosas e charlatanescas, como as de migromante e mágico, mas que adquiriam grande experiência e soma de conhecimentos. Na discussão indica as deficiências do ensino oficial, classificando-o de verbal, pedante e deformador de cerebros e caracteres. Fausto reconhece por fim que a primeira qualidade de um grande génio é não só sentir como exprimir de modo próprio e original. É o mesmo pensamento que transparece nas palavras de Fausto a Wagner: «Erquickung hast du nicht gewonnen wenn sie dir nicht aus eigner Seele quilt».

Depois de Mefistófeles ter apresentado a Fausto grande número de problemas e questões scientificas sôbre sciências naturais e magia, êste por seu turno pergunta a Mefisto se seria possivel a existência de uma actividade espiritual criadora. A ideia da discussão de teses foi sugerida a Goethe por um antigo livro de Erasmo Francisci, onde vem mencionada a discussão, que adiante referirei, entre o erudito chinês e o jesuita.

Alêm disso o doutorando oferecia aos seus amigos e professores um jantar solene, em que eram apresentadas as mais cus-

tosas iguarias e servidos vinhos caros. É o «Doctorschmaus», de que se fala no verso 1712:

«Ich werde heute gleich beim Doctorschmaus
Als Diener meine Pflicht erfüllen».

O «Disputationsaktus» não chegou a ser concluído e aproveitado; possuímos, contudo, fragmentos interessantes, pelos quais podemos reconstituir a curiosa scena que conjuntamente com a do aluno caracteriza bem a deficiência intelectual do corpo docente das Universidades da época.

O professor prelecionava sôbre autores cujas obras não lêra e por isso tal estudo era fatalmente baloufo, palavroso e mais que inútil prejudicial. Ainda hoje, na opinião de Max Morris, o ensino superior peca por vezes do mesmo defeito: lê-se a lógica de Kant pelos compendios de Meier e Baumeister, a metafisica pelos de Baumgarten e a moral por Baumeister. Julgo de todo o interesse transcrever os curiosos fragmentos que existem, pois por eles, se poderá fazer uma ideia clara e exacta dos bizarros costumes académicos medievais.

A scena começava assim:

Auditorium
Disputation
Schüler von innen.
Lasst uns hinaus! wir haben nicht gegessen.
Wer sprechen darf wird Speis und Trank vergessen
Wer hören soll wird endlich matt.
Schüler von aussen.
Lasst uns hinein wir kommen schon vom Kauen;
Denn uns hat das Convickt gespeist.
Lasst uns hinein wir wollen hier verdauen
Uns fehlt der Wein, und hier ist der Geist.
Fahrender Scholasticus.
Hinaus! Hinein! Und keiner von der Stelle!
Was drängt ihr euch auf dieser Schwelle!
Hier aussen Platz und lasst die innern fort,
Besetzt dann den verlassnen Ort.
Schüler
Der ist vom fahrenden Geschlecht.
Er renomirt, doch er hat recht.

Possuímos alêm disso o seguinte esquema:

Halbchor andre Hälfte Tutti der Studenten den Zustand ausdruckend. Das Gedräng die Wogen (?) das ein und ausströmen. Wagner als Opponent letzter. Macht ein Compl(iment.) Einzelne Stimmen. Rektor zum Pedell. Die Pedellen die Ruhe gebieten. Fahrender Scholasticus tritt auf.

Schilt die Versammlung Chor der Studenten Halb. Ganz. Schilt den Respondenten. Bescheiden dieser lehnts ab.

Faust nimmts auf. Schilt sein Schwadronieren. Verlangt dass er articulire. Meph. thuts fällt aber gleich ins Lob des Vagirens und der daraus entstehenden Erfahrung. Chor halb. F. Ungünstige Schilderung der Vaganten. Chor halb.

M. Kenntnisse die dem Schulweisen fehlen.

F. Γνωδι σεαυτον im schönsten Sinne. Fordert den Gegner auf Fragen aus der Erfahrung vorzulegen. Die F. alle beantworten wolle.

M. Gletscher Bolog. Feuer. Charibdis. Fata morg. Thier Mensch (1).

F. Gegenfrage wo der schaffende Spiegel sey.

M. Compliment. Die Antwort einandermal.

F. Schluss. Abdanckung.

Majorität Minorität der zuhörer als Chor.

Wagners Sorge die Geister möchten sprechen was der Mensch zu sich zu sagen glaubte.

Mefistófeles pede a Fausto a solução de problemas dificeis; êste julga desconcertar o hábil contradictor com a pergunta: «Wo ist der schaffende Spiegel?» Mefisto responde sem hesitação: «Im Kopfe». No trabalho de Erasmo Francisci — Neupolierter Geschichts — Kunst-und Sitten-Spiegel, Nürnberg, 1670, pág. 42 vem citada a polémica acerca da teoria do pensamento entre o chinês e o jesuita. O chinês sustenta que as cousas do mundo exterior são criadas de novo na cabeça do homem; na opinião do padre o cérebro não é causa produtora da ideia; o pensamento não é mais do que a imagem do mundo exterior, que por assim dizer se reflecte no cérebro humano. Argumenta do seguinte modo: «Quem não vê que há grande diferença entre êstes dois fenómenos: num espelho vemos exactamente representada a imagem do sol e da lua; quem será tão acanhado de espírito que afirme ser o espelho a causa produtora da lua e do sol?»

Aos filósofos que concebiam o mundo, o tempo e o espaço como pura criação subjectiva do espírito, opunha-se a opinião que vê no espírito um reflexo das cousas exteriores,

---

(1) A Fata Morgana (palavra italiana que significa a fada Morgana) é um dos espectaculos mais curiosos que se observam das eminências da costa da Calabria, olhando na direcção de oeste para o estreito de Messina. O fenómeno é visivel nas manhãs serenas, quando o sol se eleva por detrás das montanhas da Calabria, formando com a superficie do Mediterraneo um ângulo de 45°. Veêm-se extraordinariamente amplificados os objectos colocados sôbre a costa siciliana no raio de sombra projectado pelas montanhas de Messina. Nêste quadro notam-se gigantêscas figuras de homens e cavalos, por vezes coloridas, quando a atmosfera está saturada de vapores.

uma construcção da experiência sensivel. Aos metafísicos que faziam sair tudo da alma e do sujeito pensante, o realista por uma reacção excessiva pretende estabelecer que tudo vem dos objectos de fóra e esforça-se por encontrar nas percepções dos sentidos todas as condições da genese e formação do espírito.

Goethe inclina-se para o modo de pensar do chinês. (Vide Carta a Schiller de 6 de janeiro de 1798). O receio de Wagner pelos espíritos que transparece igualmente no drama definitivo na scena que precede o aparecimento do demónio na figura de cão, podia ter sido sugerido a Goethe pela seguinte passagem da obra referida de Francisci. «O padre diz ao capitão do navio: e assim descobrireis que as suas acções não foram postas em prática por iniciativa própria, mas sim inspiradas por Satanaz».

Sôbre a argumentação, seguida pelo auditório que manifestava o seu modo de pensar ora por calorosos aplausos, ora por acres recriminações de censura temos os Paralipomena 19, 61, 18 em resposta ao argumento de Mefisto — Kenntnisse die dem Schulweisen fehlen:

Die Wahrheit zu ergründen
Spannt ihr vergebens euer blöd Gesicht
Das Wahre wäre leicht zu finden
Doch eben das genügt euch nicht.

Die blosse Wahrheit ist ein simpel Ding
Die jeder leicht begreifen kann
Allein sie scheint euch zu gering
Und sie befriedigt nicht den Wundermann
Drum wollt ihr, dass man euch belüge
Und dankt dafür wenn.....
Und.... .

Mit pathetischem Dünckel
Quadrirt den zirkel
Bissecirt den Winkel
Und wo die Klügsten selbst sich wunderlich geberden
Das kann hier Schüler arbeit werden.

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

(Cont. do n.º 8, pag. 451)

XV

Outra vez se menciona a representação do *Tartufo*. — Pormenores. — Uma boa carta de Silva Tullio. — Representa-se o *Tartufo* no theatro do Porto. — Bellos versos de Guilherme Braga. — Prova da honrada docilidade de Castilho: *calafrio* e *calefrio*. — Outra prova: carta a Mendes Leal. — Cômputo do que rendeu o *Tartufo*.

A primeira representação do *Tartufo*, como se deprehende de todos os testemunhos contemporâneos, foi um verdadeiro acontecimento no mundo artistico de Lisboa.

Tinha Castilho assistido, como a cima se disse, e alguns ensaios, tinha presenceado o enthusiasmo dos actores, e tinha ouvido Santos, grande prático, assegurar-lhe o resultado mais feliz; e comtudo... desconfiava, e tremia sempre diante do Público. Instado para assistir á estréia, recusára-se, em quanto não soubesse a maneira como a turba acolhêra os seus versos; deixára-se ficar em casa. A essas razões acrescia de refôrço um ligeiro ataque de rheumatismo.

Eu estava anciosissimo, mas tambem não tinha tido ânimo de ir ao theatro. Ás 10 e um quarto sahi, e cheguei a D. Maria II. Perguntei a alguns espectadores, e soube que o resultado obtido nada deixava para desejar. Corri para a rua do Sol, aonde cheguei ás 11. Quando me apeava ao portão, notei que outra carroagem se achava já lá. Subi a quatro e quatro, e achei meu Pae na livraria com algumas pessoas, tendo já ouvido a agradavel noticia pela bôcca de seu sobrinho Antonio.

A representação corrêra, graças a Deus, muitissimo bem. Houve delirio nas chamadas a Santos, a Emilia Adelaide, a Antonio Pedro, a Castilho. O theatro achava-se cheio de flores; e com taes intérpretes, actores e traductor, o nome primacial de Molière alcançou perante a História mais uma consagração.

Assisti á ceia de meu Pae, as suas hervas do costume.

*

Encontro por acaso a carta, que no dia seguinte Castilho recebeu de Francisco Palha:

«Ill.mo e Ex.mo Amigo e Snr.

«Um abraço bem apertado pelo exito brilhantissimo do *Tartufo*. Procurei-o hontem no theatro, e soube com bastante mágua que está doente. Pena foi que força maior o impedisse de nos dar o gosto de o vermos, e de applaudil-o na propria bochecha. O triumpho não podia ser mais completo, e Santos fez um milagre até hoje ignorado em Portugal. Tudo magnifico. Maior é desde hontem a nossa responsabilidade; e tenha paciencia de lhe dizer que o não quero cá em quanto o *Avarento* não estiver em caminho de ser ouvido sem syllabadas que crispem os nervos, e sem hesitações que os não deixem em melhor estado. Faremos a diligencia toda para, se não podermos egualar o desempenho do *Tartufo,* nos tornarmos dignos da obra, do 1.º autor, e do 2.º

«Ordene V. E. ao seu secretario que me dê as suas noticias, que muito as deseja boas o De V. E. amigo e creado obrigadissimo — 19 de Janeiro de 1873 — *F. Palha*».

*

Acabo de falar na ceia do Poeta, as suas ligeiras e innocentissimas hervagens. Occorre-me a esse propósito o seguinte:

N'uns artigos humoristicos, em que o snr. Luiz Augusto Palmeirim dissertava, não me lembro já em que jornal literario, acêrca da gastronomia de alguns homens em evidencia, diz-se, pouco mais ou menos, e segundo as minhas reminiscencias, uma coisa parecida com isto: Garrett apreciava muito a cosinha franceza; Herculano era todo pela simples culinária lusitana; Castilho, ao voltar de fora, alta noite, comia feijão com orelheira.

Com o devido respeito, esta asserção última é inexactissima, por menos exacta interpretação do que o proprio snr. Palmeirim ouviu mais de uma vez. Eu me explico:

Ao sahir de algum theatro, diria Castilho:

—Vivam, meus senhores, vou-me aos meus feijões.

Ora esses *feijões* eram apenas um pratinho de feijão verde com manteiga, e nunca, nunca jámais, feijão com orelheira. O homem mais sóbrio do Reino, o vegetaliano mais assiduo que tenho conhecido, ceava apenas um prato de hervas, e esse mesmo leve. O snr. Palmeirim, de certo sem a intenção faceta de dar Castilho como um glutão grosseiro, tomou a nuvem por Juno, e, sem querer, enganou os seus leitores futuros. Rectifico o lapso.

Bulhão Pato, que, mais do que o snr. Palmeirim, conheceu Castilho de perto, escreveu:

«Comia menos do que uma donzella enamorada e romantica. Passou annos sustentando-se só de hervas, e bebendo apenas um trago de vinho ao jantar. E tinha o peito ancho, os braços musculosos e cabelludos, as mãos fortes» (1).

Voltemos ao *Tartufo*.

*

D'entre varias cartas affectuosas então recebidas, figura uma do sempre bom Silva Tullio. É tão caracteristica, tão espontânea, que não posso furtar-me ao gôsto de a archivar aqui. Eil-a:

«Presadissimo amigo.

«19 de Janeiro de 1873.

«Tencionava ir hoje dar-lhe muitos abraços pelo exito da sua magnifica obra; mas não posso; ficam em deposito.

«Duas palavras sobre a impressão que me fez a primeira recita.

«O palco houve-se exemplarmente. Nunca vi peça tão bem ensaiada, e tão afinadamente representada. O Santos, não tanto como eu suppunha. Vinha mal trajado, e não deu á expressão do papel a mutabilidade que elle exige. Antonio Pedro inexcedivel. Emilia Candida optima. O Santos pode, e deve, corrigir o seu modo de representar o seu papel. Hontem se lhe disse. A platêa gostou, e applaudiu, mas não me pareceu que comprehendesse a belleza espantosa da ver-

---

(1) *Sob os ciprestes,* pag. 350.

sificação, e a agudeza das ironias e sentenças, em que a versão vence o original. Applaudia mais as jocosidades do que as grandes lições que a peça encerra. Havia bons entendedores na platêa, e esses regalaram-se de ouvir boa poesia; pelo descostume, não mostraram ter-lhes cahido bem no ouvido tão melodiosa metrificação. Verdade seja que a enchente incommodava a todos; os amigos do beneficiado só procuravam festejál-o, e elle proprio não estava senhor de si. Nas subsequentes representações, espero que este primor do seu engenho realçará muito mais. Notei que os louvores que nos corredores se faziam á versão não correspondiam ás palmas que aliás acompanharam a representação.

«Emfim, deve estar contente, como eu estou, attendendo aos *tempos seccos* que vão correndo para os bons fructos.

«Hoje, se podér, vou ver a 2.ª recita.

«Os amigos de V. E. não approvaram a sua ausencia. Á primeira chamada de *Castilho,* a platêa suppoz que Santos n'um gesto dissera que V. E. estava deitado no camarim, e cessou o pedido; mas no final da peça fez-se segunda chamada, e Santos declarou que V. E. não estava no theatro. Muitos applausos, apesar da ausencia.

«Tive pena que o nosso Julio não fosse, pelo menos, á caixa.

«A Tia Lina (1) esperava-o cá, e sente que, por causa do seu joelho, não sahisse de casa. Á vista o mais que ora me escapa.

«Não cesso de dizer que os actores subiram até onde nunca tinham chegado. Dizem-me que vão prescindir do ponto.

«Abraços e parabens das nossas damas, e do — Seu do coração — *Silva Tullio*».

*

Continuarei com o assumpto.

N'este verão ia a companhia do theatro normal dar ao Porto algumas representações.

O *Diario de Noticias* de 26 de Julho de 1873 publicava este telegramma:

Porto, 24, 10h, 35m.

O Tartufo produziu grande enthusiasmo. Estava tudo cheio;

---

(1) Affectuosa designação domestica da senhora D. Maria Lina de Caldas Aulete, cunhada de Tullio. — *J. de C.*

as chamadas foram sem conto; houve corôas, versos, bonitos presentes, etc.

O *Jornal da Noite* publicava tambem communicações telegraphicas em egual tom; e as folhas do Porto em geral afinavam pelo diapasão. Entre estas, depara-se-me no *Primeiro de Janeiro* de 27 de Julho uma apreciação pelo snr. Alberto Pimentel, onde se lê:

«A primeira representação do *Tartufo* no Porto, realizada na noite de quarta feira, foi um verdadeiro triumpho para Castilho, e Santos. Os periodicos portuenses disseram largamente da festa no dia seguinte, o que dispensaria este folhetim, se as exiguas dimensões do nosso jornal nos houvessem permittido dar maiores ensanchas á noticia do espectaculo.

«Força é porém saudar, tarde ou cedo, o escriptor, que, reconhecendo e lamentando a decadencia do nosso theatro, procura afanosamente revigorál-o, apropriando ao palco portuguez o mestre da comedia franceza».

Concluirei transcrevendo os versos, que a Santos dedicou o talentoso poeta portuense Guilherme Braga na memoravel noite da 1.ª récita:

Preparam c'roas mil os loureiraes em flor
ao Poeta sublime, ao portentoso Actor.
Enlaça a mesma gloria, o mesmo ardente brilho,
de Santos o talento, o genio de Castilho.
Fugindo do passado aos frios cultos vãos,
do mesmo eterno culto apostolos, irmãos,
á nova ideia excelsa, á ideia que os inspira,
teve um o gesto e a voz; o outro, as paixões, e a lyra.
D'aquelle, o eterno sol começa a despontar;
vem d'este a noite perto, e é-lhe o sepulcro altar.
Deus sobre elles lançou, cobrindo uma só alma,
a tunica de Homero, á purpura de Talma.

*

Esse mesmo poeta, infelizmente mallogrado para as Letras patrias, que tanto esperavam d'elle, dedicou a Santos, e entre applausos recitou de um camarote, esta nervosa poesia, na penultima noite em que o *Tartufo* subiu á scena no theatro de S. João:

Saudemos com fervor n'um tumulo, a esperança;
No passado, o porvir; no que é findo, o immortal!
Da impostura o flagello é morto para a França,
Mas n'um talento irmão revive em Portugal;

Perpetua noite o envolve, e, na apparente calma,
Depura o genio seu das trevas no crysol;
No olhar falta-lhe a luz, mas tem nos seios d'alma
Facho, incendio, cratéra... um'alvorada! um sol.

Saudae-o vós, ó mães! saudae os claros brilhos
Que a musa de Molière accende em musa irmã!
São para vós tambem, são para os vossos filhos!
Eram d'hontem, são d'hoje, hão-de ser de amanhã!

Dos satyros crueis ruge a vaidade fatua
Mordendo o pedestal que é de Castilho o altar.
O venerando ancião sente-se vivo, e estatua;
A estatua acceita ufana a c'roa popular.

Castilho de Tartufo a mascara rasgada
Perante as multidões ergue-a nas mãos senis,
E a gloria que lhe deu, devolve-a immaculada
Porque é d'um povo a gloria, a gloria d'um paiz.

Hão-de soltar-lhe aos pés nos ultimos arrancos
A extrema imprecação os satyros crueis;
Nós, a cidade livre, aos seus cabellos brancos
Mandamos do triumpho os viridos laureis!

Bem sei qu'inda entre nós, cá fora do proscenio
Tartufo resuscita, humilde como Job,
Mas, ao rolar assim, calcado aos pés do genio
Já medo não inspira... inspira nojo... e dó!

*

Alberto Pimentel escrevia em 24 d'esse mesmo Julho a Castilho esta carta, vibrante de mocidade e enthusiasmo:

«Ex.^{mo} S.^{nr} e meu presado Mestre.

«V. E. teve hontem um grande triumpho, e Santos tambem. O *Tartufo* foi delirantemente recebido. Como a festa era de V. E., e de Santos, tomei o meu posto. A. V. E. envio o *Commercio,* em que vem o improviso que recitei de um camarote. Parabens, mil parabens!

«Discipulo e amigo obrigadissimo — 24 de Julho — *Alberto Pimentel*».

*

Por estes extratos se está vendo a sensação profunda que no Público portuguez, e até nas pessoas menos bem prevenidas em favor do estro de Castilho, produziu esta sua nova

obra. Se me pedissem a minha opinião pessoal imparcialissima, em materia já aquilatada por bons criticos, diria:

De todas as nacionalisações de Molière devidas á penna d'este intérprete, as duas melhores são o *Tartufo* e *O medico á força;* logo depois segue *O avarento.*

O *Tartufo* é um poema de grande cunho, de incontestavel e assombrosa mestria. ¿Seria porém acertada a transplantação completa do enrêdo francez para terreno essencialmente portuguez? ¿Sería acertada a entrada do Marquez de Pombal, rebaixado ao papel secundario de um Corregedor qualquer? ¿Sería acertado (n'uma palavra) o tom demasiado burguez d'aquella familia culta e nobre? Confesso que me inclino para negativas, sem quebra da funda admiração que me merece o conjunto. A Posteridade julgará.

Isto, quanto á tarefa castiliana.

Quanto ao trabalho dos actores, havia realmente muitissimo que louvar tambem; fizeram prodigios.

E ainda assim... (perdôe-me a illustre memória do insigne José Carlos dos Santos) o papel do impostor deixou, a meu ver, que desejar á luz da verosemelhança.

Pergunto: uma figura sinistra, uma ave de pessimo agoiro, quasi tão immunda no physico como no moral, com aquelle exagêro tôrpe de modos refalsados e santanarios, aquelle ar tabaquento e tão fóra do commum, ¿enganaria a caso alguem de mediano critério?

Ou *Anselmo* (Orgon) é um idiota sem qualificação, um crédulo mais razo que a lama, ou não o é.

Se o é, se as suas faculdades intellectuaes são tão dissoradas, e o seu uso dos homens e do mundo é tão tacanho, que chega a endeusar um hypócrita sórdido e vil, ¿como é um homem da sociedade? ¿um considerado chefe de familia? ¿um magistrado alto?!

Se, pelo contrario, é homem de finura, piedoso, illustrado, intelligente, e com todo o uso da vida, ¿como se deixa seduzir, enganar, vilipendiar, por aquella alimária suina que a todos desagrada?!

Não pode ser. Quanto a mim, o *Tartufo* deve ter em si mesmo, no sorriso, no gesto, nos olhos, na voz, na elegancia, o condão sympáthico dos embahidores. Aquelle intruzo deve ser encantador. O enganador de Orgon tem de ser represertado pelo primeiro galan. Experimentem, e verão.

*

Ainda a proposito da grande comedia, dos seus actores, e da maneira conscienciosa como interpretaram os versos, não quero deixar perdida uma curiosa anecdota, cuja authenticidade asseguro, que presenciei, e que prova a docilidade de Castilho, e o seu constante desejo de acertar. É isto:

N'um ensaio, a que o poeta assistia no theatro de D. Maria II, sentado n'uma fôfa poltrona, escutando com a maior attenção, fazendo repetir quando era necessario, corrigindo qualquer lapso de dicção, explicando os passos menos correntes, desvendando as intenções occultas, que o tom devia expressar e sublinhar, recitava a actriz Emilia Candida *(D. Rosaria)* logo na scena 1.º do Acto I estes versos:

> *O senhhr é de uns taes (¡ bellissimos sujeitos !),*
> *que andam sempre a assoalhar maximas e preceitos,*
> *que ás pessoas de bem produzem calefrios.*

Castilho, dotado como era do fino ouvido de um chefe de orchestra, perguntou de lá, com muita urbanidade, mas a modo de correcção:

— *Calafrios;* ¿ não é assim, minha senhora? ¿ não foi *calafrios* que quiz dizer? é que eu ouvi *calefrios.*

— Peço perdão a V. E. — respondeu a vivissima actriz; — *calafrios* é que está com effeito no livro; mas deve ser êrro de impressão, porque a verdadeira palavra é *calefrios.*

— ¿ Sim? — volveu o Mestre — ¿ Tem a certeza, minha senhora?

— Toda; eu já o sabía, mas verifiquei no Diccionario; mas se V. E. quer que eu diga *calafrios*...

— Não, minha senhora; diga como deve ser, visto que examinou a questão. Eu confesso a minha ignorancía. O que lá está no livro não é êrro de imprensa; é êrro muito meu; declaro-o.

E assim se penitenciou nobremente diante dos actores o primeiro classico do seu tempo. É bello exemplo para a fatuidade de uns certos...

Ao jantar contava-nos elle o caso, e acrescentava:

— Isto é para se ver que ninguem, ninguem, ninguem n'este mundo, pode ter presumpções, seja lá de que fôr. Aqui estou eu, na minha edade, tendo levado toda a vida a estudar portuguez, e que hoje apanhei um bom quináu, cá

*

justamente no que chamam a minha especialidade. ¡Vão-se lá fiar em sábios! — continuava elle sorrindo com engraçadissima bonhomia — ¡Vão-se lá fiar em sábios!...

*

Era assim, e sempre foi; nunca teve o entono de alguma gente... que não se reputa engendrada do barro humano.

Aqui vai outra prova da leal docilidade do Mestre:

Era em 1859; andava Mendes Leal trabalhando em certa Nota para os *Fastos* de Ovidio. N'uma remessa de original de Castilho ia este verso do Livro I do poema (T. I, pag. 61):

Raios rojar das indignadas fauces.

Mendes Leal escreveu ao autor, ponderando-lhe, com a mais santa liberdade de amigo, que o verbo *rojar,* em vez de *arrojar,* tinha o inconveniente da amphibologia, pois *rojar* significava coisa diversa. A estas sensatas observações respondeu Castilho, com docilidade honradissima, a seguinte memoravel carta:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{nr} Confrade e amigo.

«Lisboa, 7 de Outubro de 1859.

«Recebi n'esta cartinha de V. E. muitos gostos ao mesmo tempo: folguei de saber que o seu campo lhe tem servido á saude, obrigando-o a descançar; ha direito de o fazer, quando se tem trabalhado tanto e tão bem; a defraudação que d'ahi vêm ás Lettras patrias é pequena comparada com o que ellas lucram na prolongação da vida de V. E.

«Alegrei-me com a participação official de que a Nota de que V. E. teve a bondade de se encarregar, vai a caminho; espero-a com a maior avidez.

«Finalmente, encantou-me a prova que V. E. me deu de bom amigo, de amigo que merece o seu ultimo appellido, nas muito judiciosas observações que me faz sobre o verso

raios rojar das indignadas fauces.

Tem tanto pezo o que V. E. considera, que vou pôr na Errata do volume: *onde se lê* ROJAR, *leia-se* JORRAR.

«Declarando isto *in limine* e sem rodeios, confessarei agora a V. E. que não foi por lapso de typo, penna, ou lingua,

senão muito de propósito, que se imprimira, em vez de *jorrar, rojar*.

«Sei que *jorrar* dá a ideia do auctor, mas pareceu-me que esta se dava com mais energia com o verbo *arrojar;* quiz empregál-o; não me cabia inteiro no verso; fiz-lhe aphérese, e não adverti (por muito impressionado que estava da minha ideia, e do effeito geral do quadro) não adverti, digo, em que o verbo *arrojar* assim podado se confundia com o *rojar,* que estava bem longe de lhe equivaler. Repito pois que acceito, que estimei, e que agradeço, a discreta emenda proposta por V. E.

«Continue V. E. a rusticar na sua Aguas-bellas (1); a empregar as sobras dos seus ocios na sua Nota, e a dar-me documentos assim, de amigo tão verdadeiro como illustrado.

«Ninguem lh'o merece mais do que eu, que me préso de ser, já de bem antiga data, De V. E. admirador amicissimo, consocio, e servo muito obrigado — *A. F. de Castilho*» (2).

*

Por ultimo notarei que o engano que n'um espirito d'aquella pôlpa se dava entre os verbos *jorrar* e *rojar* (aphérese de *arrojar*), se repetiu n'outra parte dos *Fastos.* No Livro VI (T. III, P. II, pag. 179), lê-se:

N'esse dia as do Tibre etruscas ondas
rojam ao mar o lixo que se varre,
Vesta, do templo teu.

Quando n'um homem d'estes, tão consumado literato, estylista primoroso, conscienciosо lapidário do dizer, se notam senões, animêmo-nos, nós outros, e oiçâmos uma voz íntima que nos diz: ¡Avante!

Por ultimo repitâmos, ao presencearmos a docilidade dos espiritos cultos ás observações da crítica sincera, as palavras de Plinio o moço: *Ulli patientius reprehenduntur, quam qui maxime laudari merentur* (3).

---

(1) Aliás *Aguas-livres.*

(2) O original d'esta carta existe em poder da Viuva de Mendes Leal, S. Ex.ª a senhora D. Rosa Biester, que teve a bondade de a emprestar ao autor d'este livro. — *J. de C.*

(3) VII, xx.

*

Precisamos agora, para concluir, tratar do *Tartufo* sob o aspecto financeiro; é um curioso e util material para a Historia litteraria portugueza; ¡oxalá os tivessemos analogos relativos a outras obras dramaticas antigas e modernas! Irá isto em forma de mappa.

THEATRO DE D. MARIA II

Numero ordinal da récita	Data			Producto
1.ª	18	de Janeiro	de 1873	
2.ª	20	»	»	
3.ª	21	»	»	
4.ª	22	»	»	
5.ª	24	»	»	65$600
6.ª	3	Fevereiro	»	
7.ª	4	»	»	
8.ª	6	»	»	21$450
9.ª	8	»	»	
10.ª	9	»	»	
11.ª	6	Março	»	
12.ª	9	»	»	46$035
13.ª	11	»	»	
14.ª	13	»	»	
15.ª	27	»	»	
16.ª	30	»	»	40$420
17.ª	12	Abril	»	
18.ª	26	»	»	12$300
19.ª	21	Maio	»	7$000
20.ª	20	Junho	»	6$880
				199$685

THEATRO DE S. JOÃO, NO PORTO

Numero ordinal da récita	Data			Producto
21.ª	33	de Julho	de 1873	
22.ª	26	»	»	
23.ª	27	»	»	22$500
				22$500

THEATRO DE D. MARIA II

(reapparição)

Numero ordinal da récita	Data	Producto
24.ª	9 de Setembro de 1873	6$420
25.ª	20 Novembro »	8$040
26.ª	8 Fevereiro 1874	7$065
27.ª	28 Junho »	7$510
28.ª	31 Janeiro 1875	
29.ª	15 Fevereiro »	7$760
30.ª	14 Maio »	4$610
		41$405
Total geral.....		263$590

XVI

26 de Janeiro de 1873.—Como celébra o lar da rua do Sol esse querido anniversario.—Retrato de Castilho pelo photógrapho Solás.—Representa-se no theatro da Trindade *O Avarento*.—O mallogrado e talentosissimo actor Ribeiro.—Lucros financeiros.—Fallecimento de Marciano Henriques.—Sai á luz o livro monumental de José Gomes Monteiro, intitulado *Os críticos do Fausto*.—Lá ao longe, junto ao tumulo de Virgilio, em Napoles, um grupo de viajantes recorda-se de Castilho.—Um passeio de carroagem a Caneças.—Leitura dos *Três Mundos* por D. Antonio da Costa.—*As raças historicas*, livro pelo snr. Julio de Vilhena.—O *Amadis de Gaula* lido no campo.—Carta de empenho apadrinhando um moço.—As deliciosas noites *atticas* em casa de Duarte de Sá.

Chegou no seu giro annual o nosso sempre tão desejado 26 de Janeiro de 1873. Castilho achava-se em boa e desanuveada disposição de ânimo; era o essencial. Tinhamos passado juntos o serão da véspera na rua do Sol; estavam, além dos de casa, D. Antonio da Costa e Zacharias d'Aça. Ao bater da meia-noite saudámos aquelle querido anniversario, abraçando todos o *recem-nascido*.

No dia 26 jantámos com elle. Á noite sahiu, e tomou chá em casa do fiel Silva Tullio, no largo da Bibliotheca, muito em familia, com Tullio e ás senhoras, e o D.^{or} Thomaz de

Carvalho, ali, no escritorio, conversando, e lendo o Padre Antonio Vieira, ou outro idiota de egual pôlpa.

Estava annunciado o *Tartufo* para essa noite, mas á ultima hora foi sustado, por ter fallecido nas Janellas Verdes Sua Majestade a Imperatriz Viuva. O dia 27 foi todo de salvas funebres; o funeral a 29.

*

A 4 de Fevereiro de 1873 tomei a frisa A em D. Maria II, e fui assistir ao *Tartufo*. Castilho estava no camarote n.º 10 com Tullio, as senhoras, e o D.or Thomaz de Carvalho. Fui vel-os n'um intervallo.

*

Em 18 de Fevereiro levámos Castilho ao photógrapho Solás, na rua Oriental do Passeio publico, e ahi se deixou photographar. O retrato que sahiu, gravado em aço, no *Almanack de lembranças* de Rodrigues Cordeiro, é cópia da tal photographia.

*

N'este meio tempo Francisco Palha, o intelligente e elegante emprezário do theatro da Trindade, resolvêra, como já se viu, me parece, n'um dos capitulos precedentes, levar á scena *O Avarento*. Castilho deu-lhe carta branca para os indispensaveis córtes; e escrevia-lhe Palha:

«Meu bom amigo.

«Fez V. E. muito mal em dar-me carta branca para cortar á minha vontade no *Avarento*. Não sou facultativo para quem está de perfeita saude, e respirando frescura e belleza. Fui porém selvagem; e apesar de reconhecer quanto elle vale, dei-lhe golpes, que attestam a minha crueldade, mas que farão com que o publico, ainda mais selvagem do que eu, applauda a grande obra de Molière, e não menos excellente de Castilho. Sujeitarei opportunamente á approvação de V. E. os estragos que fiz na peça, e rogo-lhe me indique onde poderei obter outro exemplar do *Avarento,* que me é indispensavel.

«Escripturei o actor Ribeiro, que me parece um optimo Harpagão.

«De V. E. amigo obrigadissimo—9 de Novembro de 1872. —*F. Palha*».

*

Ribeiro, o mallogrado actor, hoje muito esquecido, moço de raro engenho, dotes excepcionaes, e fôrça de vontade que lutava contra a sua debilidade physica, e a vencia sempre, ensaiava com todo o empenho o difficillimo papel que lhe coubera, de protagonista.

A actriz Delphina, uma das mais completas personificações da arte scenica entre nós, preparava-se para dar, com a sua engraçadissima e conceituosa feição de declamar, novo realce á comedia. A 1.ª representação estava emfim annunciada para 22 de Março de 1873, um sabbado, beneficio de Delphina.

Castilho, conforme o seu costume, não quiz assistir; passou o serão em casa de Tullio, aonde, apesar da chuva que toda a noite cahiu torrencialmente, lhe fui levar boas noticias da batalha; e tão boas, que o Poeta dirigiu, logo na manhan seguinte este affectuoso bilhete ao actor Ribeiro, que em verdade realisára prodigios, e assombrára o Público em algumas scenas, nomeadamente no final do Acto IV:

«Ao insignissimo actor Ribeiro, pelo seu triumpho artistico em 22 de Março de 1873, fazendo ressuscitar depois de dois seculos Molière no *Avarento,* envio, enthusiastico e agradecido, os meus parabens, em quanto lh'os não renóvo com um abraço de amigo, que se ufana de confessar-se-lhe eternamente devedor.

«Lisboa, 23 de Março de 1873. — *Castilho.*

*

Foram unânimes os periodicos nos encarecimentos tecidos á representação.

...«O primeiro personagem — dizia o *Diario Illustrado* — foi confiado ao actor Ribeiro, que o comprehendeu maravilhosamente. Este artista, ha pouco escripturado no theatro da Trindade, apesar de não possuir os recursos physicos, tem intelligencia e fino descernimento para a reproducção dos typos que lhe são distribuidos. Na scena final do 4.º acto o actor Ribeiro obteve uma ruidosa ovação, aliás bem merecida. Esperava grande parte dos espectadores esta scena de exame, para poder avaliar os recursos d'aquelle artista, que, em abono da verdade, julgavamos não podesse vencer as difficuldades do papel.

«É porém de justiça confessar que não podia ser mais verdadeiro, nem mais pathetico, do que foi na scena final do 4.º acto. Apenas o artista sahiu da porta do jardim, no auge do desespero, louco de pesar pelo roubo do seu precioso thesoiro, a plateia irrompeu em freneticos applausos.

«A physionomia do actor revelava distinctamente a tempestade que lhe minava o corpo e o espirito».

*

A peça tornou á scena domingo 23; Castilho assistiu, já livre dos seus receios habituaes, na segunda feira 24, na terça 25, e mais vezes.

O actor Ribeiro, vergando debaixo de responsabilidades tremendas, padecia da larynge; fazia exfórços physicos, só comparaveis com o largo despendio de talento, com que sobredoirava de vigoroso colorido. a criação do genio de Molière.

Era um rapaz magro, anguloso, feições expressivas, nariz enorme, olhos profundos. Lembrava o que quer que fosse de Bocage nos ultimos tempos. A sua caracterisação bellissima realçava a declamação. No seu papel cómico fulguravam pensamentos terriveis e sinistros. Dentro n'aquelle actor que fazia rir, palpitava um tragico sublime, já aliás estragado pelas facécias do repertorio da Trindade, e já derrubado pela tuberculose.

*

Aqui vão alguns dados positivos acêrca dos lucros da comedia:

THEATRO DA TRINDADE

Numero ordinal da recita	Data	Producto
1.ª	22 de Março de 1873	
2.ª	23 » »	
3.ª	25 » »	27$000
4.ª	27 » »	
5.ª	30 » »	
6.ª	2 Abril »	27$000
7.ª	5 » »	
8.ª	8 » »	

D'aqui por diante não me apparecem mais apontamentos.

*

Em 26 de Março d'este anno de 1873 ouviu Castilho, na minha casa da travessa do Convento das Bernardas, a leitura de alguns capitulos manuscritos do livro *Jerusalem* do Monsenhor brazileiro Joaquim Pinto de Campos, remettidos do Rio.

*

Foi em 3 ou 4 d'este mesmo Abril de 1873, que falleceu na sua casa da calçada da Tapada o talentoso Marciano Henriques da Silva. Como admirador que foi sempre de Castilho, lá desde os felizes dias da adolescencia em S. Miguel, merecia o artista sentida commemoração n'este logar. Pena foi que o seu engenho, fogoso de mais, pouco dirigido, e mal ajudado da perseverança indispensavel, tão pouco tivesse produzido. Uma Cruz n'esta pagina, e uma saudade.

*

Ás invectivas dos taes dois sujeitos de quem lá em cima tratei, detractores (não críticos) do *Fausto* de Castilho, não deveria talvez ter-se respondido a sério; mas aquella maneira de avaliar uma obra tão grande, e tão preciosa apesar das suas máculas, indignára a muita gente, e affligira muitissimo a Castilho (hoje pode dizer-se isto em letra redonda). A difficuldade estava em se achar quem tivesse paciencia para empreza tão antipáthica como descer á arena a brigar com semelhantes adversarios. Esse *alguem* tinha de ser, de mais a mais, um bom literato, profundo conhecedor do allemão, e cabal sabedor do portuguez.

Foi então, que no Porto, um homem de vasta erudição e forte pulso, José Gomes Monteiro, entendeu não dever deixar no chão a luva d'elles; levantou-a, e publicou o livro *Os críticos do Fausto*.

Nunca houve feira mais bem varrida, do que a testada da casa literaria de Castilho o ficou por Gomes Monteiro.

Estavamos, é bem de crer, todos anciosos pela chegada do volume. Em 18 de Abril de 1873, emfim, escrevia Castilho a um de seus filhos:

«Chegou o livro do Gomes Monteiro. Se podem vir para

aqui, para o lermos ao serão, bello; se preferem que a leitura se faça ahi, não prefiro mas assigno; se teem o serão já obrigado a outro destino, digam-n-o com franqueza. Podes avisar da tua e da minha parte o D. Antonio.

«Teu pae amicissimo. — *A.*»

Não me é já possivel explicar o motivo, por que a leitura não foi na rua do Sol, mas sim nas Bernardas; sei que o nosso enthusiasmo não se descreve. Corriam lagrimas de gratidão ao longo da veneranda barba branca do Poeta, e os nossos anhelos commovidos foram certamente, a travez do espaço, demonstrar a Gomes Monteiro quanto lhe ficámos todos querendo do íntimo d'alma.

Era alta noite quando se suspendeu a leitura.

*

A esse testemunho de admiração, a essa desafronta pública, liga-se agora no meu espirito uma circumstancia enternecedora, eloquente na sua singeleza. Foi isto:

Uma bella manhan, n'esta primavera de 1873, visitavam alguns viajantes o tumulo de Virgilio em Napoles; eram Portuguezes; chamavam-se o Conde e a senhora Condessa de Thomar (depois Marquezes do mesmo titulo), e acompanhava-os um banqueiro maltez, pessoa de muito agradavel companhia, segundo ouvi, amigo íntimo do Desembargador, hoje fallecido, José Caldeira Pinto de Albuquerque, por nome Micallef.

N'aquella affectuosa e suave disposição de espirito, que a todos traz o privilegiado clima e a prodigiosa paizagem de Napoles, occorreu-lhes o nome do eminente intérprete de Virgilio, lembrou-lhes o velho Castilho; e uns dias depois, era entregue a este, na rua do Sol, um sobrescrito, em que vinham inclusas algumas flores e folhas, acompanhadas d'este significativo bilhete, archivado ainda no meu cartorio:

«Napoles, 21 de Maio de 1873.

«Antonio Baptista Micallef vizitando o Tumulo de Virgilio, cortou um raminho de uma hera, que cobria a campa do Celebre Poeta; e lembrou-se n'essa occasião de guardar esta reliquia, para offerecer ao Ex.^{mo} Visconde de Castilho, digno Poeta Portuguez; e juntamente a Ex.^{ma} Condessa de Thomar juntou uma flor, que tambem tinha trazido do Tumulo; e pede Licença para offerecer a V. Ex.^{a}».

*

Em 30 de Abril de 1873, com um tempo lindissimo, fui buscar meu Pae á sua casa, e rodámos pela estrada de Campolide, direito ás Laranjeiras, Ponte-velha, Luz, Carnide, Casa-de-páu, Costa, Santo Eloy, até uma aldeóla que jaz a meio caminho entre Carnide e Caneças, e a que chamam a Preza. Ahi apeámo-nos, e depois de alguma demora de descanço, e refresco para o cocheiro e os cavallos, continuámos a jornada até Caneças.

Encommendado jantar na hospedaria da D. Quitéria, fomos sentar-nos junto de um tanque de lavadeiras, do qual Annunciação fez, por signal, um quadrinho. Em quanto Castilho saboreava um charuto, lia-lhe eu os tres primeiros cantos do admiravel poema *Colon,* de D. Ramon de Campoamor. Eram 4 horas de uma formosa tarde.

Depois do jantar tornámo-nos para Lisboa. ¡Deliciosa viagem! ¡o enoitecer ali pela Adabeja, Preza, Carnide, conversando sempre com o meu Poeta, e escutando-o!...

*

Em 5 de Maio havia festa em minha casa: esperava-se uma solemnidade literaria.

Pelas 9 horas da noite começou D. Antonio da Costa, até muito depois da meia-noite, a leitura de alguns capitulos do seu recente livro *Tres mundos,* applaudidissimo do resumido mas selecto auditorio de entendedores.

Assistiram: Castilho; o General e Conselheiro de Estado Filippe Folque, o Conde e a senhora Condessa de Nova-Gôa; a senhora Baroneza de Almeida, D. Constança de Meneses Jacques de Magalhães e sua filha D. Anna (actual Baroneza); D. José de Noronha; Zacharias de Aça; Carlos Possollo de Sousa; José Ramos Coelho e seu filho; Alvaro Paes de Faria Pereira; algumas senhoras das familias Possollo e Folque, etc.

*

Por estes dias, meado Maio, ouviu Castilho com enthusiasmo ler o livro *Raças historicas* do snr. Julio de Vilhena, então muito novo, hoje nome illustre na Politica portugueza. Lembro-me bem do sincero gôsto que a leitura de tão erudita obra deu ao Mestre; e o mesmo snr. Conselheiro de

Estado Julio de Vilhena m'o tem recordado, pois conserva com alto aprêço as cartas de Castilho.

*

Estas assim é que eram para elle, tão alquebrado então, as alegrias verdadeiras. Uma leitura interessante, um passeio ao campo, levavam-lhe á fibra tónicos restauradores.

Em 20 de Maio, por exemplo, diz-me um apontamento velho, que o fui buscar pelas 2 horas da tarde, á rua do Sol, e o levei a espairecer, ali perto, a uma quinta do alto de Campolide, mesmo defronte do Ginioux. Dia esplendido, temperatura deliciosa. Andámos, de vagarinho, a divagar pelas ruas de latada, a aspirar o cheiro da alfazema que bordava os canteiros, e visitámos na arribana os mansos bois do predio rustico. Depois, sentámo-nos junto á nora, e lemos pela millésima vez o espantoso *Amadís de Gaula* de Gil Vicente. E eu imaginava-me no pomar de Oriana, e ouvia-a conversar com a sua confidente Mabilia.

Estas coisas assim, repito, é que o confortavam e remoçavam.

*

São innumeraveis, na correspondencia epistolar de Castilho, as cartas de empenho a pedir por este ou aquelle, a interessar-se por tal ou tal amigo.

Em 28 de Junho d'este anno de 1873 escrevia-me meu Pae:

...«Tenho empenho, mas d'esta vez empenho muito verdadeiro, e o maior possivel, em que o meu Alberto Pimentel obtenha do Amorim da Instrucção publica prompto e completo despacho á sua pretenção, podendo eu afiançar, sob minha palavra de honra, ao mesmo Amorim, á cidade, e ao orbe, que para muitissimo mais sobram os provados merecimentos litterarios, e sobretudo os moraes, do meu candidato. Faze tudo quanto da tua parte poderes para resolver logo logo o Amorim. Eu vou ver se lhe lanço tambem por intercessores o Tullio e o Thomaz de Carvalho; mas, apesar d'esta declaração, peço-te que a tua seja tão energica, como se d'ella só dependesse tudo.

«Adeus, até á noite. —Teu pae muito amigo. — *A.*».

Ahi fica mais essa minucia, que, apesar de o ser, contribue para a pintura do caracter moral do meu biographado.

*

Por estes annos, 1872, 1873, 1874... tinhamos na residencia de Duarte de Sá, no palacio do Conservatorio, de que elle era Director (o antigo convento dos Caetanos), umas reuniões extremamente agradaveis. As salas eram lindas, a companhia muito escolhida e amante de Letras e Artes, e a conversação um verdadeiro deslumbramento. Recitava-se, cantava-se, jogava-se, ouviam-se agradaveis leituras e cançonetas francezas, contavam-se anecdotas, e faziam-se calembures.

Quando pelas 2 horas da madrugada sahiam os convidados ultimos, podiam os donos da casa ter a ufania de haverem proporcionado a um rancho amigo horas de perfeita felicidade. ¡E é tão raro isso!...

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 8, pag. 464)

DOCUMENTO N.º 104

Prepotencias dos corregedores; arrematantes das rendas rcaes e poderosas da terra como Vasco Fernandes de Sampaio e outros. Valle da Villariça, sua cultura de cevada, trigo, milho azaburro, linho alcanavi e gallego. Caminho publico por este valle. Torre dada ao concelho para um almazem e para as sessões da Camara (rollações).

7 de julho de 1459

Dom Affonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que estando ora nós em a nossa mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa. Em as cortes que ora em ella fezemos por Fernande anes e Fernam Vaaz procuradores da Torre de Memcorvo forom dados certos capitulos e ao pee de cada huũ delles lhe mandamos poer nossa reposta segumdo se adiante segue.

Señor. Os vossos corregedores quamdo vaão pela terra tomam conhecimento per nova auçam dos feitos espicialmente dos lavradores e pessoas miseravees o que lhe he defesso. E nom querem em esto comprir o que per vossa alteza lhes he mandado. Proveja vossa mercee sobre esto.

A esto respondemos que o corregedor nom deve tomar tall conhecimento per auçom noua. segumdo seu regimento ao qual mandamos que o compre e guarde sob penna de dous mill rreaes dos quaaes a metade seia pera o procurador do comcelho se o acusar e a outra metade pera os cativos e pera se saber se comtra ello vaae tomem estormento com reposta.

Senhor prendem em a dita villa alguũas pessoas e trazem e leuam per toda a correiçam o que he comtra os privillegios da dita villa que determinam que toda pessoa que hy for presa hy seia ouuida com seu direito. E esto mande uossa

alteza comprir e mande que estem na dita villa o tempo per uossa mercee hordenado e mais nom.

A esto respondemos que o corregedor nom deue esto de fazer, sem causa ou necessidade. E mandamos que se o fezer tomem dello carta testemunhauel com sua reposta. E se sse achar que ho fez como nom deue ho auemos por apennado em dous mill reaes dos quaaes a metade seia de quem o acusar e a outra metade pera os catiuos nom tolhendo outra penna se a mayor mereceer.

Señor. Os acomtradores dos pedidos que per vossos officiaaes som postos apremam tamto os moradores da terra que os fazem espeitar e lhes leuam jeeiras e serviços que uallem tamto e mais que o que a uossa alteza am de paguar. Proueia vossa mercee sobre esto. E nom consenta tall fazer.

A esto respondemos que nom avemos por bem se tal cousa fazem e mandamos ao contador que se achar, que se faz, que o emmende e corregua. Como foor rezam e de penna a quem a mereceer de direito.

Señor em a dita villa se fazem ora nouamente per alguus poderosos certas coutadas em alguuas herdades suas coutamdo a ellas outras do comcelho, os quaaes embarguam os paciguos e montados aos moradores da dita villa e termo e aos criadores honde nunca foram o que he gram damno e prejuizo a todos e por asi serem poderosos nom ousam os officiaaes por ello os demandar. Proveja vossa alteza sobre esto e nom conssenta tamto damno se fazer em esta terra.

A esto respondemos e mandamos ao corregedor que nom comsenta taaes cousas sse fazer que nam podem nem deuem per privillegio per nos outorguado.

Os corregedores se assentam dassesseguo em esta villa estraguamdo a carta e nom querem dar o trallado do regimento que trazem da vossa mercee do que lhe mamdaes que façam. E esto porque alleguũ nom seia em conhecimemto que ho nom comprem em que elles conhecem de todollos feictos per noua auçom e tiram prezos de huũs lugares em outros per a correiçam seemdo pessooas de que os juizes bem podem fazer direito sem embarguo de nossos privillegios. E esto por darem proveito asi aos escprivaaes e procuradores da correisam. E posto que allguũ queira requerer seu direito com seu temor nom ousa. E aynda deffendem aos scprivaaes e taballiaaẽes que nom dem estormentos nem cartas testemunhavees. E pero o que allguũa alla pareça em vossa corte numca vemos que vossa mercee dá pena a ne-

nhuũ corregedor. Soomente mandees que outra ora nom o faça.

Praza aa uossa mercee mamdar quamdo o corregedor passar aquello que lhe mamdaaes que pague as custas aas partes em dobro pois acimte nom querem guardar uosso mamdado.

A esto respomdemos e mamdamos que o corregedor Conheça soomente dos feictos que per ordenaçoões e regimemto seu lhe he mamdado. E nom este em cada huũ lugar salluo os dias que per o dito regimemto lhe som ordenados e se o comtrairo fizerem tomem carta testemunhavel. Com reposta e seer lhe a prouido a todo danno e custas que fezerem Comtra o dito Corregedor. E mamdamos aos scpriuaaẽes e taballiaaẽes que lhas dem sem embargo da defesa do corregedor com sua Reposta ou sem ella se a dar nom quiser.

E achamdo nos que o dito Corregedor faz o que nom deue sobre esto aallem da outra penna, que merecee paguara dous mill Reaes pera o procurador do comcelho.

Em esta villa ha huũa ribeira que chamam de Saauor e Vallariça. E todollos moradores nom tem outro repairo nem lauramça. E todu cada hum anno he laurada e semeada de triguo ceuada milho azaburro, e infimdo linho e allcanave e gualleguo. E os que passam de terra da Leeira pera esta detras os momtes Ou desta pera allemdoiro per a barca do dicto Rjo nom querem amdar pelo camjnho pubrico que vaay peraa dicta uilla e vaa e bem per a dita Ribeira seemdo defeso per pustura do Comcelho feicta em rollaçom por que nom he camjnho se nom quamto atrauessam pelas herdades que cada hum anno e som semeadas. Em o qual recebemos muy gramde perda e esto fazem com fauor de Uasco fernamdez de Sampayo e de seu moordomo que a a portagem da que elles de leguar, per auemçã que amdem per homde quiserem o que com direito nom pode fazer porque cada huũ he tiudo vijr portaiar em a uilla. E por que señor o dito comcelho recèbe em esto muj gramde agrauo e perda pedem que lhe priuees que nom façam camjnho pellas ditas herdades mas quallquer que passar bestas pellas ditas herdades da dita Ribeira que as perca pera o comcelho e os carreguos que leuarem posto que tenham pagada a portagem. Ou tenham licença do dito fidallguo ou de seu moordomo.

A esto respomdemos e mamdamos aos juizes e officiaaes que façam guardar suas pusturas amtjguas que dello teem. E nom comssemtam a Uaasco Fernandez que sobre ello faça alguũ embarguo e se o dito Uasco Fernandez de puro feito lho fezer requeiram ao corregedor da comarca que uenha aa

dita uilla e faça comprir as ditas pusturas segumdo foor dereyto e rezam ao quall mamdamos que asi o faça:

Senhor ha huma porta desta uilla que vay pera o arauallde esta huũa torre no muro descuberta pidimos uos que façaaes della mercee ao dicto comcelho e corregellaemos pera poermos em ella o dito allmazem e será bem guardado e nom se amdara estraguamdo. E pera fazermos em ella nossas rollaçoões e desto senhor nom temdes com dito rezam pera nos escusar pois o comcelho uos faz a menajem polla uilla e com a ajuda do Senhor Deus nos nos emtemdemos de dar della boo comto assi como nossos amtecessores fezerom.

A esto respomdemos que pedem bem e lho outorguamos: Pedindo nos por mercee os dictos procuradores por parte do dicto comcelho que lhe mamdassemos dar huũa nossa carta com ho theor dos dictos Capitollos com nossas Respostas porque lhe eram necessareos e se emtemdiam delles dajudar e nos vendo o que nos asi diziam e pediam a nos prouue dello e lha mamdamos dar segumdo dito he. E porem mamdamos a uos Corregedor que ora sooes por nos em essa comarca. E a quaaesquer outros juizes e justiças a que esta carta for mostrada e esto pertemceer que lhe cumpraaes e façaaes comprir e guardar em todo per a guisa que em ella he comtheudo. Sem outro alguũ embargo El Rei o mamdou per Fernam da Sillueira coudel de seus regnos que ora per seu espicial mamdado tem carreguo de escprivão da sua puridade.

Dada em a cidade de Lixboa sete dias de Julho, Rui Fernandez a fez anno de mill iiij^{c} lix (1).

No Livro 4.º de *Alem Douro,* fl. 131 v., e no Livro 13.º de D. Affonso V, fl. 109 v., encontram-se os Capitolos apresentados nas Côrtes de Lisboa por Lisoarte Marinho, procurador a ellas por Moncorvo, aos quaes o mẽsmo rei respondeu por sua carta de 15 de junho de 1456, dada em Lisboa. Um desses capitolos diz:

«Item per el Rey Dom Fernando cuja alma Deus aja foy dado privillegio aos que moram demtro na cerqua da dita villa que fossem liberdados dos emcargos do comcelho por ser milhor povorada. E desta liberdade nom husamos gramde tempo ha ata agora que sse a dita villa despovora em cada huũ dia per tall guysa que já em ella nom vivem a quarta

(1) *Alem Douro,* liv. 3.º, fl. 20 v.

*

parte da gemte e as casos ssam todos derribados e destroydos».

Manda el-rei que se cumpra o privilegio de D. Fernando.

«Item Senhor nas cortes que fezestes em Lixboa per huũ capitollo nos quitastes a dizima dos pescados dos rryos que novamente era posta em esta terra. E porque em ella numca ouve galliotes e os comtadores e almoxarifes nom querom guardar o desembargo do dito capitollo e rrecebemos em ello muy gramde agravo. E nenhum nom quer ja fazer pescaria nem matar peyxes nos rryos. Pedimos a vossa alteza que nos mandees pera ello dar firme mandado per que sse nos nom tire o mantymento do dito pescado. O quall capitollo nos he comtradizido per pero Teixeira vosso comtador o que damtes nom era».

Manda el-rei que se guarde aos moncorvenses o capitollo que os isenta da dizima da pesca feita nos seus rios.

DOCUMENTO N.º 105

A Torre de Memcorvo doaçam de huu cercoito na Ribeira da Vallariça que em outro tempo foy povooado

16 de fevereiro de 1468

Dom Affomsso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos emviou dizer o comcelho e homeens boõs da nossa villa da Torre de Memcorvo como na Ribeira da Vallariça em huũ oteiro alto que está acerqua della fora pouoraçom em outro tempo. E por que era doentijo se mudarom hijr uiver aa dita uilla da Torre e ficara o cerco deribado e destroido de todo. E que a lluguares se mostraua e aluguares nom dizemdo o dito comcelho que acerca della estaua huũa coutada dos bois darado e o dicto comcelho queria fazer demtro em ella huũ currall pera emcerrarem os dictos bois de noite por nom hirem fazerem mall. E que nos pediam que lhe fezessemos mercee do dito circuito pera em elle fazer o dito currall.

E nos vemdo seu dizer e pedir queremdo lhe fazer graça e mercee temos por bem e fazemos lhe do dicto couto com seus camjnhos uelhos e emtradas e saidas mercee em quamto nossa mercee foor.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores juizes e justiças officiaaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada e o conhecimento pertemceer que metam o dicto com-

celho em posse do dicto couto e lhe leixem em elle fazer o dicto curral como dicto he. Sem lhe poerem a elle outro allguũ embarguo e por esta meesma mamdamos a Pero Teixeira nosso contador em a dita Comarca que faça registar esta nossa carta em os livros dos proprios da dita Comarca pera se em todo tempo saber como a de nos trazem. E lhe della temos fecta mercee. E por sua guarda lhe mamdamos dar esta nossa carta assellaada do nosso seello pendemte em a nossa cidade dEuora dezaseis dias de feuereiro El Rej o mamdou per Lopo dAlmeida do seu comselho veedor da sua fazemda. Joam Carreiro a ffez anno de Nosso Senhor Jhuũ Xpo. de mjll iiij^{c} lxbiij (1).

DOCUMENTO N.º 106

Capitolos apresentados por Moncorvo nas Cortes de Lisboa; barca do Douro e Sabor; chaves da villa em poder dos moradores e não do alcaide-mór; prepotencias dos contadores e corregedores. Couto do Rouchal. Origem da aldêa das Cabanas. Povoação morta. Caminhos habilitados para effeito da portagem.

7 de março de 1498

Dom Manuel etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nas Cortes que ora fezemos nesta nossa muy nobre e sempre leal çidade de Lixboa nos foram apresentados pello procurador da nossa villa da Torre de Meencorvo certos Capitulos espiciaaes dalguũas cousas que nos pcdiam que aa dicta villa outorgassemos, dos quaaes o trellado com as Repostas que a elles ouuerom sam estes que se ao diante seguem.

Item Señor este concelho tem duas barcas huũa no rio Doyro. E outra no rio de Sauor. As quaaes rendem em cada huũ anno pera ho Concelho quatorze e xb mil rreis de que vossa alteza leva a terça. E hos moradores da dicta villa vaão cada e quando que cumpre aa dicta barca dar adubios pera as tirarem a monte e a carefetar e repairar de pregajẽ e caibros e travessas. E pera hos que este travalho de serventia fazem custumarom sempre darem aa custa da renda pam e vinho pera comerem os dictos travalhadores. E sempre hos officiaaes vossos levaram em conta a despeza que se

(1) *Alem Douro,* liv. 3.º, fl. 3.

fazia no dicto mantjmento. E ora Affonso Homẽ vosso contador das obras nos nam quer levar em conta a dicta despeza sem embargo de vossa alteza seer obrigado a pagar segundo leva a dicta Renda pede que vossa alteza mande que lhe seja levada em conta a dicta despeza. E a alem de seer justiça o teeram muito em mercee.

Ao qual capitolo respondemos que avemos por bem e mandamos que ho corregimento das dictas barcas se faça a dinheyro e que ha nossa terça nam aja lugar e que se faça per arrendamento em salvo.

Outrossy Señor os moradores da dicta villa dantiguamente teveram sempre a menajem da dita villa e sempre foram leaaes e deram della boa conta e recado nos tempos das guerros que com a graça de Deus nunqua forom entrados nem tomados dos ymigos. E ora depois que Fenam Vaaz de Sampayo ouve a alcaydaria da dicta villa novamente os despojou das chaves della e sem necessidade manda muytas vezes fechar as portas em tal maneira que a dicta villa se despouora. E pella dicta causa se vão viver fora da dicta villa ao arrabalde. Pedimos a vossa alteza que nos mande tornar as dictas chaves das portas da dicta villa e nam nos seja feita a dicta hopressam.

Respondemos que avemos por bem e mandamos que as dictas chaves nam tenha o alcaide moor e se tornem aos officiaaes da dicta villa como dantes tinham.

Item Senhor outrosi sabera vossa alteza que hos vossos contadores das obres e Corregedores quando aa dita villa veem nam sam contentes lhes darem carnes daçougues e cevadas e palha que sempre esta de venda na dita villa mais elles com poder dos officios que teem apenam os juizes e officiaaes que lhes mandem trazer palha e cevada e gallinhas das aldeas. E todo pagam a menos preço e como lhes apraz o que he grande opressam aa dicta villa e terra. Pedem a vossa alteza que mande que achando elles os dictos mantjmentos na dicta villa os paguem pello estado da terra e nam lhos tragam das aldeas com tanta opressam da terra.

Respondemos que nos praz que asi se faça como no dicto Capitollo sobredicto he contehudo.

. . . . . .

Item Señor a dicta villa tem huũ prado coutado de tempo antiguo que ha memoria dos homeẽs nam he em contrairo, que se chama do Rouchal o qual foy sempre e he ysento, pera pasto dos boys dos moradores da dita villa sem nelle poder pacer outra alimaria alguũa. E por asy seer seu ysento

dauam alguũas vezes huũa geira ou pedaço ao boyeyro que lhe em elle guarda suas boyadas. E asi se acontece alguũas vezes virem aa dicta villa vossas cartas e recados por asi seer cabeça de almoxarifado pera o que lhe he necessario mandarem pella dicta comarca ou a vossa corte, por se comprir o que vossa alteza manda. E se nam podem aver dinheyro da renda do Conçelho tam em breve elles apenham alguũs pedaços do dicto prado. E asy Señor ouve o dicto Conçelho huũa grande demanda com o Concelho de Villa Noua sobre huũa barca que este Conçelho traz no ryo Doyro de que vossa alteza leua ha terça da renda della em que ho Conçelho gastou setenta ou oitenta mil reaaes. E asy ouue outra demanda com hos moradores do termo da dicta villa e das aldeas dellos, sobre os fornos que dantiguamente rendem pera o dicto Conçelho de que vossa alteza ysso meesmo leva o terço da renda delles, em que se gastaram trinta ou corenta mil reaaes pera as quaaes neçessidades e demandas por alguũas vezes apenhavam alguũa parte do dicto prado por hy nam hauer dinheiro das rendas do dito Conçelho pello qual Señor senbargo do dicto prado seer asy ysento dos moradores da dita villa pera pasto de seus boys por asy apenharem alguũs pedaços delle pera as ditas neçessidades, ora nouamente Affonso Homẽ contador das obras desta Comarca nos quer e manda que a renda dos dictos penhamentos e graças de leiras que a seu boyeiro davam e dam se pagua de todo a terça pera vossa alteza como de cousa de rendas que em liuros do Conçelho andam.

Pedem a vossa alteza que mande que nam sejam obrigados pagar terça do dito prado por quanto se numqua pagou.

A isto respondemos que avemos por bem e mandamos: que na leira do boyeiro nam aja terça. E no mais se he cousa que elles arrendem de tempo a tempo por alguũas neçessidades que se nom leve.

Item Señor Outrosy fazem saber a vossa alteza que ha huũa legua da dicta villa vay huũ ryo que se chama Seuor em o qual de tempo antiguo que a memoria dos homeẽs nam he em contrario hos moradores da dita villa per seus custumes e foral teem alguũas pesqueiras em que tomam alguũs pescados pera soportamento de suas casas. E por os moradores da dicta villa nã teerem outra lavra nem soportamento de seu viver asi de pam como de vinho e outros renouos soomente ao redor e a longo da dicta rybeira fazem per si e per seus criados e mançebos cassas e cabanas em que se acolham e alguũas vezes se acontece ao sabado aa noyte

lançarem nas dictas pesqueiras as redes de boqueiros. E ora nouamente Fernam Vaaz de Sampayo alcaide moor da dicta villa nos manda tomar as redes e pescados dellas que ao domingo nas dictas pesqueiras acham dizendo que lhe pertencem.

Pedem a vossa alteza que pello dicto ryo estar trinta leguas do mar em terra seca e o dicto ryo nam seer em pescaria em que se tal ordenaçam deua fazer nem entender e hos moradores da dicta villa e seu termo estarem em posse, tal força e costrangimento se lhe fazer. E esto decerto e dozentos annos que a memoria dos homẽes nam he em contrario hos mantevessemos em sua posse.

Respondemos e mandamos que as redes que i ouuerem na dicta Rybeyra se nam percam com tanto que se nam lancem nem levantem ao domingo nem dia sancto.

Outrosy Señor de tempo antiguo a dicta villa tem per seu foral e outros titulos per escrituras serem defesos huũ caminho que vay pellos montes da Barca do Doyro que se chama o porto do Seyxo pera ho Peredo soomente toda beesta que pella dicta barca passa venha pella estrada postar aa dicta villa. E hos que per o dicto caminho defeso fossem descaminhassem. E asy descaminhassem os que forem achados andarem pella Rybeira do Sauor. E pelo caminho de Val de Pia que sam caminhos defesos por vyrem aa dicta portar por hy pagarem vosos direitos. E como quer que ho dicto Fernam Vaaz de Sam payo alcayde moor da dicta tem e arrenda os vossos direitos reaaes dá lugar e licença a alguũas pessoas que possam andar pello dicto Caminho do Peredo. E manda recadar a portajem na aldeia Daios o que he todo em deffraudamento da dicta villa e privillegios e liberdades della.

Pedem a vossa alteza que mande ao dicto Fernam Vaaz que tal licença pera passarem pelos dictos Caminhos defesos nam dee sob certa pena, porque he deffraudamento da dicta villa e seus priuillegios que per seus merecimentos lhe foram dados pellos Reys antepassados. E neesto nos fará vossa alteza muyta mercee.

A qual capitolo respondemos que avemos por bem e mandamos que ho dicto alcaide moor nam possa dar semelhantes licenças Salvo teendo pera ello nosso poder e auctoridade. E ysso meesmo prouysão asygnada por nós.

Pedindo nos o dicto procurador por mercee em nome da dicta villa que por quanto se entendia dajudar dos dictos Capitollos com as dictas repostas lhas mandasemos dar. E

visto por nós seu requerimento por nos parecer justo nos praz dello. E porem mandamos a todolos nossos Corregedores Juizes e Justiças officiaaes e pessoas outras a que esta nossa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer per qualquer guisa que seja que cumpram e guardem e façam muy integramente comprir e guardar hos dictos Capitollos com nossas repostas asi e pella guisa que nelles he contheudo e nam vaão nem consentam contra elles em maneyra alguũa ir por que asy he nossa mercee.

Dada em a dicta cidade de Lixboa aos sete dias do mez de março. Lopo Mexia a fez anno de mil e iiij^{c} e nouenta e oyto. E o dicto domingo se emtende segundo que temos por bulla do padre Sancto do sabado aa mea noyte atee o dimingo aa mea noyte.

E por esta declaraçam os dictos pescadores poderam lançar e aleuantar as dictas redes atee o sabado aa mea noyte sem encorrerem na dicta penna (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Alem Douro*, liv. 1.º, fl. 11 v. E tambem D. Manuel, liv. 31, fl. 123 v.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 8, pag. 431)

CXXV

MICAEL (MESTRE)

Era ourives del-rei, com moradia na casa real. Foi-lhe feita mercê de uma tença de 4:114 reais brancos aos 5 de maio de 1451 (1).

Parece que é o mesmo a quem foi permitido comprar e vender todo o ouro e prata amoedado, em pasta, ou em arrieis, e batê-lo ou vendê-lo na referida cidade e seu termo, sem que outro o pudesse fazer, havendo para si todo o ganho e interesse da sua venda, na fórma da ordenação.

«Dom A.º etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a meestre Micaell, nosso ouriuez, teemos por bem e queremos que daqui em diante, emquanto nosa mercee for tenha e aia de nos ho caybo da nosa cidade de Lixboa por esta guisa que elle posa cõprar e vender todo ouro e prata amoedado e em pasta e em arriees e batido e elle se venda na dita cidade e termo e outro nẽnhũu nom e aja pera ssy todo proueito e gaanço do dito caibo e ven[den]do o outrem ou comprando salvo como he contheudo na nosa hordenaçom sobre esto feita que emcorra nas penas em ellas contheudas sendo o terço delles pera quem o aacusar e as duas partes pera nos, outrosy nos praz que elle posa comprar qualquer bulhom de moedas que lhe prouuer na dita cidade e termo, o quall entrege em a nosa moeda da dita cidade e em elle se fumda e faça ceniscas *(sic)* delle pera quellas pessoas a que pertencerem, segundo per nos he hordenado como forem em saidas lhe entregem os ditos nossos oficiaaes o dinheiro que na prata delle for achando de ley de xj dinheiros a Rezam

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 24 v.

de seiscentos e satenta e dous Reaes por marco de prata com o dito bulhõ aleeada da dita ley por que tall hé o preço per nos hordenado que sse por elle de e quando quer que a nós for necessario algũu ouro ou prata do que lhe assy conprir e teuer que nollo de por preço que lhe custar E per esta merçee que lhe asy fezemos nõ tolhemos a quaaesquer pesoas de nossos Regnos ou de fora delles que transitarem suas mercadorias ou comprarem ou venderem quaaesquer cousas de as comprarem ou venderem pera as nossas moeedas douro e de prata e aleeadas e sem ley ante nos praz que as comprem e vendam pera ellas segundo ataa ora fezérom e fazem E Porem mandamos aos vedores da nosa fazenda e contadores e Corregedores e thesoureiro e ofeciaes da dita nosa moeda Juizes e Justiças e a outros quaeesquer nossos oficiaees e pesoas a que esto pertencerem E esta Nosa carta for mostrada a compram e façom comprir e guardar como em ella hé contheudo e o façom assy apregoar E noteficar em a dita cidade per a maneira suso dita que delles teemos feita mercee ao dito meestre Micaell por que assy hé nossa merçee e sse depois da noteficaçam della alguũs fezerem o contrairo que encorram nas penas na nossa hordenaçom contheudas como dito hé. Dada em Syntra xxbj dias de setembro. Pedro dalcaçova a fez ano do Senhor Ihesu Christo de mil iiij^{c}liiij» (1).

CXXVI

MIGUEL (MESTRE)

Ourives, morador em Lisbôa a quem a 14 de agosto de 1454 foi passado um alvará para poder transferir para Diogo de Pedrosa, cavaleiro da casa real, trinta mil reais brancos que tinha de tença na alfandega da mesma cidade, por se achar preso.

«Nos ElRey fazemos saber a quantos este aluara virem que nos fomos certo que meestre Miguel, nosso ouriuez, he deuedor a Dioguo de Pedrosa, caualeiro de nossa casa, em trynta mill rs brancos, pellos quaes o teue preso, e nos o mandamos soltar, por onde a nos praz que o dito Dioguo de Pedrosa aja a teença que o dito meestre Miguell de nos ha na nossa alfandegua da cidade de Lixboa, que sam quatro mill e cento e quatorze reaes brancos em cada huũ ano, des primeiro dia de janeiro que foy desta presente era de iiij^{c}liiij em diante sem descontar do principall cousa alguũa ataa o dito meestre Miguell ou nos por elle mãdarmos pagar os ditos trinta mill rs ao dito Diogo de Pedrosa ou lho fazermos tornar aa cadea pera per elle auer seu direito, dos quaes dinheiros mãdamos aos veedores da nossa fazenda que asi lhe façã delles dar carta em cada hũu ano na forma acustumada. E por sua guarda lhe mãdamos dar este aluara synado per nos feito em Sintra xiiij dias dagosto. G.º Cardoso o fez ano de nosso S.^{or} Ihesu X.º de mill iiii^{c}liiij» (2).

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, fl. 95.
(2) Ibidem, liv. 8, fl. 81.

CXXVII

MOREO (ANTÓNIO)

Ourives de ouro, francês, morador em casa de Mestre Pedro Aguardente. Em 9 de junho de 1551 foi confessar à Inquisição que comera carne, em dia proíbido, em casa de Guilherme Auber e na companhia de João Amy, que estava preso (1).

CXXVIII

MUNSTRE (HANS VAN)

Ourives de ouro, alemão. Em 18 de novembro de 1558 denunciou um holandês, João Bet (2).

CXXIX

NICOLAS (JOÃO)

Residia em Lisbôa, e era ourives da infanta, filha de D. João I, pelo que se lhe passou carta de privilégio na fórma costumada a 11 de janeiro de 1421. Esta carta foi confirmada a 16 de dezembro de 1433 por D. Duarte e depois, na menoridade de D. Afonso V, a 6 de setembro de 1439.

«Dom Afomso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que [per] Joham Nicollas, nosso ouriuez, morador em a cidade de Lixboa nos [foi] apresentada hũa carta de privilegio do muyto alto excellente comprido de muitas uertudes da scrarecida memoria elRei meu Senhor padre cuja alma Dª aja asynada per ell e asseellada do seu seello pendente, da qual o teor tal he: Dom Eduarte etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que Joham Nicolas, nosso ouriuez, morador em a cidade de Lixboa, nos mostrou hũa carta do muyto vitorioso de grandes uertudes ElRey meu senhor e padre cuja alma Dª aja, da qual o theor tal he: Dom Joham etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Joham Nicollas, ouriuez da Ifante minha filha e a seu rogo que nos por elle pedio mercee, teemos por bem e priuiligiamollo... Dante em Euora honze dias de janeiro ElRey o mãdou Martim Afonso a ffez era de mil iiijᶜlix anos. E pidionos por merce que lha confirmasemos, da qual cousa a nos praz e porem mãdamos a todolos que pertencer que lhe conprem e guardem e façã comprir e

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 445.
(2) *Ibidem*, vol. VII, pag. 14.

guardar como suso em esta he contheudo, unde al nom façades. Dante em Almeirim xbj dias do mes de dezembro ElRey o mãdou. Aluaro Fernandez a fez era do Senhor Ihũ X_{po} de mil iiij^{c}xxxiij. E apresentada assy a dita carta o dito Joham Nicolas nos pidío por merce que lha confirmassemos. Dada a confirmação em forma em Camarate bj dias de setembro *(sic)* ElRei o mãdou per autoridade da senhora Rainha sua madre; titor e curador, e acordo do Ifãte dom Pedro seu tio defensor por el de seos Regnos e senhorio. Lopafonso a fez era de mil iiij^{c}xxxix» (1).

CXXX

NUNES (HENRIQUE)

Ourives do ouro, morador em Lisbôa. Foi-lhe mandado pagar pela rainha D. Catarina 37:600 reais pelo feitio de uma adaga guarnecida de ouro, com maçã e punho de cristal, para o príncipe de Castela, em 26 de novembro de 1543.

Não sei se será o mesmo a quem D. João III concedeu que êle e sua mulher Catarina Gomes, fossem primeiras pessoas nas casas que traziam aforadas ao hospital, na freguezia de Santa Justa, por alvará de 30 de abril de 1554.

Há um Henrique Nunes, denunciado à Inquisição em 24 de junho de 1560, por dizer que não devia haver imagens de vulto senão a de Cristo.

Veja-se *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 16.

«xxxbijbj^{c} rs a Amrique Nunez, ouriuez douro, de feitio de hũa adaga que fez por mandado da Rainha nosa Senhora guarnicyda douro com sua maçaã e punho de cristall pera o primcepe de Castela, que foy ẽtrege na mão da dita senhora sem ser carregada sobre pesoa algũa por seu mandado em que o asy declara em xxbj de nouembro de b^{c}Riij e seu conhecimento em xxij de dezembro do dito anno» (2).

«Eu elRey faço saber a vos prouedor do spritall de todolos santos desta cidade de Lixboa que por fazer merce a Amrique Nunez, ouriuez douro, morador nesta dita cidade, ey por bem que elle e Caterina Gomez, sua molher, sejam ambos primeiras pesoas nas casas que elle tras aforadas a ese dito spritall em vyda de tres pesoas, de que elle he a primeyra, que estão na freguesya de Samta Justa, ao poço damtre as ortas, avemdo respeito a elle fazer as ditas casas de novo e guastar e despemder nellas trezemtos e doze mill rs não sendo obrigado pello aforamanto das ditas casas a guastar mais no corregymemto dellas [que] cem mill rs segundo todo era declarado na deligemcia que per meu mandado sobre o dito caso fizestes, e qualquer dos ditos Amrique Nunez e Caterina Gomez que falecer deradeiro nomeara nas ditas casas a segunda

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, fl. 98.
(2) Torre do Tombo — Livro da despesa da Rainha D. Catharina, fl. 193 v.

pesoa, e a segunda a terceira, segundo forma do dito aforamento e esto me praz asy sem embarguo do Regymemto do dito espritall, que declara que nos aforamentos que se fizerem das propriedades delle sejaõ marido e molher primeyras e segundas pesoas... P.º Cubas o fez em Lixboa a xxx dabrill de ĵb°liiij. E eu Aluaro Pirez o fiz escpreuer» (1).

CXXXI

NUNES (JOÃO)

Ourives. Vide *Denunciações da Inquisição* (2).

CXXXII

NUNES (SIMÃO)

Ourives de ouro que denunciou na Inquisição em 29 de dezembro de 1554 um sujeito de Setubal (3).

CXXXIII

PAES (GARCIA)

Ourives, existente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

CXXXIV

PAES (TILMÃO)

Ourives. Vide *Themer (Filipe)*.

CXXXV

PALMA (ANDRÉ DE)

Era ourives de prata e morador em Lisbôa, a quem, por alvará de 12 de junho de 1578, foi-lhe feita mercê do cargo de depositário do juizo da moeda da mesma cidade, por falecimento de Mateus Fernandes, seu sogro, que o exercera.

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 57, fl. 93 v.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 178.
(3) *Ibidem*, vol. VII, pag. 4.

«Eu elRey faço saber aos que este alluará virem que avendo Respeito ao que na pitição atras escríta diz André de Palma ourivez de prata morador nesta cidade de lixboa e por lhe fazer merçe ey por bem e me praz de lhe fazer do cargo de depositayro do Juizo da moeda da dita cidade o qual seruirá assy e da maneyra que o seruio Mateus Fernandez seu sogro per cujo fallecimento vagou em quanto eu ouuer por bem e nam mandar o contrario e o tempo que o dito Andre Fernandez seruir o dito cargo gozará e usará de todos os priuilegios e liberdades de que gozão e usão e são concedidos aos officiaes da dita moeda e aos moedeiros della E mando ao Licenciado Diogo Çallema do meu desembargo e vereador desta cidade de Lixboa e conservador da dita moeda que dando o dito André Fernandes fiança segura e aabastante ao dito cargo lhe dem a posse delle e lhe deixee seruir e delle usar e gozar dos ditos privilegios e liberdades e se cumpra e guarde e faça comprir e goardar este alluará como se nelle contem o qual ey por bem que valha etc. como carta. João da Costa o fez em Lixboa a xij de Junho de mil b^{c}lxxbiij» (1).

CXXXVI

PARIS (SIMÃO DE)

Ourives, francês. Vide *Denúncias da Inquisição* (2).

CXXXVII

PEIXOTO (FRANCISCO)

Ourives, morador em Chaves, a quem foi passada carta a 4 de agosto de 1531, dando-lhe licença para poder andar em mula.

«Dom Joham etc. A quamtos esta mynha carta virem faço saber que a mim praz, por fazer merce a Francisco Pexoto, ouryvez, morador em Chaues, darlhe licença que elle possa amdar em mulla... Dada em a cidade dEvora a iiij dias do mes dagosto — Amrique da Mota a fez ano de noso Senhor Ihũu X.º de mill b^{c}xxxj» (3).

CXXXVIII

PEIXOTO (MANUEL)

Ourives, morador em Chaves, provavelmente irmão do anterior. Carta de 15 de junho de 1532 (4), para andar em mula.

---

(1) Chancelaria de D. Sebastião, liv. 44, fl. 75 v.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 472.
(3) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 50, fl. 99.
(4) Ibidem, liv. 18, fl. 73 v.

Há outro Manuel Peixoto, ourives de ouro em Lisbôa, denunciado à Inquisição por Bartolomeu Menar, ourives, francês.

Veja-se *Archivo Historico Portuguez,* vol. VII, pag. 9.

CXXXIX

PEIXOTO (SIMÃO)

Ourives, morador em Chaves, a quem foi concedida licença para andar em mula. Carta de 15 de junho de 1532 (1).

Era talvês irmão dos anteriores.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 18, fl. 73 v.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Memoria sobre a população e a agricultura em Portugal desde a fundação da monarchia até 1865 — Parte I, por L. A. Rebello da Silva. Lisboa, Imp. Nacional, 1868.

Os Mysterios de Veneza ou o Castello de Torvida — Tomos I, II e III, por Lathom. Lisboa, Typ. da Viuva Rodrigues, 1845.

Relatorio da commissão nomeada para assistir ao Congresso Phyloxerico da Suissa e visitar os vinhedos de França, afim de estudar os meios de combater a nova molestia das vinhas. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878.

Estudo do fabrico e conservação do vinho, por João da Motta Prego. Lisboa, 1894.

Relatorio dos trabalhos do Real Instituto de Lisboa no anno de 1901–1902, por Antonio Cabreira. Lisboa, Typ. J. F. Pinheiro, 1903.

O Ensino Superior de Agricultura em França — Relatorio apresentado á Direcção Geral de Agricultura em julho de 1890, por B. C. Cincinnato da Costa. Lisboa, Imp. Nacional, 1891.

Primeiro Congresso Nacional de Mutualidade — Relatorio, theses, actas das sessões e documentos, por José Ernesto Dias da Silva. Lisboa, Imp. Nacional, 1911.

Associação da Imprensa Portugueza — Relatorio das actas da Direcção na gerencia de abril de 1903 a dezembro de 1904. Lisboa, Typ. d'«O Diario» 1905.

Revista de Sciencias e Lettras — Orgão do Real Instituto de Lisboa. N.º 1, junho de 1901, primeira série, anno I. Lisboa, 1901.

Relatorio, contas e documentos da gerencia da Direcção do Montepio Official, nos annos economicos de 1904–1905 e 1908–1909. Lisboa, Imp. Nacional, 1905.

Revista de Educação e Ensino — N.os 11 e 12, 1900, novembro e dezembro, anno XV. Lisboa, 1900.

Regimento Interno da Camara dos Dignos Pares do Reino. Lisboa, Typ. Castro & Irmão, 1890.

O Lavrador — Revista agricola mensal — N.os 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 — 2.ª série — mez de dezembro. 1911. Lisboa, Typ. «A Federal», 1911.

As Questão das Joias, por D. José de Sousa Coutinho. Lisboa, Imp. Lucas, 1908.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — Boletim Commercial e Maritimo, 1901 — janeiro a dezembro — N.º 12. Lisboa, Imp. Nacional, 1901.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 10

1913
Outubro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Memórias de Castilho, por JULIO DE CASTILHO..... 513
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por SOUSA VITERBO..... 529
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por FRANCISCO MANUEL ALVES 539
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS 552

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

(Cont. do n.º 9, pag. 495)

XVII

Em Junho de 1873 vai de novo a Philarmonica de Verride festejar o cedro plantado pelas mãos de Castilho. — História minuciosa do célebre retrato do Poeta pelo grande pintor Miguel Lupi.

Já disse no logar proprio que, por occasião de uma visita de Castilho, em Maio de 1863, á quinta de S. Domingos da Vinha da Rainha, junto a Soure, pertencente ao decano dos seus amigos, Gonçalo Tello de Magalhães, tinha o amphitrião desejado que o hóspede ali plantasse por suas mãos tres cedros, filhos dos da Fonte dos amores, da quinta das Lagrimas.

Passados dez annos, ainda ali se conservava a saudade do illustre plantador; e em 12 de Junho ali vinha a Philarmonica de Verride tocar no páteo em roda do chamado *cedro do Castilho*. Achava-se o tronco da nobre árvore embandeirado e engrinaldado, e o nome do Poeta foi saudado com calorosos vivas e acclamações (1).

*

Outra festa.

Em Julho de 1873 (não sei explicar o facto) acordaram ruidosos os sentimentos liberaes dos Lisboetas; muita gente se lembrou do dia em que desembarcára, havia quarenta longos annos, no caes do Sodré, o Duque da Terceira com as suas tropas; e quizeram commemorar esse desembarque. Nomearam-se Commissões, armaram-se mastros, pendura-

(1) O *Primeiro de Janeiro*, jornal do Porto, 22 de Junho de 1873.

ram-se galhardetes, deram-se vivórios, acenderam-se girandolas, e a Patria ficou salva. É muito portuguez isto.

A verdade é que se falava muito nos festejos do dia 24 de Julho, e toda a gente esperava esplendor desusado. Estou ainda para saber os porquês d'essa recrudescencia de constitucionalismo; mas não indago.

Lembra-me bem d'isso tudo. Na noite de 23 passaram comigo a noite meu Pae e o nosso intimo Alvaro Paes; á meia-noite sahimos todos tres até ao atêrro, ver as fogueiras de Almada e Cacilhas, que se annunciavam deslumbrantes; achei-as... da fôrça do meu *liberalismo*.

No dia seguinte houve revista de tropas no Terreiro do Paço; o atêrro da Boa-Vista (perdão: a rua Vinte e quatro de Julho) era realmente vistosa com o embandeiramento; e as illuminações quebraram por umas horas a pacatez de Lisboa. Andei com meu Pae n'uma corroagem a ver o que havia. N'estes quàrenta annos constitucionaes (¡santo Deus!) ¡que desillusões, e que ruinas!!...

*

Não se tinham talvez extinto ainda os eccos de todas essas ficticias acclamações, quando no mesmo verão de 1873 se deu um facto importante na existencia de Castilho: a pintura do seu retrato pelo nosso insigne Miguel Lupi.

Para contar isso por miudos, parece-me que nada ha melhor, do que transcrever textualmente a carta, que sôbre o assumpto dirigi ao director do periodico *Perfis Artisticos,* no numero dedicado á memoria do eminente pintor. Eis a carta:

«Pedes-me duas palavras para o numero dos *Perfis Artisticos,* commemorativo do fallecimento do nosso querido e chorado pintor Miguel Lupi. Confesso-te que, se é sempre agradavel conversar de um amigo, dolorosissimo é recordar os que já lá vão.

«É o *gosto amargo,* de que fallava o Garrett.

«Comtudo não posso, não devo, esquivar-me. Dir-te-hei o que me lembrar; dar-te-hei apontamentos, que aproveitarás como entenderes. O que assim escrevermos será mais uma flôr modesta desfolhada na campa do insigne artista; mais um lamento, que elle por ventura ha de escutar, se chegam vozes terrenas ás eternas regiões, onde a Fé nos ensina e nos anima a esperar que elle hoje habita.

«Mas aprecial-o como pintor não posso eu. E de mais, está a abrir-se, por dias, a exposição das suas obras; essa é que ha-de fallar por nós todos, e para nós todos; essa é que ha-de mostrar o que elle foi, o que elle padeceu, o que elle ardeu no sagrado amor do bello, o que elle soube luctar com as indifferenças e invejas, o que elle emfim conquistou, a palmo e palmo, n'uma pugna diaria, em prol da sua gloria, que era a gloria da sua terra.

«Como homem, como amigo sincero, como caracter digno e honesto, avaliam-n-o todos os que tiveram a fortuna de o conhecer e tratar. N'esse ponto está tudo dito, e todos conformes.

«¿Que novidades te posso pois dar já agora, a ti que o avaliaste como poucos? Não sei; talvez nenhuma.

«Engano-me. Tu conheces o retrato que Lupi nos deixou de meu Pae; agora a historia não lh'a conheces.

«Acola, defronte da minha mesa de trabalho, tenho eu pendente, e destacando no fundo grisalho do papel da parede, esta sua obra prima (deixa-me chamar-lhe assim). Se eu me pozesse a descrever o que elle trabalhou, com quanta alma trabalhou, em muitas das suas outras telas primorosas, que eu por fortuna lhe vi pintar, deixava um interessante capitulo da historia da nossa arte moderna; mas isso levava-me longe; muito mais longe talvez do que o permitte o acanhado espaço de que dispões. Como porém acertei agora de olhar para este admiravel quadro, que d'aqui a dois dias vai fugir-me tambem para se ir figurar na exposição, seja elle o meu assumpto. ¿Queres? É-me agradavel ter de ligar na mesma moldura a idéa de um tal retratado, com a de um tal pintor.

«Lembras-te do retrato; ¿não é assim?

«Sentado n'uma cadeira seiscentista, como Manuel Bernardes ou Antonio Vieira, parece o poeta humanitario escutar attento conversação ou recitação alheia. Ha n'aquelle todo uma suspensão intelligente, e tambem uma inefavel serenidade, que repassa o espectador. Ao topo um armario antigo, cujo angulo superior auxilia a linha esthetica maior da composição. O fundo verdoso escuro acompanha e realça o colorido vigoroso das carnações. As linhas, todas grandes, surprehendidas no natural, e nada convencionaes, levam os olhos do espectador ao ponto culminante, o rosto, moldurado em cãs.

«Nada mais. Aquelle retrato não é um simples retrato; é um quadro; e não é só um quadro; é uma biographia, como

*

as sabiam colorir as palhetas de Van Dick e Velasquez. Além da reproducção photographica das feições, ha ali a traducção grandiosa da alma e do caracter. A elevação da fronte revela o pensador; a affabilidade da expressão, o homem amante; o livro que se entrevê ao lado, o homem de lettras; o macerado das faces, o homem da lucta; e o titulo do livro, *Methodo portuguez,* está a dizer: amigo da instrucção popular.

«Applaudo-me de ter conseguido para meu Pae a honra de uma tal consagração.

«João Rosa (pae), o nosso grande actor, dizia uma vez com graça:

«—Para se ver a tenacidade do genio de Castilho basta ver a maneira como elle toma a pitada: seguram no tabaco o polegar e o indicador; e depois, como se não bastasse, vem o dedo grande confirmar a prisão.

«Ora bem; repara, e verás que essa mesma feição peculiarissima se conservou.

«E além de tudo: até aquella pitada e aquelle lenço vermelho são o ultimo toque no quadro: symbolisam o homem antigo; ha n'elles o que quer que seja do saboreado remanço intimo dos seus serões classicos.

«Desengana-te: em Arte não ha minucias inuteis.

«Has de convir, meu caro José, que o effeito geral d'este soberbo conjuncto é commovedor. *Un émouvant portrait d'aveugle* — lhe chamou em Paris o critico de não sei que jornal, que o vira na exposição do Trocadero.

«Se não parecesse metter foice em seara alheia, repetia-te aqui o que ao chegar a Lisboa, depois de ver alguns museus da Europa, tive a honra de dizer ao nosso talentoso amigo: no toque do seu pincel ha toda a graça voluptuosa e energica do pincel primacial de Rembrandt, a mesma transparencia de velaturas, a mesma firmeza magistral, e a mesma intenção intellectual. (Não sei se me faço perceber; mas como não sou artista, infelizmente não encontro os termos). O que só faltou a Lupi para elle expandir em cheio toda a pujança do seu estro (porque o tinha, e muito), foi o *meio* apropriado, foi a direcção desde muito novo, foi o estimulo. Mas ¡que admira! tinha nascido em Portugal, terra certamente muito propicia para azeitonas e laranjas, mas muito madrasta para bellas artes.

«¡Que dias tão aproveitados aquelles, em que o insigne mestre portuguez, no verão de 1873, trabalhou n'este seu quadro que te acabei de esboçar! Tenho pena de que não assistisses a sessões do seu modelo. Foi isso em S. Francisco,

ali n'aquelle salão onde tanta vez o visitámos, e que eu te peço muito que descrevas minuciosamente aos teus leitores.

«Em quanto o não fazes, deixa-me recordal-o comtigo.

«O estudo, o quarto, o gabinete, a officina, ou o *atelier* (como hoje se diz sem necessidade), emfim a forja artistica do bom Miguel Lupi, era lá em baixo, no fundo d'aquelles desvãos sem commentario possivel, que formam o porão da alquebrada charrua chamada Academia. Depois de se entrar ao portaló, e descer um sem numero de degráos por escotilhas medonhas, depois de se atravessar um dédalo de corredores e casarões absurdos, apenas habitados de alguma estatua velha aposentada, subia-se um derradeiro lanço, e batia-se á porta, sempre franca, do pintor. Ali então já mudava o scenario; e ao cabo da trabalhosa Odyssêa, ficava o viajante muito admirado de encontrar em taes paragens uns quês a denunciarem casa habitada, casa confortavel, e casa de artista.

«— *É permesso, maestro?* — lhe perguntava eu sempre, demorando-me um segundo no limiar. E logo aquella voz amiga respondia lá de dentro, com inflexões de carinho e bemquerença:

«— *Padrone!*

«Era já sabido isto, invariavel, e muito antigo. Nunca entrei n'aquelle sanctuario senão assim. ¿Porquê? não saberei dizel-o. Foi costume que tomámos; talvez porque nos parecia que, no portico de um recinto todo de arte, a lingua que melhor soava era a do Ticiano. Talvez.

«E logo depois, adiantava-se aquella nobre figura de homem, com o seu cabello prematuramente branco, o seu bigode e pera de neve, os seus olhos garços indefiniveis, e o seu sorriso de amigo leal; e vinha quasi sempre com a palheta e os pinceis na mão, como quem interrompe a tarefa; e trazia ainda a expressão vaga indescriptivel, que dá ao rosto dos privilegiados a longa absorpção nos trabalhos do espirito.

«Depois largava tudo, accendia o seu cigarrinho, sentavamo-nos, e era todo meu.

«Sim, tudo quanto eu diga da sua affavel amizade para comigo, nos vinte e tres annos em que duraram as nossas relações, é pouco. Devi-lhe muito, e honro-me de o ter tratado de tão perto.

«E a verdade é que sempre que ali o visitavamos o encontravamos, e a trabalhar.

«No meio d'aquella officina, vasta e silenciosa, boa de ve-

rão, mas por signal muito inhospita de inverno, entre mil objectos de arte accumulados n'um cahos pittoresco e elegante, quadros, bufetes, um esplendido armario do seculo XVII, cadeirões philipinos, um bonito tremó á Luiz XV, poltronas em desordem, que ainda pareciam conversar umas com as outras em aventuras da Lisboa pombalina; entre aquelles contadores marchetados, enlevo do dono, essencialmente sybarita n'estes assumptos, e que pareciam ufanos de carregar com tantas estatuetas, tantos bronzes, tantos brilhantes nadas, que todos tinham uma historia; no meio d'aquellas coisas todas, digo eu, via-se longas horas cada dia o insigne obreiro, com a sua nobre physionomia de cavalleiro quinhentista, absorto em vastas telas, que eram o seu orgulho, a sua vigilia, os seus sonhos, todo o seu longo e cioso amor, toda a sua esperança, toda a sua aspiração. D'aquelle quarto, hoje historico, onde tambem trabalhou o eminente Fonseca, e onde Lupi vinte annos habitou (deixa-me usar do verbo; aquella é que era a casa d'elle), onde elle scismou tanto, onde elle recebeu testas coroadas, onde elle agazalhou discipulos e principiantes, onde elle luctou, cheio da insistencia, um tanto morbida, da sua indole, nada resta senão as paredes nuas. O inevitavel leilão dispersou aos quatro ventos todas as preciosas alfaias que o mestre a pouco e pouco accumulára, todas as valiosas bugiarias que lhe serviam de companheiras. É a ordem do mundo; será; mas ¡como é triste! ¡E quanto não padeceu a familia com essa nova e cruel separação!

«N'este mesmo *estudo* pois, que tu conheceste muito bem, é que se pintou o magnifico retrato que ali tenho defronte de mim. Eu t'o conto.

«Foi difficillimo obter a annuencia do poeta. Refugia quasi sempre a taes pedidos; houve que empregar toda a carinhosa influencia do amor filial, para o resolver a ir ali deixar-se pintar pelo talentoso Lupi; mas depois de resolvido, não oppoz mais difficuldades, e concedeu as sessões indispensaveis. Ia para lá com gosto, sentava-se no logar de honra, conversava com o chiste inimitavel que todos lhe conhecemos, tinha sempre gente que o entretinha, fizeram-n-o até recitar, e o tempo voava, sem que suspeitassemos sequer que já lá iam muita vez cinco e seis horas de trabalho.

«Eram sessões realmente deliciosas; eu assisti a algumas, desde a primeira, que foi em 4 de Agosto, até á ultima em 16 de Setembro. Em 10 de Outubro deu o auctor a ultima pincelada, e assignou. Confesso-te que davam estas reuniões um quadro interessante. E se não, imagina.

«A um lado da officina um estrado alto, portatil, sobre o qual, na sua cadeira de pregaria amarella, se sentava o modelo: descançado, de perna traçada sobre o joelho, a celebre pitada em punho, e com a expressão de suave alegria melancolica, tão sua nos ultimos annos.

«Lá ao canto o cavallete, e a elle o pintor, de pé, ora afastando-se, ora aproximando-se; ora concentrado e attento, ora com o sorriso a illuminar-lhe a physionomia nobre e bella; ora serio, silencioso, invencivel na lucta; ora tomando parte na conversação geral.

«Em roda finalmente os amigos, os mirones, os conversadores, assistindo áquella scena digna de pincel, e trocando considerações e chistes, dignos de melhor chronista do que eu.

«Meu bom amigo, a pintura de uma d'aquellas quinze sessões dava (affirmo-t'o) um quadro notavel.

«A proposito: dize-me se esta convivencia dos artistas com os homens de lettras não é fecundissima para as artes! Todos lucram; todos com ella aprendem; todos por ella permutam estudo, talento, e affectos. Por esse lado pois, a officina de Lupi, hoje deserta e muda, mas então povoada de muitas obras notaveis, e a miude visitada dos primeiros escriptores da capital, foi na nossa descuriosa Lisboa um centrosinho, que em algumas occasiões rutilava luz, aproximando desconhecidos, aquecendo indifferenças, fomentando o trabalho, e animando-o com o elogio desinvejoso e enthusiastico de confrades e *amadores*.

«Eu por mim gosto immensamente, e mais que tudo, da companhia dos eleitos do pincel e do escopro. Dou-me ali, como em ares meus muito naturaes. Desato-me em flores sob aquelle sol. Se eu acreditasse na transmigração dos espiritos, acreditava que em mim habita o de um pintor christão, amigo e contemporaneo de Cimabue ou Fra Angelico da Fiesole. Sinto a nostalgia do *atelier*. Aquella luz serena que jorra do alto levanta-nos a alma. Ao penetrarmos n'uma officina de artista, esquece-nos o prosaismo do Chiado, as maledicencias dos jornaesinhos, os enredos baixos e vis da politica partidaria. Tudo ali é grande e puro; a alma sente azas de Anjo, e adeja.

«E depois, aquelle conviver com artistas dá ao homem dos livros mil noções da sua arte, que elle em balde procuraria nas leituras. Aprende-se immenso com um artista nas proprias materias do officio litterario. Muita vez estão-me elles a fallar em proporções, em linhas estheticas primarias e secundarias, em esfumados, em perspectiva aerea, em planos,

em symetrias, e eu estou a applicar tudo aquillo ao improbo lavor do estylista.

«Tenho lucrado tanto com elles, penso eu, como com os paternaes conselhos directos dos Horacios, dos Qintilianos, e dos meus outros preceptistas, mortos e vivos. São irmãs as bellas artes, e as regras e theorias de uma quadram ás demais.

. . . . . .

«Agora acabei de reler isso que para ahi te deixei. Não passa de esboço; mas na casa de um artista os esboços mesmos teem logar. Aceita-m'o, e pendura na tua galeria esse pobre estudo a carvão, que assim nos falla de tantos amigos que perdemos para sempre. Acabal-o, não posso; falta-me o tempo, e creio que a paciencia. Moldural-o em filete doirado, não sei. Se te agrada assim, conserva-o; mas o melhor seria tomal-o como apontamento, e engendrar d'elle um capitulo para a historia do nosso querido Lupi. Ambos o conhecemos bem; ambos o apreciámos como pouquissimos; ambos apertámos como amigos aquella honrada mão; a ambos quiz elle muito, e a ambos teve sempre na galeria dos seus escolhidos. Sirva-nos isso de estimulo; e o que podérmos, cumpril-o-hemos; ¿não é assim?

«Reparo que já é tarde. Estão lá fora, no pateo d'esta quinta, os rapazes e moçoilas dos Olivaes e arredores a celebrar n'um bailarico animadissimo a vespera de Santo Antonio.

«¡Ainda bem! As recordações de tudo quanto te descrevi, meu amigo, tinham-me entristecido a alma. Vou ver se pelas janellas abertas posso deixar penetrar dentro no coração, com aquellas melodias avelludadas das toadilhas populares, um lampejo de suave alegria, que me restaure.

«Adeus. Faze d'esta carta o uso que entenderes.

«Crê-me sempre — Teu etc.

«Quinta de S. Bento, Olivaes, 12 de Junho de 1883. — *J. de C.* (1)».

*

Completarei essas noticias do quadro com alguns dados muito positivos e authenticos.

A 1.ª sessão foi na segunda feira 4 de Agosto d'este anno de 1873. Achava-me eu no posto de trabalho na Bibliotheca Nacional, em S. Francisco, quando, pouco depois do meio

---

(1) *Perfis Artisticos*, 2.º anno, n.º 45.

dia, chegou Castilho acompanhado do seu secretario, o snr. Rodrigues. Descemos todos tres á Academia Real das Bellas Artes, onde Lupi nos recebeu no seu estudo, com as suas gazalhadoras maneiras do costume. Á 1 hora em ponto começou a tarefa, com interrupção de um quarto de hora apenas, até ás 4. Quando concluiu o esboço, que ficou bellissimo, Lupi cahiu exhausto de fadiga para cima de uma poltrona.

A 2.ª sessão foi na quarta feira 6. Ao trabalho assistiram Rodrigues, Eugenio de Castilho, e eu. As mesmas horas de trabalho.

A 3.ª sessão foi na quarta feira 13. Assisti pouco tempo; sei que estiveram tambem Rodrigues, Zacharias de Aça, e Eugenio, e não sei quem mais.

A 4.ª sessão foi na terça feira 18. Entre as pessoas que assistiram esteve o nosso amigo Venancio Deslandes, que sahiu comnosco.

A 5.ª sessão foi na quinta feira 20. Assistiram varias pessoas; entre ellas o snr. Lorenzana (italiano então em Lisboa), um celebre pintor brazileiro, o snr. Pedro Americo, o nosso bom Silva Tullio, sua mulher a senhora D. Anna, e sua cunhada a senhora D. Maria Lina, que moravam no largo em frente. Lupi esboçou as mãos da figura.

A 6.ª sessão foi no sabbado 23. Não tenho pormenores.

A 7.ª sessão foi na segunda feira 25. Não assisti.

A 8.ª sessão foi na quarta feira 27. Não pude assistir, mas sei que estiveram muitas pessoas.

A 9.ª sessão foi na quinta feira 28.

Em 29 foi á officina de Lupi o nosso distinctissimo poeta José Ramos Coelho ver o retrato de Castilho.

A 10.ª sessão foi no sabbado 30. Entre vários visitantes, estiveram o grande actor Theodorico Baptista da Cruz, e os nossos amigos José de Arriaga Brum da Silveira, e João Carlos Bon de Sousa; e tambem Ida de Castilho.

A 11.ª sessão foi na segunda feira 1 de Setembro. Esteve lá a senhora D. Genoveva da Motta e Silva, o italiano Lorenzana, e não sei quem mais. Lupi animadissimo, e n'um enthusiasmo crescente de dia para dia, revia-se na sua obra.

A 12.ª sessão foi na terça feira 2. Entre outros assistiu á tarefa o talentoso João Rosa (pae).

A 13.ª sessão foi na quarta feira 3. Castilho, optimamente disposto, e animado pela boa companhia que se lhe proporcionara, tinha faiscas na conversação.

A 14.ª sessão foi no sabbado 6.

A 15.ª e ultima foi na terça feira 16 de Setembro de 1873. Não assisti.

Em 10 de Outubro o pintor, vendo a sua obra concluida, assignou-a.

Em 20, entreguei ao grande artista os seus mesquinhos honorarios. A moldura custou 14$000 réis no doirador Margotteau da rua Nova do Carmo.

Miguel Angelo Lupi, grande pintor, que muito maior teria sido se não fosse portuguez, falleceu de uma passagem de calculos, em 27 de Fevereiro de 1883, na rua de S. Bento n.º 218, 2.º andar. O funeral, em que todos commovidos o acompanhámos, realizou-se a 28 pelas 4 e meia da tarde.

XVIII

Em principios de Fevereiro de 1874 conclue Castilho a traducção da comedia *O doente de scisma*. — Nova carta de Sua Majestade o Imperador do Brazil. — Visitas de Castilho ao logarejo suburbano de Casellas. — Chega do Rio de Janeiro o Monsenhor Pinto de Campos. — Quebrantamento anormal das fôrças de Castilho. — Inauguração solemne do seu retrato por Lupi. — 30 de Dezembro de 1873.

Em 24 de Outubro de 1873, ás 3 horas da tarde, foi começada a traducção da comedia *Le malade imaginaire*, e concluida em principios de Fevereiro de 1874. Tres mezes apenas, interpolados com outras coisas.

É bem interessante mencionar, que muito custou a achar o titulo. Houve no espirito de Castilho flutuações e hesitações, que deixaram rasto n'este borrão que me está aqui diante dos olhos. Examinem:

O maníaco de doenças;
O scisma-doenças;
O scismatico;
O aprehensivo;
O homem dos achaques;
O espreita-doenças;
O doente de scisma;
O enfêrmo de scisma;
O achacado por mania;
O maniaco de achaques;
O scismático de doenças;
O empapelado em saude;
O sonhador de doenças;
O visionário de molestias.

¡Engraçadissimo! Prevaleceu o melhor: *O doente de scisma,* portuguez, conciso, conceituoso, claro, pittoresco, intelligivel, e exacto.

*

Em 6 de Novembro de 1873, por mão do Barão de Japurá, Ministro do Brazil, recebia Castilho de Sua Majestade o Imperador a seguinte carta autógrapha:

«Snr. Visconde.

«Sae hoje do prelo este livro sobre o Brazil, e quero que não tarde em chegar ás mãos de quem tanta affeição tem mostrado por minha patria.

«O trabalho está longe da perfeição, pois a estatistica ainda se acha muito atrazada aqui; porém foi feito com escrupulo, e se ha exageração é para menos.

«Gostei da belleza da sua traducão do Fausto; mas ainda não posso escrever-lhe a tal respeito, como o farei.

«Peço-lhe que offereça da minha parte o outro exemplar do livro sobre o Brazil á Academia Real das Sciencias onde somos collegas. Como vae sua tradução da *Noite de S. João* de Shakespeare? Estimo que seus filhos gozem de saude, e dando-lhes lembranças minhas, acredite-me sempre.

«Seu muito affeiçoado — D. Pedro d'Alcantara.

«Rio, 9 de 7.bro de 1873».

*

Por este tempo, desde 1 de Outubro de 1873, ia o autor d'estas *Memorias* passar umas espairecidas semanas a ares em Cazellas, logarejo muito alegre, lá na vertente occidental da serra da Ajuda. Nada mais festivo do que esse sitio, muito luminoso e socegado, com boa agua, boas quintas, e um ar que dá saude.

Uma das quintas mais interessantes do logar era a da familia Murta, com aspecto antigo, ruas de buxo alto, e umas grutas architecturaes, que attestavam passadas grandezas. N'uma d'ellas, sôbre um pedestal, erguiam-se fragmentos em gêsso de uma formosa Venus de Medicis, cujos destróços jaziam pelo chão. Ora o que mais que tudo me impressionou, foi isto: das derrocadas pernas de gêsso, e de um dos braços, sahiam ossos humanos. Dir-se-hia que o escultor, fosse quem fosse, revestira um esqueleto. E a imaginação trabalhava, e via nas fórmas graciosas da Venus uma especie de sepulcro,

onde se occultavam os restos descarnados de uma adorada mulher.

Contando isto a meu Pae, disse elle:

— Se o Camillo suspeitasse essa coisa, era capaz de armar um esplendido romance.

Hoje, como já então, o caso é mysterio impenetravel.

O snr. Murta era um sujeito de edade, ar bondoso, maneiras amaveis. Tinha ouvido dizer que para uma casa proxima vinha eu, mas confundiu-me com meu Pae. Na manhan seguinte á minha intallação veio fazer visita, por parte de visinhança; annunciou-se, e appareci-lhe na minha sallinha semi-campestre. Conversámos sôbre banalidades, fez os seus offerecimentos, e perguntou por meu Pae, a quem tinha falado uma vez havia muitos annos. Respondi:

— Muito obrigado; graças a Deus, está bom.

Continuámos falando do sitio, creio que da Politica, em que sou eximio, e o snr. Murta tudo era olhar para a porta. A final perguntou:

— ¿E então seu Pae? ¿ainda está deitado?

— Não creio — respondi eu, sem perceber bem o motivo da indagação.

Novas conversações. Não se poude ter, e interrogou:

— ¿Então seu Pae não apparece?

— ¡Não apparece!? elle está em Lisboa.

— ¿Então não veio para esta casa?

— Não senhor; eu é que vim.

— ¡Ah! não é elle!!?... — exclamou o snr. Murta com o tom de um supremo desengano. Parecia dizer: «Estou roubado».

Rimos muito com a história, mas ficámos bons amigos.

No dia 1 de Outubro, finalmente, veio o Poeta, de carroagem, e com boa disposição. Procurámos o snr. Murta, refrescaram o antigo conhecimento, e passeámos.

Lembrou-se Castilho de uma coisa: um dos seus condiscipulos na aula de latim do Geral do Cunhal das bolas, havia uns sessenta annos, era um Fulano Simões, filho de um proprietario de Cazellas, segundo disse no Livro I. Indagámos que feito era d'elle, e soubemos ser fallecido desde poucas semanas. Nessa mesma occasião se andava procedendo á venda dos petrechos da sua casa rural.

*

No paquete do Rio, que deveu chegar aqui por 26 ou 27

de Novembro d'este anno de 1873, chegou a Lisboa o nosso bom amigo Monsenhor Pinto de Campos, pela segunda vez. Hospedou-se no Hotel Borges, que era então no largo das Duas Egrejas, no prolongamento da rua do Oiteiro.

Em 7 de Dezembro ahi o visitou Castilho comigo de manhan. Trouxe ambos de carroagem para as Bernardas, onde passaram o dia, lendo o Monsenhor alguns trechos da sua *Jerusalem* antes de jantarmos.

*

O que é bem tristemente certo, é que o inverno de 1873 para 1874 não foi bom para o nosso Poeta. Achávamol-o de máu humor, tristonho, mysanthrópo, bem contra o seu natural; e sem ter apparentemente uma doença, via-se decadente e desanimado. O seu gôsto era ficar na cama, e ouvir ler. Era seu secretario então, e amigo, o snr. José Antonio Rodrigues, depois empregado nos Correios; pessoa respeitavel e respeitosa, que até ao fim mostrou o maior carinho ao nobre ancião.

Apesar dos annos, e do cançasso, trabalhava Castilho mais ou menos.

Já a cima disse, que em 24 de Outubro de 1873, ás 3 da tarde, com o secretario Rodrigues, tinha-se começado a traducção do *Doente de scisma*. Continuou a obra em 25 ás 2 ½ da tarde, 26 ás 3, 27 ás 2 ½, 28 ás 2 ½, 29 ás 3 ½, 31 ás 2; 1 de Novembro ás 2, 3 ás 2, 4 á 1 hora e meia.

Continuou a obra em 25, 26, 27, 28, 29 e 31 de Outubro, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, de Novembro, dia em que se concluiu o 1.º Acto.

Começou o 2.º em 10, e continuou em 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, e 30 de Novembro, 1, 4, e 13 de Dezembro, dia em que se concluiu o 2.º Acto.

Começou o 3.º em 13, e continuou em 20, e 21, depois em 19 de Janeiro de 1874, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, até 1 de Fevereiro, em que me parece se concluiu o Acto 3.º e ultimo.

*

Em 12 de Outubro de 1873 partiu para Maçáu, na qualidade de Contador da Junta da Fazenda d'aquella Provincia, Manuel, 3.º filho de Castilho.

*

Em 27 de Outubro chegou da sua excursão ao Minho, tão fecunda que lhe rendeu um bom livro, o nosso D. Antonio da Costa; immediatamente recomeçou a sua convivencia quasi diaria comnosco.

*

Em minha casa, no penultimo dia de 1873, celebrou-se, com o possivel esplendor, a inauguração solemne do retrato de Castilho por Miguel Lupi. As salinhas respiravam festa. Ondas de pessoas amigas se reuniram ali desde o comêço da noite, e uma agradavel reunião de musica e dança encurtou as horas de uma longa noite de inverno. Muitas flores, muita luz, muitos quadros e objectos ornamentaes, levavam os olhos e elevavam o espirito.

A 2.ª sala, onde se admirava o retrato, e que precedia a sala reservada e o escritorio, tudo em fila, e tudo patente, era forrada de papel monóchromo cór de grão escuro, salpicado de bonitos florões grandes de oiro. A mobilia de *reps*, em que predominava o verde escuro, correspondia ao tom das sanefas das cortinas e dos reposteiros, e dava um aspecto repoisado ao ambiente.

Na parede principal, assentava sôbre uma bonita estante de livros, erguendo-se com a sua larga moldura doirada a fôsco, aquella pintura grandiosa, que lembrava Rembrandt.

Quem entrava, sentia-se por assim dizer dominado; via-se ali a majestade da Arte no seu maior esplendor. Era um brado geral de enthusiasmo; o quadro, o modêlo, e o autor, suscitavam todas as attenções, e alcançaram um triumpho. O bom Lupi, muito sensivel sempre ao aprêço das pessoas intelligentes, e radiante de alegria, colhia em cheio o juro immaterial da sua tarefa transformada em glória.

Dos muitos convidados, bastantes faltaram; é sempre assim; comtudo, muitos outros prestaram a homenagem da presença ao Poeta e ao Artista.

*

Entre as cartas de desculpa recebidas pelo dono da casa, figura esta do snr. Gomes de Amorim, que bem prova o aprêço em que tinha o retratado.

Transcrevel-a-hei em parte.

...«Se o delicado convite com que me honra, para a inauguração do retrato do seu excellente pae, e mestre de nós todos, acontecesse vir com tempo sêcco, eu faria talvez o exforço de dominar os meus padecimentos, e corresponderia com a minha presença á amabilidade de V. Ex.ª. Com o actual estado atmospherico, penso que me será inteiramente impossivel. Só quem sabe como eu vivo é que pode avaliar a sinceridade d'estas duvidas.....

.....

«Mas, se a enfermidade me deixar prezo em casa, no dia de amanhan, creia, meu querido J..., e creiam todos os seus, que o meu coração estará presente á sua festa de familia; os sentimentos de affectuosa estima que lhe consagro, e o respeito que tributo ao immortal cantor do *Amor e melancolia,* ao Ovidio portuguez, aspiram a ser representados por esta carta, modesta homenagem do amigo ausente. Assistirei em espirito, commovido como agora estou, ao testemunho.

....

«Seu grato amigo do coração.

«S. C.—29 de Dezembro de 1873.—*F. Gomes de Amorim*».

*

Foi n'esta memoravel noite, que pela ultima vez ouvi meu Pae recitar. Tinha-se-lhe pedido qualquer poesia, e elle annuiu com alguma difficuldade. Sentado n'uma poltrona verde junto ao quadro, e rodeado de ouvintes, recitou *O Natal do pobresinho*.

Fez-nos a todos uma impressão dolorosissima, impossivel de descrever. A voz já quebrada, o cançasso que o dominava então habitualmente, davam ao colorido geral da sua *maneira* uma velatura de melancolia inexprimivel. ¡Quem nos diria que era a ultima vez!...

Observa o sagacissimo genio da Baroneza de Staël, que a timidez consentânea com uma enfermidade tão grande, como é a cegueira, impede geralmente aos cegos o communicarem a outros ás suas máguas; mas — acrescenta ella — parece que quando um cego faz ouvir uma melodia triste, está a desabafar comnosco os segrêdos da dôr n'aquella deliciosa linguagem, que enternece os corações (1).

Assim era com aquella recitação No recitador avultava o poeta.

---

(1) *Delphine,* Parte III, carta XIX.

«O rosto d'elle — diz tambem a insigne escritora referindo-se a um cego — tinha nobreza, e encantava, a despeito da falta do olhar. Reinava-lhe nas feições uma expressão tranquilla, que dominava o nosso dó».

*

Começaram nos dias seguintes a affluir bilhetes, já dos que tinham assistido, já dos que se desculpavam de não comparecerem. Em 4 de Janeiro, por exemplo, esteve Thomaz Ribeiro, que pertencia a esse ultimo grupo. Não me encontrando, pediu para entrar e ver o retrato, buscou papel e tinta, e escreveu:

«Vinha pedir mil perdões (sem haver peccado sequer na minha falta) de não comparecer á festa artistica d'esta casa; e vinha dar os motivos da minha falta.

«Escrevo debaixo d'esta maravilha do retrato, que é como nunca se viu! A *Fido* conheceu-me e festejou-me.

«Beijei a mão do meu Mestre.

«Adeus. — *T. Rib.º*».

Contava o criado que elle, depois de contemplar largo espaço e em silencio a pintura, se inclinára, e beijara respeitoso a mão do retrato.

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 9, pag. 512)

CXL

PENHA (LUIS DE LA)

Ourives de ouro francês, que trabalhava na rua Nova e residia ao canal de Flandres. No dia 31 de agosto de 1548 foi ao Tribunal do Santo Ofício acusar-se por ter comido lebre num dia de jejum (1).

CXLI

PEREIRA (MANUEL HENRIQUES)

Êste ourives fez uma lampada para o convento de S. Bento de Santarem que pesava trinta e três marcos, seis onças e seis oitavas de prata e que importou em 299$100 réis. Além disso há um certificado dêlle de haver recebido vária prata e dinheiro dos padres do dito convento, que eram precisos para a mesma lampada.

«Pesa a lampada que fis para o comvento de s. bento trinta e tres marcos e seis onsas e seis outauas de prata –33–6–6– que em dinheiro emportam a seis mil e quatro sentos o marco em..... 216600
e feitio a dois mil e quatro sentos o marco emporta..... 81150
O canudo de cobre..... 1200
e folha de flandres..... 150

299100

Manuel Henriques Pereira».

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 443.

No verso d'esta carta:

«Sertifico eu Manuel Henriques Pereira familiar do Santo Oficio, ourives, morador nesta villa, que allen de duas allanpadas de prata velha que tenho comprado aos padres e pezauaõ sinco marcos tres onsas e tres outauas, recebi mais em dinheiro sincoenta e tres mil e noue sentos para compra de outo marcos tres onsas e tres outauas que heraõ presizas para a mesma alanpada e asim mais recebi outenta e dous mil e quinhentos que emportou o feitio della e como estou pago e satisfeito de toda a quantia sobredita pasei este para minha lenbrança e sua descarga. Santarem 1 de agosto de 1754. Manoel Henriques Pereira» (1).

CXLII

PERES (LOURENÇO)

Veja-se *Castro (Miguel de)*.

CXLIII

PIRES (DIOGO)

Ourives, morador em Lisbôa, a quem foi aprovada a renúncia que nêle fizera Vasco Correia, do ofício de feitor de Campo de Trava, termo de Santarem, por carta de 18 de novembro de 1544.

«Dom Joham etc. a quamtos esta minha carta virem faço saber que cõfiamdo eu de Diogo Pirez, ouriuez, morador em Lixboa, que nisto me seruira bem e fielmente como compre a meu seruiço e a bem das partes pertẽce, e querendolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o dou ora daquy em diante por feytor do campo de traua termo da vila de Samtarem, asy e pela maneira que ho ele deue ser e ho era Vasco Correa, que ho dito oficio tinha e o nele renũciou... Dada em a cidade dEuora aos dezoyto dias do mes de novẽbro — Jorge Lobato a fez — ano do nacimento de noso Senhor Ihũu $X_{\overline{po}}$ de mill e b^{c}Riiij» (2).

CXLIV

PIRES (GONÇALO)

Era ourives do príncipe D. João (depois rei D. João II), a quem D. Afonso V nomeou juiz dos cambos da cidade de Lisbôa, como o era Miguel Fernandes, ensaiador da mesma

---

(1) Torre do Tombo — Maço 564 dos Tombos dos Conventos diversos vindos dos Proprios Nacionaes. Convento de S. Bento de Santarem.

Vide nos *Moedeiros*, Carvalho (Carlos António de).

(2) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 5, fl. 142 v.

moeda, que deixou de ter êsse cargo. Carta de 26 de junho de 1473.

«Dom Afonso etc. a quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que comfiamdo nos da bondade e descripçam de G.º Pirez ouriuez do primcepe meu filho, que verdadeiramente o fara bem e como cumpre a seruiço de D.ª e nosso e bem e proueito de nosso pouvo, e queremdolhe fazer graça e mercee, teemos por bem e damollo daqui em diamte por juiz dos nossos cambos em esta cidade de Lixboa, assy e pella guisa que o era Miguel Fernandez, ensayador da nossa moeda da dita cidade, o qual auemos por bem de nom teer mais carrego de juiz dos ditos cambos senom o dito Gonçalo Pirez, como dito he. E per esta mandamos ao nosso C.or moor da dita cidade e ao veador e thesoureiro de nossa moeda e a todollos outros oficiaes e pessoas que esto ouuerem de ueer que aja daquy em diamte o dito Gonçalo Pirez por juiz dos ditos cambos e outro alguũ nom, e o metam em posse do dito officio e lho leixem seruir e husar segundo forma do Regimento e terminaçom nossa sobre ello feita, e assy auer quaesquer interesses, proees, homrras e preuilegios que com o dito oficio de direito lhe perteecerem sem outro alguũ embargo, por que assy he nossa mercee; o quall Gonçallo Pirez jurou em nossa chancelaria aos samtos auamgelhos que bem e verdadeiramente sirua o dito carrego guardamdo emteiramẽte nosso seruiço e ao pouoo seu direito. Damte em Lixboa xxbj dias de junho. ElRey ho mandou per G.º Vaz de Castel Bramco do seu comselho e veeador de sua fazenda e seu almotacee moor. G.º Roiz a fez anno de mill e iiii^{c}lxxiij» (1).

CXLV

PIRES (MANUEL)

Ourives de prata. Vide *Denúncias da Inquisição* (2).

CXLVI

PORTO (JOÃO DO)

Ourives, existente em Lisbôa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

CXLVII

QUEIMADO (JOÃO)

Ourives, casado com Guiomar Alvares. Vide *Denúncias da Inquisição em 1537* (3).

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 33, fl. 143 v.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 178.
(3) *Ibidem*, vol. VI, pag. 84.

*

CXLVIII

ROCHA (NICOLAU DA)

Natural e morador em Lisbôa, filho de João Gonçalves. El-rei o tomou por seu ourives da prata, por nêle ter renunciado Sebastião Rodrigues, seu sogro. Alvará de 20 de novembro de 1643 (1).

CXLIX

RODRIGUES (AFONSO)

Veja-se *Rodrigues de Gusmão (Vicente).*

CL

RODRIGUES (AGOSTINHO)

Natural de Lisbôa. Ourives do ouro e contraste da côrte. El-rei o tomou por seu engastador da pedraria, ofício que vagára por falecimento de Simão Roiz, seu pai. Alvará de 15 de maio de 1662 (1).

CLI

RODRIGUES (CARLOS)

Ourives, morador em Santarêm. Por alvará de 12 de setembro de 1562 foi aprovada a nomeação que nêle fizera a camara da dita vila do cargo da marca do concelho e do ofício de afilador dos pesos dela e seu termo, por tempo de três anos.

«Eu elRey faço saber a quamtos este meu aluara virem que por parte de Carlo Roiz, ouriuez, morador na vila de Santarem, me foy apresemtado o trelado do acordo esprito na outra mea folha atras, que o juiz, vereadores e procurador da dita vyla e procurador dos mesteres dela lhe fizerã do cargo da marqua do concelho da dita vyla e do oficio dafilador dos pesos dela e seu termo por tempo de tres anos, pedimdome por merce que lho confirmase, e visto seu requerimento e por lhe

(1) Torre do Tombo — *Matrículas,* liv. 6, fl. 154 v.
(2) *Ibidem,* liv. 5. fl. 85o.

fazer merce me praz e ey por bem de lhe confirmar, e per este lhe ey por confirmado o dito acordo asy e da maneira que se nele cõtem, e mamdo que asy se cumpra e goarde inteiramente, e este aluara quero que valha e tenha força e vygor como se fose carta feyta em meu nome per mym asynada e pasada per minha chancelaria sem embargo da ordenação do segundo liuro que o contrairo despoem. Joam de Seyxas o fez em Lixboa aos xij dias do mes de setembro de mil b^{c}lij. M.^{el} da Costa o foz scprever» (1).

CLII

RODRIGUES (DIOGO)

Era ourives da infanta D. Izabel, filha de D. Manuel I.

Veja-se *Ementas historicas — Gil Vicente* de Brito Rebelo, pag. 104.

CLIII

RODRIGUES (FERNÃO)

Ourives, a quem el-rei, por alvará de 2 de maio de 1552, determinou que em qualquer parte onde a côrte estivesse lhe fossem dadas casas de aposentadoria, nas quaes êle se podesse alojar e trabalhar no ofício, pagando o respectivo aluguer.

«Eu elRey faço saber a uos Lourenço de Sousa, meu apousemtador mor e suprior das apousemtadorias, e aos apousemtadores da corte que eu ey por bem e me praz, por fazer merce a Fernam Roīz, ouriuez douro, que amda na côrte, que lhe sejã dadas daquy em diante nesta cidade de Lixboa e em quallquer parte que eu estiuer casas dapousẽtadoria, em que se posa agasalhar e trabalhar em seu oficio, as quaes ele pagara a sua custa todo ho tempo que nelas pousar, e por tamto... Balltesar da Costa o fez em Lixboa a ij de mayo de j̄blij. M.^{el} da Costa o fez esprever» (2).

XLIV

RODRIGUES (FRANCISCO)

Era ourives e residia com um filho em Sevilha, e como no Mexico houvesse uma custódia por acabar, por falta de oficiais, pediram-lhes que elles fossem acabá-la. Como, porêm,

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 56, fl. 114.
(2) Chancelaria de D. João III, *Privilegios,* liv. 1, fl. 178.
Nêste livro há duas folhas numeradas 178 — é na 1.ª

não podiam ir sem licença da magestade católica, a raínha D. Catarina escreveu à princeza de Castela, interessando-se por elles.

Eis a minuta da respectiva carta:

«Ser.ma e muito excelente primcesa etc. sam informada que a huũ Francisco Roīz, ouriuez de prata, portugues e morador na cidade de Seuilha com huũ seu filho, outrosy ouriues, e casado na dita cidade de Seuilha, foy cometydo por parte de huũ homem que veyo de Mexiquo que quisese la ir, por serem boos ofyciaes pera acabarem huũa custodia de prata de v.te marcos de prata que estaa começada, a qual deyxaua de se acabar por falta doficiaes, e que eles tynhã aceitado hirem ao Mexico pera acabarem a dita custodia me pedyam que por quanto eles laa nam podiam hir sem licença vosa, por serem portugueses lhes fizese merce de vos escrever e pedyr que lhes deseys licença pera yso e porque por este caminho he pera serviço de nosso Senhor e asy per eles serem portugueses, folgaria e receberia muito contentamento em lhe dardes a dyta licença vos roguo muito que por meu respeito queyraes dar licença ao dito Fr.co Frz. *(sic)* e ao dito seu filho pera hirem a Mexico o que receberey de vos muy singular prazer» (1).

Há outro Francisco Rodrigues, ourives do ouro, que foi visto na Sinagoga de Ferrara (2).

CLV

RODRIGUES (HENRIQUE)

Ourivês, morador em Coímbra, a quem foi passada uma carta de privilégio a 5 de fevereiro de 1444. Era genro de João Anes, marceiro (3).

CLVI

RODRIGUES (JOÃO)

Era morador no Pôrto e por carta de 30 de dezembro de 1465 lhe foi concedido privilégio a pedido de Duarte Galvão. A 21 de outubro de 1471 lhe foi concedido outro privilégio pelos serviços que seu sogro, Afonso de Coiros, fizera na tomada de Tanger e Arzila (4).

---

(1) Torre do Tombo — Colecção de S. Vicente, liv. 9, fl. 354.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 11.
(3) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 24, fl. 47.
(4) Ibidem, liv. 14, fl. 7; e liv. 22, fl. 61.

CLVII

RODRIGUES (JOÃO)

Ourives do cardeal D. Afonso e morador em Coímbra, sendo-lhe passada carta de cidadão da mesma cidade a 22 de outubro de 1522.

«Dom Johã etc. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça e merce a J.º Roīz, morador em Coimbra, ouriuez do cardeall meu muito amado e prezado irmão, temos por bem de o fazermos, como de feyto per esta nosa carta o fazemos, cidadão da dita cidade... Dada em Lixboa a xxij doutubro — Symão de Matos a fez — anno do nacimento de noso Senhor Jhũ X.º de mill e b^{c}xxij» (1).

CLVIII

RODRIGUES (JOÃO)

João Rodrigues, era ourives da prata, escudeiro, tendo por mes quatrocentos e cinquoenta réis e por dia tres quartas de cevada (2).

CLIX

RODRIGUES (JORGE)

Ourives, morador em Coímbra. Esteve na batalha de Alfarrobeira com o infante D. Pedro. A pedido do cabido da Sé de Coímbra foi-lhe passada carta de perdão, dada em Cintra a 16 de setembro de 1450 (3).

CLX

RODRIGUES (JORGE)

Era ourives do infante D. Luis, e em carta de 19 de maio de 1525 lhe foi dado o cargo de escrivão dos direitos reais

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 1, fl. 100 v.
(2) Torre do Tombo — Ordem de Santiago, liv. 35, fl. 66.
(3) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 94.

e o mordomado da vila da Covilhã e seu termo. Ficou por fiador de Antonio Mourão ou Morão, mestre de esgrima.

Vide a respectiva carta de perdão no meu livro *A esgrima em Portugal*.

Há um Jorge Rodrigues, ourives do ouro, que foi visto na Sinagoga de Ferrara.

«Dom Joam etc. A quãtos esta minha carta virem faço saber que confiamdo eu na descrição e bomdade de Jorge Roīz, ouriuez da prata do Ifamte dom Luis, meu muito amado e prezado irmão; que nisto me seruira bem e fiellmẽte e como cumpre a meu seruiço, e querendolhe fazer merce, tenho por bem e o dou ora daqui em diante por escriuão dos direitos reaes e mordomado da villa da Couilhã e seu termo asy e polla maneira que ho ele deue ser e o te quy foy Joam Roīz seu pay, que ho dito oficio tinha e o renũciou per minha licença, com o qual oficio avera o mantimento, proes e percalços conteudos em meu Regimento. E porem mando... Dada em Almeirim a xix de maio — Vicente Fernandez a fez — de mill b^c^xxb, o qual oficio renũciou por elle dom Antonio meu escriuã da poridade per hum seu asynado feito em Monte mor o nouo a dez do dito mes, a qual renũciaçã fez per vertude dũa precuraçã que lhe o dito Joam Roīz fez pera o poder por ele renũciar que parecia ser feita per hum Vicente Marecos, pubrico tabelian em a dita villa da Couilhã aos b dias do dito mes e era — ElRey o mãdou per dom P.º de crastro do seu conselho vedor de sua fazenda» (1).

CLXI

RODRIGUES (PERO)

Ourives do ouro, que denunciou Sebastião Rodrigues por ter dito que havia mulheres que iam à romaria de Nossa Senhora da Luz para fins deshonestos.

Denuncia à inquisição em 18 de maio de 1554 (2).

CLXII

RODRIGUES (SEBASTIÃO)

Ourives do ouro, residente em Lisbôa. Por se achar já bastante idoso e doente Diogo de Mesa, contraste da côrte, foi-lhe permitido, por alvará de 24 de fevereiro de 1582, renunciar o ofício em Sebastião Rodrigues, que tinha as qua-

---

(1) Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 8, fl. 61.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 3.

lidades necessarias para isso, como consta da carta de 15 de março do mesmo ano.

Em alvará de 12 de agosto de 1584, lhe foi acrescentado o ordenado a dez mil réis anuais.

«Dom Felipe etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que por parte de Bastião Rodrigues ourivez de ouro morador nesta cidade de Lixboa me foy apresentado hun meu allvará per mim assinado e pasado pela chancelaria de que o treslado hé o seguinte:

«Eu el Rey faço saber aos que este meu alluará virem que havendo Respeito a emformação que me foi dada da idade e indesposição de Dioguo de Mesa comtraste da corte e a mo por essa causa não pode seruir o dito oficio ey por bem e me praz de lhe dar licença pera que o posa renunciar em Bastião Rodrigues ouriues do ouro avendo tão bem Respeito a emformação que tiue de como era auto e suficiente pera seruir o dito carguo. Johão da Costa o fez em Lixboa a xxiiij de fevereiro de mil b^{c}lxxxij.

«Pedimdo me o dito Bastião Rodrigues por quanto Dyoguo de Mesa per vertude do dito alluará tinha ja renunciado nelle o dito hoficio de comtraste da corte per hum pubrico estromento de renunciação que pareciá ser sobrescrito e asinado per Jeronimo Teixeira tabeliam de publico nesta cidade de Lixboa aos bj dias deste mes de março do presemte ano de mil b^{c}lxxxij lhe fizesse merçe de lhe mandar pasar carta delle e visto seu requerimento e avendo Respeito a emformação que me foy dada do dito Bastião Rodrigues e por confiar delle que nisto seruirá bem he fiellmente ey por bem e me praz de lhe fazer merçe do dito oficio de comtraste de minha corte asy he da maneira que o elle deve ser e como ate quy foy o dito Dioguo de Mesa e o dito Bastião Rodrigues seraa obriguado de amdar comtinuadamente em minha corte e ter todos os pesos ballamças toque e cousas necessairas pera pesar e tocar todas as moedas do Reyno e de fora delle que lhe forem mostradas e dizer a verdadeira valia de cada hũa dellas assy aos meus thesoureiros e oficiaes como a quaesquer outras pessoas que lho perguntarem e asy mesmo seraa obriguado de pesar todas as peças e Joyas douro ou prata dellas de maneyra que ha cada pesoa for necessario e quando lhe for requerido que dygua o que se merece pelos feytios de cada hũa da ditas Joyas ou peças minhas ou de partes a dyraa e se necessario fôr fallará com quaesquer officiaes sem sospeita do dito oficyo que ho bem entendão e com elles determinará a valia dos ditos feytyos e de cousa allgũa das sobreditas nem doutros desta calydade que lhe quaesquer pessoas requerem não levará premeo allgum nem doutras quaesquer cousas que pertenção ao dito oficio de comtraste e pera esta bem poder fazer será outrosym obriguado a estar cada dya em sua casa bj oras. s. tres pela manhã que se começarão das biij oras e outras tres ha tarde que começarão das duas oras até as cimquo. E mando ás Justiças... Johão da costa o fez em Lixboa a xb de março Ano do nacimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil b^{c}lxxxij» (1).

«Trellado de huã postilla que se pos nas costas de huã carta de D.º

---

(1) Chancelaria de D. Filipe I, liv. I, fl. 233 v.

de Mesa de biij rs. de mãtimento, a qual carta pasou pella chamcellaria em maio de lxxxij.

«Ey por bem de fazer merce a Sebastião Roīz, contraste de minha corte auemdo respeito ao trabalho que tem em seruir o dito officio e a despesa que com elle faz e a não ter mais de biij rs. dordenado por esta carta com elle de lhe acrecẽtar mais dous mil rs pera auer x rs dordenado cadano com o dito officio, o qual acrecentamento começara a vẽcer de iiij dias de julho deste ano presente de bclxxxiiij em diãte. E portãto mando aos vedores de minha fazenda que lhe façã assentar o dito acrecentamento no L.º das ordinarias della e leuar cadano na folha do asemtamẽto das tres casas desta cidade de Lixboa omde tem asẽtado o dito m.to pera lhe nelas ser pago do dito tempo em diante. E esta postilla valleraa como carta, posto que o efeito della aja de durar mais de huũ anno sem ẽbargo da ordenação em contrario. Francisco da Maya o ſez em Lisboa a xii dagosto de bclxxxiiij. E eu Manuel dAzeuedo o fiz escreuer» (1).

CLXIII

RODRIGUES (SEBASTIÃO)

Era ourives da prata, natural de Colares, e filho de Duarte Rodrigues. Por carta do 1.º de maio de 1626 foi investido no cargo de arauto Gôa, que vagou por Antonio Nunes ter passado a rei de armas Portugal.

Por falecímento de André Fernandes foi nomeado ourives da prata de el-rei, em alvará de 3 de fevereiro de 1641.

«Dom Phellipe etc. A quoantos esta nossa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça e merce a Sebastião Roīz, caualeiro de nossa casa e nosso ouriues da prata, natural da villa de Colares, filho de Duarte Roīz, por acharmos que elle he suficiente para nosso Arauto o ter as qualidades que se requerem para no dito officio nos saber bem seruir, hauemos por bem de lhe fazer merce do dito officio de nosso Arauto Goa, que vagou por Antonio Nunes que passou a nosso Rei darmas Portugal e queremos e nos praz que daqui em diente vse do dito officio de nosso Arauto Goa... Dada na cidade de Lixboa ao primeiro de maio — Manoel Correa a fez ano do nassimento de nosso Senhor Ihũ Xpo de mil e seiscentos e vinte e seis anos. Melchior dAndrade a fez escreuer» (2).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, liv. 10, fl. 173.
(2) Chancelaria de D. Filipe III, *Doações*, liv. 29, fl. 369 v.

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 9, pag. 505)

DOCUMENTO N.º 107

Foral de Moncorvo

4 de maio de 1512

D. Manuel pela graça de deos rey de portugal e dos algarves daquem e dalem mar em africa Senhor da guynee e da conquista e navegaçam e comercio de ethiopia arabia persia e da india etc. a quantos esta nossa carta de foral birem dado aa nossa billa de mencorvo. fazemos saber que por bem das diligencias ysamee e inquiriçoẽs que em nossos reynos e senhorios mandamos geralmente fazer para justificaçam e declaraçam dos foraaes delles e pelas quaes sentenças e determinaçoẽs que com os de nosso conselho e leterados passamos e fezemos.

Acordamos visto ho foral da dita billa dado pel rey dom deniz quaes rendas e drreitos reaaes se devem na dita billa pagar e recadar na maneyra e forma seguinte.

Primeiramente avemos daver de cada huum dos moradores da dita billa e termo em cada huum anno dous alqueyres de cevada da medida ora corre e seys rreaes em dynheiro de sey ceytys ho real. Os quaees alqueyres e reaes se pagaram pella oytava de cevada e paaes e dinheiros que pello dito foral se mandou pagar de foro a cada huum morador sem mais daquy a dyante pollas de taes cousas pagarem outro foro ou tributo (1).

O quall direito non pagaram biuvas nem orfaõs salvo sendo de quinze annos e dy para diante e stando em casa de sua may porque neste caso pagaram a may e os filhos

---

(1) Ver Viterbo, *Elucidario,* artigo — Canadela,

todos huum soo foro. E a moça orfaa enquanto non for casada de qualquer ydade non pagara o dito foro salvo aquellas que pubricamente uzarem mal de sua pessoa e por dynheiro.

Nem pagaram o dito foro os que teverem cavallo de marqua nem os que atee setemta annos foram escusos por elle posto que mais ho non tenham nem pagaram ho anno que lhe morrer seu cavallo nem pagaram estes taes ho primeiro ano que casarem outro ano que biubarem.

Taes pessoas que amde pagar o dito foro se entendam somente aquellas que pessoalmente biverem e tomarem nos lugares onde assy o dito direito se manda pagar porque se em alguum lugar pagarem o dito foro onde assy forem moradores e teverem beens em outros lugares nos quaees este tal direito se mande pagar da dita cevada e direito na dita maneyra nam pagaram as taaes pessoas mays la outro direito pollos beens que la tevessem onde assy nam sam moradores estes que ja o tal direito pagaram ou pagarem onde pessoalmente biverem como dito he Salvo se nos outros lugares onde os ditos beẽns tevessem e nam morassem ouvesse outra deferença de foro por onde craramente se mandasse pagar foro pellos beens que as pessoas hy tevessem posto que lá nan byvessem porque en tal caso se fara e comprira o que por bem dos taees foraees hy for por nos determynado.

E aalem das pessoas acima decraradas que por bem do dito foral antigo e estas nossas determinações devem e amde ser escusos do dito foro e tributo todallas outras pessoas que que foram moradores na dita billa e termo e pagaram o dito foro segundo no principio deste foral fica asentado posto que as taaes pessoas hy nam tenham beens proprios e sem embargo e biverem em casa daluguer nem de nehuã outra rezam nem privilegio que possam alegar.

Pollo qual foro e tributo ho senhorio não mandara derribar as portas nem as tirar fora do couce nem fazer sobrisso nehuã cousa sémelhante mas mandara penhorar soomente pello porteyro do concelho ou do almoxeriffado se ho hy ouver qual mays quiser e doutra maneyra nam.

Os rolles daram feitos os hoficiaaes da camara per todo o mez de setembro a cada hum dos porteiros aa sua custa so pena de pagarem binte cruzados ametade para ho meirinho da comarca e os outros para o senhorio dos ditos direitos pollos quaes rolles seram requeridos os pagadores que paguem atee natal de cada hum anno so pena de pagarem as ditas cousas aa mayor ballia com as custas. E a dizima da

eixecuçam das sentenças se levará hy de canta parte somente se fizer eixecuçam se ja se non levou polla dada della em outra parte.

O gaado do bento se recadara por direito real segundo nossa ordenaçam com decraraçaõ que a pessoa a cuja maão for teer o dito gaado ho baa escrever a dez dias sob pena de lhe ser demandado do furto.

E nos montados e manynhos se nam fará nehua mudança nem emnovaçam assy no que uzaram atee qui com o senhorio e com os bizinhos como com os lugares seus comarcaaõs.

E na dita billa nem seu termo não abera coutada nem deffesa de monte nem de rio para o Senhorio e seraa tudo do concelho.

E declaramos que os tres mil reis que a billa dava ao senhorio em cada hum anno por não poer o sacador dos ditos direitos avemos por bem que se paguem como sempre pagaram. e o senhorio dos ditos direitos será obrigado de poer ou dar o sacador dos ditos direitos aa sua custa se ante o concelho que o porteiro do concelho ou almoxeriffado segundo fica declarado que lhe seja dado. E por conseguinte tera aa cuda como sempre teve sem outra emnovaçam sem embargo de se nam declarar na justificaçam do foral. E quanto aa cascalheira abaixo della mandamos ao corregedor da comarca que bala aa custa das partes e o que achar por antigas testemunhas juramentadas sem suspeita isso faça escrever no fim deste foral e isso mandamos que ao diante se cumpra com estoutras cousas.

A cada huma das ditas testemunhas pagam tresentos e sessenta reaes.

Da pena darma se levaram duzentos reaes e as armas salvo de quem apunhar arma sem a tirar e quem em reixa nova ferir com paao ou pedra. Nem moço de quinze annos para baixo. Nem moller de qualquer idade nem quem castigando sua molher e servidores tirar sangue, nem quem com bofetada ou punhada o tirar nem quem em defendimento de seu corpo e por apartar outros o tirar, nem escravo que com paao ou pedra tirar sangue.

Primeiramente decraramos e poemos por ley geraal en todollos foraees de nossss reynos que aquellas pessoas ham soomente de pagar portagem em algũa billa ou lugar que non forem moradores e bezinhos delle. E de fora de tal lugar e termo delle ajam de trazer as cousas para hy bender de que a dita portagem ouverem de pagar. Ou se os ditos homeens de fora comprarem cousas nos lugares onde assy

nam sam bizinhos e moradores e as levarem para fora do dito termo.

E porque as ditas condiçoẽs se nam ponham tantas bezes em cada huum capitulo do dito foral mandamos que todollos capitulos e cousas seguyntes da portagem deste foral se entendam e cumpram com as ditas condiçoẽs e decraraçoes –S– que a pessoa que ouver de pagar a dita portagem seja de fora da billa e do termo e traga hy de fora do dito termo cousas para bender ou as compre no tal lugar donde assy non for bizinho e morador e as tire para fora do dito termo.

E assy decraramos que todallas cargas que adyante baão postas e nomeadas em carga mayor se entendam que sam de besta muar ou cavalar. E por carga menor se entenda carga dasno. E por costall a metade da dita carga menor que he o quarto da carga de besta mayor.

E assy acordamos por escusar prolixidade que todallas cargas e cousas neste forall postas e decraradas se entendam e decrarem e julguem na repartiçam e conta dellas assy como nos titulos seguintes do pam e dos panos he limitado sem mays se fazer nos outros capitulos a dita repartiçam de carga mayor nem menor. nem costall nem arrovas. Soomente pello titulo da carga mayor de cada cousa se entendera o que por esse respeyto e preço se deve de pagar das outras cargas e peso –S– pello preço da carga mayor se entenda logo sem mays decrarar que a carga menor sera da metade do preço della. E o costal sera ametade de menor. E assy dos outros pesos e cantidade. Segundo nos ditos capitulos seguyntes he decrarado. E assy queremos que das cousas que adiante no fim de cada huum capitulo mandamos que se não pague portagem decraramos que das taaes cousas se nam aja mais de fazer saber na portagem posto que particularmente nos ditos capitulos nan seja mais decrarado. E asi decraramos e mandamos que quando algumas mercadorias ou cousas se perderem por descaminhadas segundo as leys e condiçoẽs deste foral que aquellas soomente sejam perdidas para a portagem que fossem escondidas e sonegado o direito dellas e não as bestas nem outras cousas em que taaes se levarem ou esconderem.

Pam. binho. sall. caall. linhaça. — De todo trigo. cevada. centeyo. milho. painço. aveya. e de farinha de cada huum delles. ou de linhaça. E de binho. binagre. ou de saal. e de caall. que aa dita billa e termo trouxerem homens de fora para bender. ou os ditos homens de fora as comprarem e

tirarem para fora do termo. pagaram por carga de besta mayor. S. besta cavallar | ou muar huum real. E por carga dasno que se chama menor meyo real. E por costal que he a metade de besta menor. dous ceytis. E dy para bayxo em qualquer cantidade quando bier para bender hum ceytil. E quem tirar para fora de quatro alqueyres para bayxo nan pagara nada nem faram saber aa portagem.

E se as ditas cousas | ou outras quaaesquer bierem ou forem em carros | ou carretas contarssea cada huum por duas cargas mayores se das taaes cousas se ouver de pagar portagem.

Cousas de que se non paga portagem. — A qual portagem se non pagara de todo pam cosido. queijadas bizcouto farellos ou de leyte nem de cousa delle que seia sem sal nem de prata lavrada | nem do pam que trouxerem ou levarem ao moynho | nem de carnes nem de bides | quarqueja | tojo palha | bassouras | nem de pedra | nem de barro | nem de lenha | nem erva | nem de carne bendida a peso | ou a olho | nem se fara saber de nenhuma das ditas cousas. Nem se pagara portagem de quaesquer cousas que se comprarem e tirarem da billa para o termo nem do dito termo para a billa posto que seiam para bender assy bizinhos como não bizinhos. Nem se pagara das cousas novas | nem das que quaesquer pessoas trouxerem para alguma armada nossa ou feyta por nosso mandado ou autoridade | nem do pano e fiado que se mandar fora a tecer e pisoar | curar | ou tengir | nem dos mantimentos que os caminhantes na dita billa e termo comprarem e levarem para seus mantimentos e de suas bestas | nem dos gados que bierem pastar alguns lugares passando nem estando | salvo daquelles que hy soomente benderem | nem dos panos e joyas que se emprestarem para bodas ou festas.

Casa movyda. — De casa movyda se não hade levar nem pagar nehuum direito de portagem de nehua condiçam e nome que seiá assy hyndo como bindo. Salvo se com a casa movyda trouxerem ou levarem cousas para bender de que se deva e aia de pagar portagem. porque das taães se pagara onde soomente as benderem. E doutra maneyra nam. A qual pagaram segundo a calidade de que forem como em seus capitulos adiante se contem.

Passagem. — De quaesquer mercadorias que aa dita billa

ou termo bierem que forem de passagem para fora do termo da dita billa por quaesquer partes | nam se pagara direito nehuum de portagem nem seram obrigados | de ho fazerem saber posto que hy descarreguem e pousem a qualquer tempo e ora e lugar.

E se hy mays ouverem destar que todo ho outro dia por alguma causa entam o faram saber. E esta liberdade de passagem se nam entendera quando forem ou bierem para fora do reyno. porque entam faram saber de todas posto que de todas | nam ajam de pagar direito *e isto sera somente direito do lugar do estremo* (1).

Novydades dos beens para fora. — Nem pagaram portagem os que na dita billa e termo erdarem alguuns bens movens ou novydades doutros de raiz que hy erdasem ou os que hy teverem beens de raiz proprios. ou arendados e levarem as novedades e fruytos delles para fora. Nem pagaram portagem quaesquer pessoas | que ouverem pagamentos de seus casamentos tenças | mercees | ou mantimentos em quaesquer cousas e mercadorias | posto que as levem para fora e seiam para bender.

Panos finos. — De todollos panos de seda ou de laa ou dalgodam ou de linho se pagara por carga mayor nove reaes. E por menor quatro reaes e meyo. E por costall dois reaes e dois ceytys. E por arrova huum real. e dy para bayxo soldo aa livra quando bierem para bender. Porque se levar dos ditos panos | ou de cada huum delles retalhos e pedaços para seu uso nam pagaram portagem nem o faram saber. Nem das roupas que comprarem feytas dos ditos panos. Porem os que as benderem pagaram como dos ditos panos | na maneyra que acyma neste capitulo he decrarado.

Cargas em arrovas. — Da carga mayor se entende de dez arrovas. E a menor de cinco arrovas. E o costal de duas arrovas e meya. E vem assy por esta conta e respeyto cada arrova em cinco ceytys e huum preto pellos quaaes se pagara huum real. E pella dita conta e repartiçam se pagaram as cousas deste foral quando forem menos de costal.

E assy como se aquy faz esta decraraçam e repartiçam

---

(1) Esta parte sublinhada é de letra antiga mas posterior e diversa da do documento.

para exempro nas cargas de nove reaes | se fará nas outras soldo aa livra segundo ho preço de que forem.

Linho. laã. panos grossos. — E do linho em cabello fiado ou por fiar que nam seia tecido. E assy de laã e de fetios burell | mantas da terra e dos outros semelhantes panos bayxos e grossos por carga mayor quatro reaes | E por menor dois reaes. E por costal huum real e dy para bayxo atee huum ceptyl quando bier para bender | porque quem das ditas cousas e de cada huua dellas levar para seu uso de costall para bayxo que he huum real nam pagara portagem nem o fara saber.

Nem das roupas feytas que dos ditos panos bayxos e cousas para seu uso comprar. E os que as benderem pagaram como dos mesmos panos bayxos segundo a cantidade que benderem como acima he decrarado.

Gaados. — De todo boy ou baca que se bender ou comprar por homens de fora por cobeça huum real. E do carneyro cabra bode ou ovelha | cervo | corço ou gamo por cabeça dois ceytys. E de cordeiros | borregos | cabritos | ou leytões | nam pagaram portagem salvo se cada huma das ditas cousas | se comprarem ou benderem juntamente de quatro cabeças para cyma das quaes pagaram por cada huma huum ceyptil. E de cada porco ou porca dois ceyptys por cabeça.

Carne. — E da carne que se comprar de talho ou enxerca nam se pagara nehuum direito | e do toucinho ou marraã inteyros por cada huua huum ceptyl. E dos encetados se nam pagara nada.

Caça. — E de coelhos | lebres | perdizes | patos | aadens | pombos | galinhas | e de todallas outras aves e caça nam se pagara nehuua portagem pollo comprador nem bendedor nem o faram saber.

Courama. — De todo coyro de boy ou baca ou de cada pelle de cervo | corço | gamo | bode | cabras | carneyros | ou ovelhas | cortidas | ou por cortir, dois ceptys. E se bierem em bestas | pagaram por carga mayor nove reaes | e das outras | por esse respeyto.

Calçadura. — E na dita maneyra de nove reaes por carga

mayor se pagara de çapatos | borzeguys | e de toda outra calçadura de coyro. da quall não pagara o que a comprar para seu uso | e dos seus | nem dos pedaçõs de pelles | ou coyros | que para seu uso comprarem nam sendo pelle inteyra nem ylhargada. nem lombeyro dos quaes pagaram como no capitulo de acyma dos coyros se conthem.

Pelitaria. — E de cordeyros | rapozas | martas | e de toda pelitaria ou forros por carga mayor nove reaes. E de pelicas | e roupas feytas de pelles por peça meyo real. E quem comprar para seu uso cada huma das ditas cousas nam pagara.

Azeyte | mell e semelhantes. — De cera | mell | azeyte | sevo | unto | queijos secos | pez | manteiga salgada | rezina | breu | sabam | alcatram | por carga mayor nove reaes. E quem comprar para seu uso atee huum real de portagem nam pagara.

Marcarya e semelhantes. — De graan | anill | brazill e por todallas cousas para tengir. E por papell e toucados de seda ou dalgodam. E por pimenta e canella. e por toda especyaria. E por ruybarbo e todallas cousas de botiqua. E por açucar e por todallas conservas delle ou de mell. E por bidro e cousas delle que nam tenham barro. E por estoraque e por todollos perfumes ou cheyros | ou aguas estilladas por carga mayor de cada huma das ditas cousas e de todallas outras suas semelhantes se pagara nove reaes.

E quem das ditas cousas comprar para seu uso atee meyo real de portagem e dy para baixo nam pagara.

Metaall. — Do aaço | estanho | chumbo latam | arame | cobre e por todo outro metall. e assy das cousas feytas de cada huma dellas. E das cousas de ferro que forem moydas | estanhadas | lymadas | ou envernizadas | por carga mayor nove reaes das quaes non pagara quem as levar para seu uso.

E outro tanto se pagara das armas e ferramentas das quaaes levaram para seu uso os que quiserem sem pagar.

E do ferro em barra ou em maçuquo. e por todallas cousas lavradas delle que nam seiam das acyma contheudas lymadas | moydas | estanhadas | nem invernizadas | por quarga mazor quatro reaes e meyo.

E quem das ditas cousas levar para seu serviço e de suas quyntaãs | ou binhas em qualquer cantidade nam pagara nada.

Pescado marisco. — De carga mayor de pescado ou ma-

risco huum real e cinquo ceptys. E quem levar de meya arrova para baixo nam pagara. E do pescado dagoa doce atee meya arrova nam se pagara portagem soomente truytas | bordallos | ou bogas | e dy para bayxo.

Fvuyta seca. — De castanhas berdes e secas | nozes, ameyxeas | figos passados e uvas | amendoas e pinhoẽs por britar abelaaẽs | bolletas | favas secas | mostarda | lentilhas e de todollos legumes secos | por carga mayor tres reaes.

Casca çumagre. — Outro tanto se pagara do çumagre e casca para curtir. E quem levar das ditas cousas meya arrova para seu uso nam pagara.

Fruyta berde. — E de carga mayor de laranjas | cidras | peras | ervilhas | uvas verdes | e figos. E por toda outra fruyta verde meyo real por carga mayor. E outro tanto dos alhos secos e cebollas e melloẽss e hortaliça.

E quando das ditas cousas se vender ou levar menos de meya arrova nam se pagara portagem pello vendedor nem comprador.

Bestas. — Do cavallo rocim. ou egoa. e de mu ou mula huum real e cinco ceptys. E do asno ou asna huum real. E se as egoas ou asnas se venderem com crianças nam pagaram portagem senam pellas maães. Nem se pagara direito se truucarem huuas por outras. E porem quando se tornar direito pagarssea como vendidas. E do dia que se bender ou comprar o faram saber as pessoas a ysso obrigadas atee dois dias seguintes. E este direito nam pagaram os bassalos e escudeyros nossos e da raynha e de nossos filhos.

Escravos. — Do escravo ou escrava que se vender huum real e cinco ceptys. E sesse forrar por qualquer concerto que fezer com seu senhor pagara a dizima de todo o que por sy der para a dita portagem. E sesse venderem com filhos de mama nam pagaram senam pellas mays.

E se tocarem huus escravos por outros sem tornar direito não pagaram. E sese ternar direito por cada huma das partes pagaram a dita portagem e a dois dias despois da venda feyta iram arecadar na portagem as pessoas a ysso obrigadas.

Barro. louça. malega. moos. pedra. — A carga mayor da telha ou tigelho ou qualquer louça de barro que non seia vi-

*

drada dois reaes. E de menos de duas arrovas e meya nam se pagara portagem pollo comprador. E da malega e de qualquer louça ou obra de barro vidrada do reyno ou de fora delle por carga mayor quatro reaes. E de meyo real de portagem para baixo nam pagaram os que a comprarem para seu uso.

E de moos de barbeyro dois reaes. E das de moynhos ou atafonas quatro reaes e de casca ou azeyte seys reaes. E por moo de maão para pam ou mostarda huum real. E quem trouxer ou levar as ditas cousas para seu uso nam pagara nehũa cousa de portagem. Nem se pagara ysso mesmo da pedra nem barro que se leve nem traga de compra nem venda por nehua maneyra.

Cousas de paao. — De tonell. arcas. gamellas. e por toda outra obra e louça de paão por carga mayor cinquo reaes. E do tavoado sarrado ou por sarrar. e por traaves | tirantes e por toda outra madeyra semelhante grossa lavrada ou por lavrar dois reaes por carga mayor.

E quem das ditas cousas levar de costal para baixo que sam duas arrovas e meya nam pagara nada.

Palma esparto e semelhantes. — De palma | esparto | junça | ou junco seco para fazerem empreita delle por carga mayor dois reaes. E quem levar para seu uso de meya arrova para bayxo nam pagara nada. E por todallas alcofas | esteyras seyrões | açafates | cordas e das obras e cousas | que se fezerem da dita palma esparto item por carga mayor seys reaes. E de meya arrova para baixo quem as tirar nam pagara nada.

E as outras cousas conthyudas no dito foral antigo ouvemos aquy por escusadas por se nom usarem por tanto tempo que nam ha dellas memoria. E alguãs dellas tem ja sua provizam por leys e reaaes ordenaçoẽs destes reynos.

Como se arecadara a portagem. Entrada por terra. — As mercadorias que bierem de fora para bender nam as descarregaram nem meteram em casa sem primeyro o notificarem aos rendeyros ou officiaães da portagem. E nom os achando em casa tomaram huum seu vizinho ou hũa testimunha conhecida. A cada huum dos quaes diram as bestas e mercadorias que trazem e onde ham de pousar. E entam poderam descarregar e pousar onde quiserem. de noyte e de dya sem nehua pena.

E assy poderam descarregar na praça ou açougue do logar sem a dita manifestaçam. Dos quaaes lugares non tiraram as mercadorias sem primeiro ho notifiquarem aos rendeyros ou officiaaes da portagem so pena de as perderem aquellas que soomente tirarem e sonegarem e não as bestas nem as outras cousas.

E se no termo do lugar quiserem vender faram outro tanto se hy ouver rendeyros ou offyciaaes da portagem. E se os non ouver notifiquemno ao juiz ou vintaneyro ou quadrilheyro do lugar onde quizerem vender seos hy acharem ou a dois homens boons do dito lugar ou a huum se mays non acharem com os quaaes arecadara ou pagara sem ser mays obrigado a buscar os officiaaes nem rendeyros | nem encorrer por isso em alguma pena.

Sayda por terra.--E os que ouverem de tirar mercadorias para fora podellas ham comprar livremente sem nehua obrigaçam nem cautella. E seram somente obrigados aas mostrar aos officiaaes ou rendeyros quando as quyserem tirar e nam em outro tempo. Das quaaes manifestaçoẽs de fazer saber aa portagem nam seram escusos os privylegiados posto que ha non ajam de pagar segundo adiante no capitulo dos privylegiados vay decrarado.

Privilegiados.— As pessoas ecclesiasticas de todallas igrejas è moesteiros assy de homens como de molheres. E as provincias e moesteiros em que ha frades e freyras | irmitaẽs | que fazem voto de profissam | e os crerigos dordens. e os beneficiados em ordens menores qúe posto que nam seiam dordens sacras | vivem como crérigos e por taaes sam avidos. Todos os sobreditos sam isentos e privilegiados de todo o direito de portagem nem usagem nem custumagem por qualquer nome que a possam chamar. Assy das cousas que benderem de seus beens e beneficios como das que comprarem trouxerem ou levarem para seus usos e de seus beneficios e casas e familiares | asy por mar como por terra. E assy o seram os moradores e vizinhos da dita villa e termo no mesmo lugar de todo o dito direito de portagem livremente.

E assy sam liberdados da dita portagem por privilegio que tem as cidades villas e lugares de nossos reynos que se seguem. S. a cidade de lixboa e a gaya do porto povoa de varzim guymaraaes braaga barcelos prado ponte de lyma vyana do lyma camynha villa nova de cerveyra vallença monçan

crasto leboreyro myranda bragança freyxo o azynhoso mogadoyro anciaaes chaves monforte de rio livre montalegre crasto vicente villa real a cidade da guarda jermello pynhel castel rodrigo | almeyda castelmendo villarmayor | sabugal sortelha | covilhaã monsanto portalegre | marvan | arronches | campo mayor fronteyra | monforte | villa viçosa | olivença | elvas a cidade devora | monte moor o novo | lavar monsaraz leria | moura noudar | almodouvar | odemyra | os moradores no castello de cezimbra. E assy seram liberdados da dita portagem quaesquer pessoas ou lugares que nossos privilegios teverem mostrarem ou ho trellado em pubrica forma aalem dos acima contheudos.

E as pessoas dos ditos lugares privilegiados nam tiraram mays o trelado de seu privilegio nem o trazeram soomente tiraram a certidam feyta pello scrivam da camara e com ho sello do concelho como sam vizinhos daquelle lugar. E posto que aja duvida nas ditas certidoẽs se sam verdadeiras ou daquelles que as apresentam poderlhesham sobrisso dar juramento sem os mays deterem posto que se diga que nam sam verdadeyras.

E se depois se provar que eram falsas perdera o scrivam que as fez ho officio e degradado dois annos para cepta. E a parte perdera em dobro as cousas de que assy enganou e sonegou a portagem ametade para a nossa camara e a outra para a dita portagem. Dos quaaes privilegios usaram as pessoas nelles contheudas pelas ditas certidoẽs | posto que nam vam com suas mercadorias | nem mandem suas procuraçoẽs contanto que aquellas pessoas que as levarem jurem que a dita certidam he verdadeira | e que as taaes mercadorias sam daquelles cujas he a certidam que apresentaram.

Pena do foral.—E qualquer pessoa que for contra este nosso foral levando mais direitos dos aquy nomeados ou levando destes mayores conthyas das aquy decraradas | o avemos por degradado por huum anno fora da villa e termo. E mais pague de cadea trinta reaes por huum de todo o que assy mais levar para a parte a quem os levou. e se o non quiser levar seia a metade para quem ho acusar e a outra para os cativos. E damos poder a qualquer justiça onde acontecer assy juizes como vintaneyros ou quadrylheyros que sem mais processo nem ordem de juizo sumariamente sabida a verdade condene os culpados no dito caso de degredo e assy do direito atee conthya de dois mill reaes sem apellaçam nem agravo. E sem disto poder conhecer almoxeriffe

nem contador nem outro official nosso nem de nossa fazenda em caso que o hy aja. E se o senhorio dos ditos direitos | o dito foral quebrantar per sy ou por outrem seia logo suspenso delles e da jurdiçam do dito lugar se a tever emquanto nossa merce for. E mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fezerem encorreram nas dita penas. E os almoxeriffes | scripvaaẽs e officiaaes dos ditos direitos que o assy nam comprirem perderam logo os ditos officios | e nan averam mais outros. E por tanto mandamos que todallas cousas conthyudas neste foral que nos poemos por ley se cumpram para sempre. Do theor do qual mandamos fazer tres huum delles para a camara da dita villa e o outro para o senhorio dos ditos direitos e o outro para a nossa torre do tombo para em todo o tempo se poder tirar qualqeer duvida que sobre isso possa sobrevyr. Dada na nossa muy nobre e sempre leal cidade de Lixboa a quatro de mayo anno do nacimento de nosso senhor Jesu christo de mil e quinhentos e doze e eu fernando pyna o fiz fazer que por mandado especial de sua alteza tive carego de fazimento dos ditos foraaes e vay escripto e concertado em doze folhas (1).

(Continúa).

Francisco Manuel Alves,
Reitor de Baçal.

(1) Conserva-se este foral no rico Archivo da Camara Municipal de Moncorvo No referente a encadernação, illuminuras e disposição graphica é identico ao de Miranda do Douro já aqui descripto.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 9, pag. 475)

A distincção entre a verdade (die blosse Wahrheit) e o verdadeiro (das Wahre), leu-a Goethe em julho de 1799. na obra «Sendschreiben an Fichte. Hamburg, 1799». Assim, a pag. 11, diz Jacobi: «A maneira como eu encaro os factos não pode concordar em caso algum com a sua, porque para mim ha diferença entre a verdade e o verdadeiro». A pag. 25 insiste no mesmo ponto: «Ainda não compreendo que possa haver jubilo sôbre a descoberta de verdades isoladas, sem atingir o verdadeiro; não abranjo o amor da verdade que prescinde do verdadeiro». O Paralipomenon 61 sôbretudo reproduz as ideias de Jacobi que não se satisfaz com o conhecimento exclusivamente scientífico, mas aceita a divindade, como independente da natureza, embora êle próprio classifique as religiões positivas de «Götzendienst».

Comparem-se os versos do referido Paralipomenon com as seguintes palavras de Jacobi e ver-se há imediatamente a sua correlação. Pag. 31: «Wie mir diese Welt der Erscheinungen, wenn sie in diesen Erscheinungen alle ihre Wahrheit und keine tiefer liegende Bedeutung-wenn sie nichts ausser ihr zu offenbaren hat, zu einem grässlichen Gespenste wird...». Pag. 49: «Gott ist und ist ausser mir, ein lebendiges, für sich bestehendes Wesen». Pag. 50: «Entschieden unverholen, ohne Zagen und Zweifeln gebe ich dem nur äusserlichen Götzendienste vor jener mir zu reinen Religion, die sich mir als Sebstgötterei darstellt, den Vorzug».

No Paralipomenon 18 Goethe deixou passar um lapso, para o qual chamou pela primeira vez a atenção de Morris, Siegmund Auerbach. A bisecção do ângulo não oferece a mínima dificuldade; Goethe queria referir-se à trisecção, problema insolúvel que preocupou a atenção dos geómetras, desde a antiguidade.

O empirismo de Mefistófeles, preso à realidade que o não

deixa elevar-se às regiões do ideal, mostra-se acentuado nos Paralipomena 17 e 15:

Wer spricht von zweifeln lasst michs hören
Wer zweifeln will der muss nicht lehren
Wer lehren will der gebe was

Das was uns trennt das ist die Wirklichkeit
Was uns verbindet das sind Worte.

No caderno que contêm o esbôço da scena de discussão de teses, encontra-se um certo número de palavras quási ilegíveis:

Ich erkläre (?) mich in (?) dieser
so sache durch (?) ein Beispiel (?)
Genuss
Resignation Gewohnheit
Streben.

Parece que estas palavras nada teem que ver com a scena em questão; referem-se a outro assunto. No comêço do ano de 1801 o conde Zenobio puzera à disposição de Goethe a quantia de 50 carolinos, para ser arbitrada como prémio a quem melhor trabalho apresentasse sôbre o têma: Quais as leis, porque se rege a civilisação humana? Em cartas dirigidas a Schiller de 7, 18 e 25 de março, 3 e 4 de abril, alêm de outras, fala Goethe da magnanimidade do conde, cuja ideia não teve porêm condições de viável execução.

Na carta de 18 de março dizia Goethe a Schiller: Refletindo sôbre o que há de permanente no homem e que mantêm a harmonia entre todos os fenómenos, cheguei à determinação de quatro estados fundamentais:

des Geniessens
des Strebens
der Resignation
der Gewohnheit.

Na carta de 1 de maio de 1801, escrita aos amigos filósofos, exprime o mesmo pensamento: «In wie fern ich eine dergleichen Auflösung für möglich halte gebe ich ein Beyspiel, dass nur dazu dienen soll um den Freunden, deren Rat ich mir in dieser Sache erbitte, im kurzen verständlicher zu seyn. Man nehme die beyden Enden menschlicher Thätigkeit Genuss und Streben, mit den dazwischen liegenden Zuständen Gewohnheit und Resignation, als empirische Data für einmal an u. s. w.

Mais uma vez em 1801 Goethe interrompe o Fausto. Por carta de Schiller a Körner, em 29 de abril dêsse ano, sabe-se a lentidão com que o poeta preocupado com assuntos tão variados, trabalhava na sua obra. Schiller que jubilosamente se apressara a anunciar a Cotta a conclusão do Fausto, diz: «O que Goethe escreveu desde a publicação do fragmento é menos do que as scenas já impressas; falta-lhe ainda grande número de versos para completar a primeira parte.

Em 1805 é anunciada uma edição completa das obras de Goethe, e para o 4.º volume promete-se: Faust um die Hälfte vermehrt. De fevereiro até 13 de abril de 1806, depois de tantas dificuldades, desanimos e interrupções, dá os últimos retoques no precioso trabalho. Depois duma leitura cuidada do manuscrito, com o auxílio de Riemer, por ocasião da estada de Cotta em Weimar, recebeu este o Fausto, para ser dado à publicidade.

Como sucedera com o Urfaust e o fragmento, também a nova obra foi ouvida pela sociedade da côrte que a aplaudiu sem reservas. A título de provas, foram ainda publicadas no Morgenblatt algumas passagens do poema, e em 1808 aparecia no oitavo volume das obras de Goethe a primeira parte do Fausto, tal como se lê hoje.

Com razão dizia Augusto Guilherme Schlegel em 1803 nas suas preleções sôbre literatura e arte, àcêrca da grandiosa producção do maior poeta dos tempos modernos: «Goethe concentrou neste poema as mais elevadas concepções do seu génio. Fausto é... o próprio espírito de Goethe na sua manifestação mais brilhante e completa». No mesmo ano chamava Schelling ao Fausto, com toda a justiça: «Das eigentümlichste Gedicht der Deutschen».

CAPÍTULO III

A acção do poema (1.ª parte)

O Fausto abre por uma dedicatória, cujo tom elegíaco, diferente do resto da obra, seria inexplicável, senão fossem conhecidas as circunstâncias em que foi escrito. Composto em 24 de junho de 1797, numa idade em que Goethe era apaixonado pelas formas clássicas em arte e literatura, depois de ter interrompido o seu trabalho por largo tempo, está por isso impregnado de profunda melancolia e tristeza que admiravelmente definem o estado subjectivo do poeta,

ao invocar os tipos, cheios de originalidade e vigor, da epoca fecunda da juventude. Na primeira estrofe faz reviver as simpatias românticas de outrora, as caras lembranças do passado, e como que deseja entregar-se de novo às inspirações delirantes do Sturmund Drang, período movimentado da literatura alemã, em que germinam os elementos de vida que hão-de preparar a grande renovação literária e scientífica do século XIX. Na segunda invoca as sombras queridas (liebe Schatten) dos amigos da mocidade, que não viveram para assistir à realização do ideal que Goethe se propuzera. A mesma ideia desinvolve na terceira: o poeta lamenta não poder encontrar na terra os que amou e perdeu; esses fluctuam como fantasmas perdidos num mundo desconhecido. Na última estância relembra saudoso as próprias criações que já há muito esquecera e desprezara; as suas arrojadas concepções, livres de toda a sujeição e regra, que sacodem o pesado jugo dos severos dogmas clássicos. O presente vê-o ao longe e o passado torna-se realidade:

«Was ich besitze, sehe ich wie im weiten
Und was verschwand, wird mir zu Wirklichkeiten».

A dedicatória respira encanto indefinível; não pode haver poesia mais límpida e harmoniosa, com mais frescura e graça, melancolia mais terna e tocante; numa palavra, tem o ardor, a veemência, a paixão e o tom sincero que adveem da persuasão do autor que possue a arte de transmitir aos outros os sentimentos próprios mais íntimos. A graça une-se à fôrça da expressão; a linguagem é sublime e terna, «schmelzend», como dizem os alemães. O leitor vê reaparecer da região das sombras as figuras de Margarida, Frederica, Lota, Lili, von Klettenberg; os velhos e mefistofélicos amigos de Goethe — Behrisch, Herder e Merck —; a sociedade de Strasburg e Francfort; a vida artística e descuidada de Weimar,

Do mesmo tom triste estão impregnados os versos que em 1824 publicou em nova edição do Werther: «Pela última vez, sombra tantas vezes chorada, te aventuras à luz do dia. Eu fui escolhido para ficar; tu para partir. Tomaste a dianteira, mas nem por isso perdeste muito». Este sentimento poético de invocar as sombras dos mortos encerra um sentido profundo, a que o grande Kant deu o valor duma opinião filosófica: «Temos laços, diz êle, com as naturezas imateriais; pertencemos assim, como todos os que partiram, a uma grande republica».

Segue-se o «Prólogo sôbre o teatro» que sem ligação com o assunto do poema é de alto interesse, porque resume as multiplas experiências de Goethe, quando dirigiu os divertimentos mímicos da côrte de Weimar e a seguir o teatro ducal, destruído por um incêndio em 1774 e reedificado em 1791, e ao mesmo tempo justifica o emprêgo do maravilhoso romântico, ao qual parecia ter renunciado para sempre depois da composição de peças como Ifigénia e Torquato Tasso. A forma exterior pediu-a Goethe ao prólogo da «Sakuntala» de Kalidasa, traduzido do inglês em 1791 por Jorge Forster (1). Aí, depois de um brahman ter abençoado a festa, o director do teatro, em conversa com uma actriz, anuncia o título da peça que se vai representar e em termos humildes, mas lisongeiros para o público, dirige-se ao auditório, pedindo-lhe a sua benevolência e auxílio. Goethe apresenta em scena três personagens: o director do teatro, homem boçal, sem ideias nem escrúpulos, guiado por um utilitarismo grosseiro, e pensando só nos lucros materiais da sua empreza; o poeta digno dêste nome que a cousa alguma sacrifica a sua dignidade de artista, e finalmente um caracter burlesco — Lustige Person (2), que figura simultaneamente o actor encarregado de papeis cómicos e o amador e frequentador assíduo do teatro, que em nada se aflige com os cuidados que preocupam o director e o poeta.

Tencionando abrir a sua barraca de feira, o director pede ao poeta uma peça que lisongeie as paixões do público e o entusiasme pelo enrêdo complexo. O assunto é indiferente, assim como a maneira de o tratar. Como não fala a uma sociedade de espíritos cultos e delicados, mas sim à multidão ignorante e viciosa, o que deseja é excitar a curiosidade dos ouvintes e embriagar-lhes a imaginação com peças fantásticas, de grande aparato scénico, ao mesmo tempo que os deslumbra com a riqueza das decorações, do guarda-roupa, etc. «Mostrai conjuntamente, diz êle, o Ceo e o Inferno, com a Terra entre os dois, como nos antigos mistérios e milagres; a multidão estúpida, aprecia a quantidade e não a qualidade». O director no meio da sua grosseria, revela senso prático:

---

(1) Vid. Sakuntala, *Romantisches Märchen*, drama in fünf Akten und einem Vorspiel, frei nach Zalidasa, für die deutsche Bühne bearbeitet von Leopold Schröder. München, 1903.

(2) Este personagem figura nas antigas representações carnavalescas com o nome — Der Hegel; nos mistérios da idade média com o de Schalksnarr, e mais tarde com o de Hanswurst.

levado por fins mercenarios, a que sacrifica a arte e a moral, procura estar sempre de acôrdo com os sentimentos do público que, se visse em scena uma crítica severa e censura mordaz aos seus maus costumes, não tornaria a assistir aos espectáculos, vendo-se o autor forçado a compôr só para si. A seu ver, o fim do teatro é agradar; em vez de conter e reprimir as paixões humanas, deve exaltá-las, dando lhes energia nova e pondo em relêvo as nossas tendências e inclinações naturais.

Goethe conhecia bem os interesses dos directores de teatro, nos fins do século XVIII, que com o seu espírito de ganância só queriam explorar as paixões do público. Assim raciocina Serlo no «Wilhelm Meister» e não se poderá dizer que a sua opinião, sob certos pontos de vista, não seja atilada. E os cómicos vivem do teatro; é preciso atraír a multidão. Por isso Rousseau, na sua «Lettre sur les spectacles» exageradamente, sem ver que a verdadeira moralidade consiste em elevar a arte e não em suprimi-la, ataca, condena os espectáculos, como atacara as letras e as artes. Sem distinguir as boas e as más peças, proscreveu-as todas, estigmatizou o teatro como escola de corrupção e não viu que qualquer outra forma literária oferece os mesmos perigos e inconvenientes.

Por alguns conselhos do director ao poeta, vê-se que é o próprio Goethe que está falando. Assim recomenda-lhe que não deixe perder a ocasião, mas trate o assunto sem delongas e receios, logo que êste se apresente. Contra as exigências interesseiras do director egoista, protesta o poeta com toda a energia em nome do ideal; não sacrifica a arte aos favores passageiros e ilusórios dum público ignaro e vicioso; não se sujeita à situação humilhante de ser escravo obediente dum gôsto frívolo. Só a inspiração genial deve presidir à elaboração da obra de arte; se a multidão boçal não fizer justiça aos méritos do artista, a posteridade imparcial reconhecerá as suas boas intenções. O poeta fazia parte do pessoal regular das melhores companhias de actores; competia-lhe a escolha e adaptação ao teatro das peças que se deviam representar e a composição do prólogo e do epílogo. Em regra enriquecia todos os anos o reportório com um certo número de trabalhos dramáticos originais. Na situação de crítico dramático, esteve Lessing no teatro nacional de Hamburgo, e posteriormente Michaëlis e Klinger na célebre companhia de Seyler.

Entre êstes dois extremos, que pecam igualmente pelo

excesso, a personagem cómica ocupa o termo médio, procurando conciliar os interesses materiais do director com as exigências da arte, de que o poeta não pode prescindir. É do seu lado que está a razão: os radicalismos em qualquer assunto são próprios de espíritos sectários e deficientes. «In medio est virtus», diz o aforismo latino.

Pensa com critério que os dois antagonistas se podem encontrar num terreno comum: o poeta, sem adulterar ou sacrificar as regras do bom gosto, não deve recusar *in limine* o emprêgo dos recursos externos que o director acaba de pôr à sua disposição. Dêsse modo cativa os corações e os sentidos dos espectadores; ignorantes e letrados, velhos e novos, todos lhe ficarão reconhecidos. Ao poeta muito predisposto a perder-se no empirio das abstracções e ideias puras, dá o cómico um bom conselho que Goethe sempre observou: «Representai a vida humana. Todos a levam, mas só um pequeno número a conhece. Se conseguis pintá-la e compreendê-la com exactidão, tende a certeza de que alcançareis êxito seguro nas vossas obras». Esta bela linguagem lembra-nos uma scena do primeiro acto do Torquato Tasso, em que a missão do poeta é glorificada.

Nos vastos jardins do castelo de «Belriguardo» onde a côrte de Ferrara habita durante a estação calmosa, passeiam as protectoras de Tasso — a princeza de Este e a condessa Leonor de Sanvital. Celebram em expressões delicadas e sinceras os grandes génios do passado Petrarca e Ariosto, que encontraram sempre em Ferrara hospitalidade franca e condigna como em Roma e Florença.

Por maiores que sejam as diferenças do seu temperamento, a princeza duma graça severa, e discípula dos filósofos gregos, e a condessa dum epicurismo delicado, teem a mesma compreensão da poesia e esmeram-se nos cuidados a dispensar a Tasso que amam pelo menos platonicamente. «Honro em todos os homens o mérito, diz Leonor, e para Tasso sou justa. O seu olhar mal se detem sôbre esta terra; o seu ouvido escuta as harmonias da natureza; a alma do poeta abre-se com entusiasmo igual às lições de história e aos ensinamentos da vida. Reùne no espírito o que está disperso ao longe no espaço, e anima pelo sentimento as cousas inanimadas. Muitas vezes enobrece e dignifica o que nos parece vulgar, e o que tinha valor a nossos olhos, para êle nada representa. Marcha no meio dum círculo mágico; arrasta-nos após si e força-nos a tomar parte nos seus encantos. Parece aproximar-se de nós e fica sempre fora do nosso

alcance; parece contemplar-nos, e quem sabe se por uma extranha mudança não verá antes espíritos».

Com igual entusiasmo fala Goethe no segundo capítulo do segundo livro de Wilhelm Meister, do poder e da virtude benéfica das obras poéticas. Repassadas de sentimento e verdade, são as seguintes palavras em que é celebrada a missão elevada do poeta e do artista: «Jeder Mensch hat mehrmal in seinem Leben die Gewalt dieser Zauberei gefühlt die den Künstler allgegenwärtig fasst... Davon fühlt nun der Künstler nicht allein die Wirkungen, er dringt in die Ursachen hinein, die sie hervorbringen. Die Welt liegt vor ihm, möchte ich sagen, wie vor ihrem Schöpper, der in dem Augenblick, da er sich des Geschaffenen freut, auch alle die Harmonien geniesst, durch die er sie hervorbrachte und in denen sie besteht. (Vid. der Aufsatz «nach Falkonet und über Falkonet»).

A escola de 1770, tambêm conhecida na história literária pelo nome de escola do génio, reclamava em poesia, como em toda a arte, a abolição completa de regras. Lenz definia assim o génio: «Consideramos génios as cabeças (die Koepfe) que prescrutam com profundeza tudo que se lhes apresenta imediatamente e de tal modo que o seu conhecimento comporte o mesmo valor e a mesma extensão que teria, sendo adquirido pela análise directa ou pelos sete sentidos ao mesmo tempo. Se propuzerdes a uma cabeça dêste género qualquer demonstração matemática, um assunto complicado, uma questão duvidosa, emfim, seja o que fôr, ficai certo de que antes de concluirdes, formar-se há na alma do vosso interlocutor a imagem, com todas as suas relações de luz, sombra e côr. Cérebros assim organizados dão sábios, filósofos e críticos. Mas esta capacidade intuitiva não basta para fazer o poeta. Tem de se atender a alguma cousa mais, ao que Horácio chama *vivida vis ingenii* e a que nós damos o nome de *inspiração,* faculdade criadora, talento poético (Dichtervermoegen). Os outros génios limitam-se a apreender perfeitamente o objecto. Reproduzi-lo, eis o dificil a «nota diacrítica» do génio poético. Pretende-se que desde o começo do mundo houve mais de seis mil dêstes génios, mas pesando-os na balança de Baltazar, talvez não se encontrassem mais do que seis. Não penseis porêm que o poeta de génio se caracteriza pela liberdade de imaginação. A independência e originalidade está em escolher o seu ponto de vista; depois disso o sujeito é necessitado pelo objecto.

A criação do génio poético não é mais do que uma sublime reprodução; o poeta é eminente pela faculdade de ver

e pelo dom de reproduzir, mas não é senhor de dispôr a matéria à sua vontade. Se a arte exclue a fantasia, não se submete tambêm a uma regulamentação apertada. Nada de mestres!». Por isso Lenz começa por sacudir o jugo dos gregos e ainda antes de entrar no assunto, por apregoar o seu grito de guerra e independência, fazendo-o ouvir pela epígrafe das suas «Notas sôbre o teatro».

É na conclusão que se tira do prólogo do Fausto que Goethe exprime as suas ideias pessoais. Os interlocutores reconhecem por fim que é preciso actuar por todos os meios do pensamento e do sentimento; o poeta vai entregar-se activamente à obra e o fructo do seu esfôrço será o Fausto, peça realista, romântica e ideal, em que se representa uma vida cheia de variedade e movimento. O prólogo é, no dizer de Guilherme Schlegel «der Scheidebrief des Faustdichters an das Theater». Compare-se êste resultado aos preparativos para a representação do Hamlet no capítulo quarto do livro quinto dos «Anos de aprendizagem» de Guilherme Meister: «Ich kenne das Abscheuliche dieser Manier (des willkürlichen und rücksichtslosen Streichens) nur zu wohl, die vielleicht auf keinem Theater der Welt stattgefunden hat. Aber wo ist auch eins so verwahrlost als das unsere? Zu dieser ekelhaften Verstümmelung zwingen uns die Autoren und das Publikum erlaubt sie. Wie viel Stucke haben wir denn, die nicht über das Mass des Personals, der Dekorationen und der Theatermechanik, der Zeit, des Dialogs und der physischen Kräfte des Akteurs hinansschritten? und doch sollen wir spielen und immer spielen, und immer neu spielen. Sollen wir uns dabei nicht unsers Vortheils bedienen, da wir mit zerstückelten Werken eben so viel ausrichten als mit ganzen? Setzt uns das Publikum doch selbst in den Vortheil! Wenige Deutsche, und vielleicht nur wenige Menschen aller neuern Nationen haben Gefühl für ein ästhetisches Ganze; sie loben und tadeln nur stellenweise; sie entzücken sich nur stellenweise; und für wen ist das ein grösseres Glück als für den Schauspieler, da das Theater immer nur ein gestoppeltes und gestückeltes Wesen bleibt».

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Exposição nacional agricola e pecuaria de 1897 — Plano, programa e orçamento. Lisboa, Imp. Nacional, 1896.

Almanach do exercito ou lista geral de antiguidades dos officiaes combatentes e não combatentes do exercito e empregados civis — 31 de dezembro de 1904. Lisboa, Imp. Nacional, 1905.

Contribuição ao estudo da fermentação alcoolica dos mostos, por Luiz Ferreira Roquette. Lisboa, Typ. Estevam Nunes & Filhos, 1901.

Portugal — Ministerio do Reino — Le régime sanitaire maritime du Portugal d'après de règlement du 24 decembre 1901. Lisboa, Imp. «A Editora», 1906.

Curso de analyse e de chimica agricola professada no Instituto de Agronomia e Veterinaria, por Luis Rebello da Silva. Lisboa, Imp. Nacional, 1901.

O agricultor — 2.º anno — 1905 — N.ºs 4 a 6 — Julho a dezembro. Lisboa, Typ. Bécarre, 905.

Trigos exoticos, pelo Conde de Mendia, Eduardo. Lisboa, Typ. Universal, 1897.

A beterraba furraginosa, por Francisco Simões d'Almeida Margiochi. Lisboa, Typ. da Papelaria Progresso, 1901.

Carteira do Viajante — N.º 1 — Fevereiro. Porto, 1883.

Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria — Organisação dos serviços florestaes e agricolas e regulamento para a execução do regimen florestal. Lisboa, Imp. Nacional, 1904.

Ministerio dos Negocios da Fazenda — II — *Estatistica das Contribuições directas, liquidação e cobrança de impostos* — Annos civis de 1896 a 1900. Lisboa, Imp. Nacional, 1902.

Le docteur Claude — Tome I — N.ºs 16 a 30, e Tome II — N.ºs 31 a 45, por Hector Malot. Paris, Fayard Fréres.

Manhã, por João Maria Ferreira. Lisboa, Liv. Ferin, 1911.

Ino á Primavera, por João Maria Ferreira. Lisboa, Liv. Ferin, 1909.

Combatendo — I — *O Marquês de Pombal,* por João Maria Ferreira. Lisboa, Liv. Avelar Machado.

Oasis, por João Maria Ferreira. Lisboa, Liv. Ferin, 1912.

Tristezas, por João Maria Ferreira. Lisboa, Liv. Ferin.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 11

1913
Novembro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

O INSTITUTO

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

A significação da festa da árvore, por A. J. Ferreira da Silva 561
Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo 572
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 577
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 585
Memórias de Castilho, por Julio de Castilho 595

A SIGNIFICAÇÃO DA FESTA DA ÁRVORE

(Alocução proferida em Cucujães, no dia 9 de março de 1913, na festa da árvore)

MEUS SENHORES E MEUS PATRÍCIOS;
CRIANÇAS;

Venho aqui a solicitações de patrícios e amigos meus a quem muito prézo.

Não lhes recusaria eu êste pequeno serviço em favor de uma boa causa, quando já tenho feito ouvir em outros lugares a minha humílima e modesta voz.

Regosija-me até a circunstância de ser esta a primeira vez que o faço, à sombra amiga destas árvores que me abrigaram na infância, e que esta solenidade visa a defender.

Porque êste é realmente o nosso intuito, entenda-se bem.

Nós não vimos aqui ferir a nota irritante de um ateismo estéril, nem renovar, voltando muitos séculos atraz, o panteismo pagão.

Em tempos já ídos adoravam, na verdade, os árabes e os gaulêses, invocando-os como entes sensíveis e poderosos, o carvalho e a acácia; e os egípcios, povo ilustrado por excelência na antiguidade, chegaram a venerar o lodão, o alho e quási todas as plantas bulbosas.

Se isto fosse, caber-nos-ia a crítica acerada com que Juvenal castigou tais desconcertos e aberrações do espírito humano, e com que escarnecia (1):

As gentes a quem nas hortas nasciam os deuses.

---

(1) Juvenal, com o seu riso acerbo, flagelava-lhes as abusões, exclamando (Sátira xv):

Ó sanctes gentes, quibus haec nascuntur in hortis nnmina!

Os seus deuses nasciam-lhes nas hortas, adverte o satírico, e assim mesmo ridículos não eram odiosos como os tigres e abutres adorados

Não nos aviltemos a êsse ponto; não profanemos a árvore fazendo dela símbolo de intolerância e de desrespeito religioso.

A «festa da árvore» deve ser, e é para todos os que aqui estão, o símbolo da nobilissima ideia do aproveitamento dos baldios, montados, charnecas e pantanos, para valorizar tractos de terreno até agora pouco ou nada productivos.

A festa da árvore é a propaganda viva e insistente, feita pelo exemplo, à sombra de todas as fôrças vivas das localidades e com o concurso alegre das crianças, para que se organizem sociedades florestais e protectoras do arvoredo, a fim de se conservarem as florestas existentes no nosso país, e formarem outras onde sejam precisas, aumentando assim a nossa riqueza pública e particular.

Êste é o objectivo desta festa, a que me associo de abundância do coração.

Assim intendida, tem ela por si a tradição da antiguidade clássica, as exigências industriais da moderna civilização, o apoio das sciências da natureza, e até a tradição da nossa crença religiosa.

I

Muito menos conhecedores do que nós das maravilhas e fenómenos da natureza, já os antigos apreciavam muito as árvores pelos seus préstimos.

No livro II das «Geórgicas», o poeta sublime do Lácio, o imortal Virgílio, inumera as vantagens das árvores fructíferas, dos pomares, das plantas florestais — o cedro, o pinheiro, o cipreste, o teixo, etc.; da oliveira, e muitas outras — que

---

na América antes do descobrimento! (Rebelo da Silva, *Fastos da Igreja*, tom. I, Lisboa, 1854, pág. 261).

A traducção francesa de Juvenal encontra-se na obra de E. Despois, *Les satiriques latins, traduction nouvelle*. Paris, 1874. O trecho citado está a pág. 215 e é assim traduzido: «Oh les bonnes âmes, dont les Dieux poussent en plate-bande!».

Na tradução portuguesa de Francisco António Martins Bastos, publicada em 1839, sob o título «*As satyras* de Décio Junio Juvenal», parte segunda, pág. 171, lê-se:

Feliz povo! Os jardins lhe parem Deuses!

A esplendida versão de A. da S. S. Costa Lobo em 2 vol. (vol. I, 1878; vol. II, 1881) abrange só oito sátiras.

servem para as construcções das casas e palácios, armação de navios, fabríco das alfaias agricolas, combustível e luz; e, em conclusão, termina:

E inda ha 'hi quem tal vendo transcura a plantação das arvores (1).

II

Se os antigos tanto queriam às árvores e incitavam a sua plantação, quanto mais as devemos amar hoje, quando melhor são aproveitadas e melhores lucros e benefícios nos dão?

A indústria moderna, guiada pela sciência, essa alquímica poderosa dos novos tempos, na frase de Latino Coelho, tem valorizado muito mais do que o eram outr'ora os productos florestais.

Cito apenas alguns dados em apoio.

A madeira, utilizada durante muitos séculos exclusivamente para construcção e para lume, ou como combustível, alimenta hoje indústrias importantissimas.

A da cellulosa, sob a forma de *pasta de madeira,* é uma delas.

A producção desta pasta, que começou a fabricar-se há menos de cincoenta anos, atingiu em 1907 a enorme cifra de 61.825:000 quintais. O papel do jornal que lêdes todos os dias, a maior parte daquele em que escreveis, já não é feito do trapo, como dantes; vem das nossas florestas, das nossas árvores.

---

(1) Depois de mostrar as vantagens da cultura da vinha e das «pingues oliveiras», as dilectas da paz, diz o poeta:

..... «Das arvores fructeiras
Dizer-se o mesmo pode: assim que robustecem,
Já teem brios de seu, já do homem não carecem,
Vão-se aos astros de um pulo.
O que vai nos pomares,
Dá-se tambem na selva. As ramas seculares
Vergam com partos mil; passareiras sem arte
Co'as bagas côr de sangue a rir de toda a parte.
Corre a cabra ao codeço; o inculto pinho teda
Nos ministra os candis com que o serão se aleda.

E inda ha 'hi quem tal vendo as plantações transcura!»

Antonio Feliciano de Castilho, *As Geórgicas de Virgilio,* trasladadas a português. Paris, 1867, pág. 119–121. O texto latino do último verso é: «*Et dubitant homines serere adque inpendere curam.* Livro II, verso 433.

*

Com a celulosa se fabríca hoje uma imitação da seda verdadeira, a *seda artificial,* indústria mais recente ainda, que já ocupa na Europa umas trinta fábricas, com producção anual de cinco e meio milhões de kilogramas, no valor aproximado de 20:000 contos de réis.

Com ela se produzem as *pólvoras sem fumo* e muitos modernos explosivos, mais possantes que a pólvora antiga; o *colódio,* aplicado na medicina e na fotografia; é o *celuloide,* de que são fabricados muitos objectos de uso corrente.

III

Amava muito as crianças, amava também as árvores, o fundador da nossa religião e da de nossos pais — Jesus —: «Deixai os meninos, e não os embaraceis de se chegarem a mim, porque deles é o reino do ceo», disse ele uma vez aos seus discípulos, e depois de os abençoar é que se retirou.

Era no Monte das Oliveiras, passado o vale de Cedron (1), onde eram númerosas as plantações de oliveiras, figueiras e palmeiras, que o divino mestre meditava, orava e descançava.

Por vezes no trajecto repousava um pouco no pomar de uma quinta em Gethsemani (2), que servia de recreio aos habitantes, e onde se colhia o azeite das belas árvores que revestiam as encostas próximas.

Na memória dêstes, que depois propagaram por todo o mundo a sua nunca igualada doutrina, conservaram-se bas-

---

(1) «O vale de Cedron, ou Josafat, ficava entre o monte das Oliveiras e Jerusalêm, cingindo-a pela parte oriental. A torrente que lhe deu o nome cortava-o em toda a sua extensão, sequiosa no estio, torva e sombria, apenas a inchavam as águas caudais do inverno. O sitio que atravessa é de aspecto fúnebre e melancólico. O vale profundamente cavado pouco se alevantou com os destroços do Templo e da cidade, com que Tito e Adriano o mandaram encher, nem as cinzas dos ídolos queimados por Joas e Ezequias tiraram as águas de sua ribeira a negra tristeza que as desfeia». (Rebelo da Silva, *Fastos da Igreja,* tom. II, Lisboa, 1855, pág. 160).

(2) «O horto chamado de Gethsemani formava parte de uma quinta do logar de Gethsemani, onde estavam os lagares e se fabricava o azeite produzido pelas belas árvores que vestiam as encostas. Também ali pastavam as ovelhas destinadas aos sacrifícios; por isso parece ter sido escolhido para princípio do holocausto do Homem-Deus». (Rebelo da Silva, *Id., ib.*).

A palavra *Gethsémani,* diz Renan (*Vie de Jésus.* Paris, 46ª édition, pag. 352) parece sifinificar lagar de azeite («pressoir à huile»).

tante tempo os dois altos e formosos cedros do Monte das Oliveiras, cujos ramos serviam de asilo a bandos de pombas (1).

Com ramos de palmeiras o acompanhou em triunfo na sua entrada em Jerusalêm.

Cingido a um madeiro morreu por amor da humanidade.

IV

Todos os dias o mundo material se patenteia, para os que estudam, incomparavelmente muito mais variado, muito mais belo, muito mais harmónico do que a mais fantasiosa imaginação o poderia arquitectar.

Com razão diz o poeta:

> «Oh de que admiração, oh de que espanto,
> Enche a sabia natura o que as leis suas,
> Profundo estuda, e co'a razão consulta! (2).

Esta reflexão aplica-se, na espécie, ao reino vegetal. Desde o pequeno arbusto até à esbelta palmeira, e as colossais *Adansónia* de Madagascar e da Africa Central, cuja idade se conta por séculos, e cujo tronco chega a atingir 9 metros de diâmetro (3), que variedade de tipos, que belezas de estructura, que esplendor de formas! São legiões os naturalistas que as estudam e classificam; e nunca a série se esgota, nunca deixam de aparecer novos representantes.

Contou-me em 1883 o já falecido botânico brazileiro, Barbosa Rodrigues, que só numa exploração limitada que fizera no vale do Amazonas encontrara no grupo das *palmeiras*

---

(1) «Il y avait sur le mont des Oliviers deux grands cèdres, dont le souvenir se conserva longtemps chez les Juifs dispersés; leurs branches servaient d'asile à des nuées de colombes, et sous leur ombrage s'étaient établis de petits bazars. (Renan, *ob. cit.*, pág. 353).

(2) *Georgicas portuguezas,* por L. S. Mozinho de Albuquerque, Paris, 1820, pág. 17.

(3) As *Adansonia digitata,* ou Baobab, observadas por Adanson no Senegal, e a que se refere Latino Coelho no seu Elogio do Barão de Humboldt (pág. 157), são as mais velhas de todas as árvores do mundo. No *American Museum of natural History of de New-York,* magnífico estabelecimento fundado em 1869, tive ocasião de observar em setembro de ano passado, alguns troncos destas grandiosas àrvores que viveram séculos.

62 espécies novas, isto é, ainda não descritas. E um facto semelhante se deu com a inumeração das *orquídeas* do Brazil, cuja variedade é extraordinária (1).

Extasiam-se os homens de sciência perante tais maravilhas, em que, a par de grande variedade, há harmonia, porque há um plano; e perante elas entôam hinos ao Criador, como os entoou Kepler ao descobrir as leis dos movimentos dos planetas; e é assim que Lineu, o grande sabio sueco, o principal fundador da botânica descritiva, exclamava no remate dos seus estudos: «Segui os vestígios dos passos de Deus nas obras da criação, e em todas, mesmo nas mais pequenas, nas que confinam com o nada — que potência, que sabedoria, que inefável perfeição?».

A vista das obras de Deus exclama: «Vi passar a sombra de Deus onipotente, eterno e infinito, e fiquei tomado de assombro!».

A química desvendando-nos o mistério da composição das plantas, vem revelar-nos, se é possível, maravilhas maiores.

V

Diz-nos a sciência moderna que os vegetais formam os seus tecidos utilizando sucos da terra onde se fixam as raizes e os elementos do ar que os rodeia:

> «Na terra nasce a planta, da atmosphera,
> E do seio que a nutre os succos tira;
> Mas cahindo a final no mesmo seio
> fecundo, que a criou, com abundancia
> Lhe restitue os dous que lhe roubára» (2).

Os corpos simples, à custa dos quais êles se nutrem e crescem, são em número bem menor do que o das letras do alfabeto, e constam principalmente: do *hidrogênio* e *oxigénio,* cuja associação forma a água, isto é, os 75 a 95 % do

---

(1) Em tempos, depois duma viagem ao Rio de Janeiro em 1883, em que conheci o notável botânico, publiquei uma «*Notícia da vida e trabalhos do naturalista brazileiro J. Barbosa Rodrigues,* Porto, 1885». «Tipografia de Antonio José da Silva Teixeira, 15 pág. Aí se inumeram as principais obras de Barbosa Rodrigues, que faleceu há anos, director do Jordim Botânico do Rio.

(2) *Georgicas portuguezas,* por Luiz da Silva Mozinho de Albuquerque, Paris, 1820, pág. 18.

peso total das plantas vivas; do *carbóno,* que, combinado aos dois precedentes, forma a celulosa, o assucar, os óleos, e outras substâncias chamadas hidrocarbonadas, e que veem do ácido carbónico do ar; do *azoto,* que entra com os três primeiros na composição da albumina, do gluten e de matérias proteicas, e procede do ar e da terra; do *enxofre* e algumas vezes do *fósforo;* enfim, do *potássio,* do *cálcio,* do *magnésio,* e de pequenas quantidades de *ferro,* todos tirados do solo; — ao todo dez elementos, ou corpos simples, absolutamente necessários ao desenvolvimento normal das plantas (1), e que formam muito aproximadamente os 99,9 % de pêso total delas. Entram na fracção mínima que falta os dois metaloides — *cloro* e *silício,* e os três metais — *sódio, manganésio* e *alumínio.*

Pois com êstes elementos fabricam as plantas: aqui o *alimento,* como o amido; acolá o *veneno,* como a estricnina e a cicutina; aqui *perfumes* delicados e suaves, como os da roza e da flôr de laranjeira; ali o mais brilhante *colorido* das flôres, desde o branco como o arminho, até o verde como a esmeralda. o vermelho como o rúbi e o azul como a safira; aqui a gôma, a resina e o bálsamo; acolá o assucar e o maná.

Nos deliciosos vales do Araguay, em Venezuela, há uma planta providencial tão maravilhosa, que Humboldt, o grande pintor da natureza, que viveu nos princípios do século passado, não quis acreditar que existisse sem a ver: — é uma árvore de que, por incisões feitas no caule, mana copiosamente um leite de grato sabor e suavíssimo perfume, que fornece aos naturais um saudável alimento (2).

Nos vastissimos estuários do Amazonas dão-se as preciosas árvores que formam os seringais, de que, por processo semelhante, se colhe um líquido leitoso, com que se obtêm

---

(1) Sobre os elementos encontrados na organização vegetal fez uma interessante conferência no *VIII congresso internacional de chimica aplicada,* em New-York (setembro de 1912), que tive o prazer de ouvir, o sr. dr. Gabriel Bertrand, professor na Sorbona e no Instituto Pasteur, sob o titulo curioso: «*Sur le rôle des infiniments petits chimiques en Agriculture*», que o leitor curioso pode ler em «*La Revue scientifique*», de 18 de janeiro de 1913.

(2) Latino Coelho, no seu *Elogio histórico* do Barão de Humboldt, lido na sessão pública da Academia Real das Sciências da Lisboa em 10 de março de 1863 (Lisboa, 1876, pág 180–181) alude a esta celebrada árvore, chamada *árvore da vaca* ou *árvore do leite,* o *palo de vaca* dos hispano-americanos, que é o *Bosimum galactodendron,* família das *Artocarpaceas* dos botânicos.

essa cada vez mais apreciada e empregada substância plástica, que se chama a *borracha* ou *cautchu* (1).

E todas estas reacções e sínteses, tão variadas, dão-se silenciosamente, brandamente, à temperatura ordinária, e unicamente sob a influência estimuladora dos raios do sol.

Maravilhosa e surpreendente química, de que a dos nossos laboratórios é uma grosseira e tôsca imitação!

Diz mais a sciência moderna que, nutrindo-se e crescendo, as árvores enxugam e fixam a terra e saneam o ar.

Consomem, na verdade, o ácido carbónico e o azoto expirado pelos animais, e restituem o oxigénio que êstes utilizam na expiração; são assim os agentes indispensáveis para êste equilíbrio móvel que se traduz pela constância sensível da composição do ar que nos rodeia, não obstante todos os variadissimos fenómenos em que êle toma parte activa.

Mas as árvores dão ainda beleza à paisagem, como é a beleza do nosso Minho, que ainda não vi igual nas minhas viagens fóra do país; dão frescura e amenidade ao clima; regularizam nas montanhas a queda das chuvas; obstam aos estragos e desastres das inundações.

O desbaste das matas da Serra da Estrela tornou mais dispendiosa e menos lucrativa a exploração fabril da Covilhã, porque escassearam as águas para os motores e a madeira para combustível, alêm de que o regimen das levadas e riachos se tornou muito irregular.

São exemplos de casa, muito elucidativos.

A sublime unidade e imperturbável harmonia, aliada à mais portentosa variedade, que se manifesta em toda a parte nos paramos siderais — documentam-nas os representantes do reino vegetal, desde as mais humildes algas até às plantas mais gigantes, e revelam-nas nomeadamente as árvores, cuja cultura e aproveitamento estamos a defender aqui.

As árvores desempenham, tambêm, não há que duvidar, um papel importantissimo em relação ao homem: são riqueza, são benefício, são higiene, são adôrno.

Se tudo isto é incontestável, porque não havemos nós, porque não haveis vós, crianças para quem é principalmente esta festa, amá-las e defendê-las?

---

(1) No opúsculo, com o título *Au pays du caoutchou* (Rixheim, 1900, 1 opusc. de 61 pag.), o sr. Eugène Ackermann dá uma ideia viva da indústria extractiva do cauchu no Pará e da fisionomia moral e física da bacia do Amazonas, na região ocupada pelos seringais.

VI

Esta solenidade de hoje é apenas um ensaio, porque é a primeira dêste género que se realiza aqui.

São muitas as crianças, mas poucas as árvores plantadas.

Tenho aqui a descrição duma festa semelhante celebrada há três anos numa cidade da nossa vizinha Espanha (1).

Todas as autoridades civis e eclesiásticas concorreram com a sua presença para o seu brilho.

Nada menos de quatro prelados compareceram, associando-se à cerimonia, e um dêles, o bispo de Osma, fez um eloquente discurso, que o cronista diz ter sido «um harmonioso canto à religião e à sciência» (2).

A diversos grupos de meninos foi confiada a plantação de duzentas árvores, escolhidas pelo engenheiro florestal da região (3) em locais préviamente designados nos diversos passeios, largos e esplanadas.

Durante a festa os guardas distribuíram um grande número de pequenos livros, mandados imprimir pelo mesmo engenheiro, e que continham sábias máximas a respeito das árvores, sancionadas por nomes distinctos de homens eminentes na sciência.

É o que nós precisamos fazer tambêm nos anos seguintes, escolhendo os lugares, passeios e estradas de Cucujães que mais necessário fôr embelezar, defender e valorizar, a fim de que a solenidade represente uma propaganda pelo facto e um progresso.

No nosso país já se teem feito plantações importantes de pinhais para opôr um dique à invasão das nossas costas marítimas pelas dunas.

---

(1) *La Integridad*, periódico de Tuy, de 6 de abril de 1911.

(2) Assistiram o Arcebispo de Burgos e os bispos de Tuy, Orense e Osma. Eis alguns pontos do discurso dêste último: Com a propagação do arvoredo podia proporcionalmente aumentar a riqueza da Galiza e o número e bem-estar de suas populações; deviamos procurar na árvore o modo de perpetuar os acontecimentos tristes e faustuosos da família, plantando alguma quando nasce um filho, quando se celébra um casamento, ou quando falece uma pessoa querida; os sacerdotes deviam mostrar as vantagens da propagação dêste costume. Terminou fazendo público de que ia ser um facto a repovoação do Monte Aloya, e pediu que todos contribuissem a que se realizasse de pronto.

(3) D. Rafael Areses, filho do nosso amigo dr. Juan Areses.

A majestosa mata do Gerez, que a cubiça e a maldade algumas vezes tentam devastar pelo incêndio, está confiada à guarda e defeza de funcionários zelosos, e plantações de importância lá teem sido feitas.

Outros factos podia citar.

Mas é preciso trabalhar muito mais, porque há muita charneca, muito maninho por esse país fora — e faz tristeza vê-los.

Tem-se abatido muito arvoredo para exportação e não se tem replantado, como era de rigor.

Renovem-se e ampliem-se as matas, como se renovam as searas.

Só uma propaganda activa, feita por nós e por vós, e a instituição de *sociedades florestais,* podem conduzir a resultados benéficos para a prosperidade nacional.

VII

CRIANÇAS QUE ME OUVÍS;

Esta festa, em que hoje tomais parte, não é para substituir e deslocar as festas religiosas. Cada coisa tem seu logar.

Vós não vindes adorar e render culto à árvore. «Ao senhor teu Deus adorarás e só a êle servirás», disse Jesus.

Aqui na terra não há só negócios, indústria, política, sciência, riqueza, vaidade e ambições; há também sentimento, e deve haver bondade.

Não vejais contraste e conflictos onde os não há.

As sciências não são nem descrentes nem impias.

«*Não penseis,* escreveu um dos espíritos mais cultos e brilhantes da nossa terra e de que ela mais pode orgulhar-se (Latino Coelho), *que são adversárias a religião e a sciência, porque o fanatismo ou a impiedade rompem às vezes por algum tempo os laços, com que intimamente se encadeiam a fé e a razão, o dogma e a sciência, Deus e o universo, o divino Autor e o livro imenso, em que êle exemplifica nas formosas harmonias da natureza os sinais indeléveis da sua criadora onipotência.... A sciência que explica o universo, não pode ser a blasfemia de Deus, mas antes é o comentário da divina Inteligência*» (1).

---

(1) Latino Coelho, *Elogio histórico* do Barão de Humboldt. Lisboa, 1876, pág. 3-4 e 31 e 32.

Se a festa de hoje fosse um regresso ao paganismo antigo ou ao panteísmo, presumís já que eu não estaria aqui.

Não.

Aquele chão sagrado que daqui vejo, junto ao templo do velho mosteiro de S. Bento, e que é hoje igreja paroquial desta freguesia, nêle desejo descançar o meu último sôno, sem desfalecimentos nem quebra à minha fé, como lá descança meu pai.

A pia baptismal daquele templo, onde o ministro do Senhor me sagrou, e a todos vós, na comunhão dos fieis, nem eu, nem nenhum dos que me ouvem, tenho disso a certeza, quer ver profanada.

A mais bela coisa do mundo, disse Renan (1), é a obra de Jesus; no calor da sua doutrina deveis conservar-vos para serdes bons, para serdes honestos, estudiosos, respeitadores dos vossos mestres, bons cidadãos no futuro; como à luz dêste lindíssimo ceo azul e à sombra destas árvores bemfazejas respirais e viveis.

Ai da civilização em Portugal se assim não fôra!

São as árvores, meus filhos, permiti que assim vos trate afectuosamente ao findar, uma das páginas mais formosas em que o divino autor do Universo exemplifica as sublimes harmonias da natureza, e que mais serviços nos prestam!

Amai as árvores, festejai as árvores — é justo.

Mas adorai o criador delas e de tudo quanto existe — é também o vosso dever.

A. J. Ferreira da Silva.

---

(1) *Vie de Jesus*, 46º édition, pág. LVI: «*La plus belle chose du monde est ainsi sortie d'une elaboration obscure et complétement populaire*».

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 10, pag. 538)

CLXIV

RODRIGUES (SIMÃO)

Tendo falecido Sebastião Rodrigues, ourives do ouro, que tinha o ofício de contraste da côrte, por sua morte fez el-rei dele mercê a Isabel de Morais, sua molher, para cazamento de sua filha Mariana de Castro. Alvará de 20 de fevereiro de 1610.

Mariana de Castro cazou com Simão Rodrigues, sendo êste nomeado, em carta de 21 de maio de 1611, contraste da côrte.

«Dom Felipe etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que por parte de Simão Rodrigues escrivão do ouro me foi aprezentado hum meu alvará com hũa postilla ao pee delle cujos treslados sam os seguimtes:.

«Eu el Rei faço saber aos que este Alvará virem que auemdo Respeito a Sebastiam Rodriguez defumto ourives do ouro seruir o oficio de contraste desta cidade o tempo que delle foi prouido ej por bem de lhe fazer merce delle a Isabel de Morais sua molher para cazamento de hũa sua filha Mariana de Crasto com declaração que a peçoa que com ella cazar terá a suficiencia necesaria para seruir o dito oficio pelo que mando aos veedores de minha fazenda que á peçoa que cazar com a dita Mariana de Crasto fação passar Carta do dito oficio de contraste constando lhe primeiro que tem para iso soficiencia necessaria como dito hé he para minha lembrança e sua guarda lhe mandei dar este Alvará que se lhe comprirá tam inteiramente como nelle se contem posto que não pace pela chancelaria sem embarguo da ordenação em contrario. Luis de Lemos o fes em Lixboa a xx de fevereiro de seis centos e des. Sebastiam Perestrello o fez escrever.

«Apostilla posto que no Alvará asima escrito se declare que o oficio de que faço merce a Isabel de Morais para cazamento de sua filha Mariana de Crastro hé contraste desta cidade não hé de contraste da Corte

como se vio pela carta que della tinha Sebastiam Rodriguez marido da dita Isabel de Morais que com esta declaração lhe faço merce do dito oficio para a dita sua filha e esta postilla e o dito Alvará se comprirá como nelles se contem posto que não passe pela chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. Luis de Lemos o fez em Lixboa a xbiij de janeiro de seis centos e onze. Sebastiam Perestrello o fez escrever.

«Pedimdome o dito Sebastiam Rodriguez que por quamto elle estava cazado com Mariana de Crasto filha da dita Izabel de Morais e lhe pretencia o dito oficio de contraste da Corte por ter a suficiencia necessaria como constou por sertidão de justificasão que disso ofereceo lhe mandace paçar carta em forma delle e visto por mjm seu Requerimento, Alvará e postilla acima tresladados e certidão de justificasão ej por bem e me praz fazer merce ao dito Simão Rodriguez do dito oficio de contraste da Corte o quall elle terá e servirá emquanto eu ouver por bem e não mandar o contrario e com declaração que avendo eu por meu serviço de lhe tirar ou estimguir em algum tempo o poderei fazer sem por iso minha fazenda lhe ficar obriguada a satisfasão algua e o dito Simão Rodriguez será obriguado andar continuadamente em minha Corte e ter todos os pezos balanças toques e couzas necessarias para pezar e toquar todas as peças e moedas do Reino e de fora delle que lhe forem mostrados e declarara a valia de cada hũa dellas e asim aos meus thesoureiros e oficiaes como a quaisquer outras peçoas que lhes prestarem e asim será obriguado pezar todas as joias de ouro e prata novos e velhos que lhe forem mostrados e dizer o pezo e valia do ouro ou prata dellas de maneira que a cada peçoa for necessario e quando lhe for Requerido que diguão o que se merece pellos feitios das ditas Joias ou peças minhas ou de partes o dirá e se for necessario falará com quaisquer oficiaes sem sospeita do dito oficio que o bem entendam e com elles detriminará a valia dos ditos feitios e para poder fazer bem isto será obrigado a estar cada dia em sua caza seis oras tres pela manhã e tres a tarde e as da manhã começarão das oito té as onze e as da tarde das duas oras té ás sinco e averá de mantimento cada ano com o dito oficio a custa de minha fazenda dez mil reis que hé outro tamto como com elle tinha e avia seu sogro Sebastião Rodriguez e asim averá mais com elle todos os prois e precalços que lhe direitamente pretencerem e o dito Simão Rodriguez jurará em minha chancelaria aos santos evangelhos que bem e verdadeiramente sirva o dito oficio guardando em tudo meu serviço e ás partes seu direito na qual lhe será dada a poce delle e o alluará acima treladado com apostilla foi tudo Roto e ao asinar desta e do conteudo nella se pora verua no Registo do dito Alvará e por firmeza de tudo mandei dar esta carta ao dito Simão Rodriguez por mim asinada e sellada com o meu sello pendente. Luis de Lemos o fez em Lixboa a xxj de maio de seis semtos e omze. Sebastião Perestrello o fez escrever» (1).

CLXV

RODRIGUES (SIMÃO)

Cavaleiro da casa real, natural de Lisbôa, ourives do ouro e contraste da côrte. Era filho de Gonçalo Rodrigues. El-rei lhe

---

(1) Chancelaria de D. Filipe II, liv. 29, fl. 4.

fez mercê do ofício de engastador da pedraria, que vagou por falecimento de Simão Lopes. Alvará de 15 de julho de 1650.

«Simão Rodriguez cavaleiro da caza natural desta cidade ourives do ouro e contraste da corte filho de Gonçalo Rodriguez. El Rey nosso Senhor lhe faz merce do oficio de seu engastador da pedraria que vagou por falecimento de Simão Lopez com o qual haverá des mil reis de ordenado por Anno pago no Thezoureiro das moradias aos quarteis assy e da maneyra que se pagava ao dito Simão Lopez e não terá effeito sem primeiro constar ter pago o novo direito se o dever por Alvará de 15 de Julho de 650 a fls. 243 do Livro dos direitos novos ficão carregados 5$000 reis deste officio em 30 dagosto de 650. João Pinto — Henrique Correia da Silva. — *Rebello*» (1).

CLXVI

RODRIGUES DE GUSMÃO (VICENTE)

Era ourives do ouro, morador em Tavira e por alvará de 27 de junho de 1629 foi nomeado contraste, fiel e pesador do ouro e prata da mesma cidade, como o fôra seu pai, Afonso Rodrigues.

«Eu ElRey fasso saber aos que este aluara virem que auendo respeito ao que na petição atraz escrita diz Vicente Roïz Gusmão, ouriues do ouro, morador na cidade de Tauira, e uisto as couzas que alega e reposta dos officiaes da camara e enformação que se ouue pello corregedor da comarca da dita cidade e seu pareser, ha por bem que elle sirua de contraste, fiel e pezador do ouro e prata da dita cidade, de que na dita petição faz menção em sua vida assy e da maneira que o seruio A.º Roïz, seu pay, sem que se lhe de ordenado dos trez mil rs que se dauão da camara ao dito seu pay e auera com o dito officio os proes e percalços que lhe direitamente pertenserem, e mando ao dito corregedor lhe de a posse do dito officio.. João de Souza o fez em Lisboa a vinte e sete de junho de mil e seis centos e vinte noue. João Pereira de Castello Branco o fes escreuer» (2).

CLXVII

RODRIGUES DE MATOS (ANTÓNIO)

Natural de Lisbôa e filho de Agostinho Rodrigues, cavaleiro real. Era ourives do ouro e contraste da côrte.

---

(1) Torre do Tombo — Livro 5 das Matriculas da Casa Real, fl. 832.
(2) Chancelaria de D. Filipe III, *Doações*, liv. 25, fl. 3.

Em alvará de 27 de setembro de 1674 foi nomeado engastador da pedraria da casa real, por falecimento de seu pai. Tinha de ordenado dez mil réis por ano.

Passou de engastador a ourives da gineta por falecimento de Pero Valejo. Alvará de 28 de agosto de 1680 (1).

Para o lugar de engastador foi nomeado Francisco Lopes. Veja-se êste nome.

CLXVIII

ROLAM

Era provavelmente inglês, ourives de D. João I. D. Duarte, a 31 de março de 1438, passou uma carta a seu filho, Rolam Gonçalves, de escrivão perante os sobre-juizes do civel. Esta carta foi depois confirmada por D. Afonso V, a 29 de maio de 1439.

«Dom Affonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que Rollam Gonçaluez apresentou perante nos hũua carta delRey meu senhor e padre, cuja alma D.ª aja, da quall o theor tall he: «Dom Eduarte etc. A vos P.º Anes Lobato, do nosso consselho e regedor por nos da nossa cassa do ciuel, e ao chançaller e oficiaaes della e a quall quer outro que despos vos veer por Regedor e chançaller e oficiaes, saude, sabede que nos querendo fazer graça e mercee a Rollam Glz, nosso criado, filho de Rollam, ouriuez, seruidor que foy delRey meu senhor e padre cuja alma D.ª aja, teemos por bem e damollo por espriuam perante vós sobre juizes dessa cassa asy e pella guissa que o hi som os outros espriuaaes, posto que ell passe o numero dos espriuaaes que mãdamos fazer. E porem mandamos que o ajaaes hi por espriuam daqui em diante perante os ditos sobre juizes, como dito he, em guissa que seja igualhado com os outros espriuaães e lhe leixees aver todollos prooes e proveytos e percalços que ao dito oficio pertencerem. E posto que se alguũa (falta aqui talvez a palavra vez) semelhante oficio perante os ditos sobre juizes vague, a nos praz que o dito Rollam Glz emtre em seu logo daquell que asy vagar, e outro nem huũ nom, do qual oficio o ja avemos por metydo em posse delle, e posto que per esquecimento alguũ outro façamos mercee do dito primeiro oficio que asy perante os ditos sobre juizes vagar queremos e mandamos que outro alguũ o nom aja, saluo o dito Rollam Glz, como dito he, atee que o numero dos espriuaaes seja certo. O qual jurou aos auãgelhos em a nossa chancelaria que bem e direitamente obre e husse do dito oficio e cumpra e guarde as hordenações e taixa que madamos teer e guardar aos espriuaães dos nossos regnos sob as penas em ellas contheudas, unde al nom façades. Dada em a villa dAuys xxxj dias do mes de março — ElRey o mãdou per Joham Affomso seu vassallo e Corregedor (?) da sua corte, a que esto mandou liurar — Esteuão Uaasquez a fez ano do naciměto de nosso Senhor Ihuũ X_{po} de mil e

(1) Torre do Tombo — *Matriculas,* liv. 3, fl. 426.

iiij^{c}xxxbiij anos». E a confirmaçom della dada em a cidade de Lixboa xxix dias do mes de mayo — ElRey a mãdou per o doutor Joham do Sem, do seu conselho e seu chançaller moor — Luis Fernandez em logo de Filipe Afonso a fez — era do nacimento de mil iiij^{c}xxxix anos» (1).

CLXIX

ROMANO (BERNARDINO)

Era ourives do ouro e trabalhava na *tenda* de Pedro Lopes. Em 1574, a 18 de fevereiro, compareceu no tribunal do Santo Ofício, onde se foi confessar por ter dito em casa de João de Acha, ao bêco do Anjo, que vendia pedras preciosas, na presença de dois castelhanos, um lapidário e outro ourives, que a luxúria era pecado mortal (2).

CLXX

SEABRA (ANTÓNIO DE)

Ourives de prata. Vide *Denúncias da Inquisição* (3).

CLXXI

SOAIRES OU SOARES (FERNÃO)

Juntamente com Manuel Dias assaltou e feriu o seu colega Gonçalo Bomdia, de quem se trata no lugar competente.

CLXXII

SOUSA (JOÃO DE)

Fez o sacrário de prata da egreja de Belem, assim como uma lampada para Santo António. Vide artigo de R. Vicente de Almeida na *Arte Portugueza*.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

---

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 19, fl. 22.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 229.
(3) *Ibidem*, vol. VI, pag. 180.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 10, pag. 560)

Com o prólogo no céu começa a acção. Goethe transporta-nos ao céu cristão dos mistérios medievais, onde por costume se representava a Divindade em pessoa, bem como os seus antagonistas. Deus aparece em toda a glória e majestade, na companhia das coortes celestes; o espírito do mal incarnado em Mefistófeles manifesta logo nas primeiras palavras que pronuncia, a sua veia irónica. Dirige zombarias causticas e ofensivas ao homem,—der kleine Gott der Welt —que só tem a razão para conhecer como é incapaz de se servir dela. O senhor toma a defesa da humanidade. «Pois não haverá na terra coisa alguma bôa? Não há ainda homens virtuosos?» Cita a seguir o doutor Fausto, cujo nome é introduzido em scena antes da personagem. Mefistófeles deseja com a autorização de Deus por à prova essa virtude inconcussa, êsse caracter incorruptivel. Há aqui sem dúvida uma lembrança da célebre passagem da Bíblia, em que se refere o pedido de Satanaz a Deus, para tentar Job: Enquanto viveres na terra, podes tentá-lo, responde o senhor, porque na força com que resiste à tentação é que o homem mostra a sua energia, vontade livre, virtude e mérito».

Logo no começo se prevê o desenlace do drama muito diferente do da lenda. Ao passo que na tradição Fausto é condenado às penas eternas, no drama de Goethe Deus parece prometer-lhe a salvação, quando anuncia que o espírito do mal será confundido e o homem no meio das suas paixões e desvios, saberá encontrar o verdadeiro caminho, por onde pode seguir uma conduta honesta. O diabo não aparece em scena, como representante do mal absoluto, independente e eterno, surge como a correção do bem.

Por isso Deus não estorva a acção do demónio no mundo; pelo contrário, encarrega-o da missão de tentar a virtude humana e com as suas manhas e maleficios desenvolver e fortalecer a vontade do homem, que façilmente se deixa en-

tibiar quando lhe faltam agentes estimulantes, e a sua actividade que sem grande custo se definha, quando a prosperidade lhe sorri. O mal assim compreendido faz parte integrante do plano divino; o demónio torna-se não só uma creatura mas um servidor fiel do eterno. Êle próprio tem consciência da sua incapacidade, em frente do progresso universal do mundo; é uma parte da força que querendo o mal faz o bem. O que se opõe ao nada o real, a despeito de inumeros esforços está fóra do seu alcance, da sua esfera de influência. Ondas, cataclismos e incendios, tudo é inutil; a terra e o mar manteem-se na ordem. Nada perturba a harmonia preestabelecida.

A partir dêste momento vai travar-se a luta entre o instinto divino que se oculta no coração do homem e o espírito do mal. Goethe, sem romper com as ideias medievais, adapta-as ao seu modo de ver individual. O demónio para os autores das velhas peças populares era uma personagem cómica, burlesca e ridícula que fazia rir o público com graças chulas e palavrões grosseiros. Mefisto, porêm, não é ridículo mas irónico. Se algumas vezes desperta o rizo é pelas graças que dirige aos outros; não é êle o joguete de escarneo e troça da platea, o que se torna bem diferente. Logo na primeira scena, em que entra, diverte a multidão com ironias pesadas, mas nem sempre injustas. Assim diz com espírito: «De tempos a tempos gosto de vêr o velho pai; por isso abstenho-me de romper com êle. Na verdade é muito bonito da parte de tão grande senhor conversar humanamente com o próprio demónio».

O prólogo traça a marcha da acção dramática e deixa presentir o motivo e os pormenores da composição. É uma sintese expressiva do assunto de toda a obra. Deus aparece como um rei alemão da idade média, ao passar revista aos seus vassalos. Toma assento no trono, no meio dos exercitos celestiais, comandados pelos arcanjos. Estes, em número de tres, avançam a prestar homenagem à Divindade. Neste momento abre-se o céu; das alturas os anjos contemplam o sistema planetário e surpreendidos pelas maravilhas da natureza, entôam hinos em louvor do autor da criação (1). Con-

---

(1) Nas palavras de Rafael — Die Sonne tönt nach alter Weise... — há uma alusão à música das esferas que também aparece frequentemente nas obras dos autores inglêses do período da rainha Izabel e nas primeiras composições de Milton. As ricas harmonias, de que os poetas supunham penetrada a natureza, não eram simples ornamentos literários;

quanto outras composições antigas sôbre Fausto apresentem um prólogo, em que entram as potestades infernais, como a «Introdução do Fausto» de Lessing, a ideia fundamental do prólogo foi tirada do livro de Job. A par do mau princípio aparece o bom, pois ambos representam a luta e conflito eterno das forças poderosas da natureza. A Eckermann diz Goethe em 18 de Janeiro de 1825: «Hat daher auch die Exposition meines Faust mit der des Hiob einige Ahnlichkeit, so ist das wiederum ganz recht, und ich bin deswegen eher zu loben als zu tadeln». Na descrição que Rafael faz do movimento dos astros na glorificação da harmonia divina a que presidem as suas revoluções, utilizou Goethe várias obras scientíficas e de magia.

Balthasar Bekker no «Bezauberte Welt» (Amsterdam 1693) sustenta que todos as estrelas e corpos celestes possuem alma, razão e vida, conhecendo o criador do mundo. Todos exaltam e respeitam o Ente supremo, como fazem os anjos.

Refere também o canto dos astros: «Die Morgensterne die miteinander fröhlich singen».

Também Tacito na Germania, Capitulo 45 conta que os antigos germanos supunham ouvir ao nascer do sol agradaveis acordes. Comp. o canto rival das outras esferas ao verso 4666 da 2.ª parte do Fausto:

Ariel. Horchet! horcht! den Sturm der Horen
Tönend wird für Geistes-Ohren
Schon der neue Tag geboren.
Felsenthore knarren rasselnd,
Phöbus Räder rollen prasselnd;
Welch' Getöse bringt das Licht!
Es trommetet, es posaunet,
Auge blinzt und Ohr erstaunet
Unerhörtes hört sich nicht.
.. ..
.....

Pode haver aqui uma alusão feliz à harmonia das esferas

---

estavam de acordo com a crença geral no sistema planetário de Ptolomeu, em voga até ao aparecimento das teorias de Copernico. Supunha-se que em volta da terra se estendiam circulos esfericos povoados de corpos celestes, cujas ondulações produziam uma melodia de tal modo tenue que só podia ser ouvida pelos orgãos delicados dos poetas. Entre estes mundos pairavam as almas dos grandes mortos e a beleza das suas acções como que acompanhava esta sinfonia angélica. Os poetas romanticos, sôbretudo Keats idealizaram nos seus cantos esta fantasia scientífica que Goethe pelo menos no Fausto pareçe aceitar como verdade. Também no «Bruderzwist» de Grillparzer Rudolfo II escuta a harmonia das esferas e estremece ao ouvir os cantos pacíficos de invisiveis córos celestes.

*

de Pitágoras. Êste filósofo e matemático grego, partindo do principio de que o número é a essencia das cousas, vê na unidade a essencia do número. O pitagorismo distingue duas espécies de unidades: a Unidade, donde sai a série dos números (os seres) e por conseqüência os abrange, encerra e resume a todos, unidade absoluta, monada das monadas, Deus dos Deuses e o Um primeiro na série dos números derivados, oposto a dois, a tres, ao múltiplo, unidade relativa, monada criada. Todos os contrastes da natureza: bem e mal; finito e infinito; quente e frio; seco e humido; claro e escuro; macho e femea são variedades da unidade relativa e da pluralidade ou do impar e do par.

A física pitagórica representa a Unidade — Deus e mundo ao mesmo tempo, como uma esfera compacta e sem distincção de partes, fluctuando no infinito. A oposição ideal do par e do impar; do uno e do múltiplo torna-se a oposição real do cheio e do vasio. Originariamente o cheio existia sem o vácuo, ou pêlo menos êste era-lhe exterior. A formação do cosmos fez-se pela irrupção do vácuo no cheio. Esta irrupção é por assim dizer o sopro perpetuo que agita o mundo. Penetrando na esfera, o vácuo fracionou-a numa infinidade de partículas infinitesimais, imagens reduzidas da σφαῖρα. Estas partículas distinguem-se pela quantidade e pela figura; formam cubos, pirâmides, octaedros, icosaedros ou dodecaedros. A unidade reage contra o fracionamento indefinido e assim as partículas juntam-se segundo as suas afinidades geométricas, formando os corpos elementares: a terra, o fogo, o ar e o éter. O elemento por excelência é o fogo, formado de partículas tetraedricas. Simbolo do princípio divino na natureza, está concentrado num sol central, fóco do universo, residência do Deus supremo (aqui presente as doutrinas helio-centricas) em volta do qual se movem: *a*) o Ouranos que contêm a contra-terra e a terra; *b*) o Cosmos que compreende a lua e o sol; *c*) os planetas; *d*) o Olimpo com as estrelas fixas. As distâncias que separam as esferas são proporcionais aos números que exprimem as relações entre os sons e os comprimentos da corda sonora e o resultado das suas revoluções em volta do eixo do mundo é *uma harmonia divina que só o génio musical pode perceber*. (Vid. *Histoire de la philosophie européenne,* par Alfred Weber. París, Librairie Fischbacher).

Na tradução do Ossian por Goethe lê-se:

«Wo aufsteigt tönend die Sonne».

No canto V do «Paradise lost» de Milton fala-se igualmente da harmonia divina que regula os movimentos dos astros:

«That day as other solemn days, they spent
In song and dance about the sacred hill;
Mystical dance! which yonder starry sphere
Of planets, and of fix'd, in all her wheels,
Resembles nearest; mazes intricate,
Eccentric, intervolv'd, yet regular
Then most, when most irregular they seem;
And in their motions harmony divine
So smooths her charming tone that God's own ear
Listens delighted.....».

Talvez se inspirasse também do Messias de Klopstock I verso 231, ou do livro de Job, que diz: «As estrelas da manhã entoavam umas com outras louvores em minha honra e rejubilavam todos os filhos de Deus».

A admiração dos anjos que se curvam reverentes perante as maravilhas celestes, contrapõe-se o pessimismo de Mefistófeles que, incapaz de compreender a majestade do universo, vê na razão humana apenas um perigo, porque o homem confiado nas suas limitadas fôrças, pretende elevar-se a regiões superiores e assim se precipita irremediavelmente no abismo.

Àcêrca da etimologia do nome de Mefistófeles ou Mefostofilis, como se chama na lenda, não há opiniões seguras. Hagemann decompõe a palavra em tres elementos υή φωτός φιλέω, isto é, inimigo da luz; Rudolf faz derivar o termo duma forma intermédia — Mefostófeles — que significaria inimigo de Fausto, e ainda alguns são de parecer que Mefistófeles quer dizer amigo dos miasmas. O carácter de Mefisto não se mantêm uniforme no decorrer da acção do poema. No prólogo aparece como o representante do princípio mau, mas das próprias palavras de Deus (versos 337–339) conclue-se que pertence a uma grande multidão de espíritos idênticos. A sua condição não é servil, como na lenda; tem iniciativa própria; póde chamar todo o inferno em seu auxílio. A bruxa trata-o como «Junker Satan» e na noite de Walpurgis figura como dono da casa. Nos versos 1335 e 1641 está porêm reduzido à categoria de espírito inferior. No «Urfaust» e no fragmento o Erdgeist concentrava em si todas as fôrças superiores: positivas e negativas. Aqui estão diferenciados os dois elementos de que se forma a vida humana, os dois princípios que presidem ao desenvolvimento das nações e à evolu-

ção da natureza. A fórma habitual da linguagem de Mefisto, como se vê logo no prólogo, é a ironia que tudo consome, insulta e destroe. Inimigo da obra divina, como de toda a raça humana, compraz-se em preverter os homens, guiando-os por maus caminhos, a trôco de serviços interesseiros. No domínio de Mefisto sôbre Fausto, pinta Goethe a acção que nele exercera Merck, espírito acanhado, cínico, egoista e mordaz, confidente indispensável que não procura, nem estima. Mas a figura de Mefisto, em oposição ao primeiro plano de Goethe, não é em absoluto negativa; tem grande experiência da vida, mostra bom senso nas suas respostas e na crítica que formula àcêrca dos factos sociais, conhece as literaturas, enfim, possue uma envergadura nada vulgar. Estas qualidades pediu-as a Herder, exemplo interessante de como a grandeza se pode aliar a uma certa mesquinhez de carácter. É bem conhecida a inveja que Herder nutria por tudo que se elevava acima dele.

Goethe mostra bem na criação desta personagem o seu admirável poder de síntese e concentração. Era o hábito vulgar do poéta: quando tinha em mente qualquer composição, esperava que alguem lhe oferecesse o modêlo vivo. Todas as observações que coligia, relativas aos seus amigos íntimos e a si próprio, aproveitára-as no esbôço de Mefisto, por assim dizer, seu companheiro inseparável em questões de crítica e controversia.

Mefisto representa igualmente uma das feições do espírito e carácter de Goethe, assim como Fausto personifica a outra. É Goethe espírito positivo, coração duro, calculista e frio, interesseiro e egoista, em contraste com Goethe generoso, dedicado e amigo; é Goethe, amante de Margarida, feroz carrasco da sua vítima, que animado por um grande amor próprio tudo sacrifica aos interesses superiores da liberdade e glória.

A criação de Mefisto é uma das mais brilhantes do eminente poeta alemão. O mal e o êrro são representados como a antítese necessária que dá ao bem realidade e valor. Por mais aparente que seja a vitória do Tentador na perdição de Fausto, o heroe não poderá ser sacrificado. «Errare humanum est», diz o provérbio latino, e Deus assim o reconhece, quando responde a Mefistófeles:

«So langs' er auf der Erde lebt,
So lange sei dir's nicht verboten.
Es irrt der Mensch, so lang er strebt.»

Goethe nas «Vier Jahres-Zeiten» exprime o mesmo pensamento: «Irrtum verlässt uns nie; doch zieht ein höher Bedürfniss immer den strebenden Geist leise zur Wahrheit hinan».

Se o homem desanima na sua actividade, se deixa entibiar as suas energias, se perde a coragem no meio dos perigos e dos trabalhos, então comete falta imperdoável e deve ser punido. O homem bom, afirma-o a palavra autorizada de Deus, no meio de aspirações confusas, afastado por vezes das verdadeiras normas, sabe com o seu instinto cego encontrar o caminho recto. Comp. a «Künstlers Apotheose»: So wirkt mit Macht der edle Mann Jahrhunderte auf Seinesgleichen; Denn was ein guter Mensch erreichen kann, Ist nicht im engen Raum des Lebens zu erreichen».

Mefisto reconhece também no homem esse instinto nato que o leva a aspirar para o bem, mas não o julga de grande persistencia; pensa que à primeira dificuldade ou tentação sossobrará.

*

A scena seguinte faz-nos entrar na acção propriamente dita. O célebre doutor está sentado à meza de trabalho, no meio dum montão de livros apodrecidos pelo tempo e corroídos pelos vermes; alambiques, instrumentos de toda a espécie, papeis amarelecidos pelo fumo, pergaminhos encurquilhados, como que o bloqueiam e lhe impedem a marcha. Fausto sente-se devorado por inquietação profunda; deseja saír do mundo abstrato da especulação, do tenebroso domínio da sciência árida, para se mergulhar no estudo salutar e benéfico dos fenómenos naturais, conhecer a vida atravez de todos os perigos, suprindo as deficiências duma educação livresca e imperfeita, pelo estudo intuitivo, colhido imediatamente da natureza (1).

Fausto nas suas declamações violentas contra a sciência tradicional e estéril representa o espírito germânico, profundo, reflexivo e activo, e mostra-nos de igual modo o meio literário de Goethe que, incarnado no heroe do poema, se

---

(1) Tal qual figura em scena o Fausto de Goethe, assim aparece representado em uma gravura a água forte de Rembrandt. Uma reprodução reduzida da mesma gravura em cobre, de Lips acompanhou a primeira edição de Fausto. Goethe possuía o referido quadro. (Vid. *Seine Kunstsammlungen von Chr Schuchardt I,* pág. 177).

revela um verdadeiro Stürmer, com um alto sentimento da sua personalidade, e assim protesta contra a falta de gôsto, procurando na natureza a única fonte de inspiração, pois só ela, como diz Werther, forma o grande artista e o poeta (1).

Ao escrever o primeiro monólogo, a parte mais antiga da obra, era ainda um mancebo de 24 anos, sonhador, de ideias avançadas e generosas que julga poder alcançar, pela observação do mundo e experiência da vida, toda a sciência, sem auxílios extranhos. Daí o tom optimista dêsse desabafo da sua juventude irrequieta, enquanto o segundo escrito aos 48 anos deixa transparecer certa tristeza e desanimo que aliás denotam um pensamento mais calmo e arte mais disciplinada. A experiência, a grande mestra do homem, mostra a Goethe que é impossível realizar todos o ideais, e que só uma vontade de ferro consegue remover as dificuldades que a todo o momento estorvam o caminho, de quem se propõe desvendar os mistérios da criação.

Pelo entusiasmo com que Fausto fala, pela maneira sincera como reconhece a vacuidade da maioria dos conhecimentos aprendidos na escola, pela impetuosidade da acção, o primeiro monólogo reproduz as emoções íntimas e pessoais do poeta.

(Continúa).

GUSTAVO RAMOS,
Professor da Universidade de Lisboa.

---

(1) Wordsworth pensa do mesmo modo, quando afirma que a natureza purifica os elementos do pensamento e do sentimento. «A sabedoria reside nêste estado receptivo da alma que em si confia. Todos aqueles, cuja yisão é limitada à sua sciência, e só teem fé no conhecimento intelectual, homens de Estado, de leis, doutores, filósofos, físicos e moralistas, não teem olhos e ouvidos.... A sua inteligência desfigura as belas formas dos objectos; matam para dissecar. Aproximai-vos da luz das cousas; que a natureza vos sirva de mestre, pois ela oferece um mundo de riquezas... a sabedoria espontânea que inspira a saude, a verdade que inspira a alegria. Fechai esses volumes estéreis, vinde e trazei convosco um coração que contemple e receba». (Vid. *Prelude. Expostulation and Reply. The Tables Turned*).

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 10, pag. 551)

DOCUMENTO N.º 108

Campo da Villariça

2 de abril de 1806

Instrucções e Regimentos que o Princepe Regente Nosso Senhor, manda observar, como parte da Carta Regia pela qual, he o mesmo Senhor servido mandar segurar a corrente do Rio Sabor, e Ribeira Velariça no termo da Torre de Moncorvo, afim de que tendo hum alvêo permanente, e firme se evite o estrago do seu fertil campo.

I. — Ordena o Princepe Regemte Nosso Senhor que os Alvarás de 13 de setembro de 1655 e 19 de setembro de 1656, de que o primeiro comettia ao juiz da Torre de Moncorvo, e o segundo ao superintendente da Feitoria do linho canhamo, que por conta da Real Fazenda se achava estabelecida na mesma villa a segurança, e reparo das margens do Rio Sabor e Ribeira Velariça, e que não tiveram o devido effeito por se não authorizarem aquelles commissarios com a jurisdicção necessaria, para remover a difficuldade que offerece a divizão das propriedades na parte inferior do fertil campo contiguo aos ditos rios, particularmente nos sitios denominados — Taboleiro da Fôz-Frieira e Alfarella — que fique erecta huma junta de proprietarios a qual ficará tendo a jurisdicção necessaria para determinar e concluir a referida obra; sem que das suas determinações haja recurso para tribunal algum, e somente as pessoas que se sentirem gravadas lhe poderão por simples requerimento, representar o motivo da sua queixa pelo Conde de Villa Verde, do seu Conselho de Estado e ministro assistente, ao despacho do seu gabinete, por cujo expediente se dirigirão ao princepe

regente nosso senhor todos os negocios que recrescerem n'esta dependencia.

II. — Sera composta a junta do juiz de fora, como presidente, do capitão mór, do reitor da collegiada e dos dois proprietarios Lucas Agustinho de Gouveia Vasconcellos e Carlos d'Oliveira Pimentel na falta, ou impedimento de algum delles, nomeará a mesma junta quem o substitua, e será sempre um proprietario de probidade e intelligencia; por turno serão inspectores do serviço, que collegialmente se determinar e parecendo-lhe necessario, poderão nomear dois inspectores, para entrarem com elles no giro da inspecção e suavizarem o trabalho della, serão porem os inspectores da mesma classe e intelligencia que fica determinada: farão os seus congressos nos paços e sala da Camara e as suas determinações serão tomadas por lembrança em um livro rubricado pelo presidente e escriptas as lembranças pelo escrivão da camara e assignadas por todos, sem que possa formar-se outro algum processo, ou conhecimento que não seja verbal e de plano e o que assim for vencido pela pluralidade de votos se executara sem embargo, ou recurso algum outro alem do que determina o § antecedente.

III. — Ainda que a qualidade da obra e das pessoas a quem o Princepe Regente Nosso Senhor a encarrega dispensava toda a declaração a respeito do emolumento, para obviar toda a pertenção dos mesmos; manda o mesmo senhor declarar que nenhuma pessoa os poderá haver, seja qual for o pretexto que para isso haja: e ordena que o livro que no § antecedente se determina, seja comprado pelo rendimento da Camara e rubricado pelo presidente.

IV. — E porque foi presente ao Princepe Regente Nosso Senhor que no taboleiro superior do campo, onde se achão situadas as fazendas denominadas — Quinhoẽs e Roucal — que o povo, com aprovação real, aplicou para a despeza e refazimento do templo e matriz da villa de Moncorvo; não ha as dificuldades, que se encontraõ no resto do campo; e que a ribeira Velariça, que por aquelle sitio atravessa o mesmo campo não é de tantas aguas e força como o rio Sabor, que passa no resto do referido campo: e que por outra parte, tendo a obra principio na mesma paragem superior, alem da maior facilidade se podem adquirir conhecimentos praticos e de muita vantagem para o resto dificultoso

da mesma obra, desde a Fóz da Velariça até á do Sabor, ordena o Principe Regente Nosso Senhor, que no principio de outubro deste anno se lhe dê principio no referido sitio superior, começando-se na proximidade da quinta do Carrascal em uma direcção recta e encostada ao Cabeço da Derruida, ordem que o mesmo senhor manda seguir por estar informado, que supposto a ribeira Velariça se tenha presentemente desviado desta direcção e destruido, não só as terras da Egreja, mas uma grande parte das dos particulares; comtudo a tendencia natural da corrente é encostada ao referido cabeço, que nella se tem conservado muitos annos e que se não teria sentido tamanho prejuizo se a camara encarregada da administração das terras da Egreja tivera tido cuidado na sua conservação e integridade, ou se os colonos vizinhos não tivessem desmontado as extremidades dos predios e dado occasião ao rompimento da ribeira para o lado occidental, não sendo alem do referido, de pouca consideração o evitar a despeza de reparar o lado oriental da mesma ribeira em toda a consideravel extensão do dito cabeço da Derruida.

V. — E como igualmente consta, que todo o campo des a Fôz da Velariça até á do Sabor, em que ha uma legua de distancia, é um nateiro continuado, que facilita a direcção das aguas dos mesmos rios, até com regos abertos ao arado, a junta depois de examinar o terreno e designar a direcção da ribeira, determinara, ouvindo os proprietarios e lavradores, a largura do alveo, que se lhe deve dar com respeito ás maiores aguas da corrente, que nos invernos costuma haver; por estar o Principe Regente Nosso Senhor informado, que supposto o campo regularmente se cubra e innunde todos os annos, nunca este acontecimento, por maior e mais extraordinario que seja, é produzido pelas aguas de corrente e sim pela regurgitaçaõ do rio Sabor, obrigando a retroceder pelo pezo das aguas do Douro, vindo a obrar um igual effeito na ribeira Velariça, sobindo as aguas a grande altura da sua corrente natural; sem que esta enchente faça impressaõ nos barrancos dos ditos rios pela serenidade gradual do crescimento e pela que se observa quando as aguas baixão.

VI. — Estabelecido e designado o alveo, que convem deixar-se-ha Rõbeicada um dos proprietarios sera obrigado a plantar na sua testadr, na forma do alvará as arvores proprias a conter a mesma ribeira para não romper para o lado

occidental, como são salgueiros, chopos, tamargueiros, vimeiros, e outras semelhantes, abrigando a sua plantaçaõ com estacas e os mais reparos, ficando sempre uma faxa do terreno na proximidade das mesmas arvores.

VII. — Se á direcçaõ que fica determinada fizer necessario cortar algum terreno, nas poucas fazendas, que ficam na parte oriental da ribeira este lhe será compensado em igual extensão pelas terras contiguas que no mesmo lado pertencem á Egreja a cujo beneficio fica cedendo igual porção no lado occidental, em que se acham silvados as outras terras da mesma egreja.

VIII. — Acontecendo que algum dos proprietarios, que no lado occidental da ribeira tem os seus predios e que ficam fronteiros a toda a extensão do Cabeço da Derruida, se não preste á plantação e segurança da sua testada, segundo fica determinado no § VI a Junta mandará embargar em poder do seu rendeiro a quantia necessaria para se fazer a obra, que lhe pertence, e o mesmo praticará nos fructos se a fazenda estiver cultivada por conta do proprietario.

IX. — Da Fóz da Ribeira Velariça até á do rio Sabor no Douro consta que a principal dificuldade é, em que as fazendas sendo de determinada e medida largura nos barrancos, destas até o rio é o seu comprimento incerto, e tanto os que ficam do lado oriental, como os do occidental ficam tendo maior ou menor comprimento segundo o mesmo rio se avizinha e cinge ao lado opposto; este costume e abuzo de propriedade, faz que nenhum, nem outro lado possa reparar-se pelos proprietarios que estabelecem um nocivo direito na liberdade destruidora com que o rio gira sem obstaculo algum.

X. — Querendo o Princepe Regente Nosso Senhor evitar o damno referido, o que é da maior consequencia para a sementeira dos fructos e producção do linho canhamo, que por se acharem as terras areadas tem diminuido muito consideravelmente naquelles tabolleiros que são os mais proprios para a sua cultura: e sendo presente ao mesmo senhor que os proprietarios do lado occidental, desde a entrada do Sabor no Douro até as Frieiras, desde tempo que vence a memoria dos vventes, nunca obtiveram o comprimento das courellas em tal extensão que mereça ficar o rio arbitro destrui-

dor da mesma extensão; e que pelo contrario, ainda que o referido rio gire e destrua as fazendas do lado oriental, vem por fim a ter a sua corrente arrumada á barranca occidental, vereficando se por esta diuturna observação que a utilidade dos proprietarios do lado occidental é uma expectativa damnosa á causa publica e bem commum, impedindo segurarem-se as fazendas do lado oriental para o rio as não destruir, como effectivamente tem feito e sendo por outra natural reflexão evidente, que o terreno do lado occidental é mais baixo e inclinado pela constante tendencia que tem o rio a se conservar naquelle sitio: ordena o Princepe Regente Nosso Senhor, que reforçando-se e segurando-se as fazendas do lado oriental com as caulettas que para a ribeira Velariça ficam determinadas no §. V. fique o leito e corrente do rio cingido á barranca occidental, para ter naquelle sitio perenne existencia.

XI. — Não obstante ficar justificado pelos fundamentos do § antecedente, que a direcção que o Princepe Regente Nosso Senhor ordena tenha o Rio Sabor, não corta por direito algum util dos proprietarios do lado occidental e que unicamente se remove uma esperança nominal e damnosa á causa publica: é o mesmo senhor servido determinar, que a Junta considerando maduramente esta materia e ouvindo pessoas intelligentes e versadas na cultura daquelle terreno, possa applicar qualquer indemnidade que parecer justa aos proprietarios do referido lado occidental a qual será paga pelos proprietarios da margem oriental do rio a quem a firmeza do alvêo do mesmo na forma determinada, firma a utilidade das suas respectivas fazendas.

XII. — Ainda que o Princepe Regente Nosso Senhor, mande observar a ordem e formalidade da plantação e reparos que em 1655 e 1656 se julgou mais suave aos moradores, como declarão os Alvarás mencionados na Carta Regia: concede e permitte que a Junta possa, parecendo mais util, fazer um lançamento sobre os interessados, regulando-o á vista do Tombo e numero de varas de cada um dos proprietarios; por quanto esta formalidade estabelece perfeita igualdade e remove todo o arbitrio; e quanto aos Barraes que não foram medidos, se regulará o que devem pagar, conforme ao proveito que lhe resulta desta obra; pela ordem do mesmo Tombo se tirarão relaçoẽs do que cada predio deve pagar.

XIII. — Pela indiscripção e liberdade com que se fazem atravessadoiros e caminhos desnecessarios por toda a extensão do campo prejudicando a sua cultura, e que dá occasião a serem cortadas as barrancas que obstam ao rompimento dos rios para o centro do mesmo campo: ordena o Principe Regente Nosso Senhor, que a Junta conservando os tres caminhos — da Fonte dos Chibos — Casas Queimadas — e Ponte do Sabor — que se dirigem á estrada geral do Carvalhal e Razos, de a providencia necessaria para evitar a referida nociva liberdade, ou dos passageiros, ou dos cultivadores observando a lei a este respeito.

XIV. — Para que a antecedente providencia tenha todo o bom effeito; determina o Principe Regente Nosso Senhor, que os proprietarios, que tem sortes ou courellas interpoladas as possam reunir em um só corpo, no mesmo taboleiro, o que não prejudica a proprietario algum, que hade ser igualmente inteirado das varas que lhe tocam e previne o orgulho e má vizinhança de que se origjnam questões: as sortes de figura irregular se reduzirão a rectangulares; concedendo finalmente que alguma insignificante porção, que não tenha 150:000 rs. de valor, se adjudique a sorte vizinha; fazendo-se no Tombo as adnotações competentes de tudo o que for alterado para evitar no tempo futuro toda a confusão ou duvida que possa recrecer.

XV. — Como a plantação das arvores e os reparos determinados se devem fazer na primavera e outomno, que é a propria estação; no fim de cada uma dellas dará o juiz de fora conta do seu progresso; e como o Principe Regente Nosso Senhor excite a sua paternal vigilancia para o beneficio geral, no caso de que alguma das providencias qne ficam determinadas, se faça ou dificultosa ou impraticavel por alguma justa causa; poderá a Junta representa-lo para o mesmo Augusto Senhor tomar a resolução que julgar conveniente; sem que porisso se suspenda a obra naquillo em que não houver duvida de consequencia. Palacio de Villa Viçosa em 2 de abril de 1806 (1).

---

(1) Está este documento escripto em duas folhas de papel almasso no archivo da Camara de Moncorvo.

DOCUMENTO N.º 109

Juiz, vereadores e procurador da Camara da Torre de Moncorvo: Eu o Principe Regente vos envio muito saudar.

Sendo-me presente que o Campo da Velariça merecera o particular cuidado dos Augustos Senhores Reis meus predecessores, não só pela sua producção; mas pela boa qualidade de linho que nelle se cultiva, e de que se fornecia a feitoria, que por conta da real fazenda foi estabelecida nessa villa, chegando os mesmos augustos monarchas a mandarem tombar e medir os predios do refnrido campo, para proporcionalmente á sua extensão, entrar cada um dos proprietarios com a porção de linho que lhe era destribuida para a laboração da Feitoria Real: e sendo-me outro sim presente que a parte superior do dito campo se acha em muita ruina, por falta de reparos que contenham a ribeira Velariça em alveo permanente: e que maior estrago se observa na parte inferior, causado pelo rio Sabor, que por este sitio corre, na extensão de uma legua, motivos porque o Senhor Rei Dom João o quarto, mandara reparar e segurar com arvores a estremidade das fazendas, afim de obrigar os ditos rios a uma direcção e leito invariavel, para preservar as mencionadas fazendas da invazão e estrago que os referidos rios ameaçavam, para o que mandou expedir os Alvarás de 13 de setembro de 1655 e 19 de setembro de 1656, que se acham registados na Camara dessa villa os quaes não tiveram o effeito que se devia esperar, porque os vossos antecessores não procuraram dar principio a esta obra nas terras que o povo dessa mesma villa, com aprovação real, aplicou á fabrica da egreja matriz, que lhe fazia cargo, portando-se na administração das ditas terras, contra a expectaçaõ porque lhe foi confiada; quando o seu exemplo teria estimulado os proprietarios de toda a parte superior para nas suas respectivas testadas fazerem os reparos, e plantaçoẽs de arvores, que obstassem ao impedimento da ribeira Velariça na occasião das enchentes extraordinarias: e que na parte inferior procedia o damno do abuzo da propriedade de alguns habitantes, que na livre e indeterminada corrente do rio Sabor esperam augmentar os seus predios, esperança que nunca se tem verificado, e que só tem servido de ruina geral para a melhor e mais fecunda parte do Terreno, de que uma terça parte se acha inculta e cheia de areas: Querendo obviar a

todos os referidos damnos, em beneficio da agricultura em geral e particularmente da do linho canhamo: Sou servido ordenar qne os referidos Alvarás tenham prompta e effectiva execução, auctorizando para esse fim e conferindo a necessaria jurisdicção a uma Junta de Proprietarios que hei por bem crear na forma das Instrucções e Regimento, que com Esta se vos remette, assignadas pelo Conde de Villa Verde, do meu Conselho de Estado e Menistro assistente ao despacho do meu Gabinete, que faraõ parte desta, para terem a sua plena execução: o que me pareceu participarvos, confiando do vosso zelo toda a necessaria cooperação para que a Junta possa concluir a referida obra. Escripta em o Palacio de Villa Viçosa em 2 de abril de 1806. Princepe (1).

DOCUMENTO N.º 110

Foral de Alfandega da Fé

8 de maio de 1234

En o nome de deus amem Sabbham quantos esta carta uirem e leer ouuyrem que eu dom Denis pella graça de deus Rey de Portugal e do algarue em sembra com mha molher Rainha dona Ysabel e com meus filhos inffantes don Affonso e dona Costança faço carta de foro pera todo sempre aos pobradores e moradores da mha uila e do meu Castelo de Alfandega de ffe de sobre valariça assi aos presentes como aos que ham de vĩjr per tal preyto e so tal condiçom que en o primeyro ano non façam a mjm nẽ hum foro. E desy adeante den a mjm e a todos meus sucessores cada hum pobrador ou morador dez soldos de Portugaeses por dia de sam Martinho en cada hũ ano. Outrossi darem a mjm e a todos meus sucessores cada ano a meyha da portagem e das uozes e das coomhas e a outra meadade filhala o Concelho para si. E corregerem o dano ao quereloso. E a uoz e a coomha non passar mays ca vijnte maravedis de Portugaeses de oyto em soldo o maravedi assim como correm agora en essa terra. E mando que aiam usos e custumes come os de vila frol. E rethenho pera mjm e pera todos os meus successores o padroado das Eygreias que se hi fezerom en essa uila ou en seu termeho. E mando que todo uezinho de Al-

---

(1) Existe tambem em Moncorvo junto ao documento antecedente.

ffandega de ffe seia chamado per dante seus Juyzes e per eles faça dereyto a que no demandar. E eu non deuo dar essa terra a Ricomem ne a Rica dona nem entre hy saluo se for de passada e se hy entrar non fique y mays ca hum dia. E aquelas cousas que hy filhar pagueas assy como as apreçarem os Juyzes. E mando que aia en essa uila dous juyzes en cada hum ano e que seiam esleytos do Concelho en concordia. E iurem en mão do Tabellion sobrellos sanctos euangelhos que façam dereyto e iustiça. E mando que lhes non entre hy meyrinho. E dou a eles por termho dessa uila de Alffandega de ffe como parte con sanbady. E como parte com uila ffrol e con a torre de Meencoruo e como parte com moos pela uẽa de saauor e como parte per mogadoyro per essa uẽa de saauor e como parte per chaçim assi como eu hey e de dereyto deuo a auer E mando que do dia que os dictos pobradores filharem as quayrelas e as vinharias que ata hũ anno seiam feytas as casas e ata dous anos seiam as uinhas chantadas. E ata cima de tres anos auerem uingados os herdamentos. E desi a deante se as quiserem uender ou dar ou doar uendanos ou denos ou doẽnos a taaes pessoas ou pessoa que faça a mim e a todos meus sucessores ben e compridamente cada ano os dictos foros. E non deuen a uender os dictos herdamentos nem parte deles a caualeyros nem a ordijns nem s clerigos nem a donas nem a escudeyros nem a nehũa pesoa religiosa. E mando que as molheres uiuuas nenos orffãos non uaam en fossado nem en hoste ata que os orffãos cheguem a quinze anos. En testemonho desta cousa dey ende a uos dictos pobradores esta carta seelada do meu seelo do chumbo. Dada en lixboa. Oyto dias de Mayo. El Rey o mandou. ffrancisque anes a fez. Era M.ª CCC.ª xxxij. Anos (1).

DOCUMENTO N.º 111

Titulo de villa concedido a Macedo de Cavalleiros

15 de janeiro de 1863

Attendendo a que a povoação de Macedo de Cavalleiros, no districto de Bragança, alem de ser cabeça de concelho e comarca d'aquella denominação, possue os requisitos neces-

(1) *Doações de El-Rei D. Diniz*, liv. 2.º, fl. 78 v.

sarios para gosar convenientemente do predicamento de villa, assim pelo numero de seus habitantes e riqueza agricola de seus vastos campos, como pela qualidade dos edificios de que se compõe: considerando especialmente que a estes elementos materiaes de prosperidade reune ainda o povo do mesmo logar não menores condições de illustracção e de adiantamento moral, comprovados pelo seu amor ao trono e ás instituições politicas da monarchia; e annuindo á representação da Camara Municipal e de varios funccionarios e moradores de Macedo de Cavalleiros, em vista da informação do governador civil de Bragança e da resposta fiscal do ajudante do procurador geral da corôa junto do ministerio do reino: hei por bem fazer mercê à povoação de Macedo de Cavalleiros de a elevar á cathegoria de villa, com a denominação de villa de Macedo de Cavalleiros; e me praz que n'esta qualidade gose de todas as prerogativas, liberdades e franquezas que direitamente lhe pertencerem, devendo expedir-se á respectiva Camara Municipal a carta competente em dois exemplares, um para titulo d'aquella corporação, e o outro para ser depositado no real archivo da Torre do Tombo. Paço da Ajuda, em 15 de janeiro de 1863. = Rei. = *Anselmo José Braamcamp* (1).

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

(1) *Diario do Governo* de 28 de fevereiro de 1863.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

(Cont. do n.º 10, pag. 528)

XIX

26 de Janeiro de 1874. — Recusa-se Castilho a celebrar por qualquer fórma o seu anniversario. — Uma quadra inédita de Thomaz Ribeiro. — *O doente de scisma* representa-se no Gymnasio em 7 de Março. — Algumas apreciações da Imprensa. — A recem-fundada «Companhia literaria» do Porto pede a Castilho uma traducção portugueza do *D. Quichote* de Cervantes. — História verídica d'essa derradeira tarefa do Poeta. — 30 de Abril de 1874. — Um dia em Queluz. — Conclue-se o *Sonho de uma noite de S. João*. — Sai á luz *O misanthropo*. — Chega de Moçambique por Italia e França Augusto de Castilho. — Apresenta-se ao leitor uma carta de D. Antonio de Trueba a Castilho.

Pareceu a todos novo symptoma de abatimento de espirito o não ter Castilho, apesar das instancias, consentido a passar em casa o dia 26 de Janeiro de 1874. Recusou-se a toda a especie de manifestação, e até mesmo a receber a longa fila de amigos e parentes, que se succediam habitualmente com alegres parabens. Fugiu para minha casa.

Várias pessoas vieram comtudo á rua do Sol; entre essas figurou Thomaz Ribeiro. Sentido de não poder ver o seu amigo, tirou a carteira, arrancou uma folha, e escreveu á pressa, e a lapis, esta affectuosa redondilha:

Se em dia de tanto júbilo
se admitte Musa silvestre,
venha o serrano discipulo
beijar a mão do seu Mestre.

Conservo este precioso autógrapho, que me ficou logo de cór.

*

*

Em 8 de Fevereiro fez-se com os actores do Gymnasio a primeira leitura de prova da nova traducção de Molière *O doente de scisma,* talves a menos feliz de todas.

Devo declarar que, se nunca pude considerar o original francez, *Le malade imaginaire,* entre as obras notaveis do immortal dramaturgo d'el-Rei Luiz XIV, tambem julgo a imitação portugueza bem pouco digna da penna de Castilho. Direi mais: detesto o original francez, com intermedios ou sem elles; e a adaptação portugueza pouca admiração me poderia merecer, se não proviesse do cançado engenho de um septuagenario, cuja mão colhêra já tantas palmas legitimas no nosso Parnaso.

Ali já o chiste decahiu; fugiu o brilho coruscante de outr'ora; as longuras estiram-se sôbre o contexto das scenas; as inverosemelhanças embatem umas nas outras; os anachronismos são a rodo; e a propria versificação já não viça, e decai muita vez, murcha de monotonia.

Perdôe-me a grande Sombra querida, se assim me expresso; peço-lh'o outra vez, e de joelhos; mas devo homenagem á verdade, que tão amada foi de Molière e de Castilho.

Em 7 de Março, em beneficio da snr.ª Emilia dos Anjos, subiu á scena no Gymnasio *O doente de scisma.* Apesar de interpretado por Taborda, não agradou; foi voz geral não corresponder ás exigencias do gôsto moderno; dizia-o o Público, e disseram-n-o os jornaes. Havia comtudo quem discordasse; a peça foi applaudida, sim, e muitos a admiravam como essencialmente portugueza.

Francisco Palha, sem dúvida bom juiz, escrevia n'estes termos a Castilho:

«Ill.^mo e Ex.^mo S.^nr e Amigo.

«Entre os que mais estimam e veneram a V. E., sou eu de certo um dos que mais fervorosamente lhe são dedicados. É por isso que a cada novo triumpho de V. E. uno os meus applausos aos applausos geraes; e n'este momento, como muitas vezes o tenho feito, lhe agradeço o millesimo typo da boa linguagem portugueza, que nos dá para lição, e a prova esplendida de que as Musas se não arredam dos veneraveis cabellos brancos. Infelizmente não posso ir ainda hoje feste-

jal-o no Gymnasio; fal-o-hei brevemente para minha grande satisfação.

«De V. E. amigo obrigadissimo — 10 de Março de 1874. — *F. Palha*».

*

Entre as várias apreciações jornalisticas, nenhuma (que eu saiba) foi francamente favoravel, dedicada, e enthusiasta. Para quem sabe ler nas entrelinhas, todos os que narravam aquelle serão theatral tinham a intenção mais ou menos clara da reprovação; mas com uma differença: uns disseram-n o commedidamente, com restricções obsequiosas, proprias de gente educada; sem faltarem ao que julgavam ser a verdade, não faltaram aos resguardos devidos aos setenta e quatro cançados invernos do traductor; outros disseram-n-o com aspereza de gente sem coração, disseram-n-o como quem gósta de ser desagradavel, e ferir uma pessoa que nunca lhes fizera mal, e que os não conhecia.

Entre os escritores do 1.º grupo, especialiso o noticiarista do *Jornal da Noite* de 12 de Março; o Advogado Paulo Midosi no *Diario Illustrado* de 8; o snr. Eduardo Vidal no *Diario Popular* de 15; e o snr. A. M. da Cunha Belem (sob o criptónymo Christovam de Sá) na *Revolução de Setembro* de 15.

Entre os do 2.º grupo menciono o autor de um folhetim no jornal *O Paiz* do mesmo dia 15.

Aquelles apontaram os defeitos, ou lados fracos da peça; discutiram com critério a maneira como Castilho aportuguezava Molière, e declararam com lizura as quédas da traducção.

Este outro diz isto com a sua franqueza malcriada de collegial vaidoso:

...«Faz pena ver prejudicar assim por uma transplantação absurda, a satyrica comedia de Molière, e os magnificos versos do traductor, que tambem são prejudicados pela chocarrice e chulismo.

«O snr. Castilho tem grande reputação entre nós: contestada por bastantes, é verdade, mas reconhecida por muitos.

«O seu nome arvora-se em pendão de uma seita litteraria, e os seus chamam-lhe principe dos poetas.

«Principe dos metrificadores tem elle provado que é. Como poeta, não o podemos reconhecer principe, n'uma terra onde ha .....
.....

«O nome do snr. Castilho obriga e obriga muito; e temos o direito de tanto mais lhe exigir, tanto mais *(sic)* que nol-o apresentam como um dos mestres da litteratura portugueza. Transplantar Molière para a actualidade, seria uma leviandade em quem começasse, é um erro em quem já ha muito começou, e que tem obrigação restricta de comprehender a significação das obras de Molière, e as leis que presidem a todas as obras de arte».

Assim entendem alguns escrevedeiros, sem sombra de autoridade, a missão da letra redonda; assim exercem a policia literaria estes bastardos malsins. Este, que de todo não sei quem foi, fez a crítica de si proprio, julgando-criticar a obra de Castilho. Que lhe preste.

*

Siga-se agora um mappa, análogo ao que desenhei das outras peças:

THEATRO DO GYMNASIO

Numero ordinal da récita	Data	Producto
1.ª	7 de Março de 1874	
2.ª	8 » »	
3.ª	10 » »	
4.ª	12 » »	
5.ª	13 » »	
6.ª	15 » »	54$000
7.ª	17 » »	9$000
8.ª	25 » »	9$000
9.ª	28 » »	9$000
10.ª	29 » »	9$000
	Total.....	90$000

*

Outro assumpto.

Por esta occasião tinha-se instaurado no Porto uma sociedade editora, com o titulo de *Companhia Litteraria*. Planeava vulgarisar em edições magníficas os mais apreciados monumentos das Letras nacionaes, e alguns das estrangeiras

condignamente vertidos a portuguez. Intentava estreiar-se com *O Inferno* do Dante, illustrado pelo célebre Gustave Doré.

Em 12 d'este Março de 1874 dirigia-se a Castilho, por carta, o Gerente da Companhia, José Antonio Castanheira, sollicitando a cooperação da sua penna para a desejada traducção do Dante.

Castilho respondeu, reconhecendo as altas difficuldades, que elle por si julgava quasi insuperaveis, de um tal commettimento a praso mais ou menos breve, e propondo, em vez do *Inferno,* o romance de Cervantes *D. Quichote de la Mancha,* illustrado tambem por Doré.

Tencionava a Direcção fazer seguir ao Dante, ou ao Cervantes, uma bella edição dos *Lusiadas* com gravuras feitas lá fora. A este ponto respondia Castilho em 24:

...«Ácerca da projectada edição dos *Lusiadas,* para o seguinte correio, por me faltar agora o tempo, terei o gosto de responder a V. E. É ponto esse, que merece a todos nós a mais sizuda consideração. Depois da edição rica do Morgado de Mattheus, é necessario summo tento para se lhe levar a palma»....

Em 27:

...«Acho perfeitamente racional que, entre Cervantes e Camões, o hospede estrangeiro vá a diante do nosso compatrício; bastam para isso as razões de civilidade. Mas a essas, outras accrescem no nosso caso, e a principal é: que dos *Lusiadas* nenhum Portuguez que saiba ler deixa de ter em casa um exemplar, em quanto do Cavalleiro da Mancha, tão justamente afamado em toda a parte, poucos entre nós conhecem mais que o nome»....

A Direcção aceitou as indicações, e o contrato entabolou-se.

Possuo as cartas, em que o nosso Poeta era instadissimo para marcar o *quantum* dos seus honorários; não houve modo de o resolver a qualquer proposta. Foi então que me intrometti no caso, e consultando peritos e livreiros aqui e no Porto (entre elles Camillo Castello Branco), propuz ao Gerente Castanheira a quantia de um conto de réis. Gostosamente approvada pela Companhia essa remuneração, começou o trabalho.

O borrão primitivo, por mim archivado ciosamente, é todo por letra do secretário João Evangelista Xavier, rapaz excellente e dedicadissimo a Castilho; tem do meu punho no alto da 1.ª pagina *8 de Janeiro de 1875.* As ultimas phrases,

corrrespondentes a um trecho do capitulo XXXV, as ultimas palavras ditadas pelo Poeta do *Amor e Melancolia,* em 27 de Maio, foram:

«*Ficou dormindo com mostras de grandissimo cançasso*».

Por aqui se vê ¡quanta era ainda a actividade cerebral de um homem, que aos setenta e cinco annos despachava em sós cinco mezes tamanha somma de tarefa, além de todas as outras coisas em que se occupava!

Logo voltarei a isso.

*

Marca o dia 30 de Abril de 1874 uma data bem tristemente célebre n'estas *Memorias:* o ultimo passeio campestre, que o Poeta deu com seu filho mais velho. Foi este buscal-o de manhan n'um *coupé,* e levou-o a tomar o ar puro de Queluz.

Todo o dia divagámos na quinta e nas salas do paço, com um tempo lindissimo, ora sentados nas escadarias monumentaes, ora passeando á sombra de buxos e loureiros seculares, lendo algumas das cartas da Marqueza de Sévigné, livro de que (lembro-me bem) o espirito de Castilho não era aliás enthusiasta, mas que, não sei já por quê, tinha ido comnosco.

Achava-se no hotel a senhora Condessa do Farrobo, a linda Eugenia de Saldanha, filha querida do Marechal; viu-nos apear; e em quanto jantavamos teve a bondade de nos apparecer, fazendo muita festa a Castilho, de quem S. E. foi sempre muito amiga. Foi a ultima vez que a vimos....

*

Passados uns dias, a 10 de Maio, punha Castilho remate á sua traducção do *Midsummer night's dream,* de Shakespeare, chrismada em *Sonho de uma noite de S. João.* Logo a analysarei.

*

Em começos de Junho sahia dos prelos académicos *O misanthropo.* O exemplar que possuo, teve meu Pae a bondade de m'o trazer elle proprio em 8 de Junho; por signal, foi a esta mesma quinta da Costa, junto a Carnide, onde móro actualmente (1), e onde n'esse verão de 1874 passei uns me-

(1) Capitulo escrito em Novembro de 1893.

zes por adoentado e anémico. Estas paredes ainda se recordam talvez do hóspede illustre que então albergámos alguns dias.

*

Em 23 de Maio, lá do seu retiro de Madrid, escrevia a Castilho o grande Castelhano D. Antonio de Trueba uma carta affectuosa, que transcrevo. Tinha recebido *Os ciumes do bardo* e *O medico á fôrça,* e dizia:

«Muy Sr. mio.

«Hay algunas semanas recibi un obsequio de V., que para mi no tiene precio, y conservaré como una de las mayores honras de mi vida literaria: Os ciumes do bardo, y O medico á fôrça.

«He leido repetidas veces ambas obras, y conforme con el docto y discreto parecer del sr. Mendes Leal, creo que me no es encarecer em mérito de V., sino solo inclinarme ante la magestad de su corazon y su inteligencia, e bendecir a Dios que tan radiante de luz conserva el alma del Homero lusitano.

«Yo que conosco e poseo todos los trabajos literarios de V. no conocia los celos del Bardo, ni la version de la comedia de Molière, porque las preocupaciones politicas de estes ultimos años habian separado algun tanto mi vista del curso de la literatura portuguesa, que casi siempre hé seguido con especial interes y cariño. Permitame V. decirle, no en son de alabanza, porque ni V. la necesita, ni yo tengo autoridad para ella, sino como confesion de la verdad, que no acierto a esplicarme lo que he sentido al leer el admirable poemita titulado «Os ciumes do Bardo», que creo no tiene rival, en punto de pasion, en la poesia moderna, ni en la poesia antigua.

. . . . . .

Aun mas diré á V.: creo que aquellas asombrosas estrofes... ..... valen mas que todos los poemas antiguos y modernos como rasgo de pasion, y aun como rasgo de arte..... Nos otros nos envanecemos con nuestro «Medico a palos», en que Moratin reflexó en la literatura castellana la comedia de Molière. Los portugueses deben con mas razon envanecerse con su «Medico á fôrça».

. . . . . .

«Doy a V. las mas espresivas gracias por el recuerdo con que me ha honrado, y no se las doy por vano y acostumbrado cumplimiento, sino de todo corazon. ¡Dios bendiga y

prolongue la vida del que con tan nobles e inmortales frutos señala su paso por el mundo!

«Aqui, á donde las desventuras de mi amado rincon nativo de Vizcaya me han devuelto, como en todas partes, será sempre su respetuoso y agradesido amigo y admirador q. b. s. m.

«*Antonio de Trueba*. — Madrid (Travesia de la Mata n.ˢ 7 e 9) 23 de Mayo de 1874».

*

Meu irmão Augusto, vindo de Moçambique, e subindo a Italia, telegraphava de Roma em 28 de Junho a seu Pae:

«Roma, 28 ás 7ʰ 30′ da manhan.

«Visconde de Castilho — Rua do Sol ao Rato — Lisboa.

«Cheguei hoje de Moçambique. Partirei Florença, Genova, Marselha. Chegarei Lisboa 8. — *Augusto*».

¡Calcule-se a alegria de todos nós!

XX

Setembro de 1874. — Visivel diminuição na energia physica de Castilho. — Nova carta de Sua Majestade o senhor D. Pedro II. — Resposta. — Sai outra vez para a Africa o joven Augusto de Castilho. — 1.ª representação da comedia *As Sabichonas* em D. Maria II. — *Sonho de uma noite de S. João*. — Março de 1875.

O anno de 1874, passou-o Castilho cançadamente. As suas fôrças diminuiam; entrava n'elle um desânimo, que só de longe em longe parecia querer dar ainda logar a lampejos do antigo vigor.

Em 5 de Setembro, n'uma carta fugitiva dizia elle:

«Por aqui vou sempre na mesma, se não cada vez mais inutil e abhorrido. Desde a ultima vez que seroei nas Bernardas, ainda não tornei a sahir senão duas vezes á noite com o Gugu (1): uma ao Passeio público até ás 10 horas, outra ao Latino Coelho até á meia-noite; todo o mais tempo cá se me tem moído, entre deitado n'um sofá, ou reclinado n'uma cadeira de braços. Apetite, pouco ou nenhum; gôsto á leitura, tambem pouco; á conversação, ainda menos; mas quanto a dormir, não ha razão de queixa. N'este brevis-

(1) Nome caseiro de Augusto.

simo boletim se contém a explicação de me não ter atrevido com a façanha de os ir ver ahi» (1).

*

N'uma noite d'esse verão de 74, pela meia-noite, com um luar brilhantissimo, subia de vagarinho, pela rua do Sol a cima, um dos raros transeuntes do sitio a tal hora. Era um joven Tenente bairrista, que recolhia pacatamente ao lar, o snr. Henrique das Neves, então desconhecido nosso, hoje General, e meu verdadeiro amigo. Ao passar junto do palacete, onde sabía morava Castilho, reparou, e viu n'uma das janellas da sobreloja o vulto do Poeta. Sosinho, encostado á mão, banhado de lua, descançava meditando. No silencio vasto da viella, ignorando o que em volta se passava, causava um singular effeito de melancolia aquella figura. ¡Quem podesse adivinhar o que ia de saudades n'aquella alma!...

O moço parou, contemplou cheio de commoção o espectáculo singular que o acaso lhe deparava, e calado seguiu o seu caminho. Nunca mais viu o grande velho (2).

*

Em Setembro do mesmo anno escrevia o snr. José Feliciano de Castilho, do Rio de Janeiro para Lisboa, a um de seus sobrinhos, o seguinte, que bem revela os angustiosos cuidados do mais carinhoso dos irmãos:

... «Dize tu cá agora, J.... Não conviria mandares teu Pae passar comigo seis mezes? Todos me dizem, e elle repete, que de nada se occupa, que anda misanthropo, que não exprime desejo de coisa alguma, que passa a vida na cama, ou sentado; e quem não anda, desanda; que parece descahido de toda a especie de forças; que não faz exercicio, nem come, nem fala. Não gosto nada d'esse estado em taes edades; é preciso um tonico. Todas as semanas, d'ahi veem vapores com passageiros conhecidos; venha elle com um, que se incumba de o apaparicar e entregar-m'o. Esta terra é magnifica para velhos; em a castanha ficando pilada, é eterna. Se te parecer acompanha-o. Se porem vires que

---

(1) Á quinta da Costa, a diante de Carnide.

(2) Isto me contou o proprio snr. Henrique das Neves, na noite de 5 de Janeiro de 1901, na casa da minha residencia no Lumiar. — *J. de C.*

elle não concorda na viagem para cá, mas que lhe faria bem outra digressão pela Europa, avisa, e eu largarei tudo, e irei leval-o aonde elle gostar».....

*

Faziamos o que era possivel. Tenho apontamento de que, apesar da sua repugnancia á locomoção, sempre Castilho passou umas semanas muito descançadas e apraziveis com um filho na dita quinta da Costa (conhecida tambem como quinta do Ignacio Candido), na estrada que leva a Santo Eloy. É uma casa enorme, lavada de ar, com uma cêrca vasta communicando com a serra da Paian. Ignacio Candido, despachante da Alfandega, morador na rua do Arco, ao Pombal (segundo o antigo Almanack), homem abastado, tinha sido dono, e creio que autor, d'esta bella propriedade desde os principios do século XIX.

Castilho pouco melhorou do estado geral, mas tomou musgo amargo, bom leite, e em todo o caso mais alimento do que em Lisboa.

*

Na noite de 13 de Outubro, achando-se no theatro do Gymnasio, recebeu, por intermedio de um illustre filho do Imperio do Brazil, uma carta autógrapha de Sua Majestade o Imperador. Essa pessoa tinha ido á rua do Sol; e sabendo que o Poeta se achava no Gymnasio, lá o foi procurar.

A carta Imperial é esta:

«Snr. Visconde.

«Como lhe sou grato pela dedicatoria da sua traducção do *Mysanthropo!* E mais um serviço assignalado, que lhe devem as boas lettras portuguezas. Preferira que nada houvesse alterado do original; mas comprehendo qual foi seu pensamento, e espero que ache actores condignos. Nunca me esquecerei de Taborda no *Medico á força.*

«A leitura de sua traducção feita em publico por diversas pessoas, segundo organisou um irmão como os ha poucos, foi justamente applaudida, e as horas voaram para todos. Succedeu até, para maior triumpho do eximio litterato e amigo, que assim o considero, achar-se aqui Salvini, que trouxe a todos suspensos de sua declamação dos *Ciumes do bardo,* vertidos na lingua do Tasso como se fosse o original.

Quanto sinto não poder abraçal-o depois de tamanho esplendor do seu genio poetico!

«Continue a nacionalisar Molière; associe tambem seu nome ao de Shakespeare, e lembre-se logo da estima affectuosa que lhe consagro.

«Quando poderei ler a *Castro* de seu filho Julio? Como vai a sua Antigone? O portador d'esta, que muito lhe recommendo, ha-de dar-me muitas noticias suas. É o D.^{or} Filippe Lopes Netto. Foi já Deputado, e representou o Brazil na Bolivia. Gosta muito de viajar, procurando sempre estabelecer as melhores relações entre sua patria e o estrangeiro. Mostra-me constantemente sua affeição, e creio que lhe agradará seu trato. É pernambucano. Não sei se seu espirito o levará a enthusiasmar-se pela poesia; mas é muito intelligente, e amigo do progresso. Minhas occupações não permittem que lhe escreva quanto deseja o seu confrade afeiçoado. — Rio, 21 de Setembro de 1874. — *Pedro d'Alcantara*».

A resposta foi assim:

«Senhor, e gloriosissimo Confrade.

«A carta com que Vossa Majestade novamente me Honrou, veio crear-me animo e forças, segundo espero, para novas tentativas poeticas. Do que eu por ventura produzir d'aqui ávante, confessar-me-hei devedor, sobretudo, á generosa benevolencia de Vossa Majestade.

«Entre os muitos favores que Vossa Majestade Se Tem dignado de dispensar-me ha tantos annos, conto como um dos mais valiosos a Sua Presença, e a de Sua Majestade A Imperatriz, na leitura da minha versão do *Mysanthropo* de Molière, leitura que, segundo o voto de Vossa Majestade, e o da imprensa brazileira, correu de um modo inexcedivel, graças ao talento dos leitores, e ás affêctuosas diligencias de meu irmão. Lamento do fundo da alma não ter podido ouvir a primorosa recitação do meu poemeto *Os ciumes do bardo* pelo insigne Salvini. As palavras de Vossa Majestade a esse respeito corôam o grande actor, não menos que o auctor.

«Beijo as mãos a Vossa Majestade por me ter feito, pelo intermedio honrosissimo de uma tal carta sua, travar conhecimento com o distincto Pernambucano, o D.^{or} Filippe Lopes Netto. É em tudo merecedor (segundo tive gosto em observar) do alto favor de Vossa Majestade.

«Novo e mais entranhado agradecimento devo ainda a

Vossa Majestade, pelo que espero venha a produzir de brio e posses em meu filho Julio o que Vossa Majestade Se Digna dizer-me ácerca da sua *Ignez de Castro*. Elle tenciona, apenas receba de París esta obra impressa, aproveitar-se da licença que Vossa Majestade lhe concedeu, e enviar-lhe um dos primeiros exemplares.

«Por meu filho, por meu irmão José Feliciano de Castilho, e por mim, beijo pois as mãos de Vossa Majestade.

«Arranco-me ao honroso prazer de demorar por mais tempo a attenção de Vossa Majestade, que de todes os lados, e á porfia, lh'a estão chamando para si as lettras, as artes, as sciencias, e os incessantes cuidados de tão vasto e feliz Imperio.

«Tenho a honra de me assignar, etç.».

*

Em 20 e tantos d'este mesmo Outubro de 74, partia Augusto de Castilho outra vez pava a sua querida Africa, tendo estado em Lisboa apenas o tempo que mencionei.

*

As sabichonas subiram à scena, pela primeira vez, sabbado 14 de Novembro no theatro de D. María II em beneficio da talentosa actriz D. Carolina Falco. Continuaram muito tempo em scena, mas nada mais posso dizer, porque não as cheguei a ver, e aborreço a comedia.

*

Como ficou dito a cima, acabára Castilho a 10 de Maio o *Sonho de uma noite de S. João,* sua derradeira obra poetica. Revisão, cópias, negociações com a casa Chardron, do Porto, levaram até Outubro. Por Novembro começaria na imprensa da rua da Picaria n.^{os} 50 a 54 a impressão. Sahiram ainda em 1874 7 folhas, ou 112 paginas, e já em 1875 as restantes 8. Com effeito, já em 19 de Março d'este anno o *Jornal da noite* annuncia em termos benevolos e cortezes a apparição do livrinho.

XXI

Decadencia de Castilho. — Palavras de Bulhão Pato.

Em 1875 o estado do Poeta era pessimo. Cançava muito, custava-lhe a andar, e quem o levava pelo braço sentia-lhe o pêzo, e percebia o exfôrço que fazia para se arrastar. Ainda assim, quem o via sentado e conversando, não ajuizava a gravidade e imminencia do mal. Mettia-se na cama, que tinha sido collocada na livraria. levantava-se tarde, e depois do banho tornava a deitar-se, recebendo ali mesmo as visitas. Castilho já não era Castilho.

Em 24 de Janeiro respondia elle a um filho que o convidára a jantar:

«Falta-me o ânimo para me vestir e ir arrostar com a carranca do tempo á hora do jantar; á noite irei, se não chover.»

Tudo denotava decadencia extraordinária no physico, e até no moral.

*

Vamos a diante.

Continuava Castilho nas suas fainas; já muito alquebrado de corpo e de espirito, sim, mas trabalhando.

Bulhão Pato no seu sentidissimo livro *Sob os ciprestes* recorda fielmente, e cheio de saudades, muitas circumstancias hoje preciosas; e diz:

«Nos ultimos annos da sua vida é que principiei a notar-lhe grande differença. Era preciso provocal-o para falar. Ás vezes um suspiro, como um anhélito doloroso, que não podia reprimir, cortava-se-lhe nos labios; mas quando lhe perguntavam o que tinha, respondia sempre:

— «Nada; estou bom.

«A inflexão da voz e a physionomia desmentiam as palavras.

«Depois da morte da Viscondessa, sua mulher, o poeta foi morar para a rua do Sol. N'um vasto quarto da casa, contíguo á sala, cercado com as enormes estantes da sua magnifica livraria, quiz que armassem o leito. ¿Pressentia a morte, e desejava acabar ao pé dos amigos mais sinceros que tinha tido no mundo? é possivel.

«Começou a traduzir o *D. Quichote* com ardor infatigavel.

«Uma tarde — continua Bulhão Pato — fui visital-o. Tinha trabalhado seis horas, sem haver tomado outro alimento além

de uma pilula de carne crua durante todo o dia. Ralhei com elle; respondeu-me:

— «É preciso andar de pressa.

«E soltou um d'aquelles suspiros amargos, que havia tempo lhe fugiam do peito. A allusão á vida que sentia acabar, era clara. Procurei distrahil-o; animou-se, e passámos a noite, com mais alguns amigos que vieram, em agradavel conversação. D'ali a poucos dias cahiu no leito, para não mais se levantar.» .....

*

Como acabamos de ouvir a Bulhão Pato, o que então entretinha e desvelava Castilho era a traducção da obra-prima de Cervantes.

Levantava-se, e depois do seu sóbrio almôço de uma chicara de café com leite e duas torradas, ou umas pilulas de carne crua, sentava-se n'uma poltrona, com as pernas cobertas de uma manta, e o seu gôrro de velludo azul na cabeça, acendia um charuto, e com o gato fiel no collo começava a ditar ao secretario.

Desapparecêra o trabalhador infatigavel, que em quanto compunha passeava de lado a lado; desapparecêra o pedagógo innovador, o fogoso polemista. Já lá iam sumidos no occaso os laboriosos serões da *Revista Universal* e do *Agricultor michaelense*. O quebrantamento das posses intellectuaes revelava-se claro na diminuição das fôrças physicas. Conversava menos, e não ria.

¡Espectaculo triste! Mas aquelle velho solitario agarrava-se ainda, quanto podia, á apagada imagem do trabalho, que lhe recordava, nos dias semi-pasmados da sua decadencia senil, as grandes e uteis tarefas da sua virilidade.

Se apparecia alguem, era sempre recebido com amizade. Á noite queria muitas vezes ficar só, ou deitado sôbre a cama, ou passeando na livraria ou no salão.

Algumas noites sahia com o criado, ou com a filha, ou para minha casa, ou para a da excellente familia Silva Tullio, que o adorava, ou para a do Visconde de Ouguella, que então vivia no palacio Asseca, aos Mariannos.

O Visconde de Ouguella muita vez me recordou com certa ufania, que o Poeta se achava muito á vontade n'aquelle lar. A senhora Viscondessa era amabilissima, como todos se recordam; e o Visconde, conversador cheio de estro, tornava-se o melhor dos companheiros.

(Continúa). JULIO DE CASTILHO.

LISTA DAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS RECEBIDAS PELO INSTITUTO

REVISTAS ESTRANGEIRAS

Analecta Rollandiana, Bruxelles.
Revue du Travail, publiée par l'Office du Travail de Belgique, Bruxelles.
Revue de l'Université de Bruxelles, Bruxelles.
Boletin de la Real Academia de la Historia, Madrid.
Boletin de la Institución libre de Enseñanza, Madrid.
La Ciencia Tomista, Madrid.
La Escuela Moderna y Suplemento, Madrid.
Razon y Fe, Madrid.
Revista de Obras Publicas, Madrid.
Revista de la Sociedad Matemática Española, Madrid.
Union Ibero-Amaricana, Madrid.
Gaceta Medica del Sul de España, Granada.
Revista Jûridica de Cataluña, Barcelona.
Bulleti del Centre Excumonista de Catalunya, Barcelona.
Revista de la Sociedad de Estudios Almerienses, Almeria.
Boletin de la Comission Provincial de monumentos históricos y artisticos de Orense, Orense.
Boletin del Centro Excursionista de Zamora, Zamora.
Revue des Deux-Mondes, Paris.
Études des Pères de la C. de Jésus, Paris.
The Geographical Journal, London.
Archsvum Franciscanum Historicum, Quaraechi presso, Firenze.
Alti della Reale Accademia di Lincei, Roma.
Rivista Internazional di Scienze sociali e discipline ausiliare, Roma.
Buletinul Societátji Române de Stiinte Bucuresti.
Anales de la Sociedad Cientifica Argentina, Buenos Ayres.
El Manila de la Educacion Común, Buenos Ayres.
Anales del Museo Racional de Montevideo, Montevideo.
Infancia, Montevideo.
El Nuevo Heraldo, Durazno, Uruguay.
Anales de la Universidad Central del Ecuador, Quilo.
Revista del Ministério de Obras Publicas de Colombia, Bogotá.
Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles.

REVISTAS NACIONAIS

Anais da Academia de Estudos Livres.
Anais do Club Militar Naval.
Anais scientíficos da Academia Politécnica do Pôrto.
Arquivos do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.
Arquivos de História de Medicina Portuguesa.
Arquivos de Higiene e Patologia Exoticas.
Arquivos do Instituto de Medicina Legal de Lisboa.
Boletim da segunda classe da Academia das Sciencias de Lisboa.
Boletim da Associação Central de Agricultura Portuguesa.
Boletim da Direcção Geral de Agricultura.
Boletim de Agricultura da Província de Angola.
Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses.
Boletim da Associação dos Médicos do Norte de Portugal.
Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.
Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal.
Boletim do Trabalho Industrial.
Boletim da União dos Atiradores Civis Portugueses.
Diónisos, revista de filosofia, sciência e arte.
Educação, revista de pedagogia.
Boletim do Grupo «Studium» da Figueira da Foz.
Gazeta das Aldeias.
Gazeta dos Hospitais do Porto.
Jornal dos médicos e farmacêuticos portugueses.
Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana.
Jornal da Sociedade das Sciências Médicas de Lisboa.
Liga Naval Portuguesa, Boletim marítimo.
Limiana, revista literária ponteli-mense.
A Medicina Contemporânea.
Movimento Médico.
O Oriente Portugues.
Revista Aeronautica, órgão do Aero-Club de Portugal.
Revista de Química pura e apli-cada.
Revista de Engenharia militar.
Revista de Guimarães.
Revista de Infantaria.
Revista de Legislação e de Juris-prudência.
Revista de Medicina Vetirinária.
Revista Militar.
Revista de Obras Publicas e Mi-nas.
Revista da Universidade do Coim-bra.
O Rosário, revista mensal ilus-trada.
Tuberculose, Boletim da Assistên-cia Nacional aos tuberculosos.
A Tutoria, revista mensal defen-sora da infância.

L'Illustration, Paris.
A Illustração Portuguesa.
O Ocidente.

JORNAIS

La Epoca.
El Liberal.
Le Matin.
Le Temps.
Diário de Notícias.
O Intransigente.
A Lucta.
Mala da Europa.
O Mundo.
O Primeiro de Janeiro.
A República.
O Século.
Gazeta de Coimbra.
A Província.
O Combate, Guarda.
Comercio de Penafiel.
Correio da Beira, Viseu.
Correio Elvense.
Gazeta da Figueira.
Jornal de Santo Tirso.
O Valenciano.
A Folha, Ponta Delgada.
A Voz da Africa, Lisboa.
Boletim Oficial de Cabo Verde.
Boletim Oficial de Angola.
Boletim da Companhia do Niassa.
Boletim Oficial da India Portu-guesa.
O Heraldo, Nova Goa.
Notícias, Margão.
O Ultramar, Margão.
Boletim Oficial de Macau.
O Patriota, órgão mensal da So-ciété Académique Portugaise, Lausane, Suissa.
Portugal Moderno, Rio de Janeiro.
O Independente, New-Bedford, Mass., E. U. América.
O Arauto, The portuguese paper of America.
Oakland, Califórnia.
A União Portuguesa.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COÍMBRA

Volume 60.º
N.º 12

1913
Dezembro

COÍMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1913

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida.
Dr. Álvaro José da Silva Basto.
Dr. José Alberto dos Reis, secretário.
Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor.
B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

INDEX

Artes industriais e indústrias portuguesas — I. *Ourivesaria,* por Sousa Viterbo 609
Memórias de Castilho, por Julio de Castilho 614
Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, por Francisco Manuel Alves 629
Bibliografia, por Fortunato de Almeida 650
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 653

ARTES INDUSTRIAIS E INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

I

OURIVESARIA

(Cont. do n.º 11, pag. 576)

CLXXIII

THEMER (FILIPE)

Francês, ourives de ouro que no dia 1 de outubro de 1549 compareceu no Tribunal do Santo Ofício a pedir perdão por ter comido carne a convite de Estêvam, lapidário, que estava prêso. Declarou que trabalhava em casa de Tilmão Pais, ourives, na Rua Nova de El-Rei. Abjurou em 30 de outubro (1).

CLXXIV

VALEJO (FRANCISCO)

Fez a cruz do palàcio ducal de Villa Viçosa. Ha um filho chamado Pedro Vàlejo.

CLXXV

VALHADOLID (JOÃO DE)

Numa quitação de 1520 ao comendador Afonso Patino, contador que foi da casa da rainha princesa, de todo o di-

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 183.

nheiro e cousas que recebeu em Medina del Campo, há a seguinte verba:

«E quatorze mil oytocentos e setenta rs de hũua fonte de prata que comprou por mandado da dita senhora Rainha princesa a Johão de Valhadolli, prateiro, que pesou cinquo marcos, toda dourada dobra» (1).

CLXXVI

VASQUES (RUI)

Era ourives em Lisboa, e D. Afonso V deu privilégio a um homem que lhe aproveitasse e feitorisasse os bens que tinha no lugar de Arentela, termo de Almada.

«Dom A.º etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Ruy Uaasquez, ouriuez, morador em a nossa muy nobre e muy leal cidade de Lixboa, teemos por bem e queremos que hũu homem que lhe teuer carrego dadubar e aproueitar em seu lugar dArrantella, termo dAlmadãa seja escusado de pagar em nenhũas peitas... Dada em Euora biij dias de dezembro de 1442» (2).

CLXXVII

VAZ (AFONSO)

Ourives, a quem foi passada a seguinte carta:

«It carta de legilação dAfonso Vaaz, ouriuez, morador em a cidade do Porto, filho de Vasque Eanes abade de Sant Adriãa de Canas, do bispado do Porto e de mulher solteira, ao tempo de sua nacença. Dada em Lisboa a xxi de julho de 1455» (3).

CLXXVIII

VAZ (DIOGO)

Ourives. Tio de Afonso Gonçalves. Vide este nome.

---

(1) Torre do Tombo — *Misticos*, liv. 6, fl. 168 v.
(2) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 47 v.
(3) Ibidem, liv. 15, fl. 64.

CLXXIX

VAZ (DIOGO)

Era ourives da prata, a quem D. Filipe I, em 1594, fez merçê de vinte mil réis de tença, que vagaram por morte de Maria Fernandes, de quem ficou testamenteiro, para cumprimento dos seus legados. Tendo, porem, ele falecido do mal de peste, depois de cumprir esses legados, e sem ter tempo para fazer testamento, Filipe II, em carta de 2 de setembro de 1616, fez merçê da dita tença a Francisca de Gouveia, sua filha.

«Dom Fillipe etc. faso a saber aos que esta minha carta virem que auẽdo respeto a ellRei meu senhor pai que samta glloria aja fazer merce em junho de nouemta e coatro a Deogo Uas, que foi ouriues da prata, de vimte mil rs de temça que vagaram por fallesimento de Maria Fernandez, que o deixou por seu erdeiro, para despeza dos llegados e descargo da alma da dita Maria Fernandez te serem compridos e que depois disso viesse a duas filhas do dito Deogo Uas que elle nomeasse para os auerem em suas vidas des mil rs a cada uma do dia em que se acabasse de cumprir os legados da dita Maria Fernandez em diante e custar por sertidam do prouedor dos rezidos desta sidade, feita em maio do ano de nouemta e sseis que o dito Deogo Uas comprio os llegados e embargos do testamento da dita Maria Fernandez, e por justificassam do doutor Luis Pereira custar que falleseo do mal de peste de que Deos nos liure na caza da saude desta sidade ssem fazer testamento nem nomear os ditos vimte mil rs de temssa, e lhe não ficar outro filho nem filha mais que Francisca de Gouea sua filha e erdeira, ei por bem de fazer mersse a dita Framcisca de Gouea que aja efeto nella a merse dos ditos vimte mil rs de temsa... Pero Cardozo a fez em Lixboa a dous de ssetembro do ano de mil e sseis semtos e dezaseis. Sebastiam Perestrello o fis escreuer» (1).

CLXXX

VAZ (FILIPE)

Ourives da prata. Vide *Denúncias à Inquisição* (2).

---

(1) Chancelaria de D. Filipe II, *Doações*, liv. 41, fl. 80.
(2) *Archivo Historico Portuguez*, vól. VI, pag. 179.

*

CLXXXI

VAZ (JOÃO)

Ourives, existente em Lisboa em 1473, no reinado de D. Afonso V. Vide *Afonso (Diogo)*.

CLXXXII

VAZ (JORGE)

Ourives da prata. No dia 13 de dezembro de 1546 denunciou Alonso Martins, ourives de ouro, castelhano, por ele gracejar da nossa religião (1).

CLXXXIII

VAZ (RUI)

Ourives de D. Afonso V. Sucedeu-lhe, por sua morte, Vasco Gonçalves. Vide êste nome.

CLXXXIV

Residia em Guimarães um ourives judeu, cujo nome se ignora, e Afonso Rodrigues, escudeiro de Rui da Cunha, procurador da mesma vila, lhe mandou fazer certa obra de prata. Tendo-se, porêm, aquele recusado a isso, ameaçou-o e, intervindo o juiz, foi degradado para Ceuta, mas perdoado por carta de 8 de dezembro de 1442.

«Dom Afonso etc. A vos juizes de Guimaraães e a todollos outros juizes, justiças dos nossos regnos, a que esta carta for mostrada, saude, sabede que a nos foy mostrada hũa carta que nos vos e os oficiaaes

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI. pag. 180.
Todas estas notas relativas ao Tribunal do Santo Oficio foram extraídas do estudo do sr. dr. António Baião, *A Inquisição em Portugal e no Brazil*, publicado no *Archivo Histórico*.

dese concelho enuyastes em que nos faziees saber que Afonso Roiz, scudeiro de Ruy da Cunha, p.or desa meesma, mãdara fazer a hũu judeu, ouriuez, morador em essa villa, obra (?) de prata que lhe fazia mester, scusandose o dito judeu de lha fazer dizẽdo que tynha obras dalgũus poderosos, e que o dito Afonso Roĩz lhe disera que lha fizese logo senom que lho pagarya e que o dito judeu temẽdose delle mandara chamar Lopo de Crasto, juiz em esa meesma, o qual veera logo e disera ao dito Afonso Roĩz que nom fezesse mal ao dito judeu e que o segurase e que el com nenẽcorea ou por nom conhecer o dito juiz lhe disera algũuas razoẽs, das quaes ao dito Lopo de Crasto nom prouuerã e o degredara pera Cepta por dez annos, asynandolhe certo termo a que fosse mãteer o dito degredo e que logo a cabo de dias o dito Afonso Roĩz se conhecera que disera mal no que disera ao dito Lopo de Crasto e lhe pidira perdam e eram amigos e que lhe nom fora desobidiente saluo pello nom conhecer por juiz e que era homem de boas condições e mansso sem seer leuantado darroydos, e que nos pidiees de mercee que lhe leuantassemos o dito degredo, segundo que todo esto em a dita carta mais conpridamente era contheudo, e vista per nos, se outro arroydo se nom recreceo, saluo de pallauras, teemos por bem e leuantamoslhe o dito degredo e mãdamos que o leixees viuer em essa villa ou honde elle quiser e lhe nom façaaes nem consintaaes fazer outro algũu desaguisado quanto he por el nom mãteer o dito degredo; unde al nom façades. Dada em Santarem biij de dezembro — elRei o mãdou per o doutor Ruy Gomez dAluarẽga e per Luis Mĩz seos vasallos e do seu desẽbargo e pitiçoẽs. Afonso Trigo a fez ano de iiij^{c}Rij» (1).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, fl. 40.

MEMÓRIAS DE CASTILHO

LIVRO XI

e ultimo

1871-1875

(Cont. do n.º 11, pag. 608)

XXII

Derradeiros dias. — A grande doença. — O final.

Na noite de 26 de Maio d'este anno de 1875, ainda Castilho esteve, segundo parece, em casa de Ouguella. Recolheu-se sem notavel alteração, mas exhausto de fôrças.

Na manhan de 27 levantou-se, e trabalhou no *D. Quichote,* ficando no capitulo XXXV, e ditando (ultimas que ditou em toda a sua vida) estas palavras:

FICOU DORMINDO COM MOSTRAS DE GRANDISSIMO CANÇASSO...

Parou, nada mais fez, e não sahiu á noite. Começára uma difficuldade singular na respiração; mas dizia elle a minha irman:

— Não é nada; isto passa.

No dia 28 já se não poude levantar; sentia um pêzo descostumado em todo o organismo, e grande difficuldade em respirar; falava pouco, e como que desejava dormir.

Fui avisado por minha irman Ida e meu irmão Eugenio, unicos que moravam em casa, de que sobreviéra uma novidade qualquer. Appareci logo. Chamado a toda a pressa o D.^{or} Valente, nosso médico habitual, disse que lhe parecia grave o estado do Poeta. A lesão cardíaca via-se complicada com pneumonia.

Começou a luta.

*

Vinha o bom D.or Valente duas vezes por dia, pois conhecia melhor que nós a tremenda responsabilidade que o acabrunhava. A familia toda, os amigos intimos, os adherentes, reuniram-se na rua do Sol. Lugubre sessão permanente.

Em 30 o médico pediu Junta, que se reuniu n'essa mesma noite.

E dizia o *Diario de Noticias* de 1 de Junho:

«Damos uma triste nova ao publico. Está doente com uma pnemonia o illustre poeta o snr. Visconde de Castilho, o fiel interprete de Ovidio e Virgilio, o nacionalisador de Molière, o vulgarisador de Goethe. Hontem fez-se-lhe junta, não porque seja desesperado, mas porque dá cuidado aos seus intimos, o estado do venerando enfermo. Assistiram á conferencia os snrs. A. Valente, May Figueira, e Sousa Martins. Nós que o amámos sempre e venerámos, fazemos os mais ardentes votos para que Deus conserve a vida d'este mestre de todos os que lêem e estudam portuguez».

A Junta, composta de sumidades, como se está vendo, procedeu conscienciosamente ao exame do enfêrmo, auscultou-o, conferenciou; via-se no rosto dos tres clínicos a mais sincera commoção.

Quando sahiam, o criado apresentou-lhes, já na escada, uma bandeja, onde se continham embrulhadas em papejs 3 libras em oiro. Recusaram. Sousa Martins acrescentou, repellindo a bandeja com amigavel aspereza:

— Não. Um homem d'estes não se trata por dinheiro; trata-se com o coração.

Em 3 dizia outra vez o *Diario de Noticias* por bôcca do fiel Eduardo Coelho:

«Continua a inspirar bastantes cuidados o estado do venerando Visconde de Castilho. A noite anterior o enfermo estivera mais alliviado, mas infelizmente hontem o padecimento aggravou-se».

Os amigos corriam sem cessar á rua do Sol; pelas portas abertas de par em par entravam e sahiam conhecidos e des-

conhecidos. A noticia tinha alastrado; chegavam cartas e telegrammas; pessoas, que pela distancia não podiam, ou não se atreviam por melindre, a apparecer, escreviam ou telegraphavam a intimos.

E de Camillo Castello Branco a seguinte carta a D. Antonio da Costa:

«Meu Ex.mo Am.º e Snr. D. Antonio da Costa.

«Depois da carta de V. E. foi d'ahi expedido para o *Commercio do Porto,* ás 8 da tarde, um telegramma que dava o nosso amigo peorando. Eu por mim perdi a esperança. Esta noite, apesar de febril, e estorcendo-me com as dores que V. E. conhece, pedi a *Chave do enigma,* e, lendo algumas paginas, parecia ouvir a ultima lição do mestre em vida. Lá se vai tudo, meu amigo! Poucos restam dos que conheci, admirei, e amei. Ha um anno que eu notei a abrupta decadencia physica do Castilho. Revia nas cartas o desalento. Andavam ali sombras de morte. A 15 do mez passado me disse que se sentia muito fraco, sem apetite, e triste; mas não se queixava de dores. Eu imaginava que o nosso querido amigo havia de morrer serenamente, bruxuleando até se apagar, mas luzindo sempre. Enganei-me quanto ás agonias. As ancias do coração com as da pulmonite devem ser horriveis. Não espero que V. E. me dê boa nova. Sei quanto lhe seria aprazivel dar-m'a. V. E. era amado como um filho por aquella immensa alma, onde até cabiam os ingratos.

«Muito agradecido, meu caro D. Antonio, pela sua carta, e pelo telegramma.

«De V. E. amigo muito obrigado. — Coimbra, 3 de Junho de 1875. — *C. Castello B.co*».

Em 4 tornava o *Diario:*

«O snr. Visconde de Castilho, que estivera delirante desde a 1h 1/2 da tarde de hontem até ás 3h, começou a sentir d'ahi em diante ligeira melhora, que progredia ás 10h da noite, termo da nossa ultima informação».

Assustado com o que lia, escreveu n'essa mesma manhan Luiz Filippe Leite, dedicado auxiliar, discipulo, e amigo de Castilho, o seguinte bilhete para a rua do Sol:

«Meu Julio.

«Tem-me faltado o animo para ir ver o nosso querido

doente. E depois, deixar-me-hiam vel-o? Manda-nos uma palavra de esperança....

«Teu muito do coração.

«Junho 4 — 1875. — *Luiz Filippe Leite*».

Depois d'isto, appareceu muitas vezes até ao fim.

N'esse mesmo dia 4, em resposta a outro telegramma, telegraphava Camillo a Antonio Mesquitella:

«Ex.^mo Snr. D. Antonio da Costa de Sousa Macedo. — Lisboa. — Abri o despacho a tremer. Estou alegre, mas desconfiado. — *Camillo.*

«(De Coimbra em 4 de Junho, 3^h 5' da tarde)».

Não houve jornal em 5.

Em 6 diza o mesmo *Diario:*

«Durante o dia de hontem progrediram as melhoras do snr. Visconde de Castilho».

Em 6 tornava Camillo a escrever ao nosso Antonio:

«Meu presado amigo.

«O telegramma que V. E. não recebeu respondia ao tão satisfactorio segundo, que V. E. me transmittiu. Muito lhe agradeço a promptidão com que V. E. tem correspondido á minha anciedade. Infelizmente, em quanto V. E. me não disser que o nosso Castilho está sentado á sua banca de trabalho, recearei sempre que o vento da morte apague o nosso maior luzeiro d'este seculo.

«Forçado pelo augmento das minhas atrozes dores, e do abatimento que me agrilhôa á cama, parto para S. Miguel de Seide quarta feira proxima. Ser-me-hia dolorosa a entrada n'aquella casa, se Castilho houvesse morrido.

«V. E. vai ás Caldas de Vizella este anno? Lá nos encontrariamos. Oxalá porém que V. E. não tenha que obedecer á causa que o impulsou para lá nos annos anteriores. Se viver no proximo Outubro para aqui volto por causa dos meus pequenitos, a quem ando sacrificado desde que nasceram.

«Abraça-o o de V. E. muito grato amigo e obrigado.

«Coimbra, 6 de Junho de 1875. — *C. Castello B.co*».

*

Achavam-se em *villeggiatura* na bella quinta da Corujeira,

hóspedes do Conde do Casal Ribeiro, José Maria da Ponte Horta e Antonio da Silva Tullio. Lendo o *Diario de Noticias* exultaram de prazer, e expediram de lá todos tres este telegramma:

Em 6 de Junho de 1875.
Visconde de Castilho (Julio) — Rua Sol. — Lisboa.
Alegramo-nos com as melhoras; e continuam? Corujeira — Da parte Casal, Horta, Tullio.

A resposta foi:

Conde de Casal Ribeiro — Alemquer — Corujeira. — Proprio — Continua melhor devagarinho. Que alegrias! Beijo mãos senhoras. Abraço Conde, Tullio, Horta. — Julio.

Em 7 dizia o *Diario:*

«Continuavam hontem as melhoras do snr. Visconde de Castilho».

Enganados por esta miragem, entravam os amigos com grande alegria na rua do Sol. Entre outras encontro uma carta do eminente jurisconsulto e jurisperito D.or Antonio Gil, ornamento do fôro, e antigo condiscipulo de Castilho. Dizia elle cheio de affectuosa commoção:

«Meu querido Antonio Feliciano de Castilho.
«Lisboa, 7 de Junho de 1875.
«Não podes fazer ideia da grande consternação e desgosto em que tenho estado, desde que soube pela imprensa o grande perigo por que passaste, principalmente se a pneumonia era dupla. Não pude ir pessoalmente visitar-te, pelo estado em que me acho, e pela difficuldade que tenho em subir para qualquer trem, que não seja dos americanos fechados. Tendo pois lido com o maior interesse e anciedade o que quotidianamente diziam do teu estado os tres jornaes de que sou assignante, e vendo que te achás felizmente livre de perigo, vou-te dar os parabens, e mandar-te o bilhete incluso, entre tantos nomes illustres o de um teu amigo obscuro, que o tem sido ha mais de cincoenta annos, sem nunca deixar de o ser um só momento. Em todo o caso farei o possivel para ver se posso ir ter comtigo na convalescença, e agradecer-te

alem d'isso, entre tantos, o obsequio ultimo que me fizeste escrevendo ao Thomaz Ribeiro.

«Teu velho amigo do coração e obrigadissimo. — *Antonio Gil*».

Em 8 continuavam as illusões, e o *Diario de Noticias* registava:

«O snr. Visconde de Castilho entrou em via de restabelecimento».

A alegria era geral. Todos entravam e sahiam radiantes. Era um sol de primavera a repassar-nos.

Pedro Róxa, um dos melhores corações que ha no mundo, um dos enthusiastas do Methodo portuguez em 1854, escrevia:

«Meu caro Julio.

«Tenho partilhado a tua anciedade com a mais viva commoção.

«Todos nós fazemos votos ao ceo pelo restabelecimento de teu venerando Pae.

«Acredita-me teu gratissimo e fiel amigo. — Figueira, 8 de Junho de 1875. — *Pedro Róxa*».

Como era pleno verão, toda a gente se achava dispersa; choviam cartas e telegrammas.

Silva Tullio escrevia:

«Corujeira, Junho 8.

«Presadissimo collega.

«Salvo! que jubilo para nós e para tantos! Deus ouviu as nossas preces, quaes as merece o soberano da nossa litteratura, o rei da poesia nacional.

«Beije-o e adore-o da minha parte.

«Recebemos e festejámos o seu telegramma, que todos d'esta casa lhe agradecem pelo contentamento que nos deu.

«Ámanhan, quarta feira, vou a Lisboa, e lhe repetirei o parabem, e á minha excellente senhora..... a quem eu e a minha Anna muito nos recommendamos.

«Casal, Condessa, filha, J. Horta, felicitam a V. Todos aqui suspiram pelo restabelecimento de seu veneravel Pae; e os meus cuidados estão dissipados; agora começo a sentir que estes ares me fazem bem. Vou vel-os, e volto.

«Com todo o affecto, e a mais intima cordealidade — amigo do coração obrigadissimo. — *A. da Silva Tullio*».

Antonio d'Avila, depois Conde d'Avila, e Marquez d'Avila e de Bolama, escrevia:

«Meu querido Julio.

«Imagina a dolorosa impressão que eu senti ao ver nos jornaes, que me chegam com um atrazo de quatro dias, a noticia da doença de teu bom Pae; de então até hoje, em que dizem que está felizmente livre de perigo, o meu primeiro cuidado ao abrir as folhas foi procurar novas do illustre enfermo. Não tenho querido ir perturbar a tua dor, mas comprehendes que não podia agora conservar-me silencioso, quando sinto uma verdadeira alegria, por Elle, por ti, pela prima, e por nós todos. Excuso de accrescentar que faço fervorosos votos pelo prompto restabelecimento do snr. Visconde de Castilho.....

«Teu amigo de veras. — Garvão, S. Martinho de Amoreiras, 12 de Junho de 1875. — *Antonio d'Avila*».

Sim; a alegria era geral, e sincera. Tullio e Casal Ribeiro vieram logo a Lisboa, e appareceram com frequencia na rua do Sol.

E nós todos pensavamos nos nossos dois queridos ausentes, Augusto e Manuel, que no Ultramar, a esta hora nem suspeitavam a nossa felicidade.

*

De repente... tolda-se o tempo.

Em 10 publicava o *Diario de Noticias* este boletim:

«Exacerbou-se o padecimento do snr. Visconde de Castilho. Foi-lhe feita hontem ás 10 horas nova Junta».

Em 11.

«O venerando Visconde de Castilho passou muito mal a noite anterior; mas felizmente, desde a madrugada de hontem que se acha um pouco mais socegado, continuando no mesmo estado de fraqueza».

Em 12.

«Tem tido allivios na sua enfermidade o snr. Visconde de Castilho».

N'esse mesmo dia, impressionado pelas noticias da vespera, escrevia-me Camillo Castello Branco:

«S. Miguel de Seide, 12-6-1875.

«Ill.^mo Ex.^mo Snr. Visconde, e meu presado amigo.

«Só hoje respondo á carta de V. Ex.ª porque, desde que cheguei a S. Miguel de Seide, se aggravaram os meus achaques, a ponto de não sahir da cama, e com difficuldade erguer a cabeça. Veremos o que faz o tempo, sem o concurso dos medicos.

«Ainda bem que o coração me mentiu. Eu receei que V. Ex.ª ficasse sem o melhor dos paes, e eu sem o meu melhor amigo. Conheci quanto lhe queria, nesta crise. Pode ver-se impassivelmente morrer uma creatura que parecia atravessar já morta a vida. Ha uma gente que não morre: secca como as arvores bravias, sem terem dado sequer boleta para seu sustento; mas ver sumir-se, apagar-se um homem como o Pae de V. Ex.ª, que tinha vivido em tantos corações e intelligencias, não ha philosophia que o aceite com tanta resignação como a Religião prescreve. Eu penso muitas vezes no *cupio dissolvi;* não tenho pena de me ver morrer; mas o desapparecimento dos meus amigos leva-me a vida a pedaços, e cerra-me a escuridão em que me vejo.

«Graças a Deus que me sorri a esperança de ainda ser primeiro que seu Pae, snr. Visconde, o admittido ao grande mysterio da Eternidade.

«De V. Ex.ª consocio muito admirador e obrigado. — *Camillo Castello Branco*».

*

Bulhão Pato na sua já citada obra esculpiu estes paragraphos:

«Alguns dias antes da morte do Visconde de Castilho, entrei em sua casa, como entrava todas as noites desde que elle adoecera. Posto eu fallasse baixo, ouviu-me, e com a sua voz ainda sonora chamou-me para junto de si; em seguida perguntou-me:

— «Como vão os *Ciprestes?*

«Era este livro, que estava, em vida de Castilho, já quasi todo escripto. Respondi-lhe não sei o quê, e tive n'esse momento um abalo cruel.

«O poeta parecia n'aquella noite mais animado; estava

impaciente por se levantar, e proseguir na versão do *D. Quichote*.

«Na noite seguinte fui vel-o; achei-o muito abatido. Passada a meia noite entrou o D.r Valente. Castilho respondeu, como de costume, á pergunta do medico:

— «Estou melhor.

«O medico deu a um tempo duas respostas: com a bocca disse ao doente: «É verdade; está melhor»; com os olhos disse-nos a nós: «Está perdido.»

«O doutor sahiu. Eu fiquei á cabeceira do poeta, que dizia, como falando comsigo mesmo:

— «Que vida! que vida a do D.r Valente!... Desde pela manhan até á noite a subir e descer escadas! E para quê?...

«Depois de uma leve pausa, accrescentou com inflexão de desalento e de tristeza indescriptivel:

— «Para ver miserias!... para ver miserias!...

«Era o *nada* da vida, que se apresentava aos olhos desenganados do Visconde de Castilho, elle que tinha sido um sonhador nos dias brilhantes da mocidade, e até no entardecer da existencia? não sei; sei que me produziram singular effeito aquellas palavras, as ultimas que lhe ouvi. N'esse momento, tive a consciencia de que o via pela derradeira vez; contemplei-o com avida e amarga curiosidade.

«Estava deitado para o lado esquerdo. O perfil recortava-se sobre o travesseiro, como um alto relevo sobre o marmore; os olhos entrecerrados tinham a sua expressão habitual de enleio, de vago imaginar! as barbas longas e brancas confundiam-se com as dobras do lençol, que lhe deixava o hombro, e uma parte do peito, desafogados; a bocca expressiva, entreaberta para facilitar a respiração, cortada a espaços por um leve suspiro; o braço direito descahido; e a mão forte, poisada á beira do leito, apertava com certa contracção nervosa as pontas dos dedos de seu filho Julio.....

.....

«D'ali a pouco, a mão que se contrahia estreitando os dedos do filho, afrouxou; a respiração tornou-se mais franca, e o enfermo adormeceu.....

..... »

*

Em 13 tornava o *Diario:*

«O snr. Visconde de Castilho passou desassocegado durante a noite anterior; mas felizmente não se acha peior.»

N'esse mesmo dia escrevia-me o grande bibliógrapho Innocencio Francisco da Silva:

«Meu presadissimo am.º e confrade.

«Estava para cumprir o dever de agradecimento, em que V. E. de novo me constituiu com a obsequiosa e muito apreciavel offerta da sua *Ignez de Castro,* quando veiu contristar-nos a deploravel noticia da enfermid.ª de seu ex.mo pae, verdadeira calamidade publica, que nos ha trazido em continua anciedade a todos quantos prezâmos do coração uma existencia tão cara, e que devera ser eterna p.ª gloria das lettras nacionaes, e proveito dos q̃ as cultivam.

«Tenho sido informado das peripecias da molestia por um collega meu, que passando todos os dias de manhã pela rua do Sol, me traz novas do estado do illustre enfermo. Pelas ultimas vê-se que a situação continúa a mostrar-se duvidosa; e quanto a mim dirijo á Providencia os mais fervorosos votos, p.ª que a terminação da crise seja tal como a desejamos.

«Pela m.ª parte acho-me em tal estado que (é doloroso dizel-o) nem pude ainda ler o almejado livro. A terrivel amaurosis que ha quatro mezes me tomou o olho esquerdo (o direito já não me serve ha cinco ou seis annos) torna me de todo impossivel qualq.r leitura á noute, e de dia apenas leio com muito custo e grande difficuldade, sendo pouco o tempo p.ª preencher os encargos de obrigação quotidiana, e impreteriveis. Como a molestia é incuravel, passarei assim em forçada resignação os dias que ainda me restarem.

«Adeus meu bom am.º paciencia e conformidade, que é receita universal para todos os achaques.

«Sempre com cordialissima estima De V. E. am.º affect.º e servo obrig.mo — S. C., 13-6-75. — *Innocencio Fran.co da Silva.*

*

Em 14 escrevia o *Diario:*

«Dizia assim o boletim que hontem recebemos da illustre familia Castilho: O snr. Visconde de Castilho, passou a noite mal, não só por não poder conciliar nem por cinco minutos o somno, mas tambem porque esteve inquieto, e com faltas de ar. N'este momento, 2h da tarde, está socegado.»

Em 15:

«O snr. Visconde de Castilho não tem experimentado melhoras; as insomnias teem continuado.»

Mendes Leal, nosso Ministro em París, telegraphava de lá:

«Visconde de Castilho, Julio.
«16 Junho 75.
«Avec le plus vif interêt demande nouvelles du cher malade. — *Mendes Leal.*»

*

Succediam-se, a passos muito lentos, aquellas noites longas, longas, de que não posso lembrar-me sem terror. A anciedade de todos, a pontualidade no cumprimento fiel e quasi supersticioso das ordens do medico, os desânimos horrorosos, alternados com esperanças que se esvahiam como fumo, a presença de um grupo de fieis durante o serão, a solidão da alta-noite, o silencio gradual da rua, o alvorecer melancolico das lindas madrugadas do Junho lisboeta, o rodar soturno dos primeiros carros ao longe, os rostos compungidos dos amigos que entravam, os abraços que nos apertavam ao coração, as meias palavras abafadas de lagrimas... ¡oh! tudo isso é medonho de amargura; é um turbilhão desordenado que se me atropella na memória, e ainda hoje me confrange .....
.....

*

Na manhan de 16 annunciava o *Diario:*

«Hontem o estado geral do snr. Visconde de Castilho era o mesmo, conseguiu todavia o illustre enfêrmo dormir algumas horas durante a noite.»

N'essa tarde, ainda conversei com elle uns minutos, e parecia interessar-se no que ouvia. Para o alegrar, contei-lhe um trocadilho que tinha lido não sei já onde:

— Depuis quand l'empereur Napoléon III a-t-il perdu la faculté de mordre?
— Depuis qu'il a perdu Sédan (ses dents).
Riu-se. Foi a última vez.

*

Ao cahir da tarde foi acomettido de um insulto de apople-

xia, que se manifestou n'um somno comatoso. O D.or Valente receitou caféina, e não sei que mais.

Na noite velha, pareceu o enfêrmo acordar parcialmente do seu torpôr; e em quanto várias pessoas (que elle não via) velavam junto ao leito, ouvimol-o, cahindo todos de joelhos, recitar quasi distintamente, em voz cava e intercortada, o Padre-Nosso e a Ave-Maria.....

Depois calou-se, e nunca mais acordou do letargo.

Em 17 dizia o *Diario:*

«Era gravissimo hontem, á última hora, o estado do venerando Visconde de Castilho.»

*

Outro pormenor interessantissimo:

O snr. Gomes Leal, poeta novo, e da escola antagónica á de Castilho, é um bello caracter; e, apesar de militar em campo afastado do nosso, acata o merecimento onde quer que esteja.

Meado Junho de 1872, á noite, n'uma sala da Academia Real das Sciencias, encontrou-se com Castilho; sollicitou do D.or Thomaz de Carvalho a honra da apresentação, e travou relações com o cego Poeta. Este acolheu muito bem o seu juvenil confrade, e quiz ouvil-o recitar. Gomes Leal recitou um soneto, do qual Castilho pediu cópia. Em carta de 19 o moço remettia-lhe o soneto. Possuo essa carta, d'onde extrahi os pormenores supra.

Passaram tres annos. Em Junho de 1875 jazia agonisante no seu leito de dôr o cantor da *Primavera,* o operario do *Methodo portuguez.* Na noite de 17 para 18, pelas 3 horas da madrugada, viram as pessoas que velavam no salão grande junto á livraria, entrar devagarinho, com ar de muito interesse, o snr. Gomes Leal, que muitas outras vezes ali tinha ido informar-se. Pediu noticias do doente, pois constava pela cidade achar-se em perigosissimo estado; deram-se-lhe. Pediu tambem licença para o ver.

Fui logo introduzido cautelosamente, e pé ante pé, junto ao leito do doente, que aliás nem lhe percebeu a presença. Commoveu a todos o ar affectuoso, com que o mancebo prestou esta singela homenagem de respeito áquelle ancião moribundo.

Gomes Leal honrou o Mestre, e honrou ainda mais o nobre caracter que o distingue.

*

Em 18 dizia o *Diario:*

«As 11h da noite de hontem o snr. Visconde de Castilho achava-se em estado comatoso. Ao meio dia tinha recebido a Extrema-Uncção. Numerosas pessoas tinham ido saber do estado do illustre poeta.»

Pelas 2h e um quarto da tarde do dia 18 de Junho de 1875, restituia a sua bella alma ao Criador.

.....

Achavam-se então na camara de Castilho, que era, segundo já indiquei, a sua livraria, D. Antonio da Costa, Manuel Pinheiro Chagas, além de toda a familia mais íntima.

Minutos depois, entravam varias outras pessoas; entre ellas o venerando Conselheiro Antonio Dias de Oliveira, que penetrou ancioso e cheio de cuidado.

—¿Como está o nosso querido doente? ¡Quanto desejo vel-o melhor! é meu verdadeiro amigo.

—Foi, diga V. E.—respondeu um filho de Castilho, abraçando em lagrimas o antigo amigo de seu Pae.

—¿Foi?—repetiu Oliveira—¡Meu Deus! ¡que tristeza!

E cahiu aniquilado para cima de uma cadeira, a chorar como uma criança.

.....

E ainda em 20 o nosso Thomaz Ribeiro, então em Parada de Gonta, éscrevia:

«Meu querido Julio.

«Os jornaes, e uma carta do D. Antonio deixam-me ás aranhas a respeito do teu querido Pae, e meu mestre e amigo. Se podes, tira-me d'esta incerteza, e dá-me pelo correio de S. Miguel do Outeiro, noticias d'Elle. Duas palavras só, e ser-te-ha por ellas muito grato o Teu do coração amigo —T. C., 20 de Junho de 1875.—*Thomaz Ribeiro.*

*

Se na confusão horrorosa, em que todas estas scenas lugubres se me apresentam no espirito, me é possivel coorde-

nar mais alguns factos, graças ás cartas recebidas, e aos apontamentos para mim tomados por mãos piedosas e dedicadas, direi mais alguma coisa.

*

Reclamaram para si a triste honra de amortalhar o corpo do Poeta tres amigos: José de Aboim, sobrinho por affinidade, Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro, e D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo.

*

Na manhan de 19, o excellente coração de Verissimo, dono da grande loja da rua do Loreto, conhecida pela casa *dos Verissimos,* e um dos mais dedicados amigos do Poeta, enviava-nos estes obrigantes offerecimentos:

«Ill.ma e Ex.ma Familia Castilho.

«Alquebrado na materia, perturbado no espirito, ignorando se tem jazigo proprio, offereço a humilde choça que possuo no cemiterio, para, na falta de logar mais digno, ser depositado o cadaver do meu verissimo amigo, o Ex.mo S.nr Antonio Feliciano de Castilho, Visconde de Castilho. Se fôr possivel, ou podér prestar algum outro serviço, espera ordem o amigo verissimo. — Lisboa, rua dos Poyaes de S. Bento, 46, 19 Junho 75 ás 7 3/4 da manhan. — *Verissimo José Baptista.*»

*

Do seu paço das Necessidades algumas vezes mandou Sua Majestade el-Rei o senhor D. Fernando um criado a cavallo á rua do Sol indagar noticias de Castilho.

No paço da Ajuda, parece que tudo se ignorou.

¡Que importa! Ao chegar telegraphicamente ao outro hemispherio a tristissima nôticia, Dignou-Se logo Sua Majestade O Imperador, o senhor D. Pedro II, de expedir do Rio de Janeiro este telegramma:

«Ao Visconde Julio de Castilho — Lisboa.

«Pesames a toda a familia pela morte de seu illustre Pae. — *D. Pedro.*»

*

Em 23 foi respondido:

«A Sua Majestade O Imperador — Rio de Janeiro.

«Beijamos todos profundamente reconhecidos a Mão de Vossa Majestade. — *Visconde de Castilho.*»

*

N'um sentido opúsculo, que é uma obra grande (1) escreveu Alberto Pimentel estas palavras melancolicas, recordando o funeral de Castilho:

«Castilho,..... vi-o eu descer ao seio dà terra, que elle tanto amava,..... ao cahir de uma tarde serena e triste, no cemiterio dos Prazeres, em Lisboa.

«Rodrigues Cordeiro, com a voz entrecortada de lagrimas e soluços, disse-lhe, em nome de todos aquelles que o amavam como mestre e amigo, o extremo adeus. Depois, a pedra do jazigo cerrou-se; a barreira da Eternidade ergueu-se.

«A noite descia lentamente.

«As crianças das escolas da Capital, que tinham ido acompanhar ao cemiterio o cadaver d'aquelle que para ellas inventara o *Methodo repentino,* ..... retiravam arregimentadas, duas a duas, em longas filas, com os olhos no chão, n'um silencio triste, n'um passo cadenciado .....»

JULIO DE CASTILHO.

FIM.

---

(1) *Uma visita a S. Miguel de Seide*, pag. 25.

MEMÓRIAS ARQUEOLOGICO-HISTÓRICAS DO DISTRITO DE BRAGANÇA

(Cont. do n.º 11, pag. 594)

DOCUMENTO N.º 112

Foral de Vinhaes dado por D. Manuel

4 de maio de 1512

Dom Manuel pela graça de deos Rey de Portugal e dos Algarves etc.

A quantos esta nossa carta de forall birem dado aa nossa billa de vinhaaes ffazemos saber que por bem das diligencias e inquiriçõoes que..... [Illegivel por estar manchado].

Foro do pão. — ..... todos os drreitos ao dito concelho por seis centos maravediis antigos. vinte e nove mill e cento e sesenta reaes pagos por terços .S. por sam martinho e primeiro dia de março e por primeiro dia de julho E a dita villa avera por elles todos os nossos drreitos .S. a pena darma e do sangue que chamavão Indicias. da quall soomente levará duzentos rreaes e arma perdida e mais nam. E di pera baxo a como se avierem. A quall se levara com estas limitaçoões .S. que a dita pena se nam levara quando taes pessoas apunharem..... [Illegivel por estar manchado].

..... Nem a pagara moço de quinze anos pera baxo nem molher de quallquer idade. nem pagara a dita pena aquellas pessoas, que castigando molher e filhos e escravos tirarem sangue nem pagaram a dita pena quem juguando punhadas sem armas tirar sangue com bofetada ou punhada e as ditas penas nem cada hũa dellas nan pagaram isso mesmo quaaeesquer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em arroido. tirarem armas posto que com ellas tirem sangue. Nem escravo de quallquer idade que com pao ou pedra tirar sangue.

Gado do vento. — O gado do vento levara pela ordenaçam com decraraçam que a pessoa a cuja maão ou poder for ter o dito gado o vaa escrever a dez dias primeiros seguintes sob pena de lhe ser demandado de furto.

Montados maninhos. — E de montados e maninhos se usaram como atee quy fizeram sem nenhũa contradiçam nem ennovaçam. E assy a paga dos tabaliaaes. *E quanto aos que vendem cantaros* panellas aos que bem de fora vender visto como ho concelho leva a portagem da outra louça E levara ho alcaide soomente a pensam dos tabaliaaes atee quy levou.

Repartiçam do foro. — E os moradores dos lugares da lomba e paço bezinharam irmaamente. com ho dito lugar de vinhaaes e elle com elles sem nyhũa deferença. E o que fallecer para comprimento da dita paga dos dictos vinte e nove myll e cento e sessenta rreaes sera lançado pella camara e concelho da dita villa e termo per todollos bẽes e fazenda que cada hũu tever. A quall laxa e repartiçam seja feita com consentimento de todo povo. ho quall todo juntamente escolhera as pessoas que pera isso ouverem por de milhor conciencia e descriçam por que se non faça agravo aos proves A quall tayxa se fará desta maneira de sete em sete annos.

Determinações jeraaes para a portagem; Portagem pam vinho sall call linhaça. — [Estes dois capitulos são identicos aos respectivos do foral de Miranda do Douro que damos nas pag. 86 e 87 para onde remettemos o leitor].

Cousas de que se non paga portagem. — [É identico ao do foral de Miranda, pag. 172].

Casa movyda; Passagem; Novjdades de bẽes pera fora; Panos finos; Carregos em arrovas; Linho laa panos grossos; Gaados; Carne; Caça; Coyrama; Calçadura; Pelitaria; Azeite mell e semelhantes; Marçaria e semelhantes; Metaes; Armas ferramenta; Ferro grosso; Fescado marisco; Fruta seca; Casca çumagre; Fruita verde; Ortaliça; Bestas; Escravos; Barro louça; Mallega; Moos; Pedra; Cousas de paao; Palma esparto e semelhantes; Entrada per terra. — [Todos estes capitulos são identicos aos de identicos titulos no foral de Miranda do Douro, pag. 88 a 93].

Sayda per terra; Priviligiados; Pena do foral. — [São

identicos aos de titulos similhantes no foral de Mirandella, pag. 178].

Termina: «Dado na nossa muy nobre e sempre leall cidade de lixboa a quatro dias de mayo ano do nacimento de nosso senhor Jhũ Xpõ de myll e quinhentos e dose annos. E eu fernando de pyna o screpuy e concertey em dose folhas e cinco costas» (1).

DOCUMENTO N.º 113

Foral de Freixo de Espada á Cinta dado por D. Manuel

1 de outubro de 1512

..... Poderem emtemder por tanto nos aqui neste nosso forall decraramos soomente as coussas que per elle se ajam de paguar e levar com as liberdades privilegyos e condiçõoes do dito forall e com as determinaçõoes semtenças e conclusõoes que pera os ditos casos temos feitas.

Priuilegyo da villa. — Primeiramente foy dado aa dita villa por privilegyo pello dito forall que nan emtrasse nella por ninhũa demanda nem por nenhũua pena o nosso meirinho pollas quaaes pallauras foy sempre emtrepetado e costumado e assy aprouado e confirmado pellos Reis passados destes Regnos nossos amtecessores e assy per nos que ho adiamtado ou corregedor que amdasse por nos na dita comarca nam emtrasse na dita villa per via de correiçam nem pera emtemder em nhũua outra coussa de seu oficio segundo se contem em seus privilegios E nos assy ho aprouamos e comfirmamos pera senpre per este nosso forall:

Tributo da villa e termo. — Dos direitos que na dita villa se paguaram a nos e a coroa de nossos Regnos ou a quem os ditos direitos de nos tiver sãa estes .S. paguara toda a pessoa morador na dita villa e termo por sãa martinho de cada hũ anno dous alqueires de cevada desta medida ora

---

(1) Copiado do codice original e authentico existente em Vinhaes no archivo da Camara Municipal constante de treze folios de pergaminho com letras capitaes illuminadas e uma mimosa tarja no primeiro folio. Tem no fim mais tres folios innumerados com os vistos dos corregedores. Na encadernação é similhante ao já descrito do mesmo rei dado a Miranda do Douro.

corrente E mais cada hũua das ditas pessoas paguara hũu Reall de seis çeptis ho Reall:

Pessoas escussas do tributo.—Do quall foro e tributo seram escusas e priviligyadas as pessoas seguimtes per semtemças amtigas e posse que dysso teem .S. os juizes | vereadores e ho procurador do comcelho e os tabaliaães e ho chamcarell da villa e os porteiros dous que seruem a villa E os jurados das quatro aldeas de seu termo .S. fornos massouco ilguares e poyares em cada huũa aldea dous jurados E estes escussam os ditos foros ho anno soomente que sam ofiçiaes | E mais sãa escusos do dito foro pello mesmo forall as viuuas que nam tiverem em cassa filho de quimze annos Item as moças orfaas de qualquer jdade que nã sejam cassadas E assy o seram pello dito forall as pessoas que tiuerem cavallo de marca e de sella no tempo que ho tiuerem e despois hũ anno se lhe morrer E os quaaes direitos se paguaram na dita villa e emtreguaram na dita villa e emtreguaram ao Senhorio delles per saã martinho de cada hũu anno per mordomo e ofiçiall que pera jsso sera posto pollo comçelho E nã emtreguamdo os foros a este tenpo paguara ho comçelho as custas ao Senhorio E nã jmdo nẽ mamdamdo o Senhorio ao dito tempo Recadar os ditos direitos passados vinte dias despois do dito saã martinho Recebera a ceuada e se compoera com a perda que nella achar | E este foro paguaram soomente os moradores da dita villa e termo e nã as outras pessoas de fora posto que hy tenham beẽs por camto la homde as taaes pessoas viuerem pagam ho semelhamte foro e trebuto Reall por Respeito de suas pessoas.

Pena darma e sangue.—E quoamto ha pena do samgue esprita no dito forall por quamto as mais das coussas comtheudas nele sam prouidas per leis geraaes de nossos Regnos auemos por bẽe que estas abaixo espritas soomente se executem na dita villa Comvem a saber o vizinho de freixo que correndo o jmdo apos seu vizjnho ho matar em sua cassa pague quinhemtos Reaes E outro tanto paguara quem ferir molher alhea que nã seja sua ou sua molher E quem ferir cleriguo dordẽs sacras pague noveçemtos Reaes | E quem matar homen pague outros noveçemtos. E o juiz que as julguar leuara dellas a septima parte E por todallas outras penas de samgue comtheudas no dito forall se nam paguaram mais que duzemtos Reaes de qualquer maneira que sangue tirar | E as armas seram pera os Juizes se as tomarem no aRoido

e doutra maneira nam E quamdo se non tirar samgue nan se paguara nenhuũa pena soomente as armas no aRoido tomandose se perderam e doutra maneira nan As quaaes penas todas semtenderam com estas decraraçoões .S. que a dita pena se nam leuara quamdo alguũas pessoas apunharem espada ou qualquer outra arma sem a tirar Nem paguaram a dita pena aquellas pessoas que sem preposito e em Reixa noua tomarem paao ou pedra posto que com ella façam mall. E posto que de preposito tomem ho dito paao ou pedra senam fiserem mall com elle nam paguaram a dita pena | Nem paguara moço de quimze annos pera baixo | Nem mulher de quallquer jdade Nem paguaram a dita pena aquellas pessoas que castiguamdo sua mulher e filhos e escrauos tirarem sangue | Nem paguaram a dita pena quem juguando Punhadas seem armas tirar sangue com bofetada ou punhada E as ditas penas nem cada huũa dellas nam paguaram jsso mesmo quaaesquer pessoas que em defendimento de seu corpo ou por apartar e estremar outras pessoas em aRoido tirarem armas postoque com ellas tirem samgue | Nem escrauo de quallquer jdade que com paao ou pedra tirar samgue.

Gado do uento. — [Este capitulo é identico ao do foral de Mirandella sob a epigraphe — *Vento* — que damos na pag. 170 e por isso nos abstemos de o reproduzir].

Montados. — Dos momtados nam se leuara direito nem foro porque estam em vizinhança com seus comarcaãos e guouernamse per suas posturas e asy se fara ao djamte.

Maninhos. — Os maninhos sam do comcelho e darseam em camara per nossas ordenaçoões com ho foro gerall da terra sem outro nẽhũu empedimento:

Tabaliaaes. — Sam tres tabaliaaẽs pagua cada hũu por anno quatrocentos e cimquoenta reaaes ·/.

Confirmacam dos priuilegios. — E por quamto pollo dito foral foy dado priuilegyo aa dita villa que nam fosem dados a outro Senhorio senam aos Reis destes Regnos ou a seus filhos ou a quem ho comcelho quisesse Nos aprouamos ho dito priuilegyo e ho comfirmamos neste nosso forall pera todo sempre:

Detriminações jeraaes pera portagem. --[Como este capitulo é identico ao do foral de Miranda que damos na pag. 86 na epigraphe — *Determinações jeeraes pera a portagem* — para lá enviamos o leitor].

Portagem. — E todo triguo çeuada çemteyo milho pam abea e de farinha de cada hũu delles ou de linhaça E de vinho vinagre ou de sall e de call que aa dita villa e termo trouxerem homẽes de fora pera vemder ou os ditos homẽs de fora as comprarem e tirarem pera fora do termo paguaram por cargua de besta mayor .S. besta cauallar ou muar hũu Reall. E por cargua dasno que se chama menor meyo Reall E por costal que he ametade de besta menor dous ceptis E dy pera baixo em quallquer comtydade quamdo vier pera vemder hũu ceptill E quem tirar pera fora de quatro alqueires pera baixo nam paguara nada ne ho faram saber aa portagem E se as ditas coussas ou outras quaaesquer vyerem ou forem em carros ou carretas comtarsea cada huũa por duas cargas mayores se das taaes coussas se ouuer de paguar portagem:

Cousas de que se nam paga portagem. — [É similhante este capitulo e até na epigraphe ao do foral de Mirandella que vae na pag. 172].

Casa mouyda. — E de cassa mouida se nam hade leuar nem paguar nenhũu..... [Como declaramos no fim deste documento em nota, falta o mais que segue no folio 8 que a julgar pelos foraes de Miranda, pag. 89 e Mirandella pag. 173 contem os capitulos: — *Pasajem; Novidade dos bens pera fora* e parte do correspondente a *Panos finos,* que suppriremos, para effeitos historicos, pelos respectivos dos foraes já citados, para onde remettemos o leitor, pois costumam ser identicos no texto].

..... Nam paguaram portagem nem ho faram sabeer Nem das Roupas que comprarem feitas dos ditos panos porem os que as vemderem paguaram como dos ditos panos na maneira que açima neste capitollo he decrarado:

Cargas em aRobas; Linho laa panos grossos; Gados. — [Estes tres capitulos são similhantes aos correspondentes de titulo identico no foral de Miranda, pag. 89 e 90].

Carne. — [É tambem identico ao do foral de Miranda, pag. 90, mas vem incluido no capitulo dos *Gados*].

Caça. — [É como o do foral de Miranda, pag. 90, de titulo similhante].

Coirama; Calcadura; Marçaria. — [Estes tres capitulos são identicos aos dos mesmos titulos no foral de Miranda, pag. 90 e 91].

Pelitaria; Cera mell; Metaes ferro laurado; Armas ferramenta ferro grosso; Pescado marisco; Fruita seca; Casca cumagre; Fruita verde; Ortaliça; Bestas; Escrauos; Barro Louça; Malega; Moos; Pedra; Cousas de paao; Palma esparto; Emtrada; Descaminhado. — [Estes capitulos são identicos aos titulos similares no foral de Mirandella, pag. 175 a 178].

Saida per terra; Emtrada ou saida de Castella; Priuiligiados; Vizinhamça; Pena do Foral. — [Estes capitulos são identicos aos de similhantes titulos no foral de Miranda do Douro, pag. 94 a 96].

[Em seguida ao capitulo — *Pena do Foral* — segue da seguinte forma]:

«Dada em a nossa muy nobre e sempre leal cidade de lixboa ao primeiro dia do mes de outubro Anno do nacimento de nosso Senhor Ihũ X^{o} de mill e quinhemtos e doze annos.

«E a terça da Igreja da dita villa he nossa E por tall se Recadara pera nos pera sempre com os outros direitos Reaaes segundo sempre se costumou -//- E vay escripto em xbiij folhas concertado per my fernam de pyna que tive cargo do corregimento dos ditos forays ElRey foral pera freixo despada cynta Registado no tombo Fernã de pyna».

[Segue largo espaço em branco que depois prehencheram no seculo XVII, a julgar pela letra, já em parte illegivel e demais afrontada por uma esparramada e garrafal assignatura que parvamente em nossos dias chaparam em cima e termina]:

«Receby por este forall dous mill Reaes. — *Mexias*» (1).

---

(1) Copiado do codice original e authentico em pergaminho existente no archivo da Camara Municipal de Freixo de Espada á Cinta. Consta de 18 folios de texto numerados de frente e no principio um de indice innumerado e outro no fim tambem innumerado onde estão os vistos dos corregedores desde 1671 a 1834.

Codice encadernado, com filetes, em tabua cuberta de cabedal lavrado, tendo nos cantos em metal a esfera armilar e ao centro o escudo

DOCUMENTO N.º 114

Ledra como região

27 de março de 1275

In Dei nomine amen. Cunuçuda cousa seja a quantos esta carta virem, e ouvirem, que eu Meen Rodriguez, com mia mulier Maria Migueez, fazemos carta de vendiçom a vos Pedro Rodriguez, e a vossa mulier Oraca Fernandez daquela vina, que comparey de mia irmaa Dominga Rodriguez, que faz na Lança, a par da vosa, per preço nomeado, vinte marabedis e seis soldos, unde nos sumos bem pagados, e do preço nom ficou por dar, e por revora dous soldos: (1) e se ome veer da nosa parte, ou da estraya, que esta carta britar queyra, seja maldito e escumungado, e com Judas traedor no inferno danado, e pecte ao senhor da terra quinhentos soldos, e quanto demandar tanto dubre.

Feita carta XXVII dias andados de março. Era MCCCXIII. Regnante en Portugal, e no Algarve Rey Don Affonso: En esto tempo nom avia Arcebispo en Braga: teente tera de Laedra Martim Affonso: Meyrino mayor en Portugal Nuno Martiiz de Chacim: Juizes en Mirandela Pedro Meendiz, e

---

das armas do reino. As letras capitaes são illuminadas. É de crer que o primeiro folio tambem o fosse, como todos os mais do mesmo rei que ha nas camaras deste districto, todos iguaes na encadernação e por isso nem sempre os descrevemos; mas falta esse folio e o oitavo, evidentemente roubados por estupido colleccionador, o maior flagello dos archivos e raridades artisticas, que cegos por acanhada monomania pseudo-scientifica, não alcançam o verdadeiro damno que causam á sciencia.

Que Minerva os confunda já que o feroz Omar os inspira! O roubo deveu ser antes de 1896 porque a leitura que do foral fez o illustrado abbade de Carviçaes, José Augusto Tavares, ao tempo parocho de Ligares e anda junta ao codice, já acusa essa falta. Lembra-nos que se o municipio freixense quizesse completar esta raridade bibliacea deveria iuteressar no caso o grande poeta Guerra Junqueiro que, como filho da terra e eximio cultor e apreciador de arte, quiçá venha a encontrar nas suas pesquizas as folhas e illuminuras desapparecidas.

(1) Ainda hoje nas feiras em Bragança e em várias outras do districto, depois de ultimada a venda dos animaes — bois, cavallos, mulas — lá diz um dos circunstantes — *está tudo prompto; vamos á robra* —. Esta consiste em um ou dois e raras vezes mais litros de vinho que o vendedor paga, sendo bebido em commum por elle, pelo comprador e circunstantes que ajudaram á transação. Nunca prescindem desta solemnidade, tradicional do contrato.

Meem Fernandez..... Johane Affonso Tabaliom de Mirandela figi esta carta..... (1).

DOCUMENTO N.º 115

A propriedade e os encargos religiosos. Registo dos testamentos. Morgadios

Ha no Governo Civil de Bragança um livro, folio, manuscripto em papel almasso que tem no titulo de abertura esta legenda:

«Este livro que ha juizo da Provedoria hade ser para nelle se registarem os Testamentos, tem cento e quarenta e duas folhas, as quais vão todas numeradas e por mim rubricadas com a rubrica — *Velloso* — de que uso, sem que faça obstaculo outra especial rubrica que já tenha, e para constar fiz este termo de declaração, e no fim leva outro de encerramento.

«Vimioso, 10 de setembro de 1779. — *Francisco Luiz Menezes Velloso*».

Á maneira que a constituição dos vinculos se ia alterando pela aggregação de outros e pela successão dos administradores, foram escrevendo notas ao lado do texto primitivo bem como desariscando nas casas referentes aos annos aquelles que pagava ou satisfazia os encargos do vinculo. Parece que o livro serviu até 1801.

São tiradas deste livro as notas que seguem e por brevidade quando houver-mos de nos referir a elle diremos simplesmente — *Registo dos Testamentos* —.

Nogueira — Gregorio Pires, de Nogueira, deixou os bens da sua meação vinculados com pensão de 43 missas por escritura feita em 1756.

Avelleda — Francisco Rodrigues Mores, hoje André Rodrigues. Ainda mais 26 individuos deixaram bens vinculados, entre elles Domingos Pires, hoje seus herdeiros e entre elles Domingos Rodrigues Mores, Cibrão Alves e seu irmão Domingos Alves, Manuel Rodrigues Mores, João Fernandes da Cruz. Ao todo 65 missas.

---

(1) João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas. Appendice de documentos,* tom. I. Documento 68, pag. 283, que o transcreveu do cartorio do mosteiro de Reffoios de Basto.

Estes bens vinculados todos com pensões de missas, sem poderem ser vendidos passavam na sua administração de hum para outro morgado até á setima geração ou sempiteramente como algumas clausulas dos respectivos testamentos declaram. Ás vezes por resolução regia eram declarados livres. Outras vezes as pensões duravam menos tempos — 2, 3, 4, 5, 10, 20, 60 annos. As pensões são em geral de missas rezadas, cantadas, ofertadas, responsos cantados ou rezados, alqueires de pão cozido aos pobres missas um anno sim outro não e officios, noturnos.

Alfaião — vinculos com 22 missas.

Alimonde — vinculos com 18 missas.

Baçal — 11 vinculos com 21 missas. Entre os individuos que vincularam bens ha o Pe. Luiz dos Santos — 1 missa, hoje administrador o abbade da Gestosa.

Babé — 1 vinculo com 2 missas.

Carragosa — 4 vinculos com 135 missas e mais 40 réis para oito responsos.

Cova de Lua — 2 vinculos com 1 responso cantado todos os domingos e 1 missa.

Carrazedo — 2 vinculos com 3 missas.

Castrellos — 9 vinculos com 24 missas sendo destas 6 ofertadas.

Conlellas — 7 vinculos com 6 missas e dois responsos.

Deilão — 7 vinculos com 24 missas.

Donai — 1 vinculo com 2 missas.

Espinhosella — 14 vinculos com 37 missas.

França — 3 vinculos com 5 missas.

Formil — 5 vinculos com 16 missas.

Fresulfe — 12 vinculos com pensões de missas, officios de defuntos e alqueires de pão cozido (de que se aponta o numero) aos pobres em certos dias do anno.

Guadramil — 2 vinculos.

Gimonde — 27 vinculos com 48 missas.

Gondesende — 16 vinculos com missas, officios e pão de caridade.

Gostei — 4 vinculos com 9 missas.

Grandaes e Castro de Avellãs — 5 vinculos com 15 missas. Ha a seguinte nota interessante:

«Erdeiros do D.^{or} João de Castro hua Missa cantada de seis clerigos que tão bem dirão Missá no mesmo dia pelo Morgado de Crasto de Avelans que instituirão os abbades de Villar Secco Sebastiam de Carvalho Torres e Affonso de Carvalho Abbade de Terroso por escritura de doação feita

na nota de Antonio Pires de Sousa de Bragança em Março de 1744 e se dirá na capella propria em dia de S. Sebastiam ou qualquer outro do mez de janeiro».

Segue mais a declaração: «hoje [ao tempo da feitura deste livro 1779]. *João Antonio de Meirelles*».

Labiados — 17 vinculos com 45 missas.

Lagomar — 2 vinculos com missas e officios.

Lanção — 3 vinculos com 13 missas e 1 officio.

Meixedo — 6 vinculos com missas. Relativamente a um desses vinculos ha a seguinte nota:

«O mordomo das Almas pella Capella que instituhio Manuel de Nobrega Abbade que foi do dito lugar sinco Missas cada Semana que darão conta na forma da Sentença ou os reverendos abbades por administrarem a dita capella».

Mos de Rebordãos — 9 vinculos com 20 missas. Algumas eram celebradas «um anno sim outro não».

Mofreita — 3 vinculos com 5 missas.

Numes — 2 vinculos com 5 missas.

Ozeive — 1 com 4 missas.

Osilhão — 3 vinculos com 4 missas e 1 responso.

Palacios — 6 vinculos com 6 missas.

Petisqueira — 6 com 11 missas.

Paramio — 9 vinculos com 10 missas.

Paçó de Sortes — 1 vinculo.

Montesinho e Portello — 3 com 16 missas.

Rabol — 5 com 8 missas.

Rebordãos — 7 com 29 missas.

S. Julião — 2 vinculos com 5 missas.

Sacoias — 3 vinculos com 7 missas.

Sarzeda — 3 vinculos com várias missas e algumas só celebradas de 3 em 3 annos.

Soutello da Gamoeda — 8 vinculos com 9 missas.

Sortes — 6 vinculos com 15 missas.

São Pedro de Sarracinos (sic) — 10 vinculos com 45 missas.

Samil — 7 vinculos com várias missas entre ellas ha duas verbas que dizem: «Maria Affonsa Martinha 3 alqueires de trigo aos Padres de S. Francisco pela cappella de Brites de Santo Antonio» — «Francisco Gonçalves do Rego quatro alqueires de trigo aos Padres de S. Francisco pella Cappella de Brites de Santo Antonio».

Soeira — 6 vinculos com várias missas.

Terroso — 7 vinculos com 21 missas e entre estas pertencem 9 ao abbade pelos passaes da igreja. E estas do abbade

ainda devem vigorar porque não tem a nota de estarem livres os bens como ha em muitas outras.

Varge — 28 vinculos com 48 missas.

Vallarinho de Cova de Lua — 3 vinculos com missas. Um desses vinculos tinha a obrigação de um officio de 4 padres durante 12 annos. No outro lê-se: «O Padre Francisco Affonso Barreira confirmado do lugar de Villarinho de Cova de Lua deixou vinculadas as propriedades seguintes em seu testamento feito em 21 de janeiro de 1753 na nota do Tabellião Nicolau Alves da cidade de Bragança (segue a descripção dos bens) não possão vender, trocar, nem descambar, com a pensão de seis missas a 120 para sempre emquanto o mundo for mundo, e nomear para primeiro administrador dellas a seu sobrinho Diogo José, e por morte a seu filho, ou filha segundo, e que se tome conta destas missas pelo juizo da Provedoria, e que as propriedades fossem tombadas, e postas no Inventario da Igreja de Villarinho e darão administrador, e os que lhe succederem em cada hum anno dous arrates de cera para a Confraria do Senhor deste mesmo lugar, de que cobrará recibo do mordomo da confraria, como tambem das missas, que de tudo se lhe tomará conta no dito juizo: e por morte do filho, ou filha segundo do dito seu subrinho Diogo José, irá sempre a administração ao filho segundo do Administrador, e não havendo segundo ao primeiro, e não havendo nenhum passará a dita administração á dita confraria do Senhor, com a mesma pensão de Missas».

Valle de Lamas — 16 vinculos com 49 missas.

Villa Nova — 1 com 1 missa.

Villa Boa de Ousilhão — 17 vinculos com 24 missas.

Zoio — 2 vinculos com 8 missas e 1 responso.

Bragança — 39 vinculos com quasi 1:500 missas com vários responsos e algumas dellas contadas. Entre os administradores dos vinculos ha:

«Francisco José Ferreira de Sá Sarmento de Lousada em S. Francisco 52 missas, em Vimioso 5, no Campo [de Viboras] cinco rezadas e uma cantada».

«Erdeiros de Sebastiam de Figueiredo assistentes na quinta de Villa Boa de Arufe tem obrigação de mandar dizer em cada hũa das sestas feiras do anno hua Missa das Chagas, hua Missa cantada dia da Conceição, e no fim de cada hua destas Missas hum responso. Tudo na Cappella de Santo Antonio. Estão ipotecadas a esta Cappella a quinta de Villa Boa de Arufe = As casas de Bragança = A vinha de Val de Prados, e a casa de Samil.

«Mais são obrigados os mesmos dar anualmente aos Frades de S. Francisco de Bragança cem Alqueires de pão pelo Casal de Paço. Tudo deixado em o testamento de Francisco Jorge feito em tres de novembro de 1550».

«Antonio de Figueiredo Sarmento pelo morgado de Santo Antonio, hoje Domingos Antonio Gil da Mofreita, 21 missas».

«Francisco Xavier da Veiga Cabral ou seus erdeiros são obrigados anualmente comprir o seguinte 3 Missas pelos moinhos as Tenarias, seis por Manuel de Figueiredo, mais 14 Missas, e sinquoenta Missas, e 3 noturnos em S. Francisco, e pella Cappella de N. S. da Conceição cada semana sette, hua todos os Domingos, hum officio todos os aniversarios no oitavario dos Santos com sua oferta que consta de hum Carneiro, hua mua (1) de vinho, e vinte pains de vinte reis, Oixios que pertencem ao Abbade e ao cura de S. João que dixer as Missas, e o officio de vinte Padres pagos a cem reis, duas Missas Cantadas todos os annos com quatro Padres pagos a cem reis, duas Missas Cantadas todos os anniversarios com quatro Padres pagos a cem reis, hua em dia da Senhora e outra dia de S. Catharina, e seis alqueires de pão de foro a Senhora do Loreto com obrigação de hua Missa. São por todas 494 Missas».

«Felipe Delgado de Albuquerque da cidade de Bragança em seu testamento fechado, authorisado e judicialmente aberto e julgado por sentença em 10 de junho de 1800 no Cartorio do Ill.^{mo} Francisco Xavier de Castro, deixou por sua universal erdeira de todos os seus bens que restassem do comprimento do seu legado e testamento a sua irmã Thereza Felizarda de Albuquerque da mesma cidade tão somente por sua vida como hua mera uzufructuaria, e que por morte della instituia pôr legatario e erdeiro de todos os ditos bens de

---

(1) *Mua de vinho.* Não ha duvida que é *mua.* No livro da *Tabua Velha da Igreja de S. João,* fl. 54, vem medida de vinho, mas aqui é *mua* evidentemente; toda a palavra está muito clara o *u* não ha duvida — ainda poderia ser *meia* — mas então o corrente era *mea* — demais não ha razão para ser assim; nem ha ponto na perna do *u* nem está aberto no *e,* valha a verdade que o escrevente deixa-os quasi sempre sem essa abertura, mas nunca lhe esquece de pôr pontos nos i. Poderia ainda pensar-se que seria medida em breve mas não ha signal algum disso sendo quasi segura para mim e para outros a quem mostrei a leitura de *mua.*

Ver *Patria Nova,* 6 de agosto de 1911. *Tabua Velha da Igreja de S. João,* fl. 54. Viterbo, *Elucidario,* artigos — almude, mea e medida.

raiz ao Hospital da Santa Real Misericordia da mesma cidade para auxiliar a fabrica da sua enfermaria a bem dos pobres e doentes sobre que proverá a Ill.ma Irmandade sem mais onus que o de hua Missa rezada cada mez do anno sempiternamente por sua alma e de todas as suas obrigaçoes e que podendo ser fosse no dia correspondente ao do seu transito não havendo embaraço Eclesiastico, e havendo o passará ao primeiro dia desempedido o completar-se o numero das Missas não celebradas como parte integrante deste legado; e que auitação *(sic)* deste encargo deixava a arbitrio do Ex.mo Snr. Provedor e mais Snr.es da Meza existente ao tempo de verificar-se a actual disposiçam, *que avitada só ou a gradenda (sic?)* com a Missa implorada sempre queria que valesse e tivesse efeito. Cujo legado foi aceite pella Ill.ma Mesa como consta por certidam de 23 de Maio de 1801 que se acha junta aos autos do requerimento do mesmo testamento. E para constar fis este assento a vista dos mesmos autos que ficão no cartorio, e por mandado do D.or V.dor desta Comarca. Nogueira 24 de Maio de 1801. *João Baptista Ferreira*».

«Jose de Frias Sarmento do lugar de Carrazedo pelo Doutor Paschoal de Fras; em S. Francisco de Bragança 200 alqueires de trigo pela medida velha, quatro Almudes de Azeite para alumiar a Cappella e três mil réis para sera de que são obrigados os Relegiosos do dito comvento pela esmola asima declarada e hua Missa cotidiana».

«Por despacho do Doutor Provedor em Correiçam de Sam João do anno de 1799 se abrio este Assento a requerimento do tenente Gonçalo Jose da Rocha Pimentel dizendo que era administrador de hum vinculo Instituido pelos R. R. Pedro Soares da Costa e João da Rocha Pimentel por Escriptura feita na Notta de Francisco Correa Escrivão do Fisco e Tabalião na cidade de Bragança, datada em 28 de outubro de 1709. E para o fim de dar conta neste juizo do cumprimento dos encargos do mesmo Vinculo requerendo se lhe registasse no livro dos Vinculos e Morgados desta Provedoria a dita Escriptura e Instituição que com efeito se registou por mandado do dito Ministro no dito livro a fol. 80 athe folio 84 cuja pensão he a seguinte:

«Dia de S. Antonio hua Missa cantada e 4 rezadas.

«Que seu sobrinho Gonçalo que foi o primeiro administrador seria obrigado a fazer a Cappella de Santo Antonio na quinta das Carvas com a Imagem do dito Santo.

«E que as Missas se principiariam a dizer desde o dia da Instituiçam em diante.

«E que não podendo fazer-se a festa no proprio dia do Santo se fizesse dentro do oitavario.

«E na mesma Escriptura de Instituição obrigarão os ditos Gonçalo da Rocha primeiro administrador e sua mulher ao mesmo vinculo as suas terças com a obrigação de hua Missa a S. Caetano no seu dia e dita na Cappella do Morgado tendo na mesma Cappella o dito Santo de Vulto.

«Fazem as todo; hua missa cantada e cinco rezadas».

TERMO DE VINHAES

Armoniz, Ribeirinha e Moas — 2 vinculos com 18 missas.
Alvaredos — 3 vinculos com 8 missas e 1 officio.
Candedo — 2 vinculos com 9 missas.
Cabeça de Igreja — vinculos com responsos aos domingos.
Quadra — 2 vinculos com 3 missas.
Cazares — 9 vinculos com 18 missas.
Espinhoso — 10 vinculos com 25 missas.
Edral — 7 vinculos com 53 missas sendo algumas cantadas e um officio. Ha referentes a estes vinculos de Edral as seguintes notas:

«O successor do Vinculo de João Leite que he seu filho Manuel Pequeno, ou seu Curador, tem obrigação de dez missas por Simão Pequeno, hua pelo Pay, e cinco pela May, e Irmã do dito João Leite, e hua cantada no dia trinta de Dezembro, tudo declarado no testamento do dito João Leite copiado no Livro de defuntos da freguezia de Edral, em que declara estar tudo comprido até 1772 inclusive, e se devem os mais annos. Ver folio 7 do dito livro de defuntos».

«Na nota do Taballiam Jose da Cruz Monteiro da cidade de Miranda fes testamento o arcediago Manuel de Moraes Silva.

«Instituio Morgado dos cazaes de Vimioso, Villa Franca, Mascarenhas termo de Mirandella, e Edral com as pençoins seguintes:

«Hua Missa cantada com seis clerigos na capella de Edral, e cada clerigo diz a sua Missa: a outro dia hum officio de seis clerigos de nove liçoins, tudo cada anno; he actual ademenistrador Manuel de Moraes Madureira asistente em Chaves».

Lagarelhos — 7 vinculos com missas, noturnos, responsos.
Montouto — 5 vinculos com 5 missas.
Muimenta — 13 vinculos com missas, officios, 16 alqueires de pão aos pobres durante dez annos, responsos.

*

Relativamente a alguns vinculos ha as seguintes notas:

«Francisco Gil Lamadeita pelo Abbade de Meixedo mil e quatro centos reis em missas na forma da Sentemça de reducção. [Segue de letra mais moderna]: «hoje João Gil Lamadeita».

«Visto o Livro Velho que pertence a Catharina Gil de Rica Fé tambem he obrigado [o mordomo das almas da Moimenta] a um responso cantado todos os Domingos».

Nuzedo Trespassante — 10 vinculos com varias missas. Alguns dos bens são deixados á egreja para rendimento dos parochos com obrigação de dizerem certo numero de missas pelos doantes.

Nuzedo de Sob Castello — 3 vinculos com missas.

Pinheiro Novo — 2 vinculos com 2 missas.

Paçó de Vinhaes — 4 vinculos com 10 missas.

Quintella — 8 vinculos com varias missas rezadas e cantadas. Ha as seguintes notas referentes a alguns desses vinculos:

«D. Izabel Faria viuva pelo Morgado de Villar Seco 13 Missas rezadas, e 3 cantadas, hum responso, e hua vella na sepultura e duas na offerta».

Quiraz — 3 vinculos com 9 missas.

Villarinho — 1 vinculo com 1 missa.

Rio de Fornos — 3 vinculos com 14 missas e 1 responso.

Sobreiró de Baixo — 8 vinculos com varias missas, responsos, officios. Referente a um desses vinculos ha a seguinte nota:

«Martinho de Moraes Sarmento da villa de Mirandella he administrador do Morgado que instituio o Padre Francisco Gomes Abbade do dito lugar e conforme a instituição era obrigado a 82 Missas, e 100 alqueires de pão annuaes: Reduzio-se esta pensão por esta Provedoria á decima parte dos encargos, e por ella ficaram as Missas por inteiro, e para ellas e Regimento applicados nove mil novecentos e sessenta reis, e para o pão somente cento e vinte e quatro reis, sendo julgada por sentença esta aRateação em 6 de Agosto de 1785, em execuçam de hua Provisão do Dezembargo do Paço de 27 de Fevereiro de 1778».

Sobreiró de Cima — 2 vinculos com 3 missas.

São Jomil — 6 vinculos com 26 missas.

Santa Cruz — 7 vinculos com 118 missas. Só um dos vinculos tem 106 missas.

Travanca — 2 vinculos com missas.

Tiosello (sic) — 3 vinculos com missas. Relativamente a um desses vinculos le-se o seguinte:

«João Machado dos Salgueiros deve annualmente cobrir *(sic)* meio alqueire de linhaça a sua irmã Domingas Machada de Cabeça da Igreja emquanto viver, que lhe deixou sua May Maria Machada dos Salgueiros em seu testamento».

Vinhaes — 21 vincuios com missas, officios, responsos, vestir pobres, missas cantadas.

A respeito de alguns desses vinculos le-se:

«Jose Bernardo Ferreira Sarmento [é de letra mais moderna] hoje Francisco Jose Ferreira de Sá Sarmento [ainda de letra diversa] hoje João Ferreira Sarmento. 7 missas.

«O mesmo em Rebordello 28 missas.

«O mesmo em Bragança 4 missas.

«O mesmo pelo vinculo que instituio Ayres Ferreira e sua mulher D. Anna Ferreira de Sá Sarmento, e sua May D. Francisca por escritura feita na nota do Tabalião Miguel Ferreira Botelho em dois de Agosto de 1714, com a pensão de 3 Missas rezadas cada anno, na invocação de Santa Catharina, de cuja instituiçam se acha copia no cartorio, em que se achão autos de requerimento de Pe. Francisco de Sá Sarmento como actual Administrador Francisco José Ferreira de Sá Sarmento para se continuar a pensão, que se achava abolida, e devia comessar a correr desde o anno de 1770 em diante».

«Manuel Carlos de Moraes Sarmento..... tem mais obrigação de vestir dez pobres, sinco pelo vinculo pertencente a Manoel das Flores de Limãos, e cinco pelo que pertencia a Antonio de Moraes Sarmento de Rio de Fornos na forma da instituição feita por Pedro Ferreira de Moraes Sarmento em 17 de Fevereiro de 1714». Vide Rio de Fornos.

«Erdeiros de Lourenço da Silva pela Cappella de Vinhaes 38 Missas ditas na mesma Cappella..... O mesmo pela Cappella de Villar d'Ossos 25 Missas cada anno..... O mesmo vestir dois pobres todos os annos e um officio».

Villar d'Ossos — 13 vinculos com varias missas.

Val de Janeiro — 6 vinculos com 20 missas.

Val Passo — 6 vinculos com 18 missas.

Val das Fontes — 1 vinculo com 2 missas.

Vilar Seco de Lomba — 9 vinculos com varias missas.

Villa Verde — 5 vinculos com 7 missas.

Rio de Fornos — «Os erdeiros de Pedro Ferreira Sarmento, de Vinhaes são obrigados annualmente Vestirem Dez pobres de pano de pardo com cazaca calçoens meyas e çapatos, ca-

rapuça ou chapeu; para o que obrigou todos os bens e foros declarados no testamento da Instituição. No qual tambem deixou se lhe dissessem tres Missas cada anno hua a Senhora daSúmpção, outra a Santo Christo, outra ao Apostolo S. Pedro ditas na Matris da mesma villa no mesmo dia podendo ser ou quando não no oitavario dos ditos Santos. Cujo testamento fes aos 17 de fevereiro de 1714 por testamento Nuncupativo julgado por Sentença na notta de Miguel Ferreira tabelião que foi na mesma vila fallesceo o dito Instituidor em 1717.

[De letra mais moderna]. «Possuhe esta herança Manuel Carlos de Figueiredo Sarmento». *Vide* Vinhaes.

Amendoeira — 4 vinculos com 21 missas. Entre estas 12 pelo vinculo do doutor João Gomes de Sepulveda.

Bornes — 10 vinculos com 92 missas.

Banrezes — 2 com 4 missas.

Bagueixe — 2 com 6 missas.

Bragada — 1 vinculo.

Carrapatas — 4 com 10 missas.

Cendas — 3 com 11 missas.

Corujas — 1 com 1 missa.

Cidoens — 1 com 5 missas.

Calvelhe — 3 com missas e officios.

Crasto Roupal -- 2 com 3 missas.

Coelhoso — 2 com 6 missas.

Carocedo — 7 com 28 missas.

Carçãosinho — 3 com 49 missas.

Edroso — 1 com 6 missas.

Espadanedo — 2 com 4 missas.

Ervedosa — 11 vinculos com missas, officios e responsos.

Formentãos — 4 vinculos com missas. Relativamente a um le-se:

«Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa pelo vinculo que Instituio seu Avó o Capitam Bernardo da Fonseca da cidade de Bragança no testamento que fez no anno de 1749 na Notta de Nicollao Alves Martins da mesma cidadé. Hua Missa cantada de 8 clerigos na capella de N. Senhora da Luz sita na dita Villa Franca no oitavario de 8 de dezembro e todos dirão Missa na mesma cappella».

Freixeda — 3 vinculos com 7 missas.

Ferreira — 6 vinculos com 24 missas. Falla de um lameiro na Ponte das Arcas.

Failde — 8 com 16 missas.

Freixedello — 1 com uma missa.

Grijó de Valbemfeito — 2 com missas.
Grijó de Parada — 1 com 8 missas.
Izeda — 11 com missas.
Lamas — 2 com 6 missas.
Latoens — 1 com 3 missas.
Lagoa — 24 vinculos com 82 missas.
Limãos — 7 vinculos com missas e officios.
Macedo de Cavalleiros — 6 vinculos com 40 missas e officios. A respeito de um le-se:

«Luiz Carlos de Oliveira Sarmento vinte e hua Missas rezadas, hua cantada, hum officio de 7 padres e dois lumes quinta feira Santa, na capella de S. Jose as Missas».

Muços (sic) — 6 vinculos com 13 missas.
Mós de Sellas — 1 com 2 missas.
Melhe — 1 com 1 missa.
Moraes — 4 vinculos com 67 missas. A proposito de um le-se:

«Francisco Xavier de Sousa Junio pelo vinculo que instituirão o Pe. Antonio Affonso Junio e Maria Affonso Junio, cuja instituição está registada a folhas 26 — dez Missas deve desde o anno 1771».

Macedo do Mato — 2 com 2 missas.
Pereiros — 1 com 3 missas.
Pombares — 5 com varias missas.
Podence — 3 vinculos com 5 missas.
Parada — 10 vinculos com 95 missas. Entre os administradores dos vinculos figuram:

«Amaro Vicente Pavão — 12 missas».

«Antonio Luiz de Madureira quatro alqueires de Barbella, duas vellas de Arratel, hum carneiro, dois cantaros de vinho, quatorze missas rezadas e hua cantada».

«O mesmo pella Cappella 12 missas».
«Sebastião Machado na Cappella 48 missas».
Paredes — 1 com 1 missa.
Pinella — 2 com 2 missas.
Quintella — 9 vinculos com 44 missas.
Rebordainhos — 5 com 20 missas.
Salsellas — 2 com 6 missas.
Santa Comba — 1 com 30 missas.
Salsas — 7 com missas e officios.
Sontello da Pena Mourisca — 3 vinculos com 7 missas.
Sellas — 1 com 1 missa.
S. Cibrão — 1 com 2 missas.
Serapicos — 7 com 25 missas.

Santa Comba — 7 eom 22 missas.
Talhas — 1 com 5 missas. É da egreja.
Talhinhas — 4 com 9 missas. São da egreja.
Valbemfeito — 7 com 28 missas.
Val da Porca — 15 com 42 missas.
Val de Nogueira — 7 com missas e officios.
Val de Prados — 3 com missas, officios e alumiar a lampada do Santo Christo Domingos e dias Santos.
Villa Franca — 4 com 33 missas.
Vinhas — 1 com 5 missas.
Valverde — 2 com 8 missas.
Villa Boa de Carçãosinho — 4 com 18 missas.
S. Christovão — 1 vinculo.

Termina aqui o livro de que fizemos estes extractos o seu termo de encerramento é da seguinte forma:

«Este livro, que hade servir para registo das Missas e testamentos na Provedoria de Miranda, tem noventa e quatro folhas, que numerei, e rubriquei com a minha rubrica [ha uma gatafunha que não se intende] de que uso, por virtude da comissão ao principio dada. E para constar fis este termo de enserramento em Vimioso a 10 de setembro de 1779. — *Antonio Maria Pegas e Ferreira*».

«Não concorda, como se vê, com o termo de abertura, nem o codice tem 93 folhas como diz, nem 142 como diz o termo de abertura. É que a paginação primitiva foi traçada e por baixo puseram outra acrescentando paginas e suprimindo talvez outras o que facilmente se comprehende quando os vinculos ficavam desonerados das pensões em virtude de as leis assim o permitirem quando o seu rendimento não chegava a certa quantia e mesmo ao lado de muitos exarados neste livro ha a nota: «Livres por Provizão de S. Magestade de (tantos de tal)».

«Agora pegado ou junto ao mesmo codice atraz, ha outro que lhe foi junto posteriormente. É de papel e formato igual, mas não numerado, não tem termos de abertura nem encerramento. Na primeira folha tem:

«*Missas da Taboa de Miranda*» e no verso dessa pagina o seguinte: «*Livro 2.º*».

Será pois por *Taboa de Miranda* que a citaremos.

São deste codice as notas que seguem:
Avelanoso — 2 vinculos com missas e officios.
Angueira — 2 com 3 missas. São da igreja.
Aguas Vivas — 1 com 2 missas. É da igreja.

Constantim — 6 com 225 missas. A proposito de alguns le-se:

«O administrador da Cappella de João Guerra 100 missas».

«O administrador da Cappella da Trindade, quatro Missas cantadas, a saber hua em Brinhosinho, e as tres em Constantim, hua á Santissima Trindade, outra a S. Francisco, e outra pelas almas na cappella, tres das quaes são da Fabrica, que são a de Brinhosinho, Trindade e S. Francisco, e rezadas 106, em que entrão duas pelas almas dos Instituidores, e hua pelas do Purgatorio».

«O Padroeyro da Cappella de Andre Fernandes Nove Missas rezadas e hua cantada».

Cercio — 4 vinculos com 21 missas.

Duas Igrejas — 9 com 47 missas. A proposito de um desses vinculos le-se:

«O Morgado que hoje administra o coronel Carlos Macarty [e de letra diversa] — hoje sua mulher D. Anna Joaquina de Ordaz 34 missas».

(Continúa).

FRANCISCO MANUEL ALVES,
Reitor de Baçal.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 11, pag. 584)

Desde a infância, Goethe estuda-se, analiza-se como um objecto, independente de si próprio; é um auto-crítico e o mesmo faz aos outros.

Ao concluir os seus trabalhos escolares, compreendeu ao mesmo tempo a inferioridade dos conhecimentos adquiridos e a deficiência mental dos professores. Alvo constante e favorito da sua observação e investigações era a natureza, no sentido de natureza das cousas — «natura rerum».

Foi êste espírito de observação que levou Goethe a dedicar-se a estudos de botânica, geologia, óptica, etc.; a seguir com os estudantes de Iena as lições de um professor célebre sôbre anatomia e osteologia, chegando com as noções adquiridas nestes estudos, fecundadas pelo seu génio criador, a descobertas importantes. Assim vai descobrir no homem o osso intermaxilar que em certos vertebrados suporta os dentes incisivos e daí tira a fecunda conclusão que as diferentes espécies são modificações de um tipo primitivo e formam uma escala ascendente que se eleva por aperfeiçoamentos sucessivos, desde os seres inferiores até ao homem.

A sua admiração pela natureza, tão viva e apaixonada, como a dos românticos Byron, Lamartine e Chateaubriand, transparece na melancólica apostrofe que Fausto dirige à lua. Um panteismo ardente, um sentimento da vida universal parece formar o fundo da crença de Goethe. Estuda o mundo como obra de arte e assim foi por vezes pouco scientífico nos seus processos de trabalho. Desprezava como inuteis os aparelhos, julgando que o homem possue nos sentidos meios suficientes de observação. A natureza, a seu vêr, não tem segredos; revela-se por completo ao observador atento.

Atormentado pela dúvida, sequioso de saber e gozo, Fausto procura na magia a revelação dos mistérios do universo. A sciência mágica, a que recorre, é um símbolo alegórico; re-

presenta a liberdade de inspiração e génio que Goethe reclama. O «loqui cum spiritibus» tem aqui alto significado: indica o conhecimento íntimo da natureza nos seus fenómenos mais íntimos, a harmonia e beleza do «Cosmos». A Merck diz o poeta: «Erkenne jedes Dings Gestalt, Sein Leid und Freud Ruh und Gewalt Und fühle wie die ganze Welt Der grosse Himmel zusammen hält» (1).

A sciência estudada só nos livros e nos laboratórios era aos olhos de Fausto, ocupação estéril e vã. E não deixava de ter razão: o sábio, afastado do mundo, isolado da vida é uma criatura incompleta de existência acanhada; por isso o doutor no interesse da sua própria cultura e desenvolvimento intelectual e moral quer fugir do acanhado e sombrio gabinete de trabalho; quer entrar na vida, ser homem e pela acção penetrar no conhecimento das cousas e da sua pessoa. Uma verdade não o interessa, senão pelas verdades novas

---

(1) O termo magia é tomado numa acepção especial por Novalis, o celebrado autor do Conto do Jacinto, do fragmento Die Lehrlinge zu Sais e dos Hinos à Noite, em que a poesia romantica atinge perfeição até ali desconhecida, quer pela beleza ingénua da sua linguagem, quer pelo misticismo que os envolve e a que êle dá o estranho nome de *idealismo mágico*. «O Idealista mágico» é para me servir das próprias palavras de Hardenberg, «aquele que pode converter os pensamentos em cousas, como as cousas em pensamentos». Tieck fazia consistir a arte na ilusão — Die Täuschung —, isto é, o artista na interpretação do mundo que o cerca, não o copia servilmente; deve procurar apreender o individual da natureza, convertendo-o em ideal — Das Individuelle der Natur aufzufangen und doch in Ideal zu verwandeln —. Novalis, partidário das doutrinas de Fichte, sustenta que nós só conhecemos o que se conhece a si próprio: assim a natureza é incompreensivel *per se;* a ideia que formamos do mundo, somos nós próprios; a natureza é um índice sistemático ou plano do nosso espírito; o universo é um tropo universal do espírito; o homem por seu turno é uma fonte de analogias para o todo universal. Há dois caminhos para se conseguir o domínio da datureza: um pela sua investigação e estudo porfiado, o outro pertence ao cultor da magia — Der zauberer —. Assim fala de um periodo da magia, em que o corpo estará ao serviço da alma ou do mundo dos espíritos Assim como há uma lógica, estabelece Novalis uma *fantástica,* a qual pertence descobrir a arte da descoberta — Die Erfindungskunst zu erfinden —. A magia é o domínio incondicionado do espírito sôbre o mundo corporeo. A arte constitue por assim dizer a ponte de passagem para a magia. Outro romantico, Frederico Schlegel, exprime o mesmo pensamento por outras palavras, o que não é para extranhar, dada a influência que Fichte exerceu em ambos: «alle Kunst soll Wissenschaft und alle Wissenschaft Kunst werden....» Por isso admiravam tanto Goethe que como ninguem, na frase feliz de Novalis, soube poetizar a vida vulgar, espiritualizar o mundo exterior. O autor do Fausto dizia também «Kunst ist Wissenschaft zur Tat gewendet... Wissenschaft das Theorem, Kunst das Problem».

que deixa entrever; uma solução que o condenasse ao repouso, parecer-lhe-ía mentiroza.

Reune todas as forças, para levantar o veu misterioso da criação; evoca o espírito da terra e julga vêr na sua frente vastas regiões, onde o pensamento se pode espraiar e a actividade efervescente exercer livremente — o mundo intelectual em que Deus se revela pela razão; o mundo celeste em que se manifesta como poder creador e o mundo físico e material, em que aparece sob uma forma sensível. O mundo dos espíritos não é fechado, dizia Haller; é falso que a vista do homem não possa penetrar no interior da natureza; pelo contrário o mundo é feito, para ser percebido pelo homem; o coração do homem é o centro da natureza.

Maneira de vêr identica tem tambêm Paracelso (De Imaginibus Cap. 11), ao censurar as práticas dos nigromantes: «Devemos saber que só pela fé e por uma imaginação forte podemos obter a representação animada do espírito de qualquer pessoa.... Não há necessidade de conjurar os espíritos, como fazem os grosseiros e incrédulos nigromantes. Nós podemos fazer melhor do que eles: falar e conversar com os espíritos, quantas vezes quizermos».

Em carta de 14 de Novembro de 1781 escreve Goethe a Lavater: «Ich bin geneigter als irgend jemand, noch eine Welt ausser der sichtbaren zu glauben und ich habe Dichtungsund Lebenskraft genug, mein eignes Selbst zu einem Schwedenborgischen Geisteruniversum erweitert zu fühlen».

No arrojo da sua ambição, Fausto não se contenta em observar os fenómenos naturais; quer unir-se-lhes em apaixonado amplexo, sentir e palpar a vida da natureza, possui-la pela experiência. Evoca o «Macrocosmos» mas à vista do mesmo experimenta a fraqueza da condição humana; sente-se mesquinho e tímido perante tal grandeza.

O macrocosmos representa o mecanismo de todo o universo, admiravelmente mantido pela acção de forças que se comprimem e actuam harmonicamente. Com esta extranha aparição, os ardores da sua imaginação febril como que se acalmam; julga conhecer as forças da natureza, porque vê os seus efeitos e assim quasi parece convencer-se da verdade da afirmação de Schwedenborg: ao nascer do sol revelam-se os segredos do poder divino. A animada pintura das forças da natureza que pairam entre o céu e a terra e fazem resoar o universo em acordes harmoniosos é identica à do antigo filósofo naturalista F. M. van Helmont que diz no seu Paradoxal = Discurse oder ungemeine Meinungen von dem Ma-

crocosmo und Microcosmo. «Dieser Weg ist kein andrer, kann auch kein ander sein, als welcher durch Jacobs Leiter vorgestellt worden. Denn gleicherweise wie auff derselben die Engel Gottes auff und nieder steigen, also steigen die wesentlichen lebendigen Kräfte oder geistlichen Leiber der himmlischen Lichter unablässlich von oben herab durch die ätherische Luft zu dieser untern Welt, als von dem Haupt zu den Füssen; und hernach wenn sie ihre Auswürkung vollbracht, so steigen sie zu ihrem eigenen Nutz und Verbesserung wieder von unter aufwärts zu dem Haupt, mit demselbigen wieder vereiniget.... Und dieses Auff = und Niedersteigen der himmlischen Kräfte, und die stetige Verbesserung und Verherrlichung, die daran henget und darvon herkommt, wehret und beharret ohn Unterlass, und muss nothwendig also thun». O mesmo quadro aparece em Schiller, Piccolomini II, 6 (1).

---

(1) A confiança de Wallenstein na sua boa estrela acaba de perdê-lo; a indecisão é a causa da sua desgraça. Sabe que nasceu sob a constelação de Jupiter, espera sem precipitação que o astro real destrua as influências malignas que lhe embargam o caminho. E quando Illo, o seu lugar tenente o censura, responde:

«Du red'st wie du's versteh'st. Wie oft und vielmals
Erklärt'ich dir's! — Dir stieg der Jupiter
Hinab, bei der Geburt, der helle Gott;
Du kannst in die Geheimnisse nicht schauen.
Nur in der Erde magst du finster wühlen,
Blind, wie der Unterirdische, der mit dem bleichen
Bleifarb'nen Schein in's Leben dir geleuchtet.
Das Irdische, Gemeine magst du seh'n,
Das Nächste mit dem Nächsten klug verknüpfen;
Darin vertrau'ich dir und glaube dir.
Doch, was geheimnissvoll bedeutend webt
Und bildet in den Tiefen der Natur,
Die Geisterleiter, die aus dieser Welt des Staubes
Bis in die Sternenwelt mit tausend Sprossen,
Hinauf sich baut, an der die himmlischen
Gewalten wirkend auf und nieder wandeln,
Und enger zieh'n um die central'sche Sonne —
Die sieht das Aug'nur das entsiegelte,
Der hellgebornen, heitern Joviskinder.
Die himmlischen Gestirne machen nicht
Bloss Tag und Nacht, Frühling und Sommer — nicht
Dem Sämann blos bezeichnen sie die zeiten
Der Aussaat und der Ernte. Auch des Menschen Thun
Ist eine Aussaat von Verhängnissen,
Gestreuet in der Zukunft dunkles Land
Den Schicksalsmächten hoffend übergeben.
Da thut es Noth, die Saatzeit zu erkunden,
Die rechte Sternenstunde auszulesen,
Des Himmels Häuser forschend zu durchspüren,
Ob nicht der Feind des Wachsens und Gedeihens
In seinen Ecken schadend sich verberge
Drum lasst mir zeit. Thut ihr indess das Eure.
Ich kann jetzt noch nicht sagen, was ich thun will.
Nachgeben aber werd'ich nicht. Ich nicht!
Absetzen sollen sie mich auch nicht — Darauf
Verlasst euch».

Contudo o espectáculo, que observa, podia ser apenas sonho, criação do seu espírito, um ideal sem existência objectiva. O monólogo faz resaltar a oposição entre o gozo da natureza e a existência acanhada e triste do érudito. O prazer, que Fausto experimenta com a contemplação do universo, só se efetiva, quando acompanhado do amor da sciência e do desejo de prescrutar os fenómenos naturais. Pelos versos 418–419 vê-se como foi passageira a ideia de abandonar o gabinete de trabalho, quando num momento de fantasia aspira a empreender uma viagem aerea em procura de mundos superiores, onde todos os sentidos sejam lisongeados por agradaveis impressões extranhas.

Ao abrir — a Cadeia de Homero, livro místico de Nostradamus sôbre o conjunto da natureza, encarada como um vasto organismo, — parece tranquilizar-se e por isso, antevendo delícias inefaveis, quer pôr-se em contacto directo com os espíritos. Segundo Schwedenborg falam uns com os outros por imediata transmissão de ideias. Assim diz na «Arcana cœlestia»: Quia ex divina Domini misericordia mihi aperta sunt *interiora ac ita loqui datum est cum illis qui in altera* vita... Locutus sum cum spiritibus et angelis.

Fausto evoca o espírito da terra? Que espírito é êste? Como definir o seu papel e o seu plano? Inúmeras soluções teem sido apresentadas. Cito algumas das muitas que foram reunidas por Ernesto Lichtenberger no seu valioso «Étude sur quelques Scènes du Faust de Goethe». Assim diz Koestlin. (Vid. Goethe's Faust): «é o espírito do planeta Terra, em oposição ao Universo, ao Macroscosmo que Fausto havia pouco evocara. A terra como elemento opõe-se ao ar, à água e ao fogo: não será o Erdgeist o rei dos gnomos, desta categoria de espíritos elementares?» Se representa a natureza terrestre, porque não designá-lo, afirma Blanchet, pela palavra *natureza* que nos é mais familiar? Mas o termo é vago e equivoco; designa tantas cousas diversas e contradictórias que se presta a interpretações muito subtís. A natureza ora compreende o conjunto da vida do nosso planeta, ora se opõe ao homem. Kuno Fisher contrapõe o espírito da terra — o todo na sua imensidade e grandeza — a Fausto, o indivíduo na sua miséria e mesquinhez. Hartung (Vid. Ungelehrte Erklärung des Goethe'schen Faust) pensa do mesmo modo, interpretando o Erdgeist como a representação alegórica da eternidade da natureza em contraste com a breve existência do homem. Blanchet, pelo contrário, reconhece a superioridade do homem. Ouçamos as suas palavras eloqùentes em que

deixa transparecer o desdem que lhe merece o mundo, em comparação à grandeza moral do homem: «O que tece o manto vivo da divindade realiza sem dúvida uma obra divina, mas fá-lo cégamente; actua como todas as forças naturais que personifica, sem consciência, fatalmente e por isso é inferior ao homem que poderia esmagar. A oposição do espírito da terra a Fausto é o comentário do célebre pensamento de Pascal: «L'homme est un roseau... mais c'est un roseau pensant... Quand l'univers l'écraserait, l'homme serait encore plus noble que qui le tue».

Qual é a natureza moral do Espírito da Terra que na opinião de Koestlin é indiferente ao bem e ao mal: «der ethisch ganz neutrale Geist der Natur?» A natureza revela-se por manifestações, umas vezes benéficas, outras funestas. Quais personifica o Erdgeist? Para uns representa ambas indiferentemente; para outros apenas o esplendor e o lado fecundo da natureza; e ainda alguns espíritos pessimistas vêem no Espírito da Terra a Natureza funesta, devastadora que só cria e dá vida para matar. É a opinião de Scherer: «Ich finde nichts in ihm als das physische Erdenleben, an das sich Goethe auch im Werther klammert und das ihm auch im Werther Grauen einflösst...» O mesmo pensa Thomas que lhe chama: «a symbol of the vast inscrutable, unfeeling energy of nature, that nature which had seemed to Werther an eternally devouring monster»: Ich sehe nichts als ein ewig verschlingendes, ewig widerkaüendes Ungeheuer». (Carta de 18 de Agosto).

A meu vêr, o Erdgeist representa a natureza em todas as manifestações: boas ou más. A natureza não é só a natureza terrestre; compreende o sol, a lua e as estrelas, o universo inteiro e acaba por se confundir com o Macrocosmo. O homem faz parte integrante da natureza; só por abstracção se pode separar o homem e o meio. No homem só uma parte se opõe à natureza: o espírito, a razão e a consciência. Tudo o mais — o corpo, sentidos, instintos — representa nêle o Erdgeist, a natureza terrestre.

Fausto, ao evocá-lo, deseja que êste lhe forneça os meios mais consentaneos a satisfazer as suas paixões ardentes, ao que o espírito acede, enviando-lhe Mefistófeles. Outras definições consideram o espírito da terra representante dos fenómenos superiores do mundo terrestre. É a natureza viva, a vida ou, como diz Collin. (Vid. Goethe's Faust in seiner ältesten Gestalt). — Der Geist des Lebens. Representa o mundo, a actividade continua, afirma Kuno Fischer: «Der Bücher-

gelehrte in seiner Zelle, plötzlich gestellt vor die Fülle des Weltlebens». O próprio Goethe chama-lhe — O Génio do mundo. Fausto quer entrar na vida, para gozar e sobretudo actuar. Por isso muitos o classificam como o génio da actividade — Der Tatengenius ou, como diz Kreyssig. (Vid. Vorlesungen über Goethe's Faust) o génio da vida, da actividade humana, o génio da história: — «er ist der Geist der Geschichte des Menschentreibens».

Não são mais concordes as interpretações relativas ao caracter do Erdgeist. É êste génio divino ou diabólico? Vilmar (Vid. Zum Verständnisse Goethes) e Marbach (Vid. Goethe's Faust) consideram-no como diabo ou pelo menos enviado de Satanás. Fausto, evocando-o, dá o passo terrivel e decisivo que o separa de Deus.

Strehlke (Vid. Paralipomena zu Goethe's Faust), pelo contrário. vê nêle o enviado, o servidor de Deus, pois tece o manto vivo da divindade. São estas as suas palavras: «Der Erdgeist steht im Dienste und unter der Herrschaft Gottes, denn er wirkt der Gottheit lebendiges Kleid». É uma espécie de intermediário, de mediador, diz Thomas (Vid. Goethe's Faust): «Such a mediation is the Earth-spirit, a personification of divine power as manifested specifically on the earth». É a personificação do poder divino, emquanto actua sôbre a terra; é o próprio Deus, manifestando-se como espírito da terra, afirma von Oettingen (Vid. Goethe's Faust): eine versinnbildlichte personificierte Erscheinung des Allgewaltigen. Concepção panteista segundo uns que identifica Deus e a natureza; dualista na opinião de Blanchet: «Je tisse le manteau vivant de la divinité. Ainsi l'Esprit de la Terre n'est pas Dieu; quoiqu'on ait dit du panthéisme de Goethe, il distingue ici très nettement entre la nature et son auteur».

Parece-me tarefa dificil, para não dizer quási impossivel, definir êste espírito, esta natureza que se apresenta de modo tão obscuro. Goethe assim o dá entender pela bôca do espírito:

> Du gleichst dem Geist den du begreifst,
> Nicht mir!

Por isso Berger lhe chama o Incognoscivel: In diesem Vorgange offenbart sich den Sinnen das Misslingen eines Versuches, das Unerkennbare zu erkennen. Wer solches sinnlich darstellen will muss das unerkennbare Uebersinnliche den Sinnen Faust's und des Zuschauers erscheinen lassen. (Vid. A. v. Berger, Goethe's Faust und die Grenzen des Naturerkennens).

Todas as explicações são mais ou menos deficientes, conquanto tenham um certo fundo de verdade. A própria concepção modificou-se no espírito de Goethe: a forma repelente do espírito, da natureza «in widerlicher Gestalt» que inspira sobretudo terror, pertence à primeira fase da composição do poema. O espírito da terra é uma figura extraordinária e movimentada, producto da imaginação caprichosa do jovem poeta. Primeiramente aparece sob a forma hedionda de demónio, mas bem depressa muda de aspecto, mercê da simpatia de Goethe pela terra e natureza, convertendo-se em espírito sublime e divino. A mesma mobilidade revela-se em outros pontos: assim a antitese do Erdgeist e do Macrocosmo, bem clara a princípio, acaba por desaparecer. Ao panteismo puro sucede imediatamente no «Nicht eimnal dir» a concepção cristã, bíblica, duma natureza perfeitamente distincta de Deus e do homem. A princípio como na lenda, o Erdgeist parece querer descobrir a Fausto os segredos da natureza; na scena do Pacto, Fausto declara que a natureza se fecha perante êle; na scena da Floresta, Fausto agradece ao Espírito a revelação dos mistérios da natureza. (Vid. Lichtenberger, *obr. cit.*).

A que fontes foi tirar Goethe esta figura extranha? Em primeiro lugar, directamente à lenda, a qualquer dos muitos Faustbücher, em que o espírito aparece envolvido em chamas e recusa a tomar outra forma, porque tem a categoria de princípe e não de servidor do inferno. Tanto assim é que lhe promete enviar um espírito inferior, para ficar à sua disposição e lhe satisfazer todos os desejos. Com razão diz Thomas na sua obra, Goethe's Faust: «Just as the prince of hell in the legend refuses, on the ground that he is a sovereign, to do Faust's will, but promises to send, and then does send a minion of his to be the magician's servant, so Goethe's Earthspirit as a being of higher order, will spurn Faust's friendly advances, but will after all send a spirit of inferior rank, with whom the magician can enter into relations of intimacy».

Não só à lenda foi procurar elementos para a criação do Erdgeist. Goethe inspirou-se tambêm dos alquimistas e dos filósofos, que estudara com todo o afinco; do Archaeus das doutrinas órficas; da anima terrae de Giordano Bruno e de várias passagens de Paracelso, de Agrippa de Nettesheim, Basílio Valentim, etc. A leitura de Spinoza e Swedenborg despertou em Goethe o entusiasmo pela terra, pela natureza, considerada como o manto vivo da divindade.

Também Hans Sachs, que Goethe conhecia desde 1773, dignifica o génio da natureza no Landknechts Spiegel:

Nun eines Nachts gegen Tag
Als ich frey munter lag
Erschien mir hell und pur
Der Gross Gott der Natur.
Genius sprach zu mir...

Goethe, ao mesmo tempo que aproveita a lenda, quási converte a figura do Erdgeist numa criação do seu espírito, pela qual exprime o desejo de se aproximar de Deus e do universo. A paixão que o grande poeta sente pela natureza, é violenta e desmedida. Revela-se acentuadamente no Werthar, sobretudo na carta de 12 de Outubro: «Ossian suplantou Homero no meu coração. Que mundo aquele a que me conduz êste poeta sublime. Julgo errar sôbre a charneca, enquanto sopra em volta de mim o vento tempestuoso que arrasta em nevoas vaporosas, à palida luz da lua, os fantasmas dos antepassados; ouvir nas montanhas, através do marulhar da torrente na floresta, os gemidos sufocados dos espíritos nas cavernas e as lamentações da donzela que expira de dor sôbre quatro pedras revestidas de musgo e relva que cobrem o seu bem amado, ali caído como heroe....» (1).

---

(1) Esta aspiração desmedida de Fausto para o infinito caracteriza igualmente o romantismo inglês. Todos compreenderam e amaram a beleza terrestre com paixão e subtileza incomparavel. Teem da natureza como diz Herford (Vid. The Age of Wordsworth) uma apreensão imaginativa: a côr, a harmonia, os perfumes do mundo físico, os factos reais, as aparências fazem-lhe, revelações místicas, transportando-os a regiões transcendentes e deixando-lhes antever verdades superiores.

Como Fausto, também Shelley anceia por gozar a liberdade em comunhão íntima com os elementos. Exprime a paixão da beleza, o culto pela natureza em todas as suas obras poeticas, mas sobretudo na sublime Ode to West Wind, de que reproduzo os seguintes versos:

....
.....
If Iwere a dead leaf thou mightest bear;
If Iwere a swift cloud to fly with thee;
A wave to pant beneath thy power, and share
The impulse of thy strength, only less free
Than thou, O uncontrollable! If even
Iwere as in my boyhood, and could be
The conrade of thy wanderings over heaven,
As then, when to outstrip thy skiey speed
Scarce seemed a vision, — Iwould never have striven
As thus with thee in prayer in my sore need.
Oh! lift me as a wave a leaf, a cloud!
I fall upon the thorns of life! I bleed!

O Erdgeist exprime a energia da vontade humana, a ardente aspiração de Goethe pela vida e actividade; é animado do espírito do Sturm und Drang.

Tem sido igualmente objecto de discussões variadas o papel que o espírito da terra desempenha na primeira scena. Fausto, ao invocá-lo, que quer pedir-lhe? Pretende simplesmente conhecê-lo, contemplá-lo, ou esta nova tentativa, depois da invocação inútil do macrocosmo, indica a sua menor ambição que se satisfaz em abranger a terra, quando há pouco queria abraçar todo o universo? No auge do seu entusiasmo julga ingénuamente que pode descobrir os mistérios insondáveis de toda a natureza, mas dentro em pouco perde mais esta illusão e o espírito confessa-lhe brutalmente ser inútil o seu ousado esfôrço.

O sentido desta scena na opinião de Hettner e Collin parece ser o seguinte: definir os limites fatais de todo o conhecimento humano, do eterno Incognoscivel, do antropomorfismo das nossas concepções, do abismo que separa o indivíduo de todo. A influência de Kant é aqui, como em outros pontos, bem manifesta. Goethe insiste com frequência em considerar como base fundamental de uma educação completa, o estudo das sciências naturais, e sente-se satisfeito por ver a mesma ideia exposta e desinvolvida na filosofia kantiana.

Outro serviço não menos importante prestou o grande filósofo de Koenisberg, marcando os limites para a inteligência e assim as discussões metafísicas, os problemas insolúveis sôbre a natureza de Deus, a alma humana e a imortalidade, cederam a primazia ao conhecimento do mundo exterior.

Mas será esta recusa do Erdgeist absoluta e definitiva? Quererá indicar a eterna impossibilidade do homem em penetrar na essência das cousas? Ou será antes uma recusa

---

A heavy weight of hours has chained and bowed
One too like thee tameles, and swift, and proud.
Make me thy lyre, even as the forest is:
What if my leaves are falling like its own?
The tumult of thy mighty harmonies
Will take from both a deep autumnal tone,
Sweet though in sadness. Be, thou spirit fierce
My spirit! Be thou me, impetuous one!
Drive my dead thoughts over the universe
Like withered leaves, to quicken a new birth;
And, by the incatation of this verse,
Scatter, as from an unextinguished hearth
Ashes and sparks, my words among mankind!
Be through my lips to unawakened earth
The trumpet of a prophecy. O Wind,
If Winter comes, can Spring be for behind?

*

provisória, espécie de castigo à louca ambição de Fausto que pretende atingir a verdade sem a mínima preparação e o mais pequeno esfôrço? O homem só merece a revelação dos segredos da natureza à fôrça de trabalho contínuo, paciência, estudo demorado e ponderado. Mais tarde alcançará o que a princípio não consegue. De mais os desejos de Fausto não se limitam ao conhecimento e contemplação da natureza; as suas aspirações são menos especulativas e mais terrestres. Não se sente disposto para o saber desinteressado, para as especulações e subtilezas da teoria, mas para a vida, para o gozo e actividade como ele próprio declara:

Ich fühle Mut mich in die Welt zu wagen
Der Erde Weh, der Erde Glück zu tragen.

Por outro lado, o espírito define-se como espírito de vida ardente e actividade incessante. Ao afastar Fausto, o seu intuito é mostrar-lhe com clareza a distância que separa os sonhos caprichosos e rizonhos da imaginação e a triste realidade da vida, fazer-lhe sentir e dêste modo moderar o seu orgulho que a actividade que atribue ao seu espírito, em nada se parece com a actividade fecunda que ele desinvolve. Recusando-lhe o conhecimento especulativo, mais fácilmente o leva a voltar-se para a experiência prática.

Outro ponto muito discutido é o laço que une o espírito da terra a Mefistófeles. Para a maior parte dos críticos, Mefisto é o enviado e servidor de Endgeist, mas não será fácil conciliar a natureza diabólica daquele com a sublimidade dêste representante de Deus senão o próprio Deus. Com a intenção manifesta de reduzir a distância que os separa, algumas interpretações aproximam as duas personagens, ora atribuíndo ao espírito da terra um caracter terrestre, desejos e prazeres mundanos, ora suprimindo e atenuando a natureza diabólica de Mefistófeles que passa a ser considerado como espírito elementar da terra.

Outros críticos sustentam a oposição radical e irreductível das duas personagens. Assim diz Schreyer (Vid. Goethe's Faust): «Se Fausto se lamenta pelo facto do espírito lhe ter dado semelhante companheiro, esquece que foi ele próprio que o chamou; imita aqueles que atribuem à intervenção da Divindade os males provenientes das próprias faltas. Por isso Mefisto não pode ser chamado servidor do espírito da terra, como também não há razão para o tomar como servidor do Senhor».

Todas estas explicações, por mais satisfatórias que sejam, não dão verdadeira solução ao problema. O mais natural é que Goethe sentisse dificuldade em estabelecer nexo entre o Erdgeist e Mefisto e em associar tanta baixeza e grandeza. No Urfaust, como no drama definitivo, o Erdgeist aparece só na primeira scena. Mas sería esse o plano definitivo do poeta, ou deveria entrar nas scenas seguintes? Não concordam tambêm neste ponto os autores que se teem ocupado do assumpto. Deste modo pensa Collin: «die Mission des Erdgeists ist mit jenem Hinweis (auf das Leben) erfüllt; daher ist auch nicht an eine nochmalige Erscheinung zu denken». O espírito, afastando Fausto do conhecimento e dirigindo-o para a vida, cumpriu a sua missão sublime que perderia grande parte do brilho com novas aparições. Não obstante continúa a fazer sentir a sua influência, pois o ensina a conhecer a vida, ao mesmo tempo que lhe ministra elevados conhecimento por uma rica experiência, pondo-o em contato com a natureza que é simultâneamente conhecimento, contemplação, sentimento, gozo, vida e acção.

Na educação de Fausto, Mefistófeles desempenha tambêm papel importante: pelo seu realismo, senso prático, sangue frio, referências constantes à deficiência da natureza humana, cura as impaciências, as aspirações desordenadas e confusas de Fausto. Arrastando-o para o pecado, realiza o plano do Erdgeist: «Ohne grosse Sünde, keine grosse Erkenntniss».

*

Como contraste à nobre aspiração de Fausto em tudo conhecer e experimentar, apresenta-nos Goethe a figura diametralmente oposta de Wagner, de saber apenas escolástico, polihistórico, mas balôfo, muito orgulhoso do que sabe, confiando ainda mais no que espera saber, desdenhoso do público iletrado e grande apreciador de velhos pergaminhos. A personagem de Wagner existia na lenda e no Puppenspiel do seu nome, na qualidade de discípulo de Fausto, mas a figura da curiosa scena da tragédia alemã conserva do tipo lendário só o nome. Nada mais fica dêsse mau vagabundo, como diz Weitbrecht: «Aus dem verwegenen Lecker, dem bösen verloffenen Bettelbuben, des altesten Faustsbuchs, dem Schüler, Erben und Nachfolger des Schwarzkünstlers...».

O interesse da scena está neste contraste entre a sciência intuitiva e sintética de Fausto que representa Goethe e os demais. Stürmer e a sciência árida e morta de Wagner, por

seu turno representante do período pseudo-clássico da literatura alemã, tão falho de originalidade e sentimento, tão estéril e pouco artístico. A que modêlos vivos foi o poeta pedir os traços físicos, intelectuais e morais dêste sábio apedantado e formalista, cuja sciência é morta e improductiva? É natural que Goethe fundisse no interessante tipo inúmeras observações feitas em colegas e professores. Pensou-se, pelo nome e nada mais, no seu companheiro de Strasburgo, o poeta Leopoldo Wagner; alguns julgaram que Goethe parodiára o professor de Giessen, Chr. H. Schmid ou Nicolaï, e ainda outros, a meu ver, com mais razão, descobrem sob a figura grotêsca de Wagner uma crítica mordaz ao espírito sêco e analítico de Gottsched, persistente nas suas conclusões, mas acanhado, porque encarava as cousas sob um aspecto único, falseando tudo e impondo aos escritores, como regra exclusiva e absoluta, a correção, sem o sentimento íntimo do belo que é a primeira condição da arte e manifestação do génio. Wagner representa a viva antítese do espírito de Sturm und Drang, de que Goethe se encontrava animado.

Não é só ele que se revolta contra a opressão tirânica das regras e proclama a falta de gôsto da literatura alemã, imitada da francesa; tambêm Herder na «Auch eine Philosophie der Geschichte» e nas «Provincialblätter für Prediger», defende as mesmas ideias que Goethe, chegando a empregar expressões sensivelmente análogas, sôbre eloquência, crítica e histôria. A revista crítica dos «Frankfurter gelehrten Anzeigen» é na frase de Collin, um comentário perpétuo ao diálogo de Wagner e Fausto em que Goethe e Herder desenvolvem o mesmo programa.

O valor da scena consiste na antítese entre o pensador genia e o copista servil e nulo, entre um espírito sêco, árido, suplerficial e vaidoso e uma natureza ardente, apaixonada e entusiasta, entre o optimismo da mediocridade e o pessimismo do idealista, nunca satisfeito em suas aspirações elevadas. «Fausto, diz Stapfer, é um homem completo; Wagner não é um homem, é um pedante». Êste contraste precisa-se com mais nitidez nos pormenores do diálogo. Goethe teve em vista sôbretudo representar a luta entre a forma e o fundo, a forma ôca e o fundo, ideia ou sentimento que pouco se preocupa com o estilo, ou o cria espontânea e inconscientemente; o contraste entre o conhecimento puramente tradicional e livresco e a originalidade dum pensamento ou sentimento pessoal; é enfim a oposição entre a pretenciosa e exagerada confiança na certeza histórica e nos admiraveis

progressos realizados no século das luzes e o scepticismo que provêm da incapacidade dos historiadores em se despersonalizarem e transportarem aos séculos passados. Inútil me parece a questão, aliás várias vezes posta, sôbre qual dos dois deve merecer a nossa simpatia e respeito.

Wagner personifica a medioçridade balôfa e palavrosa. Shakespeare no Hamlet pintou com mão de mestre um tipo muito semelhante a êste — Polónio — lisongeiro e vaidoso, com a preocupação de declamar vãos discursos, sôbre assuntos banais e mesquinhos.

Geralmente assim sucede: os indivíduos faltos de ideias suprem a sua ignorância e improductividade por frases pomposas que nada significam.

Wagner não tem coração nem inteligência; sem poesia e ideias, sem a consciência da sua inferioridade, é o mais miseravel dos filhos da terra. Assim o julga Marbach (Vid. Goethe's Faust): «Wagner den Faust als den ärmlichsten von allen Erdensöhnen charakterisirt».

Não obstante algumas vozes se levantaram em defeza de Wagner. Chegou-se mesmo fazer a apologia da extranha figura, o que me parece exagerado. Na impossibilidade de se contestar a sua falta de estro poético, como mostra a scena do passeio, e a sua repugnância orgulhosa em conviver com a população dos campos, grosseira, mas franca e boa, vários autores, talvez compreendendo qua as mesmas críticas se lhes podiam aplicar com razão, apresentam-no como um sábio, cheio de zêlo, entusiasmo pela antiguidade e interesse pelos problemas filosóficos, que mostra elevadas qualidades de carácter pela sua amizade sincera e veneração para com Fausto. Thomas vai mais alêm, colocando-se abertamente a favor de Wagner: «It is a mistake to regard Wagner as a type of the paltry pedant. There is nothing of the pedant about him.... The point of these remarks is to caution against the common error of reading the Wagner scenes, as if Faust were an oracle of absolute wisdom and Wagner a ridiculous shallow-pate.... It is Faust who is in the wrong and his «clearing up» will bring him, not further but nearer to the humble, practical, human idealism of his famulus».

Evitemos os extremos que são sempre injustificados. A verdadeira significação da scena está na síntese destas antinómias, natureza e cultura, entusiasmo e trabalho paciente, forma e fundo. Fausto e Wagner completam-se um ao outro. O primeiro despreza a observação pormenorizada dos

fenómenos, tem a estulta ambição de penetrar imediatamente na essência íntima da natureza; o segundo por sua vez é mesquinho e empírico; prende-se com minúcias inúteis; não é capaz de se elevar às grandes vistas de conjunto, *sabe multa non multum.*

Para onde vão as simpatias de Goethe? É evidente que para Fausto. O poeta identifica-se com o heroi da tragédia; no momento em que escreveu esta scena mostra-se irreverente para os convencionalismos literários e sociais, crítico acerbo do pedantismo ridículo e impertinente. Nas suas críticas obras e cartas, Goethe não poupa a petulância dos ignorantes; em todas satiriza o século e as pretenções do racionalismo.

O ideal do homem completo conseguir-se-ia pela harmonia superior entre as aspirações opostas de Wagner e Fausto. A scena tem ainda outro valor: o aparecimento de Wagner, incarnação da miséria, do nada, da existência humana, mostra a Fausto a triste realidade da vida, despertando-lhe a ideia do suicídio. Conquanto Wagner seja por assim dizer figura histórica, o representante da Aufklärung, do pedantismo e orgulho dos filólogos, historiadores e filósofos do século XVIII, este tipo é universal pelo seu carácter, frequente em todos os tempos e países, no nosso meio como no de Goethe.

Com razão diz Kuno Fisher: «Wagner é uma das muitas criações inimitáveis de Goethe; forma com Fausto um dêstes pares imortais, como Don Quichotte e Sancho Pança, Leporello e Don Juan, mais rico ainda pela oposição e contraste, comparável à de Fausto e Mefistófeles».

No belo diálogo entre o doutor e Wagner apreciam-se as sentenças, ora afectuosas, ora mordazes, a frescura da poesia, a expressão animada e precisa das ideias de Herder e Goethe, o que lhe augmenta o interesse, porque constitue o programa do período revolucionário, a profissão de fé dos Stürmer.

*

O segundo monólogo de Fausto, que se segue à partida de Wagner, tem um cunho acentuadamente mais triste e melancólico que o primeiro. A princípio Fausto tinha ainda alguma esperança; com o seu espírito juvenil, arrebatado e inexperiente julgava que podia satisfazer nêste mundo todos os ideais e desejos. Agora a sua única consolação consiste na lembrança dos bens passados; a dura experiência mostrou-lhe a verdade das desgraças presentes, deu-lhe a cons-

ciência da incapacidade humana em se furtar ao mal e desvendar os mistérios insondáveis da natureza; mostrou-lhe como em vão procurar a felicidade sem a atingir e a despeito de tantos esforços não conseguira tranquilidade moral nem mental (1). Os meios de que se serviu, falharam; os instrumentos que empregou enganaram as suas previsões. Quando Goethe escreveu êste monólogo, aproximadamente vinte anos depois do primeiro, estava entregue a estudos scientíficos e por isso talvez quizesse fazer aqui alguma alusão irónica aos físicos e sábios de gabinete que trabalham no laboratório e deixam a observação directa da natureza. Bem conhecida é a causa dos êrros que Goethe comete na «Teoria das côres» — a ideia de que podia prescindir em absoluto de instrumen-

---

(1) Goethe no primeiro monólogo exaltára a fôrça e a magnificência do homem, qual outro Titan, capaz de escalar os ceos; compreende porêm agora pela dura experiência que o poder do sujeito é muito delimitado pelo objectivo, a que o poeta chama indistintamente: mundo, natureza, Deus, no sentido, é claro, do seu panteismo místico. O Fausto de há pouco, tão orgulhoso dos seus recursos, sente-se amesquinhado perante os impedimentos de toda a ordem que encontra na vida:

....
Dem Herrlichsten, was auch der Geistempfangen,
Drängt immer fremd und fremder Stoff sich an;
Wenn wir zum guten dieser Welt gelangen,
Dann heisst das Bessre Trug und Wahn.
Die uns das Leben gaben, herrliche Gefühle
Erstarren in dem irdischen Gewühle...
Die Sorge nistet gleich in tiefen Herzen,
Dort wirket sie geheime Schmerzen,
Unruhig wiegt sie sich und störet Lust und Ruhe;
Sie deckt sich stets mit neuen Masken zu,
Sie mag als Haus und Hof als Weib und Kind erscheinen,
Als Feuer, Wasser, Dolch und Gift;
Du bebst vor allem, was nicht trifft,
Und was du nie verlierst. das musst du stets beweinen.

O mesmo facto se deu com Herder: o grande génio que a princípio se supunha capaz de desvendar os segredos da natureza, compreende por fim a fôrça do objectivo e humildemente lamenta a miséria humana: «Wir sind durch eine fremde Macht; wir fanden uns in der Welt obne dass uns jemand befrug, wie und warum er uns dahin setzte; wir sind also unwissende unmündige Findlinge; wir leben nicht durch uns selbst, sondern durch einen Herrn des Lebens aller Welt... — Was kennt der Mensch von der Natur? Er? mit dieser schwachen so eingehüllt kleinen Masse von Kräften?... Der Wurm eines Augenblicks der nicht sich selbst ward! nicht sich selbst wollte und setzte! der einige Ringe des Wurmganges im Staube schleppet und hinsinkt — was weiss er von sich? was von der Welt? was von der grossen unendlichen Zukunft?... Möglichkeit des Menschen und Wirklichkeit Gottes — welche unendliche Kluft!... er (der Mensch) will alle Wege, Plane und Materialien der Haushaltung Gottes in allen Zeiten und mehr als einer Welt, wie

tos de precisão, — o que o levou a operar em condições nada scientíficas, confiando demasiado nos sentidos, sujeitos a ilusões de toda a ordem.

As palavras de Fausto: «Misteriosa à luz do dia, a natureza não se deixa despojar do seu véu e o que ela não quer revelar ao teu espírito, não o poderás arrancar com parafusos e alavancas»... caracterizam com precisão o método primitivo que Goethe seguiu nas experiências de física, pelo que chegou a conclusões falsas.

Os impedimentos e embaraços de toda a ordem que se opõem ao desenvolvimento da pura actividade do espírito e à felicidade terrestre, resume-os Goethe na palavra *Sorge* que define o mundo real com todas as suas misérias e dificuldades, o entorpecimento das fôrças intelectuais e morais com a idade, o desejo de descanço após uma longa experiência, etc.

Aliando-se com Mefistófeles, Fausto procura libertar-se do poder funesto do cuidado, na esperança de que êste se dissipe com uma existência de gôzo e actividade. No fim da vida, a reflexão desperta-o de novo, mas a consciência do dever garante-lhe que a sua actividade criadora se manteve sempre viva pelo gôzo e acção. Compare-se a passagem de

---

ein gefundenes Grashälmchen in den Nest verflechten — Kostschwalbe, die am Moraste nistet, und will am Thron und Szepter des Urvaters bauen !!!».

Compare-se o pessimismo que estas palavras denunciam com o arrojo dos seus antigos ideais bem caracteristico na poesia:

Zweites Selbstgespräch:
Wer bin ich! alles erwacht in mir! mein Geist...
Höhen... Tiefen... Ich schaudre!... die nur Gott durchmisst...
Dunkel liegt mein Grund! Leidenschaft durchfleusst
Ihn unendlich und braust! — braust' — Geist du bist
Eine Welt, ein All ein Gott Ich.

O primeiro monólogo lembra-nos a ousadia de Prometheu; o segundo a fraqueza do homem que Goethe define admiravelmente nos versos seguintes:

Steht er mit festen
Markigen Knochen
Auf der wohlgegründeten
Dauernden Erde:
Reicht er nicht auf,
Nur mit der Eiche
Oder der Rebe
Sich zn vergleichen. —
....
Ein kleiner Ring
Begrenzt unser Leben,
.....
Uns hebt die Welle.

Wilhelm Meisters Wanderjahre: «Das Gewissen ist ganz nahe mit der Sorge verwandt, die in den Kummer überzugehen droht, wenn wir uns oder andern durch eigene Schuld ein Ubel zugezogen haben».

Aos devaneios da juventude, sucede-se o desanimo do homem experiente, a tristeza e aborrecimento da vida, a consciência da sua fraqueza e decrepitude. Os livros nada mais lhe revelam que a história das misérias humanas. Em carta em verso dirigida a Riese, em 28 de abril de 1766 exprime o mesmo pensamento: «A minha vaidade fazia-me supôr que os deuses desciam até mim; julgava-me capaz de fazer obra tão perfeita, como a saída das mãos do Criador. Agora reconheço que estas arrojadas aspirações se podem comparar aos esforços do verme que, vendo a águia adejar na atmosfera, se contorce em vão, sem conseguir elevar-se do pó» (1).

A Luden em 1806 exprime Goethe o seu pouco aprêço pelos estudos do passado: «Und wenn Sie nun auch alle Quellen zu klären und zu durchforschen vermöchten, was würden Sie finden? Nichts anderes, als eine grosse Wahrheit, die längst entdeckt ist und deren Bestätigung man nicht weit zu suchen braucht, die Wahrheit nämlich, dass es zu aller zeit und in allen Ländern miserabel gewesen ist; die Menschen haben sich stets geängstigt und geplagt, sie haben sich und anderen das bisschen Leben sauer gemacht und die Schönheit der Welt und die Süssigkeit des Daseins weder zu achten noch zu geniessen vermocht. Nur wenigen ist es bequem und erfreulich geworden».

Para pôr termo às insuportáveis desgraças da vida, ocorre-lhe o suicídio. Com o espírito povoado de ideias tristes, na esperança de encontrar na vida de alêm-túmulo o que êste

---

(1) Ninguêm como Byron, criticou tão acerbamente a vaidade humana; no Don Juan satiriza com ironia implacável todas as vaidades, arruina todas as grandezas e põe a nú todas as misérias. Orgulha-se o homem da sua sciência? «Que sabeis senão que nascestes para morrer?». Do seu poder? «Os imperadores não passam de espozos aos olhos das mulheres, e reis e maridos são muitas vezes mistificados». Da sua glória? Mas o que deseja a fama? «It is but to fill a certain portion of uncertain paper». Dos efeitos guerreiros? Mas que são eles senão «a child of murder's rattles». O heroí não passa dum «butcher in great business». Da sua virtude? Mas nêste mundo o homem só se deixa levar por vis interesses, baixas intrigas. Do seu génio? Mas o que é a inteligência, cujo uso «depends so much upon the gastric juice?». Do amor? «Mas os homens são inconstantes e as muilheres infieis».

mundo sempre lhe recusára, chega aos lábios a taça de veneno, na intenção de a beber dum só trago. Fausto tenta suicidar-se, levado pela ância do saber. Reconhecendo a inutilidade dos esforços humanos, pensa que não esgotou ainda todos os meios para satisfazer os seus ideais; falta-lhe um: deixar de viver.

Ninguêm sabe o que lhe sucede após a morte, por isso decide-se a morrer, com o fim de resolver o insolúvel enigma.

No momento fatal ouve os sons harmoniosos dos sinos, os cantos angélicos e as vozes carpidas das mulheres que entôam hinos em honra de Christo. As lembranças saudosas do tempo feliz da sua infância descuidada, despertam-lhe como que vislumbres de fé passageira; deixa correr livremente as lágrimas.

Já não quer morrer, salvou-o a sua comoção. Na luta travada entre o sentimento e a razão, Goethe proclama o grande princípio da escola romântica: os direitos soberanos do sentimento, o principal propulsor de nossos actos (Vid. A. Fouillée, *La logique des sentiments*). O raciocínio convenceu Fausto da legitimidade, ou melhor, necessidade do suicídio, mas o coração, sensibilizado com os cânticos religiosos que se faziam ouvir na igreja próxima, onde se celebrava a festa da Pascoa, revolta-se contra tal desígnio.

O sublime efeito dramático da scena está na grande verdade psicológica desta solução. Mostra-se aqui, como em muitos outros pontos, a influência das doutrinas kantianas. Tanto Goethe como Kant repelem a teoria das cousas finais. Fausto reconhece o limite imposto aos nossos conhecimentos e a impossibilidade de penetrar na essência das cousas, diferentes na aparência do que são na realidade.

Uma das ideias que Goethe defende e encontra exposta e desenvolvida na filosofia de Kant, é que o homem se engana quando se considera como o fim da criação. Cada criatura existe por si, sem que haja necessidade de explicar a sua existência pelos serviços que ela nos presta. O carneiro não foi criado para nos dar a lã, a abelha para nos fornecer o mel, as árvores para nos deliciarem com os fructos.

Quando Goethe pela bôca de Fausto, afirma que a dignidade do homem não é inferior à majestade de Deus, indica possuir um sentimento muito elevado de certas obrigações, reconhecendo que na origem de toda a acção moral há um esforço da vontade humana, que antes de submeter-se á lei, deve impôr-se a si própria.

Durante toda a sua existência, Goethe foi um exemplo vivo,

de como a barreira oposta aos desejos do homem, longe de contrariar a liberdade, é a sua melhor garantia, pois a põe ao abrigo das ameaças constantes e traiçoeiras das nossas paixões e vícios.

O problema moral estabelece-o Goethe com tres perguntas: Wer lehrt mich? Was soll ich meiden? Soll ich gehorchen jenem Drang? (1). A scena, ao mesmo tempo que manifesta as ideias morais e filosóficas do autor, pinta em côres admiráveis a imaginação exaltada e doentia dum desesperado e o poder do sentimento, o que a impregna de lirismo apaixonado e melancólico. As vozes dos anjos, das mulheres e dos apóstolos, confundem-se em dôces harmonias, em honra do Messias, como nos mistérios da Resurreição.

(Continúa).

Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

(1) O facto seguinte referido por Eckermann mostra como o poeta sacrificava os seus interesses às obrigações morais: «Em 1816, estando de cama com um forte ataque de reumatismo, não duvidou levantar-se para numa ceremónia oficial ir ocupar o lugar que lhe pertencia como ministro do gran-duque. Recordava-se das palavras de Napoleão: O imperador não conhece outra doença senão a morte. Ao regressar a casa, volta para o leito, esperando, dizia êle, que *o imperativo categórico,* o chamasse de novo à scena do mundo».

BIBLIOGRAFIA

História da literatura romántica portuguesa (1825-1870), por Fidelino de Figueiredo. — Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1913.

Ou porque a história crítica da literatura sobreleve em dificuldade muitos outros géneros literários, ou porque aquele padeça mais da falta de estímulos do nosso meio tão ingrato e acanhado, é certo que entre nós são raros os trabalhos desta natureza que mereçam algum apreço. Além de algumas excelentes monografias de objecto muito restricto, faltam quasi por completo os tratados de conjuncto, quer sôbre a história geral da literatura portuguesa, quer sôbre uma determinada época dela. É claro que para o efeito não consideramos os compêndios escolares, que sofrem de deficiéncias naturais, e de pechas resultantes de circunstâncias diversas; nem tambem certos tratados que pela falta de escrúpulo e difusão indigesta se tornam abomináveis.

Estas considerações explicam o alvoroço com que os amigos das boas letras hão de receber o livro do sr. Fidelino de Figueiredo sôbre a história da literatura romántica portuguesa. O sr. Fidelino de Figueiredo é um distinto professor e escritor, que em poucos anos conquistou logar de honra no meio literário do nosso país. Moço pela edade, os seus trabalhos acusam tão judicioso critério, tão largo saber e indefectivel escrúpulo, como se os tivessem amadurecido lucubrações de muitos anos. Estuda sem preconceitos, examina com justiça e escreve com meticulosa verdade e consciéncia. A probidade nas letras é qualidade tão apreciavel, quanto ela se tornou rara sob a influéncia de uma falsa independéncia crítica, que não procura desenvolver talentos e consagrar ideias próprias, mas principalmente acomodar factos a teorias de seita e mesmo desencadear ódios e saciar despeitos impotentes, ocultando sempre, sob a veneranda capa de liberdade subjectiva, o motivo determinante ou o intento planeado.

O sr. Fidelino de Figueiredo conhece nas suas minúcias a vida literária do romantismo português, as fases e matizes da escola, a multiplicidade de caracteres com que ela se revelou nos diversos ramos da actividade intelectual. Com êste perfeito conhecimento, e sempre bem escudado nos princípios da teoria literária, que nem um momento perde de vista, traçou quadros de conjuncto em que aparece retratada a época e onde as personagens se acham bem arrumadas nos seus papeis, com a fisionomia própria mas sem quebra da harmonia do conjuncto.

No fim de cada capítulo insere o autor uma bibliografia, para que o leitor conheça as fontes que lhe podem fornecer mais elementos de estudo. O sr. Fidelino de Figueiredo, pela sua parte, sem desdenhar estudos e opiniões alheias, preferiu o conhecimento directo dos monumentos literários para formação do seu juizo crítico, processo longo e penoso mas que constitue melhor que nenhum outro o caminho da verdade; e dêste modo conseguiu desfazer lendas consagradas em tradições ignaras e restabelecer em sua verdadeira natureza factos de capital importancia.

Obra de espírito recto e lúcido, o livro do sr. Fidelino de Figueiredo apresenta-nos a história do romantismo português em aspectos scintilantes de verdade, que resultam de fina observação e juizo consciencioso. Nenhum outro livro deu aínda tão nítida imagem de aquela época literária.

Para que os leitores desta revista possam melhor ajuizar do plano e conteúdo da obra, reproduzimos em seguida o sumário dos capítulos:

INTRODUÇÃO — A LITERATURA DO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XIX. — *A poesia — O teatro — O romance — A crítica — Precursores — O romantismo.*

CAPÍTULO I — GARRETT. — *A vida — O homem — O poeta — O dramaturgo — O romancista — O orador — Bibliografia.*

CAPÍTULO II — HERCULANO. — *A vida — O homem — O crítico — O poeta — O romancista — O historiador — Bibliografia.*

CAPÍTULO III — O LIRISMO. — *Castilho — Os medievistas — Os líricos do* Trovador — *Soares de Passos.*

CAPÍTULO IV — O ROMANCE HISTÓRICO. — *Generalidades — Oliveira Marreca — Rebelo da Silva — Andrade Corvo — Coelho Lousada — Arnaldo Gama.*

CAPÍTULO V — O ROMANCE PASSIONAL. — *D. João de Azevedo e Lopes*

de Mendonça — Camilo: A vida — O homem — A evolução literária — Bibliografia.

CAPÍTULO VI — O ROMANCE MARÍTIMO E O ROMANCE CAMPEZINO. — *Francisco Maria Bordalo — Júlio Dinís.*

CAPÍTULO VII — O TEATRO.

CAPÍTULO VIII — A HISTÓRIA. — *Generalidades — Luz Soriano — Rebelo da Silva — Mendes Leal — Latino Coelho.*

CAPÍTULO IX — A ELOQUÊNCIA. — *Passos Manuel — José Estevam — Rebelo da Silva — Vieira de Castro — Silveira Malhão — Bibliografia.*

CAPÍTULO X — GÉNEROS MENORES. — *Os livros de viagens — O conto — O jornalismo.*

Conclusão.

Quadro cronológico.

FORTUNATO DE ALMEIDA.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Principe do Martirio, por João Maria Ferreira. Lisboa, Liv. Ferin, 1909.

O culto da arvore, por M. Vieira Natividade. Alcobaça, MCMXIII.

Onde nasceu o 2.º Visconde de Santarem? por Jordão de Freitas. Lisboa, Imp. Libanio da Silva.

Direito Commercial Portuguez — Esboço do curso professado pelo lente cathedratico do Instituto superior de commercio, por Francisco Antonio da Veiga Beirão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1912.

Academia das Sciencias de Lisboa — Actas das assembleias geraes — Volume II (1906–1910). Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Relatorio, contas e parecer do conselho fiscal da Associação dos artistas de Coimbra — Soccorros mutuos — Gerencia de 1911. Coimbra, Typ. Popular, 1912.

O caso Lawton — Supplemento ao volume I dos *Archivos do Instituto de Medicina Legal de Lisboa,* por Azevedo Neves. Lisboa, Typ. «Annuario Commercial» 1913.

La nouvelle loi Brésilienne sur les Faillités — Decret n.º 2024 du 17 décembre 1908, por A. Velloso Rebello e H. A. Zwendelaar. Lisbonne, Aillaud, Alves et Cie, 1912.

Aperçu des sources historiques du droit Brésilien, por A. Velloso Rebello. Bruxelles, Imp. F. van Buggenhoutdt, 1911.

Relatorio da direcção e parecer do conselho fiscal da Associação de soccorros mutuos na inhabilidade, 1911. Lisboa, Typ. de Eduardo Rosa, 1912.

Ministerio do Fomento — Boletim da Direcção Geral de Agricultura — Estudos ampelográficos, por João Marques de Carvalho. — Decimo anno — N.º 5. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Notre-Dame de Roc-Amadour en Portugal (Son Culte, Hôpitaux et Hôtelleries) — Mémoire historique, por José Julio Gonçalves Coelho. Cosive, Imp. Rache, 1912.

Anedoctas de Elvas colligidas pelo corregedor Mendonça. (Com um prologo de Pedro de Azevedo). Elvas, Typ. Progresso, 1913.

Boletim bibliographico da Academia das Sciencias de Lisboa — Primeira serie — Volume I — Fasciculo n.º 2 — Outubro, 1912. Lisboa, Imp. Nacional, 1912.

Gente Nova — Jornal da Academia de Coimbra — Numero especial — 17-11-912. Coimbra, Liv. Neves.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados cincoenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originaes destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, B.EL ALBERTO DA CUNHA DA ROCHA SARAIVA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Dr. Luís da Costa e Almeida — Dr. Álvaro José da Silva Basto — Dr. José Alberto dos Reis, secretário — Dr. José Lobo de Ávila Lima, 1.º redactor — B.el Alberto da Cunha da Rocha Saraiva.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COÍMBRA. Publica-se cada mês um número de 64 páginas ou mais. Doze números formam um volume, com o seu frontispício índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem por menos de um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura.... 2$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos cincoenta e nove volumes, que formam a colecção completa do INSTITUTO, estão quási esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a colecção. Aqueles porêm de que existem em depósito muitos exemplares vendem-se pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um, até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

Colecção completa ..... 88$000 réis.